

25 anos

LIBERTAS

e-ISSN 1980-8518

Volume 26
Nº 1
Jan/Jun - 2026

Revista da Faculdade de Serviço Social - UFJF
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

REVISTA



Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

VOLUME 26
NÚMERO 1

JANEIRO/JUNHO

ANO 2026

EXPEDIENTE

FOCO E ESCOPO

A revista Libertas, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantem interlocução.

COMISSÃO EDITORIAL

Drª. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-chefe.

Dr. Bruno Bruziguessi Bueno, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-adjunto.

Drª. Joseane Barbosa de Lima, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Drª. Maria Lúcia Duriguetto, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Luciano Cardoso de Souza, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-executivo.

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Caterine Reginensi, Ecole Nacionale Superieure Agronomique de Toulouse, França ; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosangela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Bautes, Universite de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosário, Argentina; Rosangela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madri, Espanha.

Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

Editores:
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras (editora-chefe);
Bruno Bruziguessi Bueno (editor-adjunto);
Joseane Barbosa de Lima (editora-adjunta);
Maria Lúcia Duriguetto (editora-adjunta);
Luciano Cardoso de Souza (editor-executivo).

Designer Editorial:
Luciano Cardoso de Souza.

ARTE CAPA E CONTRACAPA: Luciano Cardoso de Souza.
Juiz de Fora/MG, junho, 2026.

FICHA CATALOGRÁFICA

Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n. 1 (abril, 2001) –.
– Juiz de Fora, ano 2026 –
v. 26, n. 1.
Semestral
Resumo em português e inglês
Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.
Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

Diretórios e indexadores:

LIBERTAS ON LINE

Sumário

Editorial IX

Especial:

Libertas, 25 anos

Libertas, 25 anos! 1
Avanços, desafios e perspectivas
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Bruno Bruziguessi
Luciano Cardoso de Souza

25 anos da Libertas: de sua criação 26
à publicação da edição especial de 2007
Mônica Aparecida Grossi
Auta Iselina Stephan de Souza
Sandra Hallack Arbex

Depoimento 40
Carina Berta Moljo

Tema Livre

Assistência social e bancarização: reflexões a partir da execução dos 46
programas socioassistenciais pelo Banco de Brasília no Distrito Federal
Liliam dos Reis Souza Santos
Ana Carolina Nunes Renault Monteiro

Rualização em debate: vozes resistentes 62
aos desafios da vida na rua e para além dela
Verônica Martins Tiengo

Estrutura patriarcal e institucionalização de crianças e adolescentes 86
Larissa de Souza Alves Mapa
Rita de Cássia Pereira Farias

Cuidado e conflitos pós-divórcio: 110
contradições da política social brasileira
Kátia Roberta Portes Silva Raposo
Maria das Dores Saraiva de Loreto

Entre a fábrica e a cozinha: precarização do trabalho e a reprodução social das catadoras de caranguejo na Amazônia dos manguezais 132
Clara Sousa Maria
Adriana de Azevedo Mathis

Educação e gênero: abordando a Lei Maria da Penha em escolas de Nova Friburgo 148
Larissa Dahmer Pereira
Tatiana Dahmer Pereira
Marianna Madeira Mendes
Sophia Isabelle de Mello Bini Oliveira Santos

O dilema da parditude: reflexões sobre raça/etnia e identidade no Brasil 168
Fabiane Ferreira Nascimento Santos

Na contramão do amanhã: o cenário neoconservador e os rumos do Serviço Social brasileiro 190
Valeria Lucilia Forti
Juliana Menezes Mendes Maurício
Lidiane de Souza Barros
Maria Eduarda da Costa dos Santos

A formação profissional em Serviço Social no Brasil entre 1930 – 1970 211
Sandra Rodrigues dos Santos

Estágio docência na área de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social 231
Tatiana de Lima Souza
Débora Elita de Sousa Silva
Vinicius Rafael Lopes

O debate da cultura na formação em Serviço Social nas universidades públicas em Minas Gerais 257
Fernanda Correa Almeida Rodrigues Penido
Leonardo Nogueira

História e memória *da* e *na* formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e sua interlocução com o campo da saúde mental 278
Laína Jennifer Carvalho Araújo

A fonte oral na pesquisa em Serviço Social e a história oral: a leitura marxiana 302
Carla Regina Moreira

Pandemia, direitos e Serviço Social: impactos e implicações profissionais e jurídicas 327
Rosária Cal Bastos
Maria das Dores Saraiva de Loreto
Amélia Carla Bastos de Andrade
Juliana Auxiliadora Pereira
Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira

Perfil dos egressos do projeto Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria 348
Anna Cláudia Rodrigues Alves
Estela Saléh da Cunha
Ana Clara Aparecida Moreira Alves
Renata Emanoelly Policarpo de Almeida
Ruth Emanuelle Campos

Atuação do assistente social na educação: considerações sobre uma atividade extensionista 371
Mauro Rocha Baptista
Jhonatan Antônio Rocha dos Santos

Da expropriação colonial à emergência climática: a Lei de Terras e os cercamentos de campos à brasileira 390
Daniel Antoine Abou Jaoude

O legado da Reforma Urbana e sua incorporação nas agendas de lutas atuais (1980-2023) 410
Joicy Helena da Costa Pantoja
Joana Valente Santana

“Lá é um sistema de cadeia!”: um retrato da violência das Comunidades Terapêuticas 434
Vitória Segato Jadallah
Clara Parente Barreto Oka
Maria Moisés Faria
Elisa de Pennafort Rabelo
Pedro Henrique Antunes da Costa

Política de permanência de uma universidade pública na perspectiva dos beneficiados 455
Diego Souza de Medeiros
Jairo de Carvalho Guimarães

Entrevista

História e memória da Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro e latino-americano: entrevista com Leila Lima Santos 476
Leila Lima Santos
Carina Berta Moljo
Daniela Leonel de Paula Mendes

LIBERTAS ON LINE

Editorial

"*Libertas* é um chamado, uma evocação"

O título acima foi retirado do editorial do volume inaugural da Libertas, publicado em 2001 e escrito pelas professoras Cristina Bezerra e Rosângela Lage. Naquele texto, as autoras destacam a associação do nome da revista ao verbo libertar e ao substantivo liberdade, num contexto histórico em que a liberdade foi apropriada e vinculada, sobretudo, às teses neoliberais, como a "liberdade de mercado" e o destaque dado às liberdades individuais em detrimento do coletivo. Era um período em que neoliberalismo já se consolidava na sociedade brasileira.

Passaram-se 25 anos e nos vemos diante de um cenário ainda mais complexo. Por meio da apropriação dissimulada da "liberdade de expressão", a noção de liberdade vem sendo distorcida por setores conservadores, que utilizam de artifícios narrativos e do advento das redes sociais para externarem todo tipo de manifestação de cunho racista, homofóbico, xenofóbico, sexista, disseminar *fake news*, propagar discursos de ódio, defender regimes e figuras autoritárias, e legitimar a necropolítica em todas as suas expressões.

Desse modo, a liberdade, enquanto princípio humano emancipatório, vem sofrendo um processo de esvaziamento de seu sentido original, sendo enquadrada aos preceitos capitalistas de diferentes formas, de acordo com suas necessidades de desenvolvimento e aprofundamento. Isso reforça o **chamado** que fazemos, desde 2001, aos trabalhadores e sujeitos coletivos a aderir ao projeto coletivo defendido pelo Serviço Social brasileiro, com clara perspectiva ético-política, "em busca de uma verdadeira liberdade" (Bezerra; Lage, 2001, p. 9).

Libertas é **chamado**, mas também é **evocação**. Evocar tem o mesmo sentido de chamar, mas também de lembrar, de recordar. No campo dos estudos sobre memória, o seu armazenamento pode ser dividido em três processos: aquisição, consolidação e evocação, sendo este o retorno das informações armazenadas nas memórias (Mourão Jr.; Faria, 2015). Dessa forma, evocar é o processo de trazer à tona uma memória que ficou armazenada, mas para isso ela precisa ser estimulada.

Como afirmou Bergson (*apud* Bosi, p. 10), "é do presente que parte o chamado ao qual

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.53558
Recebido em: 29/06/2026
Aprovado em: 29/06/2026

a lembrança responde", assim esse estímulo feito pela Comissão Editorial de evocar a memória da Libertas envolve um processo coletivo, de buscar nos sujeitos que construíram historicamente essa revista, frente a diversos desafios nessa trajetória, a "imagem-lembrança" de alguns momentos fundamentais que fizeram com que chegássemos até o presente. Para Ecléa Bosi (1979, p. 11) essa lembrança pura, que se diferencia da memória-hábito – aquela que já faz parte do cotidiano, que remete àquilo que se torna costumeiro, mecanizado, um "esquema de comportamento" –, "traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida" e vem daí seu caráter evocativo, de uma memória que estaria latente e profunda.

Com a ideia de (co)memorar os 25 anos da Libertas, apresentamos contribuições de professoras da Faculdade de Serviço Social para evocar essa memória e documentar a trajetória de construção permanente da revista. Para esse fim, dedicamos uma seção especial para marcar a celebração dessa importante data. Essa seção conta com a contribuição de Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Bruno Bruziguessi e Luciano Cardoso de Souza, membros da atual Comissão Editorial, que apresentam o artigo "Libertas, 25 anos! Avanços, desafios e perspectivas". Nele, os autores realizam um balanço da revista no período de 2020-2025, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, indicando os avanços que a revista obteve nesse período e os desafios para os próximos anos. Há também o artigo das professoras Mônica Grossi, Auta Stephan de Souza e Sandra Hallack Arbex, que fizeram parte da Comissão Editorial da Libertas em diferentes momentos, no qual resgatam as suas memórias dos primeiros anos da revista (2001-2007), destacando a sua criação, o volume inaugural e a edição especial publicada em fevereiro de 2007. Além disso, a professora Carina Berta Moljo, que também fez parte da Comissão Editorial da Libertas em dois momentos distintos, nos brinda com um depoimento, no qual rememora sua passagem pela revista, destacando os desafios particulares de cada uma dessas diferentes fases.

Temos o entendimento de que a longa trajetória da Libertas não pode ser resumida nesses três documentos que ora trazemos, mas eles cristalizam o esforço de registrar a memória coletiva da revista e, ao mesmo tempo, homenagear pessoas tão importantes que se dedicaram a encarar o desafio de criar e sustentar um periódico científico de qualidade no âmbito da universidade pública brasileira. O convite às autoras foi realizado com o intuito de abarcar momentos diferentes da revista e essa proposta deixou ainda mais clara a riqueza da trajetória percorrida pela Libertas, expondo a necessidade de continuarmos buscando, com a participação de outros sujeitos tão importantes, a evocar a memória para construir um sólido registro histórico da revista.

Além da seção especial, este volume conta com a seção de artigos de tema livre, composta por contribuições de diversos pesquisadores do Serviço Social e áreas afins, em uma importante diversidade de temas, recortes e alcances.

Abrindo a seção apresentamos o artigo "Assistência social e bancarização: reflexões a partir da execução dos programas socioassistenciais pelo Banco de Brasília no Distrito Federal", de Liliam dos Reis Souza Santos e Ana Carolina Nunes Renault Monteiro. O artigo analisa a mercantilização da política social sob a hegemonia do capital financeiro, evidenciando o avanço da financeirização e a atuação de bancos na execução de programas sociais. Com base em pesquisa documental sobre contratos entre a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) e o Banco de Brasília (BRB) (2020–2026), examina a operacionalização de políticas sociais no Distrito Federal. A análise, fundamentada em perspectivas críticas do financiamento das políticas sociais, revela o fortalecimento da intermediação bancária. Conclui que essa dinâmica subordina a política social à lógica mercantil, convertendo direitos sociais em ativos econômicos e informacionais.

Na sequência, apresentamos o artigo "Rualização em debate: vozes resistentes aos desafios da vida na rua e para além dela", escrito por Verônica Martins Tiengo, que tem como objetivo "apresentar a voz de sujeitos em situação de rua a respeito do que pode ser feito no sentido de mitigar essa multifacetada expressão da questão social". Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo. O texto enfatiza os determinantes da situação de rua, destacando que a pesquisa de campo indicou que os sujeitos entrevistados "expressam viver nas ruas por elementos motivadores diversos, tais como a perda do emprego, perda das relações familiares, perda da moradia, perda da capacidade laborativa. Nas ruas sofrem violências de todo tipo e apresentam projetos de vida associados ao trabalho, que lhes permita manter uma moradia e demais gastos que lhes mantenham o sustento".

Destacamos um bloco de artigos que trata de diferentes reflexões acerca do eixo temático gênero, patriarcado e capitalismo, que aborda elementos como cuidado, trabalho doméstico, violência de gênero, políticas sociais voltadas às mulheres e precarização do trabalho. Valendo-se de contribuições da teoria marxista tais como a teoria da reprodução social e a teoria marxista da dependência, esse conjunto de textos apresenta resultados de investigações fundamentais que contribuem para a ampliação das discussões acerca desse eixo temático. Alguns desses trabalhos também articulam gênero, raça e classe, seja para realizar apontamentos a partir da formação social brasileira, seja para uma reflexão mais apurada da realidade contemporânea. Dessa forma, aproveitamos para apresentar neste bloco um artigo que trata especificamente da questão racial, outro tema que vem suscitando muitas reflexões e

interpretações no Serviço Social brasileiro.

Dentre tais artigos, apresentamos a contribuição de Larissa de Souza Alves Mapa e Rita de Cássia Pereira Farias, "Estrutura patriarcal e institucionalização de crianças e adolescentes", que propõe analisar como a articulação entre a estrutura patriarcal da sociedade brasileira e as políticas familistas potencializam a responsabilização das mulheres sob a "tarefa do cuidado", e seu "fracasso" leva à institucionalização de crianças e adolescentes. Para explicitar esses argumentos, o artigo traz os resultados de uma pesquisa realizada junto a psicólogos e assistentes sociais que atuam em unidades de acolhimento institucional em quatro municípios do estado de Minas Gerais. Já o artigo "Cuidado e conflitos pós-divórcio: contradições da política social brasileira", de Kátia Roberta Portes Silva Raposo e Maria das Dores Saraiva de Loreto, parte da articulação entre a teoria marxista da dependência e os estudos sobre gênero e cuidado para analisar os conflitos pós-divórcio, apontando que a ausência de políticas sociais estruturadas pode reforçar desigualdades sociais, raciais e de gênero. Analisando aspectos da formação social brasileira, como o caráter dependente do nosso capitalismo e as características do Estado, aponta para as potencialidades e limites da Política Nacional de Cuidados.

Ainda no campo dos estudos de gênero, destacamos o artigo "Entre a fábrica e a cozinha: precarização do trabalho e a reprodução social das catadoras de caranguejo na Amazônia dos manguezais", de Clara Sousa Maria e Adriana de Azevedo Mathis, que traz uma pesquisa sobre a precarização do trabalho das catadoras de caranguejo da vila do Treme, comunidade localizada no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (RESEX) em (Bragança/PA). Fundamenta-se na tradição marxista e feminista para compreender como as articulações entre o trabalho produtivo e a reprodução social impactam na vida de 13 catadoras de caranguejo. O artigo de Larissa Dahmer Pereira, Tatiana Dahmer Pereira, Marianna Madeira Mendes e Sophia Isabelle de Mello Bini Oliveira Santos intitulado "Educação e Gênero: abordando a Lei Maria da Penha em escolas de Nova Friburgo", apresenta resultados parciais de um projeto sobre a concepção dos adolescentes de uma escola no município de Nova Friburgo, estado do Rio de janeiro, em relação à violência contra as mulheres. Para tal estudo, foi realizada com esses adolescentes a apresentação de conceitos que lhes permitissem refletir sobre as relações sociais de gênero e raça, para que pudessem explicitar as formas de violência contra a mulher que eles identificavam em sua realidade. Como achados parciais, foi possível constatar que "os discentes identificam de forma mais corriqueira as violências física, sexual e psicológica, mas ainda não o fazem em relação a outras formas mais sutis de violência, tais como as violências patrimonial e moral".

Tendo em vista as pesquisas que vem articulando gênero, raça e classe, o bloco que

apresentamos está centrado nos estudos de gênero, mas sem perder de vista as articulações com o debate de classe. Alguns deles também fazem indicativos de articulação com a questão étnico-racial, que também tem ganhado muito espaço no Serviço Social. Dentro disso, apresentamos a contribuição de Fabiane Ferreira Nascimento Santos, que coloca o debate racial como tema central no artigo "O dilema da pardidade: reflexões sobre raça/etnia e identidade no Brasil". A autora constrói uma sólida argumentação para contrapor as posições e discursos do chamado Movimento Pardidade. Recorrendo a trabalhos de importantes intelectuais do movimento negro brasileiro, como os de Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura e Sueli Carneiro, a autora debate criticamente temas como o limbo racial, a multirracialidade, a Lei de Cotas e a emergência das bancas de heteroidentificação, levando em conta aspectos da formação social brasileira. Dessa forma, a autora aponta que "o Movimento Pardidade se utiliza de temas sensíveis intentando reivindicar uma 'identidade mestiça', mas na prática tem contribuído com a despolitização da categoria de negros, gerando debates virtuais que tem servido, ideologicamente e politicamente, para ameaçar conquistas históricas da comunidade negra brasileira".

Em seguida, trazemos um bloco de artigos que tem como elemento central o Serviço Social em suas diversas dimensões. Abrimos com o texto de Valéria Lucilia Forti, Juliana Menezes, Lidiane de Souza Barros e Maria Eduarda da Costa dos Santos, "Na contramão do amanhã: notas sobre a cena contemporânea e os rumos do Serviço Social brasileiro". As autoras abordam questões complexas da sociabilidade contemporânea que afetam a profissão, evidenciando a presença do neoconservadorismo, do reacionarismo e do neofascismo, como processos que desafiam o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Fazem uma apreciação da produção acadêmica pós-graduada visando apreender a "ascendência das tendências conservadoras e neofascistas". Trata-se de um ensaio teórico, "ancorado na abordagem crítica da tradição marxista, com base em revisão, análise bibliográfica e dos achados iniciais desta pesquisa em desenvolvimento". As autoras analisam que no pós-2016, as produções relacionadas à temática do neoconservadorismo, bolsonarismo, extrema direita e neofascismo se ampliam nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). Contudo, afirmam que "quando comparamos, em ambos os níveis, o total de produções com o total daquelas que apresentam os descritores analisados, percebemos um quantitativo pouco significativo, o que expressa um investimento ainda exíguo da categoria no enfrentamento do tema".

Ainda nesse bloco, destacamos três artigos que tratam da formação profissional. O primeiro, intitulado "A formação profissional em Serviço Social no Brasil entre 1930-1970",

de Sandra Rodrigues dos Santos, expõe o debate crítico sobre o ensino do Serviço Social brasileiro que emergiu na década de 1970. A autora assevera que "apesar da extensa bibliografia consolidada sobre o tema, seu estudo continua imprescindível em nosso tempo para balanços, aprendizados e projeções, sobretudo quando acirram as disputas em torno da direção social do atual projeto de formação profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996". A partir dos estudos sobre o legado histórico e as disputas em torno do projeto de formação do Serviço Social no Brasil, a autora observa que o "ensino da profissão esteve necessariamente imbricado às condições sociais historicamente determinadas", "o que traz à luz disputas em torno de seu arcabouço ideopolítico, teórico-metodológico e interventivo *vis-à-vis* à realidade social que vivencia a profissão no bojo da reconfiguração do capitalismo na cena contemporânea". Já o artigo de Tatiana de Lima Souza, Débora Elita de Sousa Silva e Vinicius Rafael Lopes, "Estágio docência e os Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social", teve como objetivo "analisar o estágio docência e suas contribuições na área de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social para o ensino dos Fundamentos do Serviço Social e para a formação docente". Partiu-se do estudo e da experiência sobre o estágio docência articulados à análise dos conteúdos das disciplinas que tratam dos fundamentos do Serviço Social. Para tanto, procedeu-se ao "levantamento dos componentes curriculares ofertados, na atualidade, em nível de graduação e pós-graduação em Serviço Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte". O artigo conclui que o estágio docência "fortalece o ensino dos fundamentos da profissão e a formação profissional de docentes Assistentes Sociais para trabalharem na educação superior". Para os autores, a experiência formativa discutida no artigo agrega contribuições para a formação e o trabalho profissional e difunde estratégias pedagógicas que facilitam a apreensão do corpo discente acerca das discussões inerentes ao componente curricular de *Fundamentos* do Serviço Social, indicando-se a necessidade de ampliar as produções sobre o ensino na área de Serviço Social. Já a contribuição de Fernanda Correa Almeida Rodrigues Penido e Leonardo Nogueira, "O debate da cultura na formação em Serviço Social nas universidades públicas em Minas Gerais", tem como objetivo analisar como o tema da cultura é tratado nestes cursos de Serviço Social, para tanto foram utilizadas "distintas metodologias de pesquisa, a saber, pesquisa bibliográfica, estado da arte da produção sobre cultura em periódicos previamente selecionadas no período de 2013 a 2023, e pesquisa documental nos projetos pedagógicos de instituições de ensino públicas mineiras".

Destacamos ainda dois artigos que versam sobre memória, história oral e Serviço Social. O primeiro, "História e memória da e na formação em Serviço Social na Universidade Federal

do Piauí e sua interlocução com o campo da saúde mental" escrito por Laína Jennifer Carvalho Araújo. Este artigo tem como objetivo analisar "as particularidades do processo de formação profissional em Serviço Social e a temporalidade histórica do e no Curso de Serviço Social da UFPI, na sua interlocução com o campo da Saúde, com ênfase na Saúde Mental". Para isso, recorreu-se a um levantamento de setenta e dois Trabalhos de Conclusão de Curso que trataram do tema da saúde mental no período de 1987 a 2021, utilizando também de depoimentos de docentes orientadores destes trabalhos, bem como de assistentes sociais egressos do curso e que atuam no campo da saúde mental. O segundo artigo, "A fonte oral na pesquisa em serviço social e a história oral: a leitura marxiana", escrito por Carla Regina Moreira, tem como objetivo verificar como a história oral vem sendo abordada pela literatura no campo do Serviço Social e como se dá a interlocução com o Projeto Ético-Político da profissão. A partir de uma leitura marxista da história oral, o levantamento de trabalhos foi feito no Google Acadêmico, recortando o período de 2022 a 2025, com uma análise baseada na revisão de literatura do tipo narrativa com dez materiais selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão, que abordassem essa relação da história oral com o Serviço Social. Seus resultados indicam que essa relação é intrínseca tanto na pesquisa quanto no cotidiano do exercício profissional e está alinhado com os princípios do projeto profissional.

Finalizamos esse bloco, centrado no Serviço Social, com três artigos que apresentam reflexões relacionadas à inserção e ao exercício profissional. Rosária Cal Bastos, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Amélia Carla Bastos de Andrade, Juliana Auxiliadora Pereira e Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira apresentam o artigo intitulado "Pandemia, direitos e Serviço Social: impactos e implicações profissionais e jurídicas", que tem como objetivo analisar as produções acadêmicas sobre a atuação do assistente social durante a pandemia da covid-19, tendo como foco dois eixos que foram identificados no levantamento: debates teóricos sobre o Serviço Social e as transformações no exercício profissional. Essa pesquisa baseou-se em um levantamento de literatura a partir das publicações encontradas nos portais SciELO e Google Acadêmico no período de janeiro de 2020 à outubro de 2021. Já Anna Cláudia Rodrigues Alves, Estela Saléh da Cunha, Ana Clara Aparecida Moreira Alves, Renata Emanoelly Policarpo de Almeida e Ruth Emanuelle Campos, escrevem sobre a ação extensionista coordenada pelo Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora, denominada "Programa de Preparação e Educação para a aposentadoria". Apresentam o perfil dos egressos do projeto, analisando o processo da aposentadoria na relação com o trabalho na sociedade capitalista e indicando as avaliações feitas por eles sobre a participação no projeto de extensão. Elas destacam a potencialidade do trabalho de assistente social nesse tipo de ação ao

articular as dimensões política e pedagógica e "pautar suas ações no estímulo à reflexão, à troca de vivências e histórias de vida entre seus participantes, com sua valorização e reconhecimento enquanto sujeitos políticos, capazes de ressignificar os sentidos do trabalho e sua relação com a velhice na construção de novos projetos de vida". Por fim, Mauro Rocha Baptista e Jhonatan Antônio Rocha dos Santos, escrevem sobre a "Atuação do assistente social na educação: considerações sobre uma atividade extensionista". O artigo toma como base o relato de experiência extensionista para analisar a inserção de assistentes sociais no campo educacional. A educação é compreendida como "campo de disputa e mediação da questão social no capitalismo". E apresenta uma descrição da atividade extensionista refletindo sobre o seu desenvolvimento.

Este volume também conta com duas contribuições que tratam de outro importante eixo temático que vem avançando nos últimos anos no Serviço Social brasileiro, mas que ainda demanda mais atenção de pesquisadores da categoria: questão agrária, questão urbana e questão ambiental. Assim, apresentamos o artigo de Daniel Antoine Abou Jaoude, "Da expropriação colonial à emergência climática: a Lei de Terras e os cercamentos de campos à brasileira", que tem como objetivo analisar a relação direta entre a ocupação do solo e a crise climática. Para esse estudo, o autor estabelece um paralelo entre a ocupação fundiária brasileira, sobretudo a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, e o processo de acumulação primitiva analisado por Marx em *O capital*, indicando que a intensificação do desmatamento, da degradação do solo e das mudanças climáticas são agravadas pela forma de apropriação da terra no Brasil. O outro artigo desse eixo temático é "O legado da Reforma Urbana e sua incorporação nas agendas de lutas atuais (1980-2023)", contribuição de Joicy Helena da Costa Pantoja e Joana Valente Santana, que se propõe a analisar como o legado da luta pela Reforma Urbana travada nas décadas de 1980-1990 impactaram nos movimentos sociais atualmente, destacando a centralidade da luta por moradia. Para esse estudo as autoras entrevistaram lideranças de dois movimentos populares que tiveram importante papel na construção da luta pela Reforma Urbana.

Para fechar a seção de tema livre, apresentamos um conjunto de artigos que tratam de diferentes políticas, programas e instituições sociais. Primeiramente trazemos o artigo de Vitória Segato Jadallah, Clara Parente Barreto Oka, Maria Moisés Faria, Elisa de Pennafort Rabelo e Pedro Henrique Antunes da Costa, denominado "'Lá é um sistema de cadeia!': Um retrato da violência das Comunidades Terapêuticas", que traz um estudo crítico fundamental acerca das Comunidades Terapêuticas no Brasil, reunindo um conjunto de denúncias públicas retiradas de reportagens jornalísticas a respeito de violações dos direitos humanos e

irregularidades nessas instituições. A partir desse levantamento, a crítica construída pelos autores vai diretamente nos preceitos que dão sustentação às Comunidades Terapêuticas: o trabalho, a religiosidade e a disciplina, indicando que os usuários sofrem com a exploração de trabalho não-pago, com a imposição religiosa e com a forte disciplina baseada no controle e na punição. Dessa forma, "o estudo evidencia que a violência não é uma exceção nas CTs, mas o seu normal, sendo expressão da lógica asilar-manicomial e em contrariedade aos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira".

Também apresentamos o artigo "Política de permanência de uma universidade pública na perspectiva dos beneficiados", de Diego Souza de Medeiros e Jairo de Carvalho Guimarães. Trata-se de um estudo realizado a partir das percepções dos estudantes beneficiados pela política de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) durante a pandemia de covid-19 em relação aos programas e as condições de sua permanência na universidade. A partir de tal estudo foi possível identificar os benefícios mais importantes, se são satisfatórios, seus limites, as dificuldades de acesso, a ausência de ações voltadas para determinadas áreas, além de sugestões. Esse trabalho reforça o papel fundamental da assistência estudantil nas universidades, indicando seus avanços para a democratização da educação superior no Brasil, mas também evidencia as dificuldades que precisam ser enfrentadas.

Como o tema da memória é o grande fio condutor desta edição, trazemos na seção Entrevista a contribuição de Leila Lima Santos, Carina Berta Moljo e Daniela Leonel de Paula Mendes, "História e memória da Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro e latino-americano: entrevista com Leila Lima Santos", que aborda o período da Renovação crítica do Serviço Social brasileiro, a experiência do Projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte e as articulações latino-americanas.

A capa desta edição de 25 anos da Libertas reúne todas as capas publicadas até hoje, compondo um exercício de rememorar as belas e fortes imagens que marcaram os diversos momentos da revista – capas que expressaram, ao longo do tempo, elementos como a mineiridade, a realidade social, a classe trabalhadora em sua condição, as lutas sociais, as manifestações culturais, entre outros. Seja por meio de fotos, figuras ou pinturas, rememorar as imagens que ilustram as capas é também evocar a Libertas e sua identidade visual característica, materializada de forma singular por cada uma de suas Comissões Editoriais. As letras prateadas na capa remetem à celebração de 25 anos da manutenção de união e comprometimento simbolizado pelas bodas de prata, o que também nos leva – além de comemorar e evocar – a renovar os nossos votos de compromisso com a Libertas, que chega em sua maturidade, consolidada, mas também cheia de novos desafios.

Aproveitamos esse momento para dar as boas-vindas às professoras Maria Lúcia Duriguetto e Joseane Barbosa de Lima, recém ingressadas na Comissão Editorial da Libertas.

Bruno Bruziguessi
Alexandra A. L. T. S. Eiras
Luciano Cardoso de Souza
Joseane Barbosa de Lima
Maria Lúcia Duriguetto

Referências bibliográficas

BEZERRA, Cristina Simões; LAGE, Rosângela. Editorial. *Libertas*, v. 1, n. 1 jan./jun. 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: TAQ, 1979.

MOURÃO JR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. Memória. *Psychology/Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), p. 780-788, 2015.

LIBERTAS ON LINE

Libertas, 25 anos!
Avanços, desafios e perspectivas

Libertas, 25 years!
Advances, challenges and perspectives

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras*
Bruno Bruziguessi**
Luciano Cardoso de Souza***

Resumo: No contexto da comemoração dos 25 anos de existência da Libertas, celebrados em 2026, propusemo-nos a realizar um balanço qualitativo dessa trajetória, bem como a refletir sobre as perspectivas que se delineiam para o futuro da revista. Nessa direção, o presente artigo propõe um registro analítico da trajetória da Libertas nos últimos anos, destacando seus principais avanços, os desafios enfrentados em seu processo de consolidação e as perspectivas que se colocam para o futuro. Além disso, apresentamos uma análise referente ao período de 2020 a 2025, a partir da organização de dados extraídos do sistema OJS. Para tanto, o texto organiza-se em torno da exposição e análise do percurso histórico-editorial, de indicadores recentes de desempenho e visibilidade, bem como da problematização dos desafios contemporâneos que incidem sobre a produção e a difusão do conhecimento acadêmico-científico.

Palavras-chave: Revista Libertas; Percurso histórico-editorial; Indicadores.

Abstract: In the context of the celebration of Libertas' 25th anniversary in 2026, we set out to undertake a qualitative assessment of its trajectory and to reflect on the prospects emerging for the journal's future. To this end, the present article offers an analytical account of the development of Libertas in recent years, highlighting its main achievements, the challenges encountered throughout its consolidation process, and the perspectives that lie ahead. In addition, we present an analysis of the period from 2020 to 2025 based on data organized and extracted from the OJS system. Accordingly, the article is structured around the presentation and examination of the journal's historical and editorial trajectory, recent indicators of performance and visibility, and a critical discussion of the contemporary challenges affecting the production and dissemination of academic and scientific knowledge.

Keywords: Libertas Journal; Historical and Editorial Trajectory; Indicators.

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: alexandra.eiras@ufjf.br
** Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: brunobruziguessi@ufjf.br
*** Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luciano.souza@ufjf.br

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.53450
Recebido em: 19/06/2026
Aprovado em: 23/06/2026

Introdução

A Libertas, criada em 2001, é um periódico semestral vinculado à Faculdade de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, Brasil, instituições das quais provêm sua sustentação e os membros de sua comissão editorial. Trata-se de uma revista de acesso aberto, cujo conteúdo é disponibilizado publicamente de forma imediata e gratuita, sem a cobrança de taxas de submissão ou publicação.

A Libertas tem contribuído para a área de Serviço Social ao propor dossiês sobre temas relevantes para a sociedade e para a profissão, contemplando diferentes dimensões, como a pós-graduação, a pesquisa, a formação e o exercício profissional. Desse modo, a revista fortalece o debate acadêmico em interlocução com a teoria social crítica. Todos os números publicados encontram-se disponíveis no site da revista, que, desde 2019, está hospedado na plataforma OJS (Open Journal Systems), em consonância com as transformações recentes do campo editorial científico. Além disso, a Libertas conta com um Conselho Editorial composto por pesquisadores nacionais e internacionais de reconhecida trajetória acadêmica, e adota a avaliação cega por pares no processo de apreciação dos artigos submetidos.

No contexto da comemoração de seus 25 anos de existência, celebrados em 2026, propusemo-nos a realizar um balanço qualitativo dessa trajetória, bem como a refletir sobre as perspectivas que se delineiam para o futuro da revista.

Nessa direção, o presente artigo propõe um registro analítico da trajetória da revista Libertas nos últimos anos, destacando seus principais avanços, os desafios enfrentados em seu processo de consolidação e as perspectivas que se colocam para o futuro. Além disso, apresentamos uma análise referente ao período de 2020 a 2025, a partir da organização de dados extraídos do sistema OJS. Para tanto, o texto organiza-se em torno da exposição e análise do percurso histórico-editorial, de indicadores recentes de desempenho e visibilidade, bem como da problematização dos desafios contemporâneos que incidem sobre a produção e a difusão do conhecimento acadêmico-científico.

O caminho percorrido: dificuldades e avanços

Ao longo da trajetória percorrida pela Libertas as comissões editoriais enfrentaram muitos desafios, dentre os quais enumeramos os seguintes como principais: infraestrutura (sala, equipamentos, recursos financeiros); configuração de equipes especializadas e atribuição de carga horária compatível com o trabalho editorial; qualificação contínua envolvendo a aquisição de *know-how* para o desempenho das funções editoriais em interlocução com a área

de Serviço Social, incluindo, desse modo, a necessidade de aprendizado permanente das comissões editoriais, dada a alternância de profissionais (docentes e técnicos) que assumiram essa tarefa ao longo desses 25 anos.

Entre 2001 e 2006 o principal desafio foi persistir e insistir na continuidade da revista. Após a publicação dos três primeiros volumes (2001, 2002, 2003) houve uma descontinuidade do trabalho, que foi retomado em 2006. Diante disso, fez-se necessária a publicação de volumes especiais, referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006 para garantir a existência da Libertas.

Nessa época, ainda não possuíamos infraestrutura adequada nem suporte técnico suficiente na Faculdade de Serviço Social e na UFJF. As comissões editoriais e as secretarias executivas não tinham formação para atuar com periódicos e não havia recursos financeiros para investir em infraestrutura, processos de revisão, redação, tradução, diagramação, editoração, etc. A expressão "pegar o touro à unha" pode ilustrar a força de vontade que foi necessária para lidar com todas as dificuldades neste percurso.

A baixa captação de artigos estava condicionada pelo fato de a revista ser recente e ainda desconhecida em nossa área, condição asseverada pelo alcance restrito e a baixa capilaridade dos números impressos, uma vez que a Editora da UFJF enfrentava problemas para distribuir e comercializar as suas produções nacionalmente. Parte dos exemplares impressos ficava com a comissão editorial que, embora pudesse comercializá-los, frequentemente os distribuía de forma gratuita. A Editora da UFJF comercializava uma parte dessa produção em sua loja ou através da venda pelos Correios. Um expediente utilizado pelas comissões editoriais foi o envio de exemplares (através dos serviços dos Correios) para as bibliotecas dos cursos de graduação em Serviço Social e para as secretarias de programas de pós-graduação em Serviço Social.

No período de 2007 a 2018 foi possível avançar em alguns aspectos como a inserção da revista em um site disponibilizado pela UFJF no ano de 2006, ampliando o acesso ao seu conteúdo e a manutenção da continuidade das publicações com periodicidade semestral. Com isso foi possível inserir todos os números da Libertas nessa página virtual, com a digitalização das revistas publicadas anteriormente no formato impresso. Até as edições de 2013 manteve-se a impressão da Libertas juntamente com a sua divulgação online, sendo a maior parte dos exemplares impressos disponibilizada gratuitamente. A divulgação da revista na modalidade online contribuiu para o incremento de sua visibilidade no meio acadêmico, mas ainda permanecia o desafio de ampliar a captação de artigos.

O salto nesse processo adveio das condições propiciadas pela UFJF, que permitiram a inserção da Libertas no sistema OJS, uma plataforma de código aberto voltada para a gestão e

publicação de periódicos e revistas científicas online. A partir de 2019 foi possível trabalhar para que a Libertas pudesse se adequar ao novo formato digital dos periódicos acadêmicos, que permitia realizar os processos de captação, avaliação e publicação de artigos por meio do OJS. Tais condições abriram possibilidades para o fluxo maior na captação de artigos e para a divulgação e acesso ao conteúdo da revista, como veremos na seção seguinte deste artigo. Acresce-se a formulação de ementas para a publicação de dossiês temáticos, que intensificou a recepção de artigos, a partir de 2020. A plataforma OJS possibilitou o trâmite entre autoria, comissão editorial e pareceristas, a partir das normas de publicação organizadas e divulgadas pela Libertas.

Ao memorar esse caminho trilhado, os avanços e a qualificação da Libertas se expõem de modo contundente e vamos explicitá-los, elencando-os a partir das condições estruturadas para a manutenção e continuidade desta revista: 1. Inserção da atividade editorial na carga horária de docentes, com a designação de Editor-chefe e Editor-adjunto; 2. Designação de um Técnico Administrativo em Educação qualificado para a função de Editor-executivo e Designer Editorial; 3. Definição de espaço físico próprio para realização das atividades da Libertas, com equipamento adequado às tarefas de edição e editoração; 4. Configuração de um regime de trabalho coletivo, realizado por essa comissão editorial/executiva da Libertas — autogerida e autônoma —, que se reúne periodicamente para a tomada conjunta de decisões; 5. Apoio institucional da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; 6. Apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP) da UFJF que, por meio de seu portal de periódicos, dá suporte aos editores, disponibiliza ferramentas e sistemas que viabilizam a manutenção da revista; 7. Organização de dossiês temáticos para a captação de artigos (definidos por ementas específicas e prazos delimitados para submissão) e manutenção de captação de artigos em fluxo contínuo, vinculados à seção Tema Livre; 8. Captação de materiais em seções diversificadas, como entrevista, relato de experiência, resenha e tradução de textos, ampliando o alcance junto a outros perfis de leitores, não necessariamente inseridos na pesquisa acadêmica; 9. Captação de artigos de diversas regiões do Brasil, bem como de outros países latino-americanos e da península ibérica, ampliando o alcance da revista para diferentes territórios de língua portuguesa e hispânica; 10. Adoção de estratégias de divulgação do conteúdo da Libertas no Instagram e, por e-mail, para instituições e programas de pós-graduação nas áreas de Serviço Social e de Ciências Humanas e Sociais; 11. Avanço nas condições técnicas para o manejo do material na plataforma da revista, com a incorporação de programas de detecção de plágio, que promovem a qualificação dos manuscritos publicados; 12. Reconhecimento da qualidade e do impacto da Libertas na área de Serviço Social,

demonstrado pela evolução das avaliações realizadas pelo Qualis Periódicos (Capes): nas últimas avaliações, a Libertas subiu de B4 (2013-2016) para A3 (2017-2020) e de A3 para A2 (2021-2024).

A seguir apresentamos indicadores que ilustram, em certa medida, a extensão desses avanços, reconhecendo que, em sua trajetória, a continuidade da Libertas implica no enfrentamento não só de novos desafios como também daqueles que estiveram presentes durante a sua existência e que se recolocam de modo renovado para o futuro.

Indicadores atuais (2020-2025)

Para este balanço recorremos a um levantamento de informações e dados a partir de uma metodologia qualitativa das últimas edições, focando no período mais recente, de 2020-2025. A escolha por realizar a análise a partir das publicações de 2020 se deve ao fato de possuirmos dados mais precisos provenientes do sistema OJS, como também ao início das publicações de edições com dossiês temáticos, uma característica que marca uma nova fase da Libertas.

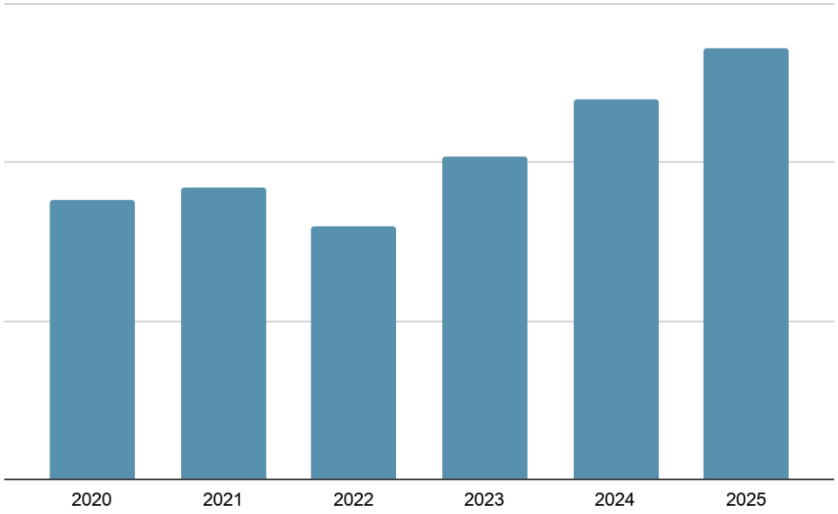
Para esse exame, destacamos os seguintes indicadores: 1) volume de trabalhos submetidos para avaliação; 2) número de publicações; 3) número de acessos às publicações; 4) temas dos dossiês; 5) diversidade dos temas livres; 6) publicações internacionais.

Optamos por dividir esse balanço em dois subitens: o primeiro apresenta uma síntese da evolução da revista em termos de submissões, publicações e acessos, onde recorremos a um levantamento quantitativo dos dados disponibilizados pelo sistema OJS; o segundo oferece um balanço quali-quantitativo dos temas dos dossiês, dos artigos de tema livre, da diversidade dos formatos publicados e das publicações internacionais.

Submissões, publicações e acessos

Durante o período de 2020-2025 a Libertas pôde observar uma ampliação significativa no volume total de submissões realizadas em sua plataforma. Em 2021, esse índice sofreu um aumento de 4,55% em relação ao ano de 2020, seguido de uma queda de 13,04% em 2022. A partir de então uma trajetória ascendente se estabeleceu, na qual é possível se verificar o incremento de 27,5% no ano de 2023, de 17,65% em 2024 e de 13,33% em 2025. O Gráfico 1 demonstra esses indicadores.

Gráfico 1 – Comparativo entre o volume de submissões recebidas na Libertas de 2020 a 2025.

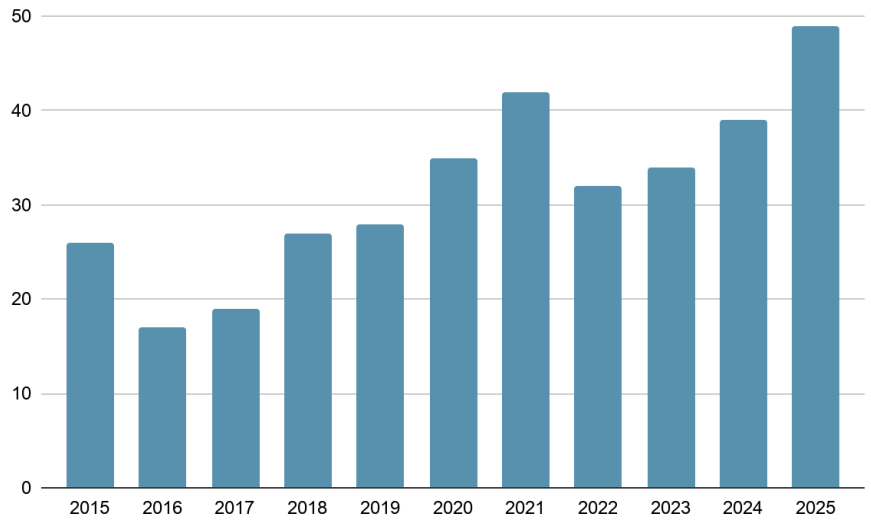


Fonte: Elaboração própria (2026).

Cabe ressaltar que o período entre 2020 e 2022 foi marcado pela pandemia de covid-19, que afetou todos os segmentos da sociedade, inclusive a educação e a produção acadêmica. No que tange a educação superior, as atividades de ensino, pesquisa e extensão ficaram comprometidas, sendo paralisadas em um primeiro momento e retomadas de maneira gradativa e limitada pela utilização de tecnologias digitais, como o recurso ao Ensino Remoto Emergencial (ERE). Em relação às publicações em periódicos acadêmicos, o coordenador da plataforma SciELO, Abel Packer, afirmou que "durante a pandemia, o número de artigos submetidos a revistas do Brasil da biblioteca SciELO teve um aumento de 23%", e que "na quarentena, muitos pesquisadores aproveitaram o isolamento forçado para escrever os manuscritos que haviam planejado, gerando trabalho extra para os editores" (Marques, 2022, n.p.).

Diante dessa constatação, podemos observar os desdobramentos desse contexto também no número de trabalhos publicados na Libertas, que sofreu um aumento substancial nesse período em relação ao anterior, subindo 25% em 2020 e mais 20% em 2021, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Número de publicações da Libertas (2015-2025).

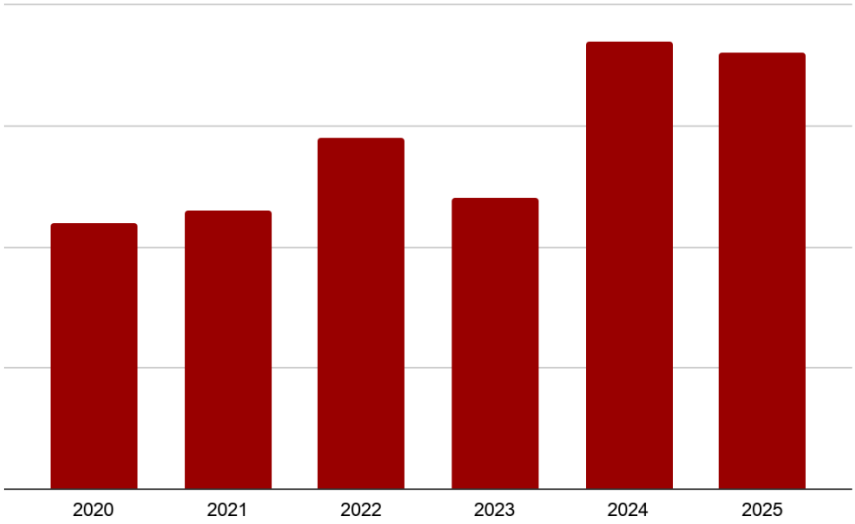


Fonte: Elaboração própria (2026).

O período de 2020 a 2025 marca uma expansão significativa em termos de publicação da revista quando comparado aos anos anteriores, refletindo, em certa medida, o aumento de trabalhos submetidos. Esse crescimento, embora influenciado em parte pelo contexto pandêmico, também se deve aos avanços elencados na seção anterior, com destaque para a consolidação da revista em plataforma digital (especialmente com o uso do OJS, a partir de 2019), o aprimoramento das estruturas físicas e de suporte técnico, a intensificação do trabalho de divulgação que deu maior visibilidade à revista e a implementação dos dossiês temáticos realizada a partir do segundo número de 2020, que vêm abordando temas atuais tratados pelo Serviço Social brasileiro nos últimos anos.

É importante destacar que a ampliação do número de submissões e publicações observado nos últimos anos não remete a qualquer tipo de flexibilização da linha editorial, o que se expressa pelo crescimento no volume de submissões recusadas entre 2020 e 2025 — seja na fase de *desk review*, seja na de avaliação por pares —, demonstrando a preservação da integridade da linha editorial da Libertas e dos critérios rigorosos de avaliação dos artigos estabelecidos pela revista.

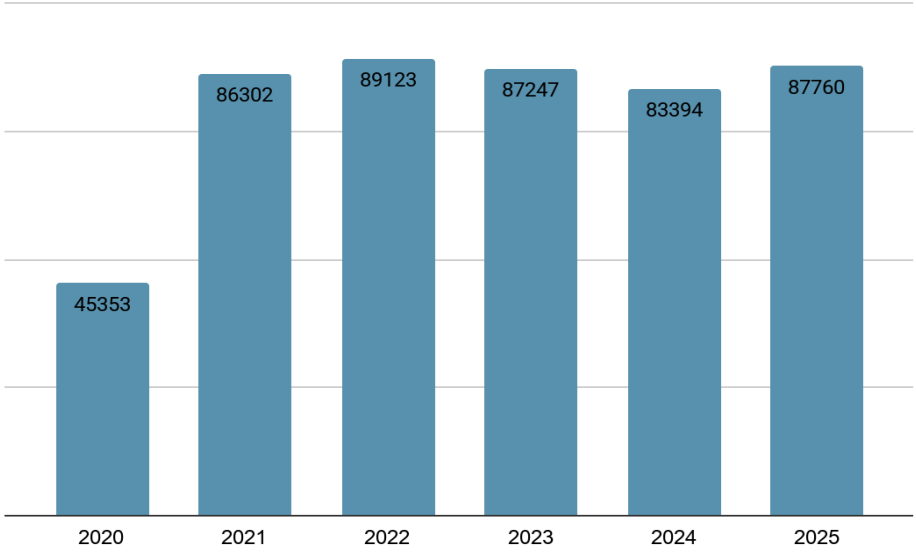
Gráfico 3 – Comparativo entre o volume de submissões recusadas pela Libertas de 2020 a 2025.



Fonte: Elaboração própria (2026).

O crescimento no número de submissões e publicações, que atinge seu ápice em 2025, explicita o aumento da procura pela revista, tendo em vista seu conhecimento e reconhecimento por parte da comunidade acadêmica em âmbito nacional — e mesmo internacional —, o que também se reflete no número de acessos aos trabalhos publicados pela Libertas, conforme demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Número de acessos às publicações[1] da Libertas (2020-2025).



Fonte: Elaboração própria (2026).

[1] O número de acessos anuais discriminado no gráfico se refere à visualização de todo material publicado pela revista até aquele ano e não somente aos textos publicados naquele ano.

A partir de 2021 o número de acessos aos documentos da revista (contando artigos, resenhas, entrevistas, traduções, editoriais) quase duplicou em relação ao ano de 2020, mantendo valores semelhante até 2025, o que mostra a constância da revista em termos de procura, consolidando-se como fonte de pesquisa de artigos acadêmicos.

Desse modo, a partir da estabilização dos índices destes três indicadores, submissão, publicação e acesso — que refletem os avanços anteriormente destacados, assim como o compromisso com o trabalho sério e de qualidade por parte das diferentes comissões editoriais e de todos aqueles que participaram direta ou indiretamente da construção da Libertas ao longo de sua história — consideramos que o período em análise, 2020-2025, representou um momento de consolidação da Libertas em termos editoriais e científicos, colocando-se como um periódico de relevância para o Serviço Social brasileiro, o que se ratifica pela elevação de seu conceito do Qualis Periódicos para A2 no quadriênio 2021-2024.

Dossiês temáticos, artigos de tema livre e publicações internacionais

A Libertas passou a utilizar dossiês temáticos a partir da segunda edição de 2020 e desde então onze dossiês foram publicados de forma ininterrupta, todos tendo o Serviço Social como elemento central. A partir disso, tratamos de temas que circunscrevem, direta ou indiretamente, a formação e o trabalho profissional, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1– Dossiês temáticos.

Edição	Tema do dossiê
v. 20, n. 2	Os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo
v. 21, n. 1	A influência do pensamento gramsciano no Serviço Social
v. 21, n. 2	Serviço Social, educação e universidade
v. 22, n. 1	Serviço Social internacional
v. 22, n. 2	Serviço Social e questão social novas e velhas expressões
v. 23, n. 1	Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social
v. 23, n. 2	Estado, Democracia e Serviço Social
v. 24, n. 1	Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social
v. 24, n. 2	Crise civilizatória, alternativas em construção e Serviço Social
v. 25, n. 1	Realidade Brasileira e Serviço Social
v. 25, n. 2	Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social

Fonte: Elaboração própria (2026).

Em um primeiro bloco de dossiês, podemos destacar a ênfase dada à crise do capitalismo e seus desdobramentos na conjuntura nacional e internacional, como a escalada do conservadorismo, a ofensiva ultraneoliberal, a crise civilizatória e as alternativas em construção.

O debate acerca da ofensiva do conservadorismo na sociedade brasileira passou a ser mais diretamente tratado na Libertas com o editorial do número 1 de 2020, que destacou a associação entre a perspectiva político-ideológica das classes dominantes e a crise humanitária causada pela pandemia de covid-19. A partir disso, o tema do dossiê da edição 2020/2 foi *Os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo*, onde os autores destacam o desafio, para o Serviço Social brasileiro, de "discernir entre rupturas e continuidades neste conservadorismo renovado", que vinha — e podemos dizer que ainda vem — avançando de forma "moralizante, descentralizado, anárquico, violento, anti-humanista e cristão-fundamentalista" (Arbia; Moljo, Fortes, 2020, p. XVIII).

Frente a esta conjuntura, o dossiê do primeiro volume de 2023, intitulado *Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social* — que contou com artigos que foram resultado de conferências proferidas no VII Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social (SEMINTSS) da UFJF – destacou os impactos da pandemia de covid-19 sobre a humanidade e como isso atribui maior atenção para as crises do modo de produção capitalista e seus mecanismos de resposta, que avançam sobre as formas de vida, destacando as crises climática e ambiental. Para além das crises e de todo o potencial destrutivo causado pela ordem do capital, o dossiê também abordou as formas de resistência e lutas sociais frente a este cenário de crise sanitária, ambiental e humanitária, bem como da ofensiva do conservadorismo, destacadamente na América Latina.

Na mesma linha, na segunda edição de 2024, publicamos o dossiê *Crise civilizatória, alternativas em construção e Serviço Social*, dando atenção aos aspectos latentes da conjuntura nacional e internacional, seguindo a agudização das crises do capitalismo e seus impactos sobre os trabalhadores e os recursos naturais. Neste sentido,

> [...] a crise estrutural do capital vem se apresentando através de seus múltiplos aspectos – as chamadas crises ambiental e climática, crise urbana, energética, etc. – evidenciando a destrutividade do capital sobre todas as dimensões da vida. Diante disso, torna-se urgente e indispensável dar visibilidade às alternativas em construção através das mais diversas iniciativas – sejam elas desenvolvidas no campo ou na cidade, em qualquer área do conhecimento – que apontem para novos horizontes civilizatórios (Eiras *et al.*, 2024, p. X).

Em um segundo bloco de dossiês nos propusemos a tratar de temas que estão no cerne da formação profissional e dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, aglutinamos um bloco mais extenso de temáticas onde abordamos a influência do pensamento gramsciano, a teoria social de Marx, educação e universidade, a questão social, Estado e democracia, a realidade brasileira, e as lutas sociais.

Em dois dossiês demos destaque para a matriz teórica que fundamenta o Serviço Social

desde sua renovação crítica nos anos de 1980: o marxismo. Um deles voltado para a *Teoria social de Marx* (v. 24, n. 1), que contou com contribuições de autores que, partindo das obras de Marx, Engels e daqueles que deram continuidade e aprofundaram a tradição marxista, reforçam a "vitalidade de seu pensamento na produção acadêmica e sua enorme contribuição para compreender a realidade atual, nas diferentes esferas das relações sociais capitalistas" (Aquino *et al.*, 2024, p. VIII). O outro abordou *A influência do pensamento gramsciano no Serviço Social* (v. 21, n. 1), destacando as contribuições de um dos principais pensadores marxistas do século XX, dos mais influentes no Serviço Social brasileiro, como destacaram Moljo, Arbia e Fortes (2021a, p. XII):

> No Serviço Social brasileiro a influência de Gramsci é inconteste. Sob o influxo do Movimento de Reconceituação Latino-americano, datado de 1965 a 1975, é que o Serviço Social se aproxima do pensamento marxista, mesmo que de forma enviesada, mas será, sobretudo, a partir dos anos de 1980, que esta aproximação, amadurecerá e ganhará estatuto teórico. Como sinalizou Ivete Simionatto, desde final dos anos [19]70 o pensamento gramsciano terá grande influência no debate acadêmico e político. Adensa os debates na apreensão das dimensões da política, da cultura e da ideologia, por meio de categorias como Estado, sociedade civil, sociedade política, hegemonia, intelectuais, filosofia da práxis, classes subalternas, revolução passiva entre outras. É a partir da recuperação desses referenciais que o Serviço Social se interroga sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural [...].

No conjunto de temas que tangenciam o Serviço Social, no ano de comemoração do centenário de Paulo Freire, o dossiê *Serviço Social, educação e universidade* (v. 21, n. 2) levantou a questão: "a que e a quem serve a educação?" Resgatando as críticas de Freire à "educação bancária", autoritária e voltada para a manutenção da ordem, o dossiê suscitou reflexões acerca da educação superior no Brasil e da dimensão socioeducativa da profissão, buscando "abrir espaço para artigos que tratassem da atuação profissional de assistentes sociais no sistema educacional, na docência, na produção do conhecimento, assim como para textos que se proponham a pensar criticamente os rumos da universidade no contexto atual" (Moljo; Arbia; Fortes, 2021b, p. XV).

Para finalizar este eixo temático dos dossiês, destacamos a relação de um núcleo fundamental de elaborações que se encadeiam e perpassam o cerne do projeto profissional e pedagógico do Serviço Social brasileiro, que materializamos em 3 dossiês que abordaram: a questão social, Estado e democracia, e a realidade brasileira.

Em primeiro lugar, o dossiê *Serviço Social e questão social - novas e velhas expressões* (v. 22, n. 2) voltou-se para a "questão social" e suas expressões, entendendo-a como elemento central do projeto e do trabalho profissional dos assistentes sociais. O dossiê destaca

> o lugar heurístico que ocupa na construção dos saberes profissionais, sua posição basilar – praticamente transversal – na estruturação curricular, a exigência de seu prévio (re)conhecimento, inclusive, antes mesmo da reflexão sobre as formas de intervenção – arquitetura compreensiva que ao menos procura nos colocar em uma posição distinta da de meros "administradores" das mazelas sociais ou simples executores terminais de políticas sociais (como advertiu Netto, 2009)... São questões que atestam a dupla importância do tema para a profissão: a) sua admissão como parte da materialidade mesma das relações sociais burguesas e b) de sua compreensão na constituição da arquitetura de saberes da formação profissional (Fortes; Moljo; Arbia, 2022, p. XI).

Destacando a agudização da crise contemporânea e, consequentemente, das contradições próprias da sociabilidade do capital, o dossiê procurou jogar luz sobre as "novas expressões, que trazem em seu âmago a 'velha' questão social" (Fortes; Moljo; Arbia, 2022, p. XVI) e os desafios postos à profissão.

Na sequência, o dossiê *Estado, Democracia e Serviço Social* (v. 2023, n. 2) reuniu contribuições que tratam o contexto atual de profunda crise do capital e a relação entre Estado e Sociedade Civil, "expressando os desafios para a sustentação da democracia em face da luta entre projetos sociais antagônicos e as contribuições da profissão de Serviço Social nos processos de resistência" (Grossi; Aquino; Eiras, 2023, p. IX).

Esse conjunto de contribuições deixa claro o método marxista de análise da realidade, que se mostra presente nos dossiês da Libertas, quando os textos apresentam-se entre elaborações que vão das questões estruturais da sociedade capitalista aos apontamentos mais aparentes, que demandam uma leitura "à quente" da conjuntura política, econômica e social, evidenciando reflexões que vão do universal ao particular.

No que tange ao dossiê *Realidade brasileira e Serviço Social* (v. 25, n. 1), a Libertas, em consonância com a profusão de contribuições e elaborações de estudiosos do Serviço Social e de áreas afins que recuperam as interpretações clássicas do Brasil para compreender os dilemas contemporâneos, decidiu abordar

> tanto os dilemas mais amplos da formação social brasileira e os debates em torno do pensamento social brasileiro, quanto os enfoques em especificidades da realidade social, tais como os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e territoriais, [que] são sempre postos e repostos para estudo, análise e interpretação [...]. Os desafios postos na contemporaneidade são amplos e extrapolam a realidade nacional, basta pensar no contexto de crise mundial do capitalismo, na ofensiva ultraneolibreral, nos preceitos conservadores e fascistas que assombram o mundo; porém, tais questões podem se apresentar de formas particulares em uma sociedade como a brasileira, o que abre espaço para formulações para entender esta realidade e as possibilidades de lutas e resistências da classe trabalhadora (Bruziguessi *et al.*, 2025, p. VIII).

Fundamental destacar que todos esses dossiês, com maior ou menor enfoque, trataram

das lutas sociais como aspecto central para compreender as disputas em torno da educação brasileira; como elemento constitutivo da questão social; das inflexões entre Estado e sociedade civil e os dilemas da democracia; e as formas com que se configuram na particularidade histórica brasileira. Não limitado a tais dossiês, mas destacados neles, foram apresentadas as formas de resistência na contemporaneidade e os desafios às organizações dos trabalhadores.

Em um terceiro bloco de dossiês, destacamos as abordagens que colocam o Serviço Social como objeto, seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, bem como as configurações e disputas do Serviço Social internacional — e isso sem perder os nexos da totalidade social, o que poderia nos levar a uma análise endogenista da profissão.

O dossiê *Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social* (v. 2025, n. 2) trouxe

> os fundamentos da profissão [que] incluem a produção de conhecimento caracterizada pelas pesquisas peculiares à área de Serviço Social, bem como a interlocução contínua com as áreas de ciências humanas e sociais. [...], nesta temática estão incluídos os estudos e pesquisas que tratam das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, além de produções que abordam as demandas e perfis dos sujeitos que utilizam os serviços sociais; as relações estabelecidas entre assistentes sociais e as lutas/movimentos sociais na mediação com as políticas sociais; e as formas de organização da profissão (Eiras; Bruziguessi; Souza, 2025, p. VIII).

Já o dossiê *Serviço Social internacional* (v. 22, n. 1) trouxe um objeto atual de investimento por parte da profissão, capitaneado pelos organismos representativos da categoria e que vem provocando a formação de grupos de colaboração internacional em vários âmbitos: na construção de projetos de pesquisa em parceria com instituições de diferentes países; no intercâmbio de docentes e discentes em diferentes programas de pós-graduação; na realização de eventos científicos internacionais; nas trocas de experiências dos diferentes periódicos e publicações internacionais. Assim, esse número foi dedicado a uma área ainda pouco conhecida pelo Serviço Social brasileiro — o Serviço Social internacional — aproveitando o momento de "internacionalização do Serviço Social brasileiro, incentivado pela própria internacionalização das diversas ações de pós-graduação" (Moljo; Arbia; Fortes, 2022, p. XII) para dar visibilidade a experiências e tendências do Serviço Social no mundo, uma vez que ele se mostra

> muito diferenciado entre si, não só no interior da América Latina, mas também na Europa ou nos Estados Unidos, nos países da África e da Ásia. Ainda pouco sabemos das experiências de formação e trabalho profissional do Serviço Social em países como Austrália; portanto, temos um importante caminho a percorrer e este número da Libertas, busca justamente apresentar, mesmo que de forma inicial esta diversidade (Moljo; Arbia; Fortes, 2022, p. XIV).

Entendemos que houve uma vasta abordagem de temas nesse período em que a seção de dossiês temáticos foi implementada, o que pode ter sido um dos fatores para o aumento da

procura pela Libertas, tendo em vista o crescimento dos indicadores analisados na seção anterior.

Temas que compõem os fundamentos da formação profissional, juntamente a outros diretamente ligados aos desafios contemporâneos, serviram de norte para as definições dos dossiês, o que vem se mostrando uma opção editorial exitosa no sentido de fortalecer as reflexões temáticas e, ao mesmo tempo, impulsionar a divulgação do conhecimento socializado pela revista.

Quadro 2 – Submissões e publicações de artigos nos dossiês temáticos.

Ano	**Porcentagem de submissões para dossiê em relação ao total de submissões**	**Número de publicações nos dossiês temáticos a partir do 2º número de 2020.**		
		1º semestre	**2º semestre**	**Total**
2020	17%	-	7	7
2021	26%	10	11	21
2022	31,2%	8	8	16
2023	25,4%	7	11	18
2024	31,6%	11	8	19
2025	40,4%	17	14	31

Fonte: Elaboração própria (2026).

Os dados apresentados no Quadro 2 reforçam nossos apontamentos, tendo em vista um índice relevante de submissões destinadas aos dossiês temáticos em relação ao número total de submissões, já que são feitos em um período determinado do ano — entre a publicação da chamada e o prazo final de submissões. Os índices variaram entre 25% e 31% no período de 2021-2024, chegando a 40% em 2025, quando a revista chegou ao número de 31 artigos publicados nos dossiês.

Os índices consideráveis de submissões de artigos para dossiê podem mostrar um interesse maior por parte dos pesquisadores pelas seções temáticas das revistas não só por tratarem assuntos atuais e latentes, mas também por darem uma maior visibilidade aos artigos sobre tais temas e seus autores, se tornando, consequentemente, uma fonte mais acessível para aqueles estudantes e pesquisadores que estão em busca de publicações específicas a respeito de determinada temática.

Considerando somente os artigos de tema livre — que são submetidos em fluxo contínuo — publicados entre 2020-2025, fizemos um levantamento das temáticas abordadas e um enquadramento a partir dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's) da ABEPSS[2], tendo em

[2] "Organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de

vista que eles servem de base para os eixos temáticos do Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ENPESS) e, por isso, entendemos que tais eixos compreendem a diversidade dos temas considerados relevantes pelo Serviço Social brasileiro em termos de ensino e pesquisa.

Quadro 3 – Temas dos artigos de fluxo contínuo.

Eixo	**Tema**	**Nº de artigos**
1	Trabalho, Questão Social e Serviço Social	24
2	Política Social e Serviço Social	14
3	Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional	25
4	Movimentos Sociais e Serviço Social	1
5	Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	7
6	Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social	9
7	Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	5
8	Serviço Social, Geração e Classes Sociais	7
	Total	**92**

Fonte: Elaboração própria (2026).

Este levantamento visa identificar os temas em fluxo contínuo mais recorrentes, o que pode representar as áreas temáticas mais pesquisadas, ou mesmo as que representam maior acúmulo no Serviço Social — mesmo que a revista não tenha contribuições somente de pesquisadores do Serviço Social, mas estes representam a maioria das submissões.

Também é importante destacar que muitos artigos apresentam grande transversalidade de temas, que compreendem mais de um eixo temático indicado. Dessa forma, fizemos o enquadramento de acordo com o recorte do objeto de cada artigo.

Assim, destacamos o grande contingente de artigos nos eixos de *Trabalho, Questão Social e Serviço Social* e *Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional*, respectivamente com 24 e 25 artigos publicados. Não é surpresa essa constatação, pois esses dois eixos materializam os pressupostos da formação profissional em Serviço Social:

> 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2- A relação do Serviço Social com a questão social

disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa, como o próprio nome já o indica, são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS" (ABEPSS, 2025).

> - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 60).

O eixo *Política Social e Serviço Social* também se mostra fundamental, por tratar das políticas sociais e dos meios para a intervenção do trabalho profissional, como posto no mesmo documento que estabelece as diretrizes básicas para os cursos de Serviço Social: "4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas **formas históricas de seu enfrentamento**, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, **através das políticas** e lutas sociais" (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 60-61, grifo nosso).

Porém, mais do que os outros dois supracitados, o eixo *Política Social e Serviço Social* apresenta maior diversidade no alcance, já que é definido pelo público alvo ou pela área de inserção profissional. Como a escolha metodológica de enquadramento foi pelo recorte específico do objeto, os estudos que tratam de políticas voltadas para meio ambiente, com recortes urbanos ou rurais (territoriais) foram alocados no eixo 5; já as políticas com recorte de gênero, étnico-racial, diversidade sexual foram alocados no eixo 6; e os estudos em que as políticas dão enfoque a crianças, adolescentes, jovens, idosos, foram alocados no eixo 8.

Outro ponto que destacamos é o baixo número de publicações no eixo *Movimentos Sociais e Serviço Social*, com somente 1 artigo que possui o estudo dos movimentos e lutas sociais como objeto de pesquisa. Se, por um lado, isso pode significar que o estudo das formas de luta e organização dos trabalhadores vem sendo pouco pesquisados no Serviço Social, por outro é possível argumentar que esse se trata de tema transversal, que se apresenta como fundamento da questão social e, consequentemente, de toda a dinâmica societária.

Dentro disso, voltamos a afirmar que as lutas e movimentos sociais — expressos nas diversas formas de resistência, revolta e organização dos trabalhadores — aparecem como elemento constitutivo nos diferentes eixos temáticos, como já havíamos afirmado em relação aos trabalhos publicados nos dossiês e, por isso, podem não despontar como objeto específico dos estudos, mas se mostram frequentemente presentes nos artigos. Como fizemos em relação aos trabalhos que tratam das políticas sociais, aqueles que tratam das lutas e formas de resistência em recortes específicos, foram enquadrados em outros eixos temáticos[3].

Reforçamos esse apontamento com citação retirada do documento das diretrizes gerais para os cursos de Serviço Social:

[3] Destacamos ser necessário um estudo mais apurado dos artigos que abordam as temáticas "políticas sociais" e "movimentos sociais", tendo em vista o enquadramento dado neste artigo, que nem de longe poderia contemplar tais especificidades, uma vez que são temas fundamentais para a formação profissional do Serviço Social.

> 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo **movimento de organização das classes trabalhadoras**, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas **formas históricas de seu enfrentamento**, permeadas pela **ação dos trabalhadores**, do capital e do Estado, através das políticas e **lutas sociais**" (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 60-61, grifo nosso).

Além dos artigos de dossiês e de tema livre, a Libertas se dedica à publicação de trabalhos em outros formatos, como relato de experiência, entrevista, tradução e resenha. No período de 2020 a 2025 a revista realizou esforços para a manutenção desses formatos, tendo publicado entrevistas em todos os doze últimos números, e traduções em pelo menos um número por ano durante esse período, como mostra o Quadro 4.

Quadro 4 - Diversidade de formatos de publicações.

Ano	Resenha	Relato de experiência	Entrevista	Tradução
2020			2	2
2021		1	2	2
2022			2	2
2023	1		2	2
2024			2	1
2025	1	2	2	1

Fonte: Elaboração própria (2026).

Embora as modalidades de resenha, tradução e relato de experiência se apresentem como possibilidades de publicação, juntamente com os artigos de dossiê e tema livre, verificamos que o volume de submissões para esses formatos é nitidamente menor. Inferimos que isso possa acontecer em virtude dos mecanismos de pontuação de produção acadêmica que privilegiam os artigos, considerando a vinculação de sua autoria, em sua grande maioria, aos programas de pós-graduação, que são avaliados pela CAPES. Diante disso, indagamos se os relatos de experiência são preteridos apenas por esse motivo ou se simplesmente não são considerados para publicação em periódicos na área de Serviço Social. Se a resposta for afirmativa, isso nos leva a supor que a sistematização do trabalho profissional também não é considerada como possibilidade para publicação por assistentes sociais que não se encontram na pós-graduação, restringindo a sua presença a trabalhos publicados em anais de eventos, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Ainda assim, foram realizadas publicações significativas nessas seções entre 2020 e 2025.

Destacamos o esforço de internacionalização da Libertas, em consonância com o

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, no sentido de fomentar a articulação e a realização de pesquisas no âmbito internacional, assim como a socialização das produções acadêmicas em diferentes países. A promoção periódica do SEMINTSS (Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social) tem impulsionado a interlocução e a divulgação das pesquisas internacionais realizadas com a participação de docentes da Faculdade de Serviço Social, privilegiando a interlocução latino-americana, mas também estabelecendo conexões com países europeus, dos quais destacam-se Portugal, Espanha e Itália. As parcerias decorrem de iniciativas diversas promovidas por pesquisadores da Faculdade de Serviço Social ou impulsionadas pela UFJF e implicam investigações em diferentes campos temáticos com os quais o Serviço Social estabelece interlocução.

Um aspecto interessante acerca do processo de internacionalização da Libertas está no fato de que ele vem ocorrendo em grande medida através do diálogo com países da América Latina, da Península Ibérica e outras nações de língua portuguesa. Entre 2020 e 2025, observa-se a presença crescente de autores e temas vinculados à Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, Colômbia, Espanha, Portugal, Itália e Angola, evidenciando um percurso de internacionalização mais voltado para a construção de redes de intercâmbio Sul-Sul e ibero-americanas. Esse crescimento explicita a maior visibilidade e relevância da revista em âmbito internacional, o que pode ser atribuído à participação de docentes da FSS/UFJF, sobretudo aqueles vinculados ao PPG, em pesquisas internacionais e intercâmbios com cursos de Serviço Social de outros países. No entanto, apesar de significativo, esse crescimento é ainda discreto em números absolutos, de maneira que a internacionalização se apresenta como um dos grandes desafios a ser enfrentado pela Libertas nos próximos anos, como veremos a seguir.

Desafios e perspectivas

Em seu aniversário de 25 anos, a Libertas se depara com desafios que extrapolam a dimensão editorial (como a ampliação de sua indexação em novas bases de dados, por exemplo) e que refletem não só os reveses da produção científica no âmbito internacional, como também as tensões contemporâneas próprias da universidade pública brasileira.

Na esfera nacional, a Libertas enfrenta o desafio de fortalecer a sua atuação enquanto um espaço aberto de produção e difusão do pensamento crítico em um contexto marcado pela crescente precarização do trabalho acadêmico e pela fragilização das condições de pesquisa nas universidades públicas brasileiras. Os significativos cortes orçamentários destinados à educação e à pesquisa, aliados à escassez de recursos para a editoração científica e à intensificação das exigências produtivistas de publicação (que sobrecarregam pesquisadores e

docentes), têm produzido um ambiente cada vez menos favorável à reflexão aprofundada e à construção coletiva do conhecimento nas instituições de ensino superior do Brasil.

Diante de um cenário como esse, sustentar um periódico qualificado de acesso aberto — que não cobra quaisquer taxas de autores ou leitores — se torna um grande desafio, visto que a sua manutenção exige investimentos recorrentes em infraestrutura tecnológica, preservação de acervos, formação de equipes especializadas e qualificação editorial. Se levarmos em conta que tanto a revisão por pares quanto o trabalho desenvolvido pelos editores de periódicos de instituições públicas não são remunerados e que, além disso, tais atividades são realizadas por equipes muito pequenas, cujos membros ainda acumulam outras funções institucionais, é possível ter uma noção das dificuldades enfrentadas por aqueles que se dedicam à produção e à divulgação científica no Brasil.

Tais dificuldades se apresentam, inclusive, como obstáculos substanciais para a consolidação das práticas de Ciência Aberta[4] recomendadas pela UNESCO (2021), práticas que se mostram fundamentais para a democratização da pesquisa e para a ampliação do diálogo entre universidade e sociedade. Uma vez que o acesso livre ao conhecimento vem se tornando cada vez mais valorizado, as revistas científicas precisam encontrar formas de garantir a publicização da pesquisa científica sem comprometer a sustentabilidade de sua qualidade editorial. Para uma revista vinculada a uma universidade pública, como é o caso da Libertas, o desafio consiste em assegurar a continuidade de um modelo de acesso gratuito e universal ao conhecimento, reafirmando a ciência como um bem público e não como mercadoria.

Nas últimas décadas a mercantilização do conhecimento vem tomando proporções cada vez maiores graças ao avanço da tecnologia digital, que determinou o início da fragmentação das infraestruturas acadêmicas tradicionais, condenando o modelo baseado em materiais impressos, bibliotecas e acervos físicos. Como resultado, esse processo tem levado à plataformização da ciência (Silva Neto; Chiarini, 2022), fazendo com que diferentes grupos empresariais vinculados à editoração e à disseminação de conhecimento científico lutem pela sua apropriação, visando o lucro.

Essa transição, segundo Walter e Mullins (2019), vem determinando um retrocesso no interior da comunidade científica, uma vez que muitas editoras que inicialmente atuavam como

[4] "A Ciência Aberta (Open Science) é um conjunto de princípios e práticas que visam ao acesso imediato e permanente, pela comunidade acadêmica e pela sociedade, ao conhecimento produzido por meio da pesquisa, de modo a promover uma ciência transparente, confiável, reprodutível e acessível. Seu principal mecanismo é o compartilhamento de dados, métodos, publicações, códigos, recursos educacionais, entre outros aspectos, estabelecendo um circuito aberto no qual todas as etapas da pesquisa podem ser verificáveis e reprodutíveis, a qualquer momento" (Goldman *et al*., 2026, p. 6).

parceiras da comunidade acadêmica — disseminando os seus estudos — se transformaram em instituições lucrativas que regulam o acesso ao conhecimento científico através da cobrança de taxas exorbitantes. Tal conjuntura tem levado à limitação da atuação dos próprios pesquisadores e ao estabelecimento de relações parasitárias entre as editoras e aqueles que produzem conhecimento (Walter; Mullins, 2019), gerando novas formas de dependência institucional que subordinam pesquisadores, periódicos, universidades e até mesmo Estados, a interesses privados. Para se ter uma ideia, de 2026 a 2028, o governo brasileiro vai gastar quase 153 milhões de dólares (cerca de 823 milhões de reais) com a assinatura de licença para acessar a base de dados somente da Elsevier (Brasil, 2025), levando o país a pagar para divulgar e ter acesso aos resultados de pesquisas que ele mesmo financiou.

Assim, o desafio enfrentado pelos periódicos acadêmicos consiste em equilibrar a sua inserção nos circuitos internacionais de divulgação científica com a preservação de sua independência editorial e intelectual. Para a Libertas, isso significa buscar reconhecimento e visibilidade sem abrir mão de seu compromisso histórico com a universidade pública, com a circulação gratuita do conhecimento e com a construção de agendas de pesquisa que não sejam orientadas por critérios mercadológicos, que tendem a reduzir a atividade científica a indicadores de produtividade e desempenho.

Associado a esse processo encontra-se o desafio da internacionalização, já que a pressão por sua viabilização tem sido exercida no sentido de realizar publicações em inglês, integrar indexadores internacionais e galgar posições em *rankings* de prestígio científico, determinados por índices cientométricos controlados por empresas associadas às grandes editoras internacionais privadas (Pompeia, 2025). Embora a ampliação do diálogo com pesquisadores e instituições internacionais seja fundamental para fortalecer a circulação da ciência brasileira, esse movimento não pode significar a subordinação de sua produção às agendas temáticas, epistemológicas, metodológicas e linguísticas estrangeiras, muitas vezes atreladas a modelos hegemônicos de produção científica centrados em perspectivas eurocêntricas e norte-americanas.

A internacionalização precisa ocorrer de forma crítica, fortalecendo as interlocuções Sul-Sul, ampliando os diálogos latino-americanos, abordando aspectos sociais, raciais, ambientais, de gênero e de território, e valorizando perspectivas historicamente alijadas a partir de uma postura crítico-dialética, característica do Serviço Social brasileiro. Além disso, é preciso ressaltar que a internacionalização exige um investimento maior de recursos, já que a publicação de artigos em outros idiomas demanda custos elevados de tradução. Nesse sentido, o desafio enfrentado pela Libertas é duplo, pois além de buscar atrair publicações e diálogos

com a América Latina e demais continentes, sem se conformar a parâmetros externos, a revista é estimulada a se tornar bilíngue ou trilíngue sem possuir os recursos necessários para arcar com as traduções especializadas e demais exigências que tal processo requer.

Nesse cenário, no qual a mercantilização do conhecimento alia-se ao movimento de internacionalização e à crescente pressão para a publicação em periódicos de "alto impacto", o uso de ferramentas digitais baseadas em inteligência artificial generativa tem sido cada vez mais recorrente[5]. A nova geração de grandes modelos de linguagem (LLMs) como ChatGPT, Gemini, Claude, entre outros, possui capacidades surpreendentes para a geração de textos, sendo utilizados para escrever artigos, propostas de financiamento, relatórios de revisão por pares, realizar revisões de literatura (Chawla, 2024; Donker, 2023; Nordling, 2023) e auxiliar em diferentes processos editoriais (Miola *et al*., 2025). Apesar de tais tecnologias oferecerem possibilidades positivas para a pesquisa acadêmica — inclusive para a sua democratização —, o seu uso indiscriminado e acrítico tem levantado questões preocupantes relacionadas à autoria, ao plágio, à transparência metodológica e à integridade científica de muitos estudos publicados nos últimos anos. De acordo com França e Monserrat (2024, p. 7, tradução nossa), "esses são desafios assustadores, e superá-los requer nada menos que uma revolução cultural dentro da ciência"[6].

Diante disso, a Libertas precisará estar a par dos debates sobre o uso pertinente dessas tecnologias, apoiando a elaboração de critérios e diretrizes que permitam incorporar inovações tecnológicas à atividade acadêmico-científica sem comprometer os princípios éticos que a sustentam. Desse modo, o desafio não está apenas em regular o uso dessas ferramentas, mas sobretudo em colaborar para a reflexão crítica acerca dos seus impactos na produção do conhecimento e nas relações de trabalho que estruturam a comunidade científica.

Nesse ponto, destaca-se a importância da formação adequada das novas gerações de pesquisadores, algo que se apresenta como um dos grandes desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores responsabilidades da Libertas. Ao longo de sua história, a revista consolidou-se como um espaço de divulgação de trabalhos realizados por pesquisadores experientes e emergentes, viabilizando a participação de jovens pesquisadores no debate acadêmico, contribuindo para a formação de estudantes de graduação e pós-graduação no campo da pesquisa. Face a um contexto marcado por incertezas quanto ao financiamento da produção

[5] Dados referentes ao aumento do uso de IA na produção científica estão disponíveis em Hrycyshyn e Eassom (2025) e Kusumegi et al. (2025).
[6] No original: "These are daunting challenges, and overcoming them requires nothing short of a cultural revolution within science."

científica e à valorização da carreira acadêmica — um cenário no qual a desinformação, o negacionismo e o conservadorismo atacam violentamente a credibilidade da ciência e da universidade pública —, esse papel formativo torna-se ainda mais importante. Por isso, a Libertas se compromete a dar continuidade a esse trabalho fundamental, garantindo espaços de divulgação e debate também para novos autores.

Em conjunto, esses desafios demonstram que o futuro da Libertas não depende apenas de sua capacidade de ampliação internacional ou de adaptação às mudanças institucionais, econômicas e tecnológicas contemporâneas, mas da preservação de seu compromisso histórico com a universidade pública, a produção científica crítica, a democratização do conhecimento e, principalmente, com a defesa de uma formação cuja finalidade última é a emancipação humana. Ao completar seus 25 anos, a Libertas não celebra apenas uma história de realizações e conquistas, mas procura reafirmar a sua presença não somente enquanto um periódico de divulgação científica, mas como um espaço de resistência e de construção coletiva do conhecimento.

(Co)memorando

Ao finalizar este texto queremos deixar um breve registro-testemunho desta trajetória da Libertas. Vimos ela nascer em 2001 quando a Faculdade de Serviço Social havia decidido – estrategicamente – dedicar-se à qualificação do corpo docente para a pesquisa acadêmica. As páginas da Libertas registraram várias dessas contribuições teórico-acadêmicas. Houve momentos de estagnação e quase desistência sobre a continuidade da revista. Ali, foi necessário persistir e "correr atrás" dos prejuízos, atualizar os números e manter a perspectiva de sua existência. As decisões sobre os rumos da Libertas foram muito importantes para a sua trajetória, dentre as quais destaca-se a migração para o mundo digital por meio da plataforma OJS. Embora muitas das condições estruturais tenham se apresentado como obstáculos difíceis, houve o desejo e a firme dedicação de muitas pessoas para superá-los, o que veio a permitir a continuidade e o sucesso desse trabalho.

Este é o momento de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que chegássemos até o presente patamar: integrantes das comissões editoriais, profissionais técnicos-administrativos, autores, revisores, pareceristas — que desempenham um papel essencial para a qualificação das publicações realizadas pela Libertas — e, finalmente, o público leitor.

Com vocês, celebramos essa trajetória!

Equipe Editorial Libertas (2001-2026):

Alexandra A. L T. S. Eiras
Alexandre Aranha Arbia
Auta Iselina Stephan de Souza
Bruno Bruziguessi Bueno
Carina Berta Moljo
Édina E. C. M. Souza
Ednéia Alves de Oliveira
Elizete Menegat
Hernán A. Mamani
Isaura G. C. Aquino
Joseane Barbosa Lima
Lêda Maria Leal Oliveira
Leila Baumgratz Delgado
Luciano Cardoso de Souza
Lysle Avelar
Márcio Henrique de Oliveira
Maria Aparecida Tardin Cassab
Maria Lúcia Duriguetto
Marina Barbosa Pinto
Marilda A. Bechtluffit
Mônica Aparecida Grossi
Ronaldo Vielmi Fortes
Sandra Hallack Arbex

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. GTPS. *ABEPSS*, 2025. Disponível em: https://abepss.org.br/gtps/. Acesso em: 05 jun. 2026.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Cadernos ABESS Edição Especial. Formação Profissional*: trajetórias e desafios. Editora Cortez: São Paulo, 1997.

AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho; EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; GROSSI, Mônica Aparecida Grossi; SOUZA, Luciano Cardoso de. Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. VIII-XIV, 2024. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2024.v24.45028. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/45028. Acesso em: 1 jun. 2026.

ARBIA, Alexandre Aranha; MOLJO, Carina Berta; FORTES, Ronaldo Vielmi. O museu de grandes novidades. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. VIII-XXII, 2020. DOI: 10.34019/1980-8518.2020.v20.32971. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32971. Acesso em: 06 jun. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Contrato nº 57/2025*. Objeto: Contrato administrativo nº 57/2025, que fazem entre si a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Elsevier B.V.

Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/contratos-capes/04122025_Contrato_572025_SEI_2729395.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

BRUZIGUESSI, Bruno; SOUZA, Luciano Cardoso de; EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho. Realidade brasileira e Serviço Social. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. VIII-XIV, jun. 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2025.v25.49255. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/49255. Acesso em: 14 jun. 2026.

CHAWLA, Dalmeet Singh. Is ChatGPT corrupting peer review? Telltale words hint at AI use. *Nature*, [s. l.], v. 628, n. 8008, p. 483-484, abr. 2024. DOI: https://doi.org/10.1038/d41586-024-01051-2. Disponível em: https://www.nature.com/articles/d41586-024-01051-2. Acesso em: 6 jun. 2026.

DONKER, Tjibbe. The dangers of using large language models for peer review. *The Lancet Infectious Diseases*, Volume 23, Issue 7, P781, July 2023. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099(23)00290-6/fulltext. Acesso em: 6 jun. 2026.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; BRUZIGUESSI, Bruno; AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho; SOUZA, Luciano Cardoso de. Crise civilizatória, alternativas em construção e Serviço Social. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. X-XIII, dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2024.v24.47003. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/47003. Acesso em: 1 jun. 2026.

EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; BRUZIGUESSI, Bruno; SOUZA, Luciano Cardoso de. Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. X-XVIII, dez. 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2025.v25.51190. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/51190. Acesso em: 14 jun. 2026.

FORTES, Ronaldo Vielmi; MOLJO, Carina Berta; ARBIA, Alexandre Aranha. Novas refrações da questão social: um lugar para a razão. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. XI-XXII, dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.39727. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/39727. Acesso em: 14 jun. 2026.

FRANÇA, Thiago F. A.; MONSERRAT, José Maria. The artificial intelligence revolution in unethical publishing: Will AI worsen our dysfunctional publishing system? *Journal of General Physiology*, New York, v. 156, n. 11, e202413654, 2024. DOI: 10.1085/jgp.202413654. Disponível em: https://rupress.org/jgp/article/156/11/e202413654/277011/The-artificial-intelligence-revolution-in. Acesso em: 5 jun. 2026.

GOLDMAN, Alfredo; MAGALHÃES, Ana Paula Tavares; LIMA, Antônio Fernandes Costa; FULLER, Claudia Maria; SOUZA, Gilberto Francisco Martha de; TRAJANO, Isis Paiva; BRAGA, Mariana Minatel; NUSSENZVEIG, Paulo Alberto; PIMENTEL, Rafael Rodrigo da Silva; FERRETTI-REBUSTINI, Renata Eloah de Lucena; WHITTON, Renata G. M. *Guia para Ciência Aberta*. São Paulo: USP, 2026. Disponível em: https://cienciaaberta.usp.br/wp-content/uploads/sites/978/2026/02/Guia-para-Cienencia-Aberta-fechado.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

GROSSI, Mônica Aparecida; AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho; EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Editorial. Libertas, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. IX-XIII, dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2023.v23.43067. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/43067. Acesso em: 14 jun. 2026.

HRYCYSHYN, Allison; EASSOM, Helen. *ExplanAItions*: an AI study by Wiley. Hoboken, NJ: Wiley, 2025. 38 p. Disponível em: https://www.wiley.com/content/dam/wiley-

com/en/pdfs/about/wiley-explanaItions-ai-study-february-2025vers3.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

KUSUMEGI, Keigo; YANG, Xinyu; GINSPARG, Paul; DE VAAN, Mathijs; STUART, Toby; YIN, Yian. Scientific production in the era of large language models. Science, Washington, DC, v. 390, n. 6779, p. 1240–1243, 18 dez. 2025. DOI: 10.1126/science.adw3000. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.adw3000. Acesso em: 4 jun. 2026.

MARQUES, Fabrício. Produção científica sobre Covid-19 afeta o equilíbrio da geração de conhecimento. *Revista Pesquisa Fapesp*. Edição 318, ago. 2022. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/producao-cientifica-sobre-covid-19-afeta-o-equilibrio-da-geracao-de-conhecimento/, Acesso em: 29 maio 2026.

MIOLA, Vitor Fernando Bordin; CASTRO, Janaína de Oliveira e; PINTO, Beatriz Gomes; BANDEIRA, Lidiane Gomes; ORTIZ, Jessica Vanina; MORAIS, Rian Barreto Arrais Rodrigues de; SILVA, Aridênio Dayvid da. Inteligência artificial no processo editorial científico: potencial, riscos e perspectivas éticas. *Abec Meeting*, [S. l.], p. 1–7, 2026. Disponível em: https://ojs.abecbrasil.org.br/abec/article/view/316. Acesso em: 6 jun. 2026.

MOLJO, Carina Berta; ARBIA, Alexandre Aranha; FORTES, Ronaldo Vielmi. Editorial: Libertas, 20 anos! Libertas, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. IX-XVIII, jun. 2021a. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2021.v21.34536. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/34536. Acesso em: 14 jun. 2026.

MOLJO, Carina Berta; ARBIA, Alexandre Aranha; FORTES, Ronaldo Vielmi. Educação para quem? *Libertas*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 1-12, dez. 2021b. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2021.v21.36560. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/36560. Acesso em: 14 jun. 2026.

MOLJO, Carina Berta; ARBIA, Alexandre Aranha; FORTES, Ronaldo Vielmi. Editorial. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 1-11, jun. 2022. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.38271. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38271. Acesso em: Acesso em: 14 jun. 2026.

NORDLING, Linda. How ChatGPT is transforming the postdoc experience. *Nature*, London, v. 622, p. 655-657, 2023. DOI: 10.1038/d41586-023-03235-8. Disponível em: https://www.nature.com/articles/d41586-023-03235-8. Acesso em: 6 jun. 2026.

POMPEIA, Sabine. Os mercadores globais do saber. *Outras Palavras*, 28 jan. 2025. Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/os-mercadores-globais-do-saber/. Acesso em: 2 jun. 2026.

SILVA NETO, Victo J.; CHIARINI, Tulio. The Platformization of Science: Towards a Scientific Digital Platform Taxonomy. *Minerva*, v. 61, n. 1, p. 1-29, 2023. DOI: https://doi.org/10.1007/s11024-022-09477-6. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11024-022-09477-6. Acesso em: 2 jun. 2026.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *UNESCO Recommendation on Open Science*. UNESCO, 2021. Disponível em: https://zenodo.org/records/5834767. Acesso em: 1 jun. 2026.

WALTER, Peter; MULLINS, Dyche. From symbiont to parasite: the evolution of for-profit science publishing. *Molecular Biology of the Cell*, Rockville, v. 30, n. 20, p. 2537-2616, 2019. DOI: 10.1091/mbc.E19-03-0147. Disponível em: https://www.molbiolcell.org/doi/10.1091/mbc.E19-03-0147. Acesso em: 6 jun. 2026.

LIBERTAS ON LINE

25 anos da Libertas: de sua criação à publicação da edição especial de 2007

25 Years of Libertas: from its creation to the publication of the 2007 special edition

Mônica Aparecida Grossi[*]
Auta Iselina Stephan de Souza[**]
Sandra Hallack Arbex[***]

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir com o resgate da memória e o registro do processo de criação da revista Libertas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, apresentando o primeiro número impresso (jan/jun 2001), tecendo observações sobre os números posteriores e destacando a edição especial online de 2007, a partir dos editoriais e dos artigos publicados.

Palavras-chave: Revista Libertas; Criação; Memória.

Abstract: This article aims to contribute to the preservation of institutional memory and the documentation of the process of creating Libertas, the journal of the Federal University of Juiz de Fora. It presents the first printed issue (January–June 2001), offers observations on subsequent issues, and highlights the special online edition published in 2007, drawing on the editorials and the articles published in the journal.

Keywords: Libertas Journal; Creation; Memory.

Introdução

Escrever sobre a revista Libertas no contexto atual e neste ano em que ela completa seus 25 anos de existência é um desafio e, ao mesmo tempo, uma grande alegria para as autoras[1] deste artigo, que construíram vínculos orgânicos com esta revista atuando ativamente para a sua criação e desenvolvimento.

A Libertas é um importante periódico científico, criado no primeiro semestre de 2001,

[*] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: monicaaparecida.grossi@ufjf.br
[**] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: stephan.souza46@hotmail.com
[***] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: hallack.sandra@gmail.com

[1] Mônica Grossi fez parte da comissão de criação e da comissão executiva da Libertas (gestões 2000-2007, 2019 e 2023-2024). Auta Stephan também participou da comissão de criação da revista e da comissão executiva de 2000 a 2009. Sandra Hallack Arbex foi diretora da FSS/UFJF (gestão 1998-2002) no período de criação da Libertas e foi membro da comissão executiva de 2004 a 2005.

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.53496
Recebido em: 23/06/2026
Aprovado em: 29/06/2026

vinculado à Faculdade de Serviço Social e posteriormente, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPG/UFJF), criado em 2005. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como um veículo central para a difusão do conhecimento crítico em Serviço Social e Ciências Humanas.

Com periodicidade semestral e com acesso aberto e livre, a Libertas tornou-se, desde o início, um importante veículo de registro e publicização de produções acadêmicas e pesquisas empíricas, fazendo circular ideias e debates do campo crítico.

Criada em 2001 em versão impressa, a Libertas distribuía os seus exemplares para bibliotecas, centros de pesquisa e cursos de Serviço Social. Posteriormente, de 2006 a 2013, ela passa por um processo de transição, sendo publicada tanto no formato impresso quanto no eletrônico (online). A partir de 2014 a publicação de revistas impressas é descontinuada e a revista passa a ser lançada apenas em meio digital.

Destacamos, neste artigo, a edição especial de fevereiro de 2007, publicada apenas em formato eletrônico, que reúne produções da primeira turma do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos (CEELA), fruto da parceria entre a Universidade Federal de Juiz de Fora/Faculdade de Serviço Social e a Escola Nacional Florestan Fernandes/Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, firmada em 1999.

Com a humildade de que este é apenas um texto de caráter comemorativo, este artigo tem como objetivo contribuir com o resgate e o registro do processo de criação da revista Libertas da Universidade Federal de Juiz de Fora, apresentando o primeiro número impresso (jan/jun 2001), tecendo observações sobre os números posteriores e destacando a primeira edição especial online (2007), a partir dos editoriais e dos artigos publicados.

Contexto de criação, escolha do nome e o lançamento do primeiro número

No ano de 2000, durante a gestão da professora Sandra Hallack Arbex na direção da Faculdade de Serviço Social (FSS), foi formada a comissão responsável pela criação de um periódico científico da faculdade composta pelas professoras doutoras Auta Stephan e Edna Meireles, e pela então mestra Mônica Grossi.

A Libertas foi criada em maio de 2001 em um contexto de profunda maturidade teórica e política do Serviço Social brasileiro. O lançamento de seu primeiro número consolidou o esforço da Faculdade de Serviço Social da UFJF em construir um espaço de resistência e debate acadêmico de vertente abertamente crítica.

No contexto que abrange o fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000, o Serviço Social consolida seu projeto ético-político, rompendo com o conservadorismo e posicionando-

se profissionalmente junto às demandas da classe trabalhadora a partir de uma perspetiva crítica, de base marxista. Esse contexto também expressa a consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Serviço Social brasileiro, o que demandava a criação e ampliação de espaços de divulgação científica.

Cabe destacar que neste período, sob o neoliberalismo capitalista, ampliam-se os impactos sociais a partir do aprofundamento de políticas neoliberais, impondo ao Serviço Social a análise crítica sobre a precarização do trabalho, a reconfiguração das políticas sociais e a questão social brasileira.

Nesse sentido, tornou-se necessária a criação de um veículo de divulgação e intercâmbio das pesquisas empíricas e teóricas produzidas pelo corpo docente e discente da UFJF, com outras instituições nacionais e internacionais.

Nesse período, a Faculdade de Serviço Social estava em plena revisão curricular e implementação da sua política de prática acadêmica, fortalecendo a produção de pesquisa através do que chamamos, à época, de núcleos acadêmicos de pesquisa e prática acadêmica, e de iniciativas de cursos de pós-graduação *lato sensu*, que tentamos organizar num programa, conforme trecho da apresentação do primeiro número:

> Ideia moldada por tantas vontades, esta Revista revela significados especiais, fecundos, não só pela concomitância de uma reforma curricular e da efetiva implementação de nossa política de prática acadêmica, mas ainda, pela sedimentação de nosso programa de pós-graduação lato-sensu, o qual vem fortalecendo e embasando nossos propósitos de um programa de pós-graduação stricto-sensu. A melhor formação profissional e a melhor capacitação continuada constituem-se imperativos dos quais temos a convicção de não podermos nunca nos afastar. Assim, acompanha-nos a certeza de que é preciso responder aos desafios do presente com o melhor desempenho já que o compromisso ético-político e social nunca se esgota (Arbex, 2001, p. 7).

Para coroar o objetivo de dar uma identidade visual para a revista que a FSS/UFJF estava criando, a comissão editorial recebeu a doação do fotógrafo Gustavo Stephan de um arquivo de fotos que retratam, com muita sensibilidade, os mineiros e a mineiridade. Esse arquivo ilustrou não só a belíssima capa do primeiro número, como as capas de muitos outros números da Libertas. E aqui, mais uma vez, agradecemos ao Gustavo Stephan pelo talento e pela generosidade. Também agradecemos e reconhecemos o trabalho de acompanhamento cuidadoso do professor Jorge Arbach, que ainda nos brinda com o belo trabalho gráfico da capa.

A escolha do nome da revista científica da FSS/UFJF também foi muito especial para nós, pois foi fruto de um concurso para a sua escolha, que envolveu estudantes, docentes e técnicos administrativos e foi vencido pelas professoras Cristina Simões Bezerra e Rosângela Lage, que assinam o editorial do primeiro número. Resgatando a justificativa dada ao nome da

revista, as professoras destacam no editorial:

> A palavra **Libertas**, que hoje dá título à revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, representa para todos nós a certeza de que estamos comprometidos com a garantia do pluralismo e da liberdade de expressão e crítica que marcaram o desenvolvimento do Serviço Social nos anos 90 e que nos desafiam neste novo século que está por chegar. A revista nasce então, em um momento muito especial, como um espaço aberto e livre para a expressão de idéias e propostas que fortalecerão o projeto ético-político de nossa profissão, reafirmando nosso compromisso com a democracia plena, a cidadania e a justiça social, elementos que só se desenvolvem em um cenário de real liberdade. Acompanha-nos a esperança de que estejam **livres** nossas idéias, nossas práticas, nossas mais diversas relações sociais, aceitando novos desafios e reafirmando históricos princípios de nossa profissão. Como nos ensina Drummond: "... aprendi novas palavras e tornei outras mais belas." **Libertas** é um chamado, uma evocação (liberta representa o imperativo do verbo libertar). Nesse sentido, é um chamado para a adesão de profissionais das mais diversas áreas ao projeto que nossa Faculdade vem historicamente construindo ao se articular com os organismos da sociedade civil na região, em busca de uma verdadeira liberdade, que, nos dias atuais, vem sendo constantemente confundida com liberalismo, neoliberalismo, liberdade de mercado, globalização, etc. Ao escolhermos a palavra **Libertas** para dar nome à nossa revista, lembramos que ela se refere justamente ao ideal de liberdade, que alimentou os mais antigos movimentos de nossa região, chegando a compor a expressão da bandeira de Minas Gerais e a ser cantada em prosa e verso por poetas como Carlos Drummond de Andrade e Murilo Mendes. **Libertas** vem agora recuperar este ideal, para que não nos deixemos iludir por aqueles que, em nome da liberdade, nos aprisionam ainda mais (Bezerra; Lage, 2001, p. 9).

O lançamento do primeiro número da Libertas ocorreu como parte de nossas comemorações do dia do assistente social, em 15 de maio de 2001. Motivo de grande orgulho e alegria, esse lançamento foi muito prestigiado por toda nossa comunidade acadêmica, profissionais de Serviço Social, CRESS, administração superior da UFJF, etc. Lá estávamos nós, comissão executiva de uma revista que enfim seria criada, depois de bastante esforço. Também destacamos a presença das autoras do nome da revista – professoras Cristina Simões Bezerra e Rosângela Lage – e do padre Jaime Snoek, um dos fundadores do que é hoje a Faculdade de Serviço Social da UFJF e que dá nome ao seu diretório acadêmico. Além de várias fotos coletivas, se reuniram para uma foto as professoras Mônica Grossi e Cristina Bezerra, e então essa foto se torna histórica, porque além de registrar esse momento profissional tão especial, ainda retrata duas mulheres grávidas com barrigas bem destacadas, que também viviam momentos singulares de suas vidas. Cristina esperando sua primeira filha, Helena, e Mônica, esperando seu segundo filho, Davi.

Figura 1 – Mônica Grossi e Cristina Simões Bezerra no Lançamento da Libertas (2001).



Fonte: Arquivo pessoal (2001).

Figura 2 – Sandra Hallack Arbex e o padre Jaime Snoek no lançamento da Libertas (2001).



Fonte: Arquivo pessoal (2001).

Na apresentação do primeiro número da Libertas, a diretora da FSS, professora Sandra Hallack Arbex (2001, p. 7), destaca que os artigos de docentes e profissionais reunidos vem

> [...] libertar a maturidade e a identidade de um curso que, a despeito de situações muito difíceis, sobreviveu, e veio escrevendo uma história de vanguarda e de coragem [...] significa, também, consolidar o sentido de nossa presença numa Universidade Pública Federal.

Esse número apresenta 7 artigos, dos quais 5 são de autoria de professoras da Faculdade de Serviço Social, o que expressa o esforço de capacitação de nossas docentes e de nossa faculdade; e 2 artigos são de autoria de assistentes sociais participantes do Curso de Residência em Serviço Social do Hospital Universitário da UFJF, até então inédito, e do Curso de Especialização Serviço Social na área do Poder Judiciário da UFJF, que expressou o compromisso da faculdade ao atender à demanda de capacitação de um grupo organizado de assistentes sociais, recém concursadas no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para trabalhar nas áreas da família e da infância e juventude, principalmente a partir das alterações judiciais advindas do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

O artigo que abre esse número é muito significativo para a FSS/UFJF, pois resgata o processo de criação da FSS/UFJF, que se aproxima de seus 70 anos de existência. Intitulado "Faculdade de Serviço Social: significado de sua criação para Juiz de Fora", esse artigo é fruto da dissertação de mestrado da professora Rita de Cássia Jacometti, que através de análise de documentos e depoimentos nos mostra que essa instituição nasceu de uma iniciativa de caráter religioso, e que

> A história da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora tem significação importante porque esta cidade, além de sua tradição como centro que oferece serviços educacionais, demandou também profissionais que contribuíssem para minimizar os problemas sociais que se agudizavam nos anos de 50 (Jacometti, 2001, p. 11).

O segundo artigo, apresentado como resumo da tese de doutorado da professora Edna Evelyn Casali Meireles de Souza, traz o debate sobre o poder local, a partir da sua construção sócio-histórica na Europa, América Latina e especificamente no Brasil, discutindo a requalificação do processo democrático.

O terceiro artigo, "Residência em Serviço Social: um projeto de formação profissional", das professoras Auta Stephan-Souza; Ana Maria Arreguy Mourão e Ana Maria C. Amoroso Lima "apresenta elementos que justificam a criação da proposta de Residência em Serviço Social no interior do hospital universitário da UFJF" (Stephan-Souza; Mourão; Lima, 2001, p. 53). Como dito anteriormente, a criação da Residência em Serviço Social na UFJF foi um projeto muito importante e de caráter inovador desenvolvido na FSS/UFJF, que fortaleceu o

processo de formação continuada em saúde, o conhecimento interdisciplinar, a formação de recursos humanos e a construção do trabalho coletivo em saúde. Os frutos dessa iniciativa se desdobraram em artigos presentes nas edições posteriores, de autoria não só das professoras que o idealizaram aqui na UFJF como de estudantes da residência.

O quarto artigo, de autoria da professora Maria Lúcia Duriguetto, é parte de seu processo de doutoramento, e intitula-se "A teoria dos Movimentos Sociais em debate", cujo objetivo é abordar "as análises que fundaram a temática dos movimentos sociais e as novas determinações sócio-políticas para eles vislumbradas a partir da perspectiva do poder local" (Duriguetto, 2001, p. 67). Importante destacar que este artigo já demonstra o envolvimento e o protagonismo desta professora na temática dos movimentos sociais, que vai aparecer em publicações posteriores na Revista Libertas e em outros periódicos científicos.

O quinto texto, de Leila Baumgratz Delgado, também é parte de seus estudos de doutorado. Com o título "Trabalho: muitos são os que precisam, mas poucos são os eleitos", este artigo problematiza o desemprego, especialmente no Brasil, trazendo para o debate e problematizando as alternativas apresentadas e/ou viabilizadas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil num período que a autora qualifica como sombrio.

O sexto e sétimo artigos são resultados de estudos desenvolvidos no âmbito da pós-graduação *lato sensu*. O texto de Cristiane Nasser do Valle, fruto dos estudos realizados na Residência em Serviço Social, situa as práticas educativas na atenção secundária e terciária no campo da saúde, propondo a superação das práticas tradicionais a partir da análise da prática desenvolvida no Hospital Universitário da UFJF. O sétimo artigo, de Bárbara Gomes e Raquel Rezende, resgata o Serviço Social e o Poder Judiciário junto aos desafios para a efetivação dos direitos sociais.

Como síntese dessas produções reunidas no primeiro número, tomamos as reflexões contidas na apresentação:

> Entendemos que as reflexões de nossa categoria profissional, sejam elas produtos de pesquisas dos núcleos de pesquisa e extensão, doutoramentos, mestrados ou cursos de especialização, ainda revelam a postura que temos de vincular o conteúdo de nosso trabalho às finalidades sociais mais amplas da sociedade (Arbex, 2001, p. 7).

Observações sobre os números impressos até 2006

O segundo número da Libertas, lançado em 2002, corresponde ao período de jul./dez. de 2001. A edição reúne 8 artigos: "O acesso na dimensão da universalidade e excludência: um estudo das demandas dos usuários do Hospital Universitário HU/UFJF", de Auta Stephan-Souza; "'Decifra-me ou te devoro' - notas sobre a participação sindical nos espaços

institucionais", de Ana Lívia de Souza Coimbra; "Trabalho e gestão na Universidade Pública", Ana Maria Costa Amoroso Lima; "O debate contemporâneo do Serviço Social: o terceiro setor em questão", de Leila Baumgratz Delgado; "Controvérsias acerca da contemporaneidade do mundo do trabalho e a crise do capitalismo: teoria social habermasiana X teoria social marxiana", de Isaura Aquino; "Controle social uma questão controversa no âmbito dos Conselhos Municipais de Saúde - o caso do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora", Luzia Helena Gomes Filgueiras; "A intervenção do Assistente Social na Empresa - novas demandas e projeto ético-político", de Nanci Lagioto Hespanhol Simões, Alexandra A. L. T. S. Eiras, Érika A. Martins e Luzia Amélia Ferreira; "Problematizações acerca do trabalho com grupos no Serviço Social", de Alexandra A. L. T. S. Eiras. Os artigos foram escritos por professoras da FSS/UFJF, sendo que um deles também conta com a participação de uma assistente social, agente fiscal do CRESS da 6ª região e de duas estudantes, estagiárias do CRESS

De acordo com a apresentação desse número, elaborada pela professora Margarida Salomão, reitora da UFJF na época,

> [...] a publicação testemunha o vigor da reflexão praticada na Faculdade de Serviço Social engajada como está em seu programa de pós-graduação e no desenvolvimento sustentado de sua pesquisa. De fato, boa parte dos artigos referenciam-se a trabalhos da pós-graduação (teses, dissertações, projetos em andamento), de que a revista nos dá notícia. O que desponta neles, independentemente do objeto recortado e da preferência epistemológica que os recorte, é uma notável organicidade política [...] A presente crise do capitalismo é o tema que recebe as mais diversas modulações: seu rebatimento em espaços institucionais como hospitais de ensino, universidades públicas, conselhos locais; suas determinações sobre a reorganização do trabalho em sua expressão sindical ou pelo florescimento do terceiro setor; seu tratamento conceptual através de teorias sociais que têm este tema como vertente genética. O que unifica todos os trabalhos, entretanto, mais que o tema é a paixão da prática, e seu entendimento teoricamente armado em contraposição a uma reflexão que se auto-satisfizesse como desinteressado exercício intelectual (Salomão, 2001, p. 7).

Figura 3 – Auta Stephan e Sandra Hallack Arbex no lançamento da Libertas 2 (2002).



Fonte: Arquivo pessoal (2002).

A Libertas 3, que corresponde ao período jan/jun de 2002, foi lançada na gestão da professora Marilene Schelgshorn dos Santos de Sansão, na direção da FSS/UFJF, que faz a apresentação, destacando este momento como sendo "um dos mais auspiciosos para a Faculdade de Serviço Social, engajada que está na travessia de sua condição de ótima formadora em nível de graduação para a de propiciadora de qualificação em nível de pós-graduação" (Sansão, 2002, p. 7). Aqui a professora Marilene Sansão se refere à criação do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social. Nesse sentido, para dar sustentação a esse programa foi realizado um grande esforço de capacitação docente em nível de doutorado. E esse número mostra, justamente, a qualidade das pesquisas realizadas pelos doutores e doutorandos. Como exemplo, temos os artigos das doutoras Maria Lúcia Duriguetto, "Sociedade Civil, Cultura e Hegemonia em Gramsci"; Lêda Maria Leal de Oliveira, "Sociedade Civil e lutas em defesa da saúde em Juiz de Fora: o Fórum Popular de Saúde" e Maria Aparecida Cassab, "A política na política social de assistência: crítica e focalização".

Como sinalização da necessidade de ultrapassar o caráter endógeno das publicações, merece destaque nesse número a presença do artigo do professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro, da Faculdade da Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, referência nacional no debate ambiental, que nos brinda com o artigo "Ambientalismo e Lutas Sociais no Brasil".

Os demais artigos são: o artigo de Nair Barbosa Guedes que trata da participação política da mulher; o artigo das professoras Ana Maria C. Amoroso Lima e Auta Stephan de Souza, que discute a proposta de criação do Centro de Atenção à Saúde - CAS, como um projeto de construção coletiva na UFJF; o artigo da assistente social Maria Auxiliadora Ramos Vargas, que discute a defesa civil a partir da inserção do Serviço Social, e o artigo da professora Cristina Simões Bezerra, que aborda a Educação no MST e a criação das parcerias com as universidades públicas. Esse último artigo é resultado de uma comunicação proferida no 3º Congresso de Debates Latino-americanos, realizado em maio de 2003, na Universidade de Passau, na Alemanha. Nesse evento a professora apresenta a experiência da parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Finalizando essa parte de observações, ressaltamos a revista Libertas (jul/dez 2002; jan/jun 2003 e dez/jul 2003) apresentada pela professora Maria Aparecida Tardin Cassab, membro do Conselho Editorial da Libertas e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF. Ela destaca que essa edição representa um grande esforço de atualização da periodicidade da Libertas, uma vez que a regularidade das publicações faz parte dos critérios para sua indexação.

É importante pontuar que os artigos apresentados reafirmam tanto a qualidade como a pluralidade de ideias, tão cara à Libertas. E ainda fortalecem o caminho da ampliação da diversificação de autores e de universidades, que passam a participar das edições posteriores. Nessa edição contamos com 16 artigos, sendo 6 de pesquisadores de outras universidades e estados, como o artigo da professora Yolanda Guerra (UFRJ) “As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas” e o da professora Érika Terezinha Vieira de Almeida (UFF) “Modernidade e Pós-Modernidade: crise e conservadorismo”, por exemplo.

Na apresentação, a professora Maria Aparecida Tardin Cassab faz o agrupamento dos artigos em 3 seções temáticas: trabalho profissional do assistente social; abordagens teóricas que estão presentes nos fundamentos do exercício profissional e políticas sociais e públicas.

Por fim, não poderíamos deixar de observar que alguns dos artigos apresentados por professores da FSS/UFJF, tornaram-se referências importantes no debate e, principalmente, na formação dos estudantes de Serviço Social, os quais listamos: "As dimensões da prática profissional do Serviço Social", da professora Cláudia Mônica dos Santos; "Notas sobre o protagonismo dos conselhos de fiscalização no processo de renovação da profissão do Serviço Social, nos anos noventa", da professora Ana Maria Arreguy Mourão; "Residência em serviço social: potencialidades do trabalho na esfera pública", das residentes Danielle Lobão Sachetto,

Heloisa Helena da Silva, Regina Sá dos Reis e da professora Auta Stephan-Souza; "Apontamentos sobre o materialismo dialético", do professor Rodrigo de Souza Filho; e "Questão social e segregação sócio-territorial: termos indissociáveis da crise do modelo de urbanização ocidental", da professora Elizete Menegat.

Os números publicados após essa edição até a publicação da primeira edição especial online, que abordaremos a seguir, não serão contemplados neste artigo, cabendo registrar que essas edições seguem e aprofundam os caminhos já pavimentados de tornar a Libertas cada vez mais reconhecida e acessada.

A edição especial online de 2007

A edição especial de fevereiro de 2007 tem um significado muito importante para a FSS/UFJF e para a Libertas, pois expressa a possibilidade de dar visibilidade a um dos projetos mais importantes desenvolvidos junto aos movimentos sociais: a parceria estabelecida em 1999 pela UFJF com a Escola Nacional Florestan Fernandes do MST.

Firmada durante a gestão da professora Sandra Hallack Arbex na direção da FSS/UFJF e da professora Margarida Salomão, na reitoria da UFJF, essa parceria foi estabelecida para a formação de quadros dos movimentos sociais.

Coordenada desde o início na Faculdade de Serviço Social pela professora Cristina Simões Bezerra, essa experiência foi apresentada inicialmente por ela, na Libertas n. 3 (jan./jun. 2002), com o artigo “Educação no MST e a criação das parcerias com as universidades públicas”.

As iniciativas desenvolvidas na UFJF foram: 1. Projeto de Extensão “Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural”, realizado em julho de 2000, contemplando cerca de 320 jovens da região Sudeste, além dos estados da Bahia e do Mato Grosso; 2. Curso de Extensão “Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros”, realizado nos anos de 2001 e 2002, contou com a presença de 78 alunos, oriundos de 8 movimentos sociais no campo, que deram à turma o nome de “Milton Santos”; 3. Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, realizado entre 2003 e 2017, tendo formado 5 turmas com 150 militantes e dirigentes de diversos movimentos sociais e organizações do Brasil, Argentina, Paraguai, Chile e Colômbia.

Nessa edição especial (fev. 2007), essa última experiência é retomada e analisada a partir das iniciativas de formação desenvolvidas desde o início, conforme se observa no sumário, no artigo de abertura, “A Parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: A Experiência e a Produção de Conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latino

Americanos", das professoras Cristina Simões Bezerra e Mônica Aparecida Grossi Rodrigues, da FSS/UFJF, e do dirigente do MST, Adelar João Pizetta, que fazia uma análise do curso que formava sua primeira turma. Divulgada em nível nacional pelo MST, através de sua página eletrônica, na reportagem "Militantes de Movimentos Sociais lançam especial da Revista Libertas", essa edição ganha grande repercussão, sendo muita acessada, ampliando a visibilidade e o reconhecimento tanto da Libertas como da relação construída historicamente pela FSS com os movimentos e as lutas sociais.

Intitulada pelos estudantes como "Turma Haydée Santamaria", essa turma produziu 37 monografias de especialização, que foram agrupadas em 5 eixos: Eixo 1 – Estado e Movimentos Sociais; Eixo 2 – Estado, partidos políticos e políticas públicas; Eixo 3 – Cultura, educação e formação política; Eixo 4 – Gênero e Classes Sociais; Eixo 5 - Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Para essa edição especial foram selecionados 11 trabalhos, que trazem contribuições significativas sobre temas relacionados a ocupações de terra, assentamentos de Reforma Agrária, juventude, formação política, gênero e classe, valor sócioeconômico da água; América Latina e pensamento social brasileiro e latino americano, os quais listamos abaixo.

- "A Parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: A Experiência e a Produção de Conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos", de Cristina Simões Bezerra, Mônica Aparecida Grossi Rodrigues e Adelar João Pizetta.
- "A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: Um Processo de Formação Efetivo e Emancipatório", de Ana Maria Justo Pizetta.
- "A Natureza Educativa nas Ocupações de Luta Pela Terra no Brasil", de Gilvânia Ferreira da Silva.
- "Juventude, Formação Política e Identificação no MST", de Esmeraldo Leal dos Santos.
- "Violência nas Relações de Gênero e Classe: Uma Interpretação a Partir das Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul", de Carmen Lorenzoni.
- "Da Invisibilidade na Memória das Lutas Sociais ao Protagonismo Histórico das Mulheres no Campo", de Djacira Oliveira.
- "Pertinencia de las Organizaciones de Mujeres del Sector Popular, en el Paraguay de Hoy", de Magdalena Fleytas.
- "A Dimensão Libertária da América Latina no Pensamento de Florestan Fernandes", de Patrícia Menna Barreto Ferreira.

- "Brasil: um país em desenvolvimento? A atualidade da Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini para a análise do avanço do capitalismo na América Latina", de Rogério Antonio Mauro.
- "O Valor Sócio-econômico da Água: A Exclusão do Homem do seu Meio e a Expropiação dos Recursos Hídricos", de Demóstenes Ramos de Melo.
- "Considerações sobre o Planejamento Espacial e a Organização da Moradia dos Assentamentos de Reforma Agrária no DF e Entorno" Valéria Andrade Bertolini e Fernando Ferreira Carneiro.
- "América Latina, Desenvolvimento e Ideologia", de Flávia Braga Vieira.

Finalizando, podemos afirmar que essa edição especial da revista Libertas contribuiu para o seu fortalecimento, deixou um registro histórico da relação estabelecida com as lutas sociais e com as grandes questões da realidade brasileira e latino-americana.

Considerações finais

A criação da revista Libertas da FSS/UFJF representou um passo fundamental para o reconhecimento do lugar ocupado pelo Serviço Social na universidade e para o fortalecimento do debate e do pensamento crítico, trazendo contribuições relevantes ao curso de graduação e ao programa de pós-graduação em Serviço Social da UFJF.

O lançamento do primeiro número impresso da Libertas, em maio de 2001, ocorreu num contexto nada favorável para a classe trabalhadora, pois o neoliberalismo representou, dentre outras coisas, um avanço capitalista sobre os direitos, resultando no aprofundamento de políticas neoliberais focalizadas e seletivas. Esse contexto impõe desafios ao Serviço Social no sentido de produzir reflexões críticas e respostas profissionais, sendo a criação de um veículo de divulgação e intercâmbio de pesquisas, como a revista Libertas, um elemento de resistência no campo do pensamento crítico.

As observações que fizemos sobre os números lançados posteriormente, até a edição especial de 2007 nos faz reconhecer que o caminho para o processo de consolidação deste periódico científico foi construído a muitas mãos, mentes e corações, aos quais nos somamos, mas também foi resultado da decisão política da FSS/UFJF, de criar, ao longo destes 25 anos, as condições possíveis para manter e tornar nossa Libertas cada vez mais relevante.

A edição especial de fevereiro de 2007 é um exemplo dos vínculos históricos que a FSS/UFJF vem estabelecendo com os movimentos e lutas sociais, ultrapassando o espaço estritamente acadêmico e consolidando a proposta de que é possível e necessário produzir

conhecimento crítico a partir das lutas sociais e da realidade latino-americana.

Após um árduo percurso de trabalho, com percalços iniciais, como o desafio de manter a periodicidade semestral em dia, a Libertas alcançou reconhecimento acadêmico, tendo alcançado na avaliação do Qualis Periódicos (da CAPES), a classificação Qualis A2 no quadriênio 2021-2024, atestando o alto impacto e a qualidade de suas publicações no cenário científico brasileiro.

Referências

ARBEX, Sandra Hallack. Apresentação. *In*: LIBERTAS, v. 1, n.1, jan/jun, 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

BEZERRA, Cristina Simões; LAGE, Rosângela. Editorial. *In*: LIBERTAS, v. 1, n.1, jan/jun, 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A teoria dos movimentos sociais em debate. *Libertas*, v. 1, n.1, jan/jun, 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

JACOMETTI, Rita de Cássia. Faculdade de Serviço Social: significação da sua criação para Juiz de Fora. *Libertas*, v. 1, n. 1, jan/jun. 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001. p. 11-28.

LIBERTAS, v. 1, n. 1, jan/jun. 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

LIBERTAS, v. 1, n. 2, jul./dez. 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

LIBERTAS, v. 2, n. 1, jan/jun. 2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2002.

LIBERTAS, v. 2, n. 2, jul/dez.. 2002; v.3, n.1 e n.2.jan/dez 2003. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

LIBERTAS. Edição Especial (fev.2007). Juiz de Fora, 2007. Disponível em https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/774. Acesso em: 25 maio 2026.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Militantes de Movimentos Sociais lançam especial da Revista Libertas. MST, 16 fev. 2007. Disponível em: https://mst.org.br/2007/02/16/militantes-de-movimentos-sociais-lancam-especial-da-revista-libertas/. Acesso em: 20 maio 2026.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Apresentação. *In*: LIBERTAS, v. 1, n. 2, jul./dez.. 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

SANSÃO, Marilene Schelgshorn dos Santos. Apresentação. *In*: LIBERTAS, v. 2, n. 1, jan/jun. 2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2002.

STEPHAN-SOUZA, Auta. MOURÃO, Ana Maria Arreguy; LIMA, Ana Maria C. Amoroso. Residência em Serviço Social: um projeto de formação social. *Libertas*, v. 1, n.1, jan/jun, 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

LIBERTAS ON LINE

Depoimento

Carina Berta Moljo*

Antes de mais nada, queria agradecer aos editores da revista por me convidar para dar meu depoimento sobre o trabalho realizado na revista Libertas, da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF. Como sabemos, a memória é sempre seletiva. Embora fundamental para reconstruir o passado, ela é individual ao mesmo tempo que coletiva, já que se constrói na trama da vida social, mediada por nossas experiências, que sempre se desenvolvem no coletivo. Assim, a memória é resultado das nossas vivências, da nossa subjetividade, sempre em contextos históricos determinados, como já nos ensinava Marx (2011, p. 25): "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado".

Assim, permito-me trazer as minhas memórias de 20 anos de colaboração com a Libertas, sabendo que são apenas lembranças e que, nas pesquisas históricas, a memória não é suficiente: ela deve ser contextualizada e cotejada com outras fontes. Mas, como aqui se trata de um depoimento, permito-me resgatar essas recordações e convidar os leitores da revista a visitar os números publicados. Eles expressam o trabalho realizado, embora nem sempre seja visível o enorme esforço coletivo que envolve a publicação de um periódico — desde a idealização do número, recepção de artigos, contato com avaliadores e autores, até a edição, editoração e publicação.

Primeiro, acho importante me apresentar: sou Carina Berta Moljo, assistente social, nascida em Rosário, Argentina, e formada naquele país. Comecei a minha carreira docente e de pesquisa na Argentina na década de 1990 e, em 1997, vim para o Brasil para a realização do mestrado na PUC-SP, e por aqui fui ficando. Em 2005, passei no concurso para a Universidade Federal de Juiz de Fora, na Faculdade de Serviço Social. Fui chamada para assumir o cargo de

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carinamoljo@uol.com.br

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.53535
Recebido em: 24/06/2026
Aprovado em: 26/06/2026

professora no mesmo ano e uma das minhas atribuições — além de ministrar aulas na graduação e na pós-graduação, orientações e pesquisa — foi justamente a de trabalhar na revista Libertas.

Vale destacar que a revista existia desde 2001, com um belíssimo projeto gráfico e qualidade acadêmico-científica, mas enfrentava problemas para receber textos externos à região e dificuldades para manter a publicação semestral. Então, meu primeiro contato com a Libertas foi quando passei a integrar a Comissão Editorial.

A primeira tarefa da Comissão — que, conforme consta nos registros, era formada pelas professoras Alexandra Eiras, Auta Stephan, Carina Berta Moljo e Elizete Menegat — foi a de ampliar o Conselho Editorial com membros externos à UFJF e de âmbito internacional, e assim foi feito. Publicamos um número especial em 2007, que contemplava os volumes de 2004 e 2005 com quatro números; em 2008, também foram publicados dois números com quatro volumes, conseguindo ajustar a periodicidade semestral da revista. Nesse mesmo ano, deixei o Conselho Editorial — ao qual voltaria posteriormente — e ingressou a professora Cida Cassab.

Quando comecei, a maioria das publicações da nossa área era impressa; a nossa começou a ser veiculada online em 2006. Hoje, o acesso à internet de alta velocidade é mais simples, assim como o uso de celulares pelos quais podemos ler artigos, mas naquele período não era tão fácil. E não estou falando de tantos anos atrás, mas realmente aconteceu uma revolução tecnológica. Naqueles tempos, esse processo estava apenas começando.

Então, quando ingressei na comissão, o nosso maior desafio era fazer com que ela fosse publicada online, mantendo a periodicidade semestral e ampliando o número de leitores, autores, revisores e o Conselho Editorial internacional. Esse era o desafio coletivo da equipe. Nesse período, eu estava chegando a Juiz de Fora, vinda de São Paulo, com um filho recém-nascido, o que me demandava um enorme aprendizado. Eu não tinha na cidade o que hoje chamamos de rede de apoio: era um novo trabalho, nova cidade, bebezinho, a necessidade de conhecer a cultura mineira e, ainda, participar de uma revista como a Libertas. Para mim, foi muito importante porque também me desafiava a escrever em português, uma prática de escrita que eu não dominava. Na PUC-SP, onde me doutorei, era permitido aos alunos estrangeiros escrever na língua materna, então fazer parte da revista era um desafio gigantesco.

A revista, naquele momento, não contava com estrutura física nem com os recursos humanos necessários para sua edição. Quem conhece a Faculdade de Serviço Social deve lembrar que a revista funcionava em uma sala atrás da secretaria acadêmica, que não tinha computador nem acesso à internet. A secretária da revista era a Lisley, se não me falha a memória, e quem a editava era o Márcio. Seria tão bom fazer uma mesa-redonda ou um grupo focal para reconstruir esse processo... porque realmente posso estar cometendo erros ou

esquecimentos; em 2007 nasceu meu segundo filho, então a minha vida estava bem bagunçada!

Mas o que eu queria destacar ao falar da falta de condições é que isso nunca foi um impedimento. Lembro da Elizete tentando tramitar o ISSN online, e sempre pediam algo novo… Enfim, acho que a Elizete foi a professora que mais tempo ficou na Libertas, então deve lembrar dessa história muito melhor do que eu. O certo é que fomos nos organizando, publicando e combatendo a endogenia do periódico, que publicava, sobretudo, as produções dos docentes e discentes da UFJF. Passamos a contar cada vez mais com a colaboração de professores de outros estados e países, figuras importantíssimas do debate do Serviço Social brasileiro e internacional, o que pode ser verificado no site da revista, que possui todos os seus números online.

A publicação, na época, era custeada pelo PPG e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação. As capas eram fotos maravilhosas cedidas pelo fotógrafo Gustavo Stephan, filho da professora Auta. Trabalhamos duro, mas a cada novo número publicado era uma alegria enorme; era a concretização de um trabalho coletivo, feito a muitas mãos. Quando deixei a Comissão Editorial, continuei no Conselho Editorial — e sigo até hoje —, colaborando com a revista seja como parecerista ou como autora.

Na época em que coordenei o PPG (2012-2016), colocava-se um novo debate sobre os periódicos, e lembro muito bem das discussões travadas no interior do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação da ABEPSS, do qual fazia parte. Era o período em que as revistas começaram a ser avaliadas pelo Qualis e exigia-se, entre muitas questões, a padronização em sistemas de acesso aberto. Isso gerou muito debate na nossa área, já que cada revista tinha construído sua própria identidade visual, que não queríamos perder, mas, sobretudo, pelas novas exigências nacionais e internacionais de indexação que, na maioria das vezes, não tínhamos condições para enfrentar.

Tenho a memória de duas reuniões importantes que realizamos na ABEPSS: uma em Brasília, antecedendo o encontro de meio termo da CAPES, e outra no Rio de Janeiro, na UFRJ, onde nos encontramos editores e coordenadores de pós-graduação. Tínhamos uma crítica contundente aos processos de avaliação. No caso da maioria das revistas de Serviço Social, faltavam condições de trabalho, mas estávamos convencidas da necessidade de mantê-las como um compromisso de publicizar o que era produzido na universidade, nos espaços de trabalho e nos movimentos sociais. O nosso compromisso sempre foi nessa direção. Lembro que poucas revistas conseguiam o tão esperado Qualis A… e houve periódicos que até pensaram em fechar ou fundir duas ou três publicações para formar uma nova. A Libertas continuou acreditando e trabalhando, mas essa parte da história tem companheiras que estavam na Comissão Editorial

e, certamente, os depoimentos delas conseguirão explicar melhor esse período.

Voltei à Libertas em 2018 sob novas exigências de funcionamento. Nesse período, a editora-chefe era a professora Elizete Menegat, e na comissão estavam a professora Mônica Grossi e, certamente, outras colegas de quem posso estar esquecendo. Foi muito bom voltar, mas os desafios eram cada vez maiores. Assumi como editora-chefe nesse mesmo ano, já que a professora Elizete sairia para realizar seu pós-doutorado no exterior e eu estava retornando do meu.

A questão mais urgente era inserir a revista nos padrões de publicação do sistema OJS (Open Journal Systems), do qual eu não entendia nada. Era fundamental compreendê-lo, já que todo o processo de trabalho passaria a ser realizado por dentro do sistema, o que mudava o fluxo de trabalho de forma brutal. Ou seja, se antes a gente recebia os artigos por e-mail, enviava-os por e-mail para os avaliadores e, com a revista pronta, encaminhava para o diagramador publicar no site, agora tudo era feito por dentro do sistema. O software tinha falhas e a gente não o dominava, mas não tínhamos como fugir.

Vejam bem: mal tínhamos computador, a internet era muito devagar, não tínhamos conhecimento do sistema e não havia carga horária real destinada à dedicação à revista; então, podem imaginar o tamanho do desafio. A Pró-Reitoria de Pesquisa organizou um curso de capacitação para os editores na época, para que pudéssemos aprender a trabalhar no OJS, que ia desde o recebimento dos manuscritos até a publicação final. Mas ainda tínhamos outras metas: recuperar a periodicidade da revista, ampliar os indexadores e nos "ajustar" aos novos critérios — que não foram escolhidos por nós, mas sem os quais não seria possível qualificar o periódico do ponto de vista técnico, porque, do ponto de vista da qualidade acadêmica, ela nunca se perdeu.

Esse trabalho de qualificação era necessariamente coletivo, e eu tive o melhor time possível. Primeiro, o professor Ronaldo Vielmi Fortes e, pouco tempo depois, incorporou-se o professor Alexandre Aranha Arbia[i]. Já no finalzinho da nossa gestão, conseguimos o apoio de um TAE, o querido e competente Luciano Cardoso de Souza, que veio contribuir de forma definitiva, tornando-se editor executivo e designer editorial. Nesse momento, já contávamos com uma sala e um bom computador. Parece o mínimo para que uma revista online funcione — acesso à internet de alta qualidade e equipamentos básicos —, mas, na verdade, nem isso a gente tinha antes. Coloco essas questões para demonstrar a falta de condições que as revistas enfrentam no Brasil, considerando o processo de desfinanciamento que sofremos há muitos anos.

Lembrando que a nossa gestão foi entre 2019 e 2023, portanto, atravessou o meio da

pandemia e o governo Bolsonaro (2019-2022). Aprendemos a trabalhar por dentro do sistema, montamos um corpo de avaliadores externos e nos preocupamos muito em dar respostas rápidas aos autores que confiavam na revista. Sobretudo, conseguimos colocar a Libertas definitivamente no sistema OJS, dentro dos padrões de avaliação e com a periodicidade em dia, sem abrir mão da qualidade acadêmica e da nossa linha editorial. Nesse período, contamos com a assessoria fundamental da Professora Maria Lúcia Garcia, da UFES.

Uma vez adequados às novas tecnologias, e sabendo da importância da revista no Brasil e na América Latina, planejamos os números de forma anual, divulgando as chamadas dos dossiês também anualmente, mantendo o fluxo contínuo. Incorporamos também na organicidade da revista duas seções: entrevistas e tradução dos clássicos. Além disso, digitalizamos todos os números antigos e os disponibilizamos online, inserindo capas nas edições que não as possuíam — e aqui contamos com a colaboração de uma ex-aluna que nos cedeu suas fotos, a professora Priscila Castro. Cabe destacar que, se bem a avaliação do Qualis CAPES sempre nos preocupou por ser um parâmetro institucional, ela não foi determinante em nossas ações, nas quais a qualidade da revista sempre foi o primordial.

Tinha esquecido de falar — não lembro a data exata —, mas, em determinado momento, a Revista passou a ser publicada apenas no formato digital. Devo confessar que não concordei com essa decisão na época, embora, como não tínhamos recursos para impressão, não houvesse outra saída a não ser optar exclusivamente pela publicação online.

Desde o primeiro número da revista, publicado em 2001, até 2025, foram lançadas 46 edições. Na última avaliação do Qualis Periódicos, realizada pela CAPES, a revista foi avaliada como **A2**, expressando o reconhecimento das contribuições do periódico na nossa área. Mas acho que o maior reconhecimento é a confiança dos autores que escolhem publicar conosco, sabendo das boas práticas editoriais que a Libertas mantém desde o seu início até os dias atuais.

Assim, convido todos a realizar um "passeio" pela revista, admirando as imagens de suas capas e lendo os editoriais de duas décadas — o que certamente daria uma bela pesquisa e um raio-X de uma época. Convido-os a ler os artigos publicados, as traduções inéditas dos clássicos, as entrevistas realizadas e os temas escolhidos para os dossiês temáticos. Olhar para a Libertas é olhar para a nossa Faculdade que, historicamente, tem se caracterizado como uma instituição comprometida com a construção de uma sociedade radicalmente democrática, com a defesa intransigente dos direitos humanos e alinhada ao projeto ético-político profissional.

Vida longa à Libertas!

Referências

MARX, K & ENGELS F. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Ed Boitempo, São Paulo, 2011.

[i] Por comemoração dos 20 anos da revista Libertas, redigimos um pequeno editorial que pode ser acessado no volume 21.1 de 2021, disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/34536

LIBERTAS ON LINE

Assistência social e bancarização: reflexões a partir da execução dos programas socioassistenciais pelo Banco de Brasília no Distrito Federal

Social assistance and banking: reflections based on the implementation of social assistance programs by the Bank of Brasília in the Federal District

Liliam dos Reis Souza Santos*
Ana Carolina Nunes Renault Monteiro**

Resumo: O artigo analisa a mercantilização da política social no contexto da hegemonia do capital financeiro, destacando o avanço da financeirização e a crescente participação de instituições bancárias na execução de políticas públicas. Tem por base em dados colhidos em pesquisa documental nos contratos firmados entre a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES e o Banco de Brasília - BRB, entre os anos de 2020 a 2026 para operacionalizar programas sociais do Distrito Federal. Os dados foram analisados mediante metodologias críticas sobre o financiamento das políticas sociais. Conclui-se que a intermediação bancária introduz uma racionalidade algorítmica que subordina a política social à lógica do mercado, transformando direitos em ativos mercantis e informacionais.

Palavras-chave: Assistência Social; Bancarização e mercantilização.

Abstract: This article analyzes the commodification of social policy in the context of the hegemony of financial capital, highlighting the advance of financialization and the growing participation of banking institutions in the execution of public policies. It is based on data collected in documentary research on contracts signed between the Secretariat of Social Development – SEDES and the Bank of Brasília – BRB, between the years 2020 and 2026 to operationalize social programs in the Federal District. The data were analyzed using critical methodologies on the financing of social policies. It is concluded that banking intermediation introduces an algorithmic rationality that subordinates social policy to the logic of the market, transforming rights into market and informational assets.

Keywords: Social Assistance; Banking and commodification.

* Universidade de Brasília. E-mail: liliamsouza@unb.br
** Universidade de Brasília. E-mail: carolrenault@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.52214
Recebido em: 15/03/2026
Aprovado em: 09/06/2026

Introdução

A proposta deste texto é evidenciar a mercantilização da política social brasileira no contexto de hegemonia e expansão do regime de acumulação capitalista, marcado pela centralidade do mercado financeiro e pela mundialização da produção e do consumo. Esse processo tem como marco a crise estrutural do capital e seus consequentes ataques à organização da classe trabalhadora e às mediações sociais estabelecidas pelo Estado, entre elas a política social, que desde então vem sofrendo transformações e desmontes.

No Brasil, tal dinâmica assume características particulares devido à condição histórica de dependência em relação aos países imperialistas centrais. Essa dependência, atualizada no estágio contemporâneo de acumulação, tem condicionado a macroeconomia brasileira aos interesses do mercado financeiro, restringindo a implementação de um sistema de política social progressista e universal. Em seu lugar, prevalecem modelos focalizados, precarizados, subfinanciados e crescentemente privatizados, além da inserção dessas políticas nos nichos de mercado ligados ao crédito e aos dados.

Um exemplo dessa tendência pode ser observado no Distrito Federal, onde políticas sociais — como a assistência social e programas de transferência monetária, a exemplo do *Prato Cheio*, *DF Social* e *Cartão Gás* — vêm sendo operacionalizadas pelo Banco de Brasília -BRB. Este banco é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Distrito Federal, porém com capital aberto e ações negociadas no mercado financeiro. Assim, mesmo sendo uma instituição com natureza pública, não está alheia à dinâmica contemporânea da financeirização. Ademais, a conjuntura política do governo do Distrito Federal tem reforçado essa orientação financista na atuação do banco.

Diante disso, problematizamos que, embora seja relevante que a execução financeira de políticas sociais esteja sob responsabilidade de uma instituição pública, a forma como esses processos têm sido alocados revela maior alinhamento aos interesses de valorização do capital financeiro do que ao fortalecimento dos direitos sociais mediados por essas políticas. Ao assumir a gestão financeira de programas de transferência monetária, o BRB mercantiliza uma função social do Estado, tratando-a como ativo financeiro e assegurando, simultaneamente, acesso privilegiado a uma ampla base de dados dos usuários. Isso abre espaço para a monetização desses dados no mercado de créditos e de informações, além de inserir a gestão da política social em sistemas algorítmicos que otimizam e adaptam tais dados às lógicas computacionais de amplos mercados.

Assim, observa-se que essa medida adotada no Distrito Federal evidencia processos inovadores e latentes de mercantilização da política social, seja por meio da privatização de sua

execução, seja por sua inserção no mercado financeiro enquanto nicho mercantil de dados e créditos. Consequentemente, fragiliza-se sua dimensão de direito social, reduzindo-a a um serviço e ativo mercantil subordinado à lógica financeira.

Com o objetivo de dar visibilidade a esse processo, o texto desenvolve um debate sobre a política social enquanto direito social e aborda as transformações que ela vem sofrendo no contexto de hegemonia do mercado financeiro na acumulação capitalista. Como recorte empírico, utilizamos a realidade brasileira, com destaque para a particularidade do Distrito Federal, onde essa modalidade interventiva vem se consolidando.

A pesquisa fundamentou-se em dados coletados por meio de estudo exploratório de natureza qualitativa, bem como em documentos oficiais e informações disponibilizadas em plataformas públicas. Entre os documentos analisados, destacam-se: Contrato nº 048537/2023 – Cartão Gás; Contrato nº 048783/2023 – Prato Cheio; Contrato nº 04592/2022 – Benefícios Socioassistenciais; Contrato nº 045519/2021 – DF Social; e Contrato nº 041110/2020 – Programa Renda Mínima Temporária, incluindo seus respectivos termos aditivos celebrados entre a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDES e o BRB. Ressalta-se que todos esses documentos estão disponíveis em plataformas públicas.

O critério de seleção dos documentos baseou-se na identificação da entidade financeira responsável pela execução dos contratos, no caso, o BRB. O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 2020, abrangendo também os termos aditivos vigentes até 2026. A análise dos dados foi realizada à luz das contribuições teóricas de Boschetti (2009) e Salvador e Teixeira (2014), especialmente no que se refere à observância do desenho, da configuração e da organização do financiamento vinculado às políticas sociais.

A política social no contexto da financeirização do capital

Em contraposição às concepções que reduzem a política social a uma intervenção técnico-administrativa do Estado sobre a sociedade, compreendemo-la como "processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem a produção e reprodução do capitalismo" (Behring; Boschetti, 2008).

Nesse sentido, seus marcos de estruturação correspondem à organização da classe trabalhadora em um projeto antagônico ao da classe proprietária nos países de capitalismo central, bem como às medidas anticrise adotadas pelo próprio sistema, a exemplo da macroeconomia keynesiana/fordista baseada no pleno emprego e na regulação estatal. Esses processos se desenvolveram em um contexto de profunda crise social marcada pela

monopolização do capital e pelas disputas imperialistas que culminaram em duas guerras mundiais.

Como parte de uma estratégia de crescimento econômico articulada às demandas por legitimação social no interior das disputas entre projetos antagônicos, os sistemas de proteção social — com ênfase em políticas sociais — consolidaram direitos e contribuíram para melhores condições de vida das classes subalternas, ao mesmo tempo em que reforçaram a estabilidade do capitalismo nos chamados "anos de ouro" da acumulação.

Com o esgotamento dessa etapa, manifestado na crise estrutural do capital, novas diretrizes macroeconômicas foram adotadas. Tais medidas enfraqueceram políticas associadas ao pleno emprego, estimularam novas formas de organização produtiva baseadas na desterritorialização da produção e promoveram a liberalização dos mercados por meio de ampla desregulamentação. Esse conjunto de transformações intensificou o desemprego e o subemprego, fragilizando o projeto da classe trabalhadora e a rede de proteção social a ele vinculada. Ademais, com o fim da experiência socialista, o capitalismo tornou-se hegemônico, sustentado pela ampliação dos mercados mundiais.

Ao longo das últimas quatro décadas — atravessadas por diferentes epicentros de crise econômica, ambiental e social, incluindo a pandemia de Covid-19 — o regime de acumulação centrado no capital financeiro e fictício se aprofundou. Esse processo se apoiou na difusão das ideologias neoliberais e na expansão da revolução tecnológica, que introduziu a internet, as redes sociais e a inteligência artificial no cotidiano do trabalho e da vida social. Tais mudanças reorganizaram profundamente as relações sociais e produtivas, alterando também a dinâmica comunicacional.

Essas transformações intensificaram a mundialização da produção, ampliaram o mercado financeiro global e criaram modalidades mercantis, como os mercados de crédito e de dados. Isso reconfigurou as relações imperialistas entre países centrais e periféricos e fortaleceu o capital fictício, que oculta sua base material fundada na exploração do trabalho ao se apresentar como um processo de autovalorização ancorado nos juros. Nesse cenário, os bancos passam a desempenhar papel central ao institucionalizarem tais transações.

No Brasil, o regime de acumulação baseado na financeirização tornou-se hegemônico a partir da década de 1990, no contexto da redemocratização após o prolongado período de regime autocrático. Esse novo arranjo, contudo, não rompeu com a histórica dependência em relação aos países capitalistas centrais; ao contrário, aprofundou-a por meio de novas formas de articulação.

A hegemonia das relações de produção capitalistas em escala mundial intensificou a concentração de riqueza e de poder econômico, exigindo, consequentemente, maior poder político. Isso impulsionou reformas administrativas e políticas no Estado, deslocando suas funções em direção ao campo econômico e em detrimento das áreas sociais. Um indicador desse movimento é o alinhamento da macroeconomia brasileira à dinâmica da dívida pública, que subordina o Estado ao bloco de poder rentista e limita mediações progressistas entre Estado e sociedade, como a política social.

É importante destacar que, diferentemente dos países centrais, as políticas sociais brasileiras foram historicamente estruturadas sob a lógica do capitalismo dependente. Até a Constituição Federal de 1988, mantinham caráter corporativo e fragmentado, sem identidade de direito social. O marco constitucional, fruto das lutas sociais e de classes, inaugurou um período progressista de mediação estatal, assegurando o direito social e instituindo uma rede de proteção. Contudo, tal avanço confronta diretamente os interesses e a lógica do mercado financeiro.

Entre as medidas que restringem o financiamento e a universalização das políticas sociais, destacam-se: a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a política de superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Emenda Constitucional nº 95/2016 — que instituiu o novo regime fiscal — e seu substitutivo, o arcabouço fiscal aprovado pela Lei Complementar nº 200/2023 (Brasil, 2023). Soma-se a isso a contrarreforma do Estado, que redefiniu as políticas sociais como serviços não exclusivos, ampliando a terceirização de atividades, inclusive operações financeiras delegadas a entidades vinculadas ao mercado.

Além disso, a reestruturação produtiva contemporânea, associada ao atual regime de acumulação, gerou novas formas de trabalho sem, contudo, ampliar a proteção social; ao contrário, intensificou a precarização e a desmobilização política da classe trabalhadora.

O conjunto desses processos consolidou o discurso neoliberal de que a satisfação das necessidades sociais é responsabilidade individual, alcançada por meio do acesso a bens privados mediante iniciativas empreendedoras. Daí decorre a defesa de um sistema econômico livre de controles que atribui ao mercado — e não ao Estado — o papel de provedor de bens e serviços sociais.

Dessa forma, o ainda frágil, porém fundamental, sistema de proteção social brasileiro tem passado por reformas que conduzem a um perfil focalizado, subfinanciado e privatizado. Apesar disso, trata-se de uma conquista histórica constituída na particularidade brasileira e mantida como pauta de luta e resistência das classes subalternas, o que impede sua completa destruição.

Nesse cenário complexo, dinâmico e marcado por intensas disputas sociais, crescente atenção tem sido dada à vinculação da proteção social a novas formas de captura mercantil dos serviços sociais. Tal movimento subordina políticas sociais à lógica do mercado financeiro e aos dispositivos de informatização que estruturam os mercados de capitais, de crédito e de dados, além de priorizar transferências monetárias em detrimento de políticas universais.

No âmbito da expansão das ações do mercado financeiro, suas dinâmicas acumulativas não se restringem à esfera estritamente econômica; ao contrário, estendem-se às funções sociais do Estado, incidindo diretamente sobre as políticas sociais, que passam a ser reorganizadas segundo lógicas financeiras. Esse movimento decorre, como discutido anteriormente, da reestruturação administrativa do Estado orientada pela racionalidade neoliberal, cujo objetivo foi ampliar o escopo mercantil em torno dessas políticas.

Tais mecanismos envolveram não apenas a transferência da proteção social ao mercado e a privatização da execução das políticas sociais, mas também a integração dos usuários dessas políticas ao sistema bancário e creditício (Bretas, 2020). Esse processo se materializa em diferentes dimensões, como a operacionalização de programas de transferência de renda por instituições financeiras que transformam uma função estatal em atividade econômica, além da incorporação dos beneficiários das políticas sociais ao conjunto das ações mercantis dos bancos — especialmente no mercado de dados, em franca expansão devido à convergência entre financeirização e desenvolvimento tecnológico.

A dinamicidade desses processos e o volume crescente de informações gerados evidenciaram os dados como um mercado altamente lucrativo. Com o advento da inteligência artificial, a coleta, a sistematização e o uso desses dados foram intensificados, tornando-se insumos estratégicos para decisões mercantis e, progressivamente, para decisões de políticas públicas. Assim, a captura, o armazenamento e a negociação de dados consolidaram-se como práticas centrais da lógica mercadológica atual e, no contexto da financeirização, constituem-se em um nicho fundamental do setor financeiro.

Operacionalizadas majoritariamente por plataformas digitais e potencializadas pela atuação das big techs, essas práticas ampliam o interesse de empresas — incluindo bancos — na exploração econômica do mercado de dados. Trata-se de um processo que, ao mesmo tempo em que amplia as fronteiras do capital, redefine as bases de gestão das políticas sociais, submetendo-as a mecanismos de controle informacional e financeiro que reforçam sua mercantilização e fragilizam sua dimensão enquanto direito, como se visualiza na particularidade do Distrito Federal.

A Política de Assistência Social no Distrito Federal e a parceria com o BRB

A Política de Assistência Social no Distrito Federal compõe o conjunto de políticas públicas voltadas à proteção social, garantindo acesso a direitos, redução de vulnerabilidades e atendimento às necessidades sociais da população.

A SEDES é o órgão responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional. Também coordena a gestão do Sistema Único de Assistência Social -SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no DF, abrangendo atividades de avaliação, gestão da informação, articulação em rede e fomento de parcerias (Sedes, 2025).

O funcionamento da política está alinhado às diretrizes nacionais estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993) e pelo SUAS, que organizam a assistência social como uma política pública de caráter não contributivo, destinada a todos que dela necessitarem, independentemente de contribuição prévia.

No Distrito Federal, a SEDES planeja, coordena e executa ações de proteção social básica e especial, além de gerir benefícios e programas de transferência de renda. Sua atuação se estrutura em três dimensões principais:

1. Gestão do Sistema Único de Assistência Social -SUAS

Inclui a estruturação e operação da rede pública socioassistencial, composta pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), unidades de acolhimento institucional e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

2. Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

Voltado a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o SISAN articula políticas como: restaurantes comunitários; bancos de alimentos; programas de educação alimentar. Sua atuação é intersetorial, orientada pelo Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo órgãos governamentais e sociedade civil.

3. Gestão dos benefícios sociais e programas de transferência de renda

A SEDES administra programas como: Prato Cheio; Cartão Gás; Cartão Social do DF e benefícios eventuais previstos em lei. Esses programas destinam-se ao apoio financeiro direto às famílias em desproteção social.

A articulação entre SUAS, SISAN e benefícios sociais conforma o modelo de proteção social do DF, que integra ações de prevenção, promoção e enfrentamento das desigualdades. Contudo, esse modelo enfrenta o desafio de assegurar a efetividade dos direitos, especialmente diante do aumento da complexidade social e econômica.

A SEDES mantém uma relação institucional estratégica com o BRB, responsável pela operacionalização financeira dos programas sociais. O banco atua como agente executor dos pagamentos, administração de contas sociais, emissão de cartões e gestão da movimentação de recursos vinculados a benefícios como o Cartão Prato Cheio, Cartão Gás e Cartão Social do DF.

Embora essa parceria contribua para a eficiência administrativa, ela ultrapassa a dimensão de prestação de serviços bancários. Nos últimos anos, o BRB passou a desempenhar papel ampliado na política de proteção social, funcionando como braço operacional do Governo do Distrito Federal para a execução de programas voltados à redução da pobreza e segurança alimentar. Essa atuação se apoia na capilaridade do banco e em seu caráter de instituição financeira pública de desenvolvimento regional.

Entretanto, a presença do BRB reconfigura a gestão da política social, sobretudo ao mediar suas ações por instrumentos financeiros e tecnologias digitais. Ao centralizar a movimentação dos recursos, o banco passa a deter grandes volumes de dados pessoais e financeiros das famílias atendidas, expandindo sua base de clientes e seus ativos informacionais — já que os dados desses beneficiários são usados nas campanhas publicitárias e carta de serviços do banco.

Nesse cenário, a execução das políticas sociais passa a ser intermediada por sistemas tecnológicos, plataformas digitais e mecanismos de governança algorítmica, que controlam: validação de dados; cruzamento de cadastros; processamento automatizado de pagamentos; monitoramento de transações associadas aos benefícios.

Essa dinâmica, embora aumente a agilidade e a segurança dos repasses, suscita questões éticas e políticas relativas ao uso e comercialização de dados, transparência e mercantilização dos direitos sociais. O banco, além de executar políticas públicas, beneficia-se economicamente com: a ampliação da carteira de clientes; a circulação financeira dos benefícios; a transformação de dados sociais em ativos estratégicos.

Dessa forma, a relação SEDES–BRB expressa uma nova forma de gestão público-financeira da política social, na qual o Estado se apoia em instituições financeiras para viabilizar direitos, mas, ao fazê-lo, reformula as fronteiras entre público e privado, entre direito e serviço, entre cidadania e consumo.

Trata-se da emergência de uma nova racionalidade social, orientada pelos princípios da eficiência financeira, da gestão algorítmica e da rentabilidade dos dados. Nesse modelo: a assistência social deixa de ser apenas proteção, e torna-se também mecanismo de controle e acumulação. Inserindo populações socialmente desprotegidas nas dinâmicas do mercado

financeiro, seja pelo consumo mediado por cartões, seja pela oferta ampliada de crédito e potenciais formas de endividamento.

Assim, a parceria entre SEDES e BRB não representa apenas uma inovação administrativa, mas constitui expressão local de um processo global de financeirização da política social, no qual o Estado, em vez de contrapor-se à lógica do capital, passa a mediá-la e legitimá-la. Esse processo consolida a nova razão social contemporânea: a financeirização da vida e o controle instrumental da pobreza.

A bancarização da assistência social no Distrito Federal e o papel do Banco de Brasília

A operacionalização de programas de transferência monetária por instituições financeiras, embora não seja uma prática recente, tornou-se cada vez mais frequente, configurando-se como um mercado importante e lucrativo para os bancos. Esse processo vem consolidando a inserção dessas instituições na gestão das políticas sociais e alimenta um discurso de responsabilidade social associado à promoção da proteção social brasileira.

Desde 2019, o BRB assumiu a operacionalização dos pagamentos dos benefícios do Governo do Distrito Federal-GDF. Entre os programas administrados pelo banco estão: Acolher Elas e Eles; Agentes da Cidadania; Auxílio Calamidade; Auxílio Excepcional; Auxílio Natalidade; Auxílio por Morte; Auxílio Vulnerabilidade; Bolsa Atleta; Cartão Creche; Cartão Gás; Cartão Material Escolar; DF Social; Educador Esportivo; Voluntário Fábrica Social; Família Acolhedora; PAE–UnB; Prato Cheio; Renova-DF, entre outros — a maioria vinculada à política de assistência social.

Para aprofundar análise desse processo, apresentamos dados da pesquisa realizada nos contratos firmados entre a SEDES e o BRB entre os anos de 2020 e 2025. Os montantes apresentados correspondem aos valores anuais ajustados mediante aditivos e apostilamentos.

Quadro 1 – Contratos efetivados entre a SEDES e o BRB para operacionalização de benefícios.

Programa	**Nº contrato**	**Objeto**	**Vigência**	**Valor**	**Aditivos**	**Valor vigente**
Cartão Gás	048537/2023	Operacionalização do pagamento do "Programa Cartão Gás"	Anual	R$ 14.618.488,06	2025: R$16.061.787,42	R$ 16.061.787,42
Prato Cheio	048783/2023	Operacionalizar do benefício do Programa "Prato Cheio", através de emissão de cartão e lançamento de crédito.	Anual	R$ 11.303.400,00 Estimativa de emissão de 180.000 cartões	2025: R$ 12.419.400,00	R$ 12.419.400,00
Benefícios socioassistenciais	04592/2022	Operacionalização dos pagamentos de benefícios socioassistenciais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.	Anual	R$ 547.811,64	2026: R$ 635.000,88	R$ 635.000,88
DF Social	045519/2021	Operacionalização dos pagamentos de programas/benefícios DF social	Anual	R$ 3.034.252,20	2025: R$ 3.529.948,47	R$ 3.529.948,40
Programa Renda Mínima Temporária	041110/2020	Prestação de serviços de coleta de dados cadastrais de até 30.000 (trinta mil) famílias de baixa renda residentes no Distrito Federal para seleção e concessão do Programa Renda Mínima temporária.	Anual	R$ 2.862.130,00	-	R$ 2.862.130,00
Total			Anual – 2025-2026			R$ 35.508.266,70

Fonte: elaboração própria.

As planilhas de contratos da SEDES mostram que a execução dos benefícios sociais não é realizada diretamente pela secretaria de estado, mas delegada ao BRB por meio de contratos firmados via inexigibilidade de licitação, o que confere ao banco posição central na política de transferência de renda do Distrito Federal.

Nos contratos analisados, o BRB assume responsabilidades que vão além da execução administrativa: cria contas bancárias para os beneficiários, emite cartões pré-pagos e administra todos os repasses. Importa salientar que não se efetiva contratos entre o BRB e o usuário diretamente, mas esse vínculo é mediado pela SEDES que seleciona o beneficiário e o indica para a inclusão no sistema bancário. Contudo, os dados desses usuários ficam no sistema do banco e são usados na divulgação desses serviços a outros clientes e para reforçar a ação do banco nesse segmento.

Assim, a opção política pela execução de políticas sociais por sistemas bancários reforça o acesso á direitos sociais mediante serviços financeiros — cartões, contas digitais, plataformas eletrônicas. Nessa lógica, o beneficiário deixa de ser apenas sujeito de direitos e passa a ser inserido compulsoriamente como cliente bancário.

Corroboramos a análise de que os contratos firmados entre a SEDES e o BRB demonstra que essa tendência ultrapassa a justificativa de uma gestão financeira eficiente e socialmente responsável, mas evidencia, ao contrário, a configuração de um mercado de captação de recursos públicos que sustenta essas políticas sociais e amplia a atuação financeira do banco, tornando os elementos de concretização dos direitos sociais nichos de mercado financeiro.

Esta prerrogativa se sustenta pelo fato de o banco estar se especializando na oferta desses serviços, buscando consolidar-se como referência na execução de políticas públicas. Em seu próprio material institucional, oferece esses serviços a outros estados e municípios. Em entrevistas divulgadas em reportagens oficiais, gestores do BRB destacam a importância desses contratos para o crescimento do banco, afirmando que “2019, 2020 e 2021 são três tempos diferentes, dos quais o BRB saiu muito mais forte, tanto em resultados quanto no social” (Paulo Henrique Costa *apud* Lima, 2022).

Segundo essa mesma reportagem, somente em 2022 o BRB movimentou mais de R$ 270 milhões em programas sociais, envolvendo cerca de 300,2 mil beneficiários. Além dos valores financeiros envolvidos, a atuação do banco possibilita acesso a um volume expressivo de dados pessoais e socioeconômicos dos usuários.

A bancarização e automação da política social: reforço a lógica mercadológica em detrimento do direito social

Embora seja relevante que a gestão financeira das políticas sociais seja realizada por uma instituição pública, observa-se que a atual direção do BRB tem conduzido essa gestão segundo uma lógica financista, em detrimento do fortalecimento dos direitos sociais. Nesse contexto, a atuação do BRB na administração financeira dessas políticas revela-se orientada à

consolidação de um nicho de mercado, por meio da execução de programas e serviços vinculados ao sistema de proteção social do GDF.

A atuação do BRB como executor financeiro de benefícios — tais como auxílios emergenciais, programas de transferência de renda e cartões sociais — revela uma transformação significativa na forma como o Estado estrutura a execução das políticas públicas, configurando um processo de automação estatal. Nesse sentido, o banco atua também como mediador tecnológico, utilizando sistemas digitais e algoritmos responsáveis por registrar, cruzar e validar dados de beneficiários, monitorar transações e produzir indicadores que orientam decisões governamentais.

Nesse debate, é importante esclarecer que as instruções baseadas em ordens e sequências lógicas e numéricas próprias dos algoritmos, aplicadas ao acesso a benefícios sociais, estão vinculadas a uma instrumentalidade e a uma intencionalidade comandadas por uma etapa do capitalismo informacional, que "impulsionou mudanças sociais, políticas, jurídicas e econômicas que, ao fim e ao cabo, [buscam] quantificar resultados e evitar desvios de finalidade que não reproduzam o imperativo do lucro" (Achilles; Sabbag; Souza, 2024, p. 02).

Assim, ainda que os serviços e benefícios socioassistenciais vinculados à política de assistência social sejam assegurados por instituições e profissionais habilitados, na etapa de execução eles passam a ser submetidos a um controle bancário de caráter impessoal, mas formatados pelo ímpeto do lucro. Desse modo, parcela da política social passa a ser administrada por processos computacionais opacos, cuja racionalidade técnica escapa ao controle social e político tradicional, assumindo a aparência de neutralidade e imparcialidade, mas essencialmente mercadológicos.

Apesar de, à primeira vista, esses sistemas transmitirem uma imagem de gestão técnica, ao serem orientados por uma intencionalidade tecnológica de caráter financista — que molda essas ferramentas —, consolida-se também uma forma de governança algorítmica caracterizada pela delegação de decisões a sistemas automatizados. Esses sistemas passam a definir critérios de elegibilidade, priorização e exclusão, frequentemente com baixa transparência quanto às regras utilizadas e às bases de dados mobilizadas.

Além disso, a financeirização das políticas sociais não se impõe exclusivamente por vias administrativas; ela também é legitimada pela aceitação popular, uma vez que os programas oferecem alívio imediato da pobreza por meio de transferências monetárias. Entretanto, essa aceitação tende a ocultar uma nova racionalidade da proteção social, baseada na gestão de dados, na individualização do consumo e na produção de valor financeiro. A análise da atuação

do BRB demonstra que seus objetivos econômicos se articulam a estratégias de legitimação política, ao mesmo tempo em que reorganizam a proteção social sob a lógica de mercado.

Ademais, esses processos evidenciam a crescente penetração da racionalidade financeira na política social: em vez de se orientar por princípios universais de seguridade, os benefícios passam a ser condicionados à sustentabilidade econômico-financeira dos contratos, subordinando-se às mesmas regras das relações mercantis.

Tais dinâmicas correspondem às problematizações apontadas por Granemann (2007, p. 58), segundo as quais "a resposta factível do capital centralizado pelas finanças para a organização da força de trabalho é estender a lógica das finanças para a totalidade da vida social", configurando uma "sociabilidade na qual as políticas sociais mínimas operadas pelo Estado sejam elementos de financeirização no cotidiano dos trabalhadores", moldando uma espécie de "monetarização da vida" que conjuga acumulação e legitimação em termos de O' Connor (1977).

O BRB, assim, deixa de ser apenas executor administrativo e passa a atuar como agente estratégico na política social: controla fluxos financeiros, centraliza dados e define, na prática, os meios concretos de acesso aos benefícios. Essa centralidade indica que a política social se torna um espaço de expansão para o setor financeiro, no qual os bancos não apenas prestam serviços, mas também moldam a dinâmica de acesso aos direitos.

Esses elementos reforçam a interconexão entre tecnologia, finanças e proteção social. Embora a automação possa aumentar a eficiência, reduzir fraudes e aprimorar o monitoramento do gasto público, ela também transforma dados sociais em ativos financeiros. Ao concentrar as contas dos beneficiários, o banco amplia sua base de clientes e coleta grandes volumes de dados pessoais e comportamentais, utilizando-os como insumos para a oferta de crédito e outros produtos financeiros.

Nessa dinâmica os instrumentos de proteção social tornam-se, simultaneamente, ferramentas de expansão de mercado, produzindo um duplo efeito: a inclusão financeira formal de grupos vulneráveis e a subordinação desses grupos à lógica do consumo e do endividamento. O que gera uma dupla consequência: amplia a capacidade de controle estatal sobre repasses e gastos, mas também transforma a política social em instrumento de bancarização e de expansão da lógica financeira, integrando os usuários ao sistema não como cidadãos plenos, mas como consumidores.

Por fim, os contratos firmados entre a SEDES e o BRB demonstram que a financeirização das políticas sociais se concretiza em arranjos jurídicos e operacionais que redefinem os elementos de acesso a direitos sociais. A mediação bancária converte benefícios

como alimentação e gás em créditos financeiros, subordinados a contas e cartões, sujeitando direitos sociais às dinâmicas do mercado. Esse movimento insere a política social no centro da lógica financeira contemporânea, produzindo um paradoxo: ao mesmo tempo em que os programas afirmam garantir direitos básicos, sua execução reforça a centralidade do setor financeiro na gestão das necessidades sociais.

Conclusão

O texto analisou a inserção da política social nos processos de financeirização do capital, tomando como eixo a gestão financeira de programas sociais pelo BRB. Evidenciou-se que, embora seja relevante que essa gestão seja realizada por uma instituição financeira pública, a atual direção política do banco tem conduzido esse processo por um viés mercadológico, alocando o fundo público na dinâmica financista e fortalecendo a financeirização em detrimento da garantia de direitos sociais, ainda que o BRB possua autonomia relativa enquanto entidade pública.

Essa tendência foi confirmada a partir da análise dos contratos firmados entre a SEDES e o BRB, os quais demonstram que os programas de transferência monetária no Distrito Federal são profundamente atravessados pela lógica financeira. Os mecanismos de repasse — baseados em cartões, contas bancárias e sistemas eletrônicos — mostram que o acesso a direitos passa a ser mediado por instrumentos financeiros que não apenas atendem a demandas sociais imediatas, mas também contribuem para a expansão do mercado financeiro entre os segmentos vulneráveis. Assim, recursos originalmente destinados à proteção social acabam sendo inseridos na lógica do mercado.

A execução das políticas sociais no Brasil tem se estruturado, cada vez mais, em mecanismos financeiros que intermedeiam o acesso a direitos básicos. Esse processo, característico da financeirização da política social, desloca a materialização do direito das políticas universais para o campo dos contratos, produtos bancários e dinâmicas de mercado.

Nesse cenário, o BRB se consolida como agente de acumulação e controle. Ao administrar benefícios sociais, o banco amplia sua base de clientes, capta dados estratégicos e gera novas formas de rentabilidade, articulando interesses privados à execução de funções públicas. Assim, a fronteira entre política social e setor financeiro torna-se cada vez mais tênue, revelando a presença de uma racionalidade mercantil no interior da política de proteção social.

Ainda que orientados por essa lógica, tais programas mantêm elevada legitimação social, uma vez que respondem de forma imediata às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. Esse apoio popular, contudo, reforça um modelo de proteção social baseado

no consumo, na individualização e na gestão tecnocrática, em detrimento de concepções universalistas e de princípios estruturantes de seguridade.

Por fim, a análise aponta riscos significativos para a proteção social universal. A substituição de direitos amplos por benefícios condicionados e mercantilizados fragiliza os princípios de cidadania e equidade, deslocando a centralidade do Estado para instituições financeiras. Assim, confirma-se a hipótese de que os programas sociais, embora ofereçam alívio imediato, também funcionam como vetores de acumulação de capital e de legitimação da racionalidade neoliberal, reconfigurando o papel das políticas sociais e subordinando-as à lógica do mercado.

Referências

ACHILLES, Daniele; SABBAG Deise Maria Antonio; SOUZA Gabriel Scudeller de. Governamentalidade Algorítmica, sociedade incivil e capitalismo de vigilância: resistência pela produção do comum. *TransInformação*, Campinas, v. 36 I. 2024.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social:* Fundamentos e História. São Paulo, Cortez, 5ª. Ed., 2008. (cap. 1. p. 25 a 46).

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília - DF:CFESS/ABEPSS. 2009.

BRETAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.* Rio de Janeiro. Consequência, 2020.

DANTAS, Marcos. Internet: das ilusões libertárias à realidade do capital. *In*: YANNOULAS, Silvia; PEREIRA, Camila. *Desafios para a Política Social e a Democracia no Capitalismo Tardio*: tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da direita. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

DISTRITO FEDERAL. *Contrato nº 048537/2023* – Cartão Gás. Disponível em: https://www.sedes.df.gov.br/documents/d/sedes/apostilamennto-brb. Acesso em: 18 nov. 2025.

DISTRITO FEDERAL. *Contrato nº 048783/2023* – Prato Cheio. Disponível em: https://www.sedes.df.gov.br/documents/d/sedes/termo_aditivo_139323258. Acesso em: 18 nov. 2025.

DISTRITO FEDERAL. *Contrato 04592/2022* – benefícios socioassistenciais. Disponível em: https://sedes.df.gov.br/w/contratos-2. Acesso em: 18 nov. 2025.

DISTRITO FEDERAL. *Contrato nº 045519/2021* – DF Social. Disponível em: https://www.sedes.df.gov.br/documents/d/sedes/brb-apostilamento_3_-pdf. Acesso em: 18 nov. 2025.

DISTRITO FEDERAL. *Contrato nº 041110/2020* – Programa Renda Mínima Temporária. Disponível em: https://www.sedes.df.gov.br/documents/d/sedes/banco_de_brasilia___brb____contrato_041110_2020. Acesso em: 18 nov. 2025.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. *Revista Em Pauta*. Nº 20. 2007.

LIMA, Catarina. BRB movimentou mais de R$ 270 mi em programas sociais. *Agência Brasília*, Brasília, 14 out. 2022. Disponível em: https://agenciabrasilia.df.gov.br/w/brb-movimentou-mais-de-r-270-mi-em-programas-sociais. Acesso em: 1 jun. 2026.

O'CONNOR, James. *USA*: a crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 264 p.

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. *Rev. Pol. Públ*., São Luís, v.18, n.1, p.15-32, jan./jun.201.

SEDES. Sobre a Secretaria. SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social. 2025. Disponível em: https://www.sedes.df.gov.br/a-sedes. Acesso em: 18 nov. 2025.

LIBERTAS ON LINE

Rualização em debate: vozes resistentes aos desafios da vida na rua e para além dela

Homeless under debate: voices resisting the challenges of life on the streets and beyond

Verônica Martins Tiengo*

Resumo: O artigo responde à seguinte questão norteadora: quais são as propostas dos sujeitos em situação de rua entrevistados acerca do rompimento com o processo de rualização? Objetiva apresentar a voz de sujeitos em situação de rua a respeito do que pode ser feito no sentido de mitigar essa multifacetada expressão da questão social. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo. Como resultado, aponta-se a necessidade do fim do recolhimento compulsório de pertences pessoais; a inserção de pessoas que vivenciaram a rualização nos serviços socioassistenciais voltados para esse público; o aumento no número de vagas nos serviços de acolhimento institucional; e a oferta de moradias e trabalho.

Palavras-chave: População em situação de rua; Políticas sociais; Trabalho; Direitos sociais; Moradia.

Abstract: The article answers the following guiding question: what are the proposals of the homeless individuals interviewed regarding breaking with the process of homelessness? The goal is to present the voices of homeless individuals regarding what can be done to mitigate this multifaceted expression of the social issue. This is qualitative, bibliographic, and field research. As a result, it points to the need to end the compulsory collection of personal belongings; the inclusion of people who have experienced homelessness in social assistance services aimed at this population; an increase in the number of places in institutional shelters; and the provision of housing and work.

Keywords: Homeless; Social policies; Work; Social rights; Housing.

Introdução

O artigo responde à seguinte questão norteadora: quais são as propostas dos sujeitos em situação de rua entrevistados acerca do rompimento com o processo de rualização? Objetiva apresentar a voz de sujeitos em situação de rua a respeito do que pode ser feito no sentido de mitigar essa multifacetada expressão da questão social. No primeiro ponto, apresentamos conceitos de população em situação de rua de diversos locais do globo, percebendo como os

* Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: veronicatiengo@outlook.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49889

Recebido em: 19/08/2025
Aprovado em: 14/01/2026

países europeus possuem um olhar mais profundo sobre o desabrigo, enquanto países latino-americanos voltam-se mais especificamente para quem dorme efetivamente na rua e em abrigos. No segundo ponto, apresentamos a voz dos sujeitos, com destaque para sua opinião sobre o que pode ser feito para lidar com a rualização.

Como resultado, eles apontam a necessidade do fim do recolhimento compulsório de pertences pessoais; inserção de pessoas que vivenciaram a rualização nos serviços socioassistenciais voltados para esse público; aumento no número de vagas nos serviços de acolhimento institucional; e a oferta de moradias e trabalho.

Trata-se de pesquisa qualitativa[1], bibliográfica e de campo. Para a pesquisa bibliográfica, trabalhamos com dados do Brasil, Bogotá, Córdoba, México, Chile, Bolívia, Canadá, Estados Unidos e Europa. A seleção dos dados desses locais ocorreu tendo como critério a presença de uma política voltada para a população em situação de rua e/ou um censo que identifique seu perfil, tendo sido publicados em português, inglês ou espanhol. Fizemos um roteiro de análise e montamos um mapa de análise para nortear os dados a serem destacados no trabalho.

Foram realizadas seis entrevistas[2]. Para a definição dos entrevistados, usamos a técnica da bola de neve, iniciada com o líder do Movimento Nacional da População em Situação de rua, que indicou duas pessoas para as entrevistas. O número de entrevistados foi definido pela saturação dos dados. Com vistas a garantir o anonimato do líder entrevistado, não informamos o local de realização das entrevistas. Utilizamos análise de conteúdo, usamos o software *Iramuteq*, e as entrevistas foram semiestruturadas[3]. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, aplicadas em 2020, após a devida autorização do comitê de ética. Fizemos a codificação do corpus de análise por cores, escolhidas para indicar temas específicos presentes nas entrevistas, com o intuito de nortear a escolha daquelas que vão compor o trabalho.

Optamos por trabalhar com dois corpus nas análises em que percebemos uma maior relevância da frequência de palavras.[4] O motivo foi o fato de uma das entrevistas ter sido mais longa que as demais, logo as palavras presentes nela teriam mais repetições se optássemos por um único corpus. Mantivemos um único corpus na análise de similitude, pois ela evidenciou

[1] O artigo é uma versão modificada de parte do debate realizado na tese doutoral da autora (cf. Tiengo, 2023a).
[2] No presente artigo, apresentamos falas de cinco dos seis entrevistados. A ausência da fala de um deles ocorreu porque ele não opinou no que diz respeito às questões debatidas no presente trabalho. Porém, nas figuras referentes às análises das entrevistas, o corpus de análise incluiu todas as falas, de todos os participantes.
[3] As entrevistas foram aprovadas pelo comitê de ética, por meio do Parecer Consubstanciado nº 3.703.908.
[4] Lembramos que, para fazermos tal escolha, rodamos no *Iramuteq* todas as análises presentes no texto três vezes, sendo uma para o corpus com todas as entrevistas, uma para a Entrevista 1 e a outra para as demais entrevistas. E analisamos qual fazia mais sentido e seria mais próxima do real.

bem as histórias trabalhadas, apresentando as divisões de acordo com os temas presentes nos discursos.

Quem é a população em situação de rua?

> Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar (Brecht, 1982).

Consideramos pessoas em situação de rua aquelas que pernoitam em vias públicas e também aquelas que utilizam instituições de acolhimento, tais como abrigos e albergues. Segue a concepção adotada pelo Governo Federal Brasileiro, no parágrafo único do artigo 1º da Política Nacional para inclusão da população em situação de rua[5]:

> Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009b).

Enquanto países latino-americanos percebem população em situação de rua de maneira similar ao brasileiro, países europeus consideram, para além desses, os que vivem em habitações inadequadas para a moradia humana. Ora, se essa fosse a definição usada no Brasil, o número de pessoas em situação de rua seria bem maior do que os 100 mil levantados em 2015, do que os 220 mil em 2020 e do que os 281 mil em 2022. Ao invés de milhares, seriam milhões.[6] Vejamos um conceito amplo de abrigo adequado:

> Um abrigo adequado e acessível com serviços básicos é um direito fundamental de todas as pessoas. Os governos devem respeitar o direito de todas as pessoas a um abrigo, livre do medo de despejo ou remoção forçada, ou da ameaça de sua casa ser demolida. Um abrigo adequado inclui não apenas proteção contra os fenômenos da natureza, mas também fontes de água potável dentro ou perto da casa, provisão para remoção de resíduos domésticos e humanos líquidos e sólidos, drenagem do local, serviços de emergência que salvam vidas e fácil acesso aos cuidados com a saúde. Nos centros urbanos, um local de moradia ao fácil alcance das oportunidades sociais e econômicas também é parte integrante de um abrigo adequado[7] (Turner *apud* Levinson;

[5] Presente na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) e no Decreto nº 7.053, de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e também na Resolução nº 40 do Conselho Nacional de Direitos Humanos, de 2020.

[6] O censo do IBGE (2010) identificou 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas.

[7] Original: "Adequate, affordable shelter with basic services is a fundamental right of all people. Governments should respect the right of all people to shelter, free from the fear of forced eviction or removal, or the threat of their home being demolished. […] Adequate shelter includes not only protection from the elements, but also sources of potable water in or close to the house, provision for the removal of household and human liquid and solid wastes, site drainage, emergency lifesaving services, and easy access to health care. In urban centers, a house site within easy reach of social and economic opportunities is also an integral part of an adequate shelter".

Ross, 2007, p. 369).

Para Levinson e Ross (2007), caso essa visão ampliada fosse usada em todo o mundo, a maioria da população mundial seria *homeless*. Tal amplitude envolve a segurança da moradia, espaço suficiente para satisfação em nível físico, psicológico, social e cultural. Locais com excesso de barulho e poluição não são considerados adequados para moradia.

Nesse contexto, habitantes de favelas seriam considerados *homeless*. Reitero que no Brasil aqueles que vivem em prédios abandonados há mais de cinco anos, que possuam divisões dos cômodos e eletrodomésticos, não são contados entre a população em situação de rua (Brasil, 2009a).

Bogotá (2018) usa o termo "*habitantes de la calle*" e considera todos os cidadãos ou cidadãs que estão nas ruas ou em instituições de acolhimento há pelo menos 30 dias. Córdoba (2018) vê como "*personas em situación de calle*" os que pernoitam nas ruas e em instituições de acolhimento, e faz uma separação entre *situação de rua*, que remete a um momento, uma passagem, e *condição de rua*, indicando um estado, consolidado com o passar do tempo. São contados aqueles cuja vida nas ruas se prolonga por mais de cinco anos.

México (2018) considera os que vivem temporária ou regularmente nas ruas como "*poblaciones callejeras*". Inclui os que utilizam moradias inadequadas, tais como embaixo de viadutos, praças, carros, pontos de ônibus, acampamentos e os albergados.

Chile (2012) usa o termo "*personas em situación de calle*", e Brasil (2008) "*população em situação de rua*". Para ambos, esse grupo é composto pelos que pernoitam nas ruas e em instituições de acolhimento. As demais pesquisas brasileiras seguem essa mesma linha.

A Bolívia (2015) considera como "*personas em situación de calle*" aquelas que passavam mais de 13 horas nas ruas. Pessoas que "transitan desde el ámbito familiar, ambientes em alquier. Albergues temporales hacia la calle y vice-versa; son personas que hacen de la vida em la calle un espacio vital de desarrollo de la identidad" (Bolívia, 2015, p. 183).

A pesquisa europeia de Baptista e Marllier (2019) traz informações de diversos países. Cada um apresenta diferentes concepções para definir quem é o *homeless*. A Áustria refere-se a pessoas sem-teto e àqueles que dormem em instituições voltadas para população em situação de rua. Para a Bélgica, pessoas que não possuem uma moradia nem condições de obtê-la. A Alemanha não apresenta definição oficial. A Dinamarca segue o conceito presente na lei de Serviços Sociais, o qual aponta como população em situação de rua as pessoas que por problemas especiais não conseguem se manter em uma moradia, ou não possuem uma casa. A Grécia inclui, além dos que não possuem moradia, os residentes de habitações precárias e os

acolhidos em instituições. A Espanha considera as categorias da tipologia "ETHOS-Light"[8], a qual envolve as seguintes categorias operacionais:

Quadro 1 – ETHOS-Light.

1	Pessoas vivendo em condições difíceis, nos espaços públicos;
2	Pessoas em situação de emergência de alojamento;
3	Pessoas vivendo em alojamentos para população em situação de rua;
4	Pessoas vivendo em instituições;
5	Pessoas que vivem em acomodações não convencionais por causa da falta de moradia;
6	Pessoas que moram temporariamente com a família por causa da falta de habitação.

Fonte: Elaboração própria.

O último quadro demonstra como há uma concepção ampla de quem é considerada pessoa em situação de rua na Europa. Enquanto no Brasil e em outros países latino-americanos é somente quem efetivamente dorme na rua ou em instituições de acolhimento, na Europa abrange um contingente bem maior, envolvendo os que moram com a família e os que vivem em acomodações não convencionais.

Na França, são considerados *homeless* os que na noite anterior à pesquisa dormiram nas ruas, parques, estacionamentos, praças, enfim, locais impróprios para a habitação; além disso, estão incluídos os locais onde há uma área para proteção do frio e onde é possível se alimentar, porém não são próprios para a moradia, e também os que dormiram em hotéis ou alojamentos pagos por associações, alojamentos coletivos e dormitórios (Baptista; Marlier, 2019).

Na Itália, somente os desabrigados e sem-teto são considerados população em situação de rua. Assim, não insere os habitantes de moradias inadequadas. Em Portugal, são considerados os que vivem nos espaços públicos, abrigos emergenciais, locais inseguros para moradia e instituições temporárias de acolhimento para população em situação de rua. A Suécia considera os que moram nas ruas, vivem nos abrigos de emergência, instituições de acolhimento para população em situação de rua, em locais não convencionais e temporariamente na casa de amigos e familiares (Baptista; Marlier, 2019).

Dito isso, cerca de 2% da população mundial, 150 milhões de pessoas, encontra-se desabrigada, e 1,6 bilhão vive em habitações inadequadas. Entre os fatores que contribuem com o processo de rualização, estão a escassez de moradias populares, especulação imobiliária,

[8] Ver mais em: https://www.feantsa.org/download/fea-002-18-update-ethos-light-0032417441788687419154.pdf.

pobreza, desemprego, problemas familiares, ausência de serviços para pessoas com doenças mentais e que consomem álcool e outras drogas (Chamie, 2017).

Chamie (2017) destaca que o preço alto das habitações chama atenção em alguns locais do mundo, como os Estados Unidos. Os preços são tão altos que nem mesmo os empregados conseguem pagar pela moradia, pois ela ultrapassa 30% da renda de um trabalhador cujo salário seja mínimo e trabalhe 40 horas por semana.

Na América Latina, temos especificidades tão profundas que os motivos da rualização apontados pela população em situação de rua são múltiplos. A questão habitacional, apesar de estar presente, aparece como se fosse uma consequência das demais, combinada a outras. Na Europa e nos Estados Unidos, a questão habitacional é o grande motivador ao qual outros fatores se vinculam (Baptista; Marlier, 2019; Chamie, 2017; Chile, 2012; México, 2018; Bogotá, 2018; Bolívia, 2018; Brasil, 2009).

As políticas sociais latino-americanas seguem a matriz residual. São seletivas, focalizadas nos extremamente pobres. Há prioridade para programas de transferência de renda, que devem ser para um grupo específico, extremamente pobres, e, seguindo o princípio da menor elegibilidade, precisa ser inferior ao pior trabalho. Especificamente para a população em situação de rua, temos abrigos, albergues, centros de referência especializados e consultório na rua. Seguem modelos de escada, sob a ideia de redes de proteção (Pereira, 2016; Tiengo, 2025).

Apesar de ainda serem predominantes os modelos de escada nas respostas à rualização, na Europa há uma tendência de alteração para o *Housing First*. Uma questão diferencial ao olharmos as transferências de renda é que os *homeless* vivem basicamente dos benefícios de transferência de renda, enquanto na América Latina, mesmo acessando a transferência monetária, é o trabalho informal uma constante, sua principal fonte de renda. O *Housing First* difere da oferta de vagas em abrigos e albergues, pois promove uma moradia permanente. Além de pensar também em outras especificidades segundo a necessidade de cada pessoa. Ele parte da moradia permanente, mas oferece também acesso a áreas como saúde e assistência social. De modo geral, os países europeus que adotaram o *Housing First* perceberam que, além de ter melhores respostas, o custo é menor do que o modelo tradicional, de escada. Segue figura que evidencia pontos importantes para as políticas e serviços voltados para o grupo aqui estudado.

Figura 1 – Perspectivas das políticas e serviços de respostas à rualização.

Reino Unido e Alemanha	Holanda, Escócia e Áustria	Canadá
• Trabalho interdisciplinar é fundamental; • As redes são tidas como importantes, todavia não substitui os serviços públicos destinados à população em situação de rua (European Commission, 2013).	• Estudos identificaram a economia de recursos ao investir na prevenção da rualização (European Comisison, 2013).	• A prevenção é uma linha de ação fundamental. Cozinhas populares e abrigos possuem a sua importância, porém, para eles, não trazem redução de pessoas sem abrigo. Assim, pautam as ações na prevenção, e resposta rápida nos casos em que há chegada nas ruas (The Homeless Hub, 2021).

Fonte: Elaboração própria.

Destacamos dois elementos da figura anterior: o reconhecimento da responsabilidade do Estado em responder à expressão da questão social aqui estudada e o foco na prevenção, pois houve a constatação de que é menos oneroso investir em ações preventivas do que ações após a concretização da rualização.

Uma concepção mais restrita de população em situação de rua parece[9] fazer com que a intervenção ocorra quando já está em vigor uma série de expressões da questão social que se entrelaçam e dificultam a efetividade de serviços e programas. A concepção mais ampla dos europeus parece permitir uma intervenção antecipada, de forma a prevenir situações mais complexas, contribuindo para a uma maior efetividade do acesso a programas, políticas e projetos. Segue um quadro que evidencia tempo de rua mais elevados na América Latina e menores na Europa.

[9] Trazemos aqui apenas uma indicação. A questão pode ser aprofundada em uma próxima pesquisa, pois aqui não há espaço suficiente para adensar o debate sobre o assunto.

Quadro 2 – Tempo de rua.

LOCAL	TEMPO DE RUA	FONTE
Chile	26,9% menos de 1 ano 28,5% mais de um ano 31.9% 5 anos ou mais	(Chile, 2012)
Cochabamba[10]	40% há mais de sete anos 26,4% menos de três anos	(Bolívia, 2015)
El Alto	23,3% entre 1 e 3 anos 16,7% entre 4 e 6 anos 24% há mais de 7 anos	(Bolívia, 2015)
Bogotá	68% estão há mais de seis anos.	(Bogotá, 2018)
Córdoba	54,6% estão a mais de 9 meses nas ruas 25,4% há mais de 5 anos 28,2% entre 9 meses e quatro anos	(Córdoba, 2019)
México	37,32% menos de 1 ano; 41,69% de um a 3 anos 20,99% 4 anos ou mais	(México, 2018)
Abbotsford	55,5% há mais de um ano 23,5% entre 1 e 6 meses	(Abbotsford, 2018)
Toronto	48% menos de 6 meses 11% entre 6 e 12 meses 36% mais de 12 meses	(Toronto, 2018)
São Paulo	26,4% há mais de 5 anos 31,2% entre 1 e 5 anos	(São Paulo, 2019)
Dinamarca	23% menos de 3 meses 34% entre 4 e 11 meses 21% entre 1 e 2 anos 22% há mais de 2 anos	(Busch-Geertsema *et al*., 2014)
Itália	30% menos de 3 meses 59% menos de 1 ano 15% mais de 4 anos	(Busch-Geertsema *et al*., 2014)
França	22% menos de três meses 36% entre 1 e 3 anos 15% mais de 3 anos	(Busch-Geertsema *et al*., 2014)
Hungria	34% há mais de 10 anos	(Busch-Geertsema *et al*., 2014)
Polônia	31% viviam há mais de 8 anos 50% entre 2 e 8 anos 19% há menos de um ano	(Busch-Geertsema *et al*., 2014)
Portugal	48% há mais de um ano	(Busch-Geertsema *et al*., 2014)
Suécia	25% menos de 3 meses 25% entre 3 meses e 1 ano 10% há mais de 10 anos	(Busch-Geertsema *et al*., 2014)

Fonte: Elaboração própria.

No Chile, 66,4% estão há mais de um ano nas ruas. Na Bolívia, em El Alto, são 64%, e em Cochabamba, 40%. Em Córdoba, na Argentina, 25,4% vivem há mais de cinco anos nas

[10] A pesquisa boliviana foi feita em dez cidades. Encontramos o dado tempo de rua em Cochabamba e El Alto, que são as duas com maior número de pessoas em situação de rua do país, respectivamente 977 e 1.071.

ruas. E no México, são 21% os que vivem há quatro anos ou mais. A Colômbia é o local que mais nos chama atenção, visto que em Bogotá 68% vivem há mais de seis anos em situação de rua. Por outro lado, na Dinamarca, 57% estão há menos de um ano desabrigados. Na Itália, 59% há menos de um ano, assim como em Toronto. Na França, somente 15% estão com período superior a 3 anos. Na Europa, os dados se invertem, ao apresentarem tempos de rua inferiores. Na Suécia, 50% estão nas ruas há até 1 ano. Na França 58% contabilizam até 3 anos. Em Portugal, menos da metade está há mais de um ano.

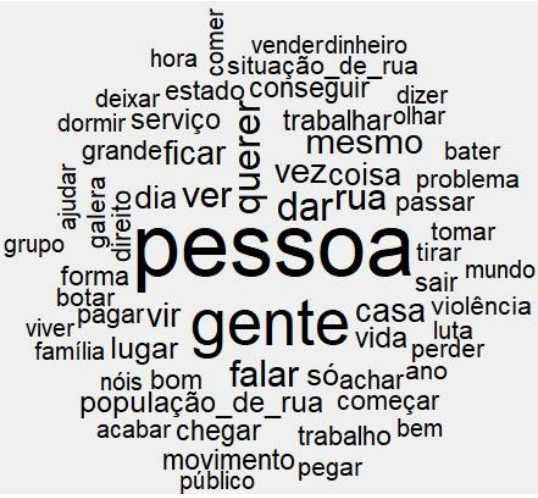
No ponto seguinte, analisaremos os dados da pesquisa de campo, apresentando figuras geradas pelo software *Iramuteq* com nosso debate sobre os elementos discutidos, e evidenciando a análise de conteúdo. Além disso, indicaremos questões gerais mencionadas pelos entrevistados como fatores importantes para lidar com essa multifacetada expressão da questão social.

Rualização em perspectiva: uma análise qualitativa das entrevistas

Trata-se de um resgate geral da fala dos sujeitos entrevistados em nossa pesquisa de campo, apresentando diversas questões sobre a vida nas ruas, que serão aqui apontadas e podem ser aprofundadas em artigos posteriores.

Seguem duas imagens: a primeira referente a uma das entrevistas, a mais longa; e na segunda, as demais entrevistas. Ao longo de todo o ponto, referimo-nos à *Entrevista 1*, indicando a mais longa, e *Entrevistas 2*, para o conjunto das demais.[11]

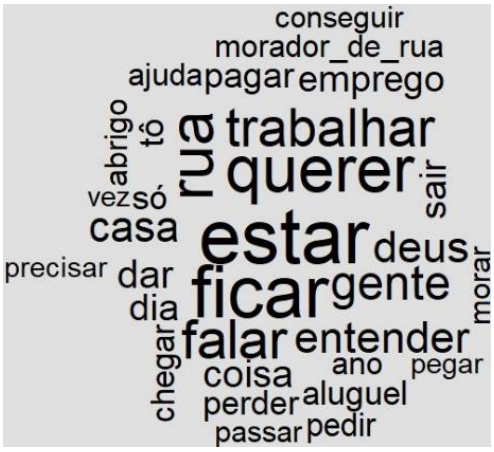
Figura 2 – Nuvem de palavras Entrevista 1.



Fonte: Elaboração própria.

[11] Com isso, nosso intuito não é identificar a ordem das entrevistas, e sim fazer a separação entre as menores e uma maior, na qual o sujeito falou por mais tempo.

Figura 3 – Nuvem de palavras Entrevistas 2.



Fonte: Elaboração própria.

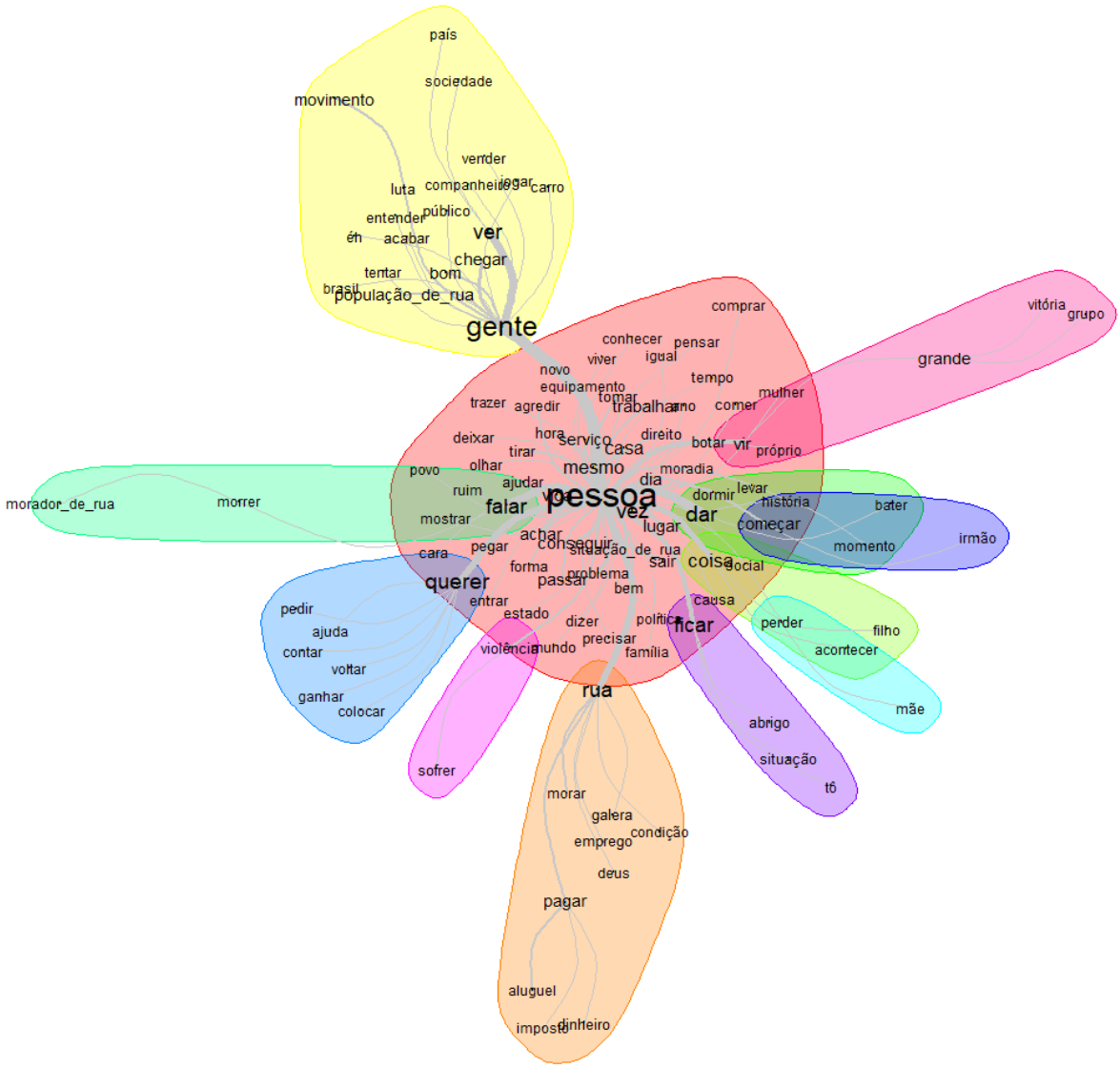
Observando as figuras, percebemos que a entrevista que numeramos aqui como 1 evidencia o sujeito no centro do debate, com destaque para as palavras *pessoa* e *gente*, como uma forma de apontar para a inaceitável condição de um ser humano viver de modo tão degradante quanto a vida nas ruas.

E a respeito da segunda figura, nomeada como Entrevistas 2, vemos a palavra *gente* também presente, porém com menor frequência, sendo o foco *querer, trabalhar, ficar, estar, rua* e *falar*. Percebemos o fato de os verbos indicarem ações dos sujeitos, que desejam sair das ruas, trabalhar com o intuito de cumprir seu objetivo, porém, ainda que trabalhem, permanecem nas ruas.

A nuvem de palavras é um dos tratamentos dos dados mais simples, pois considera somente a frequência das palavras no texto. Seguem as figuras referentes à análise de similitude, dividida em comunidades e com *halo*[12], onde é possível ver a relação entre as palavras no discurso e a sua divisão em temas.

[12] Palavra usada pelo software para chamar as linhas que partem das palavras do meio para a extremidade.

Figura 4 – Análise de similitude de todas as entrevistas.



Fonte: Elaboração própria a partir do software *Iramuteq*.

A figura apresenta as palavras do discurso separadas em temas pelo *Iramuteq*, vistas em cores diferentes, e cada cor é chamada pelo software de comunidade e mostra um tema diferente. As linhas cinzas são chamados de *halos*, e quanto mais nítidas, maior a relação entre as palavras centrais a que se vinculam e elas.

Olhando para as comunidades em volta da central, vemos em verde-água *perder* e *mãe*. Isso aponta a importância das mulheres na vida da população em situação de rua, formada majoritariamente por homens. A perda é algo preponderante na história de cada sujeito em situação de rua. Duas figuras importantes nesse processo de sucessivos infortúnios são a mãe e a companheira.

Na comunidade laranja, temos maior frequência da palavra *rua* com alguns motivos envolvidos no processo de rualização, especialmente econômicos, como a perda do *emprego*, gerando ausência de condição de pagar o *aluguel* (sem dinheiro), ficando sem lugar para morar, momento em que passaram a viver nas ruas.

A comunidade azul-claro parte do centro com a palavra *querer*, que está relacionada com *pedir, ajuda, contar, voltar, ganhar* e *colocar*. As palavras remetem a ações individuais, associadas à ajuda de políticas públicas, legalmente constituídas.

Na comunidade amarela, relacionada à palavra *gente*, temos *população de rua, bom, Brasil, chegar, tentar, acabar, entender, luta, movimento, público, companheiro, ver, vender, carro* e *jogar*. *Gente* vinculada a *carro* e *vender* aponta para duas atividades informais, duas formas de trabalho desenvolvidas em situação de rua por esses sujeitos.

As palavras *movimento* e *luta*, vinculadas entre si, apontam para uma forma de resistência dessas pessoas, a luta por melhores condições de vida em um país tão desigual quanto o Brasil.

Ignorar o sofrimento da parcela da superpopulação relativa[13] componentes dos mais pauperizados, permitir que pessoas vivam em condições sub-humanas, sem acesso ao básico para sua sobrevivência, é desumano. Então, o que pode ser feito? Em nível imediato, com vistas a mitigar o sofrimento da população em situação de rua, quais são as ações que poderiam reduzir a barbárie em que vivem? Destacaremos a seguir a voz dos sujeitos que vivenciam a rualização sobre o que pode ser feito com relação à vida nas ruas, como mitigar essa multifacetada expressão da questão social.

Salientamos que falamos aqui em mitigar por entendermos que a supressão das expressões da questão social vividas pelos que passam pelo processo de rualização só é possível em uma outra sociedade, na qual a exploração não esteja no cerne. Com isso em mente, apresentamos questões levantadas pelos entrevistados quanto à sua forma de ver suas próprias necessidades e de como o Estado poderia contribuir para sua saída das ruas, no nível de políticas sociais. Não é nosso objetivo aprofundar os cinco pontos apresentados, apenas indicá-los.

O primeiro é acabar com o recolhimento compulsório dos pertences pessoais. Esse é um assunto presente em nossas pesquisas de campo e bibliográfica. É tema presente em várias

[13] Entendemos a superpopulação relativa conforme explicitado por Marx (2023), no capítulo XXIII do *Capital*, como aquele grupo parcial ou inteiramente desocupado, composto pelos que flutuam entre emprego e desemprego, migram em busca de emprego, e aqueles inseridos em atividades irregulares (respectivamente formas flutuante, latente e estagnada). Além dessas formas básicas, há o seu sedimento mais baixo, composto por aqueles em uma condição de vida inferior, no pauperismo. Consideramos a população em situação de rua integrante da superpopulação relativa. Ver mais em Tiengo (2023b).

pesquisas sobre população em situação de rua e também em jornais da população em situação de rua, tais como o jornal *O Trecheiro* e o jornal *Boca de Rua*.

Vieira *et al.* (2004) falam sobre a contradição vivida pelo poder público, entre a pressão da população domiciliada que os pressiona a retirar pessoas em situação de rua de certos pontos da cidade e a assistência, que flutua entre o direito e o dever.

Porém o estar em situação de rua demonstra o descumprimento do Estado em suas funções protetivas. Ter uma moradia é um direito social previsto constitucionalmente. E tanto a retirada das pessoas quanto o recolhimento compulsório de seus pertences são violações de direitos. Jorge falou sobre o "furto" dos objetos pessoais de pessoas em situação de rua durante ações de "limpeza" do poder público.

Conforme as palavras de Jorge, há uma subjetividade inerente à retirada compulsória de seus pertences. Não é meramente a perda, ou um roubo de coisas, mas essas coisas fazem parte de sua história, são o pouco que conseguiram manter mesmo passando pelo processo de rualização, e quando eles perdem suas mochilas, seus objetos pessoais, eles perdem também parte de sua história. Logo, quando o poder público faz ações justificadas pela "limpeza urbana", eles estão roubando parte da vida da população em situação de rua, tomando parte de sua história.

Lembramos que a Resolução nº 40, de outubro de 2020, traz no capítulo II, sobre os direitos humanos da população em situação de rua, a equiparação dos domicílios improvisados à casa, com garantia de sua inviolabilidade, e segundo o artigo 25: "O recolhimento de qualquer documento e objetos pessoais das pessoas em situação de rua, por agentes públicos e privados, configura violação aos direitos dessa população, infringindo os direitos fundamentais da igualdade e propriedade" (Brasil, 2020).

Vejamos que as pessoas em situação de rua são vistas como sujas, porém são impedidas de lavar e estender suas roupas para secar, conforme relatado a seguir:

> O único cobertor que a gente tem pra dormir, se você num vigiar, eles pega e joga fora. Eles não tem coração.
> O encarregado manda e os gari faiz. Aí a gente tem que ficar com forro sujo, porque você não pode lavar, se você ficar vigiando secar, mas se eles chegar, mesmo assim... **Eles te trata como animal** (Mara, 2020, grifo nosso).

Há a urgente necessidade de oferecer espaços públicos para que eles possam lavar roupas e secá-las, instalados nos locais com maior trânsito de pessoas em situação de rua e que passem por manutenções sempre que necessário. Ademais, é fundamental a conscientização dos funcionários públicos que lidam direta ou indiretamente com a população em situação de rua, de forma a contribuir para que os que passam pela rualização possam ser vistos como

sujeitos de direitos, pois, além dos direitos comuns a qualquer brasileiro, regidos pela Constituição Federal de 1988, possuem uma série de direitos específicos presentes na Política Nacional para a População em Situação de Rua, sendo um dos direitos a acolhida nas cidades. Por fim, é imprescindível a existência de uma política pública intersetorial que contribua com a saída da situação de rua.

O segundo ponto é a inserção de pessoas que viveram o processo de rualização para compor os grupos de trabalho nos abrigos. Jorge sugeriu que pessoas que viveram em situação de rua passassem a compor as equipes de trabalho junto à população em situação de rua. Tal inserção contribuiria para reduzir o estigma social inerente à situação de rua e traria uma perspectiva de que eles podem sair das ruas.

> A intervenção de pares é você colocar dentro dos abrigos, dentro dos albergues, pessoas que saíram das ruas e dar autonomia a ele para ele ter uma casa, um emprego, para ele mostrar praqueles outros que ele também pode. Para ele transmitir aquilo que ele viveu que ele será uma pessoa muito mais amorosa, do que certas pessoas que estão ali, só fez academia, mas que não sabe a realidade, não viveu na pele, não vivenciou aquela realidade.
> Eu não digo botar só pessoa em situação de rua que também pode se tornar um gueto, mas mesclar, de uma equipe de dez, vamos botar cinco da rua e cinco não rua, que nunca passaram pela experiência mas que luta pela causa. Poxa cara, isso ajudaria tanto, porque o recurso já vem para cuidar dessa pessoa. Porque não elas também não receber pelo trabalho, para trabalhar nessas áreas? Porque elas também não pegar um pouco desse recurso para seu bem próprio? E para o bem próprio dos outros que ali estão? Isso com certeza, eu falo firmemente que essas pessoas que sairiam dali, que quando ela conseguir outra coisa ela vai procurar ir embora e daria a vaga para outros e outros e outros. E, a pessoa ouve mais uma pessoa que já passou, que já esteve, não tem tipo de abordagem nenhuma (Jorge, 2020).

"As intervenções mediadas por pares são aquelas cujo treinamento se destina a ensinar pares a atuarem como agentes de intervenção" (Vieira, 2017, p. 3). As pesquisas que trabalham com a intervenção por pares, usada pela Psicologia e pela Pedagogia,[14] identificam resultados positivos. Há melhora em relação ao sentimento de pertencimento e combate ao estigma, e os que vivenciam a intervenção por pares sentem-se mais confortáveis para interagir com seus pares (Ribeiro, 2018; Vieira, 2017; Brito *et al*., 2019).

Acreditamos que a presença de pessoas que viveram em situação de rua pode contribuir com os serviços e programas voltados para esse público. O vínculo com alguém que já passou pela mesma situação ocorrerá de forma mais rápida e contribuirá também com a aproximação aos demais profissionais da equipe.

[14] Até o momento, não encontramos pesquisa na área do Serviço Social que utilizasse a intervenção por pares e também não encontramos trabalhos que envolvessem a população em situação de rua. As pesquisas encontradas foram no âmbito do trabalho com crianças, adolescentes e jovens adultos, em relação ao autismo e ao tabagismo.

Lembramos que para isso é importante a realização de treinamentos, especialmente sobre o funcionamento da rede de atendimento à população em situação de rua quanto aos objetivos dos programas e serviços a que estiverem vinculados.

O terceiro ponto é o aumento no número de vagas e tempo de acolhimento segundo as necessidades de cada pessoa que usará o serviço. É recorrente a veiculação de notícias jornalísticas que mostram as prefeituras trabalhando, oferecendo abrigamento à população em situação de rua, que recusa a ida ao abrigo ou ao albergue.

> Aí eles vem também em muitos lugares éh, vários municípios [...] falam: Ah, a gente trabalha no convencimento, eu não posso obrigar a pessoa a sair da rua. Eles vão pra frente da mídia falar isso, que a mídia envenena toda a sociedade.
> Mas na verdade, se você for lá e ver a fila de espera na vaga, são sessenta pessoas que atende e tem duzentas, trezentas pessoas na fila. Como é que pode? Como é que essas pessoas não querem? Na chuva vai pessoas implorar, aí fica ratificando, escolhendo aquelas que está mais mal, aquelas, dá prioridade pra uma grávida, pra um senhor idoso, pra uma pessoa que toma remédio controlado. Então assim, as pessoas preferindo se machucar, ser atropelada para conseguir vaga em abrigo.
> É lamentável, num lugar onde era para ser um direito. Era pra ser exclusivo daquela pessoa né? Aí tem pessoas que fica doido pra quebrar um braço, uma perna para conseguir a vaga no abrigo. Isso é lamentável num Brasil que a gente vive. Né? Onde a pobreza só tem aumentado e a riqueza se concentrado nas mãos de poucas pessoas. A gente tá adoecendo né? (Jorge, 2020).

A Pesquisa Nacional Brasileira sobre a população em situação de rua ao mesmo tempo apontou para uma suposta preferência das ruas ao albergue: 46,5% “prefere dormir nas ruas” (Brasil, 2009a). Todavia 20,7% gostariam de dormir em albergues e não o fazem pela ausência de vagas. Seria de fato uma escolha pelas ruas quando não há oferta de vagas suficientes? Quantas vezes essas pessoas que supostamente “preferem as ruas” tentaram vagas em albergues ou abrigos e não conseguiram? Quantas vezes foram desligados desses espaços por não se adequarem às normas?

Mara e Gabriel (2020) dizem o seguinte:

> **Mara:** Menina, só que desde que eu tô na rua não vi uma abordagem, ainda. [...] Nada.
> **Gabriel:** Agora sumiu.
> **Mara:** Nem de médico, nem pra levar a gente prum abrigo. Por isso que eu falei pra você, que eu não posso ficar nessa condição. Eu tinha que ir pra um abrigo, mas não passa ninguém. E, olha que eu já andei [...], eu já andei isso tudo, e até hoje, nada.

Além do número de vagas de acordo com a demanda, são necessários abrigos e albergues que busquem de fato atender às necessidades dos que passam pelo processo de rualização, oferecendo os meios necessários para que consigam sair da situação de rua. Vinculada a isso está a possibilidade de utilizar o serviço de acolhimento por todo o tempo que

necessitar. Afinal, segundo o artigo 203 de nossa Constituição Federal, a assistência social deve ser prestada "a quem dela necessitar". Segue uma denúncia de Jorge revelando que há abrigo que permite um tempo insuficiente para romper com o processo de rualização.

> Então, assim, sete dias não dá para pessoa nem tirar a lama debaixo da unha. É, quem tá muito tempo na rua aí, um ano, dois anos, não dá pra nem tomando banho todo dia, escovando, o pé não sai nem a lama debaixo da unha, quanto mais a pessoa... Como você vai resolver a sua vida em sete dias? Eu queria saber quem é esse que inventou essa regra. Só pode ficar sete dias, então, assim, é adoecedor, é melhor ele pegar, tipo assim, é 14 pratos de comida, 7 dormidas, 7 banhos, uns 14 cafés e tchau. Tá resolvido o seu problema. Fosse fácil assim, não tinha nenhum na rua mais.
> Então, essa é uma política higienista, ela enfraquece a vontade de vencer das pessoas, porque quando a pessoa tem esse hábito de... Ele fica desacreditado dentro da assistência, fica uma assistência mal falada, entre a rua, porque a rua tem, não tem telefone, não tem internet, mas tem a rádio cipó, que é o boca a boca, que vai longe. Porque são pessoas transitórias, que a gente tem o linguajar que a gente chama rádio cipó, é onde as pessoas fala aos pés do ouvido, mas cê fala aqui, daqui a pouco tá na Serra, Guarapari, então esses serviços ficam desacreditados. Ai cê, quando você vai abordar a pessoa, a pessoa não quer o atendimento, porque sabe que são sete dias. Sete míseros dias (Jorge, 2020).

De acordo com o relato de Jorge, um dos motivos de uma boa parcela da população em situação de rua dormir nas ruas e não em instituições de acolhimento está vinculado às regras desses locais, tais como essa dos sete dias. Não existe na legislação sobre população em situação de rua nada que delimite um tempo tão pequeno de utilização do serviço. Seria essa uma forma de maquiagem de números, retratando uma rotatividade alta no serviço, que não condiz com o número daqueles que saíram das ruas, visto que parte deles volta para as ruas ao fim do seu tempo no abrigo, o que contribui para que eles não aceitem acolhimento posteriormente, sabendo do tempo tão limitado que o serviço oferece?

Além da necessidade de vaga em abrigo, Mara e Gabriel (2020) salientam a necessidade de um acolhimento no qual ambos poderiam entrar, para que não fossem separados em abrigos diferentes, conforme fala a seguir:

> **Gabriel**
> Mais ela ia querer um lugar pra nóis ficar junto.
> **Mara**
> Porque eu não posso ficar também num lugar e ele ficar na rua.
> Lá, lá na cidade, têm. Não junto, na hora de dormir, ele num quarto e eu no outro. Mais eu ia saber que ele tá ali também. Ele taria guardado. É, sabe que ele está ali.

Para além do exposto, práticas de expulsão da população em situação de rua dos serviços socioassistenciais são consideradas violação de direitos com responsabilização ao violador, conforme garante o artigo 56 da Resolução nº 40, de 2020 (Brasil, 2020).

O quarto ponto remete à moradia. Entre as multifacetadas expressões da questão social vivenciadas pela população em situação de rua, a falta de moradia é uma delas. Mara, Gabriel e Jorge apontaram a questão da moradia como uma das demandas para trabalhar com a população em situação de rua. Uma delas propôs até mesmo uma forma de pagamento, conforme segue: "Nem que seja que era pra pagar com o bolsa família. Mas eu preferia ter a casa. Pegava o bolsa e pagava, mas a casa é a casa né" (Mara, 2020). Segue fala de Gabriel sobre o assunto:

> Mais em, agora, eu vou falar, de tanto negócio, de tanto lote que tem aí, vazio aí, espalhado por aí, tanta pessoa que tá na rua, necessitando de uma casa, e as vezes a pessoa nem é usuária de droga e tá necessitando de uma casa. Aí, tanta pessoa com lote aí, aí abre uma coisa, abre outra, e a pessoa tem que ficar na rua, aí o povo, a comunidade, ainda reclama. Se eles pudessem comprar uma casa pra nóis, ou um lote, pelo menos, pra nóis construir, tava bom. Mais eles não faiz. Entendeu? [...] Tanto lote vazio aí, ninguém dá uma casa pro ser humano (Gabriel, 2020).

Sobre a questão da moradia, a Resolução nº 40, de 2020, traz elementos sobre o assunto, no artigo 28: "O direito humano à moradia deve ser prioritário na elaboração e na implementação das políticas públicas, garantindo o acesso imediato à moradia segura, dispersa no território e integrada à comunidade" (Brasil, 2020).

Santos e Medeiros (2016) indicam que no Brasil o aluguel social normalmente é associado a algo emergencial, temporário, e defendem a sua utilização de forma permanente, como ocorre em outros países, como França, Inglaterra e Estados Unidos. E nesses países existe um programa que visa à saída das pessoas em situação de rua oferecendo primeiro uma moradia e depois outros serviços. Jorge expõe a necessidade de sua concretização no Brasil:

> Como a pessoa vai trabalhar, dormindo nas ruas, é, de carteira assinada, ou um trabalho por dia mais aí é, faz outros tipos de serviço, mesmo não sendo carteira assinada, como a pessoa vai conseguir tomar um banho, se tiver alguma doença, algum problema, como, se tiver um problema de uso abusivo de alguma substância, como o conceito do programa da Europa Moradia primeiro, que é o *Housing First*, eu não sei o nome mas depois você vai escrever certo, lá, é que fala que a maioria das pessoas que estão em dependência de álcool e outras drogas, são as que mais tiveram melhora ao dar a moradia, então lá, essa pessoa está na rua, o problema é que ele não tem casa, primeiro se dá a casa. Depois começa a se tratar os outros problemas por trás desse indivíduo que está nessa casa. Mas o primeiro é o teto. Então assim, isso valoriza a pessoa como ser humano. É, traz uma perspectiva de melhora na vida dessa pessoa (Jorge, 2020).

O *Housing First* falado por Jorge é uma realidade em países europeus. A questão habitacional é um dos determinantes centrais no processo de rualização dos países centrais, e, ainda que esteja presente em países dependentes, a questão do trabalho possui uma centralidade maior. Nos dependentes, as pessoas costumam associar a falta de acesso à moradia à ausência

de trabalho e acreditam que o trabalho mudará sua condição de vida, conforme evidenciado nos relatos.

A ideia fulcral do *Housing First* é que a "solução" para os *homeless* é a moradia. Não simplesmente alojamento, abrigo, mas sim um local permanente para viver. E, além da moradia, oferece uma rede de serviços que envolve diversos profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, médicos, com apoio para os que estão em sofrimento psíquico e os que consomem álcool e outras drogas, e a sua utilização não é obrigatória, mas uma escolha dos que utilizam o serviço de moradia (Naeh, 2019).

Parte do princípio que a primeira questão a ser trabalhada é a moradia, e a partir dela os demais serviços necessários devem ser ofertados. Assim sendo, qualquer pessoa pode ser atendida pelo *Housing First*, inclusive os que vivem em sofrimento psíquico e os que consomem álcool e outras drogas. Tanto na Europa quanto no Canadá e nos Estados Unidos, pesquisas indicam que o programa funciona e demonstra bons resultados. Entre elas, destacamos a *National At Home/Chez Soi*, a qual contou com a participação de mil pessoas em situação de rua que usaram o programa. Mais de 80% delas permaneceram alojadas após um ano, e a maioria teve melhora em sua saúde, o que contribuiu para que usassem menos os serviços de saúde (Homelesshub, 2021).

Um estudo feito nos EUA com 225 pessoas descobriu que 88% permaneceram por dois anos em moradias, quase o dobro quando comparado aos 47% atendidos por outros programas. No Reino Unido, perceberam, por meio de dados do programa *Housing First*, que o investimento público anual por pessoa em abrigos era superior ao investimento no supracitado programa.

O livro *Housing First in Canada: Supporting Communities to End Homelessness*, publicado em 2013, apresenta oito casos que defendem a eficácia do *Housing First*, em comparação a outras formas de lidar com a população em situação de rua, como o *treatment first*. Na Austrália, também foi constado o mesmo, e a pesquisa do local indicou que isso ocorreu porque os gastos com a saúde diminuíram (Ahuri, 2018).

Normalmente, no Brasil[15] e em demais países latino-americanos está presente a condicionalidade em políticas sociais que seguem a matriz residual[16]. Para acesso à política da

[15] O Brasil conta com projetos-piloto de Moradia Primeiro em Curitiba-PR e Porto Alegre-RS, conforme informado pelo Governo Federal. Ver mais em Brasil (2018).

[16] A matriz residual, influenciada pela Teoria Funcionalista e pela Ideologia da Nova Direita, afasta-se da perspectiva do direito ao pautar-se pela focalização na extrema pobreza e condicionalidades em sua proteção social. Estão presentes como forma de organização dos Programas e Serviços as Redes, sob o mote da parceria público-privada. As políticas sociais são voltadas para aqueles que estão em risco ou vulnerabilidade. Marcam forte presença os programas de transferência de renda, com benefícios mínimos, pois, segundo o princípio da

habitação, por exemplo, é necessário cumprir uma série de critérios, o que impede uma pessoa que consome drogas de acessar o direito à moradia. Isso é o contrário do que preconiza o *Housing First*, e, conforme demonstrado pelos dados expostos, é um programa que obtém sucesso em contribuir com o combate à falta de moradia.

Sem dúvida é uma proposta interessante, com resultados que chamam atenção, e os países latino-americanos carecem de um programa semelhante a esse, porém, diante da realidade brasileira enquanto país dependente, o qual possui uma superpopulação relativa ampla e cujas contradições do capital são ainda mais latentes, para um programa como esse trazer bons resultados em nossa realidade, a questão do trabalho precisa estar presente, assim como a renda básica. A moradia associada ao trabalho e à instituição de uma renda universal de cidadania traria um resultado significativo.

O quinto ponto, com o qual encerraremos o debate do presente artigo, é o trabalho. "Souber de alguém que tem alguém pra trabalhar, tem um ali, ele trabalha. Vamos dar um voto de confiança. Né? Se é isso mesmo que a pessoa quer" (Mara, 2020).

A demanda por trabalho apareceu repetidas vezes nas entrevistas, conforme segue: "Eu gostaria de dizer sabe o que? Esse, esse, esse tal governo que diz que tá pra entrar aí, alembrar das pessoas que tá na rua, arrumasse um lugar pra pessoa trabalhar" (Jair, 2020).

O trabalho é visto como o caminho para conseguirem sair das ruas, permitindo-lhes alcançar os meios básicos de subsistência. E, conforme evidenciado por Mara e Marcos (2020) nas falas que seguem, o próprio trabalho informal pode ser esse elemento central para a saída das ruas.

> **Marcos:** Armava uma barraca na Costa Pereira, Aí óh. Óh! (expressão de felicidade).
> **Mara:** Até numa barraca ele, pra ele já tava bom. Já estava debaixo de um teto.
> **Marcos:** Ah. Uma barraca éhhhhh. De roupa masculina, roupa feminina.
> **Mara:** Ah, você tá falando pra trabalhar?
> **Marcos:** É, pra trabalhar rapaiz.

Identificamos nas entrevistas que, de forma geral, em todos os momentos da vida da população em situação de rua, o trabalho está presente. Em sua história passada, há trajetórias de inserção em diversos trabalhos, os quais possuem em comum a exigência de força física e a má remuneração.

A questão do trabalho, indicando sua imprescindibilidade para a saída das ruas, foi um elemento fulcral em todas as entrevistas realizadas. Percebemos como um elemento marcante

menor elegibilidade, precisa ser menor do que o pior salário. Ver mais em Pereira (2016) e Tiengo (2025).

para a ida para as ruas, e há uma ênfase associativa entre o trabalho assalariado[17] e a estabilidade financeira suficiente para sanar suas necessidades básicas, pagar por alimentos, pelas contas de água, luz e telefone e pela moradia. Mesmo tendo passado por muitas dificuldades e inúmeras perdas, e inseridos em diversos trabalhos informais em situação de rua, a esperança de uma vida melhor, fora das ruas, está atrelada ao trabalho.

A Resolução nº 40, de 2020, destaca no artigo 136:

> Os entes federados devem garantir às pessoas em situação de rua o direito humano ao trabalho, através de políticas públicas que promovam o acesso amplo, simplificado e seguro ao mundo do trabalho, de acordo com suas especificidades (Brasil, 2020).

Sobre o acesso ao trabalho, a entrevistada conta: "todos que vêm falar com nóis, nóis pede emprego" (Mara, 2020). Quando perguntado sobre sua maior necessidade, ela respondeu: "É o trabalho. Se não eu não taria aqui não" (Mara, 2020).

A resposta de Gabriel, que já foi acolhido em abrigos sobre o que ele poderia sugerir para a melhoria das instituições de acolhimento, foi a seguinte: "Ah, se pudesse oferecer serviço, trabalho pra nóis né? Trabalhar. Que aí nóis podia mudar de vida. Né? Sair, dar lugar praqueles os outros que precisam né" (Gabriel, 2020). A mesma pergunta feita a Marcos teve uma resposta bem parecida: "Rapaiz, arrumar pra um, como fala, éh éh, necessitaria seria emprego" (Marcos, 2020).

Embora conheçamos os problemas inerentes ao trabalho no capitalismo, com todas as suas contradições, trabalho assalariado, explorado, que serve ao enriquecimento alheio, ele é a fonte de sobrevivência daqueles que possuem somente sua própria força de trabalho para trocar no mercado de coisas, e passa por formas ainda mais precarizadas, como a informal. Diante disso, é inegável a fulcralidade do trabalho.

Assim, indicamos que o trabalho com a população em situação de rua passa pelo trabalho, segundo as habilidades dos que vivem nas ruas, em diferentes áreas, em um contexto de um amplo plano elaborado, tendo em vista a melhoria dos serviços e programas voltados para os que passaram pelo processo de rualização. Para isso, é importante fazer pesquisas, entender quais foram os trabalhos anteriores à vida nas ruas, em quais áreas eles possuem experiência e quais os seus desejos profissionais. A partir daí, pensar estratégias de como podem ser não somente encaminhados a trabalhos, mas contratados.

Considerando o baixo nível instrucional, é preciso pensar também sobre a questão educacional, proporcionando os meios necessários para aqueles que desejarem continuar os

[17] Ou mesmo informal, porém não no contexto daqueles tradicionais mais precários desenvolvidos nas ruas.

estudos. Para esse objetivo, é fundamental a colaboração intersetorial da política de educação, oferecendo cursos profissionalizantes; e a garantia de vagas em alguma forma de acolhimento durante o tempo que necessitarem para estudar, inclusive aos que passarem em faculdades, avaliando posteriormente como eles poderão ser contratados em algum trabalho segundo sua nova formação profissional.

Considerações finais

Conforme o primeiro ponto, observamos que o Brasil e outros países latino-americanos trabalham com uma concepção mais restrita de população em situação de rua do que os países europeus. Enquanto no primeiro há vinculação à utilização das ruas, praças, marquises e instituições de acolhimento para considerar a pessoa em situação de rua, o segundo, além desses, considera também os que vivem em moradias inadequadas, que não ofereçam segurança adequada e aqueles que vivem com familiares. No artigo, seguimos o conceito do governo brasileiro, considerando população em situação de rua como aqueles que utilizam efetivamente as ruas e instituições de acolhimento para pernoite.

Com base na análise de conteúdo das entrevistas, observamos a necessidade de os entrevistados serem tratados como pessoas, reafirmando sua existência enquanto sujeitos de direitos. No tocante aos determinantes da situação de rua, os participantes da pesquisa expressam viver nas ruas por elementos motivadores diversos, tais como a perda do emprego, perda das relações familiares, perda da moradia, perda da capacidade laborativa. Nas ruas sofrem violências de todo tipo e apresentam projetos de vida associados ao trabalho, que lhes permita manter uma moradia e demais gastos que lhes mantenham o sustento.

A questão do trabalho é fundamental. É uma demanda das pessoas que vivem em situação de rua, e, ainda que tenhamos levantado questões relacionadas à exploração associada ao trabalho assalariado, representa a sobrevivência da classe trabalhadora, e é necessário pensar em estratégias que proporcionem trabalho para as pessoas em situação de rua.

Outro fator importante é a moradia. A oferta de moradia no programa *Housing First* teve ótimos resultados nos países centrais em que foi implantado, e nos países dependentes é uma necessidade pensar em algo semelhante e que seja interligado com o trabalho.

Referências

ABBOTSFORD. Living Homeless: Abbotsford 2018. *Homelessness Survey*: Findings, Conclusions and Recommendations. MCC Community Enterprise, 2018. Disponível em: https://www.abbotsford.ca/Assets/2014+Abbotsford/Housing+and+Homelessness/Living+

Homeless+-+Abbotsford+2018+Homelessness+Survey+acknowledgements+update.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

BAPTISTA, Isabel; MARLIER, Eric. *Fighting homelessness and housing exclusion in Europe*: A study of national policies. European Comission: European Social Policy Network (ESPN), 2019.

BOGOTÁ. *Censo Habitantes de Calle*. Secretaria distrital de integración social. Administrativo Nacional de Estadística. Govierno de Colombia. 2018. Disponível em: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/censo-habitantes-calle/presentacion-resultados-hab-calle-bogota-2017.pdf. Acesso em: 7 out. 2020.

BOLIVIA. *Censo de personas em situación de calle 2014*: Estudio realizado en niñas, niños, adolescentes y adultos de diez ciudades de Bolivia. Bolivia: Viceministerio de Defensa Social y Substancias Controladas, 2015.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941*. Lei das contravenções penais. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Moradia Primeiro. *Gov.br*, 23 abr. 2018 (atualizado em 26 abr. 2021). Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/acoes-e-programas/moradia-primeiro. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. *Aprendendo a contar*: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: Ministério de desenvolvimento social e combate à fome, 2009a.

BRASIL. *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 10 maio 2024. 2009b.

BRECHT, Bertolt. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

BRITO, Duarte Vital *et al*. Estratégias de intervenção comunitária para reduzir e prevenir o consumo de álcool, uma revisão da literatura. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE MEDICINA TROPICAL, 5., 2019, Lisboa. Políticas, Sistemas e Serviços de Saúde. *Anais* [...] Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019. p. 118-152.

CHAMIE, Joseph. As Cities Grow, So Do the Numbers of Homeless. *Yale Global Online*, July 2017. Disponível em: https://yaleglobal.yale.edu/content/cities-grow-so-do-numbers-homeless. Acesso em: 8 out. 2020.

CHILE. *En Chile Todos Contamos*: Segundo Catastro Nacional de Personas en Situación de Calle. Chile: Ministerio de Desarrollo Social, 2012. Disponível em: http://www.desarrollosocialyfamilia.gob.cl/btca/txtcompleto/midesocial/enchletodosscontamos-2catastrocalle.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

CÓRDOBA. *Personas em situación de calle 2018*. Córdoba: Defensor del Pueblo de la província de Córdoba. Instituto del gênero e promocion de la igualdad. 2018. Disponível em: http://www.defensorcordoba.org.ar/archivos/publicaciones/2018-8-21-17.22.50.358_GaleriaArchivo.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

EUROPEAN COMISSION. Commission Staff Working Document Confronting Homelessness in the European Union. Towards Social Investment for Growth and Cohesion - including implementing the European Social Fund 2014-2020. European Commission, 2013. Disponível em: https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=9770&langId=en. Acesso em: 29 jul. 2021.

GABRIEL. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Autora. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

JAIR. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Autora. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

LEVINSON, David; ROSS, Marcy (ed.). *Homelessness handbook*. Massachusetts: Berkshire Publishing Group, 2007.

MARA. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Autora. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

MARCIO. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Autora. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

MARCOS. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Autora. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

MÉXICO. *Diagnóstico situacional de las poblaciones callejeras 2017-2018*. 2018. Disponível em: https://www.sibiso.cdmx.gob.mx/storage/app/media/Diagnostico%20Situacional%20de%20las%20Poblaciones%20Callejeras.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

NAEH, National Alliance to end homelessness. *What Housing First Really Means*. 2019. Disponível em: https://endhomelessness.org/what-housing-first-really-means/. Acesso em: 14 dez. 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. *Proteção Social no capitalismo*: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

RIBEIRO, Patrícia Moreira. *Análise de um serviço de pronto-acolhimento por pares em contexto universitário*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

SANTOS, Angela Moulim Simões Penalva; MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. Direito à moradia: entre o avanço normativo e a prática institucional. A política de aluguel social no Rio de Janeiro. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 20-43, 2016.

THE HOMELESS HUB. Prevention. Toronto: Canadian Observatory on Homelessness, York University, [2021?]. Disponível em: https://www.homelesshub.ca/about-homelessness/homelessness-101/preventing-homelessness. Acesso em: 18 jan. 2021.

TIENGO, V. M. *População em situação de rua no encantado mundo do capital e respostas das políticas sociais*. 2023a. Tese (Doutorado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.Acesso em: 13 ago. 2025.

TIENGO, Verônica Martins. População em situação de rua na superpopulação relativa. Textos & Contextos (Porto Alegre), [S. l.], v. 22, n. 1, p. e44824, 2023b. DOI: 10.15448/1677-9509.2023.1.44824. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/44824. Acesso em: 1 dez. 2025.

TIENGO, V. M. Características das políticas socioassistenciais destinadas à população em situação de rua em países latino-americanos. *Emancipação*, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 25, p. 1–17, 2025. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.25.23283.001. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/23283. Acesso em: 13 ago. 2025.

TORONTO. *Street Needs Assessment 2018*: Results reports. Toronto, Canada. 2018. Disponível em: https://www.toronto.ca/wp-content/uploads/2018/11/99be-2018-SNA-Results-Report.pdf. Acesso em: 6 out. 2020.

VIEIRA, Mariana Cavalcante. *Intervenções mediadas por pares aplicadas a crianças com TEA para promover interação social em ambientes escolares*: análise com base em publicações.

Tese (Doutorado em Psicologia Experimental). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

VIEIRA, Maria Antonieta; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *População de rua*: Quem é, Como vive, Como é vista. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

LIBERTAS ON LINE

Estrutura patriarcal e institucionalização de crianças e adolescentes

Patriarchal structure and institutionalization of children and adolescents

Larissa de Souza Alves Mapa*
Rita de Cássia Pereira Farias**

Resumo: O artigo analisa como a estrutura patriarcal, articulada a políticas familistas, potencializa a responsabilização das genitoras pelo "fracasso" na tarefa do cuidado, acarretando a institucionalização de crianças e adolescentes. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica com realização de entrevistas semiestruturadas junto a psicólogos e assistentes sociais que atuam nas unidades de acolhimento institucional estatal dos municípios mineiros de Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé e Ubá. Os dados submetidos à análise de conteúdo por meio do software Iramuteq evidenciam que, apesar de avanços legislativos, o patriarcado reverbera fortemente na institucionalização de crianças e adolescentes, refletindo na dinâmica das instituições e nos acompanhamentos familiares durante o período do abrigamento.

Palavras-chave: Criança e adolescente; Institucionalização; Violência; Patriarcado.

Abstract: The article analyzes how the patriarchal structure, linked to familial policies, increases the responsibility of mothers for "failure" in the task of care, leading to the institutionalization of children and adolescents. The research has a qualitative, exploratory and bibliographical approach with semi-structured interviews carried out with psychologists and social workers who work in state institutional reception units in the Minas Gerais municipalities of Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé and Ubá. The data submitted to content analysis using the Iramuteq software shows that, despite legislative advances, patriarchy strongly reverberates in the institutionalization of children and adolescents, reflecting on the dynamics of institutions and family support during the period of shelter.

Keywords: Children and adolescents; Institutionalization; Violence; Patriarchy.

Introdução

Esta pesquisa, resultado de uma dissertação de mestrado, analisa a relação entre a estrutura patriarcal e a institucionalização de crianças e adolescentes em decorrência da perda do poder familiar. Esse debate se justifica porque acredita-se que o sistema patriarcal moldou historicamente a estrutura familiar que atribui às mulheres a responsabilidade primordial pelos

* Universidade Federal de Viçosa. E-mail: larissamapa.as@gmail.com
** Universidade Federal de Viçosa. E-mail: rcfarias@ufv.br

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.47415
Recebido em: 12/02/2025
Aprovado em: 21/05/2025

cuidados, enquanto dos homens é esperado a provisão, o domínio e o poder familiar. Essa construção social se perpetua com o avanço da sociedade capitalista, trazendo implicações na vida familiar de diversas crianças e adolescentes.

A relação de superioridade masculina e inferioridade feminina, construída historicamente e socialmente, imprime a imagem ou a ideia dos homens enquanto "proprietários" das mulheres, podendo ocasionar diversos casos de violência e opressão, não só sobre as mulheres, mas em relação aos filhos também, tornando-os ainda mais vulneráveis. Quando essa estrutura é questionada, e mulheres e filhos negam os mandos masculinos ou deixam de atender às expectativas que recaem sobre eles, acontece uma ameaça ao poder masculino, o que, frequentemente, é respondido com violência e tentativas de fazer calar a voz daqueles e refrear seu comportamento.

Constantemente o abuso de autoridade familiar se expressa no controle abusivo sobre esposas, reverberando em situações de abuso, violência doméstica e exploração sexual. Diante da violência sofrida, em decorrência do medo do agressor ou dependência financeira e emocional, muitas mulheres acabam se retraindo e se silenciando, mantendo a estrutura patriarcal de poder.

Na reprodução da estrutura patriarcal, na qual é esperado que as mulheres sejam as responsáveis pelo cuidado, além de presenciarem e sofrerem violência, frequentemente elas são ameaçadas, responsabilizadas e culpabilizadas pela "falha" no cuidado e na proteção dos filhos, o que culmina na perda do poder familiar. Essa situação de desproteção social muitas vezes acontece porque a mulher está envolvida em outros cuidados (com a casa, idosos, deficientes), está realizando atividades profissionais ou é acometida pelo uso de substâncias psicoativas. Tal ocorrência reflete um quadro no qual as principais expressões da questão social que justificam o abrigamento infantojuvenil são a de negligência (com a maior responsabilidade das mulheres) e a violência intrafamiliar. Assim, as denúncias de violência física e psicológica, praticadas por membros da família, acabam encaminhando crianças e adolescentes para abrigos, a fim de serem protegidos.

Ainda em decorrência da estrutura patriarcal, o acompanhamento familiar dentro dos abrigos e os pedidos para reaver a guarda familiar frequentemente são feitos pelas mulheres (mães, tias e avós), e não pelos homens (pais, tios e avós). Esse processo mostra que há uma correlação entre a estrutura patriarcal e a institucionalização das crianças e adolescentes,

atrelada a políticas familistas[1], que têm implicações no processo de violação de direito das crianças e adolescentes e na institucionalização desses sujeitos.

Deste modo, este artigo tem como objetivo analisar como a estrutura patriarcal potencializa a responsabilização das genitoras, acarretando a institucionalização de crianças e adolescentes na mesorregião da Zona da Mata Mineira. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, foi desenvolvida na mesorregião da Zona da Mata Mineira, que possui sete municípios: Ponte Nova, Muriaé, Manhuaçu, Viçosa, Ubá, Juiz de Fora e Cataguases. Entretanto, participaram da pesquisa quatro municípios - Ponte Nova, Muriaé, Manhuaçu e Ubá - pois Juiz de Fora e Viçosa não possuem unidades estatais de acolhimento de crianças e adolescentes (Casa Lar e Abrigo)[2], e a gestão do município de Cataguases não autorizou a realização das entrevistas. Como o município de Muriaé possui duas unidades de acolhimento, a pesquisa contou com a participação de cinco instituições.

Após a autorização das unidades de acolhimento, foi realizado o contato com os assistentes sociais e psicólogos que compõem a equipe técnica de nível superior dessas instituições, para dar início às entrevistas semiestruturadas. Participaram das entrevistas oito técnicos de nível superior (assistentes sociais e psicólogos) que atuam nas cinco unidades de acolhimento. As entrevistas realizadas de forma *online*, via *Google Meet*, foram gravadas e posteriormente transcritas. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil.

Os dados foram trabalhados pela análise de conteúdo que contou com a utilização do software de análise de textos Iramuteq, utilizando as ferramentas *Nuvem de Palavras*, *Análise de Similitude* e *Análise Fatorial de Correspondência*. O Iramuteq apresenta os resultados da análise em mapas de similaridade, em que palavras ou termos que compartilham contextos similares são agrupados ou visualizados próximos uns dos outros, possibilitando observar as estruturas semânticas do texto.

A *Nuvem de Palavras* no Iramuteq é uma representação visual que exibe as palavras mais frequentes em um corpus de texto. Cada palavra aparece em tamanhos diferentes, dependendo de sua frequência no conjunto de dados analisado. As palavras mais frequentes

[1] As políticas familistas são um conjunto de políticas públicas e sociais que consideraram a família como instituição central da sociedade, enfatizando o papel da família na organização social e econômica. Essas políticas se amparam em modelos familiares convencionais relacionados ao casamento, à parentalidade e à divisão de papéis entre os membros da família. As políticas familistas também estão associadas a valores conservadores que reforçam papéis tradicionais, nutrindo a ideia de que a mulher é a principal responsável pelos cuidados familiares.

[2] Em Juiz de Fora, as unidades de acolhimento são municipais. Em Viçosa, o acolhimento de crianças e adolescentes é feito por meio de um consórcio intermunicipal que atende 8 municípios.

aparecem com maior destaque, em tamanho maior, enquanto as menos frequentes são representadas de forma menor. Essa nuvem ajuda a identificar rapidamente os termos mais recorrentes em um texto ou conjunto de textos, oferecendo uma visão geral do conteúdo central e dos temas predominantes. Nesta pesquisa foram consideradas as palavras com frequência igual ou superior a três ocorrências.

A *Análise de Similaridade* no Iramuteq é utilizada para mapear como as palavras se associam entre si dentro de um texto, revelando padrões de significado e relações contextuais de maneira visual e interpretativa. A ferramenta é útil para identificar temas centrais, explorar associações semânticas e examinar como diferentes tópicos ou conceitos se interrelacionam em um corpus.

A *Análise Fatorial de Correspondência* (AFC) permite identificar padrões de coocorrência e proximidade semântica, revelando a estrutura implícita do texto, organizando dados complexos de maneira visual e interpretável. O resultado da análise é apresentado em gráficos bidimensionais ou tridimensionais, em que as palavras ou categorias são representadas como pontos. As distâncias entre esses pontos indicam a proximidade semântica entre as palavras ou temas. As palavras ou categorias próximas no gráfico indicam que elas têm uma coocorrência mais forte ou aparecem em contextos semelhantes. Já as palavras distantes indicam que suas coocorrências são mais fracas ou que pertencem a contextos diferentes.

Na construção do artigo, discutiu-se o lugar do feminino na sociedade patriarcal, examinando os reflexos da violência intrafamiliar na institucionalização de crianças e adolescentes, a responsabilização feminina pelo cuidado de crianças e adolescentes, e a importância do trabalho intersetorial na rede protetiva.

O lugar do feminino na sociedade patriarcal

Nessa discussão, parte-se da compreensão de que a família não é uma instituição natural, mas uma construção histórica, social e política, sustentada por ideologias que reforçam as opressões de gênero, com fortes impactos na vida das mulheres, como destacaram Fraser (2023) e Saffioti (2015).

Segundo Saffioti (1987), a propriedade privada e a divisão sexual do trabalho foram decisivos para consolidar a opressão feminina e a estrutura patriarcal. A autora afirma que a opressão às mulheres é uma construção histórica, negando então o patriarcado enquanto uma estrutura natural e biologicista; afirmando seu caráter social e histórico. Ainda segundo a socióloga, a propriedade privada marca o controle da herança e da reprodução biológica,

impulsionando o sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho, relegando às mulheres ao espaço doméstico, no qual cabe à mulher exercer o cuidado com a casa e com seus membros.

Para Saffioti (1987) o patriarcado antecede ao capitalismo, enquanto um sistema de dominação masculina historicamente estruturado; que que é amplamente conveniente e apropriado pela sociedade capitalista para a manutenção dos privilégios de classe e da propriedade privada, perpetuando a opressão às mulheres.

Desde a Revolução Industrial, a participação das mulheres no mercado de trabalho esteve vinculada a uma exploração intensificada. Profissões predominantemente femininas, como cuidados de saúde, educação infantil e serviços domésticos, refletem a extensão das atividades domésticas para o mercado formal, mantendo baixos salários e condições precárias. Essas atividades formam "a base das condições de existência do capitalismo", mas são constantemente negligenciadas pelo sistema econômico.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o papel das mulheres foi ajustado para atender às demandas de produção e reprodução social. A Teoria da Reprodução Social (TRS), discutida por Lise Vogel (2022) e Tithi Bhattacharya (2017), destaca que a divisão sexual do trabalho e a responsabilização das mulheres pelo cuidado são ferramentas estruturais para a manutenção do capitalismo. O capitalismo depende das atividades socioreprodutivas realizadas majoritariamente por mulheres, como cuidado com os filhos, manutenção do lar e suporte emocional. O processo reprodutivo e biológico de gerar e garantir a continuidade da mão de obra e a produção social possibilita a perpetuação da exploração da força de trabalho capitalista.

Embora as mulheres sejam incorporadas ao mercado de trabalho formal, elas continuam sobrecarregadas pelo trabalho doméstico e de cuidado, resultando em uma "dupla jornada" de trabalho. Bhattacharya (2023, p. 634) argumenta que essa dinâmica reflete a exploração da força de trabalho feminina, perpetuando a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade individual atribuída às mulheres.

Saffioti (1987, p. 18) destaca que a inferiorização das mulheres não é um fenômeno biológico ou natural, mas socialmente construído. Na visão da autora, a opressão feminina está relacionada à marginalização das mulheres no sistema produtivo, reforçada por uma ideologia patriarcal que naturaliza os papéis de gênero. Fraser (2023, p. 50) complementa que a separação estrutural entre produção econômica e reprodução social, baseada em gênero, reforça a subordinação feminina e a exploração do trabalho não remunerado.

Embora as atividades socioreprodutivas e do cuidado sejam fundamentais para a sobrevivência humana e a base da reprodução social e, consequentemente, do capitalismo, sua desvalorização e invisibilidade reforçam as desigualdades de gênero e a exploração econômica.

Como resultado, a exploração feminina no trabalho formal e doméstico é intensificada. Nesse sentido, Fraser (2023, p. 46) argumenta que o sistema capitalista apresenta uma "contradição sociorreprodutiva", uma vez que a lógica de acumulação ilimitada desestabiliza os próprios processos de reprodução social dos quais o sistema capitalista depende.

Fraser (2023, p. 48) destaca que a produção econômica capitalista não é autossustentável, pois depende da reprodução social. No entanto, o impulso da acumulação ilimitada no capitalismo contemporâneo ameaça desestabilizar os processos reprodutivos essenciais. Além disso, o capitalismo financeirizado, caracterizado pelo desinvestimento estatal em políticas de bem-estar social e pela mercantilização do cuidado, agrava essa situação, institucionalizando a divisão entre produção e reprodução baseada em gênero, apresentando-se como um sistema que perpetua a opressão das mulheres. Assim, o trabalho do cuidado é mercantilizado para quem pode pagar e privatizado para os mais pobres (Fraser, 2023, p. 62).

Essa lógica gera cadeias globais com terceirização do cuidado, em que mulheres pobres, negras, imigrantes ou de regiões periféricas realizam o trabalho anteriormente desempenhado por mulheres de classes privilegiadas. Esse ciclo evidencia uma contradição estrutural entre produção e reprodução, reforçando as desigualdades de gênero, classe e raça.

A simbiose entre patriarcado, capitalismo e racismo cria um sistema complexo de opressão, especialmente para mulheres negras e de classes subalternas. No Brasil, essas desigualdades são intensificadas desde os primórdios do processo de colonização, quando as mulheres negras assumiram funções de cuidado de suas próprias famílias e a de seus patrões, refletindo uma hierarquia de raça e gênero profundamente enraizada (Saffioti, 2004, p. 52).

A ideologia patriarcal, sustentada por instituições sociais e religiosas, naturaliza a responsabilidade pelo cuidado como algo inerente às mulheres, especialmente no âmbito familiar. Segundo Saraceno e Keck (2010), as políticas públicas familistas[3] reforçam esse papel, ao transferir a responsabilidade social do Estado para as famílias, concentrando-a nas mulheres.

Arantes (2024) afirma que a responsabilização pela proteção social para a família acontece especialmente entre as mulheres cujos filhos (crianças e adolescentes) dependem de cuidados básicos, tais como banho, alimentação, locomoção, troca de fraldas etc., o que acontece, principalmente, no caso de crianças pequenas ou de pessoas com deficiências.

[3] Segundo Esping-Andersen (1989), Estado familista é aquele cujas políticas públicas de proteção social são fundadas na transferência de responsabilidades do Estado para a família. Ao contrário, existe a categoria desfamilista que, segundo o autor, se refere àqueles Estados que assumem a responsabilidade pela proteção social por meio de políticas públicas universais, políticas para o cuidado e para a família.

A visão de que as mães são as responsáveis pelo cuidado dos filhos e a acusação de que elas fracassaram em sua "missão", acrescido de políticas familistas que nutrem essa representação, levam as mulheres a, frequentemente, não conseguirem cumprir com as expectativas que recaem sobre elas, principalmente quando convivem com tantas vulnerabilidades e desproteção social. Essa situação impulsiona a institucionalização de crianças e adolescentes, enquanto medida protetiva expressa pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Reflexos da violência intrafamiliar na institucionalização de crianças e adolescentes

Os dados fornecidos pelas participantes da pesquisa indicam que, entre os meses de junho/agosto de 2024, nas 5 unidades de acolhimento dos 4 municípios da mesorregião da Zona da Mata Mineira, havia 78 crianças e adolescentes acolhidos, sendo 41 (52,6%) do sexo feminino e 37 (47,4%) do sexo masculino. Esses dados se apresentam condizentes com o cenário nacional de acolhidos em unidades de acolhimento e no programa Família Acolhedora, nos quais 51% também são crianças e adolescentes do sexo feminino no mesmo período acima mencionado, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2024).

Entre as crianças institucionalizadas nos municípios em estudo, havia uma prevalência de adolescentes em detrimento do número de crianças, também em consonância à realidade brasileira mais ampla. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 22 de novembro de 2024 havia maior número de crianças até os dois anos de idade, porém, acima dessa idade, o número decaia, voltando a aumentar na faixa dos 08 anos, e crescendo de maneira mais acentuada após a idade de 14 anos.

As principais causas da institucionalização nas cinco unidades de acolhimento foram: negligência (8), abandono dos pais ou responsáveis (8), dependência química dos pais ou responsáveis (8), orfandade por morte dos pais ou responsáveis (3), violência doméstica (3), exploração sexual de crianças e adolescentes (3), abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3), transtorno mental (problemas psiquiátricos/psicológicos) dos pais ou responsáveis (2), vivência em situação de rua (2), pais ou responsáveis portadores de deficiência (1) e adoção ilegal (1), dentre outras[4].

As causas mais citadas por todos os informantes de todas as instituições foram a negligência familiar, abandono dos pais ou responsáveis e a dependência química dos pais ou

[4] As instituições mencionaram mais de uma causa para a institucionalização das crianças e adolescentes.

responsáveis. Acerca da negligência, Ferreira (2014) menciona que essa é uma das principais causas de institucionalização de crianças e adolescentes no estado de Minas Gerais. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT) considera como negligência familiar as situações em que os pais e ou responsáveis não atendem às necessidades físicas, emocionais, educacionais ou médicas de crianças e adolescentes. Entretanto, é necessário problematizar esse termo "guarda-chuva" que abarca diversos tipos de violação e desproteção social. Berberian (2015, p. 50) observa que, no âmbito da política social, várias "situações são entendidas como negligência sem qualquer recorrência à totalidade desses sujeitos, desconsiderando sua concreta inserção em uma sociedade que é real e se configura de maneira objetiva, com rebatimentos objetivos." Essa visão pode levar a uma moralização e culpabilização da família que está em situação de desproteção social, sem considerar o papel do Estado como provedor de um sistema de garantia de direitos. A autora menciona ainda que, como não há critérios objetivos para definir que alguém é negligente, tal enquadramento corresponde a uma avaliação negativa em relação ao não cumprimento de alguma de suas responsabilidades, frequentemente envolvendo uma avaliação moral, com julgamento de valor, que inviabiliza que as famílias consigam superar o fator gerador de violência.

Em relação à violência como causa de destituição de poder familiar e/ou acolhimento de crianças e adolescentes nas cinco instituições analisadas, Farias (2022) menciona que a violência na sociedade capitalista é resultado das desigualdades sociais e da luta pela sobrevivência, que compõem a "questão social"[5]. Sem ter meios de subsistência nesse sistema contraditório e excludente, e recebendo as influências de estrutura patriarcal e dominadora, a violência se constitui como uma forte expressão da "questão social" e que geralmente acontece no recinto privado da vida familiar. Na estrutura da sociedade patriarcal, a violência intrafamiliar se manifesta quando a autoridade do patriarca é confrontada e diante das respostas negativas que ameaçam o poder patriarcal.

Considera-se como violência intrafamiliar os tipos de violência que ocorrem dentro do ambiente doméstico, entre marido e mulher, entre os genitores e filhos e entre outros membros da família. Dessa forma, quando a violência tende a ser reproduzida sobre as crianças ou na presença destas, pode ocorrer o acolhimento das crianças e adolescentes, e a possível destituição do poder familiar.

[5] Na visão de Iamamoto (2001), a "questão social" é resultado da produção coletiva e apropriação privada dos bens. Enquanto os detentores dos meios de produção acumulam riquezas, os trabalhadores ficam submetidos à pauperização, que se desdobra em diversas expressões da "questão social", como a fome, o desemprego, a submoradia, a pobreza, o analfabetismo e a violência.

As crianças e adolescentes que vivem em ambiente de violência familiar, muitas vezes reproduzem esse comportamento em suas ações, principalmente quando não estão dispostas a cumprir regras ou receber palavras negativas das oito entrevistadas, sete mencionaram que as crianças e adolescentes vítimas de violências intrafamiliares, acolhidas nas instituições, demonstram agressividade em suas palavras e ações. Como destacou a entrevistada 5, as práticas de violências vividas por essas crianças e adolescentes são reproduzidas "de forma involuntária e inconsciente" entre as próprias crianças e adolescentes, e destas com a equipe dentro das instituições, em especial com as cuidadoras sociais. Na percepção da entrevistada, "algumas atitudes da criança ou adolescente são espelho do que ela vivenciou. E aí, a gente trabalha com a temática da não violência."

Dentre os desafios postos nesse trabalho está o de romper com a reprodução da violência e ressignificar as práticas cotidianas de sociabilidade que exigem lidar com regras e o recebimento de respostas negativas. Essa situação reverbera no comprometimento da saúde mental, no autocuidado e na higiene pessoal, além da baixa autoestima e as dificuldades dos adolescentes criarem vínculos de confiança, como evidenciou a entrevistada 3:

> Olha, elas reagem da mesma forma com o que elas aprenderam dentro de casa. A gente tem um caso de irmãos que sofreram violência física, que eles reproduzem [esses comportamentos] dentro da instituição, agindo de forma violenta, com agressividade. Eles mordem, chutam, têm dificuldades para se relacionar e de criar vínculo com outras crianças e até mesmo com a gente [equipe da instituição]. E também para obedecer a regras e seguir ordens. A gente pede, mas eles fazem ao contrário do que a gente pede. É claro que isso também vem de alguns transtornos que a criança desenvolve, né? Mas elas têm muita dificuldade. [...] Tem que fazer um trabalho bem intenso junto com o grupo, órgãos, para conseguir estabilizar uma convivência adequada (Entrevistada 3, 2024).

Ao abordar o ciclo de repetição de violências, Saffioti (2015) utiliza o termo "síndrome do pequeno poder" para se referir a pessoas que possuem um certo poder e adotam um comportamento autoritário e opressivo para fazer valer as suas ideias e vontades, sem se importar com as consequências e problemas que pode causar. A pessoa que tem essa síndrome não se contenta com a sua parcela de poder e assume uma posição superior, exorbitando a sua autoridade. Esse comportamento pode se expressar entre pessoas que foram oprimidas ao longo de várias gerações e, por isso, não conseguem romper com a violência, a naturaliza e a reproduz, se tornando também um opressor, perpetuando a violência intrafamiliar. Na visão da autora, essa síndrome é um problema social e não individual, pois se manifesta em ambientes hierárquicos onde estão presentes o patriarcalismo, o adultocentrismo e a submissão das relações de gênero.

No que se refere ao acompanhamento de genitoras vítimas de violência e da reprodução da violência intrafamiliar com os filhos, sete entrevistadas (87,5%) afirmaram que percebem que há uma reprodução da violência, o que reflete negativamente na vida das crianças e adolescentes institucionalizados, podendo comprometer o seu desenvolvimento físico e mental e na sua sociabilidade. Esses dados confirma as análises de Saffioti (2015) quanto a perpetuação do ciclo da violência, situação na qual um oprimido se torna opressor, o que foi evidenciado na fala da entrevistada 8:

> [...] o adolescente reproduz aquilo que ele aprendeu. E, nesse contexto familiar, foi aprendido ser agressivo, porque o pai era agressivo ou vive em uma comunidade agressiva. Então, para ele, aquilo é normal, ele cresceu naquele meio que ele percebe que está certo. Então, [ao ser confrontado] ele considera que nós estamos errados! Então, eles chegam aqui com a ideia de que o que estamos ensinando para eles não existe [na sua realidade]. E aí, a gente tem que trabalhar esse adolescente para mostrar que aquela vivência que ele teve não é a certa [que há outras formas de reação possíveis]. E é desafiador mexer na mentalidade de um adolescente que tem essa informação. [...] Então, para resolver os conflitos dele, ele vai ser violento dentro da instituição ou na escola. Vai ter problemas mentais, vai ter problemas com traumas, ansiedade. Tem adolescente que, às vezes, se automutila, tem depressão. [...] Então, já mexe também com a saúde mental desses adolescentes. São adolescentes que têm baixa autoestima, tem isolamento social, comportamentos atípicos, dificuldades na escola. Então, são vários desafios que esses adolescentes trazem para a gente (Entrevistada 8, 2024).

Diferentemente dos demais participantes da pesquisa, a entrevistada 5 apontou que nos casos em que as genitoras são vítimas de violência e reproduzem a violência intrafamiliar com os filhos, ela não acompanha tais casos, mas direciona esse trabalho para a rede socioassistencial. “Quando tem presença de violência, dificilmente essa criança vai ser reinserida [...]. Existem históricos sim, mas a gente não acompanha. Porque aí acaba sendo um acompanhamento da assistência social”. Embora essa profissional mencione que não acompanha os casos de violência, direcionando para outros serviços, discorda-se desse posicionamento. Mesmo quando a equipe técnica de nível superior não atua diretamente com as violações de direitos que acomete os genitores, de maneira transversal, trabalha-se com a violência que se faz presente no cotidiano das famílias cujas crianças e adolescentes se encontram institucionalizados. Conforme as atribuições mínimas da equipe de nível superior, tanto em Casa Lar como em Abrigo, previstas nas Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (CMDCA/CNAS, 2009), esses profissionais devem realizar acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar. Ou seja, durante o acompanhamento familiar, se faz necessário a

realização de orientações acerca das violações de direitos que envolvem, por vezes, a violência intrafamiliar.

Acerca do trabalho da equipe técnica com as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, as maiores vítimas de violência apontadas nas entrevistas são as genitoras, e as crianças e adolescentes. Todas as entrevistadas sinalizam que o trabalho em casos de violência é direcionado para a rede, mas destacam a naturalização da violência, por circunstâncias culturais, históricas ou sociais.

A entrevistada 4 destacou a importância de se fazer um trabalho de educação e prevenção com os homens, visando discutir aspectos ligados ao comportamento violento. A profissional acredita que, assim como há equipamentos voltados para o atendimento de mulheres vítimas de violência, deveria haver dispositivos e equipamentos que realizam um trabalho com os homens contra a violência doméstica, demonstrando o reflexo da violência na vida familiar, principalmente sobre as crianças e adolescentes. “A gente recebe muitos casos de situações de violência e maus-tratos físicos com as crianças e adolescentes. [...] E não temos para onde enviar essas pessoas.”

Para que se possa trabalhar a demanda identificada, o encaminhamento acontece de acordo com os tipos de dispositivos e regulamentação existentes no município. A entrevista 6 menciona que há “muitos casos de violência psicológica e da violência sexual” que exigem um trabalho em rede: “A gente encaminha para o CREAS, que faz o atendimento diretamente com a família. E também fazemos encaminhamentos para a saúde, para um atendimento clínico, psicológico e psiquiátrico.”

Contudo, nem todos os municípios possuem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), haja vista que, segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2008), só há financiamento para o CREAS nos municípios de Pequeno Porte II, Médio Porte, Grande Porte e Metrópole. Desta forma, os municípios de Pequeno Porte I, que possuem menos de 20.000 habitantes, não possuem o CREAS, exceto se for criado e custeado pelo ente municipal. Nos municípios que não possuem CREAS, o atendimento e acompanhamento das famílias cujos direitos foram violados, como as mulheres vítimas de violência doméstica, tende a ser realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Todas as entrevistadas apontaram uma correlação entre a estrutura patriarcal, violação de direitos e institucionalização das crianças e adolescentes. Os dados mostram que a estrutura patriarcal se expressa na vida dessas mulheres na dependência dos companheiros, na

culpabilização e responsabilização pela falha na proteção dos filhos e na ruptura com a centralidade da família.

A entrevistada 8 mencionou que, frequentemente, as figuras de autoridade nas famílias exercem controle abusivo sobre as crianças e adolescentes que chegam ao abrigo, tais como, abuso sexual, violência doméstica, abuso físico e até exploração sexual. Embora a sociedade tenha mudado em diversos aspectos, o poder concentrado nas mãos dos homens permanece como realidade vivenciada por muitas famílias, resultando em dominação, opressão e violência.

A entrevistada 8 também mencionou que, em muitos casos, as mães acabam se silenciando diante da violência, por medo ou dependência, permitindo que os abusos continuem. Destacou que são frequentes as situações em que adolescentes chegam ao abrigo após serem vítimas de violência ou abuso, com o conhecimento da mãe que se cala por medo do agressor. Há casos em que as denúncias de violência física envolvem toda a família, levando crianças e adolescentes a buscarem proteção nas instituições.

Na reprodução da estrutura patriarcal, além das mulheres presenciarem a violência, elas são ameaçadas, responsabilizadas e culpabilizadas pela "falha" no cuidado com as crianças e adolescentes, como será discutido a seguir.

Responsabilização feminina pelo cuidado de crianças e adolescentes

Das oito profissionais entrevistadas, seis (75%) afirmaram que prevalece nas unidades de acolhimento as famílias monoparentais referenciadas por mulheres (mãe, tias e avós).

> A maioria aqui é família monoparental e extensa, formada apenas pela genitora e é a que mais acompanha os atendimentos realizados na casa. Geralmente, é avó ou tia que procura. Tia, tio, a gente tem até casos em que tem um tio paterno que tem a guarda, mas a maioria é a mulher (Entrevistada 3, 2024).

Essa informação dialoga com os dados do DIEESE (2023) e do IBGE que apontam o crescimento do número de famílias monoparentais referenciadas por mulheres no Brasil, embora não tenha se superado o número de famílias nucleares. Contudo, Moreira (2013) menciona que há um maior número de famílias monoparentais femininas e reconstruídas recebendo medidas protetivas, dentre estas, a institucionalização de crianças e adolescentes.

Uma entrevistada mencionou que, apesar de haver os progenitores, a responsabilização pelos cuidados, acompanhamentos e responsabilização pela proteção recai majoritariamente sobre as mulheres, especialmente as genitoras.

> Nos meus atendimentos sociais individuais com a família, sem sombra de dúvida, a participação feminina é bem maior. Temos sim algumas exceções que têm mais a ver com questões de conflitos familiares e questões financeiras, do que o próprio cuidado. Dois casos que eu tenho lá na

> instituição, de uma presença masculina no cuidado, mas são os avós que estão por trás do cuidado com as crianças adolescentes. Tenho muitas crianças que não têm o registro da paternidade, então, sem sombra de dúvida, o fator feminino sobressai (Entrevistada 4, 2024).

As mulheres não só são responsabilizadas pelo cuidado, como também pelo "não cuidado" que gerou a perda do poder familiar. Das oito entrevistadas, cinco apontam que as genitoras são as mais responsabilizadas, e três afirmam que são os dois. Cabe destacar que não houve respostas em que o genitor sozinho foi o principal responsável no processo de acompanhamento. A ausência dos genitores é citada nas entrevistas em relação aos casos em que não há registro paterno e que não conhecem o genitor, conforme apontado pela entrevistada 4.

> A figura feminina é sempre a mais responsável pela falta de cuidado, e isso não só vem da família, é todo um histórico familiar que considera a mulher sempre como a culpada, a que faltou com o cuidado. Tem um caso que atendo que o pai está em cena, mais do que a mãe. Só que o pai sempre entra em cena culpando a mãe e quando eu atendo uma mãe, ela não culpa o pai, ela tenta de todas as formas tirar a criança da instituição, então ela arruma o emprego, ela mantém os horários, agora o pai não, ele tem essa questão de culpar (Entrevistada 4, 2024).

Como o acolhimento institucional tem o caráter provisório, sendo uma medida de proteção no momento em que crianças e adolescentes se encontram em risco físico/psicológico, os técnicos devem buscar o retorno para a família nuclear, extensa ou substituta. O trabalho com as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados é realizado com os dois genitores, mesmo que não estejam juntos, avaliando o vínculo e o comprometimento, buscando fazer a reaproximação das crianças e adolescentes. Nesse processo de tentativa de reaproximação com os genitores, cinco das entrevistadas apontam o predomínio da participação feminina, na condição de mães, avós e tias.

> A maior reaproximação geralmente é com as mães. Tem situações que o pai realmente não quer o compromisso, ele já não tem vínculo com o filho, ele já não tem vínculo mais com a mãe. Há aquele que vive dominado pelo machismo, tem uma dificuldade maior em aderir às direções, então ele não é tão presente nos chamamentos. As mulheres, por outro lado, vão abraçando mais e acabam sendo mais próximas e mais frequentes (Entrevistada 7, 2024).

> A mãe, com certeza, é muito mais presente. Quando não a mãe, a avó ou a tia. Sempre a figura feminina. [Há casos em que] o convívio com a genitora não ocorreu ou foi só na primeira infância. Mas as mulheres da família, seja na família extensa, seja uma madrinha, [quem faz a aproximação] sempre são as mulheres (Entrevistada 1, 2024).

> Aqui acompanhamos apenas uma família em que os dois genitores são presentes. E aí conseguimos cobrar mais dos dois de forma igual, apesar do genitor ser pai só de uma filha e a mãe ter mais duas crianças aqui na instituição. Nos demais casos, a gente acompanha mais a mãe. Os pais são

> bem mais ausentes. Tem uma outra família que a gente acompanha só o genitor, que é o que tem interesse na guarda, e as outras é só a genitora, sem a presença do pai. Geralmente a gente não sabe nem quem são os pais (Entrevistada 3, 2024).

Percebe-se que, mesmo quando é possível identificar o acompanhamento dos dois genitores, a maior responsabilização pela criança recai sobre a mulher, independentemente de ser a genitora ou não. Moreira (2013) menciona que mesmo nos casos de famílias reconstituídas há uma maior responsabilização das mulheres.

A entrevistada 7 narra a sua percepção sobre o sistema patriarcal, com uma análise sob o viés da centralidade da família e o seu papel, e destaca que essa desigualdade entre homens e mulheres compromete a dinâmica familiar e a vida das mulheres. Segundo essa entrevistada, o sistema patriarcal, ainda presente, deixa marcas ao perpetuar a subjugação feminina, muitas vezes por meio da dependência emocional, física e financeira. Ainda pela percepção da referida entrevistada, a ausência do homem como provedor desestrutura o núcleo familiar, sobrecarregando a mulher com responsabilidades que podem gerar problemas de saúde mental. Essa sobrecarga, por vezes, leva ao uso de álcool ou drogas, criando um ciclo de autodesvalorização que afeta também os filhos. A ruptura em qualquer modelo familiar abala sua estabilidade, destacando a importância da coesão para o bem-estar de todos os membros.

Contudo, cabe pontuar, que a percepção da entrevistada 7 reforça a ideia de que a presença do homem é que garante uma dada estabilidade familiar, seja financeira ou emocional, ou seja, reforçando a imagem do homem enquanto provedor do lar, da moralidade e símbolo da dita estrutura familiar. Perspectiva essa, como anteriormente já exposto, construída histórica e socialmente do papel da mulher e do homem no espaço doméstico, reforçado pelo sistema patriarcal.

A entrevistada 7 também mencionou que, além da ausência paterna, há uma sobrecarga sobre as mulheres, especialmente para as mães, quando assumem o papel de provedoras do lar:

> [...]aí ela acaba não dando conta, o que vai sobrecarregando física e emocionalmente, o que tem sido um grande gerador de problemas mentais, da saúde mental, levando-a a buscar refúgios em álcool e drogas. Aí ela se vê incapaz, porque não consegue mais gerir a sua casa. Aí vem os ciclos, pois ela já se sente incapaz, desconta em si mesma e nos filhos. Então a questão [...] de não ter um lar estruturado, não que seja necessária a figura do homem na casa, mas quando há essa quebra, desestrutura sim a família. Hoje a gente sabe que existem vários modelos de família, mas quando elas já nascem nessa estrutura, então ela vai ser gerada dentro dessa estrutura (Entrevistada 7, 2024).

A entrevistada 4 também menciona que a estrutura patriarcal gera maior pressão nas genitoras sobre o cuidado e a responsabilização da ausência dele. As próprias crianças e

adolescentes as culpabilizam por estarem acolhidos, e eximem o genitor - em alguns casos eles nem conhecem o genitor.

> Sem sombra de dúvida, eu vejo ausência de proteção e também a questão da dominação. Hoje a gente tem muitas crianças e adolescentes que a figura paterna não existe, ela é só de papel, e as crianças reproduzem uma culpabilidade da mãe, da genitora. Eles pensam: "eu estou aqui por causa dela, ela falhou, ela não cumpriu o papel dela. Estou aqui por ela não ter cuidado, não ter me dado a proteção." Dificilmente as crianças perguntam pela figura masculina, perguntam se vão vir, mas quando eles aparecem, tem alguns que ficam mais agressivos. Então, eles reproduzem [a violência] na forma de agressão, às vezes de uma forma grosseira, quando tem poucos contatos com a figura masculina. Então, eu vejo que a estrutura patriarcal é bem presente na instituição, até no comportamento das crianças (Entrevistada 4, 2024).

Esses dados dialogam com as análises de Machado e Moura (2023) ao apresentarem que os ciclos de violência, o histórico de vulnerabilidade das famílias, especialmente das mulheres, são questões estruturais advindas da sociedade capitalista e patriarcal que influem na desigualdade de gênero. Quando os homens entendem que as mulheres não cumprem com os papéis que lhes são socialmente construídos, elas passam a ser responsabilizadas e perdem a guarda de seus filhos, bem como são as responsáveis pelo acompanhamento e pedido para reaver a guarda.

A importância do trabalho intersetorial na rede protetiva

Ao retratar a experiência de trabalho junto às famílias de crianças e adolescentes institucionalizados, as entrevistadas apontam as expressões da questão social como o fator preponderante nos relatos. Afirmaram que, para iniciar o trabalho com as famílias, é preciso conhecer a realidade social a fim de identificar os fatores que levaram ao processo de acolhimento institucional, identificando quais as violações de direitos estão presentes, para que possam intervir.

> Se é uma falta de dinheiro, a gente vai recorrer aos benefícios, aos programas sociais. Se é evasão escolar, a gente vai recorrer às escolas, saber quais são os motivos. Então, a gente começa a trabalhar e a buscar os direitos e, principalmente, o direito à restauração da identidade. A maioria chega sem ter esse conhecimento de quem são, alguns deles chegam sem documento. Então, primeiro a gente faz esse trabalho com eles, a restauração da identidade e depois vai trabalhar a busca de direitos para a família, no contexto geral (Entrevistada 7, 2024).

Ao discorrer sobre as intervenções técnicas no cotidiano profissional, todas as entrevistadas sinalizam a centralidade do trabalho com a rede intersetorial para fazer os encaminhamentos. Demonstram que, no cotidiano profissional, o quão importante é o trabalho em rede para a proteção integral e garantia dos direitos das crianças e adolescentes

institucionalizados, conforme preconiza o ECA. As famílias cujas crianças e/ou adolescentes se encontram institucionalizados também são acompanhados pela rede de proteção social da Política de Assistência Social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A restauração do vínculo comunitário e familiar é trabalhado pela equipe técnica que compõe o CRAS e a violação dos direitos que envolvem a família pela equipe técnica do CREAS.

Das oito entrevistadas, três enfatizaram como é desafiador o trabalho realizado com as famílias:

> A gente observa quais são as violações de direitos que foram acontecendo com a criança, faz contato com a rede. Se a família não é acompanhada, a gente pede para inserir no CRAS ou CREAS. Se já é acompanhada, a gente pede para dar continuidade com o envio de relatórios (Entrevistada 5, 2024).

> Os fatores socioeconômicos, questão de violência, saúde mental, a gente vai encaminhar para a rede, para que essas famílias possam ter uma melhora significativa e esses adolescentes possam retornar para o seio familiar, porém não voltar como estava, mas com mudança, né? Porque algum familiar pode ter algum problema de saúde, que possa estar interferindo na negligência familiar, impedindo-o de conseguir gerir essa família, de ter violência física. Então, a gente precisa encaminhar para a saúde, ou mesmo para o CRAS ou para o CREAS e, junto à rede, a gente vai trabalhar com essas famílias (Entrevistada 8, 2024).

A fala das técnicas evidencia a desproteção social que as famílias se encontram e que podem ocasionar a institucionalização de crianças e adolescentes. Mostra que, diante de um cenário cada vez mais precário, com desmonte de políticas públicas e direitos sociais, o Estado familista responsabiliza as famílias pela proteção social, deixando-as cada vez mais desprotegidas, conforme apontado por Arantes (2024). Essa situação ocasiona uma maior responsabilização da família pelo cuidado na expectativa de garantir a proteção social, sem que o Estado garanta a proteção ou as condições mínimas para que a família exerça o "papel ideologicamente esperado" de proteção.

Diante do recuo do Estado, imputa-se uma maior responsabilização familiar. Quando essa família falha no seu papel protetivo esperado, o Estado intervém através da institucionalização (Machado; Moura, 2023). Após o abrigamento, as famílias passam a ser alvo de políticas públicas protetivas, o que implica no trabalho dos técnicos de nível superior em todas as esferas de proteção social da política de assistência social. Nesse sentido, torna-se um grande desafio proteger as crianças, adolescentes e suas famílias, sem responsabilizá-las ou culpabilizá-las pelas violações de direitos que as acometem, visando o desacolhimento enquanto objetivo central para a garantia do direito à convivência familiar. "Por mais que seja muito difícil, a gente precisa acreditar que aquela família tem condições de superar a situação

que fez com que a criança viesse para o acolhimento, senão não faz sentido, senão a gente só acolhe e nunca vai haver a reintegração" (Entrevistada 2, 2024).

A fala dessa técnica remete ao que Iamamoto (2009) pontua ao afirmar que os assistentes sociais não podem ser fatalistas, ou seja, achar que a situação está dada e que não há nada que possa reverter o quadro frente às contradições próprias do sistema capitalista. É preciso compreender que a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho, atendendo tanto às demandas do capital, quanto às necessidades dos usuários. A partir da relativa autonomia profissional, é preciso atuar de maneira que possibilite romper com a visão unilateral das relações sociais frente ao conservadorismo, imprimir uma atitude investigativa que analise a totalidade dos fatos, visando romper com o fatalismo e com a culpabilização dos indivíduos frente às expressões da questão social.

Refinando as análises por meio do software Iramuteq

Os dados das entrevistas foram submetidos a análise pelo software Iramuteq, conforme proposto por Bardin (2011), utilizando as opções *Nuvem de Palavras, Análise de Similitude* e *Análise Fatorial de Correspondência*. Ao articular dados qualitativos, quantitativos e linguísticos, o Iramuteq corrobora com uma análise da influência do patriarcado na institucionalização de crianças e adolescentes.

A nuvem de palavras tem como destaque a palavra "família". Ou seja, nas entrevistas, há uma ênfase, como anteriormente já pontuado, acerca do familismo, da maior responsabilização da família pela proteção social de crianças e adolescentes. A palavra família merece real destaque, haja vista que é constantemente responsabilizada pelos cuidados, bem como é por ela que ocorre o acompanhamento, pois é através da família que se requer a recuperação da guarda das crianças e adolescentes. Ou seja, a instituição família é constantemente levantada nas entrevistas, tanto ao abordarem o seu trabalho dentro da instituição, bem como o acompanhamento familiar e as repercussões na família da institucionalização de crianças e adolescentes.

A nuvem de palavras também destaca a desigualdade entre os gêneros, reafirmando o quanto o sistema patriarcal impacta na institucionalização de crianças e adolescentes. Além do termo crianças e adolescentes serem constantemente apontados nas falas, segue-se por violência. Ou seja, reafirma-se os dados já apontados do quanto a violência de gênero e intrafamiliar gera o próprio abrigamento, bem como reflete no comportamento das crianças e adolescentes dentro das unidades de acolhimento. Ou seja, o sistema patriarcal, que gera opressão e desigualdade, atribui um status de inferioridade à mulher e um certo "poder" ao

homem sobre a mulher, impactando na institucionalização de crianças e adolescentes, confirmando as análises de Saffioti (2015) e Machado e Moura (2023).

Pelo número de repetições ao longo das entrevistas, o termo "mãe" aparece 72 vezes, enquanto "pai", 63 vezes. "Genitor" é verbalizado 8 vezes, em contrapartida, "genitora" é mencionado 27 vezes. O termo "feminino" aparece 12 vezes durante as entrevistas, ao passo que "masculino" aparece somente uma vez. Ou seja, as mulheres são cada vez mais chamadas sobre a responsabilidade no que tange às crianças e adolescentes, seja pela via do cuidado, da causa pela institucionalização, pelo acompanhamento, demonstrando o quão patriarcal a sociedade ainda se apresenta.

Figura 1 – Nuvem de Palavras.



Fonte: Iramuteq, 2024.

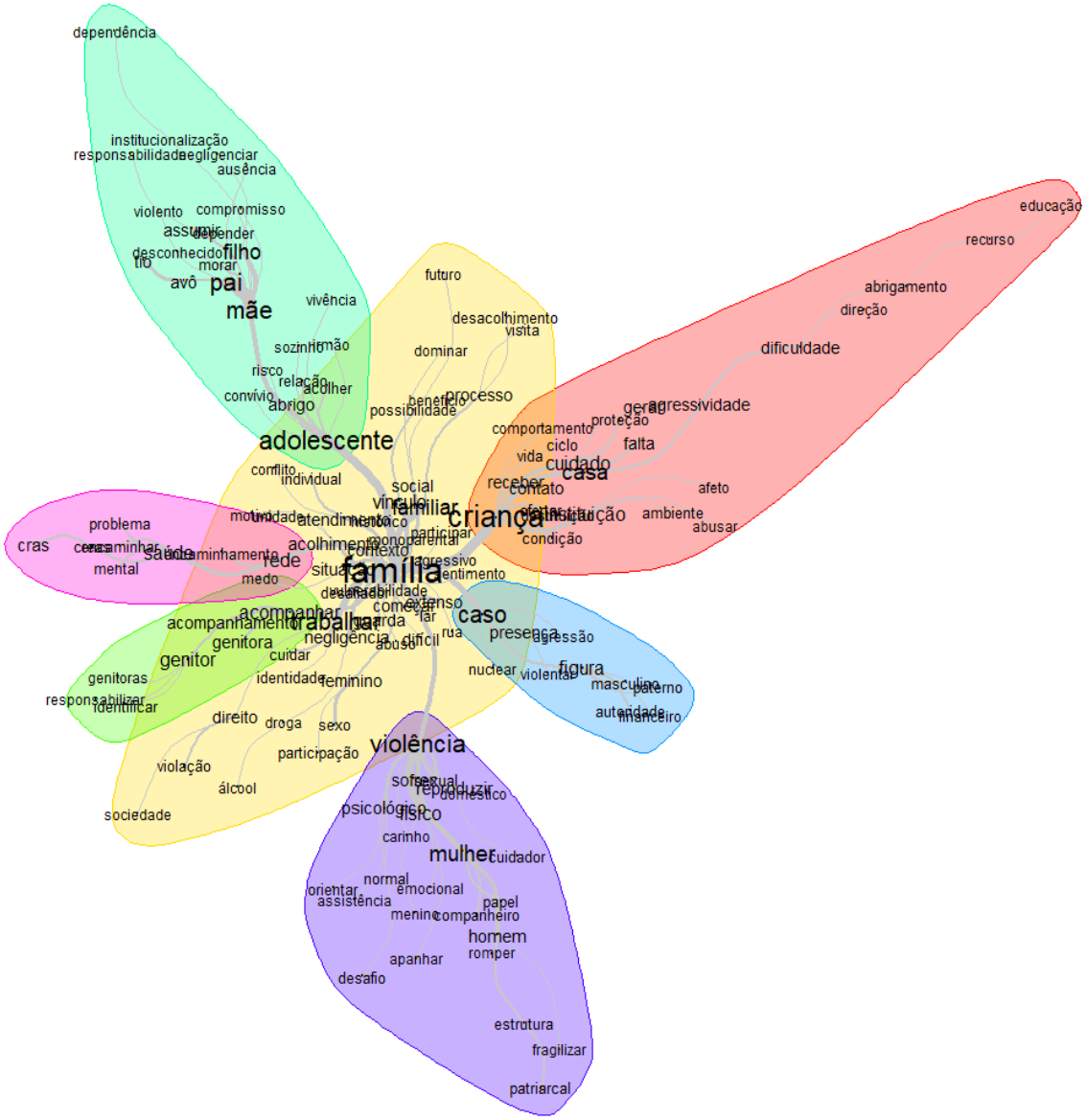
Assim, a desigualdade de gênero também é nítida na repetição das palavras. Percebe-se um maior destaque da palavra mulher em detrimento do homem, do termo mãe mais que pai, da genitora mais que genitor, do feminino mais que o masculino, do materno mais que o paterno. Isso demonstra o quanto o gênero feminino é mais presente e mais responsabilizado quando se trata do cuidado de crianças e adolescentes, como apontado por Arantes (2024) e Passos (2018). Na nuvem de palavras também aparece os termos avós e tias, o que não ocorre com os termos avôs e tios.

A nuvem de palavras também reafirma as principais motivações que geram o acolhimento de crianças e adolescentes na mesorregião da Zona da Mata Mineira, onde há um

enorme destaque para a violência, seguido por negligência, agressividade, dificuldade, abuso, agressão, álcool, drogas, apanhar, dentre outros relacionados à violência.

Já a análise de similitude se aproxima muito dos dados relativos à nuvem de palavras, destacando que o termo família abrange todas as esferas apontadas pelas entrevistadas, confirmando o quanto a família é central tanto nos motivos que geram o abrigamento, quanto no acompanhamento da institucionalização e do processo de recuperação do poder familiar.

Figura 2 – Análise de similitude.



Fonte: Iramuteq, 2024.

No que tange ao acompanhamento, fica claro que o sexo feminino se sobressai ao masculino, evidenciando o quanto as mulheres são mais responsabilizadas pelo cuidado, bem como culpabilizadas pelo abrigamento, conforme exposto por Moreira (2013). Fica evidente a culpabilização das expressões da questão social vividas pelas famílias, especialmente sobre as mulheres, que acarretam o abrigamento e a perda do poder familiar de crianças e adolescentes.

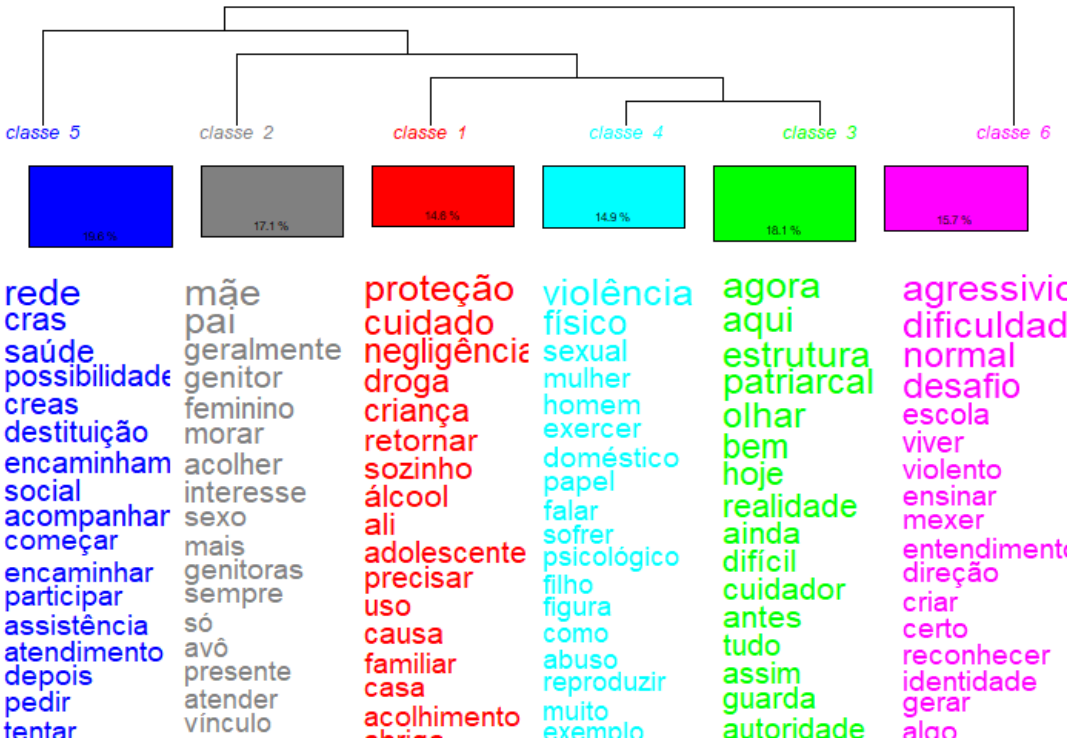
Quando se analisa o comportamento das crianças e adolescentes dentro das unidades de acolhimento, sobressai-se os termos casa (referindo-se à casa lar ou abrigo), ambiente, agressividade, comportamento, abusar, condição, dificuldade. Isso demonstra como os impactos negativos da vida pregressa dessas crianças e adolescentes incide sobre o comportamento deles dentro das instituições acolhedoras.

O núcleo da violência aparenta estar diretamente associado à mulher, ao sistema patriarcal, apontando o lado psicológico dessa relação através das palavras sofrer, apanhar, fragilizar, psicológico, carinho, dentre outras.

A análise de similitude também evidencia a importância da rede intersetorial no que tange aos cuidados com as crianças e adolescentes acolhidos, bem como com as respectivas famílias. Sobressai-se os termos problema, saúde, mental, encaminhamento, medo e CRAS. Cabe salientar que no CRAS não há acompanhamento em saúde, e sim em assistência social, visando a prevenção de violação de direitos sociais e o fortalecimento de vínculos com a família e a comunidade, mas demonstra o quão importante se faz o trabalho em rede entre a política de assistência social e de saúde, visando garantir a proteção integral das crianças e adolescentes, e suas famílias.

A importância do trabalho em rede intersetorial também é perceptível na análise fatorial de correspondência, que corresponde a 19,6% das respostas das entrevistadas. Esse instrumento de análise, por meio dos termos rede, CRAS, saúde, possibilidade, CREAS, destituição, encaminhamento, acompanhar e participar, demonstram a importância que a rede possui durante todo o processo, desde a institucionalização de crianças e adolescentes, como no processo de acompanhamento visando a desinstitucionalização e o acompanhamento posterior. Nesse processo, a equipe técnica de nível superior das unidades de acolhimento, além do acompanhamento durante o período de abrigamento, deve manter o acompanhamento da criança e/ou adolescente que retorna para a família de origem ou para a família extensa, pelo período mínimo de seis meses.

Figura 3 – Análise Fatorial de Correspondência.



Fonte: Iramuteq, 2024.

Na classe 1 de palavras (letras vermelhas), que corresponde a 14,8%, é destacado o sistema de proteção das crianças e adolescentes. Os termos negligência, droga, álcool, sozinho, causa, acolhimento, dentre outros, revelam a desproteção social a que as crianças institucionalizadas estão submetidas, advinda da família ou do Estado.

A classe 2 (letras cinzas), que corresponde a 17,1% das entrevistas, relaciona diretamente às questões de gênero, tais como mãe, pai, genitor, feminino, sexo, genitoras, vínculo, acolher. Segundo a análise fatorial de correspondência, o sexo feminino se sobressai ao masculino, confirmando a desigualdade de gênero expressa na análise das entrevistas e destacada por Saffioti (2015) e Arruza (2015).

A classe 4 (letras de cor ciana), que corresponde a 14,9%, retrata as principais causas da institucionalização de crianças e adolescentes. As palavras remetem à questão da violência como central do processo de institucionalização e da influência do patriarcado no processo de abrigamento de crianças e adolescentes. As palavras que sobressaem envolvem a relação entre homens e mulheres, apontando para a violência física, sexual, no ambiente doméstico, articulado a termos como abuso, reproduzir, dentre outros.

A classe 3 (cor verde), que corresponde a 14,1%, por meio das palavras aqui, agora, hoje, realidade, difícil, guarda, reafirma que a estrutura patriarcal impacta no processo de guarda e perda do poder familiar, implicando na institucionalização de crianças e adolescentes.

Por fim, na classe 6 (cor rosa), que corresponde a 15,7% das informações, as palavras agressividade, dificuldade, desafio e violento confirmam o quanto a estrutura patriarcal influencia o comportamento das crianças e adolescentes abrigados nos municípios da mesorregião da Zona da Mata Mineira. Demonstram o quanto a reprodução do ciclo de violência está atrelada ao processo de institucionalização e refletem no comportamento das crianças e adolescentes dentro das unidades de acolhimento, como também na educação, na dificuldade de entendimento, de autorreconhecimento e de identidade.

Considerações finais

Cheney (2018) defende que os estudos da infância avançam como um campo interdisciplinar, focado na justiça social e na diversidade epistêmica, em um processo que prima pelo questionamento das suposições patriarcais, adultícias e coloniais, tanto na academia quanto nas políticas de desenvolvimento internacional. Entretanto, os dados revelam o quanto essa perspectiva emancipadora está distante da realidade estudada. A infância ainda precisa ser pensada associada às relações patriarcais e de gênero que levam à institucionalização de crianças e adolescentes.

As reflexões realizadas ao longo deste estudo afirmam que o patriarcado influencia diretamente a institucionalização de crianças e adolescentes, na Zona da Mata Mineira. A estrutura patriarcal, sustentada por desigualdades de gênero e papéis historicamente atribuídos às mulheres, impõe a elas a responsabilidade predominante pelo cuidado familiar, incluindo o cuidado sobre crianças e adolescentes. Esse peso, combinado com as pressões econômicas, sociais e culturais, frequentemente resulta na culpabilização das genitoras pelos desafios enfrentados no seio familiar, culminando na aplicação da medida de proteção, sendo este o processo de acolhimento institucional.

Os dados coletados por meio das entrevistas revelaram que as mulheres, enquanto mães, avós ou tias, são quase sempre as principais responsáveis pelo acompanhamento das crianças acolhidas, além de serem as maiores vítimas de violências intrafamiliares e de processos de negligência. A ausência ou a pouca participação masculina nos processos de cuidado e responsabilização familiar reflete uma dinâmica enraizada na estrutura patriarcal, que perpetua desigualdades e limita avanços em direção a uma divisão equitativa de responsabilidades.

As análises realizadas pelo software Iramuteq reforçaram a centralidade da família e a naturalização do papel feminino nos cuidados, evidenciando ainda como a violência de gênero e a reprodução de ciclos de violência impactam no comportamento de crianças e adolescentes acolhidos. O comportamento agressivo, a dificuldade em estabelecer vínculos e a reprodução

de práticas violentas apontam para a necessidade de intervenções focadas não apenas nos acolhidos, mas também nas famílias, com um olhar que contemple as relações sociais e a dinâmica de gênero.

O estudo também mostrou a relevância do trabalho intersetorial no acompanhamento das famílias e no processo de desinstitucionalização, ressaltando o papel das políticas públicas na garantia de proteção social. No entanto, o modelo de Estado familista, predominante no Brasil, transfere para as famílias, sobretudo para as mulheres, muitas das responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado, fragilizando ainda mais as redes de proteção e perpetuando o ciclo do desamparo social.

Assim, conclui-se que é indispensável repensar as estruturas patriarcais e capitalistas que sustentam essas desigualdades. É necessário fortalecer as políticas públicas de proteção social, ampliar o acesso aos direitos e aos serviços, promovendo uma mudança cultural que redistribua as responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres. Contudo, acredita-se que somente com a superação da ordem capitalista será possível romper com a estrutura patriarcal que potencializa a institucionalização de crianças e adolescentes.

Referências

ARANTES, Raíssa Cristina; RIBEIRO, Daniella Borges. A família de usuários do benefício de prestação continuada: quem protege os cuidadores? *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 19, n. 56, p. 266-288, 2024.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, vol. 13, n. 2, 2023.

BERBERIAN, Thais Peinado. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. *Serviço Social e Sociedade*, n. 121, Jan-Mar 2015.

BHATTACHARYA, Tithi. *Social reproduction theory:* Remapping class, recentering oppression. Pluto Press, 2017.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente.* Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA). Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas:* serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: CNDCA; 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Resolução Cnas nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União 2009.*

CHENEY, Kristen. Decolonizing childhood studies: Overcoming patriarchy and prejudice in child-related research and practice. *Reimagining childhood studies*, p. 91-104, 2018.

CNDCA/CNAS. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas para Acolhimento de Crianças e Adolescentes.* Brasília, junho de 2009. Disponível em https://cmdca.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Orientac%C3%B5es-t%C3%A9cnicas-Criancas-e-Adolescentes-2009.pdf . Acesso em: 20 nov. 2024.

CNAS - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Resolução CNAS nº 109 de 2009:* Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília-DF: Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%20. Acesso em: 10 nov. 2024.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento Crianças e Adolescentes.* Brasília, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/ Acesso em: 03 de outubro de 2024.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. The three political economies of the welfare state. *Canadian Review of Sociology*, v. 26, n. 1, p. 10-36, 1989.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. *A rede de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência em Viçosa-MG e o trabalho de assistentes sociais.* Universidade Federal de Viçosa: departamento de Serviço Social, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, p. 16-50, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Ano 2. nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

MACHADO, Gabriele Petroski; DE MOURA, Reidy Rolim. As percepções de gênero, o acolhimento institucional de crianças e o serviço social: um estudo a partir do município de Ponta Grossa. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, v. 7, n. 1, p. 247-265, 2023.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: uma leitura na perspectiva de gênero. *Seminário Internacional Fazendo Gênero* 10 (Anais eletrônicos), ISSN 2179-510X, Florianópolis, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth IB. *O poder do macho*. Ministério Público do Estado da Bahia, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, Patriarcado e Violência*. Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo São Paulo, 2015.

SARACENO, Chiara.; KECK, Wolfgang. Can we identify intergenerational policy regimes in Europe? *European Societies*, v. 12, n. 5, p. 675-696, 2010.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres*: rumo a uma teoria unitária. Expressão Popular. São Paulo, 2022.

LIBERTAS ON LINE

Cuidado e conflitos pós-divórcio: contradições da política social brasileira

Post-divorce care and conflicts: contradictions in brazilian social policy

Kátia Roberta Portes Silva Raposo*
Maria das Dores Saraiva de Loreto**

Resumo: O artigo analisa os conflitos familiares no pós-divórcio no Brasil, articulando a Teoria Marxista da Dependência aos estudos de gênero e do cuidado. Com abordagem qualitativa e revisão bibliográfica interdisciplinar, examina conflitos em contextos com e sem estratégias de resolução, como oficinas de parentalidade e coordenação parental. Constata-se que, sem políticas públicas estruturadas, os conflitos se intensificam, reforçando desigualdades de gênero, classe e raça. Embora promissoras, as estratégias existentes permanecem isoladas e vulneráveis à lógica judicializante. Evidencia-se que o Estado brasileiro, em uma formação social dependente, atua mais como gestor da precariedade do que como garantidor de direitos. A Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024) é vista como marco potencial, cuja efetividade depende de financiamento e integração. Conclui-se que a superação dos conflitos exige centralidade do cuidado, valorização do trabalho reprodutivo e justiça social.

Palavras-chave: Pós-divórcio; Conflitos familiares; Cuidado; Política social; Capitalismo dependente.

Abstract: This article analyzes post-divorce family conflicts in Brazil, articulating Marxist Dependency Theory with gender and care studies. Using a qualitative approach and an interdisciplinary literature review, it examines conflicts in contexts with and without resolution strategies, such as parenting workshops and parental coordination. It finds that, without structured public policies, conflicts intensify, reinforcing gender, class, and racial inequalities. Although promising, existing strategies remain isolated and vulnerable to judicializing logic. It is evident that the Brazilian state, in a dependent social formation, acts more as a manager of precariousness than as a guarantor of rights. The National Care Policy (Law No. 15.069/2024) is seen as a potential milestone, whose effectiveness depends on funding and integration. It concludes that overcoming conflicts requires a central focus on care, the valorization of reproductive work, and social justice.

Keywords: Post-divorce; Family conflicts; Care; Social policy; Dependent capitalism.

* Universidade Federal de Viçosa. E-mail: katia.raposo@ufv.br
** Universidade Federal de Viçosa. E-mail: mdora@ufv.br

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49516
Recebido em: 22/07/2025
Aprovado em: 16/04/2026

Introdução

A crescente incidência de divórcios nas últimas décadas no Brasil tem revelado transformações significativas nas dinâmicas familiares e, ao mesmo tempo, novos desafios sociais relacionados à reprodução da vida cotidiana no contexto do pós-divórcio. A dissolução conjugal, que antes era um fenômeno estigmatizado e raro, sobretudo entre as camadas populares, passou a fazer parte do cotidiano de milhares de famílias brasileiras. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o número total de divórcios (judiciais e extrajudiciais), em 2023, chegou a 440.787, o que representa o maior número da série histórica do IBGE, que começou em 2009.

Esse processo é atravessado por tensões estruturais que se manifestam principalmente na forma de conflitos persistentes, agravados pela ausência ou precariedade de políticas públicas que deem suporte a essa reconfiguração familiar. De acordo com Santos, Souza e Carvalho (2025), a crescente complexidade dos arranjos familiares, marcada por novas conjugalidades, parentalidades múltiplas e sobrecarga de cuidado, exige atenção da política social, sobretudo nas sociedades periféricas, como a brasileira, onde o Estado opera sob forte lógica de seletividade e focalização.

Essa realidade requer uma reflexão sobre os conflitos pós-divórcio, como fenômeno social e estrutural, e não como um problema exclusivamente privado. A judicialização crescente dos conflitos, o descumprimento de acordos de guarda, a alienação parental[1], a disputa pela autoridade parental e a descontinuidade dos vínculos afetivos e financeiros entre pais e filhos constituem expressões cotidianas da reprodução das desigualdades de gênero, raça e classe. São as mulheres, majoritariamente negras e pobres, que assumem a maior parte das responsabilidades de cuidado, arcando com os custos emocionais, financeiros e organizacionais da vida familiar após a dissolução conjugal (Saffioti, 2015).

Nesse contexto, o conceito de capitalismo dependente, desenvolvido por Marini (2005), permite compreender a maneira como o Estado brasileiro estrutura suas políticas sociais, a partir de um padrão de subordinação externa e interna, que aprofunda desigualdades e limita a universalização dos direitos sociais. Ou seja, as políticas voltadas à família e ao cuidado se configuram como frágeis, desarticuladas e focalizadas em grupos tidos como vulneráveis, o que impede a construção de um sistema efetivo de proteção no pós-divórcio.

[1] Segundo Noronha e Romero (2021), a alienação parental caracteriza-se por condutas de um dos genitores que desqualificam o outro na presença da criança ou do adolescente, bem como por interferências que prejudicam a manutenção de vínculos afetivos com o genitor, avós ou qualquer pessoa que detenha autoridade, guarda ou vigilância.

Essa realidade remete-se à crítica de Oliveira (2003) sobre a razão dualista, segundo a qual convivem, sob uma mesma lógica capitalista, formas "modernas" e "atrasadas" de sociabilidade. O campo do cuidado, central na vida pós-divórcio, é um dos espaços onde essa convivência contraditória se manifesta com mais intensidade: de um lado, há discursos normativos sobre igualdade parental e responsabilidade compartilhada; de outro, a prática cotidiana revela uma sobrecarga silenciosa imposta às mulheres racializadas, que enfrentam abandono institucional e precariedade material. Conforme destaca Saffioti (2015), essas mulheres vivem sob o entrecruzamento de múltiplas violências, agravadas por um Estado que delega às famílias, e, especialmente às mulheres, a responsabilidade pelo bem-estar coletivo.

Dessa forma, o presente artigo buscou analisar o comportamento longitudinal das situações conflitivas pós-divórcio, com especial atenção às variações decorrentes da presença ou ausência de estratégias de resolução de conflitos, quais sejam: as oficinas de parentalidade e a coordenação parental. Com o objetivo de promover a resolução consensual dos conflitos decorrentes da dissolução conjugal e conferir maior celeridade à prestação jurisdicional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu, por meio da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, a "Política Pública de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses", ampliando o acesso a métodos autocompositivos no Judiciário brasileiro. No âmbito dessa política, operacionalizada principalmente pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMECs) e pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), a Oficina de Parentalidade consolidou-se como um dos instrumentos institucionais voltados à prevenção e à resolução de conflitos familiares, conforme orienta a Recomendação nº 50, de 08 de maio de 2014.

A Oficina de Parentalidade, também denominada Oficina de Pais e Filhos, configura-se como um programa psicoeducativo, de natureza preventiva e multidisciplinar, estruturado a partir de exposições dialogadas, dinâmicas de grupo e atividades reflexivas. Destina-se a famílias que vivenciam conflitos decorrentes da dissolução conjugal, inclusive aqueles que se desdobram no período pós-divórcio, com o propósito de fomentar o exercício da coparentalidade responsável e mitigar os impactos do conflito interparental sobre o desenvolvimento e o bem-estar dos filhos (CNJ, 2016; Raposo, 2024).

Em contrapartida, a coordenação parental configura-se como uma estratégia interventiva e continuada, indicada para situações de alta litigiosidade. Sua implementação ocorre, predominantemente, no âmbito do sistema de justiça, por determinação judicial ou encaminhamento das varas de família, sendo conduzida por profissional especializado que auxilia na execução de decisões e na gestão de conflitos persistentes. Diferentemente das

oficinas, ofertadas nos CEJUSCs no contexto da política judiciária brasileira, a coordenação parental apresenta maior institucionalização em países como Espanha, Estados Unidos e Canadá (Mattos, 2025).

Nesse contexto, o artigo examina comparativamente realidades familiares com e sem a incidência dessas estratégias. A literatura indica que sua presença está associada à redução do conflito interparental, à melhoria da comunicação entre os genitores e à promoção do bem-estar infantil, enquanto sua ausência tende a intensificar a litigiosidade. Destacam-se as contribuições de Saini, Belcher-Timme e Nau (2020) e de Alba (2023), que evidenciam os potenciais e limites dessas intervenções no campo da justiça e da política social.

Por meio de uma perspectiva crítica, o estudo parte da compreensão de que, no Brasil, a política social opera de forma contraditória, inserida em uma formação econômica e social marcada pela dependência, pela superexploração do trabalho e pela racialização das desigualdades, conforme argumentam autores, como Marini (2005), Fernandes (2009) e Souza (2016).

Nesse cenário, o estudo pretende responder ao seguinte questionamento: *até que ponto o Estado brasileiro tem sido capaz de oferecer respostas efetivas às transformações familiares contemporâneas, e como os limites estruturais, herdados de uma formação social dependente e racializada impede a consolidação de uma política pública de cuidado como eixo da proteção social?*

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratório-crítica, com o objetivo de compreender, em profundidade, as dinâmicas estruturais e subjetivas que atravessam os conflitos familiares no pós-divórcio, bem como os limites e potencialidades das estratégias educativas de resolução de conflitos. Conforme destaca Minayo (2010), o método qualitativo é particularmente apropriado para investigar fenômenos sociais complexos, pois permite apreender significados, relações simbólicas, práticas cotidianas e estruturas de dominação que operam na vida social. Essa perspectiva possibilitou analisar os conflitos pós-divórcio não apenas como eventos interpessoais, mas como expressões das contradições estruturais de gênero, classe, raça e da organização da política social no capitalismo dependente.

A construção do *corpus* teórico-metodológico fundamentou-se em revisão crítica de literatura, com articulação interdisciplinar entre os campos do serviço social, sociologia, direito, psicologia e estudos feministas. Foram consultadas as bases SciELO, Redalyc, Web of Science e Google Acadêmico, utilizando os descritores: “conflitos pós-divórcio”, “coordenação

parental", "política social e cuidado", "judicialização da família", "cuidado e gênero" e "capitalismo dependente". A seleção priorizou artigos publicados entre 2010 e 2025, com foco em produções que articulassem abordagens teóricas críticas e evidências empíricas sobre as práticas de mediação e suas relações com as estruturas da política social brasileira.

A análise dialogou com a Teoria Marxista da Dependência, a economia feminista do cuidado e a crítica à razão dualista de Francisco de Oliveira, integrando uma leitura das políticas sociais, como instrumentos de regulação da desigualdade e da sobrecarga familiar. Além disso, incorporou estudos recentes sobre a institucionalização das oficinas de parentalidade e da coordenação parental no Brasil e em experiências internacionais, à luz das desigualdades estruturais que afetam o acesso e os efeitos dessas intervenções.

Por fim, a metodologia permitiu examinar, em caráter longitudinal e analítico, o comportamento dos conflitos pós-divórcio com e sem a presença de estratégias educativas de resolução de conflitos, demonstrando como a ausência de uma política de cuidado estruturada contribui para a perpetuação da vulnerabilidade social e para o agravamento das desigualdades de gênero, especialmente em contextos marcados por negligência institucional e seletividade da proteção social.

Estado, família e política social no capitalismo dependente

A dinâmica dos conflitos familiares no pós-divórcio pode ser explorada a partir das interações interpessoais, de maneira a considerar os elementos estruturais que influenciam a conformação da política social brasileira. No contexto das formações sociais periféricas, como a do Brasil, o Estado opera sob uma lógica de dependência e subordinação ao capital internacional, o que determina o caráter contraditório e excludente de suas políticas públicas. A teoria marxista da dependência, desenvolvida por Marini (2005), contribui para a compreensão dos entraves à consolidação de um Estado de bem-estar na América Latina, ao destacar a superexploração da força de trabalho, como traço estrutural do capitalismo dependente.

Essa perspectiva é reforçada por Soares e Burginski (2021), que analisam como o Estado latino-americano, moldado por um padrão de reprodução dependente, mantém uma política social minimalista, voltada à gestão da pobreza e não à garantia de direitos sociais universais. A construção histórica da política social brasileira evidencia também sua relação estreita com a colonialidade do poder (Quijano, 2005), que articula raça, classe e gênero na distribuição desigual dos direitos e na estruturação dos serviços públicos.

Dessa forma, pode-se compreender que a família brasileira foi historicamente concebida sob uma perspectiva patriarcal, branca e nuclear, invisibilizando os arranjos familiares diversos,

sobretudo aqueles protagonizados por mulheres negras e periféricas. Esses arranjos, quando não atendem ao modelo hegemônico, são tratados como disfuncionais, culpabilizando os indivíduos, particularmente as mães, pelos conflitos e pela fragmentação dos vínculos familiares, sem que se reconheçam os determinantes estruturais da precariedade vivida por essas famílias.

Outro aspecto fundamental é o papel da racionalidade neoliberal na conformação atual das políticas sociais. Em outros termos, a insuficiência das intervenções estatais nas situações pós-divórcio não é fruto de omissões pontuais, mas expressão direta da forma como se organiza o Estado no capitalismo dependente. A política social brasileira, construída para gerenciar os efeitos da desigualdade sem enfrentá-la, tem se mostrado incapaz de oferecer respostas eficazes e universais às famílias em processo de dissolução. A família, por sua vez, é mantida como instituição privada e feminina de cuidado, sem suporte estatal, perpetuando um ciclo de sobrecarga, conflito e exclusão. A esse respeito, Mioto explica que:

> A crítica mais contundente à afirmação da família como referência das políticas públicas, na atualidade, está associada à regressão da participação do Estado Social na provisão de bem-estar. Ou seja, desvia da rota da garantia dos direitos sociais através de políticas públicas de caráter universal e entra na rota da focalização das políticas públicas nos seguimentos mais pauperizados da população, fortalece significativamente o mercado enquanto instância de provisão de bem-estar e aposta na organização sociedade civil como provedora. Nessa configuração a família é chamada a reincorporar os riscos sociais e com isso assiste-se um retrocesso em termos de cidadania social (Mioto, 2010, p. 170).

Nessa configuração, a família é acionada como principal instância de reprodução da vida, sem amparo institucional. O cuidado, historicamente feminilizado, é transferido às mulheres, sobretudo às negras e periféricas, perpetuando o que Saffioti (2015) define como um sistema de dominação-exploração estruturante[2], no qual gênero, raça e classe se entrelaçam para sustentar a lógica da acumulação capitalista. Tal dinâmica evidencia um processo de modernização conservadora, no qual a incorporação de elementos associados ao desenvolvimento econômico e institucional ocorre sem a ruptura efetiva com estruturas históricas de desigualdade. Conforme destaca Francisco de Oliveira (2003), a coexistência entre formas modernas de organização social e práticas arcaicas contribui para a reprodução das

[2] Conforme a sistematização de Heleieth Saffioti (2015), o patriarcado é caracterizado como um fenômeno de dominação-exploração fundado na lógica da divisão sexual do trabalho. Sua gênese remonta aos Estados arcaicos (século VI a.C.), tendo como primeira expressão o poder do pai. Todavia, a autora alerta que o patriarcado não se resume ao poder paterno; este é apenas sua manifestação inicial, viabilizada pelo poder exercido pelo homem sobre as mulheres. Longe de ser um sistema superado, o patriarcado possui uma plasticidade histórica que o permite imbricar-se a diferentes modos de produção, como o feudalismo e o capitalismo. Na modernidade industrial e urbana, embora assuma novas formas de expressão, seu conteúdo definidor permanece inalterado: a dominação masculina sobre as diversas dimensões da vida e do trabalho das mulheres, estruturando a hierarquia social.

assimetrias sociais, mantendo entraves históricos que limitam a consolidação de transformações estruturais na sociedade brasileira.

Desse modo, pode-se constatar que o Estado não se apresenta como um mediador neutro entre capital e trabalho, mas como um agente ativo na reprodução das desigualdades sociais, exercendo funções reguladoras que visam conter os efeitos da pobreza sem, contudo, enfrentá-la em sua origem. Como reforça Fernandes (2009), o desenvolvimento capitalista brasileiro nunca rompeu com suas raízes coloniais e escravistas, de modo que a política social permanece orientada por uma racionalidade compensatória, seletiva e excludente. A universalização dos direitos é, portanto, uma promessa frustrada, substituída por políticas focalizadas em grupos considerados vulneráveis, sem alterar a estrutura que gera vulnerabilidades.

Essa lógica torna-se evidente nas situações pós-divórcio. A dissolução conjugal expõe os limites da organização tradicional da família e revela a lacuna deixada pela ausência de políticas públicas que ofereçam suporte jurídico, psicossocial e material. A insuficiência de instrumentos públicos voltados ao apoio familiar e à resolução de conflitos familiares, como as oficinas de parentalidade e a coordenação parental, acaba por judicializar os conflitos, reforçando a responsabilização individual (quase sempre feminina), pelo bem-estar da prole e a manutenção dos laços familiares. Assim sendo, conforme argumenta Machado e Voos (2022), a omissão do Estado atua como fator agravante da desigualdade e da violência simbólica que recai sobre as mães solo, principalmente em contextos de vulnerabilidade social.

Analisando esses vieses a partir da teoria marxista da dependência, é possível compreender o motivo pelo qual essas políticas de cuidado não se institucionalizam de forma sólida no Brasil. Marini (2005) aponta que, no capitalismo periférico, a reprodução da força de trabalho ocorre em condições marcadas por restrições estruturais, o que se reflete em políticas sociais frágeis, focalizadas e desarticuladas. As estratégias educativas voltadas à resolução de conflitos familiares, nesse contexto, tendem a ser tratadas como serviços acessórios, frequentemente delegados ao terceiro setor ou a iniciativas pontuais do judiciário, sem integração a uma política de proteção social mais ampla.

A esse respeito, o referido autor argumenta que, para manter a reprodução da força de trabalho a baixo custo, o capitalismo periférico subinveste nas políticas sociais. Por isso, o cuidado, entendido como direito social, permanece fora do núcleo da seguridade social, sendo tratado como serviço complementar ou como intervenção pontual do Poder Público. Essa desarticulação institucional é resultado de uma política social regida por emergência, não pela prevenção, como observam Soares e Burginski (2021).

Segundo Ianni (1988; 2009), o Estado latino-americano consolidou-se como instrumento de um projeto de modernização conservadora, em que as elites políticas e econômicas alinham-se a interesses externos para estruturar o aparelho estatal em favor de grandes proprietários e segmentos urbanos privilegiados, ao passo que camponeses, trabalhadores informais e populações indígenas são mantidos à margem, com suas formas históricas de vida e organização negadas. Nessa lógica, as formas tradicionais de organização familiar, como as redes de reciprocidade comunitária e os modos coletivos de sustento, são negadas; enquanto as políticas públicas acabam reforçando desigualdades e cristalizando a dominação elitista sob o discurso de progresso.

Além disso, sob a hegemonia neoliberal, a política social adota uma racionalidade individualizante e assistencialista, que despolitiza os conflitos sociais e desloca os problemas estruturais para o âmbito da responsabilidade individual. Conforme argumenta Souza (2018), isso se expressa na ênfase em soluções técnicas que ocultam a reprodução da desigualdade no seio da família e reduzem o papel do Estado à gestão da precariedade. Assim, destaca-se:

> O desenho de políticas sociais brasileiras com centralidade na família tem demonstrado uma relação que, se por um lado afirma um Estado responsável por assegurar proteção social às famílias, por outro fortalece uma concepção de família que a coloca, prioritariamente, com a responsabilidade, e obrigação moral, de garantir o bem-estar dos indivíduos que a constitui. Nessa perspectiva, evidencia-se o sentido da "parceria" que vem sendo construída entre Estado e famílias, em que estas são convocadas para assumirem a proteção social e bem-estar de seus membros (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, enfermos) e, consequentemente, a garantia de projetos, programas, serviços e benefícios que satisfaçam necessidades básicas, ao mesmo tempo em que o Estado minimiza sua intervenção em políticas que se voltam para as necessidades da população (Souza, 2018, p. 2).

Dessa forma, a ausência de uma política pública de cuidado estruturada se revela especialmente crítica no contexto do pós-divórcio, visto que a ruptura dos vínculos conjugais desorganiza a dinâmica familiar e intensifica a demanda por apoio emocional, financeiro e institucional. Contudo, o Estado brasileiro, operando sob uma lógica neoliberal e focalizada, oferece respostas pontuais e fragmentadas, deixando às famílias – e principalmente às mulheres – o encargo quase exclusivo de reorganizar o cotidiano e garantir o bem-estar dos filhos. Esse modelo de gestão da vida privada, que prioriza soluções individuais para problemas coletivos, além de reforçar as desigualdades de gênero, perpetua ciclos de vulnerabilidade e judicialização dos conflitos (Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023; Ruscheinsky; Demari, 2016).

Essa dinâmica é particularmente visível nas situações pós-divórcio. A dissolução conjugal representa uma ruptura que desorganiza a rotina de cuidado e divisão de responsabilidades dentro da família, demandando reorganização afetiva, material e legal. No

entanto, a ausência de políticas públicas efetivas que garantam mediação, orientação parental e suporte psicossocial, resulta em um agravamento das tensões familiares (Nakayama; Melo; Martins, 2024). As mulheres, historicamente responsabilizadas pelo cuidado dos filhos e pela manutenção do lar, permanecem sobrecarregadas, enquanto os homens, em muitos casos, se afastam do exercício da parentalidade, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade infantil e da judicialização dos conflitos.

Assim, repensar a política social nesse contexto exige, como argumenta Vigoya (2021), uma ruptura epistemológica e política com os paradigmas coloniais que ainda regem a organização social e estatal nas periferias do capitalismo. Ou seja, torna-se urgente repensar a política social a partir de uma perspectiva crítica, que reconheça o cuidado como função pública e coletiva, e que incorpore estratégias de resolução de conflitos, como parte integrante de um sistema nacional de proteção à infância, à parentalidade e à vida familiar. Isso implica romper com o paradigma neoliberal da política social e avançar na construção de um modelo que tenha como horizonte a justiça social, a equidade de gênero e o enfrentamento das desigualdades estruturais herdadas do passado colonial e aprofundadas pelo capitalismo dependente.

Conflitos pós-divórcio: dinâmicas e persistência

Os conflitos, que emergem após a dissolução conjugal, constituem um fenômeno multifacetado, que não se esgota no rompimento formal do vínculo jurídico entre os cônjuges. Pelo contrário, marcam o início de um processo complexo de reorganização familiar, emocional, econômica e institucional, cuja evolução depende de múltiplas variáveis, entre elas o grau de desigualdade entre os ex-cônjuges, a presença (ou não) de filhos, as condições materiais de vida, o acesso à informação e, sobretudo, a existência ou não de políticas públicas de apoio à parentalidade (Madaleno, 2022).

Segundo Carvalho (2024), os conflitos pós-divórcio tendem, de maneira geral, a atravessar três fases principais: a inicial, marcada por rupturas emocionais intensas e disputas imediatas; a intermediária, em que as partes tentam reorganizar suas rotinas e funções; e a crônica, que ocorre quando os conflitos se estabilizam sem resolução, mantendo-se latentes ou reemergindo de forma recorrente. O principal fator de agravamento ao longo do tempo é a ausência de intervenções adequadas, que leva à intensificação de disputas sobre guarda dos filhos, convivência familiar, pensão alimentícia e decisões cotidianas da vida infantil. Como exposto pela referida autora:

> De acordo com Peck e Manocherian (1995, citados por Alarcão, 2007), as famílias que vivem o processo de divórcio passam pelas seguintes etapas: cognição individual (vivida pelo elemento que começa a desejar a separação),

> metacognição familiar (que corresponde à tomada de conhecimento da decisão de separação por parte do/a parceiro/a e por parte da família), separação do sistema (que corresponde geralmente à saída de um dos adultos de casa), reorganização do sistema (face à concretização da separação/divórcio) e redefinição do sistema (pós-divórcio) (...) (Carvalho, 2024, p. 4).

Em contextos desprovidos de intervenção formal, observa-se um padrão de cristalização dos conflitos, em que as disputas se tornam cada vez mais rígidas, personalizadas e impermeáveis à negociação. Isso ocorre, entre outros fatores, porque o sistema de justiça tradicional, ao operar com uma lógica adversarial, tende a produzir vencedores e perdedores, alimentando o ressentimento e a hostilidade entre as partes. Como consequência, o litígio familiar passa a ser visto como o único meio possível de resolução, reforçando a judicialização das relações familiares (Dias, 2025).

Essa judicialização mostra-se particularmente danosa quando incide sobre famílias das camadas populares, que, além de enfrentarem barreiras materiais para acessar o sistema de justiça, também são reiteradamente expostas a abordagens marcadas por vieses classistas, racializados e moralizantes. Souza (2023) observa que mães solo negras são, em tese, mais responsabilizadas pelo "fracasso familiar" e submetidas a intervenções coercitivas, ao invés de receberem apoio psicossocial e material. Essa atuação seletiva do Estado reflete as hierarquias estruturais da sociedade brasileira, onde o cuidado é desvalorizado e as mulheres são culpabilizadas por sua sobrecarga.

Nesse cenário, pode-se compreender que o trabalho de cuidado não remunerado permanece invisibilizado nas políticas sociais brasileiras, o que significa que, após o divórcio, a maioria das mulheres permanece sozinha no desempenho das funções parentais. Essa desigualdade se traduz em múltiplas tensões: sobrecarga emocional, exaustão física, dificuldade para conciliar trabalho e maternidade; além da dependência econômica dos ex-parceiros, que, por vezes, utilizam a pensão alimentícia ou a guarda dos filhos como instrumentos de dominação e punição.

Nessas condições, as estratégias educativas para resolução de conflitos, como a oficina de parentalidade e a coordenação parental, buscam oferecer a possibilidade de romper o ciclo de hostilidade, estabelecer comunicação entre os ex-cônjuges e construir acordos sustentáveis e centrados no bem-estar das crianças. Quando conduzidas por equipes interdisciplinares qualificadas, podem contribuir para a transformação das relações familiares, mesmo em cenários de alta conflitividade (CNJ, 2016; Alba, 2023).

Nos contextos em que as estratégias educativas não são aplicadas, os conflitos decorrentes do divórcio tendem a se intensificar e se transformar em formas crônicas de

alienação parental, recusa ao pagamento de pensão, exposição das crianças a embates constantes, rupturas abruptas no convívio familiar e insegurança emocional. De acordo com Nascimento *et al*. (2023), esses efeitos podem comprometer o desenvolvimento infantil e aprofundar o sofrimento silencioso das mulheres cuidadoras, que enfrentam sobrecarga emocional, perda de autonomia e deterioração de sua saúde mental.

A literatura aponta que crianças expostas a disputas parentais não resolvidas apresentam maiores índices de ansiedade, depressão, dificuldades escolares e insegurança afetiva. O prolongamento dessas tensões, sem intervenção adequada, compromete o presente das famílias, bem como sua capacidade de projetar futuros mais estáveis (Roseiro; Paula; Mancini, 2020). Além disso, a ausência de políticas públicas integradas de cuidado, orientação parental e apoio emocional pós-divórcio contribui para o encarceramento das famílias em ciclos de conflito e vulnerabilidade social.

Outro fator que sustenta a persistência dos conflitos é a falta de reconhecimento da pluralidade familiar por parte das instituições estatais. A política social brasileira, como revelam Soares e Burginski (2021), ainda opera com base no modelo tradicional de família nuclear, heterossexual e estável. Esse modelo ignora as transformações contemporâneas nas formas de conjugalidade e parentalidade, tratando famílias monoparentais, reconstituídas ou homoafetivas com desconfiança ou invisibilidade. No caso do pós-divórcio, essa normatividade institucional impede que os conflitos sejam compreendidos em sua complexidade real, o que compromete tanto o diagnóstico quanto a intervenção.

A persistência dos conflitos também se vincula à ausência de mecanismos continuados de acompanhamento das famílias, que possibilitem intervenções de médio e longo prazo. A maior parte dos serviços públicos disponíveis atua de forma pontual e reativa, sendo acionados apenas em momentos de crise, sem continuidade nem monitoramento. Isso se deve tanto à escassez de recursos quanto à falta de diretrizes nacionais que organizem uma política de cuidado familiar articulada.

Diante disso, é possível constatar que a forma como o Estado brasileiro estrutura sua política social e seu sistema de justiça contribui diretamente para a manutenção da conflitividade pós-divórcio. A ausência de uma abordagem sistêmica, que articule cuidado, acompanhamento psicossocial, políticas habitacionais, creches e segurança alimentar, impede que o divórcio seja tratado como uma transição que demanda suporte público. Isto significa que, ao relegar a resolução dos conflitos à esfera privada ou ao campo jurídico-punitivo, o Estado se omite de sua responsabilidade e contribui para o agravamento da desigualdade de gênero, classe e raça.

Assim sendo, os conflitos pós-divórcio podem ser compreendidos tanto como falhas de comunicação entre ex-cônjuges quanto como expressões das contradições estruturais de uma sociedade marcada pela desigualdade e por um Estado que historicamente privatiza o cuidado. Sua persistência ao longo do tempo, sobretudo na ausência de intervenções adequadas e políticas de apoio parental, é reveladora do fracasso da política social brasileira em reconhecer e sustentar as dinâmicas familiares contemporâneas.

Estratégias educativas de resolução de conflitos: impactos longitudinais

As transformações contemporâneas nas configurações familiares, impulsionadas pelo crescimento das dissoluções conjugais, têm gerado uma demanda crescente por políticas públicas capazes de lidar com os conflitos que emergem no pós-divórcio, especialmente quando envolvem crianças e adolescentes. A dissolução do vínculo conjugal, longe de ser um evento exclusivamente privado, desestabiliza arranjos de cuidado e revela a ausência de mecanismos institucionais contínuos para garantir o bem-estar de todos os envolvidos. Diante disso, as estratégias orientadas à prevenção, mediação e reorganização das responsabilidades parentais, ganharam relevância no judiciário. Duas delas se destacam: as oficinas de parentalidade e a coordenação parental.

No Brasil, as oficinas de parentalidade, também conhecidas como oficinas de pais e filhos ou oficinas de divórcio e parentalidade, foram instituídas por meio da Recomendação n. 50, de 08 de maio de 2014 (Brasil, 2014), do Conselho Nacional de Justiça, configurando-se como uma resposta educativa e preventiva às tensões que acompanham o processo de separação. Trata-se de uma intervenção educativa que busca sensibilizar os genitores sobre os efeitos dos conflitos no desenvolvimento dos filhos, promover a corresponsabilidade parental e fortalecer práticas de cuidado cooperativas. A proposta parte da premissa de que os pais e/ou responsáveis, mesmo separados, precisam manter uma relação funcional e comprometida com o bem-estar das crianças, que devem ser reconhecidas como sujeitos de direitos e não como instrumentos de disputa (CNJ, 2016).

Diferentemente das ações judiciais de caráter punitivo ou tecnocrático, as oficinas de parentalidade adotam dinâmicas pedagógicas e reflexivas, com atividades em grupo, escuta qualificada e conteúdos sobre comunicação não violenta, desenvolvimento infantil e parentalidade positiva. O acesso das famílias a esses dispositivos ocorre, em regra, por determinação judicial no âmbito de processos de divórcio, dissolução de união estável, guarda, convivência e pensão alimentícia, sobretudo aqueles decorrentes da ruptura conjugal e que envolvem filhos menores. Nesses casos, o magistrado ou o Ministério Público encaminha os

genitores e/ou responsáveis às oficinas como etapa preparatória ou complementar às audiências de conciliação e mediação, com o objetivo de favorecer a resolução consensual dos conflitos (CNJ, 2016).

No entanto, como alertam Weingärtner e Sousa (2023), apesar das boas intenções, essas práticas ainda são atravessadas por uma racionalidade jurídica essencialista e dicotômica, que tende a transformar conflitos relacionais em litígios. Com isso, pais e mães passam a ser enquadrados em categorias rígidas, como bons ou maus, culpados ou vítimas, o que simplifica a complexidade das relações familiares e reforça desigualdades de gênero. Assim sendo, como exposto pelos referidos autores:

> Em que pesem prováveis boas intenções por trás de tais objetivos, não se pode olvidar o fato de que, ainda hoje, perdura certa racionalidade jurídica marcadamente essencialista e dicotômica, a qual apreende como litígio os conflitos relacionais, as dificuldades e as questões emocionais de pais e mães separados que buscam as Varas de Família. Em outros termos, os genitores passam a ser percebidos como adequados/inadequados, bons/maus, culpado/vítima, ganhador/perdedor etc. (Weingärtner; Sousa, 2023, p. 8).

Nesse contexto, torna-se indispensável questionar até que ponto as oficinas cumprem seu propósito formativo e restaurativo ou se acabam por reiterar a lógica judicializante sob uma nova roupagem. Ao invés de promover a autonomia dos sujeitos e a corresponsabilidade no exercício da parentalidade, essas práticas podem operar como mecanismos sutis de regulação comportamental, pautados em modelos normativos e idealizados de família. Dessa forma, corre-se o risco de desconsiderar as assimetrias sociais e de gênero que estruturam as relações familiares, transferindo às mulheres, principalmente às mães em situação de vulnerabilidade[3], o ônus quase exclusivo pela reconstrução dos vínculos afetivos e pela garantia da convivência familiar, sem o devido amparo de políticas públicas integradas e eficazes.

Enquanto as oficinas se configuram como uma estratégia de caráter preventivo e educativo, a coordenação parental tem se desenvolvido como uma prática voltada a casos de alta conflituosidade entre ex-cônjuges, quando já há um histórico de judicialização intensa e o diálogo entre os genitores se encontra comprometido. Originada na América do Norte e

[3] O emprego dos termos "situação de vulnerabilidade", "vulnerabilidade social" e "ciclos de vulnerabilidade" neste estudo distancia-se de uma perspectiva meramente individualizante ou fatalista. Pelo contrário, adota-se a categoria analítica de vulnerabilidade como um fenômeno estrutural e multidimensional, resultante da fragilidade dos vínculos laborais e da insuficiência das redes de proteção social no contexto do capitalismo dependente brasileiro. Conforme a literatura crítica (Souza, 2016; Marini, 2005), a vulnerabilidade não é uma condição intrínseca aos sujeitos, mas o reflexo da "questão social" em uma formação socioeconômica marcada pela superexploração do trabalho e pela racialização das desigualdades. Assim, os "ciclos de vulnerabilidade" referem-se à reprodução intergeracional de desvantagens sociais que limitam a autonomia das famílias e demandam intervenções do Estado que transcendam o caráter residual das políticas públicas, buscando a efetivação de direitos e a mitigação dos riscos sociais inerentes à dinâmica da acumulação periférica.

expandida em países europeus, a coordenação parental é uma abordagem híbrida entre mediação e acompanhamento técnico. Conforme ensinamentos de Alba (2023), essa modalidade envolve a atuação de um profissional com formação interdisciplinar, geralmente das áreas do direito, da psicologia ou do serviço social, que acompanha de forma direta e contínua as famílias, auxiliando na tomada de decisões cotidianas e na implementação dos acordos judiciais.

Ao promover uma mediação estruturada das decisões cotidianas (como questões escolares, de saúde ou de convivência), o coordenador parental atua para conter os conflitos entre os genitores, reduzindo sua exposição aos filhos e mitigando seus impactos emocionais e comportamentais. Estudos de Sharvit, Sorek e Honigman (2023) e Demby (2016), apontam que esse modelo contribui significativamente para a diminuição da violência interparental e da violência direcionada às crianças, ao mesmo tempo em que fortalece a proteção ao bem-estar infantil durante a transição familiar. Ou seja, a criação de um canal de comunicação seguro e supervisionado entre os pais, possibilitada pela coordenação parental, tem sido um fator essencial para promover a cooperação parental e a garantia de um ambiente mais saudável e acolhedor para o desenvolvimento das crianças.

Em que pese os avanços na institucionalização da coordenação parental, como estratégia eficaz para lidar com conflitos familiares complexos, sua implementação enfrenta limitações, mesmo em países com sistemas de justiça mais estruturados. Conforme apontam Huerta *et al.* (2025), um dos principais entraves é a escassez de profissionais capacitados, visto que essa função exige formação específica, habilidades técnicas e conhecimento interdisciplinar sobre direito, psicologia e mediação. Além disso, há forte resistência por parte de genitores envolvidos em disputas judiciais acirradas, o que compromete a adesão voluntária e a efetividade do processo. Os autores também destacam a dificuldade de integração da coordenação parental com os sistemas de proteção social, que frequentemente operam de forma fragmentada e desarticulada, limitando a capacidade de resposta coordenada e contínua às famílias em situação de alta conflitividade.

No Brasil, a coordenação parental ainda se encontra em estágio incipiente e em processo de difusão institucional. Iniciativas recentes evidenciam esse movimento, como a apresentação de um projeto de coordenação de parentalidade pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) em encontro nacional de presidentes dos Tribunais de Justiça (IBDFAM, 2025), sinalizando esforços de articulação junto ao Poder Judiciário para sua implementação no país. Apesar desse avanço, a prática permanece restrita a experiências pontuais e a iniciativas de juristas como Maria Berenice Dias, Rodrigo da Cunha Pereira, Rolf Madaleno e Ana Gerbase,

bem como da psicóloga Elsa de Mattos, carecendo de um marco normativo nacional, financiamento público e políticas estruturadas que assegurem sua institucionalização e universalização como estratégia de enfrentamento aos conflitos familiares no pós-divórcio.

A ausência de políticas amplas e permanentes que integrem estratégias como as oficinas de parentalidade e a coordenação parental ao sistema de proteção social, reflete o lugar marginal que o cuidado ocupa na política pública brasileira. Conforme demonstram Soares e Burginski (2021), o cuidado ainda é tratado sob uma ótica assistencialista e focalizada, destinado a situações de emergência e desprovido de universalidade. Essa concepção, portanto, impede o acesso contínuo e qualificado de famílias em conflito a serviços de escuta, orientação e suporte, perpetuando a lógica da privatização do cuidado, que recai desproporcionalmente sobre as mulheres.

Políticas sociais e a contradição do cuidado

A análise longitudinal das situações conflitivas no pós-divórcio revela, de forma contundente, uma das maiores contradições da política social brasileira: a existência de uma proteção social que, na prática, desprotege. Essa contradição é expressão direta das condições de dependência estrutural em que se insere o Estado brasileiro, conforme a tradição da Teoria Marxista da Dependência. Trata-se de um Estado que atua para conter as expressões mais agudas da desigualdade, sem transformar as estruturas que as geram. No campo do cuidado e das relações familiares, essa lógica se manifesta por meio de políticas compensatórias, focalizadas e fragmentadas, que ignoram a centralidade da reprodução social como eixo da vida cotidiana (Boschetti, 2010).

Conforme destaca Souza (2016), a ausência de articulação entre os sistemas de assistência social, saúde, educação e justiça é uma característica estrutural do modelo de proteção social brasileiro, herdeiro de uma história marcada pela seletividade e pela lógica do "mínimo necessário". O cuidado, elemento essencial da reprodução da vida, continua sendo tratado como um problema individual ou familiar, e não como uma responsabilidade coletiva. Essa abordagem privatista e patriarcal transfere para a esfera doméstica tarefas essenciais à manutenção da vida, como a criação de filhos, o cuidado com idosos, pessoas com deficiência ou doentes, naturalizando que essas funções sejam realizadas, predominantemente, por mulheres, de forma não remunerada e invisibilizada.

É nesse ponto que se insere a crítica da economia do cuidado. Esse campo teórico, articulado principalmente por autoras feministas, denuncia que o trabalho de cuidado – embora indispensável à manutenção das economias capitalistas por meio da reprodução da força de

trabalho – permanece invisibilizado e excluído da categoria de "trabalho" nas métricas econômicas convencionais. Nessa direção, a crítica feminista contemporânea, especialmente no âmbito da Teoria da Reprodução Social (TRS), não se orienta pela reivindicação de enquadrar o cuidado doméstico como "trabalho produtivo" nos termos estritos da geração direta de mais-valia, mas sim por afirmar seu caráter de trabalho essencial à reprodução social, historicamente desvalorizado e não reconhecido[4].

Assim, o foco desloca-se para a compreensão do cuidado como uma atividade laboral vital na esfera da reprodução, responsável por sustentar a vida e viabilizar a própria acumulação capitalista, ao assegurar a reposição cotidiana da força de trabalho. No contexto brasileiro, essa responsabilidade recai majoritariamente sobre mulheres negras e pobres, o que intensifica a dimensão interseccional das opressões que estruturam a divisão social do trabalho. Nesse sentido, Biroli (2018, p. 35-36) destaca:

> Há, de fato, um tipo de exploração que se efetiva porque o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres ou por mulheres de diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, o acesso ao mercado de trabalho também se dá de forma distinta, segundo raça, posição de classe e nacionalidade, se levarmos em conta os fluxos migratórios. Na conexão entre divisão sexual do trabalho não remunerado e trabalho remunerado, a vida das mulheres se organiza de maneiras distintas, segundo a posição que elas ocupem em outros eixos nos quais se definem vantagens e desvantagens.

Essa infraestrutura invisível do cuidado é o alicerce de toda a ordem social. Ao manter esse trabalho fora das estatísticas econômicas e do escopo das políticas públicas, o Estado legitima uma desigualdade profundamente enraizada nas relações sociais de gênero, raça e classe. O divórcio, nesse sentido, funciona como um ponto de inflexão: quando a relação conjugal se rompe, todo o peso do cuidado recai sobre as mulheres, muitas vezes sem qualquer suporte institucional. A inexistência de creches, escolas em tempo integral, programas de orientação parental e mecanismos de proteção à renda e ao tempo das cuidadoras aprofunda a sobrecarga e a vulnerabilidade.

Essa lacuna institucional se torna ainda mais grave quando inserida nas interseções de gênero, raça e classe. Como evidenciam Moura (1988) e Ferreira (2020), a política social

[4] A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo foi objeto de intenso debate no feminismo marxista durante a década de 1970. Conforme argumenta Vogel (2022), a preocupação central da Teoria da Reprodução Social (TRS) não consiste em enquadrar o trabalho doméstico e de cuidado na lógica da produção de mais-valia (o que o definiria como "produtivo" no sentido marxiano clássico), mas em reconhecê-lo como um processo de trabalho essencial que ocorre fora do circuito imediato de valorização, sendo, contudo, condição de existência deste. Dessa forma, supera-se a dicotomia produtivo/improdutivo ao localizar o cuidado como o pilar da reprodução social da força de trabalho.

brasileira foi historicamente construída a partir da exclusão dos sujeitos racializados e da invisibilização do trabalho das mulheres negras. Essas mulheres, quando mães solo, são as principais responsáveis pelo cuidado, assim como as que menos recebem apoio público. Ou seja, vivenciam a responsabilização exclusiva pelo bem-estar dos filhos ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades de acesso a serviços públicos, emprego estável, moradia digna e tempo livre.

É nesse cenário que a Lei n. 15.069, de 23 de dezembro de 2024 (Brasil, 2024), ganha relevância como marco jurídico e político. Essa legislação institui a Política Nacional de Cuidados, com o objetivo de garantir o direito ao cuidado e promover a corresponsabilidade social entre Estado, famílias, comunidades e setor privado. Inspirada por experiências internacionais, como a do Uruguai e da Argentina, a Política Nacional de Cuidados propõe uma mudança de paradigma: reconhecer o cuidado como trabalho essencial à vida e estruturante das relações sociais, integrando-o à política social de maneira transversal e intersetorial.

Entre os princípios da lei, destacam-se: a) o reconhecimento do cuidado como direito universal; b) a valorização do trabalho de cuidado, incluindo o trabalho não remunerado realizado em âmbito doméstico; c) a promoção da igualdade de gênero por meio da redistribuição das responsabilidades de cuidado; e d) a universalização do acesso aos serviços públicos de cuidado. A proposta também prevê a criação de sistemas municipais e estaduais de cuidado, a formação de profissionais da área, a ampliação de equipamentos públicos (como creches, serviços de apoio à terceira idade e centros de convivência), e a integração com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Não obstante, apesar de seu potencial transformador, a efetividade da Política Nacional de Cuidados dependerá de sua implementação concreta. A lei estabelece diretrizes, mas não assegura, de imediato, orçamento, estrutura física ou recursos humanos. Sem financiamento adequado, a política corre o risco de se tornar mais uma carta de intenções no arcabouço jurídico brasileiro. Além disso, é necessário enfrentar resistências políticas, culturais e institucionais que ainda colocam o cuidado na esfera da "vocação feminina" e da "responsabilidade familiar".

Portanto, a contradição da política social brasileira, reside no fato de que ela se propõe a proteger sem oferecer suporte estrutural à reprodução da vida, especialmente nos momentos de crise familiar, como o divórcio. Ao delegar o cuidado à esfera privada, o Estado isenta-se da responsabilidade por uma das funções mais essenciais à sobrevivência humana. Ao não reconhecer o trabalho de cuidado como trabalho, ele perpetua a exploração silenciosa das mulheres, sobretudo das mulheres negras e periféricas. Ao oferecer políticas pontuais e focalizadas, tende a reforçar o ciclo da exclusão social.

Considerações finais

Os conflitos pós-divórcio, analisados sob a ótica do capitalismo dependente e da divisão social, sexual e racial do cuidado, expressam mais do que desajustes relacionais; eles desnudam as fissuras de uma formação social marcada pela privatização da reprodução da vida e pela responsabilização seletiva das mulheres – principalmente negras, periféricas e chefes de família – pela manutenção da coesão familiar após a ruptura conjugal. Como demonstrado ao longo deste estudo, o comportamento longitudinal dos conflitos familiares revela padrões distintos a depender da presença ou ausência de estratégias de resolução de conflitos e reorganização das responsabilidades parentais. Nos casos em que não há qualquer forma de intervenção qualificada, observa-se o agravamento das disputas em torno da guarda, convivência, pensão e autoridade parental, resultando em ciclos crônicos de judicialização, alienação parental e desgaste psicossocial dos envolvidos, sobretudo das cuidadoras.

Em contrapartida, nas situações em que são aplicadas estratégias, como as oficinas de parentalidade e a coordenação parental, é possível identificar uma tendência de contenção das hostilidades e reconfiguração dos vínculos parentais, ainda que de forma incipiente e desigual. Não obstante, o impacto dessas estratégias é diretamente condicionado à sua inserção em uma política pública abrangente e articulada. Sem estrutura normativa, financiamento contínuo e integração com o sistema de justiça, assistência social, saúde e educação, tais intervenções se limitam a ações paliativas, que não enfrentam os determinantes estruturais da desigualdade nem rompem com a lógica privatista do cuidado.

Nesse sentido, o presente artigo sustenta que os conflitos pós-divórcio são também produto de um Estado que, conforme as formulações da Teoria Marxista da Dependência, opera sob uma racionalidade seletiva, focalizada e subordinada ao capital, organizando sua política social não a partir da universalização de direitos, mas da administração da pobreza e da contenção dos efeitos da desigualdade. A ausência de um sistema nacional de cuidado, que reconheça e valorize o trabalho reprodutivo, como parte integrante da seguridade social, revela o papel ativo do Estado na perpetuação da sobrecarga feminina e na invisibilização do cuidado como trabalho.

A recente criação da Política Nacional de Cuidados (Lei n.º 15.069, de 23 de dezembro de 2024) representa um avanço normativo significativo ao reconhecer o cuidado como direito e corresponsabilidade coletiva. No entanto, sua concretização está ameaçada pela ausência de mecanismos de financiamento, articulação federativa e enfrentamento das resistências patriarcais e neoliberais ainda profundamente enraizadas nas estruturas do Estado e da sociedade brasileira. A transição de um modelo de políticas emergenciais para um sistema de

cuidado com base em direitos exige além da vontade política, rupturas epistemológicas e institucionais com o paradigma da família nuclear, branca e autossuficiente, historicamente hegemônico no desenho das políticas públicas.

Assim, a superação das contradições analisadas requer mais do que boas intenções legislativas. Exige a reconstrução de um pacto social centrado na valorização da vida cotidiana, no reconhecimento da pluralidade das famílias e na redistribuição do trabalho de cuidado entre Estado, sociedade e mercado. Enfrentar os conflitos pós-divórcio a partir de uma perspectiva pública, intersetorial e de justiça social significa romper com o ciclo de culpabilização feminina e assumir o cuidado como função essencial à reprodução social e à cidadania plena. Essa mudança de paradigma – do litígio para o cuidado, da moralização para o direito e da fragmentação para a proteção integral – é condição indispensável para que o Estado brasileiro avance na construção de um projeto civilizatório que não exclua, silencie ou sobrecarregue os sujeitos mais vulneráveis, mas que reconheça, proteja e valorize o cuidado como eixo estruturante da vida em sociedade.

Referências

ALBA, Isabel Espín. Interferencias Parentales Y Coordinación De Parentalidad. *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*, n. 1, p. 123-153, 2023. Disponível em: https://www.editorialreus.es/revistas/revista-general-de-legislacion-y-jurisprudencia/231/. Acesso em: 06 jun. 2025.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/wp-content/uploads/2022/08/divisaosexualtrabalho_biroli.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. Crise do capital e custos para a política social. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al*. *Capitalismo em crise*: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL, *Recomendação n. 50, de 08 de maio de 2014*, Conselho Nacional de Justiça, Brasília, 2014. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2011. Acesso em: 05 jun. 2025.

Brasil, *Lei n. 15.069, de 23 de dezembro de 2024*. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 09 jun. 2025.

CARVALHO, Júlia Bento de. *Conflito no divórcio:* validação da Divorce Conflict Scale. 2024. 73f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica Forense) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2024. Disponível em: https://baes.uc.pt/retrieve/272701/Disserta%C3%A7%C3%A3o___J%C3%BAlia%20Bento%20de%20Carvalho.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Oficina de Pais e Filhos. Cartilha do Instrutor*. 2016. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/OficinaPaisFilhos/CartilhaInstrutor-CNJ.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Recomendação nº 50, de 08 de maio de 2014.* Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-

content/uploads/2011/02/recomendacao_50_08052014_09052014145015.pdf. Acesso em: 09 abr. 2026.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010*. CNJ, 2010. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156. Acesso em: 09 abr. 2026.

DEMBY, Steven L. Parenting coordination: Applying clinical thinking to the management and resolution of post-divorce conflict. *Journal of Clinical Psychology*, v. 72, n. 5, p. 458–468, 2016. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26828998/. Acesso em: 06 jun. 2025.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 17ª ed., Salvador: Juspodivm, 2025.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Gracyelle Costa. *Raça e nação na origem da política social brasileira:* união e resistência dos trabalhadores negros. 2020, 293f. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, 2020. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16398. Acesso em: 05 jun. 2025.

HUERTA, Asunción Tejedor *et al*. Scoping Review of the Scientific Production on Parenting Coordination. *Anuario de Psicología Jurídica*, Madrid, v. 35, n. 1, p. 53–61, 2025. Disponível em: https://journals.copmadrid.org/apj/art/apj2025a4. Acesso em: 08 jun. 2025.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. *In*: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 2, n. 1, p. 5-40, 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/RCPQ59yCw3tPnpYZqHftw7t/?lang=pt. Acesso em: 05 jun. 2025.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IBGE. *Estatísticas do Registro Civil 2022*. Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/registro-civil/quadros/brasil/divorcios. Acesso em: 12 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM). IBDFAM apresenta projeto de Coordenação de Parentalidade em encontro nacional de presidentes dos Tribunais de Justiça, *IBDFAM*, 13 nov. 2025. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/13411/IBDFAM+apresenta+projeto+de+Coordena%C3%A7%C3%A3o+de+Parentalidade+em+encontro+nacional+de+presidentes+dos+Tribunais+de+Justi%C3%A7a. Acesso em: 09 abr. 2026.

MACHADO, Milena Furghestti; VOOS, Charles Henrique. A família monoparental feminina e a necessidade de políticas públicas específicas. *Monumenta - Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 3, n. 6, p. 126-151, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/ktia_/Downloads/charles,+5+a+familia%20(1).pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

MADALENO, Rolf. *Manual de Direito de família*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATTOS, Elsa de. Coordenação parental: uma intervenção inovadora para apoiar famílias em conflito pós-separação/divórcio. *In*: GONÇALVES, Ana Valéria (org.). *Coletânea da Comissão de Mediação do IBDFAM-DF*. Brasília: IBDFAM-DF, 2024. p. 98-121.

MENCHISE, Rose Mary; FERREIRA, Diogo Menchise; ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: uma análise principalmente do Brasil. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 16, n. 1, p. 1-21, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dilemas/a/XzRkRqdpMRpMJWqcQF3d8wK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 jun. 2025.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, v. 12, n. 2, p. 163–176, 2010. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835. Acesso em: 05 jun. 2025.

MOURA, Clóvis. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. *Revista Princípios*, n. 15, p. 5-10, 1988. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/moura/1988/05/escravismo.htm. Acesso em: 06 jun. 2025.

NAKAYAMA, Juliana Kiyosen; MELO, Heloisa Souza; MARTINS, Matheus Manfio Piva. Proteção de vulneráveis e negócio jurídico no divórcio: casos consensuais e litigiosos e a relevância dos núcleos de prática jurídica. *Revista CNJ*, v. 8, n. 2, p. 113-130, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/660. Acesso em: 07 jun. 2025.

NORONHA, João Luiz de Almeida Mendonça; ROMERO, Leonardo Dalto. *A lei da alienação parental:* da inconsequência dos pais para o bem-estar da criança e do adolescente. 2021. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1760/A+lei+da+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental%3A+da+inconsequ%C3%AAncia+dos+pais+para+o+bem-estar+da+crian%C3%A7a+e+do+adolescente#. Acesso em: 09 abr. 2026.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAPOSO, Kátia Roberta Portes Silva. *Dissolução das conjugalidades e seus desdobramentos*: uma análise a partir da oficina de parentalidade como instrumento de apoio à resolução dos conflitos familiares. 2024. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2024.

ROSEIRO, Claudia Paresqui; PAULA, Kely Maria Pereira de; MANCINI, Camila Nasser. Estresse e enfrentamento infantil no contexto do divórcio parental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 72, n. 1, p. 55–71, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000100005. Acesso em: 05 jun. 2025.

RUSCHEINSKY, Aloisio; DEMARI, Melissa. A judicialização das relações familiares: uma análise do fenômeno na perspectiva da sociedade de risco. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 1, p. 338–359, 2016. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/21205. Acesso em: 08 jun. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. Expressão Popular: São Paulo, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

SAINI, Michael; BELCHER-TIMME, Robin; NAU, Daniel. A Multidisciplinary Perspective On The Role, Functions, And Effectiveness Of Parenting Coordination. *Family Court Review*, v. 58, n. 3, p. 658–672, 2020. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/fcre.12506. Acesso em: 09 abr. 2026.

SANTOS, Marcone Mardoqueu Silva; SOUZA, Mary Anne Nascimento; CARVALHO, Angelita Alves de. Múltiplas parentalidades: um olhar para as famílias brasileiras em 2019. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 36, n. 1, p. 01-32, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/20144/11022. Acesso em: 05 jun. 2025.

SHARVIT, Zohar Or; SOREK, Yoa; HONIGMAN, Idit. Parenting coordination – outcome measurement and prediction: Implications for research and practice. *Family Court Review*, v. 61, n. 1, p. 135–156, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366187424_Parenting_coordination_-

_Outcome_measurement_and_prediction_Implications_for_research_and_practice. Acesso em: 06 jun. 2025.

SOARES, Raí Vieira; BURGINSKI, Vanda Micheli. Estado e política social no capitalismo dependente: diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 39, p. 8-21, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5730. Acesso em: 06 jun. 2025.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. *Argumentum*, v. 8, n. 1, p. 48-60, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11827/8785. Acesso em: 06 jun. 2025.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/. Acesso em: 06 jun. 2025.

SOUZA, Ilka de Lima. Centralidade da família nas políticas sociais e diversidade familiar. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22108 . Acesso em: 07 jun. 2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres*: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

VIGOYA, Mara Viveros; FACUNDO NAVIA, Angela Mercedes. Discurso sobre o colonialismo de Aimé Césaire: uma chave de leitura feminista latino-americana descolonial. *Equatorial - Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 8, n. 14, p. 1-16, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/23828. Acesso em: 06 jun. 2025.

WEINGÄRTNER, I.; SOUSA, A. M. Oficinas de Divórcio e Parentalidade: considerações sobre a nova política judiciária para famílias em litígio. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 16, n. 3, p. 01-24, 2023. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v16n3/1983-8220-gerais-16-3-e20374.pdf. Acesso em: 07 jun. 2025.

LIBERTAS ON LINE

Entre a fábrica e a cozinha: precarização do trabalho e a reprodução social das catadoras de caranguejo na Amazônia dos manguezais

Between the factory and the kitchen: labor precarization and the social reproduction of women crab gatherers in the mangrove Amazon

Clara Sousa Maria*
Adriana de Azevedo Mathis**

Resumo: O artigo apresenta dados da pesquisa sobre a precarização do trabalho das catadoras de caranguejo da vila do Treme, comunidade localizada no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (RESEX) em (Bragança/PA). Nesse contexto, ele analisa as relações e condições de trabalho, articulando o trabalho de produção com processos de reprodução social. Fundamentada na tradição marxista e feminista, evidencia que essas esferas são interdependentes. Com base em uma abordagem qualitativa, a pesquisa contou com a participação de 13 catadoras de caranguejo que realizam trabalhos nas suas próprias casas e fábricas da comunidade. Como principais resultados da pesquisa identificam-se: precarização, informalidade e ausência de direitos trabalhistas das mulheres catadoras; combinação de trabalho remunerado e trabalho doméstico e de cuidado; realização simultânea de atividades produtivas e reprodutivas, em locais de trabalho, como cozinhas, quintais residenciais e nas fábricas próximas às residências; e, desigualdades de gênero nas relações de trabalho.

Palavras-chave: Mulheres; Trabalho. Caranguejo; Reprodução social.

Abstract: The article presents data from research on the precarious working conditions of crab gatherers in the village of Treme, a community located near the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve (RESEX) in Bragança, Pará. It analyzes labor relations and conditions, linking production work with processes of social reproduction. Based on and feminist tradition, it shows that these spheres are interdependent. Using a qualitative approach, the research involved 13 crab gatherers who work in their own homes and in factories within the community. The main results of the study incude: precariousness, informality, and lack of labor rights for women collectors; a combination of paid work and domestic and care work; the simultaneous performance of productive and reproductive activities in workplaces such as kitchens and backyards, and in factories near their homes; and gender inequalities in labor relations.

Keywords: Women; Labor; Crab; Social reproduction.

* Universidade Federal do Pará. E-mail: sousaclara21@gmail.com
** Universidade Federal do Pará. E-mail: adriana.azevedo.mathis@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.50476
Recebido em: 07/10/2025
Aprovado em: 21/05/2026

Introdução

O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa sobre o trabalho das catadoras de caranguejo da Vila do Treme, comunidade localizada no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (RESEX), no município de Bragança[1], no estado do Pará. Nessa comunidade, a pesca e o extrativismo constituem importantes formas de subsistência das famílias. Entre as principais atividades extrativistas desenvolvidas no município, destaca-se a extração e a catação de caranguejos, atividade que compõe uma parte central da cadeia produtiva[2] local.

As mulheres, em especial, têm participação expressiva no processo de beneficiamento[3] do caranguejo, atividade realizada de maneira informal, precarizada e sob jornadas contínuas[4]. Além disso, muitas catadoras acumulam essa função com o trabalho doméstico e os cuidados familiares, o que acentua ainda mais a sobrecarga cotidiana vivida por elas.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar as condições de trabalho das catadoras de caranguejo da Vila do Treme, com ênfase na precarização das atividades produtivas[5] articuladas aos processos de reprodução social, esferas que se entrelaçam e se sustentam mutuamente. A análise está ancorada na teoria social de Marx e dialoga com distintas vertentes do feminismo marxista, desde a Teoria da Reprodução Social[6] (TRS) até a teoria da consubstancialidade. Essa abordagem evidencia como os trabalhos não remunerados, domésticos, de cuidado e familiares, majoritariamente realizados por mulheres, são essenciais

[1] Bragança abrange uma extensa área de manguezal, totalizando cerca de 120 km² segundo Ribeiro (2001), e de acordo com Krause *et al*. (2001), aproximadamente 90% da península bragantina são cobertos por áreas de manguezais.

[2] Por cadeia produtiva do caranguejo neste estudo, compreende-se o conjunto de etapas que o caranguejo percorre, desde a extração nos manguezais até a sua comercialização. Em Bragança (PA), a cadeia produtiva do caranguejo-uçá envolve captura, beneficiamento, atravessadores, comércios locais e regionais, sendo marcada por informalidade, múltiplas funções e dependência dos manguezais (Gomes, 2018).

[3] Beneficiamento do caranguejo refere-se ao conjunto de etapas realizadas após a captura, que incluem a limpeza, retirada de partes comestíveis, preparo, conservação e embalagem do caranguejo, para garantir sua qualidade e viabilizar a comercialização.

[4] Verônica Maria Ferreira (2020) emprega o termo “jornadas contínuas” para mostrar que as mulheres não se dividem apenas entre trabalho doméstico e emprego remunerado, mas vivenciam uma única rotina de tarefas que se sobrepõem entre produtivas e reprodutivas ao longo de todo o dia, sob diferentes condições sociais.

[5] A distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo nos termos que é empregada nesta análise está ancorada na tradição marxista e nas formulações do feminismo marxista. Nessa perspectiva, o trabalho produtivo está relacionado à produção de mais-valia, enquanto o trabalho reprodutivo, apesar de ser essencial à reprodução da força de trabalho é considerado improdutivo, levando em consideração que não gera mais valia diretamente para o capital.

[6] Importa considerara que para compreender a TRS, destacam-se como autoras elementares Lise Vogel, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. A gênese dessa perspectiva remonta a Vogel (1983), que sistematizou a reprodução da força de trabalho como um pilar social do capitalismo. Contemporaneamente, Bhattacharya (2017) contribui para a expansão da TRS como teoria no sentido “remapear a classe”, propondo uma abordagem unitária entre produção e opressões. No mesmo sentido, Nancy Fraser (2022, 2024) oferece uma crítica fundamental ao demonstrar como o capitalismo "canibaliza" as atividades de cuidado e os processos sociorreprodutivos para sustentar a acumulação, resultando em crises sistêmicas de reprodução.

para a reprodução e manutenção da força de trabalho e, consequentemente, para a reprodução do capital.[7]

Para a realização da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa desenvolvida em 2024. Inicialmente, foram realizadas quatro visitas voltadas ao mapeamento preliminar e ao estabelecimento de vínculos éticos com as participantes. Em seguida, ocorreu a inserção no campo[8] para a coleta de dados, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 13 catadoras de caranguejo que trabalham ou trabalharam em suas próprias casas e para uma fábrica específica da comunidade. A análise dos dados seguiu a técnica de Bardin, envolvendo transcrição integral, leituras repetidas e categorização temática. Esse procedimento possibilitou um olhar aprofundado sobre as condições de vida e trabalho das catadoras[9].

Assim, este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, são apresentados e discutidos os resultados, com ênfase na relação entre o trabalho produtivo precarizado e generificado das catadoras de caranguejo e os processos de reprodução social. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e sugerem caminhos para futuras investigações sobre o tema.

Condições e relações de trabalho das catadoras da Vila do Treme

O trabalho das mulheres catadoras de caranguejo na Vila do Treme desempenha um papel fundamental na cadeia produtiva do caranguejo-uçá na região bragantina. São elas as responsáveis pelas etapas mais demoradas e complexas do beneficiamento, conforme destaca Silva (2022), especialmente no momento em que a carne é retirada manualmente das patas e do corpo do animal. Trata-se de um trabalho minucioso, repetitivo e que exige habilidade, tempo, atenção e muita paciência, sendo tradicionalmente realizado pelas mulheres da vila em dois principais espaços: nas cozinhas de suas casas e nas chamadas fábricas de beneficiamento existentes na localidade.

[7] Diversas autoras feministas, especialmente a partir dos anos 1970, têm aprofundado esse debate, destacando a centralidade do trabalho reprodutivo no funcionamento do capitalismo. Entre elas, destacam-se: Maria Mies com *Patriarchy and Accumulation on a World Scale* (1986) – *Patriarcado e acumulação em escala mundial* (2022); Angela Davis com *Women, Race and Class* (1981) – *Mulheres, raça e classe* (2016); Heleieth Saffioti com *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1976).

[8] A entrada no campo foi precedida pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará (Parecer nº 7.161.961/2024), e a aproximação com as participantes ocorreu de forma ética e acolhedora, com a apresentação formal da pesquisa e o devido esclarecimento de seus objetivos. Todos os procedimentos respeitaram a Declaração de Helsinki (1975, revisada em 1983) e as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 196/96 e nº 251/97.

[9] Para preservar a identidade das entrevistadas, seus nomes reais não foram utilizados, sendo substituídos por nomes de pedras preciosas ao longo do artigo.

O cotidiano de trabalho das catadoras de caranguejo envolve uma rotina intensa que, para algumas mulheres, começa entre 2h e 5h da manhã. Segundo as entrevistadas, acordar nesse horário permite mais tempo para catar, em suas próprias casas, o que elas denominam de "redes de caranguejo". As redes às quais se referem são sacos plásticos geralmente utilizados para embalar cebolas em grande quantidade. Dentro desses sacos há, em média, 100 caranguejos. Diariamente, essas mulheres trabalham na catação de uma ou duas redes em suas residências, o que equivale, ao final, a aproximadamente dois a quatro quilos de massa. Trata-se de uma atividade que ocupa toda a manhã e, em alguns casos, estende-se ao longo do dia, ao mesmo tempo em que elas buscam conciliar os trabalhos domésticos, de cuidado e familiares.

É necessário enfatizar que as mulheres que trabalham na catação de caranguejo em casa recebem o crustáceo por diferentes vias. Caso o caranguejo seja fornecido por maridos, filhos ou parentes, elas assumem todo o processo, desde o esquartejamento e cozimento até a retirada da carne. Entretanto, a comercialização geralmente é realizada pelos homens. Quando recebem o crustáceo de marreteiros ou atravessadores[10], as mulheres atuam apenas na retirada da massa, no armazenamento em saquinhos plásticos de um ou dois quilos e na refrigeração. Nesse caso, o caranguejo pertence aos atravessadores, e elas normalmente já recebem os animais cozidos, prontos para a etapa de catação. Assim, vendem sua força de trabalho aos atravessadores, que pagam cerca de R$11 por quilo da carne extraída. Isso gera uma renda diária entre R$22 e R$44, a depender da quantidade processada.

Nesse cenário, quando não realizam a catação em suas próprias residências, cozinhas ou quintais, essas mulheres também atuam nas fábricas de beneficiamento de caranguejo existentes na Vila do Treme. Entre elas, destaca-se a fábrica selecionada para esta pesquisa, denominada tanto na internet quanto em suas instalações como "Cooperativa". Todas as 13 entrevistadas já trabalharam nesse local, e algumas ainda permanecem na atividade, porém sem qualquer forma de contrato legalmente estabelecido. Segundo as entrevistadas, trata-se de um trabalho sem carteira assinada, no qual elas próprias organizam os horários de entrada e saída e recebem por quilo de massa catada. Ou seja, quanto maior a produção, maior a possibilidade de aumento da renda.

Diante disso, apesar de aparentar certa autonomia, essa atividade exige longas horas de trabalho repetitivo, mal remunerado, sem regulamentação ou proteção social. Além disso, trata-

[10] Atravessadores, também conhecidos como marreteiros, são mencionados neste estudo como intermediários que adquirem os produtos diretamente dos pescadores/tiradores de caranguejo, repassando-os posteriormente às catadoras. Em seguida, esses produtos são comercializados para comerciantes ou outros empreendimentos que integram a cadeia produtiva do caranguejo.

se de uma ocupação invisibilizada na cadeia produtiva. Embora organizem seus próprios horários, essa autonomia é limitada pela constante pressão por produtividade, já que a remuneração é proporcional à quantidade produzida. Algumas trabalhadoras optam por levar suas próprias refeições para evitar pausas longas. O pagamento é realizado semanalmente, com base na quantidade de carne extraída, sendo o quilo pago a R$14. Produzindo entre dois e três quilos por dia, suas rendas diárias variam de R$28 a R$42, totalizando, ao final do mês, valores entre R$448 e R$672.

Dessa maneira, observa-se que a realidade de trabalho dessas mulheres pode ser interpretada a partir da análise de Ricardo Antunes (2008), ao demonstrar que o trabalho informal é caracterizado pela precarização, ausência de contratos, jornadas extensas e utilização das horas extras como estratégia para garantir renda. Entre as catadoras, isso se traduz na intensificação do ritmo de trabalho e na redução das pausas como forma de ampliar os ganhos. Graça Druck (2011) também contribui para a compreensão dessa realidade ao enfatizar que a precarização do trabalho se manifesta na intensificação da exploração, na instabilidade dos vínculos e na redução dos direitos trabalhistas.

Também é importante mencionar que, embora a fábrica escolhida para esta pesquisa se identifique como uma cooperativa, constatou-se que o modelo adotado na vila não corresponde à proposta de uma organização baseada em princípios de solidariedade e autogestão. Ao contrário, trata-se de um formato que reproduz condições de exploração e precarização do trabalho, conforme apontado por Antunes (2008), ao afirmar que o capital, em escala global, tem redesenhado formas de trabalho precário por meio de expressões como “empreendedorismo” e “cooperativismo”, utilizadas para mascarar a precarização. Segundo o autor, as cooperativas, originalmente concebidas como instrumentos de luta dos trabalhadores contra a exploração, passaram a ser apropriadas pelo capital como mecanismo de fragilização dos direitos trabalhistas.

Nesse sentido, ao analisar a realidade das catadoras que trabalham para as chamadas fábricas no Treme, Santos (2020) destaca que essas mulheres permanecem constantemente disponíveis para atender à demanda por catação. A autora conclui que as fábricas se beneficiam de uma mão de obra barata, frequentemente vista como complementar ao sustento familiar, sobretudo porque esse trabalho garante recursos tanto para a subsistência das próprias mulheres quanto de suas famílias. Assim, as catadoras são inseridas informalmente nesse trabalho, muitas vezes por meio de redes familiares ou comunitárias, sem qualquer tipo de contrato formal ou garantia trabalhista. Em grande parte, isso ocorre pela necessidade de complementar a renda familiar, sendo comum que mulheres de diferentes gerações compartilhem o mesmo ofício.

Além disso, é importante ressaltar que a catação de caranguejo é um trabalho atento, detalhista e repetitivo, que exige intenso uso das mãos, podendo levar ao desenvolvimento de Lesões por Esforço Repetitivo[11] (LER) e outros problemas de saúde. Três entrevistadas relataram problemas diretamente associados à atividade, como dores na coluna, possivelmente relacionadas à postura mantida por longas horas durante a catação, geralmente realizada na posição sentada. Também foram mencionados problemas de visão, decorrentes da necessidade de "recatar" a massa, isto é, verificar se o produto final não possui resíduos de ossos ou fiapos do crustáceo, sob luz intensa e próxima. Além disso, algumas mulheres relataram dores e dormências nas mãos causadas pelo manuseio repetitivo de caranguejos refrigerados.

Nesse mesmo contexto, uma das entrevistadas destacou o cansaço extremo nos pés e nas pernas ao final do dia, associado à presença visível de varizes[12]. Esse relato evidencia como as condições de trabalho prolongado em posição sentada podem impactar diretamente a saúde física dessas mulheres, sobretudo pela permanência durante longas horas sem movimentação adequada. Tal realidade revela não apenas o desgaste cotidiano, mas também o adoecimento silencioso ao qual essas trabalhadoras estão expostas. De maneira semelhante, Santos (2020) aponta que suas entrevistadas também relataram agravos físicos associados à catação, especialmente quando realizada nas próprias residências sem equipamentos de proteção, como luvas. Em alguns casos, as mãos chegavam a ficar "em carne viva", o que evidencia a precariedade das condições laborais enfrentadas por essas mulheres.

Diante dessa realidade, evidenciou-se que o trabalho das catadoras de caranguejo da Vila do Treme exemplifica os modos de ser da informalidade no Brasil analisados por Antunes (2013), ao revelar a existência de trabalhadoras submetidas a jornadas exaustivas sem qualquer tipo de proteção legal ou estabilidade. Trata-se de uma realidade que intensifica a exploração e demonstra como o trabalho informal atua como mecanismo do sistema capitalista para ampliar a extração de valor, reduzir custos e aprofundar a precarização. Embora a informalidade não seja sinônimo direto de precarização, Antunes (2013) destaca que ambas estão intimamente

[11] As Lesões por Esforços Repetitivos (LER), também conhecidas como Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), são condições que afetam músculos, nervos e tendões, geralmente causadas por movimentos repetitivos, posturas inadequadas ou esforço contínuo no ambiente laboral. Segundo o Ministério da Saúde, entre 2007 e 2016, foram registrados 67.599 casos de LER/DORT no Brasil, com um aumento de 184% no período, passando de 3.212 casos em 2007 para 9.122 em 2016.

[12] De acordo com a Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV, 2021), "as varizes são veias superficiais dilatadas, alongadas e tortuosas, causadas por uma falha no funcionamento das válvulas que regulam o fluxo sanguíneo, o que provoca o acúmulo de sangue e aumento da pressão dentro da veia". Essa condição está frequentemente associada à permanência prolongada em pé, e entre os sintomas mais comuns estão dor, sensação de peso, inchaço e cansaço nas pernas. Estudos como o de Berenguer *et al.* (2008), apontam que as mulheres estão mais propensas ao desenvolvimento de varizes, sobretudo quando submetidas a jornadas exaustivas que exigem a manutenção prolongada da postura em pé durante o trabalho.

relacionadas, uma vez que o trabalho informal submete os trabalhadores à instabilidade, à ausência de garantias e à falta de direitos vinculados aos contratos formais.

Também é importante enfatizar que a catação de caranguejo é marcada por diversas dificuldades. Trata-se de uma atividade instável, com baixa remuneração e pagamento variável, dependente da estação do ano e de fatores ambientais, conforme destaca Silva (2022). Além disso, as fábricas não operam continuamente, sendo fechadas em determinados períodos do ano, seja pela escassez do crustáceo, seja pelo período do defeso[13]. Dessa forma, o trabalho remunerado dessas mulheres encontra-se constantemente atravessado por dinâmicas de instabilidade e incerteza.

Diante desse contexto, torna-se fundamental reconhecer e problematizar as condições de trabalho das catadoras, especialmente diante da intensa rotina à qual estão submetidas, da irregularidade dos ganhos e da baixa remuneração frente ao esforço exigido. Trata-se de um cotidiano marcado pelas expressões da informalidade e da precarização. Assim, a informalização da força de trabalho, conforme discute Antunes (2013), manifesta-se de forma evidente nessa realidade, marcada pela exploração do trabalho feminino, por remunerações instáveis, jornadas extensas e ausência de garantias legais, elementos que expressam aquilo que o autor denomina como precarização estrutural do trabalho.

Casa e fábrica: espaços de produção e reprodução social

Para além das condições relacionadas ao trabalho remunerado, é necessário considerar que ele se insere em um conjunto mais amplo de atividades que atravessam o cotidiano dessas mulheres, tarefas essenciais à manutenção da vida, mas que permanecem, em grande parte, invisibilizadas e não remuneradas. Trata-se do que as feministas e os estudos da Teoria da Reprodução Social (TRS) denominam como trabalho de reprodução social: um conjunto de práticas responsáveis por garantir o sustento físico, emocional e relacional da vida, possibilitando a dedicação das mulheres e de suas famílias a jornadas produtivas tão intensas. Em outras palavras, para que possam sair para as fábricas ou mesmo realizar a catação de caranguejos em casa, é necessário manter uma rotina rigidamente organizada, marcada por jornadas contínuas entre a casa e o local de trabalho, em que a residência se torna, simultaneamente, espaço de produção e reprodução.

[13] O período de defeso do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) é estabelecido para proteger o ciclo reprodutivo da espécie, durante o qual é proibida a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização do caranguejo.

Tal realidade se manifesta no cotidiano das mulheres da Vila do Treme, que acordam ainda de madrugada, preparam o café para si e suas famílias e, muitas vezes, iniciam a catação em casa antes mesmo do nascer do sol. Ao longo do dia, dividem-se entre a catação e os afazeres domésticos, como lavar louça, preparar refeições, buscar água[14] e realizar trabalhos de cuidado, tudo em um ritmo contínuo e exaustivo. No contexto de trabalho nas fábricas, as tarefas domésticas precisavam ser realizadas antes da saída dessas mulheres para o trabalho e após o retorno para casa, como relatou Tanzanita: "É, cuidava da casa aqui, ia pra lá catava, tornava vim meio-dia fazer comida." Nessa mesma perspectiva, Rubi compartilha: "Me sinto cansada mesmo, que chega vai varrer a casa né? Lavar a roupa, chega meia cansada do trabalho."

Esses e outros relatos revelam que o cotidiano das catadoras de caranguejo entrevistadas para esta pesquisa é marcado pela necessidade de uma organização previamente estabelecida, exigindo que conciliem a catação de caranguejos com o trabalho de reprodução social. Assim, algumas delas destacaram que cuidam ou já cuidaram de filhos pequenos, pais idosos e familiares doentes, realidade que reflete exatamente o que a TRS propõe ao demonstrar que as mulheres contribuem para o funcionamento do capitalismo tanto de forma direta, em seus trabalhos considerados produtivos, quanto indiretamente, ao garantirem a sustentação cotidiana da vida.

Dessa maneira, embora possa parecer evidente, é fundamental destacar que as mulheres entrevistadas nesta pesquisa se reconheceram como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, pelas atividades de cuidado e pelas responsabilidades familiares em seus lares. Elas relataram, inclusive, não possuir o hábito de contabilizar as horas dedicadas às tarefas domésticas, mas afirmaram que provavelmente dedicam mais de sete horas diárias a essas atividades e que frequentemente se sentem cansadas. Ainda que não determinem exatamente o número de horas, expressões como "às vezes é o dia todo", "olha, para lavar roupa é a manhã todinha" e "não dá nem pra contar, são tantas horas" revelam como o tempo dessas mulheres é intensamente consumido pelas tarefas domésticas e pela organização cotidiana da vida.

Nesse sentido, a reflexão de Federici (2017) contribui para compreender como o trabalho doméstico e, consequentemente, o tempo das mulheres são apropriados e naturalizados como expressões de amor, cuidado e dedicação, o que torna esse trabalho socialmente invisibilizado, apesar de sua centralidade para a reprodução da vida e da força de trabalho. Esses aspectos podem ser visualizados no cotidiano das catadoras, haja vista que, em seus depoimentos, relataram ser mães e desempenhar atividades familiares, como levar os filhos à

[14] O termo buscar água refere-se ao esforço realizado por algumas mulheres da comunidade que, por não possuírem poço artesiano em casa, precisam coletar água em suas casas através das caixas d'água comunitárias.

escola e aos postos de saúde. Além disso, são esposas que cozinham, lavam roupas, trabalham na roça e filhas que, desde crianças, auxiliam na catação e nas responsabilidades domésticas. Na vida adulta, algumas também assumem o cuidado com os pais idosos, acompanhando-os em consultas médicas e, em determinados casos, afastando-se do próprio trabalho de catação para dedicar-se integralmente a esses cuidados.

Dessa maneira, a realidade vivida por essas mulheres concretiza debates centrais das teóricas[15] feministas, que apontam como, historicamente, as tarefas domésticas e de cuidado foram atribuídas às mulheres. Segundo Arruzza e Bhattacharya (2023), essas atividades constituem partes essenciais da reprodução social, isto é, de todo o conjunto de práticas responsáveis por sustentar e renovar diariamente a vida e, consequentemente, a força de trabalho. Tais tarefas não são meramente naturais ou espontâneas, mas indispensáveis ao funcionamento do capitalismo, pois garantem que os trabalhadores e trabalhadoras permaneçam ativos no sistema, alimentados, cuidados e emocionalmente sustentados. Além disso, são fundamentais para a formação das futuras gerações de trabalhadores e para a manutenção daqueles que já não podem mais trabalhar.

Somado a isso, a interpretação das falas das catadoras indica que, no cotidiano dessas mulheres, a articulação entre as demandas do trabalho de catação e as responsabilidades de cuidado gera sobrecargas que se manifestam diretamente no corpo. Essa dimensão corporal ficou evidente no relato de uma das entrevistadas, que compartilhou que sua vida entre a maternidade e a catação era corrida e que, quando parava, o corpo queria até ficar “doente”. Em outras palavras, ela demonstrava estar acostumada a uma rotina incessante, na qual o descanso parecia provocar estranhamento físico. Essa expressão evidencia a experiência de um corpo submetido continuamente ao desgaste, em que a exaustão deixa de ser percebida como problema e passa a ser naturalizada, incorporando-se às rotinas cotidianas e revelando a complexa relação entre sobrevivência, trabalho e cuidado.

Essa realidade pode ser compreendida como resultado de um processo educativo construído sob ideologias[16] de gênero que naturalizam a sobrecarga feminina e a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelas tarefas domésticas e de cuidado. Mies

[15] Importa destacar que autoras como Silvia Federici e Helena Hirata, mobilizadas ao longo deste artigo, embora contribuam significativamente para os debates acerca da reprodução social, não se inserem diretamente na Teoria da Reprodução Social (TRS) em seu sentido estrito, havendo diferenças analíticas relevantes entre essas perspectivas teóricas.

[16] As ideologias de gênero que naturalizam o papel da mulher como cuidadora, submissa e responsável pela vida doméstica são problematizadas por autoras como Federici (2017) e Dalla Costa e James (2022), sustentadas historicamente tanto pelo sistema capitalista que se beneficia do trabalho reprodutivo não remunerado quanto por instituições como a igreja, que, ao longo do tempo, legitimaram e moralizaram a divisão sexual do trabalho.

(2022) denomina esse processo como ideologia do autossacrifício, lógica que naturaliza a sujeição feminina ao associar amor, cuidado e dedicação ao lar a deveres morais. Tal perspectiva reforça a imagem da mulher como naturalmente "multitarefa" ou "guerreira", apagando a sobrecarga que recai sobre ela. Sob esse mesmo enfoque, Davis (2016) evidencia que essa suposta força feminina, especialmente no caso das mulheres negras, foi historicamente utilizada para justificar processos de exploração. Assim, a ideia da mulher que tudo suporta transforma a exaustão em virtude e mascara estruturas de opressão.

Por conseguinte, torna-se fundamental enfatizar que diversas autoras[17] vêm destacando que o cuidado não se restringe a um gesto amoroso e privado, mas constitui um trabalho essencial à vida em sociedade, ainda que frequentemente invisibilizado, desvalorizado e marcado pela divisão sexual do trabalho. Para Hirata (2022), o cuidado envolve dimensões técnicas, emocionais e materiais, sendo atravessado por relações de gênero, classe e raça, além de ocorrer tanto em contextos remunerados quanto não remunerados. Federici (2019) e Fraser (2023) reforçam essa perspectiva ao situarem o cuidado como parte central da reprodução social, isto é, como um trabalho indispensável à manutenção da vida e ao funcionamento do próprio sistema capitalista. Sem ele, não apenas os laços sociais e as relações cotidianas se fragilizariam, mas também a própria existência dos sujeitos, da economia e de qualquer forma de organização coletiva.

Sob essa perspectiva, evidencia-se que a Teoria da Reprodução Social (TRS) contribui significativamente para compreender como as múltiplas responsabilidades das mulheres da Vila do Treme estão diretamente vinculadas à continuidade do sistema econômico vigente. A reprodução cotidiana envolve não apenas o cuidado imediato, mas também a formação de novos sujeitos para o mundo do trabalho, incluindo parto, amamentação, criação dos filhos e cuidados diários. Essa dinâmica foi identificada no cotidiano das mulheres da Vila do Treme, cujos relatos demonstram que essas tarefas coexistem frequentemente com o trabalho produtivo, já que continuam catando enquanto cuidam de crianças pequenas, preparam refeições e organizam o lar.

Também é importante mencionar que a reprodução geracional na comunidade do Treme ultrapassa a maternidade biológica e assume a forma de um processo social contínuo de inserção e preparação para o trabalho. Além de exercerem funções relacionadas ao cuidado e à

[17] Diversas autoras feministas, como Helena Hirata, Silvia Federici e Nancy Fraser, mostram que o cuidado não é apenas um gesto amoroso e privado, mas um trabalho essencial à reprodução da vida. Hirata analisa o cuidado como um trabalho marcado por desigualdades de gênero e raça; Federici evidencia como o trabalho reprodutivo foi apropriado de forma invisível e não remunerada pelo capitalismo; e Fraser discute as crises contemporâneas do cuidado como expressão de contradições estruturais entre produção econômica e reprodução social.

manutenção da vida, muitas mulheres também transmitem às novas gerações os saberes associados à catação de caranguejo, inserindo filhos e filhas, desde cedo, na lógica produtiva local. Do ponto de vista da TRS, essa articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo não se resume à preservação de práticas culturais, mas atua como engrenagem do sistema capitalista ao garantir a permanência e a renovação da força de trabalho.

Nesse cenário, constata-se que a realidade vivenciada cotidianamente por essas trabalhadoras expressa, de forma concreta, jornadas contínuas, precarizadas e sobrecarregadas. Essas mulheres atuam exaustivamente em atividades informalizadas, marcadas por baixos rendimentos e pouca proteção social, ao mesmo tempo em que assumem integralmente as responsabilidades relacionadas à reprodução social, como os cuidados com a casa, os filhos e outros membros da família. Assim, a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo concretiza aquilo que Mies (2022) define como dupla exploração direcionada às mulheres dos países em desenvolvimento, tanto como produtoras informais quanto como cuidadoras não remuneradas.

Marcas de gênero na catação de caranguejos

Na comunidade da Vila do Treme, como já mencionado, a catação de caranguejos constitui uma prática central para a sobrevivência das famílias locais, sendo ensinada desde cedo a meninas e meninos. No entanto, essa aparente igualdade inicial oculta um processo de socialização marcado por relações de gênero. Desde a infância, é possível perceber que as meninas, além de aprenderem a catar caranguejos, tendem a assumir também responsabilidades relacionadas ao cuidado do lar e ao trabalho doméstico, enquanto os meninos, muitas vezes, não são inseridos da mesma forma nessas tarefas.

Essa diferenciação nas atribuições cotidianas reflete o que Helena Hirata (2002) define como divisão sexual do trabalho. Trata-se de uma construção social e histórica que estabelece e hierarquiza funções destinadas a homens e mulheres, atribuindo às mulheres as responsabilidades ligadas ao cuidado e à reprodução social. Em diálogo com Danièle Kergoat, essa perspectiva insere-se na tradição francesa do feminismo materialista e das relações sociais de sexo, conforme apontado em Hirata e Kergoat (2011) e Briguglio *et al*. (2020). Tal abordagem possibilita a compreensão dessas desigualdades por meio dos princípios de separação e hierarquização entre os trabalhos.

Sob essa perspectiva, evidenciou-se que a lógica da divisão sexual do trabalho se reproduz na cadeia produtiva do caranguejo na Vila do Treme. Os homens costumam ser responsáveis pela extração do crustáceo no mangue e pela comercialização, enquanto as

mulheres concentram-se na etapa da catação, realizada predominantemente no espaço doméstico e marcada pela exigência de habilidades manuais específicas, como dedos ágeis e cuidadosos, características culturalmente associadas ao "jeito feminino". Embora essa divisão pareça naturalizada no cotidiano da comunidade, ela revela uma dinâmica mais profunda de desvalorização do trabalho feminino, articulada a estruturas patriarcais e capitalistas.

Ademais, identificou-se, na realidade local, que os homens, mesmo participando de etapas fundamentais da cadeia produtiva, não costumam dividir de forma equivalente as responsabilidades dentro do lar. Ainda que participem do trabalho de reprodução social em algumas famílias, essa atuação é frequentemente percebida como ajuda, isto é, uma contribuição secundária que não altera a divisão desigual das tarefas, as quais permanecem sob responsabilidade principal das mulheres. Isso se torna ainda mais evidente ao considerar que a maioria das entrevistadas sequer menciona a participação dos companheiros nas tarefas domésticas, justificando que os homens "trabalham fora", enquanto elas, mesmo envolvidas na catação, continuam assumindo tais funções.

Ao destacar as marcas de gênero presentes no trabalho de catação de caranguejos, observa-se que as mulheres, enquanto principais responsáveis pela reprodução social, são diretamente impactadas mesmo quando inseridas na esfera da produção. Ainda que os maridos eventualmente colaborem, a responsabilidade continua recaindo majoritariamente sobre elas, especialmente enquanto mães e cuidadoras. Uma das entrevistadas, por exemplo, relatou que seu trabalho na fábrica era constantemente intercalado com a amamentação do filho pequeno. Disse ela: "Meu filho tava pequeno ainda, aí ele ficava com a mamãe, só que eu tinha que sair de hora em hora pra dar mama pra ele". Nessa mesma perspectiva, outra entrevistada enfatizou: "Ficava com o pai e a mamãe que morava aqui perto". Assim, percebe-se que a responsabilização do trabalho de cuidado sobre as mulheres interfere diretamente em sua disponibilidade para o trabalho produtivo.

Diante disso, evidenciou-se que a forma de organização do cuidado baseia-se em redes familiares de ajuda. Em outras palavras, uma mulher só consegue sair para trabalhar porque outra permanece em casa cuidando dos filhos, configurando aquilo que Hirata (2016) denominou como "modelo de delegação", um dos aspectos da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero. No entanto, é importante destacar que, no contexto das catadoras entrevistadas, essa delegação não ocorre nos moldes clássicos descritos por Hirata, nos quais mulheres com maior poder aquisitivo contratam outras mulheres para assumir o trabalho doméstico e de cuidado. Nesse caso, trata-se de uma delegação adaptada às limitações

econômicas locais: não há contratação formal, mas uma redistribuição necessária do cuidado entre mulheres da mesma família, geralmente sem remuneração.

Em muitos casos, é a avó que interrompe ou reduz suas próprias atividades para cuidar dos netos, como contou Turmalina: "Ela fica (a neta), porque a mãe dela estuda à tarde... aí eu fico com ela". Em outras situações, são as próprias mulheres que deixam o trabalho para cuidar de parentes doentes, como fez Topásio ao acompanhar o pai durante oito meses, ou Tanzanita, que pausou a catação para cuidar dos netos recém-nascidos. Assim, mesmo entre mulheres sem poder aquisitivo, o cuidado continua sendo um trabalho delegado quase exclusivamente às mulheres, perpetuando a lógica da divisão sexual do trabalho dentro das redes familiares e informais.

Em todos esses exemplos, o cuidado aparece como uma tarefa realizada quase sempre por mulheres, sem remuneração e sem apoio institucional, mas que permite que o restante da vida, inclusive o trabalho produtivo, continue acontecendo. O que se observa é uma responsabilização privada ancorada na disponibilidade de outras mulheres da família, especialmente avós. Essa dinâmica reforça a lógica historicamente construída de que o cuidado constitui uma atribuição natural e feminina. Ainda que esses arranjos revelem formas de solidariedade familiar, eles também expõem os limites de uma estrutura social que delega às famílias e, sobretudo, às mulheres a sustentação do cuidado.

Além disso, esse cotidiano evidencia a tensão constante em tentar conciliar trabalho e família, algo que evidentemente não ocorre de forma equilibrada, sobretudo para as mulheres. No caso das catadoras, suas rotinas produtivas precisam ser organizadas em função das demandas familiares, especialmente do cuidado com filhos pequenos. Trata-se de uma realidade que, embora muitas vezes invisibilizada, impacta diretamente suas trajetórias de trabalho, resultando em pausas, jornadas parciais e até abandono de atividades produtivas. Assim, o acesso ao trabalho não depende apenas da vontade ou da capacidade individual, mas também das condições concretas que possibilitam a conciliação entre as diferentes dimensões da vida.

Considerações finais

Diante desse cenário, à luz das discussões apresentadas, compreende-se que as experiências de vida e trabalho das catadoras de caranguejo da Vila do Treme evidenciam dimensões centrais da Teoria da Reprodução Social (TRS), conforme discutida por Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya (2023), uma vez que suas trajetórias são atravessadas pelas relações entre produção e reprodução, pelo papel das famílias, pelas dinâmicas de sexualidade e pelos efeitos da precarização intensificada pelo neoliberalismo. Ao destacar a interligação

entre o trabalho produtivo e as atividades domésticas e reprodutivas, a TRS permite compreender que a rotina das catadoras, marcada pela sobrecarga de trabalho e pela transmissão intergeracional de saberes, é essencial para a renovação da força de trabalho e, consequentemente, para a continuidade da lógica exploratória do capitalismo.

Além disso, identificou-se que o trabalho remunerado das catadoras é atravessado por profundas marcas de informalidade e precarização, refletindo desigualdades sociais e de gênero que estruturam o mercado de trabalho no Brasil. Essas mulheres enfrentam jornadas extensas, trabalho intenso e repetitivo, baixa remuneração, ausência de proteção social e invisibilidade na cadeia produtiva. Embora suas atividades sejam fundamentais para a cadeia produtiva do caranguejo, elas permanecem ausentes das estatísticas oficiais[18] e carecem de reconhecimento institucional. Ao ocuparem os elos iniciais dessa cadeia, possibilitam que o produto seja exportado, garantindo matéria-prima barata e abundante, elemento que sustenta o lucro de atravessadores e dos setores mais valorizados da comercialização.

Ademais, com base na TRS, evidenciou-se que, no cotidiano das catadoras, a produção da carne de caranguejo, realizada por elas e destinada aos mercados consumidores, é indissociável da reprodução da força de trabalho, sustentada pelo trabalho doméstico, de cuidado e familiar, também desempenhado por essas mulheres. São essas atividades que mantêm a si mesmas e suas famílias em condições de continuar produzindo e consumindo. Isso demonstra que a produção da vida e a produção de mercadorias não constituem esferas separadas, mas partes conectadas de um mesmo sistema. Tal realidade evidencia que a reprodução social é indispensável para o funcionamento contínuo do capital, sobretudo por garantir a manutenção da principal mercadoria do capitalismo: a força de trabalho humana.

Assim, diante do que foi exposto, destaca-se que o trabalho de cuidado, enquanto componente fundamental da reprodução social, assume papel central na organização da vida cotidiana das catadoras de caranguejo da Vila do Treme. Nesse território, o cuidado encontra-se diretamente entrelaçado à sobrevivência das famílias e à sustentação das práticas produtivas, ainda que continue sendo naturalizado como atribuição feminina. Aspectos relacionados ao cuidado, como a atenção aos filhos, a relação entre trabalho e família e o tempo destinado a essas atividades, permanecem, em grande medida, ausentes de políticas públicas efetivas voltadas para essa realidade.

[18] Durante a pesquisa de campo, evidenciou-se a inexistência de documentos que contabilizem a produção realizada pelas catadoras de caranguejo em qualquer esfera, também não foram encontrados detalhes oficiais sobre a destinação do caranguejo que é historicamente beneficiado em larga escala por elas.

Por fim, a pesquisa evidenciou como produção e reprodução social se articulam nas experiências das catadoras de caranguejo da Vila do Treme, localizada no entorno da RESEX de Bragança. Apesar do reconhecimento desse território como espaço tradicional e protegido, ainda são limitadas as ações públicas voltadas à redução da exploração do trabalho feminino na comunidade. As trajetórias dessas mulheres revelam uma realidade marcada pela invisibilidade e pela sobrecarga de responsabilidades, exigindo um olhar feminista, territorializado e antirracista para compreender as múltiplas dimensões de suas experiências. O estudo reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam e valorizem o trabalho das mulheres em contextos rurais e extrativistas, além da necessidade de pesquisas que deem visibilidade às mulheres da Amazônia e promovam uma crítica às estruturas sociais e econômicas vigentes.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da reprodução social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. *Contemporânea*, v. 13, n. 2, p. 619-651, maio/ago. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.14244/contemp.v13i2.1258.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da reprodução social: remapeando a classe, recentralizando a opressão*. São Paulo: Elefante, 2022. Título original: *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *LER e DORT são as doenças que mais acometem os trabalhadores, aponta estudo*. Saúde Brasil 2018. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/abril/ler-e-dort-sao-as-doencas-que-mais-acometem-os-trabalhadores-aponta-estudo. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRIGUGLIO, Bianca; GRECCO, Fabiana Sanches; LINDÔSO, Raquel Oliveira; LAPA, Thaís de Souza. As proposições teórico-metodológicas de Danièle Kergoat e Helena Hirata. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 53, p. 12-21, jul./dez. 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIES, Maria. *Women, race and class*. New York: Random House, 1981.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. esp. 1, p. 37-57, 2011.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Verônica Maria. *Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências*. Recife: Editora UFPE, 2020.

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal*. Tradução de Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2023. Título original: *Cannibal capitalism: how our system is devouring*

democracy, care, and the planet — and what we can do about it. London: Verso Books, 2022.

GOMES, John Lennon Silva. *Cadeia produtiva do caranguejo-uçá (Ucides cordatus Linnaeus, 1763) no município de Bragança, Nordeste Paraense, Costa Amazônica Brasileira*. 2018. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) – Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2018.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 43-64, nov. 2002.

HIRATA, Helena. *O cuidado: teorias e práticas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 53-64, dez. 2016. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=html&lang=pt. Acesso em: 8 out. 2025.

KRAUSE, G.; SCHORIES, D.; GLASER, M.; DIELE, K. Spatial patterns of mangrove ecosystems: the Bragantinian mangroves of northern Brazil (Bragança, Pará). *Ecotropica*, v. 7, p. 93-107, 2001.

MIES, Maria. *Patriarcado e acumulação em escala mundial:* mulheres na divisão internacional do trabalho. São Paulo: Timo, 2022.

MIES, Maria. *Patriarchy and accumulation on a world scale:* women in the international division of labour. London: Zed Books, 1986.

RIBEIRO, João Batista Miranda. *Micrometeorologia do manguezal e o impacto do desmatamento em Bragança-PA*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Andreza Lúcia Santiago Sombra. *Beneficiamento artesanal do caranguejo-uçá na costa amazônica brasileira: aspectos socioeconômicos, ambientais e tecnológicos na utilização de resíduos*. 2020. Tese (Doutorado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2020.

SILVA, Ana Patrícia Reis da. *Trabalho e organização coletiva: catadoras de caranguejos em uma reserva extrativista marinha no litoral do Pará*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022. Título original: *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1983. Reedição: Brill/Haymarket, 2013.

LIBERTAS ON LINE

Educação e gênero: abordando a Lei Maria da Penha em escolas de Nova Friburgo

Education and gender: addressing violence against women in schools in Nova Friburgo

Larissa Dahmer Pereira[*]
Tatiana Dahmer Pereira[**]
Marianna Madeira Mendes[***]
Sophia Isabelle de Mello Bini Oliveira Santos[****]

Resumo: O artigo apresenta achados parciais de um projeto de pesquisa-extensão desenvolvido em Nova Friburgo/RJ, cujo objetivo é apreender a concepção que adolescentes têm acerca das diferentes formas de violência contra as mulheres. Inicialmente, apresentamos elementos conceituais para pensarmos sobre as relações sociais de gênero e de raça, problematizando as diferentes formas de violência contra as mulheres e dados relativos às particularidades do município. Em seguida, discorremos sobre as Oficinas, direcionadas a discentes do Ensino Médio de escolas públicas estaduais à luz dos referenciais teóricos. Os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisas bibliográfica e documental, além da realização de Oficinas, tendo como base a pesquisa-participante. Como achados parciais, foi possível constatar que os discentes identificam de forma mais corriqueira as violências física, sexual e psicológica, mas ainda não o fazem em relação a outras formas mais sutis de violência, tais como as violências patrimonial e moral.

Palavras-chave: Violência doméstica contra a mulher; Relações de gênero e raça; Lei Maria da Penha; Educação pública.

Abstract: This article presents partial findings from a research-extension project developed in Nova Friburgo/RJ, whose objective is to understand the conception that adolescents have about the different forms of violence against women. Initially, we present analytical instruments on the social relations of gender and race, problematizing the different forms of violence against women and data related to the particularity of the municipality. Next, we discuss the workshops, aimed at high school students from state public schools. The methodological procedures adopted were bibliographic and documentary research, in addition to the holding of workshops, based on participatory research. As partial findings, it was possible to verify that students identify physical, sexual and psychological violence more frequently, but still do not do so in relation to other more subtle forms of violence, such as patrimonial and moral violence.

Keywords: Domestic violence against women; Gender and race relations; Maria da Penha law; Public education.

[*] Universidade Federal Fluminense. E-mail: larissadahmer@id.uff.br
[**] Universidade Federal Fluminense. E-mail: tatianadahmer@id.uff.br
[***] Instituto de Educação de Nova Friburgo. E-mail: mariannamendesid@gmail.com
[****] Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. E-mail: sophia.isabelle.bini@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49495
Recebido em: 19/07/2025
Aprovado em: 12/02/2026

Introdução

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
[...] Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
(Maria da Vila Matilde, 2015).

Uma breve linha do tempo expõe que a sanção da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), em agosto de 2006, marca décadas de lutas e materializa conquistas de movimentos feministas brasileiros. Desde as manifestações que culminaram no direito ao voto feminino em 1932 até a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, que, com a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes (CNDM, 1987) e o Lobby do Batom, buscavam garantir os direitos das mulheres na nova "Constituição Cidadã"[1], estas cobram uma legislação específica voltada para a prevenção e proteção relacionadas à violência doméstica e familiar.

Sinalizamos que um dos motes importantes dessas lutas foi a visibilidade da violência contra as mulheres especialmente na sua dimensão doméstica/familiar – colocando em xeque a família, na estrutura patriarcal[2] e em sua concepção burguesa, como o lugar da estabilidade, da proteção e da segurança para as mulheres.

O presente artigo tem por objetivo expor reflexões originadas da experiência de um projeto de pesquisa-extensão desenvolvido na cidade de Nova Friburgo[3] - na região serrana[4] do estado do Rio de Janeiro - a partir do 2º semestre de 2023. O projeto tem por centralidade desenvolver formação junto a adolescentes tendo como base a Lei Maria da Penha e a reflexão

[1] A Carta Constitucional afirma a igualdade entre homens e mulheres: "Título II - Dos direitos e garantias fundamentais - Capítulo I: Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição" (Brasil, 1988, n.p.).

[2] Aqui partilhamos da leitura de Segato (2022) sobre o patriarcado como uma ordem política arcaica, assim nomeada por fundar "[...] a primeira forma de opressão e de expropriação do valor: a opressão e a expropriação de um posicionamento feminino pelo masculino" (p. 15). Segato afirma que é indubitável que a dominação por meio do corpo tem relação com as invasões e colonizações.

[3] Cabe destacar que a cidade de Nova Friburgo foi escolhida para o desenvolvimento do projeto, tendo em vista a aproximação das duas primeiras autoras junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Nova Friburgo (CMDM-NF), que lhes solicitou um curso voltado para as Conselheiras, realizado no 1º semestre de 2023.

[4] A região serrana do estado do Rio de Janeiro compreende os seguintes municípios: Bom Jardim (28.102 habitantes), Cantagalo (19.390 habitantes), Carmo (17.198 habitantes), Cordeiro (20.783 habitantes), Duas Barras (10.980 habitantes), Macuco (5.415 habitantes), Nova Friburgo (189.939 habitantes), Santa Maria Madalena (10.232 habitantes), São José do Vale do Rio Preto (22.080 habitantes), São Sebastião do Alto (7.750 habitantes), Sumidouro (15.206 habitantes), Teresópolis (165.123 habitantes) e Trajano de Moraes (10.302 habitantes). Nova Friburgo é a maior cidade da região, em termos populacionais, e funciona como um polo tanto no que se refere à oferta educacional, quanto em relação a serviços de saúde e demais serviços. Informações colhidas de: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 16 de maio de 2025.

em torno de como se constrói, por que se naturaliza e no que consiste a violência doméstica contra a mulher nas suas diferentes dimensões.

A luta contra a violência contra as mulheres – e, especialmente, a violência em âmbito doméstico – consiste em processos históricos e é conformada por movimentos feministas e de mulheres, necessitando ser compreendida a partir da própria formação social brasileira e da contraditória e desigual construção de nosso projeto de nação e da democracia brasileira.

Especialmente no meio do período dos "anos de chumbo" – de duas décadas de ditadura empresarial militar – os movimentos feministas denunciavam nos anos de 1970 a violência contra a mulher como um fenômeno que era comum e passível de ocorrer com todas as mulheres, na medida em que procuravam visibilizar mulheres que eram assassinadas por seus companheiros, pais, irmãos – ou seja, por homens que privavam do convívio e da intimidade com a vítima.

A década de 1970 apresenta alguns marcos distintos e importantes, como o assassinato de mulheres como Eliane de Gramont por seu marido, em São Paulo, Ângela Diniz por seu então companheiro, que chega a ser inicialmente absolvido pelo júri com base na tese jurídica de legítima defesa da honra, quanto de outros inúmeros casos de homicídios de mulheres nesse período que impulsionaram o lema "Quem ama não mata" e "Em briga de marido e mulher se mete a colher, sim!".

Essa breve introdução contextualiza a centralidade e importância do tema da violência doméstica contra as mulheres como algo chave nas mobilizações históricas feministas e de movimentos de mulheres, na medida em que, na sociabilidade moderna capitalista e patriarcal, naturaliza-se a família como lócus da moralidade e da proteção, assegurando à esfera privada a invisibilidade das relações de poder, das violências e de opressão.

Nosso processo de formação proposto pelo projeto de extensão em voga tem por premissa a importância não apenas de visibilizar e qualificar a questão da violência contra a mulher, mas, especialmente, de problematizar como e por que ela se naturaliza (e é escamoteada) nas relações privadas, na esfera doméstica/familiar da vida.

Para tanto, consideramos relevante partir da problematização/reflexão sobre a Lei Maria da Penha, que – ainda que com os limites de sua efetiva materialização – representa um marco ao inscrever a violência contra a mulher como uma questão de saúde pública e categorizá-la, trazendo a responsabilidade de seu enfrentamento para o Estado e para toda a sociedade.

Após quase duas décadas do processo constituinte e de toda a pressão organizada pelos movimentos feministas e de mulheres, a Presidência da República sancionou-a, tornando-se tal Lei, à época, inovadora por tipificar, reconhecer e diferenciar as cinco formas de violência:

física[5], psicológica[6], moral[7], sexual[8] e patrimonial[9] e, ainda, propor mecanismos de erradicação, prevenção e punição da violência doméstica e familiar.

Inicialmente apresentamos de forma breve a fundamentação analítica sobre relações sociais de gênero com base nas determinações marcadas pelas contradições da sociabilidade capitalista.

Assim o fazemos a partir de perspectivas diferentes do campo da teoria social crítica em diálogo com abordagens originárias da diversidade de movimentos feministas e de algumas formas acadêmicas de incorporação dos estudos de gênero, de raça e sobre classes sociais.

A seguir, encadeando esse debate teórico, apresentamos dados relativos à violência contra mulheres na região serrana do estado do Rio de Janeiro e na particularidade de Nova Friburgo. Por fim, tratamos sobre o projeto de pesquisa-extensão, nosso estudo empírico, com os achados parciais obtidos.

Algumas considerações sobre violência contra as mulheres e estudos de gênero

Compreender substancialmente a violência contra a mulher, em particular na sua manifestação em âmbito doméstico e familiar, nos demanda considerar, na nossa leitura, a construção das relações sociais de gênero como relações de poder, as quais são social e historicamente construídas no Ocidente e, no nosso caso, necessitam ser compreendidas no contexto da formação social brasileira. Estas ressignificam diferenças como hierarquias sociais, econômicas e políticas, com reverberações violentas no campo das condições materiais de vida e de existência social e afirmação no âmbito da esfera pública.

[5] Conforme a Lei Maria da Penha: "CAPÍTULO II - Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal [...]; (Brasil, 2006, n.p.)".

[6] "[...] II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação" (Brasil, 2006, n.p.).

[7] "[...] V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria" (Brasil, 2006, n.p.).

[8] "III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos" (Brasil, 2006, n.p.).

[9] "IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades" (Brasil, 2006, n.p.).

Um ponto de partida importante é demarcar o conceito de violência, compreendido na sociabilidade burguesa como uma forma de mediação social desde a origem de conformação do mundo ocidental capitalista. Fraser (2024a) considera a violência como um elemento central e fundacional no capitalismo, a qual combina a coerção bruta com a submissão a um consenso construído. É a partir dessa perspectiva, da formação específica de um ordenamento social, que tratamos aqui sobre as relações sociais de poder historicamente construídas, tendo por premissa refletir sobre as de gênero.

O vasto campo de estudos sobre "gênero" (Almeida, 2007) se adensa a partir dos anos de 1970, mas o que o influencia e tensiona para sua incorporação acadêmica são movimentos feministas de diferentes mulheres[10], organizados antes mesmo de serem assim nomeados – em formas de resistências contra opressões, violações e injustiças marcadas pelas diferenças entre o masculino e o feminino. "Gênero" não se refere ou se limita às mulheres, mas trata de relações socialmente construídas entre, inicialmente[11], o masculino e o feminino e, posteriormente, relaciona-se com as diversas expressões de vivências dessas identidades e sexualidades.

Essas relações são marcadas pelas expropriações e contradições fundacionais que permitem a constituição do que Federici (2009) nomeia como a formação do "patriarcado moderno", no processo de acumulação primitiva. A violência expropriadora vivenciada por camponesas/es em relação às terras, aos seus saberes e mesmo suas funções sexuais e reprodutivas no continente europeu, assim como a presente nas invasões coloniais e a perseguição das Inquisições às mulheres, ciganos e às pessoas consideradas heréticas de uma forma geral, são elementos fundacionais da formação do capitalismo. Federici ressalta a centralidade da refuncionalização dos corpos das mulheres e das expropriações impingidas a estas em relação aos seus saberes, ao controle sobre sua sexualidade para reprodução de força de trabalho, bem como os elos disso com a formação da família burguesa como algo chave para a criação do capitalismo.

Portanto, podemos reconhecer, como as primeiras manifestações coletivas mais organizadas no campo de reivindicações de direitos formais, manifestações de mulheres já em

[10] Reforçamos aqui que os movimentos feministas são bastante diversos em sua origem e existência. Costa (2004) já nos chamava a atenção para o quanto se orientam por diferentes paradigmas e concepções de movimentos sociais, de sujeitos, metodologias e de ação política. Heloísa Teixeira (então Buarque de Hollanda) organiza um panorama dessa diversidade nas suas recentes produções (cf. Hollanda, 2018, 2019a, 2019b).

[11] Com a complexificação das lutas sociais, das elaborações e construções em relação à diversidade das identidades de gênero e das orientações dos afetos e sexuais, também se amplificam e diversificam as construções de identidades tanto relacionadas à sexualidade, quanto às próprias identidades das pessoas. Talvez o importante aqui seja a percepção que a identidade, no mundo moderno, é, em sua origem, uma atribuição socialmente construída, de fora para o sujeito, dentro de uma determinada fôrma e dualidade, as quais alimentam discriminações, opressões e violências. Uma reflexão bem interessante sobre as relações entre reconhecimento e distribuição social da riqueza é feita por Fraser (2024b).

processos das revoluções burguesas e mesmo das revoluções russas, que questionavam o porquê das promessas de igualdade social e política não as incorporarem, não as reconhecerem como sujeitos.

Há, a partir de distintas (e mesmo divergentes) autoras feministas da historiografia, o reforço na centralidade do período pré-moderno na Europa, estudos marxistas (Federici, 2009, 2019; Davis, 2016; Fraser, 2007), com abordagens interdisciplinares (Segato, 2007, 2025), decoloniais (Lugones, 2014; Oyewumi, 2021) e sobre a violência do escravismo nas Américas (Davis, 2016; Moura, 2020), Ásia e África, demonstrando como as insurgências de mulheres às opressões estruturais manifestas nos poderes vigentes existiram/existem, com maior ou menor visibilidade, de forma mais ou menos organizada, com as características particulares à formação social de cada lugar.

A visibilidade das mulheres de forma crítica, impulsionada por elas mesmas em relação aos homens, é algo que adquire maior vulto de sistematização a partir de meados do século XX, sendo incorporado na academia a partir de pesquisadoras mulheres conformando o campo de estudos de gênero e feministas.

A violência, como elemento intrínseco à sociabilidade burguesa, apresenta expressões distintas e específicas em relação a determinados sujeitos e, a partir de suas lutas, passa a ser assim qualificada de forma a desnaturalizá-la. A construção de relações sociais opressivas e discriminatórias de gênero, de raça e entre classes sociais passa a ser enfrentada por autores(as) de diferentes matrizes teóricas, problematizando suas origens, sentidos e expressões na vida social. Portanto, a violência contra as mulheres carrega uma marca histórica, expressa em diferentes culturas - mas não de forma evolutiva e linear - desde o período das Inquisições na Europa e nas colônias (entre os séculos XII e XVIII), estruturando aquilo que Segato (2025) e Federici (2009), com abordagens distintas, nomeiam como “patriarcado moderno”.

A misoginia, isto é, o ódio ou a repulsa ao feminino, sedimenta as estruturas elementares da violência. Para Segato (2025), é necessário compreender a lógica da violência de gênero como parte integrante das engrenagens simbólicas que sustentam as relações de poder na sociedade. Portanto, na contemporaneidade para tratar sobre essa questão no Brasil e, particularmente, em uma cidade como Nova Friburgo (RJ), chamamos a atenção para as raízes da construção da misoginia na formação social brasileira.

No Brasil, país periférico do capitalismo, com suas marcas coloniais e conformação como nação de forma tardia, acelerada e subordinada à dinâmica capitalista mundial (Ianni, 2006), a construção das relações sociais é marcada por essas relações específicas de poder

historicamente constituídas. São suas expressões tanto o elitismo, como diferentes formas de sexismos e racismos.

Ainda que não seja possível pensar nossa construção social sem contextualizá-la na América Latina, há aspectos bastante particulares a nossa realidade. Como não há espaço para maiores digressões em relação a essa importante contextualização, focamos em uma cidade no sudeste do Brasil, Nova Friburgo (RJ)[12], situada na região serrana do estado do Rio de Janeiro e que apresenta forte impacto da colonização europeia (particularmente a suíça e a alemã) em sua constituição[13]. É, segundo dados do último Censo (IBGE, 2022) uma cidade com expressiva concentração de pessoas (74%) que se reconhecem como cristãs[14] e presença significativa de lojas de armas e clubes de tiros[15].

Chamamos a atenção para esses pontos na medida em que exacerbam as contradições sociais, especialmente em suas dimensões de classe social, de raça e de gênero – considerando a forte adesão às religiões de matriz cristã, tanto no campo dos protestantismos clássicos e neopentecostais, quanto do próprio catolicismo. Esses elementos não podem ser, de modo simplista, apontados como os causadores do elevado número de casos de violência doméstica de gênero, mas nos auxiliam a compreender valores que alimentam um determinado lugar social inferior, dependente e subordinado das mulheres em relação aos homens, abrigando os elementos para a naturalização e perpetuação de opressões.

Abordando a violência contra mulheres e meninas junto a discentes do Ensino Médio em escolas públicas de Nova Friburgo/RJ

Ao decidirmos implementar um projeto de pesquisa-extensão na cidade de Nova Friburgo com essa temática, o fizemos instigadas pelos dados empíricos relacionados à violência contra as mulheres na cidade. Ainda que a violência de gênero não possa ser resolvida apenas a partir da educação, consideramos que a formação política pautada pelo olhar sobre

[12] Nova Friburgo (RJ) originalmente se formou como uma colônia em 1818 com a chegada da imigração suíça e, posteriormente, alemã. Possui 189.939 mil habitantes que vivem em uma área não muito adensada, com renda média salarial de 1,8 salários-mínimos e com a estimativa de 43% do território urbanizado (IBGE, 2023).

[13] Para uma leitura crítica da formação social do município, consultar: Araújo (2018), Costa (2018) e Marreto (2018).

[14] Cf. Censo IBGE (2022), 45,77% se declaram Católicos Apostólicos Romanos e 29,42%, Evangélicos. Mapa/infográfico disponível em: https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2025/06/06/mapa-censo-ibge-religiao.ghtml. Acesso em: 27 jan. 2026.

[15] Procuramos maiores dados que especifiquem o quantitativo de CACs existentes em Nova Friburgo e registrado no Sistema Nacional de Armas – SINARM (coordenado pela Polícia Federal). No entanto, não conseguimos acessar os dados desmembrados por município. Porém, em uma busca pela internet em torno de lojas de armas na cidade e de clubes de tiro, há pelo menos 5 lojas ativas no município e 2 clubes de tiro.

desigualdades e opressões de gênero, de raça e entre classes sociais possui centralidade para vislumbrarmos vivências sociais capazes de transformar, no médio prazo, as relações sociais.

O projeto de pesquisa e extensão desenvolvido nas escolas em Nova Friburgo parte, então, da apresentação da legislação como tema central, visando trabalhar a história de sua construção, os sujeitos sociais que protagonizam a afirmação de conceitos tão relevantes como a tipificação das diferentes formas de violência contra as mulheres e a afirmação de que as mulheres são pessoas portadoras de direitos humanos[16] fundamentais e que se faz necessário envolver todos(as) na prevenção da violência contra as mulheres[17].

Assim, visando à construção de uma sociedade sem qualquer tipo de opressão e de violência de gênero[18], o projeto de pesquisa-extensão, criado no 2º semestre de 2023, objetiva problematizar, junto a adolescentes de escolas públicas do município de Nova Friburgo, a concepção que estes(as) têm acerca do que seja a violência contra as mulheres *versus* a concepção ampliada de violência enunciada pela Lei Maria da Penha.

Cabe destacar que a cidade de Nova Friburgo foi escolhida para o desenvolvimento do projeto, tendo em vista a aproximação das duas primeiras autoras junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Nova Friburgo (CMDM-NF), que lhes solicitou um curso voltado para as Conselheiras, realizado no 1º semestre de 2023[19].

A partir da experiência do curso, da vivência em relação aos movimentos feministas de mulheres na cidade e observando a incidência da violência contra mulheres no município, constatamos a relevância de se desenvolver um projeto de extensão e pesquisa que difundisse, junto a adolescentes, uma cultura crítica de reflexão sobre a violência, a qual tivesse como centro a sua desnaturalização e a compreensão sobre o que são e como as relações patriarcais se estruturam. A expectativa, também, consiste em formar jovens como potenciais sujeitos

[16] Aqui nos referimos ao amplo arcabouço internacional que vem sendo construído desde os anos de 1970 em relação aos direitos humanos das mulheres. Conforme sinalizam Barsted e Piovesan (2001, p. 07), "[...] apesar da vigência, desde 1979, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por grande parte dos Estados-Membros da ONU, as discriminações contra as mulheres por motivo de sexo ainda são recorrentes em grande parte desses países. Mesmo depois das mudanças de algumas leis nacionais para se adaptarem ao texto da Convenção, como é o caso do Brasil, costumes e práticas sociais ainda continuam a ser obstáculos para a implementação da igualdade e da equidade de gênero. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW apresenta, no entanto, uma lacuna: não explicitou em seu texto uma referência à violência doméstica e sexual contra as mulheres".

[17] Consultar Albuquerque (2020), sobre experiência semelhante a que desenvolvemos.

[18] Reconhecemos a legislação como um processo que condensa contraditórios embates pelos direitos das mulheres, especialmente no que se refere à violência de gênero. Ainda que ela, por si, não a impeça nem transforme as relações sociais, sua institucionalidade não apenas reconhece e visibiliza a existência da violência e oferece recursos para, junto com a mobilização social e investimentos em formação, enfrentar essa questão.

[19] O curso foi ministrado pelas duas primeiras autoras do presente artigo, como projeto de extensão ofertado pela universidade a Conselheiras e militantes pelos direitos das mulheres no município.

formadores em torno de tal ação, com uma maior compreensão quanto à necessidade de luta permanente contra as diferentes opressões de gênero e capazes de incidir na proposição e no controle social de políticas públicas de fortalecimento, apoio e proteção às mulheres, tanto no que se refere à prevenção, quanto à coibição e mesmo responsabilização/punição das diversas formas de violência contra as mulheres.

De acordo com dados compilados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ)[20], as taxas relativas à região serrana se apresentam como mais altas do que as da média do estado do Rio de Janeiro, em todos os tipos de violência, conforme demonstraremos a seguir.

A tabela 1 informa sobre as cinco formas de violência tipificadas pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006). As Violências Física, Psicológica e Moral, na região serrana, apresentam taxas expressivamente mais altas do que as da média do estado do Rio de Janeiro. As taxas relativas às Violências Patrimonial e Sexual, embora com menor distância da média do estado, também são mais altas na serra.

Tabela 1 – Mulheres vítimas – Regiões político-administrativas do estado do Rio de Janeiro – 2023 (taxa por 100 mil mulheres).

Região	Violência Física	Violência Moral	Violência Patrimonial	Violência Psicológica	Violência Sexual
Estado do Rio de Janeiro	488,2	400,8	78,9	601,1	91,3
Serrana	638,3	561,8	103,4	765,0	123,0

Fonte: Tabela reelaborada pelas autoras, com base em ISP (2024, p. 253, tabela 2).

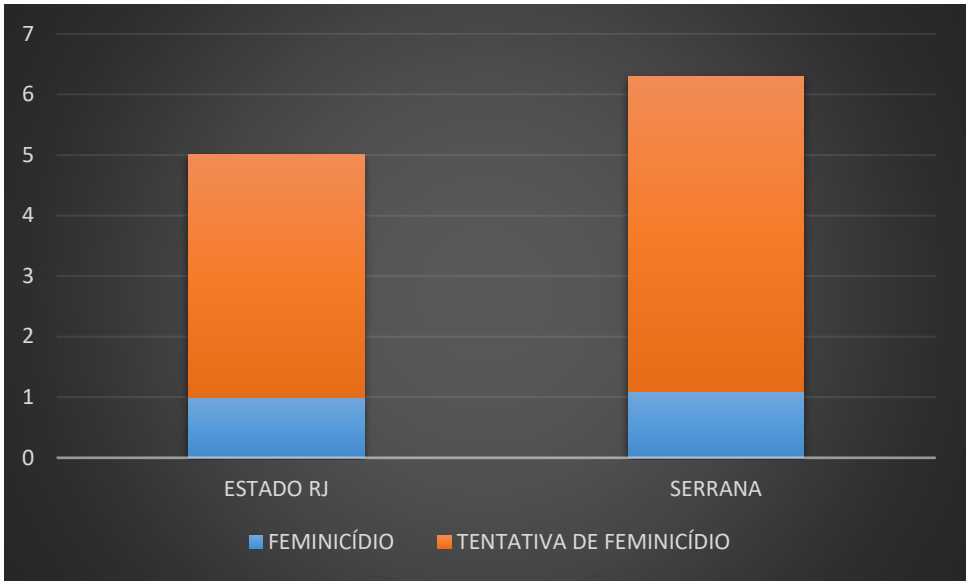
Ao analisar os dados relativos ao feminicídio[21] e à tentativa de feminicídio[22], chama-nos a atenção, mais uma vez, ao comparar com a média do estado do Rio de Janeiro, conforme o gráfico 1.

[20] O Instituto de Segurança Pública (ISP), criado pela Lei nº 3.329, de 28 de dezembro de 1999, é uma autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Segurança Pública. Disponível em: https://www.rj.gov.br/isp/quem_somos. Acesso em: 01 de abril de 2025.

[21] Conforme a lei 13.104, de 2015, o feminicídio foi incluído como crime hediondo, sendo assim caraterizado: "Feminicídio – [...] – VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: [...] § 2º - A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher" (Brasil, 2015, n.p.).

[22] "A tentativa de feminicídio se configura quando o agente deseja matar uma mulher em razão do seu gênero ou como resultado de violência doméstica, mas, devido a circunstâncias externas à sua vontade, o crime não é consumado" (ISP, 2024, p. 51).

Gráfico 1 – Mulheres vítimas de feminicídio e tentativa de feminicídio –
Região Serrana e estado do Rio de Janeiro – 2023 (taxa por 100 mil mulheres).



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras, com base em ISP (2024, p. 67, tabela 10).

Levantamos os dados do ISP-RJ por município da região serrana, totalizando 24 (vinte e quatro) feminicídios e 98 (noventa e oito) tentativas de feminicídio, entre os anos de 2016 e 2025[23], concentrados tais dados nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis, os maiores municípios da região em termos populacionais. Ao analisar os dados relativos à região serrana e ao município de Nova Friburgo, constata-se um cenário preocupante de violência contra as mulheres, que apresenta taxas mais altas em relação ao estado do Rio de Janeiro em relação ao feminicídio e à tentativa de feminicídio, conforme tabela 2.

Outrossim, cabe salientar que a subnotificação ainda é realidade em todo o país[24] quando se aborda a violência contra mulheres – tanto pelo medo em denunciar, quanto pela descrença nas estruturas públicas de proteção/prevenção.

[23] Cabe ressalvar que o ano 2025 encontra-se em curso. Os dados foram compilados até o mês de março de 2025.
[24] "Em sua décima edição, o Mapa Nacional da Violência de Gênero constatou que a subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres pode chegar a 61%. Esta foi a primeira vez que o levantamento, elaborado pelo Observatório da Mulher contra a Violência do Senado juntamente com o Instituto DataSenado, fez a estimativa da subnotificação desse tipo de crime" (Neves, 2024, n.p.).

Tabela 2 – Mulheres vítimas de feminicídio e tentativa de feminicídio por municípios da região serrana do estado do Rio de Janeiro – 2016-2025.

Município	População	Feminicídio	Tentativa de Feminicídio
Bom Jardim	28.102	2	1
Cantagalo	19.390	0	3
Carmo	17.198	0	6
Cordeiro	20.783	0	2
Duas Barras	10.980	0	3
Macuco	5.415	0	0
Nova Friburgo	189.939	10	42
Santa Maria Madalena	10.232	0	0
São José do Vale do Rio Preto	22.080	0	4
São Sebastião do Alto	7.750	1	1
Sumidouro	15.206	3	5
Teresópolis	165.123	8	31
Trajano de Moraes	10.302	0	0
Total	**522.498**	**24**	**98**

Fonte: Tabela reelaborada pelas autoras, com base em dados fornecidos pelo ISP[25].

Nesse sentido, para além de outras ações necessárias - como o provimento por parte do Poder Público Municipal dos equipamentos sociais de proteção às mulheres[26] -, consideramos necessário o desenvolvimento do projeto de pesquisa e extensão aqui apresentado, tendo em vista a missão da Universidade Pública[27] da qual participam as duas primeiras autoras do trabalho.

Para a realização do referido projeto, em agosto de 2023 foram selecionadas por meio de chamada pública duas adolescentes de escolas públicas estaduais – uma estudante do 2º ano e a outra, do 1º ano do Ensino Médio - para compor o grupo de pesquisa-extensão sob a orientação da docente responsável e o incentivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento

[25] Dados disponíveis em: https://www.ispdados.rj.gov.br/CrimesVida.html. Acesso em: 10 abr. 2025.

[26] Em Nova Friburgo há dois equipamentos voltados para mulheres em situação de violência doméstica, sendo a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e o Centro de Referência da Mulher de Nova Friburgo (CREM). Contudo, não há Casa Abrigo, uma reivindicação há anos do Movimento de Mulheres de Nova Friburgo (8M-NF). O Movimento de Mulheres conquistou verba de Emenda Parlamentar (deputado Glauber Braga) para a compra de mobiliário e veículos para a Casa Abrigo, mas até o momento (junho/2025) a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (PMNF) não providenciou o equipamento. Há um abaixo-assinado do Movimento de Mulheres, direcionado à PMNF, que explicita a situação e exige providências urgentes, visto a ameaça de perda da verba parlamentar. Vide: https://chng.it/xPtsqGbqmS. Acesso em: 28 de junho de 2025. Sobre a importância das Casas-Abrigo, que ainda configuram um escasso equipamento nos municípios do país, cf. Estevam e Vieira (2025).

[27] Aqui cabe-nos destacar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e, ainda, a participação da Universidade no Plano Nacional de Extensão, bem como, na Política Nacional de Extensão. Cf. FORPROEX (2012).

Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)[28] com duas bolsas de Iniciação Científica. Os meses que antecederam as Oficinas foram de preparação teórica, com pesquisas bibliográfica e documental (Gil, 2021), conduzida pela docente orientadora e encontros semanais dialogados. As discentes leram e apresentaram uma bibliografia básica, que lhes proporcionasse uma visão crítica relacionada às desigualdades de gênero, às violências e, ainda, à necessidade de políticas públicas para o seu efetivo enfrentamento.

Nos encontros semanais também construímos de forma conjunta – discentes e orientadora – a metodologia das Oficinas. Foram selecionadas quatro escolas públicas estaduais no município de Nova Friburgo: uma central, uma periférica, uma rural e uma localizada em um bairro com população de maior poder aquisitivo. O objetivo foi comparar as respostas de públicos inseridos em diferentes contextos socioeconômicos relativas à concepção do que caracterizam como violência contra as mulheres.

O conceito central que conduziu as Oficinas foi o de violência contra a mulher estabelecido no Art. 5º da Lei Maria da Penha:

> Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (Brasil, 2006, n.p.).

Foram realizadas, nos 1º e 2º semestres de 2024, 8 (oito) Oficinas em 4 (quatro) instituições de ensino diferentes – uma periférica, uma central, uma localizada em um bairro com população de maior poder aquisitivo e em uma escola rural – com uma média de 25 alunos por encontro, sendo voluntária a participação dos discentes e tendo como base a metodologia da pesquisa participante (Gil, 2021)[29].

[28] Agradecemos o apoio das agências de pesquisa supracitadas, sendo o mesmo fundamental para a inserção das discentes, para a sua formação enquanto pesquisadoras e, ainda, para o desenvolvimento do referido projeto de pesquisa-extensão.

[29] Conforme Gil (2021, p. 31): "A pesquisa participante, de acordo com Fals Borda (1983, p. 43) é a pesquisa '[...] que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios - as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas - levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo

As Oficinas foram iniciadas com uma breve apresentação a respeito do projeto e da Lei Maria da Penha. Em seguida, colocamos para tocar a música "Maria da Vila Matilde". A canção, de autoria de Douglas Germano e interpretada por Elza Soares, incentiva a denúncia de casos de violência doméstica contra a mulher, em trechos como: "Cadê meu celular?/Eu vou ligar pro 180" e "Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim". Enquanto isso, eram distribuídos três papeis em branco para cada discente, nos quais os mesmos eram orientados a escrever três formas de violência contra as mulheres.

Após esse primeiro momento, pedíamos que os(as) discentes colassem os papeis em cartazes presos às paredes e escolhessem aquele com o nome da forma de violência tipificada na Lei Maria da Penha: violência física, violência psicológica, violência moral, violência sexual e violência patrimonial. Por exemplo: se o(a) aluno(a) escrevesse que "bater" é um tipo de violência, ele/ela deveria colar seu papel no cartaz da violência física; se compreendesse violência como "assédio", colaria seu papel no cartaz da violência sexual, etc.

Em um segundo momento, após a colagem pelos(as) discentes dos papeis nos cartazes, a música era desligada e a docente perguntava pelo conhecimento dos(as) discentes em relação à música. A escola central, de Formação de Professores, é composta por um público majoritariamente feminino, e muitas das alunas reconheceram a canção. Nas outras — a periférica e a localizada em um bairro com população de maior poder aquisitivo — os(as) discentes eram, em sua maioria, meninos e poucos conheciam a música. A docente aproveitava para lhes perguntar sobre o canal de denúncia citado, o 180, e a resposta era sempre bastante precisa: a maioria já tinha ouvido falar. O mesmo acontecia quando era mencionada a Lei Maria da Penha: grande parte identificava essa legislação como aquela que visa coibir a violência doméstica contra mulheres no Brasil.

Com todos os papeis dos(as) discentes expostos nos cartazes, iniciávamos o segundo momento, no qual a docente lia e discutia o que foi escrito, com a participação, também, das discentes bolsistas, que teciam considerações em conjunto com a docente, dialogando com os participantes das Oficinas.

Nessa altura, as turmas da escola central - de Formação de Professores -, formadas principalmente por meninas, logo se mostraram engajadas, trazendo diversas perguntas,

(autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior'. Tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. [...] Privilegia, pois, o lado conflituoso da realidade social. Assim, o relacionamento entre o pesquisador e pesquisado não se dá como mera observação do primeiro pelo segundo, mas ambos '[...] acabam se identificando, sobretudo quando os objetos são sujeitos sociais também, o que permite desfazer a ideia de objeto que caberia somente em ciências naturais' (Demo, 1984, p. 115)".

reflexões e relatos pessoais; já as Oficinas realizadas na escola periférica, majoritariamente compostas por meninos, eram mais tímidas, expondo suas concepções e dúvidas depois de incentivo e tempo; os alunos da escola localizada em um bairro com população de maior poder aquisitivo também eram mais resistentes a participar, mas acabavam expressando suas opiniões. Uma observação interessante é que os meninos, independente da escola, se mostraram bastante interessados e curiosos. Ainda que não o expressassem em um primeiro momento, aos poucos eram conquistados pela pertinência e relevância do tema.

Depois de discutir com a turma o que os(as) alunos(as) escreveram sobre as violências, as duas bolsistas do projeto liam as definições das formas de violências tipificadas pela Lei Maria da Penha, sendo problematizado o que os(as) discentes trouxeram nos papeis colados aos cartazes. No último momento da Oficina, distribuíamos um marcador de páginas, com um "Violentômetro"[30] impresso, realizando uma leitura coletiva.

[30] O "Violentômetro", no formato de um marcador de livro, foi produzido pelo CMDM-NF, que nos cedeu gentilmente vários exemplares para a difusão do material nas Oficinas, ao que agradecemos.

Figura 1 – Violentômetro.



Fonte: CMDM-NF.

Para encerrar, conversamos sobre políticas públicas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher presentes no município de Nova Friburgo que se materializam em espaços institucionais e através de programas e projetos na cidade, tais como: a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), o Centro de Referência da Mulher (CREM) e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Nova Friburgo (CMDM-NF), sendo este último espaço de participação popular imprescindível para a afirmação de pautas históricas feministas.

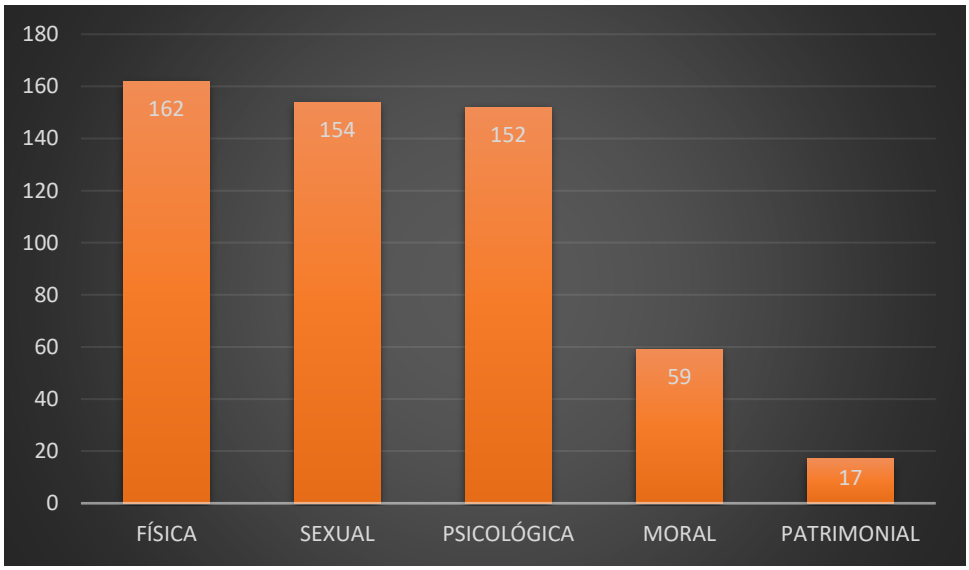
A realização das Oficinas, em 2024, constituiu-se como um 1º momento do projeto de pesquisa-extensão, com a formação inicial das duas discentes de Iniciação Científica, além da formação discente dos participantes das Oficinas. Como achados parciais da pesquisa, podemos afirmar que, das cinco formas de violência elencadas pela Lei Maria da Penha, a mais mencionada e conhecida pelos(as) discentes foi a física (162, cento e sessenta e duas menções), seguida da sexual (154, cento e cinquenta e quatro menções), e da psicológica (152, cento e cinquenta e duas menções). As menos abordadas foram as violências moral (59, cinquenta e nove menções) e patrimonial (17, dezessete menções), conforme é possível observar na tabela 3 e no gráfico 2.

Tabela 3 – Quantitativo dos tipos de violência apontados pelos participantes das Oficinas, por escolas.

Violência	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Total
Física	37	63	39	23	162
Sexual	32	60	44	18	154
Psicológica	38	71	26	17	152
Moral	28	20	4	7	59
Patrimonial	3	5	5	4	17

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados levantados a partir das Oficinas no ano de 2024.

Gráfico 2 – Tipos de violência.



Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados levantados a partir das Oficinas no ano de 2024.

Enquanto os(as) discentes participantes das Oficinas revelaram conhecimento em suas falas e respostas escritas – e mesmo proximidade em seus cotidianos, relatando experiências pessoais – com as violências física, sexual e psicológica, cabe-nos salientar, outrossim, que, em relação às violências moral e patrimonial, a caracterização pelos(as) mesmos(as) revelou certo

desconhecimento, inclusive confundindo os tipos de violência. Podemos inferir o quanto ainda há desafios importantes no sentido de visibilizar e desnaturalizar formas originárias de dominação e de opressão nas relações entre o masculino e o feminino em uma estrutura capitalista e patriarcal. Tal fato nos revela que as violências moral e patrimonial – importantes inovações ao serem tipificadas na Lei Maria da Penha – precisam ser mais abordadas nas campanhas de conscientização sobre as violências contra as mulheres. Inclusive porque, na escalada da violência, a moral e a patrimonial conformam-se, geralmente, em manifestações iniciais e se complexificam, agregando outros mecanismos de opressão e de exploração, expressos em violências mais explícitas por parte dos agressores, tais como a psicológica, a física e a sexual. Desdobram-se, por muitas, vezes, em tentativas de feminicídio e no próprio feminicídio.

Considerações finais

O artigo em voga procurou apresentar breves sistematização e reflexões oriundas de projeto de extensão e pesquisa em curso na cidade de Nova Friburgo/RJ, tendo por centralidade a temática da violência doméstica contra as mulheres. O objetivo do projeto consiste em sensibilizar discentes de escolas na cidade, sobre as temáticas de relações sociais de gênero e a construção histórica das desigualdades e formas de dominação e de opressão em nossa sociedade.

Para tanto, apresentamos alguns elementos teóricos que orientam esse processo de formação e, em seguida, relatamos o trabalho desenvolvido e algumas das principais questões suscitadas. Cabe ressaltar o quanto essa ação pode parecer ainda incipiente – e o é, de certo modo, na medida em que tratamos de uma das cidades que abriga os maiores índices de violência contra as mulheres. Não temos como realizar digressões maiores sobre as causas que conduzem a esse cenário, mas há inferências importantes as quais podem ser levantadas: é uma cidade de médio porte, serrana, com características bastante particulares, tais como a forte colonização alemã/suíça, marcadamente cristianizada (em torno de 74% da população se define como cristã) e, em especial, com a presença de lojas de armas e clubes de tiro na cidade.

Com vistas ao conhecimento de uma regulação importante no campo das lutas feministas, objetivamos apresentar aos (às) discentes tanto a sua história de elaboração, como sensibilizá-los sobre as diferentes formas de violência existentes nas relações sociais de gênero. Para tanto, realizamos oficinas de formação, envolvemos discentes bolsistas em processo prévio de formação e qualificadas para mediar e intervir nas oficinas e, então, trouxemos os conteúdos

para as salas de aula, visando construir a conexão entre a manifestação institucional de situações previstas em lei e o cotidiano da vida desses(as) jovens.

A questão da violência contra as mulheres, como mencionamos no início de nosso artigo, é algo fundante da formação capitalista e não será erradicada apenas a partir de processos educacionais ou de construção de aparatos normativo-legais. No entanto, consideramos que a visibilidade e o conhecimento em torno de como esses processos de dominação e de opressão se conformam, bem como a desnaturalização da violência como uma forma de mediação social, são elementos fundamentais e devem ser trabalhados a partir de uma dimensão pedagógica de formação humana.

A partir do estudo e das Oficinas realizadas, foi possível concluir, pois, que as formas mais sutis de agressão ainda são as mais difíceis de serem reconhecidas, evidenciando a importância desse tipo de projeto de prevenção e a pertinência da abordagem desse assunto entre adolescentes nas escolas da Educação Básica, indicando a necessidade de ampliação do projeto para docentes e demais servidores de tais instituições.

Referências

ALBUQUERQUE, K. K. de. Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. *Revista Estudos Feministas*, 28 (2), 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260485. Acesso em: 10 de maio de 2025.

ALMEIDA, S. S. Posfácio: algumas tendências teóricas de estudo de gênero. *In:* ALMEIDA, S. S. de. (org.). *Violência de gênero e políticas públicas.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, v. 1, pp. 231-254.

ARAÚJO, J. R. de. *Nova Friburgo*: a construção do mito "Suíça brasileira" (1910-1960). Coleção Nova Friburgo – 200 anos de Luta de Resistência. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018.

BARSTED, L.; PIOVESAN, F. *As mulheres e os direitos humanos.* Rio de Janeiro: CEPIA, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de maio de 2025.

BRASIL. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.* Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 21 de abril de 2025.

BRASIL. *Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015.* Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 21 de abril de 2025.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES (CNDM). Carta das Mulheres. Brasília, 1987. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituinte-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em: 31 de março de 2025.

COSTA, R. da G. R. *Visões do "paraíso capitalista": a construção da hegemonia burguesa na história de Nova Friburgo.* Coleção Nova Friburgo – 200 anos de Luta de Resistência. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018.

COSTA, S. G. Movimentos feministas, feminismos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (N.E.): 264, setembro-dezembro/2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/R8GRrLJ7dnf7ybpLnvWgL3n/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 de abril de 2025.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe.* São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

ESTEVAM, R.; VIEIRA, E. M. Casas Abrigo no Brasil, instrumentos de proteção à vida: revisão narrativa da literatura. *Revista Serviço Social & Sociedade n. 148* (1), 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/SnvXWhfY8dGT3FgcW78Jxcg/?lang=pt. Acesso em: 21 de abril de 2025.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução.* São Paulo: Editora Elefante, 2019. Disponível em http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2025**.**

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa:* mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). *Política Nacional de Extensão Universitária.* Manaus – AM, maio de 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%202012%20-ebook.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2024.

FRASER, N. *Destinos do Feminismo. Do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal.* São Paulo: Boitempo, 2024a.

FRASER, N. *Capitalismo canibal:* como o nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024b.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, 70, pp. 101-138, 2007.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* São Paulo: Atlas, 2021.

HOLLANDA, H. B. de (org). *Pensamento feminista. Conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2019a.

HOLLANDA, H. B. de (org). *Pensamento feminista brasileiro. Formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

HOLLANDA, H. B. de (org). *Explosão Feminista.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IANNI, O. A Ideia de Brasil Moderno. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 19–38, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v1i1.8645452. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645452. Acesso em: 27 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 10 de maio de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Nova Friburgo. IBGE, © 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-friburgo/panorama. Acesso em: 01 de abril de 2025.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). *Dossiê Mulher 2024.* Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2024-12/Dossi%C3%AA%20Mulher%202024%20%283%29.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2024.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, *22*(3), 935–952. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/%. Acesso em 15 de maio de 2025.

MARIA DA VILA MATILDE. Composição: Douglas Germano. Intérprete: Elza Soares. *In*: A Mulher do Fim do Mundo. Circus, 2015.

MARRETO, R. M. *A escravidão velada:* senhores e escravos na formação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850). Coleção Nova Friburgo – 200 anos de Luta de Resistência. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala:* quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NEVES, M. Estudo do Senado aponta subnotificação de 61% no registro de violência contra mulher. *Câmara dos Deputados*, 28 fev. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1038979-estudo-do-senado-aponta-subnotificacao-de-61-no-registro-de-violencia-contra-mulher/. Acesso em: 21 de abril de 2025.

OYĚWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres:* construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, R. *As estruturas elementares da violência.* Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 2025.

SEGATO, R. Cenas de um pensamento incômodo. Gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, R. *La Nación e sus otros. Raza, etnicidade y diversidade religiosa de Políticas de la identidade.* Buenos Aires: Prometeo libros, 2007.

LIBERTAS ON LINE

O dilema da parditude: reflexões sobre raça/etnia e identidade no Brasil

The dilemma of Parditude: reflections on race/ethnicity and identity in Brazil

Fabiane Ferreira Nascimento Santos*

Resumo: O presente ensaio tem como objetivo refletir sobre a questão da raça/etnia no Brasil a partir de alguns argumentos defendidos pelo movimento Parditude. A metodologia se apoia nos trabalhos desenvolvidos pela vanguarda do movimento negro brasileiro, como os de Munanga (1999), Nascimento (2016), Moura (2019), Carneiro (2011), Rios (2024) e entre outros, tendo em vista contrapor as teses do Movimento Parditude à luz das formulações dos referidos autores. Assim, o texto debate temas como limbo racial, multirracialidade, Lei de Cotas e a emergência das bancas de heteroidentificação considerando uma leitura crítica do processo colonial no Brasil. Conclui-se que o Movimento Parditude se utiliza de temas sensíveis intentando reivindicar uma "identidade mestiça", mas na prática tem contribuído com a despolitização da categoria de negros, gerando debates virtuais que tem servido, ideologicamente e politicamente, para ameaçar conquistas históricas da comunidade negra brasileira.

Palavras-chave: Pardo; Raça/etnia; Limbo racial; Cotas; Multirracialidade.

Abstract: This essay aims to reflect on the issue of race/ethnicity in Brazil based on some arguments defended by the Parditude movement. The methodology relies on the work developed by the vanguard of the Brazilian Black movement, such as those of Munanga (1999), Nascimento (2016), Moura (2019), Carneiro (2011), Rios (2024), and others, in order to contrast the theses of the Parditude Movement in light of the formulations of these authors. Thus, the text discusses themes such as racial limbo, multiraciality, the Quota Law, and the emergence of hetero-identification panels, considering a critical reading of the colonial process in Brazil. It concludes that the Parditude Movement uses sensitive themes, attempting to reclaim a "mixed-race identity," but in practice has contributed to the depoliticization of the category of Black people, generating virtual debates that have served, ideologically and politically, to threaten historical achievements of the Brazilian Black community.

Keywords: Brown; Race/ethnicity; Racial limbo; Quotas; Multiraciality.

* Universidade Federal de Sergipe. E-mail: fabi.aneferreira@hotmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49879

Recebido em: 19/08/2025
Aprovado em: 14/01/2026

Introdução

A temática da Pardidade tem tomado fôlego e alcançado adeptos no Brasil a partir de um movimento, contraditório e com bases questionáveis, que tem vista supostamente organizar pessoas que se autodeclaram pardas, mas que não se reconhecem na categoria negros[1]. Seriam os "escuros demais para serem brancos e claros demais para serem pretos". Assim, o movimento Pardidade faz um apelo a separação na categoria política de negros, que abrange pretos e pardos, na qual pardos existiram distintamente dos pretos, uma vez que não trazem em seus corpos traços fenotípicos que permitem fazer uma leitura social que os aproxime, de imediato, da categoria de negros.

Entre os argumentos utilizados a fim de justificar essa separação política da categoria de negros, o movimento faz um apelo a uma "multirracialidade" como justificativa para a independência da categoria pardo, uma vez que sendo os brasileiros oriundos da miscigenação - forçada, muitos pardos trazem consigo características físicas que permitem os aproximar da categoria de indígenas. Existe também um argumento que classifica as categorias de identificações raciais propostas pelo IBGE como binaristas, pendendo entre brancos e negros.

No entanto, essa taxação é excludente por não considerar a existência da categoria indígenas e a possibilidade de as pessoas escolherem essa autoidentificação. Além de contradizer o argumento de que muitos pardos podem ser considerados indígenas, pois se pardos podem ser também indígenas, por que taxar a classificação do IBGE como binarista, se existem, além de "pretos" e "pardos", as categorias "indígenas" e "amarelos"?

Desse modo, o presente artigo tem como pressuposto debater esses argumentos apresentados pelo movimento intitulado Pardidade e refletir sobre raça/etnia e a identidade no contexto brasileiro à luz dos trabalhos de intelectuais brasileiros como os de Nascimento (2016), Carneiro (2023), Moura (2019), Almeida (2019), dentre outros. Intelectuais que construíram e constroem o movimento negro do Brasil diariamente e nos apresentam em seus escritos argumentos outros, que trazem uma noção de raça/etnia e da identidade fundamentadas em uma leitura crítica do processo colonial e das consequências da colonialidade para os negros brasileiros até os dias correntes.

Ademais, consideramos relevante a discussão das questões relativas ao pardo no Brasil, uma vez que o processo de miscigenação ainda que não tem atingido seu objetivo físico de

[1] Ressalto que esse ensaio não tem a finalidade de atacar, diminuir ou difamar aqueles/as que somam ao movimento intitulado Pardidade. Ao contrário, o intuito é apontar outros pontos de vista acerca da questão do pardo no Brasil a partir da pesquisa acadêmica. Acredito que o dissenso é profícuo para as discussões da questão racial desde que sejam feitos com respeito.

apagamento da raça/etnia negra, conseguiu perpetuar no imaginário das pessoas um ideário de inferioridade internalizado e reproduzido socialmente, através de um tipo de racismo psicológico, que se manifesta através da negação da identidade negra – aqui há também de se considerar os fenótipos: pele clara, lábios finos, cabelos cacheados e outros traços considerados menos negroides – que acabam contribuindo para essa negação de si mesmos, os levando ao que o movimento Pardidade classifica como 'limbo racial', ou um não lugar enquanto pessoas pardas brasileiras. Outro argumento distorcido pelo movimento Pardidade é a emergência das bancas de heteroidentificação que tem, supostamente, ditado quem é suficientemente pardo ou não para assumir vagas reservadas através das políticas de ações afirmativas.

É interessante perceber como o movimento Pardidade atrai pessoas se utilizando de meias verdades, pois realmente os pardos brasileiros vivenciam uma espécie de limbo racial, mas é desonesto responsabilizar pessoas pretas ou a negritude por isso. Do mesmo modo, é verdade que pessoas brancas têm tentado ocupar às vagas destinadas as pessoas pardas como uma forma de deslegitimar a política de ações afirmativas. Mas, as bancas de heteroidentificação muitas vezes são obrigadas a recuar em seus pareceres "indeferidos" acerca das pessoas brancas porque estas acionam a justiça e conseguem ocupar as vagas reservadas, como tem acontecido em concursos, por exemplo. A justiça brasileira, assim como outras instituições, serve aos desejos e aos anseios da branquitude.

Colonização e genocídio dos povos originários

Como ponto de partida, é pertinente retomar o que foi o processo de colonização no contexto brasileiro, pois foi a partir dela que o Brasil, economicamente, culturalmente e socialmente, foi construído. Em 1500 o Brasil foi, supostamente, "descoberto" pelos portugueses e por volta de 1530 o país já estava importando a força de trabalho africana, "fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão" (Nascimento, 2016, p. 43).

A escravização dos africanos em solo brasileiro se constituiu como uma atividade legal e regularizada, e em 1535, como aponta Nascimento (2016), rapidamente tomou proporções gigantescas. Os registros exatos acerca do número de africanos trazidos à força para o Brasil, não é possível calcular (Nascimento, 2016, p. 44), primeiro porque não existia estatística que desse conta de sistematizar esses dados, e depois porque os registros oficiais foram exterminados através da "Circular n. 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral".

A primeira atividade econômica desenvolvida na colônia a partir da força de trabalho africana, de acordo com Nascimento (2016), foi a atividade açucareira no Nordeste e durou pelo menos duzentos anos, requerendo a concentração de africanos nessa região, embora também estivessem espalhados por todo território nacional. Somente a partir do século XVIII, Nascimento (2016), os africanos deslocam-se para o sul do Brasil, requisitados para trabalho nos garimpos de pedras preciosas. O fluxo migratório escravista continuou sua dinâmica deslocando-se para o sul brasileiro com o fim do ciclo de mineração e ascensão do ciclo do café, principalmente nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

Esse pequeno panorama demarca o papel desempenhado pela escravização africana na construção do Brasil. A exploração gratuita e desumana da força de trabalho africana e o extermínio direto de milhares de indígenas, ergueu a economia e a sociedade brasileira a despeito da desumanização do povo africano.

> Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (Nascimento, 2016, p. 44).

As classes dirigentes da colônia, conforme Nascimento (2016, p. 45), se ocupavam no "exercício da indolência, no cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria". Havia uma espécie de véu que encobria a real extensão do que de fato era a escravização, através da ideologia do cristianismo. Por isso, a escravização de povos africanos foi reconhecida internacionalmente como uma "instituição benigna, de caráter humano". O cristianismo forneceu ideologia necessária para a tentativa de assimilação passiva dos africanos a brutalidade da escravização, desempenhando um papel essencial na manutenção desse sistema.

E ainda hoje a religião cristã - não mais pela vertente católica, mas pela evangélica, é central para que o projeto colonial siga em curso, através de discursos legitimadores das violências as quais a população negra e indígena está continuadamente submetida no Brasil. Os evangélicos brasileiros fazem missões indígenas e africanas com o intuito de converter essas pessoas ao cristianismo, demonstrando que a colonialidade se mantém em curso até os dias de hoje e não há, em 524 anos de Brasil, um reconhecimento da profundidade da escravização.

A religião continua desempenhando um papel crucial para que a sociedade brasileira continue negando suas mazelas e reafirmando o mito da democracia racial. Há pouco tempo se fala abertamente sobre racismo no Brasil e há pouco tempo relaciona-se as violências que a população negra sofre, com o racismo estrutural. Nascimento (2016), faz menção ao

pensamento de um padre famoso no período escravista para revelar a conexão existente, desde sempre, entre a escravidão, o cristianismo e o racismo:

> Segundo a oratória de Vieira, as águas do batismo cristão possuíam as diversas virtudes justificativas do escravizamento do africano e, mais ainda, tinham o poder mágico de erradicar sua própria raça – um desgraçado limpo e branco! O racismo óbvio implícito e explícito no conceito dessas águas místicas que tornariam o africano num branco-europeu, estado considerado pela igreja como limpo e patentemente superior ao negro-africano, imediatamente destrói certas alegações de que o cristianismo e, especificamente, o catolicismo, eram inocentes neste assunto de racismo (Nascimento, 2016, p. 64).

O conceito de racismo estrutural, esmiuçado pelo professor e jurista Sílvio de Almeida, parte da compreensão de que o racismo é parte constitutiva da organização social. Ou seja, os arranjos sociais, políticos, econômicos, jurídicos e até pessoais estão permeados pelo racismo, portanto, o racismo não é "uma patologia social e nem um desarranjo institucional" (Almeida, 2019, p. 50), mas se configura como uma regra na ordem social capitalista. Conforme Souza (2021, p. 54-55):

> Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante.

A colonização portuguesa foi ardilosa, no sentido de adotar estratégias que disfarçassem o caráter violento da escravização através da propagação de mentiras e estereótipos que ainda hoje estão presentes no nosso cotidiano, como a falácia de que os africanos escravizavam africanos e a falsa ideia de que a doutrinação cristã imposta aos indígenas e aos africanos foi benéfica. Uma tentativa vil de mitigar o peso do escravismo. Assim, "o mito da influência humanizadora da Igreja Católica procura exonerá-la de suas implicações na ideologia do racismo sobre a qual a escravidão se baseava (Nascimento, 2016, p. 48).

O mito fundador, que ainda se destaca como marca internacional brasileira, parte da falsa ideia, introjetada no imaginário popular pela negação do racismo estrutural, de que o Brasil é uma democracia racial. Uma espécie de paraíso no qual as três raças- branca, negra e indígena, supostamente convivem em plena harmonia.

Multirracialidade, miscigenação racial e o mito da democracia racial

Antes de adentrar no mito da democracia racial brasileira é necessário discutir acerca da questão multirracial no Brasil. O movimento Pardidade faz um apelo a uma "multirracialidade", que penso ser a única coisa biológica que existe sobre as raças. De fato, biologicamente somos multirraciais, no entanto, a classificação racial acontece com base na raça enquanto fenômeno

social, e não biológico. Desse modo, ninguém é classificado como negro, branco ou indígena no Brasil com base na genética, mas através do fenótipo – primeiramente pela cor da pele e depois pelos traços físicos. De acordo com Souza (2021):

> Convém explicar que raça aqui é entendida como noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição na estrutura de classes. Apesar de estar fundamentada em qualidades biológicas, principalmente a cor da pele, raça sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum uma mesma graduação social, um mesmo contingente de prestígio e mesma bagagem de valores culturais (Souza, 2021, p. 53-54).

A miscigenação brasileira ocorreu de modo absolutamente violento, dessa maneira, atualmente o termo é utilizado política e ideologicamente, como aponta Carneiro (2023, p. 66), por diferentes correntes de pensamentos, que muitas vezes esquecem - ou fingem esquecer, como se deu o processo de miscigenação no Brasil e o utilizam sem a necessária crítica e memória histórica. Penso que pessoas pardas devem ter orgulho de quem são, compreendendo a politização mediante o esforço do movimento negro de não deixar o pardo ser instrumentalizado pelo racismo no Brasil.

Dessa maneira, é importante não esquecer que o apelo a "mestiçagem" que o movimento Parditude faz remonta a um processo violento no qual mulheres negras e indígenas sofriam diversos abusos, e seu uso ainda que pareça "despolitizado" serve a uma política de deslegitimação do papel do movimento negro no Brasil. Em "Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional *versus* identidade negra", Munanga (1999) defende a tese de que a consolidação da identidade nacional brasileira se embasou nas teorias eugenistas do final do século XIX e início do século XX visando o embranquecimento da população brasileira. No entanto, contrariando os delírios ideológicos da elite dominante da época, o projeto fracassou e em lugar de uma população de maioria branca, o que ocorreu foi uma pluralidade de fenótipos que caracterizam o Brasil.

O que não se pode perder de vista – apesar dos usos políticos e ideológicos que o termo "mestiço" carrega consigo a depender da conjuntura, é que sua origem tinha uma intencionalidade que até hoje está arraigada no inconsciente coletivo, como pontua Munanga (1999)

> Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na "negritude" e na "mestiçagem", já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior (Munanga, 1999, p. 16).

Moura (2019) nos lembra que os "mestiços" - frutos das relações entre pessoas de raças diferentes, sempre foram vistos socialmente como inferiores. E ainda que os pardos carreguem consigo esse trauma colonial de inferiorização, é necessário reverter essa lógica como forma de enfrentamento desses efeitos coloniais. Isso é politização carregada de memória histórica e crítica!

A política de embranquecimento da população brasileira se pautou em teorias eugenistas de branqueamento – o chamado racismo científico. Dessa maneira, dadas as origens e a brutalidade do que foi a miscigenação ou "mestiçagem", seu uso, sem considerar a extensão da violência colonial, é considerado racista.

A miscigenação foi uma política de Estado que tinha em vista eliminar a raça negra, considerada inferior, ao longo dos anos. Essa política teve expoentes como Raimundo Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Gilberto Freyre, entre outros intelectuais que, como nos mostra Munanga (1999), embora tivessem proposições ligeiramente distintas sobre a influência da miscigenação na composição étnico/racial brasileira, comungavam entre si a ideia de que a suposta superioridade da raça branca seria capaz de se sobressair, e, portanto, eliminar, os negros do Brasil.

Nascimento (2016, p. 65) nos lembra que "desde o século XIX, o objetivo estabelecido pela política imigratória foi o desaparecimento do negro através da "salvação" do sangue europeu, e este alvo permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX". A política de embranquecimento fracassou e não houve população brasileira branca – uma vez que raça não existe biologicamente, mas deu origem aos pardos como conhecemos atualmente: alguns com traços considerados "finos" e pele mais escura, outros de pele clara e traços mais "negroides" e mais uma gama de fenótipos que vemos diariamente. Sobre isso, Carneiro (2023) demonstra que:

> A miscigenação tem se constituído como um instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o "branco da terra", oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estar mais próximos do ideal humano, o branco (Carneiro, 2023, p. 67).

Dessa maneira, é perceptível que o movimento Parditude, ao fazer um apelo a essa multirracialidade, a "mestiçagem" ou ainda a separação política dos pardos da categoria de negros, está tentando se aproximar, do ideal de humano que é branco, tendo em vista a suposta aceitação social que a pele clara os possibilita. Assim, o movimento em si é massa de manobra do pensamento racista que propõe a segregação entre pretos e pardos.

Munanga (1999) faz uma crítica as tentativas de criar uma identidade mestiça no Brasil, ao apontar que essa seria uma proposta que agiria de modo contrário aos esforços empreendidos pelo movimento negro e outras organizações formadas pelos grupos ditos minoritários, que "lutam para a construção de uma sociedade plural e de identidades múltiplas" (Munanga, 1999, p. 16).

Para o autor, a intenção de evocar essa "identidade mestiça" a qual o Movimento Pardidade faz alusão tem como consequência a desarticulação dos esforços do movimento negro de construir uma solidariedade entre pardos, pretos, indígenas etc. que legitime o direito à diferença. Logo, "abraçar a ideia de uma identidade mestiça não significaria retirar e negar a solidariedade aos poucos negros e índios indisfarçáveis, aos orientais e minorias brancas que têm direito de se achar diferentes? Não significaria cair numa nova armadilha ideológica?" (Munanga, 1999, p. 16).

É interessante perceber que o que pretos e pardos têm em comum é o julgamento social de nunca serem reconhecidos como brancos, como almejava o Estado brasileiro, e tem condições materiais de vida semelhantes, estando entre os piores índices de empregos, saúde, educação e saneamento, como aponta o IBGE (2022). Sobre isso afirma Munanga (1999):

> Se durante a escravidão os mulatos puderam receber alguns tratamentos privilegiados em relação aos negros, por terem sido filhos dos senhores de engenho, hoje eles são na sua grande maioria filhos e filhas de pais e mães da classe pobre e, portanto, constituem-se na maior vítima da discriminação racial, devida à ambigüidade cor/classe, além de serem mais numerosos que os "negros". Então, a junção política entre pretos e pardos intenta também a luta por melhores condições de vida, além da superação dessa inferiorização racial imposta pelo colonialismo (Munanga, 1999, p. 94).

No entanto, o movimento Pardidade age contracorrente e a favor da lógica embranquecedora ao tentar romper com a politização da categoria de negros e apelar a uma suposta auto independência parda ou mestiça – ambas terminologias são utilizadas, que serve tanto para alimentar a branquitude quanto para continuar minando a identidade racial das pessoas pardas. A escolha da palavra suposta não é acidental, uma vez que em termos estatísticos a categoria de pardos, conforme o IBGE (2022), existe independente da categoria de pretos. Em outras palavras, as pessoas podem optar entre a autodeclaração parda ou a preta. A junção de pretos e pardos na categoria de negros é um esforço de politização!

O argumento de não aceitação dos pardos pelos pretos também não se sustenta, pois, vivendo em uma sociedade que hierarquiza racialmente as pessoas, mesmo no interior da categoria de negros, os pretos apenas demarcam as diferenças cruéis que a pele retinta inscreve

em seus corpos em detrimento de uma passabilidade (inegável e problemática também) parda que em determinadas situações disfarça o peso do racismo.

O pardo e o limbo racial

Ao apontar que o "ser pardo" às vezes traz consigo uma passabilidade que mascara o peso do racismo, o faço não porque penso que pardos obtém privilégios, pois o racismo é cruel e violento em todas as suas faces e independente do seu alvo. Mas porque o racismo se manifesta de maneiras distintas entre pessoas pretas e pardas, sendo necessário ter a honestidade e a consciência de reconhecer que no interior da categoria negros temos nossas diferenças e especificidades, todavia, sem perder vista que não podemos sucumbir ao projeto colonial que tenta a todo momento nos dividir. E acredito mesmo que são as nossas diferenças - desde que não venham disfarçadas de ataques aos direitos humanos, quem nos fornecem o sentido de coletividade. Uma diferença na forma de manifestação do racismo para pessoas pardas está na percepção tardia de que o racismo sempre esteve presente em suas vidas, fato que dificilmente acontece com pessoas de pele retinta.

Quando o racismo científico caiu em desuso, o Estado brasileiro escamoteou a ideia de embranquecimento baseada nas teorias eugenistas e em seu lugar nasceu a ideia de "democracia racial", como nos lembra Abdias Nascimento em "O genocídio do negro brasileiro". Daí em diante difundiu-se uma ideia de Brasil como sendo o paraíso das três raças, baseado nas ideias luso-tropicalistas[2] de Gilberto Freyre[3] e ocultou-se a todo custo qualquer noção de racismo na sociedade brasileira, bem como qualquer menção ao passado escravocrata do país.

Mas, na prática, o racismo sempre seguiu a tônica de desumanização e criminalização da população negra. E mais tarde, Florestan Fernandes, autor do termo "democracia racial" vai atestar que essa ideia de país racialmente amistoso nunca passou de um mito baseado em uma concepção absolutamente racista. O grande sucesso da ideia de "democracia racial" brasileira ocorreu no sentido de criar uma população, principalmente de negros, que não sabem se identificar racialmente. Para as pessoas pretas, de pele retinta, nunca houve saída, afinal, o

[2] O luso-tropicalismo foi uma teoria criada por Giberto Freyre para explicar a suposta capacidade de Portugal de adaptação aso trópicos e de criação, por via da miscigenação, de culturas pacíficas. A teoria luso-tropicalista freyriana é vista como justificativa ao colonialismo português, embora tenha servido – e infelizmente ainda é utilizada, como explicativa para formação sociocultural de países como Brasil e do continente africano.

[3] As principais obras luso-tropicalistas de Freyre remetem as teorias que ligam Portugal e os trópicos em um contexto colonial. Casa Grande & Senzala (1933) é a principal dessas obras por marcar a compreensão da miscigenação e da formação sociocultural do Brasil. Outras obras que compõe a teoria lusotropicalistas são "O mundo que o português criou (1940), "Um brasileiro em terras portuguesas" (1953), "Integração portuguesa nos trópicos" (1958) e "O luso e o trópico" (1958).

racismo nunca foi mascarado para elas. Ou seja, pessoas pretas sempre souberam que são negras.

No entanto, aos pardos, houve uma certa passabilidade que possibilitou uma negação parcial e/ou absoluta de suas identidades raciais, até que um dia algum episódio de racismo tenha feito um "chá de revelação racial" sobre si mesmos. Pessoas autodeclaradas pardas vivem os dissabores da raça de maneiras distintas das pessoas pretas. E isso não é hierarquizar sofrimento, mas lembrar que a raça é um instrumento de classificação, não apenas entre negros e brancos, mas entre os próprios negros.

Os episódios de racismo vivenciados por pessoas pardas não são mais ou menos violentos do que os vivenciados por pessoas pretas, mas entendemos que existem nuances do racismo que são mais ou menos visíveis a depender de quem seja o alvo no momento. Dessa forma, acho injusta a invisibilização a qual o movimento Pardidade acusa a categoria preta. Aparentemente, as pessoas que aderem ao movimento Pardidade são movidos por um certo ressentimento em não serem lidas socialmente como brancas e por não serem presumidas como negras de imediato, como assinala Avelino (2023, p. 54): "As pessoas pardas em meio a esse contexto de exclusão apresentado anteriormente acabam por experienciar um deslocamento muito semelhante, principalmente a culpa associada à parte branca de nossa ascendência europeia".

Na realidade, o racismo se manifesta de modo contrário ao exposto pela autora: as pessoas pardas se sentem culpadas e vivem em estado de negação pela ascendência negra explícita em seus fenótipos e não por sua contraparte europeia, pois se assim fosse não haveria de se falar em racismo ou exclusão. Esse tipo de argumentação, ainda que não se sustente na realidade material, é prejudicial porque divide as pessoas negras, alimenta a branquitude e aprofunda o sentimento de "limbo racial". Sobre isso, Carneiro (2011) assinala que:

> A fuga da negritude é a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pela sociedade. Cada negro claro ou escuro que celebre sua mestiçagem – ou suposta morenidade – contra sua identidade negra tem aceitação garantida (Carneiro, 2011, p. 73).

Esse trecho pertence a um artigo da Sueli Carneiro publicado originalmente no ano de 2002. Desde os anos 2000 Carneiro (2011, p. 66) alerta para os "diferentes usos políticos e ideológicos" dos desdobramentos do processo de miscigenação no Brasil. E 24 anos após esse alerta, a questão reaparece com intenções que ameaçam conquistas sociais significativas para a população negra brasileira.

O lema "resgatando leopardos do limbo racial" é uma frase que estampa o perfil do Instagram do movimento Pardidade. Como dito no início, é verdade que pessoas pardas vivem em uma espécie de limbo quando o assunto é autoidentidade. Mas, a questão da autoafirmação racial é um movimento político que deve ser feito considerando o contexto histórico do nosso país e não inspirado em teorias que não se aplicam a realidade brasileira, como a teoria de estadunidense de uma gota de sangue, que considera a ascendência não branca como marcador de negritude, ou ainda a partir da "consciência mestiça", da autora Glória Anzaldúa (2016), que faz referência a uma realidade na qual, ainda que guarde similitudes, os desdobramentos relativos a raça e racismo são distintos do Brasil.

O movimento se intitula como o "primeiro projeto antirracista do BR com foco em multirracialidade" (Bueno, 2025), e a motivação da sua emergência, baseia-se, supostamente, da "necessidade de dar voz e visibilidade às pessoas mestiças, que representam 45,3% da população brasileira, segundo IBGE" (Bueno, 2024). O primeiro equívoco dessa afirmação é a troca do termo "pardo" por "mestiço", primeiro porque dado o peso histórico das inúmeras violências decorrentes do processo de mestiçagem no Brasil, o uso da palavra "mestiço" é considerado racista. Depois porque o próprio IBGE incluiu no censo a categoria "pardo" desde 1950 e ela não está relacionada necessariamente com a categoria "preto", ou seja, as pessoas livremente podem se autodeclarar pardas ou pretas.

O esforço de aproximar a categoria de pretos e pardos e agrupá-los na categoria de "negros" é um movimento político que jamais intentou apagar a identidade racial de pessoas pardas, mas politizá-las para que não caíssem nas armadilhas ideológicas coloniais que forçavam, inicialmente, a identidade mestiça como inferior, e depois do mito da democracia racial, forjaram a identidade parda como sendo tipicamente brasileira, mas que na prática leva as pessoas pardas ao limbo racial.

Esse limbo racial é uma armadilha colonial de despolitização da negritude que age através de diversas frentes, e uma delas é esse apelo descontextualizado a mestiçagem. Outro ponto que merece atenção no texto de apresentação da Pardidade é justamente o movimento se chamar "Pardidade" e não algo relacionado a mestiço. Se o apelo que se faz é a mestiçagem, por que se utilizar da derivação do termo pardo?

Um ótimo exemplo de como o limbo racial opera minando identidades raciais se revela quando observamos o processo de transição capilar de algumas pessoas pardas. A transição capilar acontece porque as pessoas optam por não mais submeterem seus cabelos aos processos químicos de alisamento. Os motivos nem sempre são, necessariamente, por questões de autoafirmação racial, afinal, muitas mulheres o fazem porque os cabelos se tornam muito

fragilizados diante da química e do calor excessivo da chapinha e do secador. Por outro lado, colocar a textura natural dos seus cabelos em evidência as coloca, involuntariamente, diante da questão da raça. Muitas mulheres se "descobrem" negras quando seus cabelos estão naturais porque os traços que as atrelam a negritude se maximizam nessa conformação na qual o cabelo é um agente de "revelação". Consequentemente, o racismo também tende a se tornar mais escancarado e essas pessoas, que até então não haviam se questionado sobre negritude e nem se confrontado com a questão racial, se veem em um não lugar, pois não sabem se são negras ou brancas.

Algumas entram um processo de negação e voltam a alisar os cabelos, se utilizando na passabilidade de serem lidas socialmente como menos negras ou brancas e abdicam de lidar com a violência escancarada do racismo (pois, mesmo que veladamente, ainda serão obrigadas a encarar o racismo), e outras veem nos cabelos naturais uma possibilidade de autoafirmação e reconstrução da própria identidade e autoestima. Essa segunda opção, ainda que mais dolorosa (uma vez que racismo vai manifestar, e muitas vezes através de comentários como "de cabelos alisados era mais bonita" ou "com cabelo natural você fica com cara de pobre"), significa um posicionamento político diante do que foi a política de embranquecimento da população brasileira. E um movimento de resistência, pois o movimento de transição capilar verificado da internet de 2013 até 2023 tem se enfraquecido. Muitas blogueiras e influencers tem incorporado um discurso conservador e tem voltado a alisar seus cabelos sob a justificativa de que "cabelo natural" dá muito trabalho ou ainda através da estética "clean girl", um estilo de se vestir que se pretende "natural" através do uso de roupas "sociais" em cores neutras, maquiagens suaves, e claro, cabelo "liso". Dito de outra maneira, através de uma estética completamente contrária à de pessoas negras.

Santos (2021) constatou em sua pesquisa[4] que ainda que pessoas negras , sejam elas de peles claras ou escuras, com traços "finos" ou mais "negroides", tenham um passado comum - marcado pela escravização de seus antepassados, não é suficiente para que haja uma identidade negra organizada e positiva, dados os inúmeros atravessamentos psicológicos ocasionados pelo racismo, que conformam uma experiência negra que intenta a todo momento se afastar da negritude – mesmo que ela esteja inscrita em seus traços, e buscar um ideal de identidade que é branco.

[4] O livro "Torna-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social" é resultado da dissertação de mestrado de Neusa Santos Souza. Em sua pesquisa, a autora estudou acerca da vida emocional do negro brasileiro de modo que eles elaborassem um discurso sobre si mesmos.

Para Souza (2021, p. 127), a construção da negritude, ou o tornar-se negro, pressupõe "tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acercar de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece". Ou seja, compreender que nessa conformação social somos pessoas alienadas de si mesmas, e para romper com isso, precisamos confrontar tudo que nos ensinado e repassado ao longo das gerações, principalmente aquilo que foi internalizado por nós, inconscientemente, no ambiente familiar.

Pardo indígena?

Outro o argumento apontado pelo movimento Parditude em relação à defesa da separação entre pretos e pardos seria de que a categoria parda estaria incluindo erroneamente as pessoas de ascendência indígena e que isso contribuiria para o apagamento indígena. Segundo Avelino (2023, p. 50): "afirmar que pardos são negros contribui com etnocídio indígena". Ambas as interpretações são equivocadas e uma é extremamente violenta: a primeira interpretação é equivocada porque a categorização dos dados pelo IBGE se faz a partir de autodeclaração e baseada em uma leitura fenotípica. Ou seja, a ascendência indígena, africana, amarela ou branca não é um critério, pois se assim fosse, todo brasileiro seria considerado pardo.

A segunda interpretação é equivocada e violenta porque atribui aos esforços do movimento negro a responsabilidade pelo apagamento dos povos indígenas. Etnocídio significa "a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição" (Clastres, 2004, p. 83), e na história do Brasil, indígenas e africanos foram escravizados pelo mesmo colonizador, ou seja, é impossível que as pessoas negras ou o movimento negro apaguem culturalmente os povos indígenas porque não existia, ainda que cogitassem, poder para tal ato.

Muito pelo contrário, o movimento negro sempre se posicionou a favor e esteve lado a lado na luta do movimento indígena brasileiro, demarcando o compromisso com o pluralismo étnico/racial no Brasil. Como exemplo dessa solidariedade no fim dos anos de 1970 diversos movimentos se uniram em uma peregrinação pela memória de Zumbi dos Palmares na Serra da Barriga/AL. Estiveram presentes importantes líderes como Ailton Krenak, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, reforçando a importância da união dos movimentos étnicos/culturais para o reconhecimento das diversas identidades.

Ademais, os censos, assim como o conceito de raça, são relacionais, podendo modificar suas categorias, bem como incluir outras a depender da conjuntura histórica. Os censos tendem

a acompanhar as modificações acerca da compreensão das categorias, e foi justamente isso que ocorreu no último censo publicado no ano de 2022, considerando a disputa em torno dos significados do "ser pardo" no Brasil. Se antes pessoas indígenas, acabavam sendo aglutinadas na categoria de pardos, como aponta Avelino (2023), esse problema foi sanado quando o IBGE incluiu, no censo de 2020, a categoria de indígenas – nos censos anteriores a autoidentificação indígena estava atrelada a documentação da FUNAI, como nos lembra Gato (2024, p. 79): "essa possibilidade abre chance de que as pessoas migrem da classificação pardo, hoje contado entre os 'negros', para a categoria 'indígena', que tende a crescer".

O Brasil hoje tem um movimento indígena composto de intelectuais e militantes muito aptos para questionar e propor modificações na forma como são categorizados os dados acerca da identificação racial indígena. Ademais, embora o IBGE tenha permitido a questão autodeclaração, é importante destacar que "ser indígena" tem uma forte relação com pertencimento em comunidades, dessa maneira, ainda que muitas pessoas carreguem em seus traços físicos características físicas típicas de pessoas indígenas, nem sempre serão consideradas indígenas de fato. Como dito, ascendência não é critério utilizado para leitura racial.

Cabe destacar a importância de uma correta autoclassificação racial considerando seus impactos para a formulação de políticas públicas. Os dados do IBGE (2022) demonstram que embora tenhamos uma população brasileira de maioria negra – somando-se pretos e pardos, 56%, essas pessoas ainda estão sub representadas em instância de poder e sobrerepresentadas em estatísticas de violência policial e encarceramento, como apontam os dados do FBSP (2024).

As políticas públicas são impactadas pela autodeclaração racial e isso importa dizer porque temos visto inúmeras tentativas de deslegitimação das bancas de heteroidentificações raciais nos concursos públicos, somado ao fato de que muitas pessoas não sabem se autodeclarar corretamente, visto que ainda são oprimidas pela noção de inferioridade racial atribuída ao "ser pardo".

O campo da autodeclaração racial presente nos formulários de atendimento ao público em geral, hospitais, assistência social, judiciário e entre outros, é um campo extremamente necessário para que o Estado conheça o perfil das pessoas atendidas nas instituições públicas. Todavia, existem algumas problemáticas, como o fato de as pessoas ainda não sabem se identificar racialmente e a falta de politização das pessoas que recolhem os dados dos atendidos. Muitos profissionais deixam o campo de identificação racial em branco, ou ainda marcam a identificação racial das pessoas de acordo com as suas percepções, sem ao menos as consultarem.

Assim, quando apelamos pela politização das identidades raciais é intentando formular estratégias que deem conta de enfrentar o racismo institucional, que cria inúmeras barreiras para o acesso da população negra e indígena às políticas públicas. A luta pela politização da categoria pardos também significa reconhecer e manter o legado dos militantes e intelectuais negros que lutaram para que hoje o negro e o indígena brasileiro pudessem reivindicar suas pautas. É importante que não percamos de vista a trajetória de luta do nosso povo em favor de reivindicações que podem nos fazer retroceder no que diz respeito aos direitos conquistados.

Movimento Negro e identidade racial no Brasil

A classificação que o IBGE faz hoje, categorizando como negros todos aqueles que se autodeclaram pretos e pardos, é fruto de intensas lutas do movimento negro brasileiro, que ao perceber a intenção do Estado brasileiro de criar o "pardo" como atribuição a uma identidade supostamente "100% brasileira", ocultando o passado escravocrata e o racismo, tratou de acolher e politizar a categoria pardo. Além disso os pesquisadores negros notam congruências entre os indicadores sociais de pessoas pardas e pretas que possibilitaram agrupá-los como negros, uma vez que são herdeiros de muitas das mazelas coloniais.

> Desde os anos de 1970, os pesquisadores Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva já haviam mostrado a persistência das desigualdades herdadas e transmitidas pelas pessoas autodeclaradas pardas e pretas. Por isso, os autores preferiram juntar essas categorias presentes nas pesquisas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e chamá-los todos de não brancos. O termo hoje pode soar politicamente desajustado, posto que é fundado numa negatividade: não ser branco (Rios, 2024, p. 4).

Assim, afirmar que negros são pardos, é uma estratégia política e legal de enfrentamento do racismo estrutural e institucional perpetuado pelo Estado brasileiro que sempre negou a nossa existência e utiliza da classificação racial, assim como de outros marcadores, como uma estratégia de controle da população. Nesse sentido, do meu ponto de vista, o movimento Parditude é pouquíssimo aprofundado no tocante a formação sócio-histórica brasileira e pouco respeitoso com os nossos intelectuais e ativistas que abriram caminhos para que hoje nossas demandas sejam legitimadas e sejamos respeitados enquanto cidadãos brasileiros.

Graças ao esforço coletivo do Movimento Negro Unificado, hoje temos uma população de 55,5% de negros, que mesmo diante de todo racismo, se orgulham em autodeclarar-se negros. Desses, 45,3% se autodeclararam pardos, superando, segundo o IBGE (2022), pela primeira vez desde 1872 o quantitativo de brancos. O Censo do IBGE (2022) demonstrou também que o percentual de pretos mais que dobrou entre os anos de 1991 e 2022, chegando em 10,2%.

A quem atribuir essas mudanças? Por que as pessoas têm orgulho de se identificar racialmente como pretas e pardas? Será que simplesmente só nasceram e morreram mais pessoas com essa autodeclaração? Ora, raça é um conceito relacional e histórico, como aponta Almeida (2019). Isso implica dizer que a depender da conjuntura as pessoas serão mais ou menos coagidas em relação as suas raças, e consequentemente terão mais ou menos orgulho de se afirmarem como tal a depender do sentido que a raça tenha em determinado momento histórico.

Houve um período em que o "ser pardo" estava associado ao escravismo, logo, as pessoas não se autodeclaravam pardas porque não gostariam de ser associadas a escravização. Vivemos um momento, pelo menos no Brasil, no qual crianças, adolescentes, adultos e idosos exaltam suas características africanas e indígenas. A própria indústria da beleza, sempre focada no padrão europeu, tem hoje nichos específicos para cabelos crespos e cacheados, ainda que saibamos da cooptação dessas pautas pelo capitalismo.

Isso se deve a mudança na apreensão da noção de raça para a população. Raça, embora ainda seja um elemento de hierarquização social completamente funcional ao sistema capitalista, também tem sido um elemento de produção de resistências. A quem devemos atribuir essa inversão na lógica racial, a ponto de promover orgulho e não mais vergonha e negação de si mesmo? E mesmo que estejamos um pouco distantes de nos tornarmos um país minimamente respeitoso e acolhedor com suas populações originárias, é de grande valia reconhecermos o quanto avançamos a respeito de nós mesmos, e temos tentado, na medida do possível, nos fazermos enxergar. Nesse sentido, visão crítica é essencial! Não apenas para fazer contraponto ao que não é provado materialmente através da realidade, mas sobretudo para enfrentarmos aquilo que não expressa valores éticos e humanizantes para o país que almejamos construir.

E respondendo a indagação do parágrafo anterior, atribuímos nossas mudanças sociais ao nosso movimento negro que incansavelmente leva à sério nossas questões e luta para que não haja entre nós divisões e retrocessos! Aos nossos intelectuais que mesmo diante da invisibilização registraram seus escritos e hoje são grandes referências para nós! Em um país no qual temos como grandes referências os trabalhos de Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e entre outros autores brilhantes, não precisamos mesmo rever textos absolutamente racistas de autores como Gilberto Freyre! Não precisamos exaltar uma miscigenação que tinha como objetivo nos eliminar! Somos negros brasileiros, indígenas brasileiros, pretos brasileiros e pardos brasileiros, que resistimos a despeito de mais de 500 anos de Brasil.

Quem é suficientemente negro para as bancas de heteroidentificações

Todo esse debate em torno do "ser pardo" no Brasil tem coincidido – e não acidentalmente, com as inúmeras denúncias acerca de irregularidades na aplicação da Lei 12.711/2012[5], conhecida como Lei de Cotas. As redes sociais têm sido o palco onde as discussões sobre "quem é suficientemente negro" têm acontecido e as teorias sobre o pardo tem estado em alta. Vale lembrar que a Lei de Cotas foi um direito conquistado pelos esforços do movimento negro brasileiro, tendo em vista todo atraso imposto pela colonização as famílias de negras, indígenas e quilombolas, que até hoje lutam para serem representados equitativamente na sociedade brasileira.

A Lei de Cotas completou 23 anos em 2025, mas sempre enfrentou críticas por parte daqueles que não concordam com a sua necessidade para fins de reparação história. Políticas de ações afirmativas, a exemplo das cotas, tendem a ser suprimidas quando seu objetivo de reparação é devidamente alçando, logo, não é um meio definitivo. Os resultados da efetividade das cotas são vistos nos ambientes universitários e ao contrário do que muitas pessoas afirmam, os estudantes cotistas apresentam notas altas e podem, através da alteração na lei, concorrer concomitantemente às vagas de ampla concorrência.

O estudo pioneiro organizado pelos sociólogos Luiz Augusto Campos e Márcia Lima demonstram os resultados da política de cotas ao longo desses mais de 20 anos de sua efetivação. Intitulado "O Impacto das Cotas: Duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro", contou com a colaboração de pesquisadores de grupos de oito grupos de pesquisa do país. Conforme a agência de notícias da Universidade de Brasília:

> A obra mostra como as cotas raciais e sociais modificaram profundamente o perfil das universidades públicas. Se até o final dos anos 1990 o ensino superior brasileiro era dominado por estudantes brancos e de classes médias e altas, hoje o cenário é outro: em 2021, estudantes pretos, pardos e indígenas já representavam 52,4% dos matriculados nas universidades públicas, frente aos 31,5% em 2001. No mesmo período, a presença de alunos das classes D e E também saltou de 20% para 52%, evidenciando a dimensão econômica da mudança (Universidade de Brasília, 2025).

E é justamente a efetividade da Lei de Cotas em modificar o acesso à universidade pela parte empobrecida da sociedade que tem causado impacto negativo entre a elite nacional, pois mais pessoas tem adentrado cursos antes ocupados pelos filhos da classe média e alta no Brasil. Cursos elitizados, como Medicina e Direito, eram majoritariamente e historicamente ocupados pelos filhos dos ricos – pessoas geralmente brancas, funcionando como espécies de capitanias hereditárias. No entanto, com as reservas de vagas garantidas para pessoas que estudaram em

[5] Atualizada pela Lei 14.723/2023.

escola pública, pessoas negras, pessoas indígenas e pessoas quilombolas, esse cenário tem sido modificado drasticamente. Os dados do IPEA (2020) demonstram que houve um aumento de "13% em 2012, para mais de 39% em 2017" no ingresso dos estudantes ao ensino superior em virtude da Lei de Cotas.

Com a efetivação da Lei de Cotas emergiu a necessidade das bancas de heteroidentificação para garantir que as reservas fossem ocupadas pelos seus públicos-alvo. Na prática, pessoas brancas e fora da faixa de renda estavam ocupando indevidamente as vagas reservadas, assim, as bancas surgiram para fiscalizar e garantir que não houvesse fraudes nas destinações das vagas.

Atualmente, inúmeras tentativas de deslegitimação da política de ações afirmativas no Brasil tem acontecido e encontrado no judiciário – com seu histórico de capitanias hereditárias, um importante mecanismo de apoio. O Brasil tem hoje uma população composta de 56% de pessoas autodeclaradas negras, entre as quais 45,3% são pardas, segundo o IBGE (2022).

A grande questão é que mesmo com esse percentual elevado de pessoas pardas – sendo inclusive o maior percentual desde o ano de 1992, pessoas pardas têm sido invalidadas no processo de aferição racial realizado pelas bancas de heteroidentificações. Dentre as muitas especulações sobre os porquês, tem se percebido que essas invalidações têm acontecido principalmente em cursos elitizados como uma tentativa de deslegitimação da Lei de Cotas, considerando a repercussão negativa que ocasiona nas redes sociais. Nesse ínterim reacendeu-se o debate sobre "quem são as pessoas suficientemente pardas" para as bancas como uma estratégia de confundir ainda mais o debate racial no Brasil.

O termo pardo, como nos lembra Carneiro (2023), sempre foi alvo de disputa no Brasil, e em um cenário de avanço do conservadorismo tem surgido correntes que tentam cooptar essa parcela importante da população através de uma leitura racial rasa, carente de aprofundamento teórico e um tanto desonesta com o movimento negro brasileiro. É nesse ponto que nos defrontamos como o movimento Pardítude tentando sequestrar a pauta das bancas de heteroidentificações e as acusando de favorecer a branquitude em detrimento dos "corpos mestiços".

Vejamos, mais uma vez o movimento Pardítude trabalha com meias verdades. É verdade que às diversas sabotagens das bancas de heteroidentificações tendem a favorecer a branquitude inquieta por perder suas "capitanias" para pessoas negras, indígenas, quilombolas e pobres, mas as bancas não são as grandes vilãs. Elas têm sido instrumentalizadas para que a população acredite que a política de cotas não é efetiva e causar a despolitização do movimento negro.

Dessa forma, muitas pessoas pardas têm questionado a efetividade da Lei Cotas e se associado a movimentos que intentam separar ainda mais o movimento negro. Nessa disputa, a figura do pardo é imprescindível porque pessoas pardas, geralmente, não estão absolutamente resolvidas em relação ao seu pertencimento racial. Muitas, inclusive, passam a vida inteira vivenciando o limbo racial. Assim, é mais fácil serem seduzidas por líderes que se apresentam como pioneiros em um debate perene no Brasil.

A Política de Ações Afirmativas no Brasil é um direito conquistado, mas que precisa ser fortalecido para que continue resistindo diante dos reiterados ataques recebidos. Assim sendo, questionar a legitimidade das bancas de heteroidentificações contribui para o esfacelamento da Lei de Cotas e fortalece a branquitude que nunca se contentou com esse direito por nós conquistado. Logo, devemos ser cautelosos sobre quais posicionamentos temos endossado, principalmente nas redes sociais, para que não caiamos na cilada colonial que além de nos desumanizar continuadamente, também nos nega espaços na sociedade. O nosso papel é lutar para que as bancas funcionem adequadamente e garantam as reservas de vagas para pessoas pardas, pretas, indígenas, quilombolas, egressos do ensino público e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E ousar ir além, lutar para que as cotas sejam estendias as pessoas trans, visto que também fazem parte de um grupo historicamente excluído da sociedade.

Considerações finais

Vimos que a temática da Parditude tem se espalhado reacendendo o debate sobre o "ser pardo" no Brasil, e embora esse não seja um tema recente, o movimento chama atenção pelos seus argumentos contraditórios e pouco respeitosos com a trajetória do movimento negro brasileiro. A miscigenação intentou o apagamento físico da raça negra no Brasil quando as teorias eugenistas estavam em ascensão na Europa, mas o resultado não foi como o esperado e os "mestiços" nasceram com características físicas diversas como demonstrado ao longo do texto.

Depois, com a ideia de "democracia racial" o Brasil tentou ocultar o racismo se afirmando como o "paraíso das três raças" (Nascimento, 2016), e os pardos – atentar para a mudança na nomenclatura, seriam o símbolo da identidade nacional brasileira. Mas, historicamente pessoas pardas tendem a vivenciar o limbo racial em decorrência de suas características fenotípicas, que podem as aproximar ou distanciar do pertencimento étnico/racial negro. A leitura racial que fazemos no Brasil é uma leitura a partir de fenótipos, logo, muitas pessoas pardas acabam, erroneamente, se identificando como brancas. O resultado

disso é a vivência afastada da politização racial e a construção de uma identidade alienada de si mesma, como nos lembra Souza (2021).

Com a efetivação da Lei de Cotas e o "boom" das redes sociais, iniciou-se um movimento em massa que influenciou muitas pessoas a passarem pela transição capilar – esse movimento teve seu auge entre 2013 e 2014, e foi a partir dele que muitas pessoas pardas "se descobriram negras". O movimento de transição capilar que trouxe um resgate da autoestima, principalmente de mulheres, que passaram boa parte de suas vidas sem saberem como eram seus cabelos naturais. Mas, como dito, a consequência desse movimento foi se ver e se aceitar como pessoa negra no Brasil.

De lá para cá, com a ascensão do conservadorismo o movimento de transição capilar tem se enfraquecido porque para manter um cabelo 100% natural - haja vista que muitas pessoas não têm cabelos cacheados, mas crespos, é necessária muita consciência de quem se é para não se deixar a abalar pelas nuances do racismo estrutural no Brasil. O fato é que o debate sobre "ser pardo" se reacendeu e muitos movimentos têm tentado cooptar pessoas pardas se utilizando de argumentos e justificativas desonestas e despolitizantes.

Do meu ponto de vista, aos pardos brasileiros falta autoestima, consciência histórica e crítica, além de compromisso político com a nossa coletividade. E, como pessoa parda, que assim como muitas outras se enxergou negra tardiamente, sei que não é um processo fácil, ao contrário, exige coragem para nos despir de uma construção anterior a nós mesmo. Mas, o resultado, além de engrandecedor, é empoderador no sentido coletivo da palavra. Nós, brasileiros, não somos um povo carente de referências, temos inúmeros líderes, intelectuais e militantes que nos deixaram um legado de conquistas e lutas que precisam de continuidade.

No entanto, cabe a cada um, internamente, buscar se entender e se afirmar no mundo – mesmo diante de uma sociedade que é hostil a todo tempo, e não se deixar seduzir por discursos rasos que mais nos separam do que nos unem enquanto pessoas negras brasileiras. Concluo este texto fazendo referência à fala de Lélia Gonzalez em uma entrevista no ano de 1988, como sinal de alerta acerca da construção da nossa identidade enquanto negros brasileiros: "A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora" (Gonzales, 1988 *apud* Barreto, 2019). E complemento com um trecho da Neusa Santos Souza, Souza (2021, p. 127), que reafirma o pensamento de Lélia: "Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é torna-se negro".

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural.* São Paulo: Pólen, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera*: La nueva mestiza. Trad. de Carmen Valle Simón, Madrid: Capitán Swing, 2016.

AVELINO, Beatriz Bueno. *Parditude, mestiçagem e identidade no Brasil:* Uma Crítica à Rigidez Binária e a suas Implicações para a População Parda. Rio das Ostras, 2023. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Produção Cultural) – Universidade Federal Fluminense, Rio de janeiro, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1hygDC5bBu0Y9ase-EbV3j-KpWKA_gVwh/view. Acesso em: 15 ago. 2025.

BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. *Cult*, São Paulo, 3 jul. 2019. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Negros representam 56% da população brasileira, mas representatividade em cargos de decisão é baixa. Senado Notícias, 11 ago. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/08/negros-representam-56-da-populacao-brasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa. Acesso em: 9 ago. 2025.

BUENO, Beatriz. *Parditude:* Resgatando leoPardos do limbo racial. Disponível em: https://parditude.com/. Acesso em: 15 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. A miscigenação racial no Brasil. *In*: CARNEIRO, Sueli (Org.). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 66-69.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara. *In*: CARNEIRO, Sueli (Org.). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 70-73.

CLASTRES, Pierre. "Do etnocídio". *In*: *Arqueologia da violência:* pesquisas de antropologia política. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. Disponível: https://linktr.ee/coalizaonegrapordireitos. Acesso em: 02 jan. 2025.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2024. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: 23 jul. 2025.

GATO, Matheus. Notas sobre a morte do mulato. *Cult*, v. 27, n. 307, p. 75-82. 2024. Disponível em: https://www.cultloja.com.br/categoria-produto/revista-cult/dossies-digitais/. Acesso em: 20 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. *Agência de Notícias IBGE*, 11 nov. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento. Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cor ou raça. IBGE Educa – Jovens, 2025. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html. Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). População negra conquista espaço no ensino superior. Portal do Ipea, Brasília, 26 jun. 2020. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896. Acesso em: 12 ago. 2025.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. Desafios do Desenvolvimento, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Ano 8, n. 70, São Paulo, 29 dez. 2011. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acesso em: 09 ago. 2025.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro.* São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:* identidade nacional *versus* identidade negra. Petropólis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro:* processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RIOS, Flavia. O pardo foi e continua sendo a pedra de toque das nossas relações raciais. *Cult*, v. 27, n. 307, p. 4-8, 2024. Disponível em: https://www.cultloja.com.br/categoria-produto/revista-cult/dossies-digitais/. Acesso em: 21 dez. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.* Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Lançamento | Livro *O impacto das cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. *UnB Notícias*, Brasília, 09 jun. 2025. Disponível em: https://noticias.unb.br/component/agenda/agenda/4914. Acesso em: 23 jul. 2025.

LIBERTAS ON LINE

Na contramão do amanhã: o cenário neoconservador e os rumos do Serviço Social brasileiro

Against the tide of tomorrow: the neoconservative scenario and the directions of brazilian Social Work

Valeria Lucilia Forti*
Juliana Menezes Mendes Maurício**
Lidiane de Souza Barros***
Maria Eduarda da Costa dos Santos****

Resumo: Este texto oferece reflexões sobre a incidência dos contornos contemporâneos – marcados pelo aprofundamento do neoconservadorismo, do reacionarismo e do neofascismo – sobre a profissão de Serviço Social e o seu Projeto Ético-Político. Aprecia, para tanto, como os sujeitos profissionais têm tratado, do ponto de vista da produção acadêmica pós-graduada, da ascendência das tendências conservadoras e neofascistas. Trata-se de um ensaio[1] teórico ancorado na abordagem crítica da tradição marxista, com base em revisão, análise bibliográficas e achados iniciais de projeto de pesquisa.caracteres); resumo português.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; Serviço Social e Projeto Ético-Político.

Abstract: This article offers reflections on the frank impact of contemporary trends - marked by the deepening of neo-conservatism, reactionaryism and neo-fascism – on the Social Work profession and its Ethical-Political Project. To this end, it looks at how professional subjects have dealt with the rise of conservative and neo-fascist tendencies from the point of view of academic production. This is a theoretical essay anchored in the critical approach of the Marxist tradition, based on a bibliographical review and analysis.

Keywords: Neoconservatism, Social Work and the Ethical-Political Project

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: vforti17@gmail.com
** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: juliana_mmendez@hotmail.com
*** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lidianesouza321@gmail.com
**** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: mariafssuerj@gmail.com

[1] A menção à realização de um ensaio significa que, diferentemente de outros gêneros textuais, aqui, nossa exposição supõe síntese e, consequentemente, menor aprofundamento da fundamentação teórica (o que não significa uma fundamentação rasa, mas sucinta e relevante). Isso, inclusive, decorre de nosso estudo não se encontrar em fase conclusiva que viabilize a divulgação de fundamentos assentados em resultados mais potentes.

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49653
Recebido em: 31/07/2025
Aprovado em: 18/03/2026

Introdução

As linhas que se seguem, tendo em conta as possibilidades e limites dos achados da nossa investigação em curso, assim como do presente texto, tencionam refletir sobre a incidência dos contornos contemporâneos sobre a profissão de Serviço Social e como os sujeitos profissionais têm tratado, do ponto de vista da produção acadêmica, da ascendência conservadora e neofascista, haja vista a implicação disso em face dos preceitos do atual projeto profissional crítico – o Projeto Ético-Político do Serviço Social.[2] Cabe situar as ponderações apresentadas e os dados socializados no bojo das produções do subprojeto de pesquisa em curso, a saber, "Neofascismo, realidade brasileira e Serviço Social: um estudo sobre as possíveis repercussões na formação e no trabalho do/a assistente social", vinculado ao projeto matriz de pesquisa "Ética, trabalho, direitos e Serviço Social: um estudo no sistema penal".

Conseguintemente, este texto visa problematizar o contexto de adensamento do conservadorismo e de emergência do neofascismo no Brasil entre os anos de 2016 e 2025, e os impactos dessa conjuntura profundamente gravosa na profissão e no projeto profissional crítico, culminando com a constituição do que denominaremos de tendência contrarreformista em face do denominado Projeto Ético-Político do Serviço Social – um tema fulcral aos[3] que se dirigem à discussão dos fundamentos que orientam a formação e o trabalho dos profissionais da área.

A esse respeito e inicialmente, em face do contexto abordado, consideramos caber ser apreciado que:

> No pensamento de Marcuse (1978; 1981), o extremo conservadorismo expresso no fascismo é intrínseco a determinada condição do capitalismo. É, por assim dizer, uma expressão "hiper" que pode emergir das inerentes contradições capitalistas. Portanto, uma expressão que pode se manifestar no nosso solo histórico de origem e trajetória profissional.
> Esse pensamento nos mostra que a manifestação liberal na ordem burguesa só é observável se tal ordem não é ameaçada; mas tendo em vista o contrário, ou seja, sob ameaça, a face fascista pode emergir, exigindo a unilateralidade do pensamento e evidenciando rigidez em suas práticas, haja vista a proeminência do combate ao "diferente" em suas múltiplas dimensões, visando à manutenção da ordem instituída. Dessa maneira, tendo em conta que nem todo movimento reacionário é fascista, assim como não é fascista toda forma de repressão exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou de casta (Konder, 1979, p. 4), e sem nos restringirmos a um conceito de fascismo que particularize o fascismo original, além de cientes da distinção entre movimento fascista e Estado fascista, os argumentos expostos

[2] Fazemos coro à posição que compreende que o conceito de fascismo – e de neofascismo – não pode ser reduzido à ditadura fascista ou ao simples autoritarismo, do mesmo modo que nem todo movimento reacionário e/ou autoritário é, automaticamente, fascista. Além disso, compreendemos que a evidência de traços fascistas em dada sociedade não supõe, necessariamente, a existência de um Estado fascista.

[3] Ao longo de todo o texto, a referência concerne ao gênero humano. Para evitar uma leitura cansativa ao/à leitor/a, não utilizamos a alternância simultânea de gênero. Nossa referência é ao gênero humano, sempre, respeitando e valorizando toda a diversidade que este comporta.

> inicialmente remetem-nos aos de Boito (2020), uma vez nos esclarecem que o movimento neofascista brasileiro – comumente denominado bolsonarismo – emerge da crise da nossa democracia burguesa (Forti *et al*., 2024, p. 29).

Neoconservadorismo e neofascismo na periferia do sistema capitalista-mundo: reflexões sobre a incidência na realidade brasileira

A análise da conjuntura sociopolítica não se constitui num elemento de menor relevância para uma categoria profissional, porquanto essa categoria não é refratária à realidade social e, geralmente, os contornos dessa realidade desafiam os valores construídos e a direção profissional assumida. Para a categoria dos assistentes sociais, não é diferente; ao contrário, os aspectos conjunturais tornam-se elementos de suma importância, especialmente considerando o giro crítico experienciado nas últimas décadas e os princípios que passaram a nortear os profissionais desde então – princípios que necessitam ser defendidos e preservados.

Nessa perspectiva, cumpre refletirmos sobre as tendências em curso no cenário sociopolítico, com vistas a ponderarmos acerca das possíveis incidências sobre o Serviço Social e o seu projeto profissional crítico – o Projeto Ético-Político – e, conseguintemente, somarmos esforços a essa contribuição profissional contra-hegemônica, tendo em vista as forças sociais presentes, particularmente na sociedade brasileira.

À vista disso, cabe recuperarmos um pressuposto dessa discussão, que é o fato de que, desde a década de 1990, uma crescente onda neoconservadora paira sobre a política brasileira. Podemos considerar que alguns elementos confluíram na direção da escalada neoconservadora no Brasil, entre os quais destacamos as crises político-econômicas, a emergência e a consolidação do neoliberalismo, bem como a disseminação do pensamento pós-moderno.

No que se refere aos elementos referidos, há certo consenso que desde os anos 1970, a economia mundial tem experimentado uma onda longa recessiva, nos termos mandelianos (Mandel, 1982). Em face do cenário de crise estrutural, o capital foi compelido a buscar novas estratégias para a retomada dos níveis de acumulação, visando atingir o controle social da instabilidade. É nesse cenário que emergiram internacionalmente as respostas neoliberais à crise,[4] marcadas principalmente por flexibilização do trabalho, liberalização financeira,

[4] O neoliberalismo possui raízes históricas que antecedem a crise de 1970, com forte influência de Friedrich Hayek e de sua obra *O caminho da servidão* (1944). Apesar de, no imediato pós-guerra, suas ideias terem sido ofuscadas pelo predomínio das políticas keynesianas, Hayek exerceu grande impacto na formação da Escola Austríaca, inspirando gerações subsequentes. A partir da década de 1960, o neoliberalismo passou a se consolidar no meio acadêmico, sobretudo por meio das contribuições de Milton Friedman, que progressivamente estendeu sua influência ao campo político. Esse processo se materializou, por exemplo, nas administrações de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981) e Helmut Kohl (1982) na Alemanha. Na América Latina, a difusão do neoliberalismo ocorreu de forma mais tardia; o Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet (1973), tornou-se o primeiro laboratório dessas políticas após o golpe que depôs Salvador Allende.

desregulamentação econômica e trabalhista, austeridade fiscal, privatização de serviços públicos e redução da intervenção do Estado – ao menos na esfera social –, operando o desmantelamento da proteção social.

Na periferia da economia mundial, mais especificamente no Brasil, a crise econômica supracitada se expressou sobretudo na década de 1990. É a partir dos anos 1990 que se tece uma conjuntura que, entre outros traços, se delineia pela assunção e propagação do neoliberalismo e do pensamento pós-moderno. Diante disso, passam a ser estimulados de maneira mais intensiva, em consonância com o constructo neoliberal, valores como o individualismo e a competitividade, associados a práticas político-econômicas que visam à retração do Estado na esfera social.

Ademais, em conformidade com o pensamento pós-moderno, verifica-se o adensamento do ceticismo em relação às metanarrativas, com uma aposta no relativismo discursivo e na fragmentação, como base de um suposto respeito à pluralidade, e com importantes impactos na associação coletiva e na luta de classes.[5]

Todo esse cenário já tão aflitivo torna-se aprofundado por uma nova etapa da crise mundial iniciada em 2008, que evidencia sinais de esgotamento e estagnação das estratégias que possibilitaram, ainda que de forma modesta, o aumento das taxas de lucros e a expansão da economia capitalista no pós-crise de 1970. Nessas paragens, os efeitos da notável crise econômica de 2008 reverberam sobretudo nos anos 2013, desaguando numa grave crise política que culminou, no ano de 2016, com o golpe jurídico-midiático desferido contra a presidenta Dilma Rousseff. O citado golpe intensificou a crise e a ofensiva neoliberal no país, criando as condições objetivas e subjetivas para o avanço do campo abertamente conservador, reacionário e neofascista.

Cabe apontar que embora se observe o robustecimento do pensamento e do discurso conservador e reacionário no Brasil nos últimos anos, como abordado, compreende-se que suas raízes estão fincadas na própria formação social brasileira. Isso porque é inegável que, desde o período colonial, a sociedade brasileira foi estruturada sobre bases autoritárias, escravocratas, patrimonialistas e hierarquizadas, moldando um padrão de sociabilidade marcado pela

[5] Sob a influência do pensamento pós-moderno, rechaçam-se as retóricas dos movimentos sociais dos anos 1960, uma vez que as singularidades são ocultadas sob discursos e narrativas coletivistas. Nesse campo em desenvolvimento, as metanarrativas já não são mais bem-vindas e constrói-se o enfrentamento às verdades ditas absolutas, às padronizações, ao progresso linear e ao planejamento racional. A pós-modernidade defende, em contraposição, a heterogeneidade, a fragmentação, a indeterminação e a suspeição das narrativas tidas como totalizantes (Mauricio, 2019).

naturalização das desigualdades e pela reação a projetos progressistas e de transformação social.

Nesse sentido, o neoconservadorismo e o reacionarismo contemporâneo brasileiros ecoam o apego à ordem, a aversão a alterações sociais substanciais e a defesa de hierarquias sociais, intimamente ligados a essa trajetória e seus desdobramentos históricos. Assim, a realidade contemporânea, eivada de discursos e práticas neoconservadores e reacionários, longe de constituir um marco inaugural, representa a atualização e a reconfiguração dessas tendências estruturais diante das crises sociais, econômicas e políticas do presente.

Em conformidade com o que apontam Menezes, Conceição e Bravin (2025), muito embora os referidos traços sejam, lamentavelmente, constitutivos do capitalismo periférico e dependente brasileiro, não restam dúvidas que, nos últimos anos, notadamente a partir de 2013,[6] o Brasil ingressou em um novo contexto social, político e econômico que, em virtude da gravidade de seus efeitos, requer, obviamente, nossa atenção.

Iniciado em 2013 e sacramentado em 2016, o novo ciclo político e econômico marca, entre outros aspectos, o esgotamento do período identificado como "pacto de conciliação de classes", estabelecido nos anos 2000, inicialmente sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse novo cenário se desdobrou em contrarreformas profundamente prejudiciais à classe trabalhadora, com importante supressão de direitos.

De modo taquigráfico podemos considerar que a recessão econômica vivenciada no país, especialmente a partir de 2014, correspondeu à diminuição do lucro em níveis mundial e nacional, nos termos da lei tendencial da queda da taxa de lucro analisada por Marx (2013), ainda no século XIX (Menezes; Conceição; Bravin, 2025).

Ademais, cumpre salientar a relação de reciprocidade entre a infraestrutura e a superestrutura num determinado modo de produção. Tal premissa permite compreender que as crises superestruturais ou crises políticas estão conectadas às crises econômicas; a partir disso, é possível extrair elementos para se depreender a conjuntura de crise política no país que aqui mencionamos (Menezes; Conceição; Bravin, 2025).

À luz do viés anteriormente exposto, em um cenário de recessão econômica, a burguesia passou a mobilizar esforços sistemáticos com vistas à recomposição de seus patamares de lucratividade, impondo progressivamente gravosas medidas contra a classe trabalhadora. Esse

[6] "Diferentes pesquisadores têm demarcado que o ano de 2013 inaugura um novo ciclo no país, com distintos protestos populares, posteriormente capitaneados pela direita nacional. Emergem, na sequência às jornadas de 2013, dentre outros, a operação Lava Jato, deflagrada pelo Ministério Público Federal; o golpe político-midiático contra a presidenta Dilma Rousseff; e a eleição de Jair Bolsonaro, expressando a ascensão da extrema direita no país" (Menezes; Conceição; Bravin, 2025, p. 146).

contexto econômico aprofunda a instabilidade política, oferecendo, como já aludido, as determinações político-econômicas para a apreensão do golpe jurídico, parlamentar e midiático ocorrido em 2016, fornecendo, por conseguinte, as condições favoráveis para o aprofundamento das medidas de austeridade almejadas pelas classes dominantes (Menezes; Conceição; Bravin, 2025).

Não obstante os avanços em prol das necessidades da classe trabalhadora, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), incluindo o da presidenta Dilma Rousseff, não romperam com a condução neoliberal[7] – avessa aos interesses da classe trabalhadora. Todavia, diante da exacerbação da crise, a condução política de natureza moderada, sustentada na conciliação de classes, mostrou-se insuficiente, e incompatível com os interesses da elite dominante.[8]

O aprofundamento neoliberal que se seguiu ao golpe jurídico-midiático pavimentou o terreno sobre o qual floresceram o neoconservadorismo e o neofascismo à brasileira. Quanto ao que afirmamos, cabe-nos recorrer ao pensamento de Ianni (1998), ao explicitar que, sob os véus do neoliberalismo, recriam-se as condições para a assunção do nazifascismo, haja vista que, para a manutenção de políticas austeras e restritivas em termos de direitos, o neofascismo, com todo autoritarismo e truculência que requer, apresenta-se como o *modus operandi* crucial.

É nesse quadro que analisamos o avanço a passos largos da extrema direita no país, com feição neofascista, notadamente com a constituição do bolsonarismo como fenômeno social (Boito Jr., 2020) manifesto, especialmente em 2018, a partir da associação entre o ultraliberalismo econômico, o conservadorismo moral e o apelo à violência. Esse fenômeno refletiu uma conjuntura política marcada pela polarização e pela mobilização de segmentos da sociedade que viam – e ainda veem – nas pautas ultraliberais uma solução para as questões econômicas, ao tempo que defendem valores tradicionais, conservadores e reacionários nos campos social e moral.

Evidencia-se, por conseguinte, a radicalização do apelo à violência – inclusive nas relações interpessoais –, do punitivismo e do encarceramento em massa, como formas

[7] "Alguns traços condizentes com o cariz neoliberal das gestões são a desregulamentação financeira, as contrarreformas estruturais – como a da previdência – e as políticas sociais compensatórias" (Menezes; Conceição; Bravin, 2025, p. 147).

[8] Como expressão desse movimento, evidencia-se que não houve alteração no tocante à Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo criado originalmente em 1994, durante o governo Itamar Franco, e institucionalizado com essa nomenclatura em 2000, com a Emenda Constitucional nº 27. A DRU extraía 20% das receitas da seguridade social com o objetivo de assegurar o superávit primário e o pagamento da dívida pública. Atualmente, a DRU extrai 30% das mesmas receitas, em virtude do aumento de percentual promovido por uma emenda constitucional proposta no ano de 2015, durante o governo Dilma – Emenda Constitucional nº 93, promulgada em setembro de 2016. O referido aumento foi mantido pelo governo Temer (2016-2019) e de Bolsonaro (2019-2023) e segue sem contestação institucional, já ao final do terceiro governo Lula (Menezes; Conceição; Bravin, 2025).

apregoadas para o manejo das expressões da "questão social". Isso vem sendo estimulado e incorporado de um modo geral até nas relações interpessoais, particularmente em detrimento de alternativas que considerem as políticas sociais como possibilidade pertinente, penalizando os trabalhadores pobres e, mais ainda, se pobres pretos.[9]

As políticas públicas estatais, desacreditadas socialmente, subfinanciadas e precarizadas, padeceram com o aprofundamento da mercantilização e do privilegiamento da esfera privada. O saldo disso envolveu – e envolve – um atendimento deficitário das poucas políticas universais existentes, uma crescente focalização das políticas seletivas e o verdadeiro enrijecimento das políticas contributivas, que se tornam cada vez mais restritas e excludentes. Constitui-se, por conseguinte, um cenário que aprofunda a lógica da responsabilização individual e familiar pelas manifestações das expressões da "questão social", em que as políticas sociais reduziram sobremaneira seus potenciais protetivos.

Considerando os aspectos até aqui abordados, é fundamental esclarecermos que, embora o ex-presidente Jair Bolsonaro tenha sido derrotado nas eleições presidenciais de 2022 pelo candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, é evidente que as forças político-econômicas e as tendências neofascistas não foram eliminadas do cenário nacional. Afirmamos isso com base em três argumentos principais: 1) o processo eleitoral de 2022 foi extremamente polarizado, expressando o enraizamento, na sociedade brasileira, de visões consoantes às de Jair Bolsonaro, culminando numa vitória estreita, baseada numa diferença de apenas 1,72 ponto percentual a favor do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fixando-se como a eleição mais acirrada desde 1989; 2) o partido que alcançou a maior bancada da Câmara de Deputados, em 2022, foi o Partido Liberal (PL), legenda do ex-presidente Jair Bolsonaro (Lucena, 2024); 3) os atentados ocorridos em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023 – ou, como têm sido denominados, a "intentona bolsonarista" –, que consistiram em invasões e atos de vandalismo conduzidos pela extrema direita nacional contra o Palácio do Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Palácio do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, alguns aspectos presentes no cenário político atual nos fazem considerar a manutenção de traços constitutivos do "neofascismo à brasileira", como o desempenho e a posição política dos partidos nas eleições municipais de 2024. Esses resultados revelaram a

[9] Quanto à violência nas metrópoles brasileiras, a pesquisa de Bueno *et al*. (2024), publicada em 7 de março de 2024 no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), referente ao intervalo entre 2015 e 2023, mostra que 10,6 mil mulheres foram vítimas de feminicídio. Segundo dados noticiados pelo Universo *on line* (Uol), em referência ao Instituto Fogo Cruzado, a região metropolitana do Rio de Janeiro registrou ao menos 601 crianças e adolescentes baleados nos últimos sete anos. Desse total, 286 foram atingidos em ações policiais – o que representa 47,5% (Perez; Neves, 2023).

preponderância de partidos de centro na maior parte do território nacional, o crescimento das siglas de direita e o declínio das lideranças de esquerda (Oliveira, 2024). Cabe destacar que, nessas eleições, o PL foi a legenda que mais conquistou prefeituras entre os 103 municípios com mais de 200 mil eleitores, vencendo em 16 cidades, incluindo quatro capitais: Maceió (AL), Rio Branco (AC), Cuiabá (MT) e Aracaju (SE) (Catto, 2024).

Também temos testemunhado a ascensão de um novo aspirante a "mito", Pablo Marçal,[10] que personifica o radicalismo de direita e avança a passos largos entre a massa bolsonarista. Afora as movimentações político-eleitorais – mas a elas também conectadas –, dados sociais corroboram a argumentação aqui apresentada. Em 2024, houve um aumento de 24% nas denúncias de violações de direitos contra a população em situação de rua no Brasil, registradas por meio do canal Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Patenteia-se a alta não apenas de tentativas de remoção forçada, mas, também, da violência contra essa população em todo o país, nos marcos do reaquecimento de práticas higienistas institucionalizadas, com destaque para os estados de São Paulo e Santa Catarina, que lideram esse tipo de ocorrência (Serafini, 2025).

Entre os principais traços constitutivos do chamado "neofascismo à brasileira", cabe ressaltar a utilização massiva da internet – especialmente das redes sociais – como instrumento de mobilização e manipulação política, marcada por uma proeminente difusão de *fake news* e teorias da conspiração. Soma-se a isso a adoção sistemática de posturas negacionistas e anticientíficas; o anticomunismo virulento; o fundamentalismo religioso de base dogmática; um pseudonacionalismo de cunho entreguista, bem como práticas e discursos marcadamente antidemocráticos, autoritários, antipopulares e truculentos. Trata-se de um repertório ideológico que opera por meio da polarização extrema, da desqualificação do debate racional e da construção de inimigos internos, visando deslegitimar instituições, direitos sociais e princípios democráticos.

É um panorama, por assim dizer, lúgubre, que pode afetar a profissão de Serviço Social a partir de alguns eixos, entre os quais relevamos a formação e a defesa do projeto profissional crítico,[11] haja vista a ampliação do quantitativo de profissionais graduados por instituições de ensino superior com fins lucrativos (IESs), em formato a distância, bem como o alargamento

[10] Pablo Marçal, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), é empresário, *coach*, influenciador digital e foi candidato à prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2024. Nessa afirmação não desconsideramos que tenha sido condenado.

[11] Estamos convictos de que há outras incidências em andamento, também relevantes e preocupantes para o Serviço Social, tais como os impactos sobre a população usuária, cada vez mais empobrecida e com seus direitos violados; e os impactos sobre as condições e vínculos de trabalho dos assistentes sociais, cada vez mais, desprovidos de insumos básicos e contratados de formas, cada vez mais, precárias e aviltantes.

do conservadorismo e do reacionarismo nas relações sociais em geral, sobrelevando o anti-intelectualismo e o identitarismo – e suas expressões – nos domínios da profissão. Em linhas gerais, já que não é o fulcro deste texto, cabe ser mencionado que a nossa referência ao identitarismo não se relaciona à inerente construção/constituição da identidade dos sujeitos, mas sim à exacerbação da valorização de determinadas características identitárias, a ponto de indicá-las como suficientes à explicação, ou melhor, as determinantes – independentemente da condição de classe – das significativas desigualdades sociais e correspondentes opressões intrínsecas à realidade capitalista.

Esse processo manifesta-se, por exemplo, na movimentação e explanação pública ocorrida na última década de sujeitos profissionais[12] – graduados e em processo de graduação – que renegam o projeto profissional crítico, reivindicando uma falaciosa e consternadora neutralidade profissional, a impertinência dos debates que abordam as classes sociais ou, ainda, assumindo, em diversos momentos, uma defesa explícita de uma perspectiva liberal e de "direita" política, além de formas, por vezes travestidas, para torná-las mais palatáveis, mas que traduzem expressões da extrema direita política.

Em razão de uma conjuntura complexa e prejudicial, que contém riscos efetivos de avanço ainda mais preocupante do pensamento conservador no seio da profissão, avaliamos como urgente a reunião de esforços para o enfrentamento de tendências caracterizadas pela decrepitude e/ou insignificância teórico-prática, tendo em vista os ganhos inestimáveis do processo de ruptura com o conservadorismo profissional[13] e a necessidade inconteste de uma recorrente reafirmação do projeto crítico do Serviço Social brasileiro.

Nesse sentido, prosseguiremos com as reflexões em torno do espraiamento das tendências contrarreformistas no bojo do Serviço Social, compreendido como resultante de um processo social mais amplo, conforme já aludimos.

[12] Detectamos essa aglutinação explícita a partir dos anos 2014, com a criação do grupo virtual "assistentes sociais liberais". Todavia, é a partir de 2016 que esses grupos se fortificam. Estamos nos referindo aqui a uma aglutinação mais significativa e explícita em torno de um perfil profissional antagônico ao que se fortaleceu na categoria profissional a partir, essencialmente, dos anos 1980, sem desconsiderar que a categoria não é *lócus* homogêneo e que, certamente, posições contrárias à vertente crítica não foram, em momento algum, erradicadas.

[13] Aqui não estamos nos subsumindo a falsas ilusões de que o conservadorismo profissional tenha sido superado, por completo, no âmbito do Serviço Social. Referimo-nos à direção assumida pela profissão, sobretudo a partir de suas entidades representativas, e pelo arsenal de conteúdo crítico produzido desde então. Evidente que há um espraiamento na categoria profissional da perspectiva crítica, contudo sem que se verifique uma certa homogeneidade.

Tendências contrarreformistas em face do Projeto Ético-Político do Serviço Social: impactos da ofensiva neoconservadora e neofascista no Brasil

O que buscaremos explorar neste item diz respeito às tendências contemporâneas que têm incidido sobre a profissão de Serviço Social e sobre o que se tem denominado de Projeto Ético-Político (Crítico do Serviço Social Brasileiro). Consideramos que o percurso trilhado pela tendência hoje identificada como tônica contrarreformista em face do referido Projeto Ético-Político, tem início num certo conservadorismo que se pode qualificar de retraído ou travestido – decerto nunca erradicado na profissão. Desse modo, resgatamos alguns aspectos sócio-históricos atinentes à profissão de Serviço Social e seus projetos profissionais.

Ao analisarmos a trajetória e as determinações histórias do Serviço Social brasileiro, torna-se evidente um conjunto de transformações experenciadas pela profissão ao longo dos anos, como parte da dinâmica social em franco movimento. No bojo dessas transformações, há certo consenso de que o projeto profissional crítico, hoje reconhecido como Projeto Ético-Político, emergiu e se consolidou a partir das contradições, mobilizações e lutas, e dos consequentes desdobramentos daí advindos, sobretudo na transição entre meados de 1960 e 1980, sob a influência do veio mais crítico da reconceituação profissional latino-americana. No Brasil, essas mobilizações tinham como pano de fundo a efervescência do contexto histórico e político à época: o cenário de enfrentamento à ditadura militar-civil-empresarial e, logo a seguir, de redemocratização.

Não obstante a relevância histórica do processo de "abertura política" após os longos anos de ditadura, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o cenário brasileiro logo foi atingido por novas transformações profundas, provocadas pela disseminação do projeto neoliberal em nossas latitudes, em conformidade com o já apontado anteriormente. Sob a batuta político-econômica neoliberal, diversos entraves à efetivação de direitos tardiamente conquistados foram erigidos. A profissão de Serviço Social, bem como seu projeto crítico tecido, passou a sofrer os influxos da conjuntura emergente e, consequentemente, a se posicionar no campo da resistência ante as ofensivas dirigidas aos trabalhadores e aos direitos recém-conquistados.

Ao mesmo tempo que o Serviço Social avançava em seu acúmulo crítico – acadêmico, político e interventivo – e buscava excisar as chagas do conservadorismo que caracterizaram a autoimagem profissional desde a sua longínqua institucionalização no país, a realidade político-econômica se alterava substantivamente, despontando progressivamente tendências regressivas no mundo do trabalho, no campo dos direitos e das políticas sociais. Tais tendências ocasionaram inúmeros tensionamentos, capazes de permitir a perpetuação de um

conservadorismo retraído que, embora velado, teve o potencial de nutrir concepções retrógradas no seio da profissão.

Nessa perspectiva, evidencia-se nesse cenário, essencialmente, o desenvolvimento de duas linhas de tensões: do ponto de vista da formação profissional e do trabalho profissional. No que se refere à primeira, Pereira e Souza (2019) nos advertem que, da década de 1990 em diante, desenvolveu-se um contexto adverso, marcado por algumas medidas significativas que impactaram diretamente a formação em Serviço Social. Entre elas, destaca-se a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do Plano Nacional da Educação (PNE 2001-2011), além de uma multiplicidade de decretos e portarias que contribuíram para o adensamento da mercantilização do ensino superior, propiciando a máxima flexibilização da formação e o seu efetivo empresariamento. Patenteia-se, desse modo, a expansão acelerada e desmedida das instituições de ensino superior privadas mercantis, com a introdução dos primeiros cursos a distância, inicialmente, concentrados na formação de professores.[14]

No que tange à atuação profissional, apesar de todo o processo de renovação crítica pelo qual o Serviço Social passou, a ação profissional vem sendo submetida, com especial destaque a partir dos anos 1990, a distintos tensionamentos. Esses tensionamentos incluem, entre outros aspectos, a requisição de um perfil profissional polivalente, acrítico e imediatista, compatível com os objetivos institucionais, o que comumente se distancia do perfil profissional construído e almejado a partir do giro crítico experenciado pela profissão, legatário da aproximação com o espectro marxista. Intenciona-se, de diferentes maneiras, esvaziar o trabalho profissional de sentido crítico, reduzindo progressivamente as intervenções a tarefas administrativas, burocráticas e repetitivas.

O perfil requisitado, em grande parte afinado às necessidades mercadológicas, se expressa, por exemplo, nas diretrizes curriculares que, após importantes alterações nas diretrizes formuladas e defendidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) em 1996, e revisadas posteriormente em 1999, foram aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o credenciamento e o reconhecimento dos cursos de graduação em Serviço Social.

[14] Na atualidade, no âmbito do Serviço Social, de acordo com o emblemático levantamento realizado pelo CFESS com base no recadastramento nacional de assistentes sociais entre 2016 e 2019, cerca de ¼ dos profissionais em atividade, em 2019, formaram-se na modalidade de ensino a distância ou semipresencial, majoritariamente em instituições privadas. Além disso, a maioria (52,97%) de inscritos ativos nos Cress, em dezembro de 2019, concluiu a graduação em instituições privadas com fins lucrativos (Cfess, 2022).

Entre os diferentes aspectos alterados destacamos como os mais impertinentes aqueles relacionados ao esvaziamento das competências e habilidades técnico-operativas que articulavam a ação profissional à investigação, à formação, à gestão e ao planejamento de políticas e serviços sociais, o que restringiu, por conseguinte, a imagem do assistente social a um mero executor final das políticas sociais. Adiciona-se a isso a supressão da análise crítica, a partir da ótica da totalidade social e de todas as referências ao pensamento crítico afeto à vertente marxista.

É no bojo dessas transformações sócio-históricas e das progressivas contradições que se avoluma na categoria profissional, *pari passu* ao acúmulo teórico e ético-político crítico, o pensamento conservador, reacionário e contrarreformista, especialmente a partir da segunda década dos anos 2000, de forma cada vez menos tímida e encoberta – expressando, como já sinalizamos, as tendências regressivas em curso na sociedade. Não podemos deixar de salientar a infiltração do identitarismo, que captamos como uma distorção no campo da apreciação da construção das identidades. Isso tem sido recorrente como expressão do pensamento pós-moderno nos domínios do pensamento tido como progressista ou de esquerda[15] – e não somente no interior da profissão –, atomizando o debate e ferindo de morte o pensamento crítico classista, cuja radicalidade crítica é um importante legado da tradição marxista.

No rol dos argumentos que constituem as bases do pensamento reacionário e contrarreformista em face do Projeto Ético-Político, localizamos a responsabilização do projeto crítico do Serviço Social pela suposta não efetividade das intervenções profissionais, pelo não reconhecimento profissional, bem como pelo volume de assistentes sociais não absorvidos pelo mercado de trabalho, desconsiderando profundamente a realidade econômica e política do país e, até, do mundo. Além disso, há a compreensão, equivocada, diga-se de passagem, de que o arcabouço normativo profissional – Lei de Regulamentação, Código de Ética e Diretrizes Curriculares da Abepss – estaria defasado.

É neste quadro objetivo e subjetivo que testemunhamos, como já mencionado, a ascensão das tendências contrarreformistas no âmbito do Serviço Social, cujo núcleo se constitui, como já visto, a partir do reavivamento e do aprofundamento do pensamento conservador remanescente na profissão – *mutatis mutandis* –, que se avizinha do reacionarismo e do neofascismo espraiado socialmente.

[15] Ao mencionar o avanço do identitarismo no campo progressista ou da esquerda, não estamos desconsiderando as múltiplas opressões existentes na sociedade, que assolam objetiva e subjetivamente os sujeitos. Propomos, entretanto, uma análise marxista das opressões, que as compreende em sua articulação com a totalidade social, em outros termos, com as relações de produção e reprodução da vida social, mediadas fundamentalmente pela luta de classes e pela sociabilidade capitalista que engendra e reproduz essas formas de dominação.

Insta sinalizarmos que neste cenário, muito embora haja linhas de continuidade no que se refere à feição conservadora historicamente constituída na profissão, há, indiscutivelmente, um conteúdo qualitativamente distinto, que se distancia do anticapitalismo inconsistente de outrora e se aproxima, cada vez mais, do pensamento reacionário e neofascista que, por sua vez, postula uma abordagem (ultra)neoliberal. Esse conteúdo, mediado pelas tecnologias informacionais, encontra terreno fértil na fluidez das redes sociais, permitindo, como já apontado, a partir de 2014, mas com maior significância a partir de 2016, a emergência de uma movimentação e aglutinação de sujeitos profissionais em grupos com evidente silhueta conservadora, autodenominados "Assistentes Sociais liberais", "Serviço Social e Pluralismo", "Assistente Social de Direita" e "Serviço Social Libertário".[16]

Ainda que tenhamos plena compreensão de que a realidade é dinâmica e que se constitui a partir da permanente disputa de classes sociais e de seus projetos sociais, profissionais e suas representações, causa perplexidade observar, no campo do Serviço Social, a pública reivindicação de um projeto profissional supostamente neutro, apolítico e até, por vezes, a explícita defesa de uma vertente político-econômica liberal e de direita, profundamente avessa à direção social arduamente constituída e hoje perseguida pelos profissionais reconhecidamente mais dotados da nossa área.

Indubitavelmente, essa aglutinação pública e progressiva ecoa o processo de ascensão conservador experimentado nos últimos anos na sociedade brasileira, processo esse que parece ter atingido seu clímax com a emergência do bolsonarismo, no bojo do processo progressivo de fascistização das relações sociais. É neste cenário que ocorre, também, a propagação, por parte do grupo "Serviço Social Libertário", de uma plataforma denominada "23 teses para reformar o Serviço Social", elaboradas pelo professor Edson Marques Oliveira, graduado em Serviço Social e *coaching,*[17] que apregoa o "resgate da identidade e de uma cultura

[16] A página da rede social *Facebook* autointitulada "Serviço Social Libertário" congrega estudantes, professores/as e profissionais e é o grupo mais expressivo dessa tendência conservadora e reacionária. Criada em maio de 2016, conta, até julho de 2025, com 6.200 seguidores que, aparentemente, se identificam com a seguinte apresentação: "Serviço Social Libertário propõe difundir as ideias liberais, a partir dos principais temas discutidos nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais". A página difunde conteúdos de *think tanks* e plataformas de direita, como o Instituto Liberal de São Paulo (Ilisp) e o Instituto Von Mises Brasil (Silveira, 2022). Além disso, se posicionou em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro na disputa eleitoral de 2018, assim como reproduziu seus conteúdos negacionistas durante a pandemia da Covid-19. Nos últimos quase dois anos, a página não apresentou movimentação pública (Serviço Social Libertário, 2016).

[17] Em consonância com sua autodeclaração na Plataforma Lattes, Edson Marques Oliveira é graduado em Serviço Social pela instituição privada Faculdade Paulista de Serviço Social e doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professor associado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, do *campus* de Toledo-PR. Entre os temas que tem debatido, destacamos: empreendedorismo social, responsabilidade social empresarial, formação em Serviço Social EaD, *coaching* executivo – de vida, carreira e social (Oliveira, 2025).

profissionalizante" (Serviço Social Libertário, 2025). A referida plataforma sintetiza os anseios desse segmento e desfere críticas contundentes à direção social defendida pela categoria profissional, sob a acusação de doutrinação marxista.

Ao analisarmos as 23 teses, observamos uma leitura da realidade social balizada por correntes conservadoras, leitura esta que reivindica a centralidade no ser humano, abstraído de sua inserção social e compreendido como "cliente", a partir da utilização de referências notáveis como Mary Richmond e a Bíblia. Essa perspectiva fragmentária e descontextualizada renega a perspectiva de totalidade social em favor de uma abordagem tecnicista e moralista, que enfatiza valores tradicionais e uma direção de raciocínio que propaga uma suposta ética profissional pautada pela religiosidade.

Ainda no processo de escrutínio das manifestações desse campo, há outra celeuma profundamente harmonizada com as tendências supracitadas, que é a defesa crescente do denominado "Serviço Social clínico". Cabe mencionar que na contramão do direcionamento impresso pelas entidades representativas da categoria, foi constituída a Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC), cuja página de veiculação de informações na rede social *Facebook* foi criada em outubro de 2020 (Serviço Social Clínico, 2025) e, ainda nesse ano, realizou o seu 1º encontro nacional – intitulado "Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico: do mundo para o Brasil/outros olhares para novos horizontes".

A referida entidade, cuja presidência, no intervalo entre 2020 e 2024, esteve a cargo, também, do professor Edson Marques, defende uma "inovação disruptiva" voltada ao reconhecimento da atuação do Serviço Social a partir de abordagens clínicas e psicoterapêuticas.[18] Nesse sentido, o grupo advoga pela completa revogação da notória Resolução do Cfess nº 569, de março de 2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao trabalho profissional de assistentes sociais (Cfess, 2010).

Como produto do 1º Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico (ENBRASSC), foi constituído o manifesto Carta de Toledo, que contém dez postulados pautados pela defesa da liberdade de expressão, do livre exercício profissional e da produção de conhecimento em Serviço Social. O documento requer, entre outros pontos, a citada revogação da Resolução do Cfess nº 569/2010; a constituição da Comissão Nacional de profissionais de notório conhecimento no âmbito do Serviço Social clínico; e a inclusão dessa área nos espaços institucionais da categoria, assim como nos conteúdos formativos de novos profissionais.

[18] Além de intencionar o espraiamento desse debate no Brasil, a entidade e sua vanguarda têm estabelecido interlocução e alianças internacionais. Com vistas à ilustração, citamos que o ENBRASSC contou com expositores de países como Argentina, Chile e Canadá (Silveira, 2022).

Em acordo com o que aponta Silveira (2022), compreendemos que o pluralismo previsto em normativas da categoria profissional baliza grande parte das polêmicas atinentes à adoção de correntes teóricas por assistentes sociais, bem como ao projeto profissional assumido/defendido. Se nos anos 1970, o pluralismo permitiu o questionamento do conservadorismo instalado na profissão, na atualidade, reivindicado, serve de argumento para a reatualização do conservadorismo. Nessa perspectiva, cabe recuperar alguns elementos acerca do vindicado pluralismo.

O referenciado pluralismo apresenta-se como um princípio nas Diretrizes Curriculares da Abepss para os cursos de Serviço Social. Logo, o exercício do pluralismo, nesse sentido, é compreendido "como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional" (Abepss, 1996, p. 7). Ademais, também como um princípio no Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente, verificamos a "garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual" (Cfess, 2012, p. 24).

Sob o viés reconhecido e adotado pela categoria profissional abordada, o pluralismo evocado não deve ser confundido com a ausência de parâmetros analíticos, logo, com a possibilidade da justaposição, indiscriminadamente, de ideias e correntes teóricas não complementares, com vistas ao direcionamento do trabalho e da formação profissional, sob o risco de transmutar-se em ecletismo (Forti, 2017).

Como bem demarca Coutinho (*apud* Forti, 2017, p. 378):

> O pluralismo no terreno das ciências natural ou social [...] é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência [...]. É uma posição de abertura de quem julga fundamental a tolerância para o progresso da ciência, para o enriquecimento da própria posição [...], com a certeza de que para cada questão só há uma resposta globalmente verdadeira.

Como sugerido pelo autor referido acima, sob este viés não é pertinente, também, a compreensão que se pauta pela existência de verdades, no plural, em oposição a uma única verdade, subsumindo, portanto, ao relativismo e à valorização do subjetivismo, em detrimento da apreensão efetiva da realidade, a partir de seu desvelamento. Afirmamos isso sem desconsiderar a plenitude e a dinamicidade inerente à realidade concreta, um insigne potencial de desvelamento das determinações constitutivas do real, permitindo, inclusive, a ascensão da aparência à essência.

É nesta linha que nos propusemos refletir e investigar as tendências atuais neoconservadoras, reacionárias e contrarreformistas na realidade, em geral, e na profissão, em particular,[19] haja vista os nexos entre ambas. Em outras palavras, objetivamos investigar a conjuntura sócio-histórica contemporânea, seus impactos na profissão de Serviço Social e as respostas desses profissionais a este cenário "regressivo", em termos de produção acadêmica.

Neste sentido, apresentaremos, a seguir, os achados, iniciais, de pesquisa advindos do mapeamento, do levantamento bibliográfico e da análise realizados no que se refere ao tema em estudo, a partir da produção pós-graduada da área de Serviço Social no Brasil. Metodologicamente, utilizou-se o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Capes, 2025), cujos critérios de inclusão e refinamento utilizados foram: produções de mestrado e doutorado; grande área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e área de conhecimento Serviço Social; produções no intervalo entre os anos de 2016 e 2023.[20]

A fim de identificarmos em que medida a profissão tem se debruçado, do ponto de vista da produção acadêmica na pós-graduação, acerca do fenômeno contemporâneo largamente referido neste texto, utilizamos os seguintes descritores: Bolsonaro; bolsonarismo; extrema direita; fascismo; neoconservadorismo; neofascismo.

[19] Como apontamos inicialmente, as reflexões presentes neste ensaio se inscrevem nos marcos do subprojeto de pesquisa "Neofascismo, realidade brasileira e Serviço Social: um estudo sobre as possíveis repercussões na formação e no trabalho do/a assistente social", vinculado ao projeto matriz de pesquisa "Ética, trabalho, direitos e Serviço Social: um estudo no sistema penal".

[20] A opção pelo intervalo citado deve-se à compreensão amplamente tratada neste texto: de que temos, no país, um novo ciclo político e econômico iniciado em 2013, porém sacramentado em 2016 com o golpe político, jurídico e midiático contra a presidenta Dilma Rousseff. Além disso, podemos identificar, por meio das redes sociais, a partir de 2014, mas com maior significância a partir de 2016, a emergência da movimentação e da aglutinação de sujeitos profissionais em grupos com evidente silhueta neoconservadora e reacionária no Serviço Social. Os dados referentes aos anos de 2024 e 2025 ainda não estão disponíveis para consulta no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e, por esse motivo, não foram analisados.

Vejamos nas tabelas a seguir:

Tabela 1 – Dissertações de mestrado da área de Serviço Social no Brasil (2016-2023).

MESTRADO								
CATEGORIAS	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Total de dissertações gerais – Serviço Social	57	363	389	373	339	362	346	441
Neoconservadorismo	0	2	1	4	2	6	4	7
Extrema direita	0	0	1	8	0	5	10	7
Bolsonaro/Bolsonarismo	0	0	0	1	2	11	11	19
Fascismo	0	0	0	0	0	0	0	0
Neofascismo	0	0	0	0	0	0	1	0
Total das categorias analisadas	0	2	2	13	4	22	26	33

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 2 – Teses de doutorado da área de Serviço Social no Brasil (2016-2023).

DOUTORADO								
CATEGORIAS	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Total de teses gerais – Serviço Social	126	137	161	157	115	129	153	154
Neoconserva-dorismo	0	0	0	2	1	4	1	8
Extrema direita	1	0	0	4	0	6	3	4
Bolsonaro/Bolsonarismo	0	0	0	1	0	4	4	3
Fascismo	0	0	0	0	0	0	0	0
Neofascismo	0	0	0	0	0	0	1	0
Total das categorias analisadas	1	0	0	7	1	14	9	15

Fonte: Elaboração própria (2025).

Conforme é possível verificar, à medida que avançamos no pós-2016, as produções pós-graduadas relacionadas à temática, tanto de mestrado quanto de doutorado em Serviço Social, se ampliam. Entretanto, quando comparamos, em ambos os níveis, o total de produções com o total daquelas que apresentam os descritores analisados, percebemos um quantitativo pouco significativo, o que expressa um investimento ainda exíguo da categoria no enfrentamento do tema. Tanto no mestrado quanto no doutorado, o maior número de produções foi registrado em

2023. Todavia, ainda assim, atingiram percentuais inferiores a 10% do total das produções por nível, a saber: 7,48% e 9,74%, respectivamente.

Ademais, cumpre registrar que, em todo intervalo analisado, não foram identificadas dissertações e teses que tratassem do tema fascismo, e somente uma dissertação e uma tese abordaram o neofascismo, o que evidencia uma menção diminuta da profissão às citadas categorias. Encaramos os dados apresentados com apreensão, haja vista estarmos convictos da imprescindibilidade de que a categoria profissional conjugue esforços teóricos e ético-políticos no combate a esse fenômeno cuja repercussão avaliamos nefasta à produção qualificada intelectualmente e ao seu indispensável avanço acadêmico.

À guisa de considerações finais

Conforme aludimos, as profissões, em geral, e o Serviço Social, particularmente, não são refratárias às tendências em curso, que, inegavelmente, se movem na direção do recrudescimento neoliberal, neoconservador e neofascista. É sob esse ângulo que analisamos o aprofundamento do pensamento neoconservador e da tônica contrarreformista no cenário profissional, com a importante e consternadora adesão progressiva de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social.

Evidentemente, adjacentes a essa tendência estão as insuperáveis[21] crises político-econômicas e seus efeitos danosos para a classe trabalhadora; o arrefecimento das lutas sociais; e, notadamente, a precarização da formação profissional num contexto em que, como apontamos anteriormente, em 2019, o ensino privado com fins lucrativos já havia superado o ensino público na conclusão da graduação em Serviço Social, sem contar na franca expansão do ensino a distância e semipresencial na área (Cfess, 2022).

É inegável que nessa modalidade de ensino se situa o cenário mais desolador no que concerne à formação e, em decorrência, à ação profissional, visto que se observa a desconsideração sistemática do tripé ensino, pesquisa e extensão; a fragilidade na abordagem das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; a debilidade na garantia e no acompanhamento das experiências de estágio obrigatório; bem como a inclusão de conteúdos afinados ao pensamento liberal, como empreendedorismo social, responsabilidade social e empoderamento. Todavia, tampouco podemos desconsiderar a evidente desqualificação que vêm enfrentando os sujeitos do ensino público, especialmente em

[21] Referimo-nos à propensão estrutural e ineliminável do capitalismo às crises econômicas.

áreas que supõem a captação crítica da realidade social para a ação dos seus profissionais, como é exemplo o Serviço Social.

Quanto a isso, cabe uma reflexão aprofundada, em termos da precarização da formação profissional, haja vista os distintos e diversos desafios e óbices enfrentados pelas unidades de formação acadêmica públicas em Serviço Social, cuja precarização e o desfinanciamento do ensino superior são constantes, incidindo de maneira intensa nas condições de trabalho docente e de estudo discente. Cabe ainda, recuperar, como já aludido, o espraiamento do pensamento pós-moderno, com sua expressão do identitarismo, que tem solapado os movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, fragmentando as lutas, prejudicando a associação coletiva, turvando e deturpando ainda mais as consciências. Soma-se a isso tudo a onda anti-intelectualista fomentada na realidade brasileira, que resulta no rebaixamento da exigência do ensino acadêmico e na sua massificação, como se se tratasse de equivalente à democratização do ensino superior, contando para isso também com as mensagens distorcidas, que são propagadas, amplamente e sem qualquer "filtro" e/ou responsabilidade com o gênero humano, pelas redes sociais.[22]

Outro aspecto a se ressaltar é a incorporação desenfreada e desmedida da inteligência artificial (IA) entre os estudantes de Serviço Social na elaboração de trabalhos, relatórios e até de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), fato que não nos permite, no presente momento, dimensionar os impactos na qualidade da formação profissional a médio e longo prazos. Avança, ainda, uma nova estética: a dos assistentes sociais *influencers*, o que, embora aparentemente soe como uma forma descontraída de tratar conteúdos profissionais, em última escala expressa uma nova tendência de fragilização, superficialidade e ausência de rigor teórico-metodológico e ético para a profissão, rigor esse tão caro para a resistência à ofensiva do capital, em sua feição (ultra)neoliberal e neofascista.

Essas determinações supracitadas, de um cenário lúgubre, oferecem desafios de uma magnitude que exige habilidade de apreensão da realidade e perspicácia crítica, de modo a identificar não apenas os elementos aparentes da conjuntura, mas também suas determinações estruturais e mediações ideológicas. Nessa perspectiva, urge prosseguirmos nessa reflexão, assumindo como fulcro a capacitação de assistentes sociais que permita, em face das agruras da formação profissional no tempo presente e das investidas no mundo do trabalho, ofertar conteúdos teóricos críticos e de qualidade, sem, evidentemente, renunciar às lutas coletivas pelo fim do ensino profissional a distância, por condições favoráveis de ensino-aprendizagem e por

[22] Por vezes, comprometendo a capacidade de identificação dos reais antagonistas de classe.

condições dignas de trabalho, tendo como horizonte a reafirmação do Projeto Ético-Político e a superação da sociabilidade cuja força motriz é o capital.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* – com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, nov. 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331113816637721O.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

BOITO Jr., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica marxista*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2020, nº 50 (2020), p. 111-119. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1663664. Acesso em: 19 jun. 2024.

BUENO, Samira. *et al*. *Feminicídios em 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/77f6dcce-06b7-49c1-b227-fd625d979c85#:~:text=Resumo,anos%20de%202015%20e%202023. Acesso em: 1 jun. 2025.

CAPES. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2025. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 23 jul. 2025.

CATTO, André. PL de Bolsonaro é o maior vencedor nas grandes cidades; PT de Lula cresce em relação a 2020. *g1*, 27 out. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2024/eleicao-em-numeros/noticia/2024/10/27/pl-de-bolsonaro-e-o-maior-vencedor-nas-grandes-cidades-pt-de-lula-cresce-em-relacao-a-2020.ghtml. Acesso em: 1 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética do/a assistente social. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão.* 10. ed. rev. e atual. [Brasília]: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Perfil dos assistentes sociais:* levantamento nacional do perfil dos profissionais do Serviço Social no Brasil – recadastramento nacional CFESS-CRESS – 2016-2019. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Resolução CFESS nº 569, de 25 de março de 2010.* Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf . Acesso em: 20 jul. 2025.

FORTI, Valeria Lucilia. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2017.

FORTI, Valeria, CUNHA, Angely; PEQUENO, Lívia. Serviço Social, projeto profissional e neoconservadorismo: reflexões acerca da formação e do cotidiano profissionais. *In:* FORTI, Valeria; MENEZES, Juliana; MENEZES, André (org.). *Neoconservadorismo e Serviço Social*: reflexões, polêmicas e questões atuais. Fortaleza: Ed. da UECE, 2024.

IANNI, Octavio. Neoliberalismo e nazi-fascismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 7, 1998, p. 112-120. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/ianni/1998/mes/40.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

LUCENA, André. Os partidos que mais venceram prefeituras e os que mais perderam após apuração do 1º turno das eleições. *Carta Capital*, 7 out. 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/os-partidos-que-mais-venceram-prefeituras-e-os-que-mais-perderam-apos-apuracao-do-1o-turno-das-eleicoes/. Acesso em: 1 jun. 2025.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENEZES, Juliana; CONCEIÇÃO, João Rafael da; BRAVIN, Rita Marilza. Morte, encarceramento e desaparecimento "forçado": considerações acerca das práticas punitivas no Brasil e do trabalho de assistentes sociais na execução penal. *In*: FORTI, Valeria; MENEZES, Juliana; MENEZES, André (Orgs.). *Neoconservadorismo e Serviço Social*: reflexões, polêmicas e questões atuais [livro eletrônico]. 1. ed. Fortaleza: Editora da UECE – EdUECE, 2025. v. 1, p. 136–157.

MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAURICIO, Juliana Menezes Mendes. Conformação da pós-modernidade: aprofundamento da decadência ideológica burguesa e irracionalismo. *Tópicos em Direitos Humanos e Políticas Públicas.* Volume 1. 1. ed. Rio de Janeiro*:* Editora Poisson, 2019. p. 115–131.

OLIVEIRA, Carolina. Eleições 2024: centro e direita colocam a esquerda em sinal de alerta para 2026. *Brasil de Fato*, 29 out. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/10/29/eleicoes-2024-centro-e-direita-colocam-a-esquerda-em-sinal-de-alerta-para-2026. Acesso em: 1 jun. 2025.

OLIVEIRA, Edson Marques. Currículo do autor. Plataforma Lattes, CNPq, 2025. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/7211302835649885. Acesso em: 20 jul. 2025.

PEREIRA, Larissa Dahmer; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. Formação profissional em Serviço Social no contexto de expansão mercantilizada: análise de uma década. *In*: VALE, Andréa Araújo do; PEREIRA, Larissa Dahmer (org.). *O ensino à distância na formação em Serviço Social:* análise de uma década. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2019. p. 109-137.

PEREZ, Fabíola; NEVES, Rafael. RJ: 48% das crianças e adolescentes baleados são atingidos em ação policial. *Uol*, 11 ago. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/11/criancas-baleadas-rio-de-janeiro-levantamento-fogo-cruzado.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

SERAFINI, Mariana. Dê um like no higienismo. *Carta Capital*, São Paulo: Editora Basset Ltda., ano XXX, n. 1364, p. 24-26, jun. 2025. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br. Acesso em: 1 jun. 2025.

SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. Página inicial. *Facebook*, 2025. Disponível em: https://www.facebook.com/ssclinico. Acesso em: 20 jul. 2025.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. Página inicial. *Facebook*, maio 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/servicosociallibertario/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 jul. 2025.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. Resultados de pesquisa por "23 teses" na página Serviço Social Libertário. *Facebook*, 2025. Disponível em: https://www.facebook.com/page/241321769545373/search/?q=23%20teses. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. *Projeto Ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil.* 2018-1. 390 p. Tese de Doutorado (PPGSS) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. *Carta de Toledo*. Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico. Outros horizontes, novas perspectivas. Toledo, Paraná, dez. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=194023262477900&set=pcb.194023692477857. Acesso em: 20 jul. 2025.

LIBERTAS ON LINE

A formação profissional em Serviço Social no Brasil entre 1930 – 1970

Professional training social work in Brazil between 1930 - 1970

Sandra Rodrigues dos Santos*

Resumo: O debate crítico sobre o ensino do Serviço Social brasileiro foi iniciado pela categoria no segundo lustro da década de 1970, quando as condições históricas deram bases para tensionamentos ideopolíticos em torno das fundamentações teórico-metodológicas incidentes na formação profissional desde seu surgimento. Apesar da extensa bibliografia consolidada sobre o tema, seu estudo continua imprescindível em nosso tempo para balanços, aprendizados e projeções, sobretudo quando acirram as disputas em torno da direção social do atual projeto de formação profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996. Considerando o legado histórico e político que compõe o nascimento e desenvolvimento do projeto de ensino do Serviço Social no Brasil, o presente ensaio pretende, por meio de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, recuperar as propostas de ensino construídas entre os anos de 1930 e 1970, tendo como referência as principais ingerências sócio-históricas que configuraram o modo de ser, pensar e agir dos assistentes sociais no bojo das condições e relações sociais entre as classes sociais e dessas com o Estado na particularidade da formação social brasileira entre os anos supracitados.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social brasileiro; Formação profissional; Projeto profissional.

Abstract: The critical debate on the teaching of Brazilian Social Work was initiated by the category in the second half of the 1970s, when historical conditions provided the basis for ideological and political tensions surrounding the theoretical-methodological foundations that have been present in professional training since its inception. Despite the extensive bibliography on the topic, its study remains essential in our time for assessments, learning, and projections, especially as disputes intensify over the social direction of the current professional training project, as expressed in the 1996 Curricular Guidelines. Considering the historical and political legacy that shaped the birth and development of the Social Work education project in Brazil, this essay aims, through qualitative bibliographic research, to recover the teaching proposals developed between the 1930s and 1970s, taking as reference the main socio-historical influences that shaped the way social workers were, thought, and acted within the social conditions and relations between social classes and between these classes and the State, in the particularity of Brazilian social formation during the aforementioned years.

Keywords: Foundations of brazilian Social Work; Professional training; Professional project.

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: sandra.rodrigues@ufjf.br

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.50111

Recebido em 18/09/2025
Aprovado em: 28/04/2026

Introdução

O Serviço Social brasileiro e sua formação profissional se tornam objeto de estudos da categoria a partir do segundo lustro de 1970[1]. Data desse período o conjunto de acontecimentos que embasam as primeiras análises sobre os fundamentos históricos da profissão, bem como as fundamentações teórico-metodológicas que nortearam o seu ensino no país.

Na bibliografia especializada, é consenso que a institucionalização da profissão ocorre sobre os pilares estabelecidos pelo Estado moderno e pela burguesia industrial na fase do capitalismo monopolista, sendo política e ideologicamente ancorados pelo bloco católico, com respaldo da fundamentação teórica conservadora. Porém, em seu decurso, "como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas" (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 71), põem-se determinações que exigem dos assistentes sociais – não só no Brasil, como em todo o continente latino-americano – posicionamento político com relação à formação e à intervenção de cunho *tradicional e conservador*.

As condições materiais para o questionamento e a proposta de ruptura com o espólio tradicional da profissão no âmbito da formação e intervenção profissionais se explicitam na sociedade brasileira a partir de meados dos anos de 1960, quando, diante do reordenamento do capitalismo mundial, são forjados, em grande parte do continente latino-americano, movimentos de libertação e desenvolvimento nacional questionadores da condição de subdesenvolvimento legada a esses países sobre o domínio imperialista de hegemonia predominantemente norte-americana. Como afirma Netto (2015), configura-se um cenário favorável às mobilizações sociais contestatórias não apenas ao Estado e à sua configuração burguesa, como também, em sua forma mais radical, ao estilo de vida regido pela ordem burguesa.

É na esteira dessa efervescência social e política que a profissão protagoniza, entre os anos de 1965 e 1975 em alguns países da América Latina, o *Movimento de Reconceituação*, que propunha a *ruptura* com as bases tradicionais da profissão, visando à sua redefinição formativa e interventiva por uma perspectiva crítica.

[1] Entre os anos de 1975 e 1979, foram realizadas três Convenções Nacionais protagonizadas pela ABESS – atual ABEPSS – (XIX Convenção Nacional da ABESS, Piracicaba, 1975; XX Convenção Nacional, Belo Horizonte, 1977; XXI Convenção Nacional da ABESS, Natal,1979), tendo como ponto central a ampliação das discussões em torno do ensino em Serviço Social e do exercício profissional na nova conjuntura, que demandava um projeto profissional correspondente à direção do projeto democrático em curso no país. Abriu-se, então, a revisão curricular que culminou na proposta de ensino presente no Currículo Mínimo de 1982 (Santos, 2024).

Tal como os projetos sociais de caráter reformista-democrático e revolucionários em curso pelo continente nesse período, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano foi interrompido com a instauração da "perspectiva burguesa da 'modernização' e suas ditaduras" (Netto, 2015, p. 192). Seu tolhimento precoce, no entanto, não impediu sua irradiação em vários países, inclusive no Brasil. Suas contribuições aparecem nas disputas em torno da teorização e redefinição da direção social do ensino e atuação profissionais no Brasil a partir de meados de 1960, tendo como maior exemplo a experiência realizada por um grupo de profissionais na Universidade Católica de Minas Gerais, atual PUC/MG, bastante conhecida por seu método; o "Método BH".

No momento que a questão fundamental e que afetava o conjunto de profissões institucionalizadas no continente, incluindo o Serviço Social, era a contestação da ordem burguesa, suas instituições e políticas, bem como a eficácia das intervenções institucionais a partir dos próprios resultados que produziam, configuram-se no Brasil o processo de *renovação do Serviço Social* brasileiro sob três direções que Netto (2015) denomina "teorização", enquanto formulações teóricas e ideopolíticas de maior predominância na disputa pela direção social da formação profissional, sendo elas: a *modernização conservadora,* a *reatualização do conservadorismo* e *a perspectiva da intenção de ruptura.* Nos currículos de 1962 e 1970, é possível identificar a predominância das perspectivas modernizadoras e de reatualização do conservadorismo, ambas marcadas pelo positivismo e suas derivações.

Essas são considerações importantes para pensarmos as propostas de ensino do Serviço Social no Brasil. Porém, considerando que não é possível realizar neste ensaio um estudo exaustivo dos elementos que as configuram na história brasileira, nos limitaremos a destacar os fatos mais importantes sobre o tema, atendo-nos às primeiras fundamentações teórico-metodológicas que incidiram sobre a profissão desde seu nascedouro até os anos de 1970, trazendo à baila elementos permitam a reflexão sobre o processo de formação profissional, bem como as bases e condições históricas em que se operam as disputas profissionais em torno de sua direção social.

Para tanto, o texto se encontra dividido em três partes: na primeira tratamos sobre a incidência da Igreja Católica e sua Doutrina Social na formação e intervenção dos primeiros profissionais, imprimindo-lhes uma concepção e visão social de mundo enraizados no humanismo cristão. Identificamos os alinhamentos socialmente necessários ao pensamento conservador franco-belga e à sociologia norte-americana, forjando o que Iamamoto (2004) definiu como a primeira fundamentação teórico-metodológica da profissão, isto é, como seu "*arranjo teórico-doutrinário-operativo*". Na segunda parte, passamos às notas referentes ao

projeto de formação no contexto do "período desenvolvimentista" e do Estado autocrático-burguês, apontando como, a partir do acirramento das lutas entre as classes no continente, reverberaram no interior da profissão disputas em torno da direção social de seu projeto formativo e interventivo, agregando ao ensino da profissão correntes de pensamento e demandas que não contesta o *status quo*, como é possível observar até o currículo de 1970. A verdade é que apenas a partir da revisão curricular de 1982, devido ao cenário econômico, político e cultural que se apresenta em face das lutas sociais pela redemocratização do país, o ensino da profissão ganha bases materiais para a revisão de seu conteúdo e redefinição de seu ensino.

Não adentraremos neste ensaio o período da revisão curricular de 1982, apesar de considerar a bibliografia especializada sobre o tema elaborada desde esse período. Cabe destacar que, para a investigação, utilizamos a produção de autores/pesquisadores de relevância na área. Por meio de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, realizamos um resgate histórico que visa abrir debates em torno do legado da profissão fundamental para aprendizados, balanços críticos e projeções que objetivem o fortalecimento e a consolidação do atual projeto profissional e de formação em Serviço Social, ainda em disputa.

A incidência da Igreja Católica nas primeiras escolas de Serviço Social

A atuação do Estado no processo de acumulação de capital no país se deu articulada à burguesia industrial e aliada à Igreja Católica: àquele pelo papel dominante e pelas alianças indispensáveis ao desenvolvimento industrial próprio do capitalismo de tipo dependente, e a essa pelo poder político que vinha constituindo desde os anos de 1920 e que ganhou força social de relevo no "contexto de uma sociedade sacudida pelas consequências da progressiva instauração das relações de produção capitalistas" (Castro, 2006, p. 101). Tendo como *suporte doutrinário* as encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e a *Quadragésimo Anno* (1931), a Igreja Católica consolida, a partir de 1930, o espaço necessário para seu amplo projeto político de recuperação da hegemonia na sociedade civil e no Estado.

Assumindo papel decisivo na configuração de uma "política social mais abrangente" (Castro, 2006, p. 100), a Igreja Católica teve alcance destacado pela atuação que passou a ter em todos os níveis da educação pública e da vida social a partir da *Constituição de 1934*, quando a religião católica passou a ser reconhecida como religião oficial do Brasil. Não por acaso caberá a essa instituição, entre os anos de 1932 e 1945, sob ingerências da burguesia e financiamento do Estado, a estruturação do "*arranjo-teórico-doutrinário-interventivo*" para a formação das primeiras profissionais assistentes sociais. O recrutamento operado por seu

aparato próprio, formado pelo Centro Dom Vidal, Confederação Católica, a Ação Universitária Católica, Instituto de Estudos Superiores, Associação de Bibliotecas Católicas, os círculos operários, a Confederação Nacional de Operários, Liga Eleitoral Católica e Ação Católica, explicitava a magnitude do projeto político que concebera (Castro, 2006; Iamamoto; Carvalho, 2006).

Podemos considerar o período compreendido entre 1936 e 1945 o primeiro momento da formação acadêmica-profissional do Serviço Social brasileiro, no qual o ideário e conteúdo do ensino do Serviço Social estiveram substancialmente baseados e orientados pela Doutrina Social da Igreja Católica de cunho humanista conservador[2]. Na esteira desse período, competiu à Igreja Católica a criação de 20% dos cursos de Serviço Social no Brasil (Pereira, 2022), e sua relação com a profissão explicitava o caráter eminentemente político dessa articulação, visto que o conteúdo e os objetivos da ação profissional por ela orientada diferenciavam-se das atividades tradicionais de caridade ao mobilizar recursos a partir do Estado e do patronato para "obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica" pautadas por uma matriz ideológica conservadora e uma prática profissional homogeneizada (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 166). Assim, os currículos elaborados nesse período não podiam expressar outra coisa senão as bases materiais conservadoras sob as quais se forjavam as condições e relações sociais próprias da formação do capitalismo brasileiro. A determinação social do pensamento se expressa nos projetos pedagógicos de ensino do Serviço Social em que a direção social se pauta hegemonicamente na perspectiva tradicional/conservadora.

A primeira referência metodológica para formação e intervenção profissionais foi a Doutrina Social da Igreja Católica de cunho humanista conservador. Contrária aos princípios liberais e marxistas, essa doutrina propugnava a defesa das bases dispostas nas encíclicas papais, apoiada na concepção de que a gênese da então chamada "*questão social*" se encontrava na dimensão moral e não nas bases materiais contraditórias da sociedade moderna. Era, assim, funcional às necessidades e aos interesses das classes dominantes e do Estado na medida em que se propunha a operar o adequado *ajustamento* e disciplinamento dos trabalhadores e das

[2] O que não significa que não houve indagações em torno dessa orientação hegemônica. Desde seu nascedouro, Myrian Veras Baptista, em "*Relembrando Histórias*" (2006), afirma que a profissão, entre a crítica romântica ao capitalismo e a orientação da formação e atuação profissionais pautada na Doutrina Social da Igreja Católica, identificava as limitações da proposta pautada pela religião católica. Porém, não existia outra direção social em disputa e com força suficiente à época para colocar em xeque esse projeto. Tal movimento só viria a ocorrer a partir de finais dos anos de 1950, em um cenário de lutas populares pela libertação e pelo desenvolvimento nacionais dos países latino-americanos, que incidiu no interior do Serviço Social, dando condições históricas para que um grupo de profissionais redefinisse a direção social do projeto de formação e intervenção profissionais até então existente.

camadas populares e pobres às exigências do desenvolvimento capitalista e, por consequência, a seu modo adequado de expropriação e exploração para acumulação.

Pautadas pelo método da ação católica de abordagem da realidade social, a concepção e intervenção das assistentes sociais se baseavam no *ver, julgar e agir* (Baptista, 2006). Sob esses ditames, o pensamento doutrinário imprimia à profissão "um caráter conservador de apostolado" que desempenhava uma "ação educativa entre família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais" (Iamamoto, 2004, p. 20). Como a "ação profissional", no entanto, carecia de base teórica e científica para fundamentar seus princípios doutrinários e ações morais, a Igreja buscou primeiro auxílio na metodologia do Serviço Social franco-belga, trazida ao Brasil pelas seguidoras de Santo Agostinho[3].

A doutrina social da Igreja Católica encontrou na ação social franco-belga e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XII), retomado em fins do século XIX por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica (neotomismo), respaldo metodológico correspondente para sua ação e concepção de mundo, "aplicando" esse pensamento às necessidades do contexto social como estratégia política (Guedes, 2020, p. 146). Porém, era ainda necessário o respaldo científico para garantir a eficiência demandada ao *ver, julgar e agir* profissionais. A base para isso foi buscada nas vertentes das Ciências Sociais emergidas em finais do século XIX como ciência particular e especializada (o positivismo e suas derivações).

O Serviço Social encontrou no positivismo advindo da fragmentação da *Ciência da História*, os subsídios necessários a seu aprimoramento. Como afirma Netto (2007), a filiação teórica do Serviço Social desde seu nascedouro "vem, precisamente, na esteira da consolidação das ciências sociais" enquanto disciplina autônoma e particular, cuja maior expressão evidenciou-se na consolidação da sociologia como área especializada (Netto, 2007, p. 144).

A tecnificação da ação e burocratização das atividades institucionais cresce a partir de meados dos anos de 1940, quando se identifica o aumento do número de instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, ampliando o mercado de trabalho para os profissionais e exigindo maior qualificação e sistematização de seu espaço ocupacional, bem como eficiência na implementação das políticas públicas. Data desse período a fundação do Conselho Nacional de Serviço Social, 1938; da Legião Brasileira de Assistência Social, 1942;

[3] A vinda de Adèle Loneux, da Escola de Serviço Social de Bruxelas (Bélgica), e a Criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) marcam a formação dos primeiros assistentes sociais no Brasil. Tratava-se de uma preparação de leigos apoiada "numa base social feminina de origem burguesa respaldada por assistentes sociais belgas, que oferecem a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social" (Castro, 2006, p. 103).

do Serviço Social de Aprendizagem Industrial, 1942; e do Serviço Social da Indústria, 1946 (Iamamoto; Carvalho, 2006). A profissão, portanto, se universaliza como atividade *institucionalizada* e *legitimada* pelo Estado e pela classe dominante, tendo ampliado e diversificado tanto seu público quanto seus profissionais e processo de formação.

Tal como nas ciências sociais, a fundamentação teórico-metodológica da formação e intervenção nesse período passa a reproduzir um *saber* fragmentado dos fenômenos sociais, desvinculados de sua base econômica (Netto, 2007). Desse modo, soma-se à herança doutrinária da Igreja Católica e ao pensamento conservador de origem franco-belga, a partir do segundo lustro de 1940, a sociologia-conservadora norte-americana (Iamamoto, 2004, p. 26). A influência do Serviço Social norte-americano, após a Segunda Guerra Mundial, não significou a rejeição à fundamentação metodológica anterior, ao contrário, a ela foi integrada a qualificação técnica e racionalização da intervenção (instrumentalização técnica e valorização do método) pressupostas pelo Serviço Social de Caso e de Grupo. Calcada na racionalização dos métodos e procedimentos de intervenção, a profissão toma como princípio básico de suas elaborações teórico-metodológicas e técnico-operativas dois elementos herdados do *positivismo*, quais sejam: por um lado, estende a racionalidade das ciências da natureza à reflexão da sociedade e com ela seu empirismo; de outro, recusa a razão teórica que nega a ordem vigente e, como premissa dessa *tradição cultural*, concebe a naturalização das contradições inerentes à produção capitalista, configurando, assim, o que Iamamoto (2004) definiu como "arranjo teórico-doutrinário-operativo" (Iamamoto, 2004, p. 28).

Arranjo teórico-doutrinário-operativo que se constituiu, de fato, como a primeira fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro, sofrendo atualizações impostas pelos acontecimentos conjunturais e sócio-históricos no quadro nacional e mundial desde então. Esse *arranjo* teve papel fundamental na estruturação e direção social do projeto de formação profissional tradicional/conservador, condizente ao movimento de "modernização conservadora" do país, à medida que "*coesiona* tanto as *bases de interpretação* da sociedade, o *campo dos valores norteadores da ação profissional*, assim como o *aperfeiçoamento de seus procedimentos operativos*" (Iamamoto, 1998, p. 219-220). Nesse quadro, a hegemonia da Igreja Católica no direcionamento do conteúdo que estrutura a formação profissional é abalada, ainda que ideologicamente o humanismo cristão continue guiando os pressupostos técnico-operativos do Serviço Social.

Antes da instauração do primeiro currículo mínimo para formação em Serviço Social no Brasil, em 1953, a referência curricular das demais Escolas de Serviço Social advinha do Centro de Estudos e Ação Social de SP (1932) e da Escola de Serviço Social de SP (1936), entre as

quais essa última foi pioneira em todas as revisões curriculares realizadas pela profissão desde sua emersão no Brasil, em 1936. Os currículos de 1943-1945, apresentados abaixo, expressam esses elementos no ensino do Serviço Social. É possível observar que, ao lado das disciplinas de cunho doutrinário e conservador, aparecem conteúdos como: contabilidade, economia política, organização de comunidade, administração de problemas econômicos e Serviço Social de Grupo. Tais disciplinas correspondem a duas tendências já presentes no currículo de 1945: por um lado, a abertura à secularização da profissão, que se adensaria na década de 1950 e se consolidaria no segundo lustro de 1960, face às condições dispostas pelo governo ditatorial, sobretudo a ampliação das Faculdades e Escolas de Serviço Social e a expansão e a consolidação do mercado nacional de trabalho para a profissão; por outro, a abertura de questionamentos no interior da profissão em torno do Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade alinhados ao projeto desenvolvimentista que se instaurou durante os anos de 1950 sob ingerência dos interesses norte-americanos em detrimento da autonomia dos povos e recursos latino-americanos.

A expansiva industrialização do país e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos implicaram a absorção do Serviço Social predominantemente pelo Estado, o que não implicou sua ausência no setor privado. Nesse contexto, sob a fundamentação científica e técnica para sistematização e racionalização da assistência, evidencia-se o enfraquecimento da crítica romântica presente desde o surgimento da profissão, prevalecendo o ideário do projeto modernizador do país, para o qual deveria ser disciplinada de modo regular a força de trabalho urbana, mas também rural pautada em valores éticos e cristãos (Iamamoto, 2004).

Quadro 1 – Currículos do Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de SP de 1936 a 1945.

1936	1937	1938	1939	1940
Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia
Higiene	Higiene	Higiene	Higiene	Higiene
Anatomia	Anatomia	Anatomia	Anatomia	-
Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística
Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
Enfermagem	Enfermagem	Enfermagem	Enfermagem	-
Higiene Industrial	-	-	-	-
	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia
	Direito	Direito	Direito	Direito

	Direito do trabalho	Direito do trabalho	-	Direito do trabalho
	Moral	Moral	Moral	Moral
	Técnica	-	Técnica	-
	Psicotécnica	-	Psicotécnica	Psicotécnica
		Economia	Economia	Economia
		Higiene do trabalho	Higiene do trabalho	Higiene do trabalho
		Direito do menor	Direito do menor	Direito do menor
			Português	-
			Lógica	-
			Patologia dos anormais	-
			Puericultura	Puericultura
				Religião
				Psiquiatria
				Orientação
				Ética Profissional
				Pedagogia
1941	**1942**	**1943**	**1944**	**1945**
Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia
Higiene	Higiene	Higiene	Higiene	Higiene
Anatomia	Anatomia	-	-	-
Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística
Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
Enfermagem	-	-	-	-
-	-	-	-	-
Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia
Direito	Direito	Direito	Direito	Direito
-	-	Direito do trabalho	Direito do trabalho	Direito do trabalho
Moral	Moral	Moral	Moral	Moral
-	-	-	-	-
Psicotécnica	Psicotécnica	-	Psicotécnica	Psicotécnica
Economia	Economia	Economia	-	
-	Higiene do trabalho	-	-	Higiene do trabalho

Direito do menor	Direito do menor	Direito do menor	Direito do menor	Direito do menor
-	-		-	
-	-		-	
-	-		-	
Puericultura	Puericultura	Puericultura	Puericultura	Puericultura
Religião	-	Religião	Religião	Religião
Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria
Orientação profissional	Orientação profissional	Orientação profissional		
Ética Profissional	Ética profissional	Ética Profissional	Ética Profissional	
Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia	Ética Profissional
Curso familiar	Obstetrícia	-		Pedagogia
	Psicologia do adolescente	Psicologia do adolescente		Psicologia do adolescente
	Direito administrativo	-		
	História do Serviço Social	-		
		Higiene pré-natal	Higiene pré-natal	Higiene pré-natal
		Serviço Social de menores	Serviço Social de menores	Serviço Social de menores
		Correspondência		
		Contabilidade		Contabilidade
			Economia Política	
				Pesquisa social
				Administração de problemas econômicos
				Serviço Social de Grupo
				Organização social de Comunidade
				Serviço Social da Indústria
				Administração

Fonte: Organizado pela autora a partir de Cardoso (2016, p. 436-437).

No campo da formação e da intervenção profissional, identifica-se, portanto, que se estende a racionalidade das ciências da natureza à reflexão sobre a sociedade, negando a razão teórica contestatória da ordem vigente e dando por natural as relações sociais e o modo capitalista de reprodução da vida (Netto, 2007). Como afirma Iamamoto (2004, p. 21), a preocupação na preparação profissional nesse período se baseia na eficiência social para a prática da assistência "no bojo do movimento de cunho reformista conservador", que naturaliza as contradições sociais e direciona a ação profissional para a "defesa da pessoa humana, do seu desenvolvimento integral e do bem comum" (Iamamoto, 1998, p. 220).

Considerados em seu *sentido amplo*[4], os currículos acima demonstram que o projeto pedagógico da formação profissional tinha como direção social a perspectiva tradicional/conservadora. A vinculação da religião católica e as "implicações de caráter extra-religioso que o catolicismo trouxe à configuração do Serviço Social" (Castro, 2006, p. 44), atrelado aos subsídios das ciências sociais, nascidos no seio da *tradição positivista* do século XIX[5] e aos princípios da sociologia norte-americana, legou vicissitudes que, predominantes no nascedouro da profissão, deixaram resquícios que perduram ainda hoje mais em sua intervenção que formação. Fato que não se deve à mera subjetividade dos profissionais, mas principalmente à formação social que lhe serve de base e sustento, que "modernizou conservando" e retroalimentando suas estruturas e ideias arcaicas funcionais à manutenção do *status quo* ineliminável à acumulação no capitalismo de tipo dependente (Fernandes, 1975) que se configurou no Brasil.

O ensino do Serviço Social no contexto desenvolvimentista e autocrático brasileiro

A partir dos anos 1950, sob a dinâmica desenvolvimentista e ingerência do imperialismo norte-americano na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), deflagram-se as condições históricas que corroboram a disputa em torno da direção social do projeto de formação profissional, principalmente diante da inserção do curso no espaço universitário, ocorrida oficialmente em 1953, quando se regularizam a graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil e define-se pelas entidades da categoria o primeiro currículo mínimo do curso no país, por meio da Lei n. 1.889 de junho de 1953[6]. Essa disputa se adensou, especialmente, no período

[4] O currículo em sentido estrito se refere ao currículo do curso propriamente dito, na disposição de seus respectivos conteúdos, disciplinas e carga horária. Enquanto o currículo em sentido amplo se refere ao "projeto educacional e todos os fatos históricos, institucionais, legais e profissionais que informam e que lhe dão sustentação" (ABESS, 1993, p. 149).

[5] Como afirma Netto (2007, p. 141), "*a tradição positivista é a típica resposta conservadora na cultura ocidental do século XIX*, e é no seu seio que se constituem as ciências sociais".

[6] A referida Lei foi assinada pelo então presidente, João Café Filho e se encontra disponível para consulta no site

do governo ditatorial, apresentando-se como mecanismo de resistência política e acadêmica à ditadura e ao modelo de Serviço Social norte-americano implantado pelo projeto desenvolvimentista no Brasil baseado no Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade (Iamamoto, 2006). Como afirma Ammann (2003), toda a década de 1950 é marcada pela incidência das alterações previstas no acordo entre Estados Unidos e América Latina no processo de formação dos profissionais do continente, inclusive dos assistentes sociais. O que não se deu ao acaso, antes, como afirma a autora, demarcou o interesse pela hegemonia da ideologia e do modo de produção capitalista. Por essa razão,

> [...] a ONU volta simultaneamente suas atenções para o Serviço Social, realizando três distintas pesquisas de caráter internacional sobre a formação de seus profissionais a níveis auxiliar, de graduação e pós-graduação [...] a preocupação com o Serviço Social brasileiro com o Desenvolvimento de Comunidade atrela-se a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos **interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista** (Ammann, 2003, p. 33, grifo nosso).

Foi sobre esses ditames que se estruturou o primeiro currículo mínimo do curso de Serviço Social no Brasil, vigente entre os anos de 1953 e 1962. A seguir apresentamos as disciplinas que passam a compor a formação em Serviço Social.

Quadro 2 – Currículo Mínimo de 1953: aprovado pela Lei n. 1.899 de 13 de junho de 1953.

Disciplinas mínimas
I - Sociologia e Economia Social
Direito e legislação Social
Higiene e Medicina Social
Psicologia e Medicina Social
Ética geral e profissional
II - Introdução e Fundamentos do Serviço Social
Método do Serviço Social
Serviço Social de Caso – de Grupo – Organização de Comunidade
Serviço Social e suas Especializações
Família – menores – Trabalho – Médico
III - Pesquisa Social

Fonte: Organizado pela autora a partir de Cardoso (2016, p. 436-437).

da câmara dos deputados.

Como é possível observar no Quadro 2, não constam mais no quadro de disciplinas conteúdos como *moral, higiene, religião.* Por seu conteúdo, o currículo parece se afastar das bases doutrinárias legadas pela Igreja Católica. Contudo, *higiene do trabalho* permanece como indicação, junto de *Serviço Social de Caso, Grupo e Organização de Comunidade,* o que sugere que a transição dos currículos anteriores para o de 1953 se baseia antes na integração e modernização dos conteúdos anteriores que em sua rejeição.

As primeiras reflexões em torno do projeto educacional da profissão consideravam apenas o sentido *estrito do currículo*, seus conteúdos e disciplinas, visando a atender ao projeto desenvolvimentista em curso no país. Somente a partir do segundo lustro de 1960, abriram-se debates e reflexões considerando seu *sentido amplo,* o que pode ser creditado ao fato de a categoria ter sido compelida socialmente a movimentar e reelaborar suas fundamentações teórico-metodológicas diante dos eventos políticos e sociais em curso no país.

É certo que, durante o período compreendido entre os anos de 1953 e 1970, os conteúdos de formação profissional do Serviço Social mantiveram sua essência pautada no ideário humanista conservador e reforçaram uma formação voltada ao atendimento do indivíduo "problemático", "desajustado", como é possível identificar no Parecer n. 33 de 1964, que atualizava o Parecer n. 286 de 1962, e dispõe sobre as disciplinas e duração do curso de Serviço Social. Por mais que na grade curricular não se tenha explicitamente a presença da disciplina "moral", como nos currículos anteriores, observa-se que os valores e princípios éticos-morais seguem enraizados na concepção da pobreza e miséria decorrentes da produção social e sua apropriação privada, como um problema do indivíduo a ser resolvido por meio de seu *ajustamento* às condições sociais postas.

A dimensão ideopolítica do projeto profissional pauta-se na naturalização do *status quo* da sociabilidade capitalista e na doutrina social, mas agora mais bem sistematizada e ancorada nas fundamentações teóricas das ciências sociais que contribuem no entendimento desse indivíduo a ser ajustado. O conteúdo do currículo mínimo de 1962 comprova esse argumento, como podemos observar no Quadro 3:

Quadro 3 – Currículos mínimos do Curso de Serviço Social (1962 e 1970).

1962 - Parecer n. 286 de 1962 e Resolução 512 de 1964	**1970 - Parecer n. 242 aprovado em março de 1970 e Resolução s/n**
Introdução ao Serviço Social	Ciclo Básico
Serviço Social de Casos	Sociologia
Serviço Social de Grupos	Psicologia
Desenvolvimento e Organização de Comunidade	Economia
Administração em Serviço Social	Direito e Legislação Social
	Teoria do Serviço Social
Psicologia	Ciclo Profissional
Sociologia	Serviço Social de Casos
Pesquisa Social	Política Social
Economia Social	Ética profissional
Direito	Serviço Social de Grupo
Ética	Serviço Social de Comunidade
Higiene e Medicina Legal	

Fonte: Organizado pela autora a partir dos pareceres e das resoluções.

Como afirma Cardoso (2016), nos currículos de 1960 e 1970 prevalecem o positivismo e a ideologia desenvolvimentista como fundamentação da formação, "na busca de uma cientificidade e de preparação técnica para o 'fazer profissional'" (Cardoso, 2016, p. 440). Com uma divisão entre "ciclo básico" e "ciclo profissionalizante" impostada pela *reforma universitária* operada em 1968 pelo governo ditatorial[7], a base da formação até meados de 1970 continuará sendo, predominantemente, o pensamento conservador atualizado pelas condições sociais da nova conjuntura, mas permeado ideologicamente pela Doutrina Social da Igreja. Como endossam as disciplinas que compõem a grade do curso, como: higiene, família – trabalho – médico.

Esse projeto de formação profissional vigora, não sem disputas e tensões, até meados dos anos de 1970, reatualizando e modernizando seus aportes teóricos, sem romper completamente com sua base originária. As atualizações mencionadas, corresponderam aos princípios formativos pragmáticos cuja preocupação central estava em preparar profissionais

[7] Trata-se da Lei n. 5.540/1968 de 28 de novembro de 1968, que entrou em vigor no governo de Costa e Silva, estabelecendo as diretrizes para a estruturação e funcionamento do ensino superior e ensino médio no país.

aptos para o "modernizado" mercado de trabalho, respondendo às demandas sociais "a partir de uma competência operacional, com supervalorização das técnicas e instrumentos" (Cardoso, 2016, p. 443), tendo na fundamentação teórico-metodológica o suporte teórico da prática que permitisse "aplicá-la" à realidade social.

A busca pela redefinição do ensino do Serviço Social no Brasil teve início com processo de sua *renovação profissional* aberto pelos ditames da autocracia burguesa, operada entre os anos de 1964 e 1985 (Netto, 2015). Nesse contexto, surgiram as condições de *diferenciação* e *redefinição* inéditas da profissão expressas na diversidade de profissionais, de escolas, de postos de trabalho, bem como da população atendida, que imerge a profissão em polêmicas em torno de sua direção social até então não vivenciadas[8].

A conjuntura nacional deflagrada pelo golpe civil militar instaurado em 1 de abril de 1964, no Brasil, foi demarcada pelo investimento do governo na industrialização pesada do país, impulsionando a imigração interna, a concentração de renda e o crescimento da pobreza e do pauperismo pelos rincões do país. O Serviço Social teve seu campo de atuação expandido, demandado tanto para disciplinamento dos trabalhadores nas empresas quanto para assistência às famílias e aos "menores" nas instituições socioassistenciais.

É nesse quadrante que se *consolidam* as bases para erosão do Serviço Social "tradicional" no Brasil, à medida que passa a ser demandado no novo contexto de *modernização conservadora* um perfil técnico também moderno e racional. Os traços tradicionais da profissão vão gradativamente, mas de forma expressiva, cedendo espaço a uma atuação burocrática-administrativa que só se tornou possível mediante "uma profunda rotação nos mecanismos vigentes de formação dos assistentes sociais" instaurada pela política educacional do ciclo autocrático que operou o *distanciamento* da profissão da Doutrina Social da Igreja, sobretudo ao ampliar, a partir de 1970, as agências estatais de formação profissional (Netto, 2015, p. 163). Ao realizar tais alterações, não teologicamente, a dinâmica do ciclo autocrático burguês irrompeu no interior da profissão mudanças nas relações tanto entre os profissionais quanto desses com o Estado e a sociedade, incidindo com igual intensidade na autorrepresentação profissional e em suas dimensões teórico-metodológicas e ideopolíticas.

Sustentando uma base de questionamento, revisão e reatualização das bases do Serviço Social "tradicional" em grande parte da América Latina, abre-se nesse cenário, entre os anos de 1965 e 1975, o processo de reformulação crítica do Serviço Social latino-americano. Apesar de

[8] Como esclarece Netto (2015), não que antes desse período inexistissem tensões e disputas, existiam, mas eram solucionadas diplomaticamente, sem grandes ingerências sobre a profissão. A partir de 1960, as tensões, disputas e polêmicas causaram impactos inéditos à hegemonia tradicional e conservadora da profissão.

sua pujança e relevância histórica na luta pela direção social do projeto profissional, o movimento se desfez antes de concluir sua proposta. Tal como os projetos democráticos de caráter reformista-democrático e revolucionários em curso pelo continente, pela força e instauração da "perspectiva burguesa da 'modernização' deflagrada pelas ditaduras burguesas a partir da década de 1960" (Netto, 2015, p. 192), esse movimento foi imprescindível para a maior experiência da *renovação crítica da profissão* no Brasil.

A renovação profissional do Serviço Social brasileiro, ocorrida majoritariamente entre os anos de 1960 e 1980, não se resumiu ao período do ciclo autocrático burguês, mas foi em seu bojo que se constituíram novas bases e condições à prática, à reprodução e à autorrepresentação dos assistentes sociais no Brasil. A expansão e diferenciação ocorridas na profissão a partir desse período desaguou em polêmicas, tensões e disputas em torno do projeto profissional e sua direção social por perspectivas teórico-metodológicas, ideopolíticas e técnico-operativas heterogêneas.

As principais perspectivas e direções profissionais em disputa desde esse momento foram apresentadas por Netto (2015) como "teorização", sendo elas: a *modernização conservadora,* a *reatualização do conservadorismo e perspectiva da intenção de ruptura.* A "*perspectiva modernizadora*", de cariz tecnocrático, visava à modernização do "tradicionalismo" e tinha como referência teórico-metodológica o estrutural-funcionalismo, como se identifica nos encontros de Porto Alegre (1965)[9], Araxá (1967) e Teresópolis (1970); a "*perspectiva de reatualização do conservadorismo*" pretendeu recuperar a herança conservadora da profissão, reatualizando seu passado, mas divergindo de sua base predominantemente positivista e refutando o legado crítico da experiência reconceituadora. Sua teorização aparece nos encontros de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984); por fim, tem-se a "*perspectiva da intenção de ruptura com o Serviço Social 'tradicional'*", situada entre a primeira metade de 1970 e a primeira metade de 1980, sendo a primeira direção social a realizar uma crítica sistemática e global ao tradicionalismo e conservadorismo profissionais, confrontando seus suportes teórico, metodológico e ideológico (Netto, 2015). Sua maior

[9] Como afirma Netto (2015, p. 191, em nota), a bibliografia especializada do Serviço Social considera momento de *arranque* do Movimento de Reconceituação na América Latina o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em maio de 1965, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul, no qual compareceram 415 profissionais do Brasil, Argentina e Uruguai. Ao todo foram realizados seis encontros envolvendo Brasil, Uruguai, Bolívia, Chile e Argentina. O encontro voltou a ocorrer no Brasil em 1972 e teve papel fundamental no Movimento Latino-Americano de Reconceituação. Participou do I Seminário uma das figuras fundamentais para o surgimento da "*intenção de ruptura"* no Brasil a partir do projeto de reestruturação da formação profissional dos assistentes sociais da UCMG: Leila Lima Santos, liderança de um pequeno grupo de profissionais do qual fez parte Ana Maria Quiroga, Marilda Villela Iamamoto entre outros, responsáveis por inaugurarem o conhecido "Método-BH", a única experiência reconceituadora da profissão no Brasil.

expressão pode ser identificada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979, conhecido como *Congresso da Virada*, por ter sido ponto de inflexão da profissão no sentido de sua renovação crítica e mudança na direção social do projeto profissional.

A perspectiva da *intenção de ruptura*, hegemônica no III CBAS, ganhou força política na profissão apenas no cenário de crise da ditadura e da reorganização das forças sociais pela redemocratização do país no segundo lustro de 1970. Dada sua complexidade e os limites do ensaio ora proposto, não aprofundaremos em sua análise, cabendo-nos, no entanto, registrar seu legado e importância na luta pela renovação crítica da profissão e construção, ainda em aberto, do atual Projeto Ético-Político da profissão.

O nascedouro dessa vertente se inscreveu no espaço universitário por intermédio do movimento intelectual e estudantil do Serviço Social, tendo sua primeira experiência no âmbito da formação e do exercício profissional construído pela vanguarda crítica da profissão no espaço universitário da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) entre os anos de 1969 e 1975[10]. Esse projeto de formação assumiu o legado do Movimento de Reconceituação, aproximando-se dos autores e profissionais que endossavam o Serviço Social latino-americano reconceituado por uma perspectiva crítica de contestação e transformação social. Por sua estrutura e ousadia, o projeto se tornou referência mundial e continental em oposição ao projeto tradicional e conservador de formação profissional, mas, dada a conjuntura e crise interna por que passa, se encerra ainda em 1975, devido a crises e tensões corridas no âmbito da UCMG, o que desencadeou a autodemissão de seus professores e gestores e o fechamento da escola no final daquele ano, sendo seus pressupostos retomados na nova conjuntura colocada pelo processo truncado de transição democrática realizado no país que angariou forças para ser retomado pela massa crítica da profissão.

Somente na conjuntura dinamizada pelo processo de democratização tornou-se possível a retomada do projeto de formação e exercício profissional crítico emergido na experiência de Belo Horizonte, pois sua viabilização encontrou alicerce nas reinvindicações das massas, com as quais a vanguarda crítica da profissão retomou articulação. Essa retomada do projeto profissional crítico deflagrado em início de 1970 articulou as dimensões ideopolíticas e teórico-metodológicas, tendo como base primeira para sua consolidação o espaço acadêmico, que logo alcançou espaço nas entidades da categoria de reflexão teórica e organização política, o que foi

[10]O projeto de formação profissional da Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais (atual PUC/MG) se desenvolveu entre os anos de 1969 e 1975, mas as documentações existentes apreendem apenas os anos de 1972 a 1975. Foi liderado por profissionais como Leila Lima Santos, Ana Maria Quiroga, Marilda Villela Iamamoto entre outros profissionais. e se apresentou como a primeira *alternativa global* de contestação e oposição ao legado do conservadorismo e tradicionalismo na profissão.

de fundamental importância para a construção e defesa de um projeto de formação profissional crítico e hipotecado à realidade social que o alimenta.

Breves considerações

Vimos de modo bastante breve que o surgimento do Serviço Social como profissão socialmente necessária, inserida na divisão social e técnica do trabalho no Brasil, se vincula à consolidação das relações de produção capitalistas no país e às medidas destinadas a garantir a acumulação de capital, em sua dupla dimensão: generalização da concentração privada da riqueza socialmente produzida e da pobreza e miséria, que, ao supurarem para além das capacidades da filantropia e assistências privadas, que até então eram as únicas a respondê-las, necessariamente tiveram que ser consideradas, econômica, política e administrativamente, pelo Estado. Trata-se de um Estado nacional fortemente influenciado pela concepção europeia de problemas sociais, sobretudo pelo *positivismo*, razão pela qual, junto da Igreja Católica e da sociedade civil, se consagram teórica e institucionalmente as consequências das desigualdades econômicas, sociais e étnico-raciais inerentes à nascente sociedade burguesa, como "*questão social".*

Dentre as principais ações desprendidas pelo Estado moderno em face das mudanças inerentes ao capitalismo brasileiro, identificamos o grande investimento realizado na formação e especialização de profissionais, dentre eles o profissional do Serviço Social, para a execução terminal das políticas sociais e medidas administrativas voltadas ao atendimento do pauperismo e os problemas sociais inerentes à nascente sociedade de classes. Para tanto, tratou ele de granjear o apoio da burguesia industrial e o suporte ideopolítico da Igreja Católica, principal responsável pela estruturação da proposta pedagógica para formação dos primeiros profissionais do Serviço Social no Brasil.

Por essa razão, vimos que, durante quase 50 anos, vigorou na profissão uma formação profissional direcionada pela perspectiva tradicional/conservadora. Sua definição ancorou-se na busca e criação de metodologias de atuação, aportes teórico-metodológicos e ideopolítico para seu desenvolvimento e sua modernização, tendo como matriz central desse processo o "*arranjo teórico doutrinário-operativo*" enraizado na tradição positivista e no humanismo cristão de cunho conservador, sendo que, somente a partir de meados de 1970, a renovação crítica do Serviço Social brasileiro alcançou predominantemente as formulações teóricas e as dimensões teórico-metodológica e ideopolítica da profissão (Netto, 2015).

Assim, apenas a partir de 1970 o projeto de ruptura com a estrutura global do tradicionalismo e conservadorismo profissional alcançam, mesmo que de modo ainda isolado,

a formação acadêmica-profissional. Sua emersão foi marcada pelo surgimento da experiência de Belo Horizonte, enquanto expressão da *emersão da perspectiva da intenção de ruptura* na profissão e momento de inflexão fundamental na disputa pela direção social do projeto profissional e sua aproximação a vertentes críticas das ciências sociais, ainda que com desvios e limites, como atesta a bibliografia especializada.

A partir dos estudos sobre o legado histórico e as disputas em torno do projeto de formação do Serviço Social no Brasil, observamos que o ensino da profissão esteve necessariamente imbricado às condições sociais historicamente determinadas. Fica claro o entendimento de que as mudanças na sociabilidade redefinem, em face das condições econômicas, sociais, políticas e culturais postas pelas condições sociais e pelas relações entre as classes sociais e dessas com o Estado, a profissão, seu corpo de profissionais e as demandas que lhe são apresentadas, o que traz à luz disputas em torno de seu arcabouço ideopolítico, teórico-metodológico e interventivo *vis-à-vis* à realidade social que vivencia a profissão no bojo da reconfiguração do capitalismo na cena contemporânea.

Recuperar os elementos aqui tratados permite apreender as bases históricas das disputas que precedem e dão significado ao esforço coletivo da categoria para revisões curriculares de 1982 e 1996, com suas respectivas atualizações, culminando numa proposta de ensino norteada e consolidada pela *perspectiva da intenção de ruptura*, mas prenhe de disputas no quadro de aprofundamento do conservadorismo no Brasil e no mundo diante da maior crise de acumulação do capital desde seu surgimento, cenário que demanda de todos os profissionais recuperar a trajetória histórica da profissão e as disputas ideopolíticas abertas em torno da direção social do projeto profissional nas dimensões do ensino e intervenção para, assim, seguir na construção de nosso Projeto Ético-Político.

Referências

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ABEPSS/CEDEPSS. *CADERNOS ABESS* nº 6. São Paulo: Cortez, 1993.

ABEPSS/CEDEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social* (Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.

BAPTISTA, M. V. Relembrando História. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 9, n. 1, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n1_myrian.htm. Acesso em: 1 abr. 2025.

BRASIL. *Resolução 512*. Fixa o Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social em complemento aos Pareceres n. 286/1962 e n. 33/1964 ao Parecer n. 286/1962, 1964.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, 29 nov. 1968.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura ao conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade,* São Paulo, n. 127, p. 430- 455, set./dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.079. Acesso em 4 abr. 25.

CASTRO, Manuel M. *História do serviço social na América Latina*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 176 p.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GUEDES, Olegna. O neotomismo de Jacques Maritain: suas influências no Serviço Social brasileiro. *In*: FORTI, V.; GUERRA, Y. *Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social*. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social, número 1. Fortaleza: Socialis, 2020.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964. São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, L. D. *Educação e Serviço Social:* do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. Uberlândia: Navegando, 2022.

SANTOS, Sandra Rodrigues dos**.** *Incidência do marxismo no serviço social brasileiro (1960-1979)*. 2024. 446 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2024.

LIBERTAS ON LINE

Estágio docência na área de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social[1]

Teaching internship in the area of Historical Methodological-Theoretical Fundamentals of Social Work

Tatiana de Lima Souza[*]
Débora Elita de Sousa Silva[**]
Vinicius Rafael Lopes[***]

Resumo: Objetivou-se analisar o estágio docência e suas contribuições na área de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social para o ensino dos Fundamentos do Serviço Social e para a formação docente. Por meio do materialismo histórico-crítico-dialético marxista foi feito estudo bibliográfico sobre o estágio docência e os fundamentos do Serviço Social; levantamento dos componentes curriculares ofertados, na atualidade, em nível de graduação e pós-graduação em Serviço Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, considerando as experiências de estágio docência dos autores deste artigo na condição de mestrandos/as e doutoranda estagiário-docentes em componentes curriculares ofertados pelo curso de graduação em Serviço Social da referida universidade federal. O estágio docência fortalece o ensino dos fundamentos da profissão e a formação profissional de docentes Assistentes Sociais para trabalharem na educação superior.

Palavras-chave: Estágio docência; Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social; Formação profissional.

Abstract: The aim was to analyze the teaching internship and its contributions to the area of Historical-Theoretical-Methodological Foundations of Social Work to the teaching of the Foundations of Social Work and for teacher training. Through Marxist historical-critical-dialectical materialism, a bibliographic study was made on the teaching internship and the foundations of Social Work; a survey of the curricular components currently offered at the undergraduate and postgraduate levels in Social Work at the Federal University of Rio Grande do Norte and the State University of Rio Grande do Norte was carried out, considering the authors of this article's teaching internship experiences as master students acting as interns in curricular components offered by the undergraduate course in Social Work at the mentioned federal university. The teaching internship strengthens the teaching of the profession's foundations and the professional training of Social Work teachers to work in higher education.

Keywords: Teaching internship; Historical Methodological-Theorical Fundamentals of Social Work; Professional Formation.

[1] Este artigo foi produzido com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
[*] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: tatidels27@gmail.com
[**] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: debora.elita.115@ufrn.edu.br
[***] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: vinyciusloppes@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49991
Recebido em: 27/08/2025
Aprovado em: 09/06/2026

Introdução

O Serviço Social é uma profissão comprometida com a qualidade da formação profissional, seja no nível da graduação ou da pós-graduação. Essa afirmação pode ser observada nos próprios Projetos Político-Pedagógicos dos cursos, os quais visam que o corpo discente vislumbre de processos formativos conectados com as necessidades históricas da classe trabalhadora, ou seja, fundamentados na realidade concreta, o que reitera e fortalece a posição ético-política profissional historicamente consolidada, vinculada aos interesses da classe trabalhadora, da qual somos parte integrante, afirmada desde a virada histórica construída pela categoria – ainda que não de forma homogênea – durante a democratização brasileira (1980-1990) e herdeira das lutas de classe desse cenário histórico (Netto, 2011a).

O processo formativo em Serviço Social, objeto de pesquisa deste artigo, no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado, possui, geralmente, o componente curricular denominado estágio docência, o qual visa incentivar e qualificar a formação profissional de docentes para a educação superior, e fortalecer também o processo de ensino e aprendizagem dos/as discentes de graduação. Essa experiência prático-formativa ocorre por intermédio das contribuições e vivências acadêmicas do/a pós-graduando/a, as quais reverberam na aproximação e no diálogo entre a graduação e a pós-graduação existentes nas universidades.

O estágio docência expressa o compromisso das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas com a manutenção da qualidade da formação profissional, porque tende a realizar-se principalmente naquelas disciplinas que possuem maior nível de conteúdos e que necessitam de suporte para ampliar a satisfação de seus objetivos. A exemplo disso, no curso de graduação em Serviço Social, temos o componente curricular *Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social*, em seus diferentes níveis: I, II, III e IV, que englobam diversificados momentos da trajetória da profissão e a sua relação com determinados períodos históricos da conjuntura brasileira.

Na graduação em Serviço Social, a discussão sobre os *Fundamentos* da profissão possibilita que os/as discentes apreendam a trajetória histórica e teórico-metodológica de maneira indissociável, sem a cisão que por muito tempo dividiu a profissão entre história, teoria e método. Nesse sentido, tal apreensão vem "contribuindo, ao longo da produção histórica da profissão, para a compreensão de importantes elementos dos nexos entre teoria e prática no Serviço Social brasileiro" (Salazar, 2018, p. 3).

O interesse, apresentado neste artigo, em sistematizar as experiências de estágio docência justifica-se em virtude da pertinência do aprofundamento do debate sobre a docência no ensino superior, considerando ser uma área de atuação profissional pouco discutida durante

a graduação, bem como a necessidade de socializar essas experiências acadêmicas no âmbito do ensino, visando fomentar novas discussões que possibilitem melhorias no processo de formação para a docência em Serviço Social. Acrescido a isso, as experiências de estágio que embasam este artigo foram abordadas tendo em vista denotarem a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre os fundamentos da profissão, bem como por se relacionarem com as pesquisas na área de fundamentos históricos da profissão desenvolvidas pelos estagiários docentes desde o período da graduação em Serviço Social.

Ademais, o debate proposto neste artigo relaciona o estágio docência e o ensino dos *Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social*, tendo em vista que esse componente curricular comporta densas discussões e mediações que tornam possível a formação crítica acerca dos elementos e contradições inerentes à construção sócio-histórica dessa profissão no Brasil.

A partir dessas questões, o objetivo deste artigo consistiu, portanto, em analisar o estágio docência e as suas contribuições (na área de fundamentos) para o ensino dos *Fundamentos do Serviço Social*. Para tanto, o objeto demandou análise histórico-crítico dialética marxista, considerando as contradições, mediações e possibilidades da formação profissional com ênfase na docência, bem como a apreensão das contribuições do ensino dos *Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social* durante o estágio docência[2], realizado pelos autores desta pesquisa durante o mestrado e doutorado entre os anos 2018, 2019 e 2024, nos componentes curriculares *Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I* e *III,* com discentes do 2º e 4º períodos, respectivamente, da graduação em Serviço Social na UFRN. A metodologia do trabalho englobou ainda pesquisa documental e estudo bibliográfico sobre o estágio docência e os fundamentos históricos do Serviço Social; e levantamento dos componentes curriculares ofertados em 2024, em nível de graduação e pós-graduação em Serviço Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – instituições públicas de ensino superior do Estado onde nos situamos.

A análise dos documentos identificou como ocorre o debate sobre a docência na pós-graduação. Para tanto foram feitas mediações analíticas em torno dos diferentes contextos de

[2] As experiências de estágio docência (consideradas nesta pesquisa como parte do processo analítico em torno das contribuições do ensino dos *Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social* durante essa etapa formativa da pós-graduação para o ensino dos *Fundamentos do Serviço Social*), foram vivenciadas pela primeira autora deste artigo (Tatiana de Lima) durante a formação em nível de doutorado no ano de 2024 e pelos outros dois autores (Débora Elita e Vinicius Lopes), durante a formação em nível de mestrado acadêmico em Serviço Social na UFRN (nos anos 2018 e 2019). Atualmente, todos os autores do artigo são doutorandos em Serviço Social da UFRN.

pesquisa (UERN e UFRN), de modo a apreender a totalidade de elementos que se relacionam à formação para a docência em Serviço Social.

As mediações teóricas possibilitaram apreender as distintas realidades de curso de graduação e de pós-graduação e que, apesar disso, expressam o protagonismo de docentes no sentido de ofertar formação profissional de qualidade. Ressaltamos também limitações na política de educação superior, LDB (Lei Brasileira de Educação) de 1996, que apresenta a necessidade de formação docente nos programas *stricto sensu*, porém observamos que é fundamental que o debate sobre a docência ocorra em profundidade, posto que a pós-graduação constitui o lócus privilegiado de formação pedagógica para o ensino superior.

Logo, o estudo da totalidade dos componentes curriculares da pós-graduação foi uma forma de conhecer as ementas de disciplinas do eixo de *Fundamentos* e elaborar sínteses sobre os elementos que se mostram nessa realidade, de modo a propor análises que contribuam para potencializar o ensino-aprendizagem e o trabalho docente no ensino superior.

A análise documental foi adensada pela experiência de estágio, visto que se configura como fonte de produção dos dados ao propiciar a reflexão crítica resultante de observações participantes dos momentos em sala de aula com turmas da graduação em Serviço Social, considerando as potencialidades e dificuldades na aprendizagem dos fundamentos e a sistematização de orientações pedagógicas de docentes supervisores de estágio docência.

O estágio docência se caracteriza como momento de formação docente, assim definido pela Portaria 76, de 14 de abril de 2010: “Art. 18. O estágio de docência é parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação para a docência, e a qualificação do ensino de graduação sendo obrigatório para todos os bolsistas do Programa de Demanda Social [...]” (Brasil, 2010). Nessa perspectiva, os currículos de pós-graduação em Serviço Social, ao se comprometerem com a oferta da experiência de estágio docência, acompanham os avanços da profissão na área da educação, ao apresentar e fortalecer a necessidade de formação pedagógica, sendo importante o aprofundamento de questões didático-pedagógicas do trabalho docente em Serviço Social.

Enquanto parâmetros de escolha das experiências de estágio docência dos autores, optamos por aquelas que ocorreram nos componentes de *Fundamentos* do Serviço Social. A análise das experiências se deu conforme sua relação com os limites e possibilidades de fortalecimento da formação discente dos/as graduandos/as e pós-graduandos. Tais experiências dizem respeito ao processo de inserção de cada autora e autor deste artigo, no que concerne à contribuição dessas disciplinas para o processo de amadurecimento teórico, sobretudo na perspectiva de apreender os conteúdos formativos numa perspectiva de totalidade, haja vista

que, em contrapartida, historicamente os conteúdos dos fundamentos do Serviço Social tendem a ser concebidos fragmentados, sem mediações entre as suas discussões.

O método para nortear o estudo dos dados sistematizados foi o materialismo histórico-crítico-dialético, posto que amplia as possibilidades de reflexão em uma perspectiva de totalidade, visando contribuir para a transformação da realidade estudada por meio da análise das contradições postas nesta sociabilidade burguesa (Netto, 2011b). O referido método nos permite compreender o movimento do objeto, articulando sua aparência e essência. Segundo Prates (2012, p. 117), "Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas". Nesse sentido, reiteramos, o presente estudo buscou analisar as contribuições do estágio docência nas disciplinas de *Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social*, partindo das experiências concretas vivenciadas em sala de aula no tocante à apreensão dos conteúdos que envolvem tais componentes curriculares.

Este artigo está dividido em duas seções: na primeira apresentamos algumas reflexões sobre a formação profissional em Serviço Social, com ênfase na discussão sobre a docência, elencando também alguns desafios que permeiam esse processo; e na segunda adentramos o debate sobre os *Fundamentos Teórico-Metodológicos* e o estágio docência em Serviço Social, problematizando algumas questões a respeito desse instigante processo de formação para a docência.

A formação profissional e a docência em Serviço Social

Analisar a formação profissional em Serviço Social com vistas a contribuir para o debate sobre a docência é uma forma de potencializar os processos formativos de Assistentes Sociais constituídos principalmente pela graduação, especialização, mestrado e doutorado. Nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) a formação comporta uma série de elementos, os quais consubstanciam um ensino norteado pelos princípios do Projeto Ético-Político e é considerada enquanto um caminho a ser trilhado pelos profissionais da graduação e da pós-graduação. Logo, "a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional" (ABEPSS, 1996, p. 8).

Essa formação profissional, em especial para a docência, tende a ocorrer em IES (Instituição de Ensino Superior) públicas. Dito isso, é pertinente demarcar que a universidade

é permeada por disputas dada a sua relevância para a sociedade, a qual possui distintos interesses de classe. Para Chaui (2003, p. 15) "[...] desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições [...]". A formação para a docência é uma das mais importantes atividades existentes nas universidades e requisita momentos de estudos, pesquisas e organização do trabalho pedagógico. Há um conjunto de elementos, para além das questões apresentadas nesta pesquisa, que contribuem para apreendermos a dinâmica universitária, a exemplo de sua relação com o Estado, a importância da democracia e os retrocessos que desestruturaram a universidade pública como a contrarreforma[3] da educação superior implementada a partir do avanço do neoliberalismo no Brasil (Chaui, 2003).

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, cuja legitimidade é socialmente atribuída e reconhecida em função dos serviços fornecidos à população usuária pela via das políticas públicas ofertadas pelo Estado, ou ainda, em âmbito privado, pelos serviços e políticas sociais prestados por meio da rede empresarial (Iamamoto; Carvalho, 2013). Esse entendimento crítico acerca da profissão e das contradições inerentes aos espaços de atuação só é possível se o/a discente passar por um processo denso de formação no qual o trabalho docente é crucial. De tal modo, a atuação de Assistentes Sociais na docência viabiliza a continuidade da formação profissional em consonância com os níveis de exigências relacionados ao ensino e à aprendizagem postos pela ABEPSS (1996).

A formação para a docência em Serviço Social é perpassada por algumas particularidades, pois possui como norteadores o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Esses documentos constituem a direção social crítica do Projeto Ético-Político Profissional que se materializa no conjunto de funções desenvolvidas pelos/as profissionais seja na academia ou em outros espaços ocupacionais. Segundo Braz (2001, p. 385), o citado Projeto,

> [...] Trata-se de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade.

Com base na direção social desse Projeto, afirma-se que a docência em Serviço Social é uma área de trabalho que contribui para uma formação sólida, que possibilita aos futuros/as

[3] "A contrarreforma do ensino superior, na lógica gerencial da contrarreforma do Estado, altera a natureza da universidade de Instituição Social a Organização Social (OS); é subordinada aos interesses privados, tornando-se verdadeiros oligopólios mercantis do ensino [...]" (Abramides, 2019, p. 168).

professores/as conhecer os diversos campos de atuação e os desafios históricos inerentes a esse trabalho. A docência demanda dos/as Assistentes Sociais um significativo acúmulo de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos referentes à trajetória da profissão para serem ensinados didaticamente. Com isso, o trabalho docente a partir de fundamentos críticos viabiliza que os/as discentes avancem no processo de aproximação e amadurecimento no tocante às questões referentes ao Serviço Social. Enfatizamos, nesse sentido, a importância de reflexões sobre a formação para a docência, conforme posto também por Faustini (2014, p. 18):

> A formação do assistente social, via de regra, não inclui formação pedagógica. Em tal formação o enfoque maior recai na formação de profissionais capazes de intervir na realidade social, e de investigar, analisar, propor e realizar ações concretas com sujeitos sociais envolvidos em formas de expressão da questão social [...].

Mesmo não existindo um acervo robusto sobre a formação para a docência em Serviço Social, as obras que se dedicam a essa área ressaltam que o trabalho docente na educação superior demanda conhecimentos, competências pedagógicas e habilidades profissionais para nortear a intervenção de Assistentes Sociais (Dantas, 2012; Faustini, 2014). Em virtude disso, tais questões são paulatinamente apreendidas a partir do próprio interesse do/a docente em qualificar o seu trabalho, constituindo um movimento de aprendizagem, por vezes, autônomo e "solitário" (Faustini, 2014).

Desse modo, um dos desafios da formação profissional em Serviço Social, pensando especificamente a docência, refere-se à necessidade da inclusão de debates sobre a educação superior e o trabalho docente no período da graduação e o seu consequente aprofundamento no âmbito da pós-graduação, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) explicita no artigo 66 que "a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado" (Brasil, 1996). Mesmo com essa orientação, observamos a necessidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* ampliarem as discussões voltadas para o trabalho docente, na perspectiva de oferecer subsídios teóricos e instrumentais operativos para quando o/a discente de graduação se inserir na pós e o/a pós-graduando/a inserir-se na docência.

Para Pimenta e Anastasiou (2014, p. 25), "no atual panorama nacional e internacional, há a preocupação com o crescente número de profissionais não qualificados para a docência universitária em atuação, o que estaria apontando para uma preocupação com os resultados do ensino de graduação [...]". Sobre essa questão relacionada ao trabalho docente, Faustini (2014) discorre a respeito da não existência de uma formação densa para a atuação na docência no

ensino superior, o que pode fazer com que, ao adentrar nessa área, muitos/as profissionais recorram às experiências e lembranças referentes àqueles/as docentes que conheceram na perspectiva de sistematizar sua própria atuação. Nesse sentido, apresentamos a seguir uma breve análise sobre os componentes curriculares que integram a graduação e a pós-graduação da UFRN e da UERN estabelecendo as mediações entre a formação profissional e a qualificação para a docência.

O curso de graduação[4] em Serviço Social da UFRN ocorre em formato presencial, com duração de quatro anos que abrangem oito semestres letivos compostos por componentes curriculares obrigatórios e optativos. Além disso, o curso é integrado pelo estágio curricular obrigatório, cuja duração é de 02 (dois) semestres; o Trabalho de Conclusão de Curso; e atividades complementares. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC, 2019) vigente, elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi pensado considerando, dentre outros fatores, a "[...] perspectiva de identificar avanços, conquistas consolidadas e possíveis fragilidades e/ou lacunas que obstaculizam a qualidade da formação profissional" (PPC, 2019, p. 5-6). Dito isto, "O PPC encontra-se fundamentado numa perspectiva de totalidade no entendimento da vida social [...] Baliza, também, o PPC a opção por uma concepção de formação profissional histórica, crítica, democrática e plural [...]" (PPC, 2019, p. 7).

A seguir, são apresentados os quadros 1 e 2, de elaboração própria, onde constam os componentes curriculares obrigatórios e optativos que integram o curso de bacharelado em Serviço Social da UFRN:

[4] Para além do Projeto Pedagógico do Curso (PPC, 2019), as informações apresentadas neste artigo a respeito da graduação em Serviço Social da UFRN foram obtidas por meio da página do curso de Serviço Social no SIGAA da UFRN (UFRN, 2024a).

Quadro 1 – Componentes Curriculares Obrigatórios da Graduação em Serviço Social – UFRN.

CÓDIGO	NOME	CH
DAN0103	Antropologia e o Estudo da Cultura	60h
DCS0029	Sociologia I	60h
FIL0008	Filosofia Aplicada ao Serviço Social	60h
LET0301	Prática de Leitura e Produção de Textos I	60h
PSI0088	Psicologia Aplicada ao Serviço Social	60h
SSO0108	Economia Política e Serviço Social	60h
SSO0125	Introdução à Vida Acadêmica e ao Serviço Social	60h
SSO0048	Direitos Humanos e Diversidade Humana	60h
SSO0120	Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do Nordeste	90h
SSO0122	Trabalho e Sociabilidade	60h
SSO0134	Teoria Política e Serviço Social	60h
SSO0135	Capitalismo e Questão Social	60h
SSO0136	Fundamentos Históricos, Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60h
SSO0137	Classes e Movimentos Sociais	60h
DPR0055	Direito e Legislação Social	60h
SSO0049	Ética e Serviço Social I	60h
SSO0119	Feminismo, Gênero e Patriarcado	60h
SSO0123	Planejamento, Gestão e Políticas Sociais I	60h
SSO0138	Fundamentos Históricos, Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60h
SSO0139	Política Social	60h
SSO0140	Serviço Social e Processos de Trabalho	60h
SSO0118	Ética e Serviço Social II	30h
SSO0121	Pesquisa em Serviço Social	60h
SSO0124	Seguridade Social	60h
SSO0127	Planejamento, Gestão e Políticas Sociais II	60h
SSO0141	Serviço Social e Saúde	60h
SSO0142	Fundamentos Históricos, Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60h
SSO0143	Questão Agrária e Urbana no Brasil	60h
COS0005	Estágio em Serviço Social I	240h
SSO0129	Oficina de Instrumentalidade e Projeto Ético-Político do Serviço Social	60h
SSO0144	Fundamentos Históricos, Teórico-Metodológicos Do Serviço Social IV	60h
SSO0145	Tópico em Serviço Social I	60h
COS0006	Estágio em Serviço Social II	240h
COS0003	Trabalho de Conclusão de Curso I	60h
SSO0146	Tópico em Serviço Social II	60h
COS0004	Trabalho De Conclusão de Curso II	60h

Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas via SIGAA da UFRN (UFRN, 2024a).

Quadro 2 – Componentes Curriculares Optativos da Graduação em Serviço Social – UFRN.

CÓDIGO	NOME	CH
COS0007	Estágio não Obrigatório em Serviço Social 1	30h
COS0008	Estágio não Obrigatório em Serviço Social 2	30h
COS0009	Estágio não Obrigatório em Serviço Social 3	30h
COS0010	Estágio não Obrigatório em Serviço Social 4	30h
LET0568	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60h
SSO0126	Seminário Temático em Saúde	60h
SSO0128	Seminário Temático em Previdência Social	60h
SSO0130	Oficina de Assessoria e Consultoria	30h
SSO0131	Seminário Temático Sobre Relações Étnico-Raciais	60h
SSO0132	Seminário Temático Sobre Famílias na Contemporaneidade	60h
SSO0133	Seminário Temático em Questão Socioambiental e Serviço Social	60h
SSO0147	Tópico Especial em Política Social	60h
SSO0148	Tópico Especial em Fundamentos do Serviço Social	60h
SSO0149	Seminário Temático em Assistência Social	60h

Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas via SIGAA da UFRN (UFRN, 2024a).

Em nível de graduação, são ofertados na UFRN 36 (trinta e seis) componentes curriculares obrigatórios incluindo os dois estágios curriculares. Além disso, o curso é composto por 14 (catorze) disciplinas optativas cuja carga horária também deve ser cumprida, totalizando 50 (cinquenta) componentes curriculares, que somam 3090h (três mil e noventa horas). Dentre esses componentes não há disciplina específica sobre a docência em Serviço Social, no entanto, destacamos aquelas que, conforme o programa disponível em consulta ao SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) da UFRN em relação à estrutura curricular do curso, apresentam possibilidade de interlocução transversal com a temática. É o caso da disciplina *Serviço Social e Processos de Trabalho,* que prevê o estudo sobre "[...] a inserção do Serviço Social em processos de trabalho: as particularidades dos campos de inserção profissional" (UFRN, 2024b, n.p.).

Outras disciplinas passíveis de interlocução são *Oficina de Instrumentalidade e Projeto Ético-Político do Serviço Social,* que propõe a apreensão das seguintes temáticas: "Instrumentalidade e Serviço Social; Projeto Ético-Político do Serviço Social; conhecimento, elaboração e utilização dos instrumentos de trabalho do assistente social" (UFRN, 2024c, n.p.); *Tópico em Serviço Social I*, que dispõe sobre: "[...] análise institucional e apreensão do exercício profissional, articulando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa [...]" (UFRN, 2024d, n.p.); *Tópicos em Serviço Social II,* que preconiza: "[...] análise institucional; [...] análise crítica e vivência do trabalho do (a) assistente social articulado com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa [...] (UFRN, 2024e, n.p.).

A partir do exposto podemos afirmar que embora em nível de graduação não seja obrigatório o debate específico sobre a docência em Serviço Social, as disciplinas que mais se aproximam da temática, citadas anteriormente, dispõem de formação sobre: processos de trabalho e os diversos campos de inserção profissional; análise institucional e apreensão do exercício profissional em articulação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional.

No âmbito da pós-graduação[5], em nível de mestrado em Serviço Social na UFRN, o curso possui carga horária obrigatória de 990h (novecentas e noventa horas), cumpridas ao longo de quatro períodos que contabilizam dois anos de duração. Por meio do mestrado acadêmico objetiva-se, conforme apresentado na página eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN (PPGSS), "viabilizar a qualificação de profissionais do Serviço Social e áreas afins, a investigação crítica e propositiva, que os levem à produção de conhecimento sobre o seu exercício profissional pensado no contexto da realidade social [...]" (PPGSS/UFRN, 2026a, n.p.).

Em vias de promover a qualificação profissional docente na perspectiva de totalidade de análise e atuação na realidade social, a formação em nível de pós-graduação (mestrado acadêmico) pretende, dentre outros objetivos: formar mestres que contribuam para a construção de novas práticas profissionais com capacidade crítica, competência técnica e conhecimento ético-político na direção do compromisso com a inclusão social, universalização dos direitos de cidadania e desenvolvimento social justo e sustentável; e atender aos interesses de qualificação profissional de pesquisadores e docentes, considerando a crescente demanda, em decorrência da ampliação dos cursos de graduação em Serviço Social em todo o país (PPGSS/UFRN, 2026a).

A seguir, no quadro 3, consta o quadro dos componentes curriculares ofertados pelo PPGSS da UFRN em nível de mestrado:

[5] As informações apresentadas neste artigo a respeito da pós-graduação em Serviço Social da UFRN foram obtidas por meio da página do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN (PPGSS/UFRN, 2026a; PPGSS/UFRN, 2026b).

Quadro 3 – Componentes Curriculares do Mestrado em Serviço Social – UFRN.

CÓDIGO	NOME	CH	MODALIDADE
MSS0000	Dissertação de Mestrado	0h	Obrigatória
MSS0024	Exame de Qualificação	0h	Obrigatória
MSS0035	Seminário de Orientação de Dissertação I	30h	Obrigatória
MSS0036	Seminário de Orientação de Dissertação II	30h	Obrigatória
MSS0037	Tendências Teórico-Metodológicas no Serviço Social e o Debate Contemporâneo	60h	Obrigatória
MSS0040	Estado, Política Social e Direitos	60h	Obrigatória
MSS0021	Exame de Proficiência em Língua Inglesa	0h	Optativa
MSS0022	Exame de Proficiência em Língua Francesa	0h	Optativa
MSS0023	Exame de Proficiência em Língua Espanhola	0h	Optativa
MSS0026	Seminário de Dissertação	60h	Optativa
MSS0027	Sociabilidade e Serviço Social: Abordagens Contemporâneas	60h	Optativa
MSS0028	Ética, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade	60h	Optativa
MSS0029	Trabalho e Proteção Social: Tendências e Perspectivas	60h	Optativa
MSS030	Relações de Gênero e Serviço Social	60h	Optativa
MSS0031	Justiça, Violência e Cidadania	60h	Optativa
MSS0032	Estudos Urbanos, Rurais, Relações de Poder e Movimentos Sociais	60h	Optativa
MSS0033	Tópicos Especiais em Serviço Social	60h	Optativa
MSS034	Tópicos Especiais em Políticas Sociais	60h	Optativa
MSSS0038	Questões Teórico-Metodológicas da Pesquisa Social	60h	Optativa
MSS0039	Teoria Social	60h	Optativa
MSS0041	Estágio Docência	0h	Optativa
PPGSS0053	Tópicos Avançados	30h	Optativa
PPGSS0055	Seminário de Pesquisa	15h	Optativa
PPGSS0056	Seminário Temático	45h	Optativa
PPGSS0066	Docência no Ensino Superior	60h	Optativa

Fonte: Elaboração própria a partir de PPGSS/UFRN (2026b).

Dentre os 25 (vinte e cinco) componentes curriculares que compõem o curso de mestrado[6], incluindo *Estágio Docência* e *Docência no Ensino Superior*, voltados ao aprimoramento da qualificação profissional docente, destacamos que o último, com 60h (sessenta horas), preconiza, nos detalhes do componente dispostos na página eletrônica da pós-graduação, o estudo de temáticas como o "ensino universitário e os processos de ensino aprendizagem, [...]; planejamento, metodologias e avaliação no ensino superior; regulamentação da docência assistida na UFRN; e plano e relatório de atuação" (PPGSS/UFRN, 2026b, n.p.). Observamos, então, que o componente possui os temas e questões que contribuem para que o estágio docência ocorra de forma a potencializar a formação pedagógica no âmbito da pós-graduação em Serviço Social.

O curso de doutorado[7] em Serviço Social na UFRN, por sua vez, tem duração de quatro anos, divididos em oito semestres letivos, durante os quais são cumpridas 1.380h (mil trezentas

[6] As informações sobre os componentes curriculares do mestrado acadêmico em Serviço Social da UFRN foram obtidas por meio da página virtual do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN (PPGSS/UFRN, 2026b).

[7] As informações sobre os componentes curriculares do doutorado acadêmico em Serviço Social da UFRN foram obtidas por meio da página virtual do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN (PPGSS/UFRN, 2026c).

e oitenta horas). Integram este nível de formação superior 37 (trinta e sete) componentes curriculares. Dentre essas, destaca-se novamente por sua especificidade em relação à docência, o componente *Docência no Ensino Superior* (60h – sessenta horas), conforme o quadro 4 apresentado a seguir:

Quadro 4 – Componentes Curriculares do Doutorado em Serviço Social – UFRN.

CÓDIGO	NOME	CH	MODALIDADE
PPGSS0042	Serviço Social: Questões Contemporâneas	60h	Obrigatória
PPGSS0043	Seminário de Orientação de Tese I	30h	Obrigatória
PPGSS0044	Seminário de Orientação de Tese II	30h	Obrigatória
PPGSS0057	Estudos nos Grupos de Pesquisa I	15h	Obrigatória
PPGSS0058	Estudos nos Grupos de Pesquisa II	15h	Obrigatória
PPGSS0059	Estudos nos Grupos de Pesquisa III	30h	Obrigatória
PPGSS0060	Estudos nos Grupos de Pesquisa IV	30h	Obrigatória
PPGSS0061	Estudos nos Grupos de Pesquisa V	30h	Obrigatória
PPGSS0062	Estudos nos Grupos de Pesquisa VI	30h	Obrigatória
PPGSS0064	Qualificação de Doutorado	0h	Obrigatória
PPGSS0065	Estudos Avançados em Estado e Política Social	60h	Obrigatória
PPGSS0067	Tese I	0h	Obrigatória
PPGSS0068	Tese II	0h	Obrigatória
MSS0021	Exame de Proficiência em Língua Inglesa	0h	Optativa
MSS0022	Exame de Proficiência em Língua Francesa	0h	Optativa
MSS0023	Exame de Proficiência em Língua Espanhola	0h	Optativa
MSS0028	Ética, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade	60h	Optativa
MSSS0029	Trabalho e Proteção Social: Tendências e Perspectivas	60h	Optativa
MSS0031	Justiça, Violência e Cidadania	60h	Optativa
MSS0033	Tópicos Especiais em Serviço Social	60h	Optativa
MSS0034	Tópicos Especiais em Políticas Sociais	60h	Optativa
MSS0038	Questões Teórico-Metodológicas da Pesquisa Social	60h	Optativa
MSS0039	Teoria Social	60h	Optativa
PPGSS0045	Seminário de Orientação de Tese III	30h	Optativa
PPGSS0046	Seminário de Orientação de Tese IV	30h	Optativa
PPGSS0047	Seminário de Tese	60h	Optativa
PPGSS0048	Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade	60h	Optativa
PPGSS0049	Estudos Urbanos e Rurais	60h	Optativa
PPGSS0050	Questão Socioambiental e Serviço Social	60h	Optativa
PPGSS0051	Direitos, Lutas e Movimentos Sociais	60h	Optativa
PPGSS0052	Famílias e Discussões Contemporâneas	60h	Optativa
PPGSS0053	Tópicos Avançados	30h	Optativa
PPGSS0054	Teoria Social e Serviço Social: Abordagens Contemporâneas	60h	Optativa
PPGSS0055	Seminário de Pesquisa	15h	Optativa
PPGSS0056	Seminário Temático	45h	Optativa
PPGSS0063	Tese de Doutorado	0h	Optativa
PPGSS0066	Docência no Ensino Superior	60h	Optativa

Fonte: Elaboração própria a partir de PPGSS/UFRN (2026c).

Em comparação com o ensino ofertado pela rede de formação superior pública em nível estadual, identificamos que, na UERN[8], a graduação em Serviço Social (nível bacharelado) também é realizada em formato presencial, com duração de quatro anos que abrangem oito semestres letivos compostos por componentes curriculares em formato de disciplinas, as quais

[8] Para a realização da análise dos componentes curriculares ofertados para o curso de Serviço Social em nível de graduação na UERN utilizamos os dados disponíveis na página virtual do curso de graduação em Serviço Social da referida instituição (UERN, 2023). Não foi possível consultar o Projeto Pedagógico do Curso vigente (2023), uma vez que a página do *link* de acesso estava fora do ar durante o período em que este artigo foi produzido (janeiro de 2024 a maio de 2025).

encontram-se divididas entre teóricas, teórico-práticas, obrigatórias e optativas, incluindo três componentes de estágio curricular obrigatórios a serem cumpridos durante o 4º (quarto), 5º (quinto) e 6º (sexto) semestre do curso; bem como os seminários de monografia I e II. Tem como objetivo central:

> Formar Assistente Social capaz de apreender o significado social e histórico da profissão e intervir de forma crítica e qualificada nos espaços de atuação profissional, com fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Nº 8.662/93) e com o Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS – 273/93) (UERN, 2023).

O curso em Serviço Social na UERN considera como atribuição do profissional graduado em Serviço Social, dentre outras, a capacidade de "assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de formação acadêmicas" (UERN, 2023), ou seja, prevê a formação para a docência. Nesse sentido, a graduação é composta, em caráter obrigatório, por 40 (quarenta) componentes curriculares, dentre os quais se destacam por sua possibilidade[9] de relação com a formação para a docência *Seminário Temático: Trabalho e Formação Profissional* (45h); e *Serviço Social e Processos de Trabalho* (60h), conforme visualizamos no quadro 5 a seguir:

[9] Não foi possível identificar a ementa das disciplinas que compõem o quadro da graduação em Serviço Social da UERN, uma vez que a página virtual do programa do referido curso apresenta somente o quadro dos componentes, sem maiores detalhes para além da carga horária e do tipo de atividade (teórica, teórico-prática, optativa ou obrigatória). Diante disso, os componentes curriculares destacados por sua possibilidade de articulação com o debate sobre a docência em Serviço Social foram elencados a partir da nossa análise teórico-crítica e experiência formativa. Ademais, listamos apenas as componentes obrigatórias porque, diferentemente dos componentes optativos da graduação em Serviço Social da UFRN, que são também obrigatórios, não encontramos informações na página virtual da UERN que nos permitissem considerar os componentes optativos como obrigatórios.

Quadro 5 – Componentes Curriculares Obrigatórios da Graduação em Serviço Social – UERN.

CÓDIGO	NOME	CH	MODALIDADE
0702037-1	Fundamentos de Filosofia	60h	Teórica
0201008-1	Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60h	Teórica
0701019-1	Introdução à Antropologia	60h	Teórica
0701021-1	Introdução à Sociologia	60h	Teórica
0301037-1	Psicologia Social	60h	Teórica
0201007-1	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	60h	Teórica
0201009-1	Fundamentos Históricos-Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60h	Teórica
0201904-1	Oficina de Elaboração de Trabalhos Científicos	45h	Teórica
0701049-1	Teoria Política I	60h	Teórica
0701052-1	Teoria Sociológica I	60h	Teórica
0201049-1	Trabalho e Relações Sociais I	45h	Teórica
0702020-1	Ética I	60h	Teórica
0201052-1	Família e Sociedade	45h	Teórica
0201010-1	Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60h	Teórica
0201019-1	Política Social I	60h	Teórica
0201050-1	Questão Social	45h	Teórica
0201905-1	Seminário Temático: Relações Geracionais e de Gênero	45h	Teórica
0201051-1	Trabalho e Relações Sociais II	45h	Teórica
0201067-1	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	180h	Teórico/Prática
0201053-1	Ética em Serviço Social	60h	Teórica
0201011-1	Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	60h	Teórica
0201020-1	Política Social II	60h	Teórica
0201906-1	Seminário Temático: Trabalho e Formação Profissional	45h	Teórica
0201025-1	Serviço Social e Processos de Trabalho	60h	Teórica
0201057-1	Administração e Planejamento Social	60h	Teórica
0201063-1	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	150h	Teírico/Prática
0201055-1	Legislação Social	45h	Teórica
0201054-1	Metodologia Aplicada às Ciências Sociais	60h	Teórica
0201907-1	Seminário Temático: Políticas Sociais	45h	Teórica
0201056-1	Serviço Social e Instrumentalidade	60h	Teórica
0201058-1	Classes e Movimentos Sociais	60h	Teórica
0201064-1	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	150h	Teórica
0201060-1	Pesquisa Social	60h	Teórica
0201908-1	Seminário Temático: Ética e Direitos Humanos	45h	Teórica
0201059-1	Serviço Social e Projeto Profissional	60h	Teórica
0201062-1	Seminário de Monografia I	90h	Teórica
0201909-1	Seminário Temático: Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social	45h	Teórica
0201061-1	Serviço Social e Saúde	60h	Teórica
0201066-1	Seminário de Monografia II	90h	Teórica
0201910-1	Seminário Temático: Temas Contemporâneos em Serviço Social	45h	Teórica

Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas via página de apresentação do curso de Serviço Social da UERN (UERN, 2023).

A relação entre esses componentes curriculares e a docência é possível uma vez que o estudo acerca do trabalho e da formação profissional, bem como dos processos de trabalho em Serviço Social abrem margem para o debate sobre os diversos campos de atuação profissional, e dos fundamentos teóricos e ético-normativos profissionais que amparam a docência em Serviço Social.

Em nível de pós-graduação, a UERN oferta o curso de Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais, com duração de 2 (dois) anos, divididos em 4 (quatro) semestres letivos e carga horária total de 990h (novecentas e noventa horas). Apresenta, no artigo 3º do Regimento

do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da UERN (2020) dentre outros objetivos, "[...] I – Capacitar [qualificar][10] docentes e profissionais para atuarem no planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas e sociais, Serviço Social e áreas afins [...]" (p. 2).

Em distinção ao programa de pós-graduação da UFRN podemos inferir que o mestrado acadêmico em Serviço Social e Direitos Sociais ofertado pela UERN aparenta carecer de maior investimento na formação para a docência, algo que pode estar preconizado na ementa das disciplinas ofertadas, mas cuja consulta não foi possível realizarmos por inviabilidade do acesso à página virtual do quadro dos componentes curriculares divulgados pelo Programa. Apesar deste fato, identifica-se que integram o curso 23 (vinte e três) componentes curriculares obrigatórios e optativos, dentre os quais destaca-se *Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional* (60h – optativa) enquanto componente curricular que pode mediar debates e análises acerca da formação docente. Não constam na grade curricular componentes do tipo *Docência no Ensino Superior* e *Estágio Docência*, conforme podemos concluir a partir do quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Componentes Curriculares Obrigatórios do Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais – UERN.

CÓDIGO	NOME	CH	MODALIDADE
SSO1411	Estado, Direitos e Políticas Sociais	60h	Obrigatória
SSO1415	Serviço Social, Direitos Humanos e Movimentos Sociais	60h	Obrigatória
SSO1425	Metodologia da Pesquisa Social	60h	Obrigatória
SSO1460	Qualificação de Dissertação	0h	Obrigatória
SSO1461	Defesa de Dissertação	0h	Obrigatória
SSO1413	Avaliação de Políticas Sociais	60h	Optativa
SSO1414	Questão Social e Serviço Social	60h	Optativa
SSO1426	Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social	60h	Optativa
SSO1427	Políticas Sociais e Famílias	60h	Optativa
SSO1428	Ética e Direitos Humanos	60h	Optativa
SSO1430	Infância e Juventude	60h	Optativa
SSO1439	Estudos Feministas e Relações Patriarcais de Gênero	60h	Optativa
SSO1442	Seminário de Dissertação I em Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas	30h	Optativa
SSO1443	Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional	60h	Optativa
SSO1446	Seminário de Dissertação II em Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas	30h	Optativa
SSO1450	Atividades de Dissertação I	45h	Optativa
SSO1451	Atividades de Dissertação II	45h	Optativa
SSO1452	Seminário de Dissertação I em Serviço Social, Feminismo, Relações Étnico-Raciais e Movimentos Sociais	30h	Optativa
SSO1454	Seminário De Dissertação II Em Serviço Social, Feminismo, Relações Étnico-Raciais e Movimentos Sociais	30h	Optativa
SSO1456	Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas	60h	Optativa
SSO1457	Tópicos Avançados em Serviço Social e Direitos Sociais	60h	Optativa
SSO1458	Exame de Proficiência	0h	Optativa
SSO1459	Publicação	0h	Optativa

Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas via SIGAA da UERN (UERN, 2024).

[10] Como opção ao termo "capacitar" utilizamos "qualificar", considerando o debate sobre o capacitismo (preconceito contra pessoas com deficiência, que as qualifica como supostamente inferiores e incapazes), e a direção política da categoria em defesa e fortalecimento das lutas anticapacitistas. Entendemos ser relevante a utilização de linguagem em acordo com esse posicionamento teórico-político profissional não discriminatório.

Diante do exposto, apreendemos que a formação para a docência em Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior públicas pode ser iniciada na graduação de maneira interdisciplinar no âmbito das disciplinas que discutem trabalho, instrumentalidade e formação profissional. Ademais, os/as estudantes podem participar como bolsistas nos projetos de monitoria ofertados durante a graduação, os quais se configuram como apoio pedagógico ao trabalho docente, bem como uma aproximação com a área da docência no ensino superior, considerando as atividades realizadas, a exemplo de estudos e orientações coletivas com os/as discentes de graduação, planejamento pedagógico e apresentação de conteúdos com a supervisão do/a docente. Dessa forma, tal experiência contribui também para que os/as bolsistas de monitoria desenvolvam o interesse em continuar com os estudos sobre a docência no mestrado acadêmico, momento pertinente para a formação profissional para a docência em Serviço Social.

Pontuadas essas questões, entendemos que a formação pedagógica se adensa na pós-graduação, pelo fomento à inserção na docência, por meio do estágio docência, e de debates em torno do trabalho e formação profissional, na perspectiva de ofertar uma aprendizagem sólida a Assistentes Sociais já formados/as e que posteriormente também atuarão no espaço acadêmico enquanto docentes do magistério superior. É sobre essa experiência formativa que discutiremos a seguir, com o intuito de identificar sua relação e importância na integralidade ensino-docência.

Os Fundamentos Históricos Teórico-metodológicos e o estágio docência em Serviço Social

Para além de uma mera historiografia, os *Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social* permitem apreender o movimento percorrido pela profissão até a construção de sua atual cultura profissional. Importa frisar que o momento inaugural da discussão dos *Fundamentos Históricos do Serviço* Social foi trazido à baila considerando a fragmentação entre história/teoria/método, presente na profissão desde a sua gênese (Guerra, 2019). O tributo desse debate é caudatário à reforma curricular de 1982 e ao protagonismo da ABEPSS que a partir de suas Diretrizes Curriculares de 1996, preconiza a articulação entre os conteúdos dos fundamentos do Serviço Social da seguinte forma: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Essa construção considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua

prática inserida em processos de trabalho que têm como objeto as múltiplas expressões da questão social.

O debate em torno dos *Fundamentos do Serviço Social* ganhou relevo a partir da elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS que ultrapassaram as limitações existentes no currículo de 1982, sendo importante nesse processo a interlocução com a tradição marxista, que contribuiu para o avanço teórico-crítico e ético-político profissional do Serviço Social. Uma das obras que expressa tal debate sobre os *Fundamentos* refere-se ao livro "Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica" de Iamamoto e Carvalho (2013).

Destarte, há um extenso percurso a ser ensinado pelo/a docente nos componentes curriculares de Serviço Social que envolvem os *Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos* e que embasam a atuação de Assistentes Sociais nos espaços ocupacionais. Esse processo de ensino-aprendizagem demanda atenção redobrada para que contemple todas as discussões sobre tais fundamentos, de modo a permitir que o corpo discente apreenda, em sua totalidade, a historicidade e o significado de cada momento da profissão, bem com as conquistas alcançadas pelo Serviço Social.

Esse movimento reflexivo possibilita a problematização dos equívocos que fizeram parte da trajetória da profissão, a exemplo do conservadorismo, cujas inflexões incidiram e ainda têm repercussão na atualidade do cotidiano profissional no âmbito da sociabilidade burguesa, hegemonicamente reacionária e conservadora, e fazem dessa temática objeto de análise e crítica atuais por Assistentes Sociais que defendem a direção hegemônica do Projeto Ético-Político, crítica, emancipatória e revolucionária.

Considerando as experiências de Estágio docência em *Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social I e III* vivenciadas pelos autores desta pesquisa, sem escamotear a relevância e organização do componente curricular *Fundamentos* em seus demais níveis (II e IV), destacamos que a ementa de *Fundamentos I* traz como objeto central a gênese, institucionalização e profissionalização do Serviço Social no Brasil, sua relação com a Doutrina Social da Igreja Católica e o Estado, enfatizando elementos históricos, teórico-metodológicos e conjunturais que explicam sua emergência no contexto brasileiro. Além do mais, apresenta a discussão das vertentes de cunho doutrinário e conservador, como as perspectivas neotomista e positivista. Em *Fundamentos III* a ementa abrange as contradições e mediações do histórico processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo; e a consolidação e construção coletiva do Projeto Ético-Político Profissional, mediada pelas conquistas democráticas

brasileiras cujos marcos foram o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979 (conhecido como Congresso da Virada), e a aprovação da Constituição Federal de 1988.

Os conteúdos apreendidos durante esses componentes curriculares contribuem, pois, para a construção e fortalecimento da identidade profissional numa perspectiva crítica e emancipatória, de modo a qualificar a formação acadêmica de discentes da graduação e pós-graduação para a atuação profissional comprometida com os valores ético-políticos profissionais historicamente consolidados pela categoria. Ademais, a partir dessa experiência, os/as estagiários/as discentes atuantes no componente curricular dos *fundamentos*, podem vislumbrar o salto qualitativo formativo oportunizado pela inserção na pós-graduação e que aprimora a análise e apreensão dos debates que constituem os *fundamentos* profissionais, identificando ainda as interlocuções entre história, teoria e método no interior da profissão.

O estágio docência é uma experiência prático-formativa que integra a pós-graduação com vistas à formação docente, ao fortalecimento de vínculos entre a graduação e a pós-graduação e ao aprimoramento da formação dos/as graduandos/as, conforme a resolução n° 008/2022 do CONSEPE, que "Dispõe sobre o regulamento geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN" (Brasil, 2024).

Observamos com base na resolução que o/a estagiário/a vivencia esse período partilhando experiências profissionais e as respectivas aprendizagens com um/a docente efetivo/a, o que facilita a inserção na área da docência, haja vista que tal estágio tende a ser, geralmente, o primeiro contato do/a pós-graduando/a com o trabalho docente no ensino superior. Reconhecendo esse aspecto, que não é exclusivo ao curso de Serviço Social, a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) incentiva na Portaria nº76, em seu artigo 42, inciso I, a realização do estágio docência, o qual trata-se de atividade obrigatória para bolsistas CAPES (Brasil, 2025), sendo o período de um semestre para o mestrado e de dois semestres para o doutorado.

Desse modo, apreendemos conforme o estudo do projeto pedagógico do doutorado de Serviço Social da UFRN e de portarias (CAPES/UFRN), que a concepção curricular de estágio docência se relaciona aos avanços que ocorreram na política de educação superior postos na LDB de 1996 e que orientam a organização dos componentes curriculares dos Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior públicas, ao reconhecerem a necessidade dos fundamentos teórico-metodológicos e pedagógicos no processo de formação teórico-prática para o trabalho docente.

A inserção na atividade de estágio docência, reiteramos, envolve a orientação direta do/a discente estagiário/a em qualquer que seja o componente curricular, sobretudo aqueles que

possuam relação com o seu curso e com o seu objeto de pesquisa. Para tanto, o/a discente é supervisionado/a por um/a docente efetivo/a responsável pela disciplina, de forma que propicie o acompanhamento da atividade docente, as estratégias didático-pedagógicas e o cotidiano de sala de aula. O estágio docência não retira o protagonismo e a condução pedagógica do/a docente, não sendo permitido, portanto, que o/a estagiário ministre aulas sem a supervisão direta do/a docente.

O estágio docência expressa o compromisso profissional com a formação docente e, de modo mais amplo, com o aprimoramento intelectual profissional[11], conforme preconizado no Código de Ética do/a Assistente Social (1993). Ademais, pode propiciar a análise crítica e histórica da realidade social e suas imbricações sociais, políticas e econômicas, com vistas a contribuir para a plena expansão e emancipação humanas[12], outro princípio previsto nesse aparato técnico-operativo profissional (CFESS, 2012).

Existem dois documentos obrigatórios relacionados ao estágio docência. O primeiro é o plano de atuação, o qual é elaborado pelo/a estagiário/a docente, em parceria com o/a supervisor/a, de modo a subsidiar o trabalho docente, a partir da proposição de atividades coletivas que dialogam com as necessidades pedagógicas dos/as discentes e impulsionam o alcance de resultados significativos no que se refere também à construção da própria identidade docente. O outro documento diz respeito ao relatório final do estágio docência, construído pelo/a estagiário/a com base nas atividades desenvolvidas e nos resultados alcançados no componente curricular, sendo posteriormente inserido no Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFRN[13].

Durante o estágio são enfrentados desafios que explicitam o quanto o debate sobre a docência em Serviço Social precisa avançar de modo que abranja as determinações presentes na academia e que influenciam a formação docente e o processo de ensino e aprendizagem dos/as discentes. Para tanto, a socialização de experiências de profissionais Assistentes Sociais que estão na docência é crucial. Sendo assim, a experiência do estágio docência em *Fundamentos I* demonstrou, considerando o envolvimento dos/as discente nas atividades didático-pedagógicas realizadas e os resultados conquistados coletivamente, a necessidade de dar importância às competências profissionais já acumuladas pelos/as estudantes,

[11] O aprimoramento intelectual integra o conjunto dos onze princípios fundamentais do Código de Ética do/a assistente social: "[...] X – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; [...]" (CFESS, 2012, p. 130).

[12] A responsabilidade ética para com a plena expansão e emancipação humana se expressa no primeiro princípio do Código de Ética de 1996: "I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; [...]" (CFESS, 2012, p. 121).

[13] Esses documentos estão relacionados às particularidades formativas da UFRN.

majoritariamente inseridos no segundo período do curso, para que a ementa do componente seja trabalhada articulada a esse primórdio da etapa formativa e possibilite o entendimento dos determinantes da gênese do Serviço Social no Brasil e a sua vinculação com a conjuntura da década de 1930 em diante.

No que se refere ao estágio docência em *Fundamentos III*, identificou-se que os/as estudantes, por estarem geralmente no quarto período do curso, possuem um arsenal de competências e conhecimentos decorrentes de atividades de pesquisa, extensão ou estágio curricular não-obrigatório que colaboram para o ensino sobre o processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, bem como a construção do Projeto Ético-Político Profissional. Entretanto, percebeu-se a necessidade de planejamento e organização dos/as discentes no que se refere ao quantitativo de atividades obrigatórias do curso realizadas no semestre.

Podemos citar ainda algumas estratégias pedagógicas vivenciadas que têm o potencial de aprimorar o ensino dos *Fundamentos I e III do Serviço Social*: plantões pedagógicos para a retirada de dúvidas sobre os textos; rodas de conversas que incentivam a participação e o protagonismo dos/as discentes ao longo da disciplina; realização de seminários integrados, nos quais as turmas exercitam a linguagem enquanto um dos principais instrumentos de trabalho do/a Assistente Social; e a elaboração de sondagens de aprendizagem, que permitem identificar as principais dificuldades do corpo discente em relação às temáticas que estão sendo trabalhadas no componente curricular.

Pontuamos que no processo de estágio docência, na condição de estagiários/as-docentes, vivenciamos desafios como a organização do tempo para a realização de estudos sobre os *Fundamentos* da profissão para o ensino aos/às discentes; a construção do próprio projeto de pesquisa do mestrado/doutorado; a legitimidade enquanto estagiário/a docente nos momentos de intervenção na sala de aula; e a necessidade de aprendizagem sobre o planejamento pedagógico e as técnicas de ensino para a educação superior. Mesmo com esses desafios foi possível materializar um conjunto de atividades que qualificam a formação discente, fomentam o desenvolvimento de competências pedagógicas no que se refere ao/à pós-graduando/a e viabilizam que o trabalho docente amplie os resultados do processo formativo em Serviço Social. Ademais, a inserção do/a pós-graduando/a na realidade do trabalho profissional amplia qualitativamente as análises que estão sendo desenvolvidas em sua pesquisa, seja de mestrado ou de doutorado.

O estágio docência contribui para a formação docente e para o ensino dos *Fundamentos* a partir da qualificação dos referenciais teórico-metodológicos, do direcionamento ético-político e da dimensão operativa do trabalho do/a Assistente Social, ocorrendo a articulação

entre as três dimensões constitutivas da profissão de Serviço Social que viabilizam o saber ensinar enquanto uma competência essencial para o trabalho docente na educação superior. Portanto, apesar das particularidades que distinguem os *Fundamentos I e III* da profissão e as experiências de estágio-docência nessas disciplinas, confirmou-se que o corpo discente apresenta demandas educacionais diversas que requisitam estratégias didático-pedagógicas construídas coletivamente por docentes, estagiário/a e discentes do curso de Serviço Social. Nesse sentido, reiteramos a importância do estágio docência e do acolhimento de docentes às sugestões e intervenções em sala de aula propostas pelo/a estagiário/a.

Considerações finais

A importância do estágio docência no ensino dos *Fundamentos* se expressa de forma dialética na relação entre discentes, docentes e graduandos/as e contribui para que o Serviço Social permaneça apreendendo a dinamicidade e contradições complexas da realidade social a partir das diversas possibilidades de reflexão e análises resultantes dessa relação dialética.

Identificamos que as contribuições desse processo formativo para os/as estagiários/as docentes se expressam, por exemplo, na oportunidade de revisitar a historicidade e a identidade da profissão com maior amadurecimento intelectual e profissional; entender melhor os desafios e possibilidades enfrentados durante a graduação, bem como o perfil discente; contribuir para a formação da identidade profissional docente com compromisso teórico, ético-político e crítico de discentes com a categoria profissional.

Para os/as discentes da graduação há possibilidades como a de vislumbrar, por meio da presença dos/as estagiários/as docentes, que o processo de construção e consolidação da profissão continue em curso com as novas gerações, sejam elas de professores e discentes, bem como dos/as demais Assistentes Sociais formados/as. Para os/as docentes, tem-se a oportunidade de contribuir com o aprimoramento intelectual e profissional do estagiário/a docente e de revisar suas estratégias de ensino a partir das contribuições de estagiários/as.

A partir do estágio docência ocorre um processo de aprendizagem coletiva, uma vez que o/a discente de graduação tem a oportunidade de contar com mais um acompanhamento pedagógico em suas dificuldades no processo de aprendizagem; o/a pós-graduando/a tem a possibilidade de amadurecer suas reflexões acerca do magistério superior; e para o/a docente efetivo/a é uma forma de reavaliar o processo de trabalho no/a qual está inserido/a, ou seja, sobre a operacionalização das práticas pedagógicas na perspectiva de ampliar a qualidade da atuação profissional nessa área. Soma-se a essas possibilidades a pertinência da socialização de

conhecimentos construídos na academia e em outros espaços ocupacionais pelo/a estagiário/a, que podem incentivar o interesse dos/as estudantes pela carreira docente, e, desta feita, contribuir para a perpetuação do Serviço Social enquanto uma profissão crítica e comprometida com a realização de princípios e valores emancipatórios.

O estágio docência em Serviço Social é fundamental, portanto, para a aproximação do/a pós-graduando/a com o trabalho docente e com o cotidiano dessa área de atuação de Assistentes Sociais. Além disso, contribui decisivamente no processo de ensino-aprendizagem do corpo discente dos cursos de graduação e incentiva a inserção futura do/a estagiário/a docente no magistério superior. No âmbito do Serviço Social, o componente curricular *Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos* da profissão configura-se como indispensável para a formação e o trabalho profissional nos diversos espaços ocupacionais, demandando do/a docente estratégias pedagógicas para a qualificação do seu ensino.

A experiência formativa discutida neste artigo agrega contribuições para a formação e o trabalho profissional na medida em que o/a estagiário/a docente, com base em experiências e conhecimentos sobre a profissão, estabelece pontes e mediações com a realidade das principais áreas de atuação de Assistentes Sociais, a exemplo da saúde e da assistência social e, ainda, utiliza estratégias pedagógicas que facilitam a apreensão dos/as discentes acerca das discussões inerentes ao componente curricular de *Fundamentos* do Serviço Social. Com isso, os resultados desta pesquisa demonstraram também a necessidade de ampliação das discussões sobre essas experiências de estágio-docência, bem como sobre as particularidades do trabalho docente em Serviço Social.

O fortalecimento do vínculo entre a graduação e a pós-graduação, significa inclusive propiciar para o conjunto da classe trabalhadora (a qual compõe majoritariamente o perfil dos/as graduandos/as em Serviço Social), a oportunidade de aprofundar seu nível de formação educacional, e ampliar as possibilidades de inserção profissional de forma a galgar melhores condições de vida e trabalho. Noutras palavras, apreendemos que o estágio docência, em sua relação com o ensino dos *Fundamentos,* pode contribuir para retroalimentar o compromisso da categoria profissional com a plena expansão e emancipação humanas.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*, Rio de Janeiro, 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro:* ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Resolução Nº 008/2022-Consepe, de 21 de Junho de 2022*. Dispõe sobre o regulamento geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Disponível em: https://www.ufrn.br/resources/documentos/regulamentos/regulamento-dos-cursos-de-posgraduacao-UFRN.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010*. Aprova o novo Regulamento do Programa de Demanda Social constante do Anexo a esta Portaria. Disponível em: https://ppg.ufrn.br/documento.php?id=510664604. Acesso em: 14 de mar. 2025.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. *In*: *Assistente Social:* Ética e Direitos. 3 ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 2001. (Coletânea de leis e resoluções).

CHAUI, Marilena. A Universidade Pública sob nova perspectiva. *Revista brasileira de educação.* Set/out/nov/dez, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. *In*: BARROCO. Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Organizador). *Código de ética do/a assistente social comentado.* – São Paulo: Cortez, 2012.

CONSEPE. *Resolução nº 041/2019 – CONSEPE, de 23 de abril de 2019*. Disponível em: https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2020192076c4847232056b28882c8d90a/RESOLUO_Docencia_Assistida_041-2019.pdf Acesso em 05 set. 2023.

DANTAS, Maria Conceição Borges. *A prática pedagógica do Assistente Social docente:* contradições e possibilidades. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. *O ensino no Serviço Social.* 1 reimp. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In*: GUERRA, Yolanda *et al*. (Orgs.). *Serviço Social e seus Fundamentos:* conhecimento e crítica. São Paulo: Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:* esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social:* uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. – São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO. *Introdução ao estudo do método de Marx.* São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. *Docência no Ensino Superior*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PPC. Ministério da Educação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Coordenação do Curso de Serviço Social. *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Serviço Social na modalidade presencial.* UFRN, Natal/RN, 2019. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000068 Acesso em: 15 jan. 2024.

PPGSS/UFRN – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. *Apresentação.* SIGAA. © 2026a. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=376 Acesso em: 16 jan. 2024.

PPGSS/UFRN – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. *Grade Curricular*. Mestrado. 2011.2. © 2026b. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/curriculo_resumo.jsf?id=376&lc=pt_BR. Acesso em: 25 jan. 2024.

PPGSS/UFRN – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. *Grade curricular*. Doutorado. 2016.1 © 2026c. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/curriculo_resumo.jsf?id=376&lc=pt_BR. Acesso em: 25 jan. 2024.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS DA UERN. *Regimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais*. Mossoró/RN, 2020. Disponível em: https://www.uern.br/controledepaginas/ppgssd-documentos-regimento/arquivos/2540regimento_interno_atual_18.08.2020.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

SALAZAR, Silvia Neves. Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social brasileiro e a unidade teoria/prática: a essência de Marx. *In*: Anais. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória: ABEPSS, 2018.

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Serviço Social UERN. Apresentação. Portal UERN. Mossoró/RN. © 2023. Disponível em: https://portal.uern.br/fasso/servicosocial/. Acesso em: 16 jan. 2024.

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. *Estrutura Curricular.* Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais/PPGSSDS – Mossoró. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. SIGAA. © 2024. Disponível em: https://sigaa.uern.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/481863 Acesso em: 20 jan. 2024.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Relatório da Estrutura Curricular*. SIGAA. © 2024a. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=2000068 Acesso em: 15 jan. 2024.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Estrutura Curricular*. Visualizar Programa. Serviço Social e Processos de Trabalho. SIGAA. © 2024b. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=2000068. Acesso em: 25 jan. 2024.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Estrutura Curricular*. Visualizar Programa. Oficina de Instrumentalidade e Projeto Ético-Político do Serviço Social. SIGAA. © 2024c. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=2000068. Acesso em: 25 jan. 2024.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Estrutura Curricular*. Visualizar Programa. Tópico em Serviço Social I. SIGAA. © 2024d. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=2000068. Acesso em: 25 jan. 2024.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Estrutura Curricular*. Visualizar Programa. Tópico em Serviço Social II. SIGAA. © 2024e. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=2000068. Acesso em: 25 jan. 2024.

LIBERTAS ON LINE

O debate da cultura na formação em Serviço Social nas universidades públicas em Minas Gerais

The debate on culture in Social Work training at public universities in Minas Gerais

Fernanda Correa Almeida Rodrigues Penido*
Leonardo Nogueira**

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o tema da cultura na formação profissional em Serviço Social nas universidades públicas de Minas Gerais. A investigação se deu a partir do uso de distintas metodologias de pesquisa, a saber, pesquisa bibliográfica, estado da arte da produção sobre cultura em periódicos previamente selecionadas no período de 2013 a 2023, e pesquisa documental nos projetos pedagógicos de instituições de ensino públicas mineiras. O artigo apresenta duas seções, a primeira destinada ao estudo da dimensão cultural na formação social brasileira e a segunda detalha os achados da pesquisa sobre o modo como o tema da cultura é tratado nos cursos de graduação em Serviço Social em Minas Gerais. Por fim, as considerações finais indicam que a cultura não foi devidamente incorporada à formação profissional após a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, evidenciando o parco tratamento da temática nos cursos de graduação e na produção do conhecimento na referida área.

Palavras-chave: Cultura; Serviço Social; Minas Gerais; Formação profissional; Formação cultural brasileira.

Abstract: This article aims to analyze the theme of culture in professional training in Social Work at public universities in Minas Gerais. The investigation was conducted using different research methodologies, namely, bibliographic research, a state-of-the-art review of production on culture in previously selected journals from 2013 to 2023, and documentary research on the pedagogical projects of public educational institutions in Minas Gerais. The article is structured in two sections: the first specifically focused on the study of the cultural dimension in Brazilian social formation, and the second detailing the research results on how the theme of culture is addressed in undergraduate Social Work courses in Minas Gerais. Finally, the concluding remarks indicate that culture has not been adequately incorporated into professional training after the implementation of the ABEPSS Curriculum Guidelines of 1996, highlighting the treatment of the theme in undergraduate courses and in the production of knowledge in this area.

Keywords: Culture; Social Work; Minas Gerais; Professional qualification; Brazilian cultural qualification.

* Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: fernanda.penido@aluno.ufop.edu.br
** Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: leonardonogueira@ufop.edu.br

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49018
Recebido em: 04/06/2025
Aprovado em: 15/04/2026

Introdução

O presente artigo é fruto do projeto de Iniciação Científica intitulado "Cultura e formação profissional em Serviço Social", que foi desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ele surge a partir da necessidade de compreender o papel que a cultura desempenha tanto na formação quanto na prática do assistente social. O artigo examina a forma como as universidades públicas mineiras têm inserido o debate sobre a cultura em seus currículos, bem como as implicações dessa abordagem na produção acadêmica na área. A relevância do tema está diretamente relacionada à compreensão de que o Serviço Social, sendo uma profissão que intervém em realidades marcadas pelas múltiplas expressões da questão social, necessita apreender o modo como a dimensão cultural atravessa sua prática profissional e a realidade social.

A metodologia utilizada no presente trabalho debruçou-se sobre uma perspectiva crítico-dialética de investigação, orientada pela compreensão de que o conhecimento do objeto exige a apreensão de seu movimento real para além da aparência imediata, conforme indica Netto (2011). Para tanto, articularam-se três procedimentos metodológicos principais: a pesquisa bibliográfica, o estado da arte e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica foi concebida como um processo teórico-prático fundamentado em procedimentos que permitiram aproximações com a realidade investigada, a saber dos sucessivos encontros do grupo de pesquisa “Trem da História”, para debater temas relacionados à formação social brasileira. Complementarmente, a técnica de estado da arte possibilitou o levantamento, a organização e a análise da produção acadêmica sobre a temática da cultura no âmbito do Serviço Social, destacando alguns periódicos com incidência nacional e estadual, permitindo a identificação das abordagens predominantes e das lacunas existentes no campo. Por fim, a pesquisa documental concentrou-se na análise de documentos oficiais e projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades públicas mineiras, entendidos como fontes primárias fundamentais para a compreensão da formação profissional. A articulação dessas metodologias assegurou rigor teórico e metodológico à análise desenvolvida, possibilitando uma abordagem crítica e sistemática do objeto de estudo.

No âmbito deste trabalho, a cultura é compreendida como dimensão constitutiva da vida social, materializada nas práticas cotidianas, nas formas de sociabilidade, nos valores e em seu percurso histórico. Ela integra o processo de organização da experiência coletiva, incidindo diretamente sobre os modos de vida, as relações de poder e as estratégias de resistência construídas pelos sujeitos sociais. Assim, a apreensão da cultura de maneira isolada das outras

dimensões da vida social (economia e política) não é possível (Williams, 1979) visto que sua análise requer a consideração das relações produtivas e sociais que sustentam a formação social e se estabelecem em um determinado momento histórico (Bezerra, 2006).

Quanto à inserção da temática na formação profissional em Serviço Social, observa-se que a ABEPSS (1996) recomenda o estudo da temática como elemento indissociável da formação. Bezerra e Bruziguessi (2019) chamam a atenção para a necessidade de se aprofundar o debate cultural no Serviço Social, considerando sua particularidade na formação social brasileira, não apenas no campo das elaborações teóricas, mas também no que se refere aos fundamentos da profissão.

Diante desse panorama, o presente artigo visa contribuir para o aprofundamento do debate acerca da inserção da dimensão cultural na formação de assistentes sociais. Ao examinar como a cultura tem sido abordada nos currículos e as implicações dessa abordagem na produção acadêmica e nas práticas profissionais, esta pesquisa evidencia a necessidade de uma integração mais efetiva da cultura como elemento constitutivo e necessário à formação em Serviço Social, reforçando a importância de uma análise cultural crítica, a fim de que os profissionais formados na área sejam capazes de intervir de maneira qualificada e contextualizada nas diversas expressões da questão social.

A cultura na formação social do Brasil

Compreender a cultura a partir da ótica marxista exige uma análise que integre, de maneira coerente, os aspectos materiais e sociais que estruturam e transformam a sociedade. Conforme Teixeira (2019) o método, na teoria social de Marx, é baseado na compreensão da realidade em sua totalidade dinâmica, histórica e contraditória, logo toda e qualquer investigação deve partir do real para o concreto pensado[1], da aparência para a essência, de modo a compreender que a teoria resultante traduz a particularidade da realidade objetiva. Assim, a cultura emerge dessas relações materiais e historicamente constituídas, sendo moldada pela maneira como o trabalho[2], enquanto categoria central, organiza a vida dos indivíduos e da

[1] De acordo com Marx (1986), o método de ascender do abstrato ao concreto é um processo mental pelo qual o pensamento sistematiza e reconstrói a realidade concreta. Esse procedimento permite que o pensamento não apenas compreenda, mas também recrie a complexidade do real em sua forma conceitual, ou seja, como um concreto pensado.

[2] Cabe sinalizar que a ressignificação do trabalho, quando inserido no modo de produção capitalista, altera toda sua concepção enquanto categoria do ser social. Nesse contexto, o trabalhador não se reconhece e nem se identifica no produto do seu trabalho visto que ele se transforma em mercadoria de modo a gerar certo estranhamento. Assim, o trabalho deixa de ser apenas um pôr teleológico e passa a ser uma atividade de exploração subordinada ao lucro.

sociedade. O trabalho, entendido como a atividade humana fundamental, não apenas transforma a natureza, mas também define as relações sociais e, consequentemente, reverbera na cultura.

Como aponta Netto e Braz (2006), o "modo de ser dos homens e da sociedade" está fortemente ligado à forma como o trabalho se estrutura. A categoria trabalho, portanto, vai além da interação física entre o ser humano e a natureza; envolvendo as variadas relações sociais que definem as estruturas de poder, dominação e resistência. O trabalho, nesse sentido, não só satisfaz necessidades imediatas como, por exemplo, a sobrevivência material, mas também necessidades mediatas, como a construção de valores, tradições e práticas culturais. É a partir dessa interação dialética entre o trabalho e as relações sociais que a cultura se forma, como uma síntese das condições objetivas e subjetivas de existência. Bezerra (2006) destaca que a cultura é um desdobramento do trabalho capaz de refletir como as pessoas produzem, reproduzem e transformam suas condições de vida, sendo uma esfera constitutiva do ser social e da vida social.[3]

Assim, é certo dizer que a manifestação cultural não ocorre no vácuo, ela está enraizada na realidade objetiva das condições de produção e reprodução da vida social. Essa realidade, para que seja melhor compreendida, exige que a ideia de sociedade civil, enquanto espaço onde se travam disputas ideológicas e políticas, seja delineada. Segundo Coutinho (2011), a sociedade civil emerge como um espaço onde se formam ideologias, práticas culturais e opinião pública, com diferentes grupos sociais disputando o direcionamento da sociedade e a influência nas instituições do Estado Ampliado[4]. Nesse cenário, se faz presente uma certa autonomia das organizações da sociedade civil, em relação ao Estado, que propicia uma nova dinâmica na organização da cultura (Coutinho, 2011), transformando-a em um campo de batalha que disputa a hegemonia política e ideológica. É importante enunciar que a organização da cultura consiste em um "sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo" (Coutinho,

[3] Também é importante observar que no contexto capitalista, o trabalho ultrapassa seu papel na produção de valores de uso, visando atender necessidades individuais e sociais previamente planejadas, assumindo um valor de troca, indispensável à produção de excedente e à reprodução do capital. Quando essa nova concepção de trabalho atinge centralidade nas relações sociais ocorrem impactos drásticos traduzidos na ocorrência crescente de fenômenos como individualização, fetichização, estranhamento, alienação e exploração, que fragilizam e tornam superficial as interações sociais.

[4] A noção de Estado Ampliado compreende o Estado como uma realidade duplo-dimensional, resultante da articulação entre sociedade política e sociedade civil (Coutinho, 1992). A sociedade política corresponde ao conjunto de aparelhos estatais responsáveis pelo exercício direto da dominação, isto é, pelas funções jurídico-administrativa e coercitivas (ex.: governo, forças armadas, sistema jurídico, aparato policial e etc.), que garantem a manutenção da ordem e a aplicação das leis. Já a sociedade civil é composta pelo conjunto de organismos responsáveis pela produção e difusão de consensos, como escolas, igrejas, meios de comunicação, partidos, sindicatos e associações diversas. Nessa dimensão, a dominação se realiza predominantemente pela direção moral e intelectual, isto é, pela construção da hegemonia.

2011, p. 17). Assim, pode-se dizer que o sistema de organização da cultura é atravessado pela luta de distintas camadas sociais, fundamentada por batalhas de ideias que destacam a cultura como um espaço de disputa, a qual não pode existir, de maneira autônoma e pluralista, sem uma extensa rede de organismos culturais (Coutinho, 2011).

Diante dessas considerações acerca da compreensão de cultura, toma-se como referência para o debate os estudos sobre aspectos particulares da formação cultural brasileira marcada pelo encontro e pelo confronto entre diferentes matrizes étnicas e culturais. Ribeiro (2015) propõe uma abordagem que destaca o impacto do cruzamento entre as matrizes indígenas, africanas e portuguesas na constituição do povo brasileiro, resultando em uma cultura particular ante a formação cultural de cada uma delas:

> Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (Ribeiro 1970), num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam (Ribeiro, 2015, p. 10).

Contudo, esse processo não foi isento de violência e dominação. Sodré (1980) enfatiza que a aculturação[5] forçada, operada durante o período colonial, submeteu as populações indígenas e africanas aos valores culturais europeus, com o objetivo de suprimir suas tradições e identidades. Isso é retratado por Gruzinski (2001) ao afirmar que as mestiçagens, responsáveis pela formação do "povo novo" (Ribeiro, 2015), se consolidaram a partir de dois marcos ocorridos na América Latina durante o século XV, sendo o primeiro o "choque da conquista", referente à invasão portuguesa, e o segundo a ocidentalização, que diz respeito a transplantação cultural (Sodré, 1980).

Nesse sentido, o processo de gestação étnica do povo brasileiro, conforme descrito por Ribeiro (2015), foi inicialmente caracterizado pelas práticas do chamado "cunhadismo". Os europeus, ao se integrarem às comunidades indígenas por meio de casamentos forçados com mulheres locais, usavam a tradição indígena, que conferia a eles o status de membros das tribos após o casamento, para se apropriar das terras e recrutar mão de obra. Neste quadro, opera-se o

[5] A aculturação se fundamentou a partir da "transplantação" de elementos que eram convenientes aos organismos metropolitanos portugueses, no organismo colonial (Sodré, 1961). É importante ressaltar que segundo Gruzinski (2001), as mestiçagens não podem ser reduzidas a um fenômeno cultural sem que seja considerado seus laços com a conquista e a ocidentalização, e evidenciado a natureza desses laços. "Se nem todas as mestiçagens nascem necessariamente de uma de uma Conquista, as desencadeadas pela expansão colonial na América iniciam-se invariavelmente sobre os escombros de uma derrota" (Gruzinski, 2001, p. 64).

que Ribeiro (2015) denominou como "desindianização", uma tentativa de erradicação, marginalização da identidade indígena podendo resultar em perda cultural, escravização, guerras de extermínio, enfermidades, entre outras formas de violência.

No contexto da invasão colonial, se pode afirmar que o chamado processo de transplantação da cultura da metrópole portuguesa para o Brasil (Sodré, 1980) ocorreu, também, na esteira do que Ribeiro (2015) caracterizou como "deculturação" dos povos nativos e subjugados. Essa dinâmica teve como objetivo a imposição de uma cultura dominante, exterminando modos de vida, idiomas, territórios e povos. Portanto, a formação do povo brasileiro, e suas características sócio-históricas "novas", ocorreu de modo complexo, envolvendo o apagamento de tradições culturais dos povos subjugados pelo colonizador, ao passo que também expressou um profundo processo de reelaboração da cultura, dado que o resultado deste processo não se deu de modo meramente refletido da matriz cultural lusitana.

Quanto ao papel decisivo de negros e negras escravizados no Brasil na constituição da cultura nacional, Ribeiro (2015, p. 100) ressalta que

> [...] a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional. Nela se viu incorporado à força. Ajudou a construí-la e, nesse esforço, se desfez, mas, ao fim, só nela sabia viver, em razão de sua total desafricanização. A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia nos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou, começando a sair da condição de bem semovente, mero animal ou força energética para o trabalho. Conseguindo miraculosamente dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou sua difusão por todo o território, uma vez que nas outras áreas se falava principalmente a língua dos índios, o tupi-guarani.

Prado Jr. (2011) argumenta que o verdadeiro *sentido* da colonização era econômico, voltado para a extração de riquezas e para o comércio internacional, o que moldou toda a estrutura social e econômica do Brasil colonial. O processo de colonização, como observa Prado Jr. (2011, p. 16), foi fundamental para consolidar um "conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu". Nesse sentido, a integração subordinada do Brasil à economia mundial foi exercida dentro de uma estrutura social marcada pela relação de dependência. A formação de uma economia atada ao trio monocultura-escravismo-latifúndio (Prado Jr., 2011; Moura, 2014) não apenas atendeu aos interesses dos mercados europeus, mas também consolidou um modelo de desenvolvimento que perpetuou a subordinação do Brasil no sistema capitalista global. Assim, o colonialismo brasileiro pode ser compreendido como um processo que colaborou com o desenvolvimento da acumulação primitiva de capital europeia, visto que

a "descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização [...] a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista" (Marx, 1996, p. 370).

Gorender (2016), por sua vez, analisou esse período e concluiu que se constituiu no Brasil um modo de produção escravista colonial. Este sistema, diferente do escravismo clássico ou do feudalismo europeu, adaptou-se às necessidades do colonialismo e à lógica mercantilista, consolidando um regime de exploração que integrava o Brasil ao circuito global de acumulação de capital. A escravização, inicialmente da força de trabalho indígena e, posteriormente, africana foi a base desse modelo econômico, que se sustentava na exploração intensiva e extensiva dos recursos naturais e na subordinação completa das populações locais aos interesses mercantis dos colonizadores.

Para uma compreensão mais particular desse contexto colonial, o cenário de Minas Gerais se torna um referencial significativo, em especial neste trabalho que aborda a formação profissional de assistentes sociais neste estado. De acordo com Paula (2020), Minas Gerais podia ser vista como uma síntese do que ocorria no Brasil, ao mesmo tempo que era referência para as inovações que surgiam na época. Um exemplo disso é o processo de descoberta do ouro na região, no final do século XVII, que gerou profundas implicações econômicas, sociais e políticas tanto para Minas quanto para a Metrópole Portuguesa.

Esse processo, devido à facilidade de acesso ao chamado ouro de aluvião, encontrado nos rios, atraiu um crescente número de pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo para ocupação do território mineiro. Com uma maior circulação na região, e a migração na área, o processo de urbanização emerge, acompanhado da diversificação econômica que incluía a expansão da agropecuária, atividades manufatureiras e de serviços, além da própria mineração (Paula, 2020). No século XVIII, a produção de ouro em Minas Gerais superou toda a produção mundial anterior, dinamizando a economia europeia durante a Revolução Industrial (Paula, 2020). Esses movimentos, ao acompanharem o crescimento da região, possibilitaram a permanência de distintos grupos, e consequentemente, promoveram uma interação cultural que contribuiu para a formação de uma identidade própria e única. Noutros termos, "Minas Gerais, no período colonial, constituiu-se em um sistema cultural, isto é, uma estrutura tripartite composta por produtores de bens simbólicos, consumidores desses bens e veículos que permitem a circulação desses bens" (Cândido, 1964 *apud* Paula, 2020, p. 75).

A cultura que floresceu em Minas Gerais durante o século XVIII foi marcada por uma intensa produção artística e literária. Em um contexto de economia dinâmica e diversificada, onde a urbanização avançava e a diversidade do trabalho se ampliava, um sistema cultural

substancial emergiu. Consoante a Paula (2020), esse sistema não se limitava aos grandes nomes da época, mas incluía uma vasta rede de artistas anônimos que, embora menos reconhecidos, desempenharam papéis essenciais na formação e circulação dos bens culturais. Esse ambiente criativo deu origem a obras de notável alcance, posicionando Minas Gerais como um polo cultural de relevância dentro do cenário colonial, como pode ser constatado no âmbito da arquitetura, da pintura, escultura, música e das letras, influenciadas pelo que se pode denominar de barroco mineiro.

Neste exercício de argumentação aqui proposto, é certo dizer que a colonização não se limitou ao povoamento ou à exploração econômica das terras invadidas; ela envolveu um projeto de dominação cultural e ideológica que buscou anular as identidades dos povos originários e africanos para consolidar o controle sobre eles. A adaptação forçada dos escravizados aos valores e às práticas do sistema escravista criou zonas de estabilidade relativa, mas também alimentou processos de resistência cultural. Essa submissão cultural era extremamente violenta, onde os portugueses ocupavam a terra e subjugavam os habitantes, impedindo o desenvolvimento autônomo dessas culturas a partir de ferramentas de dominação das quais não era possível os escravizados superarem (Moura, 2014).

Dessa forma, a imposição dos valores portugueses sobre a população escravizada resultava na submissão às normas dos colonizadores e na supressão de suas próprias tradições culturais, onde muitos aspectos da cultura indígena e africana eram proibidos, desde línguas nativas até rituais religiosos. Esse processo refletia as tentativas de erradicação das identidades culturais dos escravizados que tinham o intuito de desumanizá-los e facilitar seu controle. Contudo, a despeito de toda violência e arbítrio, os povos indígenas e africanos conseguiram preservar e ressignificar muitos de seus elementos culturais. Ribeiro (2015) aponta que, mesmo sob intensa pressão assimilacionista, as populações subjugadas mantiveram vivas suas tradições, adaptando-as e recriando-as em novos contextos. A cultura, nesse sentido, se revela como uma esfera dinâmica e transformadora, capaz de resistir à tentativa de apagamento e de emergir de formas reinventadas. Essa capacidade de reinvenção é uma característica central da cultura, que, ao mesmo tempo em que expressa as condições materiais de existência, também carrega a potencialidade de subverter e transformar essas condições.

Além dos elementos aqui trabalhados, também é possível acrescentar que as especificidades da colonização portuguesa no Brasil foram imprescindíveis ao desenvolvimento e a consolidação capitalista na Europa. Quanto à realidade brasileira, Fernandes (2020) argumenta que a dependência econômica e a ausência de uma ruptura com o estatuto colonial moldaram uma sociedade brasileira marcada pela exclusão social e pela ausência de projetos

nacionais autônomos, de modo a reafirmar a situação de dependência e constituir uma sociedade desigual definida por uma "particularidade" que caracteriza o país como um lugar heteronômico, sem desenvolvimento de projetos de Nação e contra a emersão de agências portadoras de interesses coletivos na sociedade civil (Netto, 2005).[6]

Nesta direção, deve-se considerar que a dependência econômica enfrentada pelo Brasil é amplamente atribuída à sua incorporação subordinada ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas hegemônicas. Fernandes (1973) acrescenta que essa situação era decorrente da incapacidade estrutural dos países latino-americanos em resistir a esse processo de subordinação, decorrente do atraso[7] histórico enfrentado pela região em relação aos países de capitalismo central. O ritmo acelerado de transformações, provenientes desse modo de produção, supera as potencialidades de desenvolvimento das nações latino-americanas (Fernandes, 1973). Esse descompasso, entre as dinâmicas do capitalismo global e as condições históricas desses países, refletia na condição de dependência.

Portanto, "as alterações políticas condicionaram a reorganização da sociedade e da economia, inserindo as estruturas econômicas coloniais dentro de um mercado interno" (Fernandes, 2020, p. 115). O amadurecimento da sociedade capitalista provocou a emergência de novos parâmetros no âmbito da cultura. No campo das artes, por exemplo, ocorre uma prevalência dos produtos artísticos como expressão exclusiva do entretenimento e do lazer (Scherer, 2016). A indústria cultural, controlada pelos interesses do capitalismo, desempenha um papel crucial nesse processo, promovendo uma simplificação e mercantilização das expressões culturais que, a serviço do mercado capitalista, oblitera sua relevância como importante expressão da vida humana.

Os marcos teóricos sinalizados até aqui proporcionam uma apreensão introdutória das particularidades que envolvem a formação social do Brasil no campo da cultura, um verdadeiro solo fértil para compreensão da realidade brasileira e dos desafios que atravessam a formação e o trabalho de assistentes sociais. Isto posto, acredita-se que é possível adentrar nos achados da pesquisa no que tange à temática da cultura na formação de assistentes sociais. Trata-se de uma área com inúmeras possibilidades de investigação, reflexão e práxis na direção do fortalecimento do Serviço Social brasileiro.

[6] Nas palavras de Fernandes (2020, p. 111), "embora organizada através de uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro, a economia brasileira produzia para fora e consumia para fora".

[7] Um exemplo concreto desse atraso pode ser observado na infraestrutura e no desenvolvimento tecnológico das demais regiões. Enquanto países europeus desfrutavam de extensas redes ferroviárias e avanços tecnológicos, no século XIX, o Brasil e outros países latino-americanos enfrentavam sérias limitações nesses aspectos até o século XX. Essa defasagem estrutural dificultou os esforços desses países em industrializar e modernizar suas economias, de modo a conservar sua dependência em relação aos países de capitalismo central.

Cultura e formação em Serviço Social

A cultura configura-se a partir de múltiplas determinações que caracterizam distintos grupos, sociabilidades, modos de vida e expressões sociais. Nesse sentido, ela desenvolve a capacidade de fazer com que as pessoas enxerguem umas às outras, enquanto indivíduos inseridos em uma totalidade, e comuniquem-se através de suas diferenças, de modo a compor uma categoria plural, que revela a diversidade. A cultura, portanto, é um fenômeno inacabado, em constante movimento e elaboração, em consonância com a própria dinâmica da realidade histórica-social.

Essa compreensão do caráter dinâmico e historicamente situado da cultura preside e inspira o tratamento da relação entre o Serviço Social e a cultura. Tendo em vista a necessidade de compreender a maneira como essa temática está presente na formação profissional em Serviço Social, foi necessário lançar mão de metodologias variadas, observando a diversidade de fontes acessadas na fase da pesquisa exploratória. Valendo-se da pesquisa bibliográfica, do estado da arte e da pesquisa documental nos Projetos Político Pedagógicos de instituições de ensino públicas de Minas Gerais, foi possível evidenciar alguns traços do modo como o tema da cultura compareceu na formação profissional.

O primeiro elemento apresentado neste artigo se refere aos achados na investigação sobre o panorama da produção acadêmica do Serviço Social sobre cultura. Para isso, foram selecionadas quatro revistas, sendo duas de referência e notabilidade nacional (Serviço Social e Sociedade e Temporalis) e duas revistas de relevância destacada para a profissão em Minas Gerais (Libertas e Serviço Social em Perspectiva). As buscas foram realizadas nos sites das próprias revistas, sendo identificados 809 publicações nas mesmas entre 2013 e 2023, totalizando um período de 11 anos. Foram identificados apenas 13 artigos sobre a temática da cultura, totalizando 1,6% dos trabalhos mapeados.

Dentre os 13 artigos identificados, 5 (38,4%) exploraram a cultura em uma relação direta com o Serviço Social, abordando tópicos como a atuação profissional, as diretrizes curriculares para a formação, as lutas sociais e a militância, temas que refletem uma preocupação em situar a cultura como um componente importante no desenvolvimento de uma prática profissional crítica e alinhada com a classe trabalhadora. Já os outros 08 (61,5%) ampliaram o foco para temas mais genéricos afeitos à relação cultura e sociedade, com algumas menções à profissão.

A revista com maior quantidade de trabalhos publicados sobre a temática cultural é a Temporalis, com o total de 06 publicações; em seguida tem-se a revista Libertas, com 03 artigos, e depois, as revistas Serviço Social e Sociedade; e Serviço Social em Perspectiva com

o total de 02 publicações cada. Esses dados, portanto, revelam o pouco tratamento teórico do tema no âmbito do Serviço Social. Ademais, observa-se um ritmo de publicação inconstante, dado que ao longo da década, dois anos concentraram o maior número de trabalho, sendo 2017 (com 5 artigos) e 2023 (com 4 artigos). A predominância das revistas Temporalis e Libertas na produção sobre cultura pode indicar, também, maior abertura editorial à publicação de pesquisas com o tema da cultura. Em suma, esse panorama revela a baixa aderência da temática nas revistas especializadas da área, chamando atenção para o fato de que a discussão sobre cultura não é nova e nem lateral na formação em Serviço Social, muito menos no campo das ciências sociais.

A revista Temporalis se destaca tanto pela quantidade de artigos sobre a temática cultural quanto pela profundidade da análise crítica empregada. Os trabalhos publicados, que totalizam seis, adotam um enfoque predominantemente marxista-crítico, que reflete sobre a cultura no Serviço Social com base em conceitos e autores como Karl Marx, Antonio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho e Raymond Williams, com maior frequência. Nesse contexto, apresentam-se como alguns exemplos marcantes de conteúdos inseridos nos artigos: a discussão sobre a cultura popular enquanto elemento de resistência a exploração capitalista no cenário dependente (Borja, 2023); a importância das diretrizes curriculares no processo de reconhecimento da cultura enquanto elemento constitutivo da formação e da prática profissional (Kropf, 2020); a análise crítica da cultura pós-moderna e suas implicações ideológicas na profissão em contexto de crise capitalista (Junior, 2016); o debate do conceito de arte, e as suas potencialidades como um meio de expressão e resistência das classes subalternas nas lutas sociais (Castro, 2017), bem como sua compreensão enquanto ferramenta educativa essencial para a emancipação política e humana (Lopes, 2017); e, por fim, a reflexão sobre as formas dentre as quais o assistente social pode utilizar a mediação cultural e artística para promover uma prática profissional alinhada com o compromisso ético-político da profissão (Ford; Pedroso, 2023).

Na revista Libertas, foram identificados três artigos que abordam a cultura em estreita relação às determinações do capitalismo e às possibilidades de resistência no âmbito das práticas socioculturais. O artigo de Santos (2021), analisa o projeto “Funkeiros Cults” (Santos, 2021), uma iniciativa desenvolvida por jovens da periferia que promovem a popularização do conhecimento acadêmico por meio do funk. Esse projeto foi utilizado como metodologia alternativa que discutia a ideia de "intelectual orgânico" de Gramsci, demonstrando como as práticas culturais populares podem contribuir para a conscientização política da classe trabalhadora (Santos, 2021). Já a produção de Kropf (2018) discute a cultura na periferia do

capitalismo, a partir dos estudos de Raymond Williams, problematizando suas possibilidades e limites enquanto prática social atravessada pela lógica da valorização do valor, mas também potencialmente configurada como elemento de resistência à barbárie capitalista. No que se refere ao terceiro artigo, tem-se o trabalho de Vasconcellos (2016), que, ao retomar o conceito de indústria cultural desenvolvido por Theodor Adorno, analisa o papel do rádio e da música popular na sociedade capitalista monopolista, enfatizando os mecanismos de manipulação ideológica e de integração das massas promovidos pela cultura mercantilizada.

Observa-se, portanto, que os artigos publicados na revista Libertas, mantém, portanto, uma abordagem teórica centrada no pensamento gramsciano e marxista, empregando a cultura em seu caráter revolucionário e de resistência à hegemonia. Diferentemente de abordagens centradas na formação profissional em Serviço Social, as publicações estendem suas reflexões para experiências concretas situadas na periferia do capitalismo, como iniciativas culturais autônomas, expressões musicais populares e processos de difusão crítica do conhecimento, de modo a ressaltar a relevância da cultura no processo de construção de uma consciência crítica, alinhada à luta de classes, à democratização do conhecimento e à militância social.

Já os dois artigos identificados na revista Serviço Social e Sociedade, tematizam a cultura em articulação com a questão social e a história do Serviço Social no Brasil. Maranhão (2014), destaca como o samba, enquanto prática cultural popular, funciona como ponto de encontro entre as lutas sociais e as definições de identidade, revelando os conflitos estruturais entre dominação cultural e resistência das classes trabalhadoras diante dos mecanismos de exclusão social e marginalização. Mota (2017), por sua vez, analisa o processo histórico de formação do Serviço Social brasileiro a partir de uma perspectiva crítica que reconhece a construção de uma cultura profissional voltada para o rompimento com práticas conservadoras, situando a cultura profissional como expressão de um projeto ético-político que busca vincular a práxis profissional às transformações sociais em direção à emancipação da classe trabalhadora.

Por fim, na revista Serviço Social em Perspectiva, foram identificados dois artigos que abordam dimensões socioculturais articuladas às condições objetivas e subjetivas da vida social contemporânea. Um dos estudos analisa o impacto do projeto sociocultural Tambolelê (Bevacqua; Patrocino, 2023), voltado para a formação artística e identitária da juventude no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Esse projeto utiliza a música percussiva e os ritmos afromineiros para promover a educação e democratização cultural, e fortalecer a identidade racial e política dos participantes, contribuindo para a construção de uma consciência crítica (Bevacqua; Patrocino, 2023). Já Silva (2023), ao discutir os limites e possibilidades da

diversidade humana no Estado democrático burguês, fundamenta-se na ontologia do ser social e na crítica da economia política para analisar as determinações estruturais que condicionam a vivência da diversidade. Embora o artigo não tenha como foco central a cultura, ele dialoga com dimensões culturais ao problematizar como o Estado e as relações sociais capitalistas moldam subjetividades, restringem experiências sociais e reproduzem formas de violência e exclusão. Assim, o debate sobre diversidade humana incorpora mediações que atravessam a cultura enquanto dimensão constitutiva da sociabilidade.

Esse panorama evidencia que a abordagem da cultura, embora restrita do ponto de vista quantitativo, revela que existe um esforço de pesquisa na categoria que precisa de maior investimento teórico, que começa da graduação e se estende à pós-graduação, assegurando continuidades em trajetórias investigativas. Não à toa, se percebe que esses trabalhos publicados nas revistas acadêmicas não se tornam, por exemplo, bibliografia obrigatória nas disciplinas de graduação que tematizam a cultura.

Considerando esse esforço analítico empreendido na pesquisa de articular dados do levantamento de estado da arte e na pesquisa documental, apresenta-se os resultados da investigação em Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social de instituições de ensino públicas de Minas Gerais. Foram analisados as versões mais recentes do seguintes projetos pedagógicos: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) — considerando todos os campi de Abaeté, Barbacena, Carangola, Cláudio, Divinópolis, Passos e Poços de Caldas — Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha (UFVJM), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Através da pesquisa documental, foram localizadas 28 disciplinas, em todos os 14 projetos pedagógicos, que possuíam o termo cultura em sua descrição, onde 12 eram obrigatórias, 10 eletivas e 06 optativas/facultativas. Cabe estabelecer certa distinção entre as disciplinas, no que tange às obrigatórias, por exemplo, refletem uma preocupação institucional com os requisitos mínimos para formação de um profissional, conforme expressa o currículo mínimo do Ministério da Educação. Por outro lado, a oferta de disciplinas eletivas e optativas permite certa flexibilidade para os professores/as e estudantes aprofundarem temas específicos, mas pode indicar que, em algumas universidades, a abordagem da cultura não possui espaço de relevância no corpo de disciplinas obrigatórias.

Essa diversidade entre os tipos e o caráter dessas disciplinas sugere que, apesar do reconhecimento da importância da cultura, as universidades mineiras ainda divergem quanto à

profundidade e à obrigatoriedade com que tratam o tema, o que pode resultar em variações no preparo dos futuros assistentes sociais para lidar com a análise da realidade social quando se inserirem nos diversos espaços sócio-ocupacionais que atuam os/as assistentes sociais. Considera-se que apenas três cursos apresentam disciplinas obrigatórias sobre a temática da cultura, sendo a UFJF e a UEMG (cursos de Barbacena e Poços de Caldas). Os demais cursos inseriram a disciplina "Antropologia" ora como componente obrigatório ora como eletivo/optativo.

A disciplina "Subjetividade e cultura", nos três cursos, possuem a mesma nomenclatura, aborda o mesmo conteúdo e utilizam algumas bibliografias básicas em comum para compreender como as dinâmicas culturais contemporâneas influenciam a construção das identidades individuais e coletivas, utilizando uma perspectiva crítica fundamentada no pensamento marxista. Essas bibliografias se expressam através das seguintes obras como "Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação no trabalho" (Antunes, 2000), "Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional popular na era da globalização" (Bezerra, 2006) e "Cultura e Sociedade no Brasil" (Coutinho, 2011). Essas bibliografias, quando integradas à abordagem da disciplina "Subjetividade e Cultura", tendem a proporcionar o desenvolvimento da ideia de que a cultura não se trata somente de um conjunto de práticas e valores, mas também um campo de batalha onde identidades são afirmadas ou negadas, e onde as estruturas de poder e as condições materiais de existência desempenham um papel crucial.

Além disso, pontuada sua presença em todas as instituições pesquisadas, é de suma importância enfatizar a disciplina Antropologia. Ela se manifesta como obrigatória nos cursos de Serviço Social da UEMG (Abaeté, Divinópolis, Cláudio, Barbacena, Poços de Caldas, Carangola e Passos), UFTM, UFVJM, UNIMONTES, UFV e UFU enquanto na UFJF e na UFOP é oferecida como disciplina eletiva. No entanto, ao contrário da disciplina "Subjetividade e Cultura", a "Antropologia" apresenta variações significativas em termos de nomenclatura, ementa e, consequentemente, bibliografia básica entre as diferentes instituições, a variação nos enfoques referentes a disciplina tanto em conteúdo quanto em carga horária, refletindo as diferentes perspectivas institucionais sobre a importância dessa área para a formação em Serviço Social.

A disciplina antropologia possui 07 denominações distintas (Antropologia, Antropologia Cultural, Antropologia Social, Antropologia cultural e Serviço Social, Introdução

a Antropologia, Tópicos em Antropologia e Antropologia brasileira) e 09 ementas variadas.[8] Do ponto de vista da análise do ementário, nota-se convergência com os elementos que comparecem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, abordando, em geral, à compreensão das expressões culturais de diferentes grupos sociais e às particularidades regionais brasileiras e "a relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade" (Abepss, 1996, p. 16). No que se refere à bibliografia básica, possuem cerca de 15 variações de autores, sendo François Laplantine e Roque Laraia os mais recorrentes, sobretudo por meio das obras "Aprender antropologia" (Laplantine, 2005) e "Cultura: um conceito antropológico" (Laraia, 2003), indicando a predominância de referenciais clássicos da antropologia na sustentação teórica das disciplinas, em contraste com as disciplinas denominadas "Subjetividade e cultura".

Tanto Laraia (2003) quanto Laplantine (2005) se aproximam do ponto de vista dos estudos antropológicos sobre cultura. Laraia (2003) destaca a cultura como uma construção social aprendida e transmitida, sublinhando que o comportamento humano é moldado pelas interações sociais, e não por determinismos biológicos ou ambientais. Para ele, a cultura abrange todo o conjunto de práticas, crenças e valores que os seres humanos adquirem ao longo de suas vidas, sendo esse aprendizado que diferencia a espécie humana. A diversidade cultural, portanto, surge dessa capacidade humana de criar soluções culturais adaptativas para diferentes contextos, resultando em uma variedade de modos de vida ao redor do mundo (Laraia, 2003). Laplantine (2005), por sua vez, aborda a cultura a partir de uma perspectiva antropológica que a enaltece como resultado de processos históricos e sociais contínuos, sendo atravessada por elementos dinâmicos e contraditórios enfatizando que a cultura deve ser entendida em sua totalidade, sem desconsiderar as tensões internas e as relações de poder que a atravessam.

Fica evidente que existe uma diferenciação estabelecida no tratamento da cultura nos cursos de graduação, onde três cursos expressam uma prevalência de uma interpretação marxista e o restante trabalha com recurso ao viés antropológico. Embora esta pesquisa não tenha se debruçado sobre os impactos destas duas perspectivas, é possível afirmar que a primeira abordagem encontra maior compatibilidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ao passo que possibilita maior interação com outros conteúdos e disciplinas trabalhados ao longo do curso de graduação. Pode, também, contribuir no esforço de qualificar a relação entre os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, do núcleo de

[8] É importante pontuar que foram mencionadas apenas 09 variações de ementa em decorrência da ausência do ementário das disciplinas eletivas na UFJF e na UFV.

fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Consoante com o percurso investigativo empreendido, em especial no quanto à revisão bibliográfica, também salienta-se a relevância do estudo da cultura a partir da perspectiva materialista histórica e dialética com a finalidade de estabelecer pontes entre o pensamento social brasileiro e a interpretação da cultura. Assim, o estudo da cultura, especialmente com ênfase nas particularidades da formação brasileira, permite a captura das contradições, tensões e potencialidades que particularizam o Brasil. Nesse sentido, é importante destacar que a cultura não apenas reflete os mecanismos de dominação, que se manifestaram ao longo dos distintos cenários sociais brasileiros, mas também reflete as estratégias de resistência dos diferentes grupos sociais presentes em cada período.

A partir dessa compreensão teórica, foi possível articular os dados coletados com os referenciais estudados sobre a formação cultural brasileira, evidenciando como os processos culturais se manifestam e se transformam à medida que as relações sociais se modificam. Dado a dinâmica da própria realidade social, no qual a cultura não é elemento dispensável, trata-se de um assunto relevante para a formação e o trabalho do assistente social.

O esforço de apreensão da cultura, em suas múltiplas expressões, pode oferecer ao profissional do Serviço Social a possibilidade de suspender a imediaticidade do cotidiano, criando espaço para o exercício de uma reflexão crítica. Esse distanciamento do imediato é essencial para o desenvolvimento de uma perspectiva que transcende a rotina e permite uma análise conjuntural das dinâmicas sociais. Ao refletir através das diversas manifestações culturais, por exemplo, o assistente social não apenas enriquece sua compreensão da realidade social, mas também se reconhece como parte de uma categoria humana genérica. Essa auto identificação é fundamental para uma atuação profissional que busca integrar o particular ao universal, promovendo uma prática que compreende as especificidades individuais e coletivas dentro de um contexto sócio histórico mais amplo.

Assim sendo, refletir sobre cultura, bem como conhecer os bens culturais e suas manifestações nos territórios e espaços que o profissional atua, contribui para que o assistente social compreenda de modo mais amplo as demandas, as características da população usuária e do território.

Buscando estimular o debate na profissão, este artigo também contribui para estimular a produção na área, reconhecendo que a profissão pode e deve enfrentar o défice que vigora no âmbito da produção acadêmica e, também, no tratamento da temática nos cursos de graduação. É notório que esta profissão, por se defrontar com inúmeras expressões da questão social e por

atuar em incontáveis espaços sócio-ocupacionais, tem o desafio de lidar com pesquisas e investigações que respondam mais objetivamente os desafios da intervenção, em especial a partir das demandas dos usuários no conjunto de políticas sociais. Esse aspecto pode impactar a escolha de determinados temas e, consequentemente, na exclusão de outros. Nesse contexto, a cultura, muitas vezes vista como algo intangível ou menos urgente, acaba sendo secundarizada tanto na formação quanto na produção acadêmica, de modo a contribuir com a baixa produção de estudos voltados à compreensão mais ampla das relações culturais nas práticas profissionais.

Outro fator a ser considerado é a própria estrutura curricular dos cursos de Serviço Social das universidades públicas mineiras. Como evidenciado na análise das disciplinas ofertadas, poucas instituições dão ênfase à cultura nas disciplinas obrigatórias, por isso, a falta de uma incorporação robusta e transversal do debate cultural nos currículos do Serviço Social pode limitar a produção acadêmica nesse campo, visto que os futuros profissionais e pesquisadores desenvolvem pouco contato com as implicações teóricas e práticas da cultura para o exercício profissional.

Considerações finais

Em síntese, a análise empreendida neste estudo evidencia que a dimensão cultural ainda permanece como um aspecto com pouco tratamento no processo de formação profissional em Serviço Social nas universidades públicas de Minas Gerais, não obstante sua centralidade para a apreensão da totalidade da realidade social. Como demonstrado, apesar das recomendações explícitas contidas nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1999), a cultura ainda não figura como um eixo estruturante e transversal à formação, mas sim como um conteúdo periférico, ora fragmentado, ora restrito à disciplina de Antropologia ou a conteúdos optativos. Constata-se que, embora o ensino se oriente para o reconhecimento formal da relevância da cultura, ainda não ocorre a integração plena desta categoria, tomada como mediação imprescindível para a apreensão crítica da realidade social e do próprio conjunto de práticas sociais que incidem sobre o trabalho de assistentes sociais.

Tal constatação corrobora com a ideia de que a cultura precisa ser pensada para além de um objeto de estudo, se estendendo a um elemento constitutivo da prática profissional do assistente social e fazendo jus à práxis social. Assim, a ausência de uma abordagem robusta e crítica sobre a cultura nas matrizes curriculares impacta no desenvolvimento de um fazer profissional que inclua, de maneira articulada, as múltiplas determinações da vida social. Nesse sentido, o aprofundamento bibliográfico realizado no presente trabalho reafirma a importância

de se compreender a cultura sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, na esteira do que defendem Bezerra (2006) e Coutinho (2011), sendo, nessa perspectiva, concebida como expressão das relações materiais e das condições objetivas de existência, indissociável do processo de produção e reprodução da vida material. Portanto, uma categoria substancial para a formação crítica do assistente social, principalmente ao considerar as especificidades da formação social brasileira, marcada por um processo contraditório de miscigenação forçada, violência, aculturação e resistência, que conformou uma sociabilidade singular e complexa.

Conforme já sinalizado, a pesquisa revelou que há um incipiente tratamento do tema da cultura na formação profissional, quando se observa tanto a produção do conhecimento quanto os conteúdos inseridos na formação em nível de graduação. Para além do pouco número de trabalho encontrados, os trabalhos identificados resgatam a cultura como dimensão relevante à práxis profissional crítica, sinalizando sua potencialidade como instrumento de resistência à lógica hegemônica, todavia, esse potencial encontra-se restrito, pouco desenvolvido, revelando um campo aberto para aprofundamentos. Quanto aos currículos analisados, embora a cultura esteja formalmente contemplada nas matrizes, essa presença é pontual e fragmentária. Das 28 disciplinas que possuíam o termo “cultura” em sua descrição, apenas 12 eram de caráter obrigatório, e mesmo assim não trabalhavam a temática a fundo, apenas como item complementar. Tal configuração revela uma tendência à restrição do debate cultural a conteúdos acessórios, reforçando sua condição de tema secundário no processo formativo. Esses dados, portanto, confirmam a avaliação de Guimarães e Marques (2019) sobre a necessidade de um investimento teórico e metodológico consistente no enfrentamento das lacunas formativas que comprometem a apropriação crítica da cultura no Serviço Social.

Diante desse panorama, é possível afirmar que a inserção da dimensão cultural no processo acadêmico-formativo do assistente social nas universidades públicas mineiras permanece insuficientemente articulada com as exigências de uma formação crítica, totalizante e comprometida com o projeto ético-político da profissão. O desnivelamento entre a posição que a cultura ocupa na aproximação da análise das relações sociais e sua efetiva apropriação nos processos formativos é evidente. Por um lado, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS reafirmam a necessidade de integração da dimensão cultural como componente constitutivo da formação, por outro, as práticas curriculares das instituições analisadas revelam uma abordagem que, quando não relegada a conteúdos complementares, se limita a perspectivas antropológicas generalistas, desprovidas de uma articulação ontológica com a totalidade social.

Portanto, diante dos achados desta pesquisa indica-se que a superação deste quadro exige um esforço consciente por parte das instituições formadoras, no sentido de integrar a

cultura como eixo transversal e estruturante dos projetos pedagógicos. Para isso, é necessário fomentar a produção acadêmica que articule criticamente cultura, formação e intervenção profissional e, simultaneamente, consolidar práticas pedagógicas que reconheçam a cultura não apenas como objeto de estudo, mas como mediação imprescindível à apreensão crítica das expressões da questão social. Dessa forma, o espaço destinado à cultura na formação profissional, deve ser repensado a fim de potencializar o desenvolvimento de competências analítico-críticas que possibilitem ao assistente social apreender e intervir nas expressões da questão social de forma mais qualificada. Como aponta Teixeira (2019), o compromisso da formação deve ser embasado na unidade dos núcleos de fundamentação do Serviço Social, isso significa que a não neutralidade profissional é legítima podendo ser melhor alcançada e protegida através da incorporação da cultura como dimensão constitutiva da competência profissional e ético-política.

Por fim, reafirma-se que a cultura, na sua qualidade de mediação histórica e social, constitui uma ferramenta indispensável para que o Serviço Social resista à tendência de reproduzir práticas conservadoras, fragmentadas e irracionalistas, de modo a se afirmar como profissão explicitamente posicionada, crítica e articulada com os interesses da classe trabalhadora. Conforme assevera Netto (2005), cabe ao Serviço Social a defesa intransigente de uma práxis que supere o imediatismo e a superficialidade, orientando-se pela crítica radical da ordem social vigente e pela afirmação de projetos coletivos e emancipatórios, que sejam capazes de alcançarem a essência dos fenômenos.

Referências

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1966.

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Brasília, 1999.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação no trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BEVACQUA, F.; PATROCINO, L. Ventanas para el arte, la identidad y el trabajo: la experiencia de tambolelê. *Serviço Social Em Perspectiva*, Montes Claros, v. 7, n.1, p.229-246, 2023.

BEZERRA, C. S. Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BEZERRA, C. S.; BRUZIGUESSI, B. Cultura, formação social e Serviço Social no Brasil: introdução ao debate. *In*: MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (org.) *Formação social e Serviço Social:* a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 179-198.

BORJA, B. Cultura popular no capitalismo dependente: entre resistências e incorporações. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 23, n. 45, p. 32-48, 2023.

CASTRO, P. R. Uma reflexão sobre as contribuições da arte nas lutas sociais. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 567-587, 2017.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil:* ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, C. N. *Gramsci:* um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1992.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. São Paulo/Curitiba: Contracorrente/ Kotter, 2020.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FORD, J. V; PEDROSO,G. J. T. Considerações benjaminianas sobre arte, cultura e Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 23, n. 45, p. 363-378, 2023.

JÚNIOR, A. A. S**.** A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 16, n. 31, p. 167-188, 2016.

KROPF, P. Diretrizes curriculares e cultura: sobre formação e prática profissional. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 20, n. 40, p. 64-76, 2020.

KROPF, P. Para pensar a cultura na periferia do capitalismo. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 27-52, 2018.

LOPES, I. C. C. A mediação da arte no trabalho educativo do serviço social para a emancipação humana. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 17, n. 33, p. 61-74, 2017.

SCHERER, G. A. Entre cores, tons, sons e cenários: o papel da arte como uma dimensão da vida humana no enfrentamento ao pensamento fetichizado. *In*: FERNANDES, I.; PRATES, J. C. (org.). *Diversidade e estética em Marx e Engels*. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2016. p. 51-70.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

GRUZINSKI, S. *O choque da conquista.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUIMARÃES, M. C. R.; MARQUES, M. G. Movimentos sociais e Serviço Social: uma análise das publicações sobre o tema. *Temporalis*, Brasília (DF), v.19, n.38, p.24-36, 2019.

MARANHÃO, C. Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a "questão social" e a questão cultural no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 593-595, 2014.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política - livro primeiro. O processo de produção do capital.. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MARX, K. *Para a crítica da economia política:* Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 128, p.39-53, 2017.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala:* quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P; BRAZ, M. *Economia política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULA, J. A. de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, C.B.O. A arte como ferramenta de comunicação militante: um paralelo entre o projeto "Funkeiros Cults" e o pensamento gramsciano. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.21, n.1, p.149-159, 2021.

SILVA, D. E. S. Estado e diversidade humana. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros, v. 7, n. 2, p.238-254, 2023.

SODRÉ, N. W. *A ideologia do colonialismo:* seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.

SODRÉ, N. W. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980**.**

TEIXEIRA, R. J. *Fundamentos do Serviço Social*: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

VASCONCELLOS, G. F. Theodor Adorno e a indústria cultural: o papel do rádio e da música popular na sociedade capitalista dos monopólios. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p.17-24, 2016.

LIBERTAS ON LINE

História e memória *da* e *na* formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e sua interlocução com o campo da saúde mental[1]

History and memory of Social Work training at the Federal University Of Piauí and its interaction with the field of mental health

Laína Jennifer Carvalho Araújo*

Resumo: O artigo de natureza qualitativa, analisa as particularidades do processo de formação profissional em Serviço Social e a temporalidade histórica do e no Curso de Serviço Social da UFPI, na sua interlocução com o campo da Saúde, com ênfase na Saúde Mental. As análises empreendidas ancoram-se na literatura especializada, na produção escrita dos setenta e dois TCCs de discentes de Serviço Social da UFPI que abordaram a temática da Saúde Mental no período de 1987 a 2021, em diálogo com a experiência concreta do e no trabalho a partir dos depoimentos e narrativas das docentes do Curso de Serviço Social da UFPI orientadoras dos TCCs supramencionados, assim como nas narrativas de assistentes sociais, egressas do referido Curso, que trabalham no campo da Saúde Mental. Nesse diálogo entre campos, foi possível apreender como as participantes buscaram fazer uma aproximação do corpus de conhecimento da profissão, buscando o entendimento sobre os dilemas específicos de seu tempo histórico, marcadas por diferentes propostas pedagógicas e tendências teóricas da e na profissão no Brasil e no Curso de Serviço Social da UFPI.

Palavras-chave: Serviço Social; História; Saúde Mental; Educação Superior; Trabalho de Conclusão de Curso.

Abstract: This qualitative article analyses the particularities of the professional training process in Social Work and the historical temporality of and in the Social Work Course at UFPI, in its dialogue with the field of Health, with an emphasis on Mental Health. The analyses undertaken are based on specialized literature, the written production of seventy-two final course projects by Social Work students at UFPI that addressed the theme of Mental Health in the period from 1987 to 2021, in dialogue with the concrete experience of and in the work based on the testimonies and narratives of the professors of the Social Work Course at UFPI who supervised the aforementioned final course projects, as well as on the narratives of social workers, graduates of the aforementioned Course, who work in the field of Mental Health. In this dialogue between fields, it was possible to understand how the participants sought to approach the body of knowledge of the profession, seeking to understand the specific dilemmas of their historical time, marked by different pedagogical proposals and theoretical trends of and in the profession in Brazil and in the Social Work Course at UFPI.

Keywords: Social Work; History; Mental Health; Higher education; Course Conclusion Work.

[1] Esse artigo é produto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento, 001.

* Universidade Federal do Tocantins. E-mail: laina5411@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49620

Recebido em: 29/07/2025
Aprovado em: 04/02/2026

Introdução

O assistente social no Brasil, "é um profissional de nível superior que possui formação científica, de caráter investigativo e interventivo, cuja dimensão do exercício profissional é de natureza teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa" (Joazeiro, 2020, p. 305). Nessa perspectiva, o assistente social tem como objeto de sua intervenção a questão social, que conforme assinala Iamamoto (2009, p. 156) "condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche" (Iamamoto, 2009, p. 156).

O caráter histórico e multifacetado da questão social requer do profissional, protagonista do trabalho ***das*** e ***nas*** políticas públicas, que seja capaz de apreender o que Pereira (2014, p. 27) denomina como os "principais traços da interdisciplinaridade como paradigma epistemologicamente mais trabalhado, embora não esgotado, da concertação de saberes com vista ao conhecimento mais denso e abrangente de realidades complexas". Assim, no cotidiano do trabalho ***das*** e ***nas*** políticas públicas, particularmente no âmbito do Serviço Social, os protagonistas dessa atividade de trabalho se defrontam com aspectos oriundos de questões singulares e coletivas para realizarem sua atividade de trabalho, uma vez que, conforme assinala Iamamoto (2013, p. 197), "as relações que tecem na sociedade não são diretas [nem] transparentes, não se revelando de imediato".

Nessa perspectiva, neste artigo, analisamos a relação entre formação profissional e a temporalidade histórica ***do*** e ***no*** Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), visando compreender a relação e a articulação que se dá entre experiência e conhecimentos da profissão, que se realizam nessa atividade de formação e trabalho na docência. Desse modo, na busca em compreender essa relação, colocamos em diálogo a produção escrita de discentes, autores de setenta e dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social da UFPI sobre a temática da Saúde, especificamente da Saúde Mental, no período de 1987 a 2021.

À riqueza desse material, entendido como fonte secundária de informação, foi somada aos depoimentos e narrativas de docentes do Curso de Bacharelado em Serviço Social da supramencionada Universidade, que orientaram discentes no processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social sobre a temática da Saúde, com ênfase na Saúde Mental no município de Teresina na série histórica dos anos de 1987. Com vistas a aproximarmo-nos dessa temporalidade histórica, utilizou-se ainda as narrativas advindas de dois Grupos Focais – gravadas em áudio – com seis assistentes sociais egressas do Curso de Serviço Social da UFPI, visando colocar em palavras a experiência ao mesmo tempo singular

e coletiva na "realização da atividade de trabalho nesse campo de conhecimento e de atenção à pessoa com transtorno mental e a seus familiares" (Joazeiro; Araújo, 2021, p. 211).

Essa articulação entre campos foi proposta com vistas a buscar identificar como esses sujeitos apresentam e analisam a relação entre os conhecimentos e os saberes de seu próprio campo de formação e o saber dos outros campos conceituais com os quais interagem no cotidiano do exercício na docência e da intervenção ***da*** e ***na*** Saúde, com ênfase na Saúde Mental. Nesta perspectiva, ao refletirmos sobre a formação profissional ***do*** e ***no*** Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, estamos nos referindo "ao diálogo necessário que é requerido de ***quem*** o realiza, seja a(o) profissional ou a(o) estudante em formação, visando compreender o *corpus* de conhecimento da profissão e sua relação com a decifração do cotidiano do exercício profissional no Serviço Social" (Araújo; Joazeiro, 2023, p. 7).

O estudo utilizou metodologia qualitativa com uso de literatura especializada na temática, centrado numa abordagem da história sob a perspectiva da longa duração, orientou-se pelo método histórico-dialético cujo o recorte temporal da pesquisa foi definido em consonância com a intenção de aproximar o estudo do momento de criação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, no ano de 1976. Contudo, a data de realização do primeiro Trabalho de Conclusão de Curso sobre a temática supramencionada se deu no ano de 1987, e o último trabalho analisado sobre a temática refere-se ao ano de 2021.

Torna-se importante destacar que as análises ora apresentadas neste artigo se ancoram nas pesquisas de Doutorado[2] e Mestrado[3]. Como se trata de pesquisas com uso de fontes primárias de informação, ambas foram submetidas e obtiveram aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, cada uma com seu respectivo número de cadastramento, dada a temporalidade histórica em que cada pesquisa foi realizada.

Temporalidade *da* e *na* formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí: traços da história e da memória de encontros diversos

Assinala Joazeiro (2008, p. 5) que "o homem é um ser que vive em sociedade", ora, "toda atividade humana realiza-se num espaço e num tempo e dá-se na história" (Joazeiro, 2008, p. 5). Em consonância com essa perspectiva histórica, buscamos compreender a noção de tempo ancorados em Elias (1994, p. 57), no qual entende como sendo uma "construção social e como

[2] Pesquisa intitulada Formação e trabalho ***do*** e ***no*** Serviço Social: interfaces entre o campo do social e o campo da Saúde Mental na qual possui CAAE n° 58087122.6.0000.5214, recebido parecer favorável em 2.05.2022.
[3] Pesquisa intitulada "Serviço Social e Formação: traços da história da interlocução com o campo da Saúde Mental", com CAAE de cadastramento n° 14959419.2.0000.5214, tendo recebido parecer favorável em 24 de junho de 2019.

relação de interdependência e de interpenetração entre o individual e o social" para "pensar a íntima relação que se estabelece no âmago dessas relações de interdependência e de interpenetração recíprocas que se [re]configuram como formas de apreensão e de compreensão de uma dada atividade" (Joazeiro, 2018, p. 69), no caso específico, a formação em Serviço Social.

Nessa perspectiva de análise, ancoradas em Ricoeur (1999), estivemos atentas à temporalidade da narrativa, na qual o autor a compreende como sendo "uma estrutura de existência – uma forma de vida – que se liga à linguagem mediante a narrativa, ao passo que esta é a estrutura linguística – o jogo da linguagem – que tem como seu referente final a temporalidade" (p. 183). Nessa perspectiva, Benjamin (1994, p. 205) afirma ser a narrativa,

> [...] ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório [...] mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

E, nesse sentido, estabelece na experiência uma memória comunicativa, um significado cuja relação entre tempos proporciona, no presente, um entendimento sobre um outro que vem do passado onde a memória, conforme assinala Bosi (2003, p. 11) "opera com grande liberdade, escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo". A partir desse entendimento, pensar a temporalidade do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí requer empreender uma análise das determinações que formam o tempo que as imprime, buscando, nesse sentido, compreendê-la enquanto o próprio movimento que a constitui, por meio da demarcação do seu itinerário no decorrer da história. O movimento se realiza por mediações e exige o afastamento, como assinala Netto (2012, p. 53):

> [...] de oposições irredutíveis e sem sínteses superadoras, o que não significa a negação e ausência das contradições; ao contrário, é preciso compreender que as forças e relações contraditórias existem e coexistem [...] na totalidade, produzindo o movimento.

Esse movimento está carregado de memória e de história, marcadas por diferentes temporalidades, fato que contribui para uma compreensão das relações entre as diversas práticas sociais e de como são vividas e experimentadas pelos sujeitos que a compõem enquanto totalidade, em um determinado período histórico. Logo, o processo histórico de implantação e consolidação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí "não pode ser compreendido fora do contexto de ampla mobilização popular e efervescência política

vivenciados no Brasil e no Piauí" (Pereira, 2024, p. 414). A Universidade Federal do Piauí foi criada nesse contexto, no cerne do período da ditadura militar no ano de 1968, "nos termos da Lei nº 5.528/68. Dessa forma, incorporava as propostas da Reforma Universitária da Ditadura, de que a universidade seria a 'solução mágica' para a superação do atraso frente às outras unidades da federação e para impulsionar o desenvolvimento" (Pereira, 2024, p. 407).

Ainda conforme as análises tecidas pela autora, no decorrer de sua trajetória história o Serviço Social brasileiro, "orientou-se por diferentes projetos formativos que expressaram as direções adotadas pela profissão ao longo de sua história, refletindo as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade" (Pereira, 2024, p. 406), contexto esse que "também pode ser observado no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, criado em 1976", através da "Resolução CONSUN/UFPI, tendo sido reconhecido pela Portaria nº 313 do Ministério da Educação em julho de 1983" (Joazeiro, 2020, p. 309), e integra o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

Nesse sentido, trata-se de uma história plural e muito rica que, desde sua origem, tem desempenhado um papel relevante no decorrer desses quarenta e nove anos na formação de assistentes sociais advindos do Piauí, do Maranhão e de outros Estados, sobretudo pela formação comprometida com o Projeto Ético-Político da profissão, com a realidade e singularidades dessa região e, sobretudo, comprometida com a cidadania e a defesa da vida. Assim, assinala Joazeiro (2020, p. 309) que a história e a memória do Curso de Serviço Social da UFPI podem ser apreendidas "mediante uma análise criteriosa dos registros de sua trajetória no decorrer do tempo, cujos marcos temporais e legais revelam percursos, dilemas que se tornam visíveis no próprio ordenamento da UFPI". Ainda conforme a autora,

> [...] o processo de constituição da Universidade Federal do Piauí está intimamente ligado a história do Centro de Ciências Humanas e Letras e, se relaciona de forma inequívoca com a própria criação do curso de Serviço Social da UFPI. Há uma vinculação de interdependência e de interpenetração recíprocas da relação que estes estabelecem no decorrer do tempo (Joazeiro, 2020, p. 309).

É necessário considerar que "o próprio processo de configuração do Curso e de sua matriz conceitual não se dissocia da configuração da formação para o "social" em uma sociedade marcada por uma multiplicidade de aspectos [...] de dimensões internacionais, nacionais, locorregionais e institucionais" (Joazeiro, 2021, p. 381), assim como da importância das reivindicações e movimentos organizados que contam com a participação de estudantes, docentes e profissionais. Essas expressões coletivas explicam e norteiam, conforme assinalam Iamamoto, César e Melo (2023, p. 10-11),

> [...] transformações operadas no Serviço Social brasileiro – na formação e

> produção acadêmico-profissional, no trabalho e na organização da categoria. Tais transformações apresentam uma afinidade eletiva com o legado progressista do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, ao mesmo tempo que o supera, mediante o amadurecimento teórico e político na análise da sociedade contemporânea e da profissão de Serviço Social em seu âmbito.

Nessa perspectiva, de acordo com Joazeiro (2021, p. 381),

> [...] há que se considerar que a formação se materializou em um estado que tem sua história intimamente marcada por múltiplas expressões de desigualdades sociais, com profundas dificuldades para o acesso de importantes segmentos da população a bens e serviços, que, no limite, acarretam sérias implicações para ***quem*** realiza o trabalho no âmbito do social, uma vez que esse profissional se defronta, diuturnamente, com limites postos para o enfrentamento das condições materiais objetivas para o acesso da população usuária aos meios de vida, emprego e cidadania.

Nacionalmente, a formação acadêmica profissional do Serviço Social contou com três Currículos[4]. Nessa direção, o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, desde sua criação em 1976, vem buscando acompanhar o movimento desencadeado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPESS), no âmbito das alterações das propostas pedagógicas. Assim, "o Curso tem, atualmente, no seu Currículo, disciplinas que se constituem em áreas de conhecimento necessárias à formação profissional e que se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, extensão, atividades complementares e outros componentes curriculares" (Joazeiro, 2008, p. 100).

> [...] o currículo é uma norma antecedente prescrita da formação, que se constitui no próprio *corpus* de saberes que exprimem valores que norteiam a profissão, *corpus* esse que constitui nas normas e nos valores do exercício profissional, que se ancora, ainda, no modo particular de ver o mundo e de compreender a profissão e o lugar que ela ocupa na divisão social e técnica do trabalho (Joazeiro, 2008, p. 100).

Desse modo, "torna-se necessário, para ***quem*** ensina e aprende, ser capaz de situar-se no presente através da compreensão do passado" (Joazeiro, 2008, p. 100). O Curso de Serviço Social da UFPI teve, ao longo de sua história, cinco Projetos Pedagógicos (vide **Quadro 1** e **Figura 1**), que serão denominados no texto como Currículos, em virtude da prevalência do uso dessa denominação tanto na documentação quanto na literatura e no arcabouço conceitual da época. Ao elaborarmos o **Quadro 1**, buscamos demarcar cada um desses marcos, bem como

[4] Em 13 de março de 1970 através do Parecer nº 248 é aprovado pelo Conselho Federal de Ensino o primeiro Currículo. Em 04 de agosto de 1982 através do Parecer 412 e da Resolução 06 de 23 de setembro de 1982 é aprovado o segundo Currículo mínimo, que deveria ser implantado em todas as escolas até 1984. Referimo-nos às diretrizes curriculares como sendo de 1996, entendendo que nossa referência política é o documento aprovado pela ABEPSS e pela categoria nesse ano, mesmo que a aprovação destas oficialmente tenha se dado (com significativos cortes) apenas em 2002, estando expressas na Resolução CNE/ CES n. 15. Assim, para efeitos desta análise, recorreremos tanto à resolução quanto ao documento da ABEPSS.

explicitar como as protagonistas da atividade docente estiveram atentas ao fato de que, de uma forma ou de outra, esses acontecimentos incidiram sobre a história e sobre o corpus de conhecimento da profissão.

Quadro 1 – Formação profissional do Serviço Social no Brasil e as Propostas dos Currículos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

Formação Profissional do Serviço Social no Brasil			**Formação Profissional no Curso de Serviço Social da UFPI**				
			Ano de Aprovação		**Carga Horária Total do Curso**	**Estágio Supervisionado**	**Trabalho de Conclusão de Curso**
Currículo Mínimo de 1970	Matriz estrutural-funcionalista, de aporte norte-americana	INFLUÊNCIA	**Currículo I**	1976	2.835	180	Vinculado à experiência do Estágio Supervisionado
Currículo Mínimo de 1982	Aproximação com a teoria social crítica de Marx (um marxismo sem Marx)		**Currículo II**	1987	3.120	540	Temas relacionados à profissão de Serviço Social e ou provenientes da experiência do Estágio Supervisionado
			Currículo III	1994	2.580	450	
Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996	Perspectiva fundamentada nos diálogos com a teoria social de Marx		**Currículo IV**	2007/2012[5]	3.225	450	
			Currículo V	2023[6]	3.225	450	

Fonte: Elaboração própria com base nos Currículos do Curso de Serviço Social da UFPI.

Nesse sentido, podemos observar a estruturação do *corpus* conceitual e disciplinar no âmbito da profissão ***do*** e ***no*** Serviço Social no Brasil e no Curso na UFPI. Essa distribuição dos conhecimentos e saberes no tempo exprimiu, como assinala Joazeiro (2008, p. 97), "a preocupação em demarcar um tempo para as disciplinas teóricas e um outro destinado à prática". Nessa abordagem, o Currículo I do Curso de Serviço Social da UFPI foi implantado no ano de 1977, tendo vigido até o ano de 1984 e foi organizado em "disciplinas do ciclo geral de estudos, disciplinas básicas obrigatórias, disciplinas complementares obrigatórias e disciplinas optativas abrangendo 171 créditos distribuídos em 2.835 horas" (UFPI, 2007, p. 14). Nele, "a produção acadêmica materializada no Trabalho de Conclusão de Curso, enquanto

[5] Reformulado em 2012, adequando aos novos instrumentos e orientações nacionais e institucionais do Ministério da Educação, da Universidade Federal do Piauí e das entidades representativas do Serviço Social, tais como: a Resolução nº 1/ 2012, do CNE, que que estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos; a Resolução nº 2/ 2012, do CNE.

[6] Em 2023, foi aprovada uma reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social, a partir da Resolução CEPEX/UFPI nº 512/2024, implantada a partir do ano de 2024, dando base para o seu quinto Currículo.

componente curricular obrigatório, constituía-se em uma atividade vinculada à experiência de Estágio Supervisionado, configurando-se em uma sistematização dessa vivência" (UFPI, 2007, p. 14).

As bases do Currículo I do Curso eram o Currículo Mínimo implementado na década de 1970, tinha "como disciplinas obrigatórias Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Legislação Social, Política Social, Teoria do Serviço Social, Ética profissional e Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade" (Pereira, 2024, p. 407). Abreu (2016, p. 248) assinala que o Currículo Mínimo de 1970 "acentua a formação tecnicista para atender às exigências do padrão educacional imposto pela ditadura e do mercado de trabalho consolidado e expandido pela 'modernização conservadora' implementada pelo Estado". Nesse sentido, "embora a categoria, no país, já avançasse nas indagações e críticas ao conservadorismo, a proposta curricular vigente ainda reforçava os postulados funcionalistas articulados a uma perspectiva desenvolvimentista" (Pereira, 2024, p. 407).

A partir desta análise, convidamos o leitor para um olhar atento ao depoimento da 1ª Docente na entrevista, em que é possível apreender essa tendência teórica que ancorava o *corpus* conceitual, normativo e disciplinar da formação em Serviço Social durante a vigência do Currículo I na UFPI.

> [...] quando **eu iniciei como professora**, a **minha base** era no **Currículo antigo** [Currículo I]. No Currículo **formado** com toda aquela **visão tecnicista**, aquela visão **fundamentada** na **Corrente Positivista** e no **Funcionalismo** com uma **influência** das **correntes Norte-americanas** da Área do Serviço Social que **falava** muito da questão do **ajustamento social** e da **integração**. **Eu**, ***a gente* ensinava Serviço Social** de **Caso**, **Grupo** e **Comunidade**. Olha, **eu entrei** [na docência em Serviço Social] **em 1984**, veja bem, o **Currículo Mínimo** foi **discutido** em **1979** na Convenção da ABEPSS e **aprovado** em **1982** pelo Ministério da Educação. Mas, no ***nosso* Currículo**, as **primeiras orientações eram** um pouco nessa **perspectiva do ajustamento** social onde o problema está no indivíduo, não está no contexto. **É somente**, se eu não me engano, **entre 1985 e 1987** que ***a gente* foi implantar de fato aqui** [no Curso de Serviço Social da UFPI] **a revisão curricular de orientação crítica fundada na teoria social de Marx** (Fragmento do depoimento da 1ª docente na entrevista, destaques nossos).

No depoimento da docente é possível apreender a tendência teórica que ancorava o ensino da profissão no Curso à época do seu primeiro Currículo, ao mesmo tempo que revela a travessia dessa perspectiva conservadora, com seus fundamentos positivistas e funcionalistas, para a tendência fundamentada no pensamento marxista através da revisão curricular que se ancora no Currículo Mínimo de 1982, o qual é fruto de "um longo processo de construção teórica e política que, expresso no congresso de 1979, teve incidência, nacionalmente, sobre

proposições e concepções da formação profissional em Serviço Social" (Iamamoto; César; Melo, 2023, p. 11).

Essa nova perspectiva buscava uma formação que proporcionasse bases com maior densidade ao futuro assistente social, preparando-o para sua ação como um profissional mais crítico, reflexivo e interventivo, tendo em vista que, como assinala Iamamoto (2014, p. 611), "o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais". Derivado das formulações sobre a formação profissional, em âmbito nacional, que já pautavam a necessária relação entre teoria, método e história, o empreendimento coletivo e instituinte da construção do Currículo II de 1987, na UFPI, e do Currículo III aprovado em 1994, com vigência até o ano de 2006, assumiu contornos singulares nos quais se ancorava o Currículo Mínimo de 1982. Assinala Pereira (2024, p. 2018):

> [...] com o novo currículo, o processo formativo da UFPI passava a romper com uma perspectiva mais tradicional e conservadora da profissão e adotava uma orientação crítica, que compreendia o Serviço Social inserido na realidade sócio-histórica, claramente influenciada pela corrente de pensamento marxista.

Essa direção[7] na formação profissional dá-se principalmente com o Movimento de Reconceituação. De acordo com Iamamoto (2015), este movimento é "dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional e implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*" (p. 205), momento esse em que a profissão buscava fortalecer as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

[7] Cumpre assinalar, a importância no que tange à articulação entre o Movimento de Reconceituação na América Latina e a Renovação do Serviço Social no Brasil. Conforme assinalam Moljo, Silva e Zampani (2017, p. 120) "não pode ser unicamente explicado a partir de um movimento interno à profissão (reeditando certo tipo de endogenia), como um protagonismo exclusivo de seus profissionais e vanguardas empenhadas em reconceituar teórica, prática e metodologicamente o Serviço Social em suas respectivas realidades". Nessa perspectiva, o Movimento de Reconceituação, como afirma Netto (1981, p. 60) foi "geograficamente bem definido e historicamente datado: ocorreu no continente latino-americano em um período situado, no geral, entre 1965-1975", e tinha como proposta contestar as teses do Serviço Social tradicional, ou seja, aquele estruturalmente vinculado às protoformas desta profissão. De acordo com Batistoni (2017, p. 137), "a compreensão do seu processo na particularidade brasileira exige que o mesmo seja historicizado face ao significado econômico-social da Ditadura Civil Militar (1964-1985), em sua constituição, crise e desdobramentos na 'transição democrática', bem como as implicações da natureza do Estado autocrático, do novo padrão de acumulação e de dominação sobre as classes trabalhadoras. No Brasil, a Reconceituação assumiu a perspectiva hegemônica de uma modernização conservadora e tecnocrática, expressa nas sistematizações teóricas dos Documentos de Araxá e de Teresópolis, com traços de funcionalidade com o regime autocrático". Esse período representou um marco histórico significativo para o Serviço Social brasileiro, uma vez que explicita a construção de um processo de 'revisão profissional', tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional, entrelaçado à conjuntura socioeconômica e política brasileira, que incide, diretamente, nos processos organizativos e formativos dos assistentes sociais, no contexto de Ditadura Militar" (Portes; Portes, 2018, p. 216).

Neste momento, convidamos o leitor a um olhar atento para o depoimento da 8ª Docente na entrevista, onde é possível apreendermos que, mesmo com a incorporação da perspectiva analítica adotada pelo Currículo Mínimo de 1982[8], a formação de assistentes sociais no Curso de Serviço Social da UFPI ainda continha aspectos sutis no que tange à formação profissional hegemônica e crítica.

> No ***nosso*** **Curso**, **eu sou** do **Currículo Mínimo de 1982**, **tanto** na minha **formação quanto** no **exercício** da **docência**, que era **um Currículo** com **base** já no **marxismo, mas, que** era um Currículo, como eu te disse, essencialmente teórico e que **fragmentava teoria, história e metodologia**. **E você via esses elementos como separados e cabia somente a você e a sua capacidade de interligar esses processos** (Fragmento do depoimento da 8ª docente na entrevista, destaques nossos).

Assinala Pereira (2024, p. 233) que essas eram algumas das dificuldades, fato que provocou uma "tendência teoricista na formação profissional, que privilegiava a discussão teórica por si mesma, de forma fragmentada da compreensão da realidade concreta, refletindo no perfil dos(as) profissionais que eram formados(as) naquele momento". Iamamoto (2014) afirma que é a partir dos anos de 1980 que o Serviço Social "vem se afirmando como especialização do trabalho na sociedade contemporânea, estando inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais" (p. 610).

Nesse período, a profissão aproximou-se cada vez mais da tradição marxista, dando densidade "às análises e fortalecendo essa abordagem analítica e o arcabouço conceitual da profissão, marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social" (Araújo; Joazeiro, 2023, p.8). Segundo Yazbek (2018, p. 48), essa abordagem consiste "na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a realidade". O redimensionamento da profissão reverberou em processos subsequentes, entre eles as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Afirmam Iamamoto, César e Melo (2023, p. 11), que o ano de 1993, foi emblemático para o Serviço Social, quando foram,

> [...] revistos e aprovados novos parâmetros legais, éticos e políticos da profissão, orientados pela perspectiva histórico-crítica na leitura da dinâmica da sociedade capitalista e no compromisso com o universo do trabalho, bem como com o legado de lutas históricas dos trabalhadores e seus movimentos sociais.

Em 1993, houve a aprovação do Código de Ética do Assistente Social e da Lei nº 8.662, que dispõe sobre a profissão de assistente social e expressa a sua regulamentação. Esses

[8] A proposta de reforma curricular que se iniciou em 1978 e culminou no Currículo de 1982 significou um avanço para o processo formativo na medida em que buscou romper com a perspectiva de análise predominante no Serviço Social, a-classista e a-histórica, tomando como referência a realidade social (Portes; Portes, 2018, p. 216).

elementos subsidiam a formulação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social no Brasil, construídas coletivamente nas regiões e aprovadas em 1996, sob a forma de currículo mínimo para o curso de Serviço Social. Destaca-se que a formação ***do*** e ***no*** Serviço Social, a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPESS (1996), não se limita às disciplinas e passa a ser organizada em torno dos Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional do Serviço Social a saber: Núcleo de Fundamentos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Realidade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, ancorada na "abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana" (Yazbek, 2018, p. 47-48).

> [...] é por meio desta perspectiva que entendemos que **os núcleos não se findam em uma grade curricular** na orientação dos distintos componentes curriculares; **não é somente uma forma de fazer com que os conteúdos das matérias estejam articulados, mas de entender que tais conteúdos constituem uma unidade que contempla diferentes formas de aproximação do real**, necessária para a construção de intervenções profissionais (Maroneze; Fortuna, 2023, p. 148, destaques nossos).

Dessa forma, ancoradas nas Diretrizes Curriculares de 1996, a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPI ocorreu no ano de 2007 e que deu base para o seu quarto Currículo, tendo "adotado a carga horária mínima prevista na proposta de Diretrizes Curriculares de 2.700 horas (excetuando o Estágio Curricular e o TCC) e, no currículo ora proposto, é de 3.225 horas" (UFPI, 2012, p. 25). A partir da implantação desse Currículo, houve profundas mudanças na organização dos conteúdos, nos fundamentos e nos pressupostos basilares da formação e do trabalho do assistente social no estado do Piauí.

No ano de 2012, o referido Currículo sofreu algumas alterações a partir da Resolução n° 169/2012. Essas alterações resultaram na "definição de conteúdo por disciplina, bem como na reestruturação de disciplinas para aglutinar conteúdo. [...] foram incorporados conteúdos de gênero e diversidades, raça e etnia, Libras e meio ambiente" (UFPI, 2012, p. 4). No Curso de Serviço Social da UFPI, recentemente, tivemos a aprovação de um novo Currículo em junho de 2023, através da Resolução CEPEX/UFPI N° 512, com sua implantação a partir de 2024.

Um olhar atento para o depoimento da protagonista da atividade de trabalho docente na entrevista revela o quanto essas mudanças nas propostas curriculares foram e têm sido necessárias, principalmente no âmbito da pesquisa enquanto fundamento da dimensão investigativa da profissão.

> ***A gente* mudou essa formação** quando ***a gente*** começou a **adotar teorias**, a **fazer** a **crítica da realidade** e a fazer **pesquisa**. Porque aí ***a gente*** não só ***passou*** a ***usar*** as **teorias existentes** e até fazer críticas sobre elas, mas, ***a gente* também começou** a **produzir conhecimento**. Começamos a **investigar** e a **fazer pesquisa. Mas**, para isso **não é só fazer** uma **sistematização** da **prática como era inicialmente os TCCs**. Porque ***a gente* não tinha disciplina de**

> **pesquisa no Curso**, não havia um investimento e também nenhuma **discussão teórica aprofundada**. Então, **o que *a gente* fazia** era **através** do **Estágio**, o que era ***comum***, era fazer uma **sistematização da prática**, da **experiência de Estágio**, ou mesmo que você pegasse outro tema, **mas era uma discussão mais tecnicista** justamente por falta desse aprofundamento. Com a **teoria social crítica os TCCs passaram a ter mais densidade** e até **contribuindo** com a **realidade social** a partir do tema investigado (Fragmento do depoimento da 5ª docente na entrevista, destaques nossos).

Em seu depoimento, a docente nos permite refletir que há um imperativo epistemológico e ético que nos impele a produzir conhecimento proveniente de uma perspectiva crítica. Observa-se, no seu depoimento, a valorização da dimensão investigativa da profissão no processo da pesquisa e de sua contribuição ao universo da produção do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo processo de orientação e de produção pelo discente requer o encontro entre experiência e conhecimentos vários requeridos: os da profissão, os da formação, os do social, os da história em processo de construção na sua tensão com as relações de poder e de saber, tanto aqueles que se criam no aqui e agora como os oriundos ***da*** e ***na*** realização da atividade de trabalho do pesquisador.

> [...] considera-se que essa lógica de constituição implica a apropriação do método materialista, histórico e dialético, da concepção ontológica de homem e mundo que a informa e que nos fornece elementos necessários para dizer que o pensamento não está desconectado da atividade prática. Isso é fundamental para apreender que essa dimensão é transversal e se expressa na totalidade dos componentes curriculares. Embora entre um e outro sejam reforçados traços que evidenciam, de modo mais particular, os aspectos constitutivos da investigação, esta depende da mobilização e articulação desses componentes (Maroneze; Fortuna, 2023, p. 148).

Na análise do depoimento da docente, podemos apreender uma diferenciação no que se refere, particularmente, aos três primeiros Currículos do Curso, no que tange à sua estruturação e concepção. Torna-se importante assinalar, que o Currículo consiste em uma norma antecedente da profissão aos quais:

> [...] prescrevem os valores e o *corpus* de saber que animam a atividade da(o) assistente social, antecipam conhecimentos disciplinares que lhe são fundamentais, uma vez que dizem respeito ao núcleo de saber específico da profissão (Joazeiro, 2008, p. 99).

Nesse sentido, no âmbito da formação, são apresentadas aos estudantes "diversas concepções, diversos modos de analisar e de compreender o social [...] a história da política social e dos sistemas de proteção social com os quais o profissional se relacionará na constância da realização de sua atividade profissional de atendimento à população" (Joazeiro, 2008, p. 99).

Uma análise do depoimento da protagonista da atividade também nos permite olhar esses Projetos Pedagógicos e compreendê-los no enquanto parte do movimento da história. Assim como, a entendermos o direcionamento social, ética e política que atravessa cada

Currículo aqui analisado e estudado pelos discentes ao longo desses mais de oitenta anos da profissão no Brasil e nesses quarenta e nove anos do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Como assinala Joazeiro (2018, p. 179), "o olhar da formação é projetado na direção de buscar compreender o *corpus* de saberes da profissão: seus liames históricos, a linguagem na profissão, as ferramentas operativas tanto quanto as ferramentas conceituais inerentes ao exercício profissional".

Na análise ora tecida, estivemos atentas às concepções da profissão ao longo destes quase quarenta e sete anos de história do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, onde podemos refletir sobre "os diversos Projetos Pedagógicos vigentes, mas sempre se coadunando com a temporalidade histórica, ancorados nos marcos conceituais, legais e na sociabilidade de cada momento analisado" (Joazeiro, 2021, p. 380-381) da formação em Serviço Social no Brasil e na UFPI.

Conhecimentos e saberes *do* e *no* Serviço Social na interlocução com os da saúde mental

A intervenção profissional no âmbito do Serviço Social – enquanto configuração específica e complexa na sociedade, na universidade e no âmbito da Saúde, particularmente da Saúde Mental – "se materializa na relação entre 'sujeitos' que vivem em sociedade, ou seja, ela se realiza numa relação entre homens e mulheres concretos, ela está na história [...]. Contudo, a história está sempre em processo de tessitura" (Joazeiro, 2018, p. 68). Nesse sentido, "a história é parte de um processo complexo e inacabado que possibilita buscar compreender o movimento das transformações que se estabelecem na relação entre vida e experiência ***da*** e ***na*** sociedade" (Joazeiro; Araújo, 2021, p. 211).

Nessa perspectiva analítica afirma Joazeiro (2021, p. 381) que,

> [...] formar profissionais para realizar a intervenção no âmbito das políticas sociais públicas, junto a um segmento de população que vive sob a égide da desigualdade no acesso às condições materiais mínimas, requer ser capaz "de instruir" esse futuro profissional para construir um arcabouço conceitual que lhe permita extrair "no instante" (Trédé, 1992) do atendimento que realiza os fragmentos que tornam inteligível a história do outro e, portanto, permitem que esse diálogo seja tecido, com vistas a tornar-se capaz de decifrar tanto as marcas do direito quanto os traços de sua ausência.

Essas dimensões evidenciadas colocam, ainda, no centro da prática de conhecimento, a dimensão do cotidiano, enquanto relação de "interdependência e interpenetração recíproca" (Elias, 1994), para alcançar o movimento da realidade. Com base em Heller (2008, p. 24 e 29), "o movimento é a continuidade de toda a heterogênea estrutura social e a continuidade de valores chama-se história"; história "[...] é a substância da sociedade". Heller (2008, p. 7) afirma

que o cotidiano, enquanto uma das esferas da vida social e, como tal, "é o lugar da [re]produção dos indivíduos, é o 'mundo da vida' que se produz e se reproduz dialeticamente, num eterno movimento". Ainda em conformidade com a autora, "a vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no 'centro' do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social" (p. 34) e, nesse sentido, pode-se compreender que o ritmo do tempo acompanha o ritmo da história, e esse ritmo atinge todo ser humano, tanto na vida particular quanto no geral, porque é o tempo vivido ***na*** e ***pela*** história.

Martinelli (2002, p. 2) ressalta a necessidade de o profissional realizar a interpretação da realidade a partir das relações entre estrutura, conjuntura e cotidiano, pois,

> [...] instituem-se como formas de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais em presença, os quais podem ser alcançados pela análise de conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas.

O Serviço Social enquanto uma das 14 profissões da Saúde, cuja publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Saúde (DCNs) de cada profissão se deu no período entre 2001 a 2004 (Costa *et al*., 2018, p. 1.185), deve estabelecer uma relação entre a Universidade, enquanto *locus* de formação, e os serviços de saúde, enquanto espaço de assistência à saúde da população usuária do SUS e também um espaço de aproximação do mundo do trabalho, onde se aprende a trabalhar, se produz cuidado e se constrói conhecimento.

Nessa medida, a atividade de trabalho no espaço sócio-ocupacional da Saúde Mental visa a contribuir para que o assistente social se aproprie, gradativamente, dos conhecimentos e saberes do campo da Saúde e faça uma articulação com os conhecimentos e saberes do núcleo do Serviço Social. Ou seja, o encontro concreto com as necessidades de saúde da população lhe pede que correlacione os saberes do *corpus* de conhecimento da profissão com os saberes oriundos dos campos específicos da Saúde, aqui os da Saúde Mental.

Convidamos o leitor para uma análise da Linha do Tempo materializada na **Figura 1**, onde estão registrados os principais marcos legais, conceituais e históricos que incidiram sobre o campo do Serviço Social e o da Saúde Mental, assim como também estão situados os protagonistas da atividade de trabalho docente em Serviço Social de nosso estudo, considerando o ano de admissão como docentes no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí; ao mesmo tempo, revela-se o produto da sua atividade de trabalho – a distribuição temporal do processo de orientação e de produção discente – marcada pelas mudanças provocadas nos Currículos e na formação no âmbito do Serviço Social no Brasil e no Curso de Serviço Social

da UFPI, ou seja, na intervenção ou na reflexão sobre a assistência à Saúde, especificamente na Saúde Mental, no decorrer da história.

Essa periodização do campo da Saúde Mental, na Linha do Tempo, está ancorada nas quatro principais fases da história da Reforma Psiquiátrica no Brasil definidas por Vasconcelos (2016)[9], nas quais o autor enfatiza o movimento histórico que atravessou e tem atravessado o campo da Saúde Mental, seus marcos legais, conquistas e retrocessos. Em decorrência dessas quatro fases, nós também a utilizamos para a distribuição temporal das docentes orientadoras de TCC, com vistas a garantir os aspectos éticos do anonimato das participantes na pesquisa.

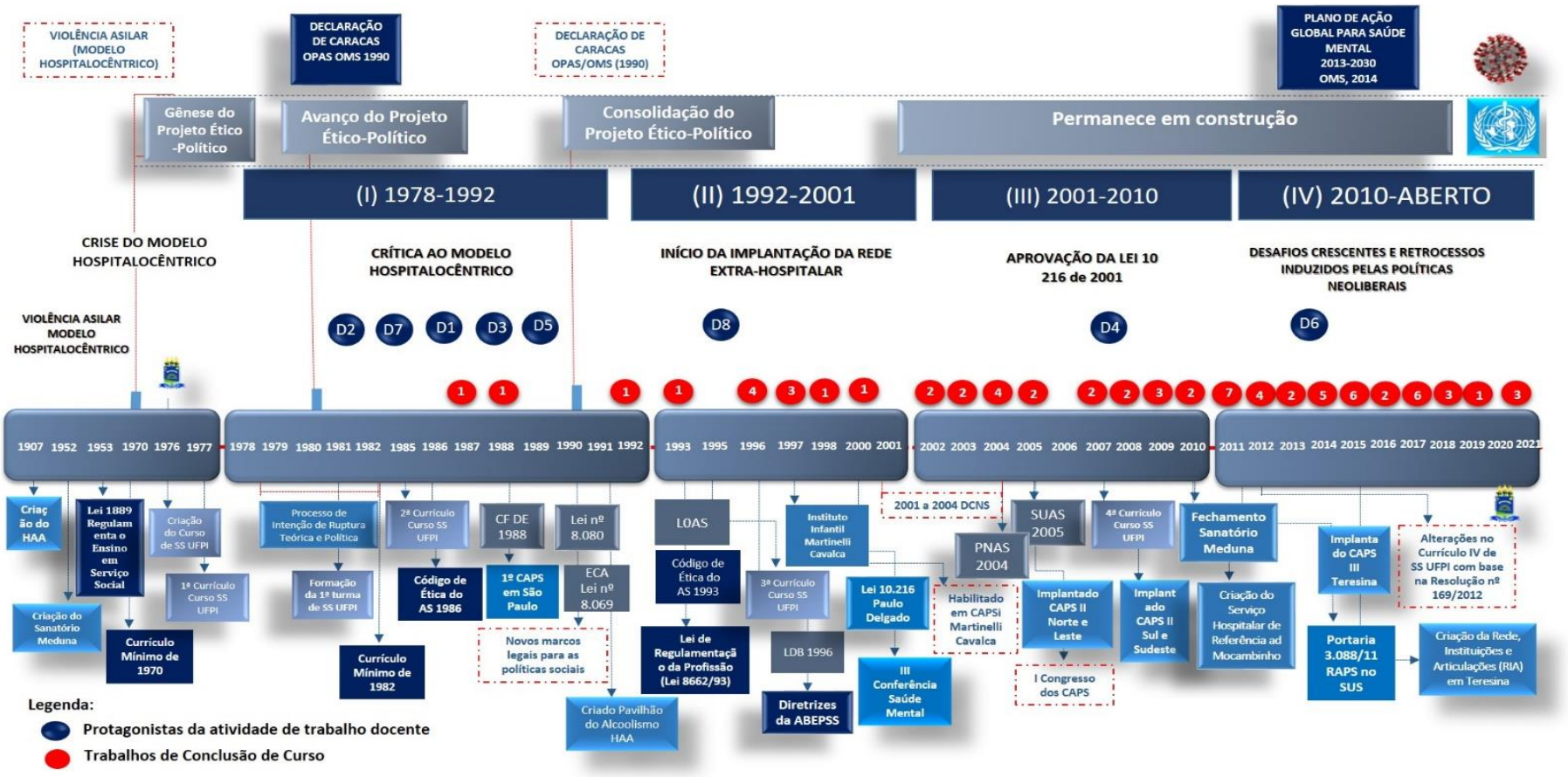
No que tange ao campo do Serviço Social, utilizamos como marco temporal os momentos determinantes do Projeto Ético-Político da profissão definidos por Teixeira e Braz (2009), nos quais os autores demarcam no tempo e na história a gênese, o avanço e a consolidação do Projeto Ético-Político, bem como os mútuos e múltiplos desafios que marcam sua permanente construção no âmbito da profissão e da sociabilidade capitalista.

Assinala Araújo (2020, p. 34) que:

> [...] essa configuração societal, remete à necessidade de refletir sobre os conteúdos e sobre as matrizes curriculares das profissões, em consonância com os desafios postos a cada profissão pelo movimento da história, tendo em vista, o desenvolvimento científico e tecnológico em contínuo processo de [re]configuração.

[9] Para uma análise, cf. Vasconcelos (2016).

Figura 1 – Linha do Tempo dos principais marcos do Serviço Social, da Saúde Mental e da produção discente do TCC e orientação docente no período de 1987 a 2021.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

Na análise empreendida sobre as temáticas analisadas pelos autores dos setenta e dois Trabalhos de Conclusão de Curso (**Figura 1**) revela o movimento expresso nas escolhas de temáticas sobre a Saúde Mental ao longo da história do Curso de Serviço Social na UFPI e da aproximação dos diversos momentos vividos no decorrer do Curso e de como, estudantes em formação compreenderam, registraram e analisaram sua apreensão dos campos do Serviço Social e da Saúde Mental. Nesse diálogo entre o Serviço Social e o campo da Saúde Mental, tanto nos textos dos autores dos Trabalhos de Conclusão de Curso quanto nas narrativas das protagonistas do trabalho, foi possível apreender como as participantes buscaram explicitar a partir do texto escrito, o modo como:

> [...] a profissão, seus conhecimentos e saberes foram se constituindo num *corpus* conceitual, ao mesmo tempo em que construíram saberes amealhados na experiência concreta da atividade de trabalho real, tecida no contínuo do tempo junto a essa população usuária do SUS, numa intensa relação com as demais profissões (Jazeiro; Araújo, 2019, p. 213).

Assim como puderam demarcar as tensões, as contradições e as dúvidas sobre a própria constituição do conceito de transtorno mental e as diferentes formas de tratar, de expor, de tentar proteger e de buscar construir a autonomia da pessoa com transtorno mental no decorrer do tempo. As mudanças do paradigma do cuidado com a vida nesse campo e o próprio fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde e da RAPS marcaram a travessia da história recente da Saúde Mental em Teresina, dando-se em consonância com o modo de pensar no Brasil e, para além dele, através de organismos nacionais e internacionais. A saúde, como uma das políticas públicas universais no país, tem valor e alcance fundamentais; essa política é tensionada por múltiplas racionalidades e temporalidades que a constituem, ao mesmo tempo, como um espaço de produção do cuidado, de defesa da vida e da cidadania.

Um olhar para o tempo e a história da produção de trabalhos de conclusão de curso em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí

O fluxo incessante de acontecimentos no tempo nos permitiu percorrer a travessia proposta neste trabalho, a qual se alia à abordagem adotada por inúmeros autores dos Trabalhos de Conclusão de Curso, que, nos seus textos, explicitaram os obstáculos e as conquistas que advieram desse processo de busca da construção de conhecimento.

> Resgatar o percurso de uma prática, que sabíamos marcada pela luta, por afirmação profissional e comprometimento com o público alvo do seu serviço. No decorrer do processo de coleta de dados, foram surgindo novos e significativos elementos que **fizeram de nosso trabalho, uma empreitada desafiadora**, **contudo gratificante** (Veras; Moreira, 1997, p. 50-51, destaques nossos).

> Ele [TCC] é extremamente importante, e você realmente **mergulha** na ***sua*** prática de forma analítica. Porque a gente tem uma tendência de **fazer**, **fazer** e **fazer**. **Pensar** dá trabalho, dói, incomoda que só. Então o **TCC** pode ser **esse momento** que você tem que **refletir** bastante sobre a sua prática, **entender** melhor, **compreender** melhor o que você **está fazendo** e o que **você quer com aquilo**. Isso é muito **importante** para a **formação profissional da gente**, muito **essencial** na verdade (Fragmento de narrativa da 1ªAS 1ºGF, destaques nossos).

Assim, um olhar atento à narrativa da assistente social no Grupo Focal revela a importância da construção do Trabalho de Conclusão de Curso, uma vez que sua produção é "extremamente importante, e você realmente **mergulha** na ***sua*** prática de forma analítica. Porque ***a gente*** tem uma tendência de **fazer**, **fazer** e **fazer**" (1ªAS 1ºGF, destaques nossos).

A profissional, ao discutir a importância do TCC no processo formativo, remete à possibilidade que esse componente curricular oferece de "realmente mergulhar na sua prática de forma analítica" (1ª AS, 1º GF). Explicita, assim, que seu valor se concretiza quando o discente, autor do TCC, se indaga a partir de uma análise rigorosa, ancorada por categorias analíticas, o que, em tendência, contribui para articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão presentes no processo de intervenção e que precisam ser analisadas também na esfera da formação.

Nesse fragmento, a assistente social evidencia um desafio histórico ***para*** e ***na*** profissão que consiste no fato de que: "***a gente*** tem uma **tendência** de **fazer**, **fazer** e **fazer**" (1ª AS, 1º GF, destaques nosso), afastando-se da análise "do emergente" (Guerra, 2014, p. 268).

> Neste nível (da empiria) a análise não ultrapassa a aparência dos fenômenos, ou como afirma Lukács (1979, p. 28), "no empirismo está contido um ontologismo ingênuo uma valorização instintiva da realidade imediatamente dada, das coisas singulares e das relações de fácil percepção" (Guerra, 2014, p. 267-268).

Guerra (2014, p. 268, destaques da autora) afirma que "o fenômeno 'emergente' contempla a necessidade de [re]conhecer os processos que se insinuam, que se encontram latentes aos fenômenos, ou 'aquilo que salta, que manifesta, que sai do estado em que estava'". A autora afirma que "para atender aos fenômenos emergentes, a intuição, a sensibilidade, a repetição de experiência, a utilização de modelos não basta" (Guerra, 2014, p. 268). Iamamoto (2004, p. 28) assinala que "o discente é desafiado a articular os saberes da profissão para decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social". Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso deve percorrer as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Cumpre destacar que o Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular "do processo de formação do assistente social, tendo sido instituído desde a criação do Curso

no país. É ele norma acadêmica antecedente obrigatória" (Joazeiro, 2008, p. 2), uma vez que constitui, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPESS (1996), "uma **exigência curricular** para a obtenção do diploma de Graduação em Serviço Social[10] e deve ser realizado em consonância com os padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sendo **elaborado** sob a **orientação** de um **professor assistente social**" (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 71-72, destaques nossos).

A produção do Trabalho de Conclusão de Curso está vinculada às disciplinas de *Monografia I* e *Monografia II*[11], realizadas do sexto ao oitavo período do Curso de Serviço Social para os discentes que seguem o fluxo regular. Cumpre destacar que antecedem as disciplinas Monografia I e Monografia II as disciplinas Pesquisa Social I e Pesquisa Social II, norma antecedente indispensável para a produção do TCC e que irão discutir os conteúdos essenciais para o domínio dos fundamentos teórico-metodológico e técnico-operativo da pesquisa social, com vistas a ensinar o discente para o desenvolvimento de projeto, execução da pesquisa e escrita do trabalho.

Nesse sentido, no processo de análise, buscou-se percorrer o itinerário que os autores dos Trabalhos de Conclusão revelam sobre a formação do Serviço Social na UFPI e sobre os diversos modos de pensar a Saúde Mental e o seu modo de cuidar em Saúde Mental no Brasil e em Teresina ao longo desses anos, sendo o seu valor histórico inestimável, se analisado sob a perspectiva do conhecimento e da memória que guardam. Essa produção discente decorre de um processo sistemático de orientação com base num referencial teórico, conceitual e metodológico dos estudos, desde a construção do recorte do objeto até a produção do Trabalho de Conclusão de Curso propriamente dito, construção esta que tende a ser a primeira experiência de produção de um texto acadêmico do discente.

O que demanda do protagonista da atividade de trabalho "uma disponibilidade para transitar entre diversas áreas de conhecimento e saberes, sem perder de vista os conhecimentos do seu ofício" (Joazeiro, 2002, p. 13), no caso específico, do Serviço Social. Nesse sentido, o ofício da docência, particularmente a orientação do discente no âmbito da profissão em Serviço Social no Brasil, é uma prerrogativa profissional do "assistente social e tem uma importante dimensão relacional na qual a atividade de linguagem empreende uma aproximação do outro" (Joazeiro, 2008, p. 139). Assim, "enquanto norma antecedente prescrita permite que esse

[10] BRASIL, *Lei nº 3252*, 27 de agosto de 1957, artigo 5º que dispõe sobre as prerrogativas do Assistente Social; BRASIL, *Lei nº 8662/93*, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social.
[11] Para essa análise, tomamos como base o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, *locus* do nosso estudo.

profissional responda por essa atividade de trabalho" (Joazeiro, 2008, p. 3), que consiste em ensinar, orientar e formar futuros assistentes sociais.

O entendimento dessa função privativa como um dos ofícios da profissão, é [re]conhecido pelas protagonistas da atividade, conforme revelam os depoimentos:

> A **atividade docente**, à docência é **uma das atribuições privativas da profissão** do assistente social (Fragmento do depoimento da 2ª docente na entrevista, destaques nossos).
>
> **Eu** acho a **docência** um **campo** de **atuação da profissão fundamental**. Não estou desconhecendo **os outros campos** de atuação da **profissão**, **todos** os campos são **importantes**, **mas** eu acho que a responsabilidade, o compromisso com a ação docente é fundamental, porque é onde parte toda essa estrutura da formação. A ***nossa*** **atividade docente** tem uma **contribuição** fundamental porque **é onde** os **assistentes sociais** vão **iniciar** o ***seu*** **processo de formação** (Fragmento do depoimento da 1ª docente na entrevista, destaques nossos).

Essa atividade demanda do docente "uma disponibilidade para transitar entre diversas áreas de conhecimento, sem perder de vista os conhecimentos e os saberes do seu ofício" (Joazeiro, 2002, p. 153). Podemos dizer que essa atividade é a "conjugação de saberes disciplinares que se materializam na confluência da vivência de uma relação interdependente" (Joazeiro, 2018, p. 162), cuja realização "se constitui sempre no desafio de gerir as dificuldades e as diversidades presentes na vida, na norma, na disciplina epistêmica e nos valores que permeiam a profissão, a sociedade e a vida". Nesse entendimento, "essa contínua [re]configuração entre meio de trabalho, patrimônio de conhecimentos amealhados" (Joazeiro, 2008, p. 156) pela docente no cotidiano de trabalho e "os saberes em processo de constituição requer que a protagonista" (p. 156), na sua atividade de orientação de futuros assistentes sociais, esteja atenta para "decifrar os conhecimentos e saberes disponíveis e os necessários" (Joazeiro, 2008, p. 156) no aqui e agora da atividade de formação.

Considerações finais

Na aproximação da formação e do trabalho empreendida neste estudo, com base nos fragmentos das narrativas das assistentes sociais e nos registros das histórias particulares do coletivo de discentes registradas nos setenta e dois Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social analisados, revelou as diversas perspectivas teórico-metodológicas e as direções e temporalidades de currículos e propostas pedagógicas no âmbito do Serviço Social no Brasil e particularmente no UFPI, assim como a análise aqui tecida revelou a íntima relação entre história, memória e temporalidade presente na trajetória da formação profissional no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, a partir da produção escrita dos setenta e dois

TCCs de discentes de Serviço Social que abordaram a temática da Saúde, especificamente da Saúde Mental, no período de 1987 a 2021, e da experiência concreta ***do*** e ***no*** trabalho nos depoimentos e narrativas das docentes do Curso de Serviço Social da UFPI que orientaram os referidos discentes na série histórica supramencionada, assim como nas narrativas de assistentes sociais que trabalham em equipamentos públicos da Saúde Mental, egressas da UFPI.

Essas fontes se constituem em um "vasto material que tem contribuído para apreender a dinâmica do processo de formar discentes do Curso de Serviço Social no Piauí, ao mesmo tempo em que" (Joazeiro, 2020, p. 311) revelam nuances "do processo de criação, consolidação e enfrentamento dos múltiplos desafios que atravessam esse campo de conhecimento, de investigação e de intervenção" (Joazeiro, 2020, p. 311).

Nessa análise, apreendeu-se a experiência não como,

> [...] um 'simples' e 'mero' uso da norma antecedente ou prévia de diversas naturezas: burocrática, jurídica, econômica e, muitas vezes, sendo vista sob o prisma de que as escolhas que o protagonista da atividade empreende se funda no 'bom senso' (Joazeiro, 2008, p. 6).

Nessa perspectiva de análise, buscou-se compreender "o lugar que o protagonista da atividade de trabalho – quer seja na orientação, quer seja na produção do TCC, quer seja na atividade de intervir no cotidiano da Saúde Mental –, ao fazê-lo, imprime em sua obra a ***sua*** perspectiva de análise, ou seja, o ***seu*** ponto de vista" (Joazeiro; Araújo, 2021, p. 214). Assim como o ensino do trabalho deve preparar o discente para intervir nesse intrincado de relações tecidas entre estrutura, conjuntura e cotidiano, intimamente marcadas pela história, epistemicidades, temporalidades e devir. É nessa relação entre horizonte e viabilidade histórica que a formação vai se constituindo, revelando potências, fragilidades, confrontos e itinerários singulares, assim como a concepção de atenção no campo da Saúde Mental está ancorada no uso de tecnologias assistenciais, de concepções de terapêutica e de atenção à vida.

As análises apreendidas constituem a memória e a história do processo de criação e consolidação da profissão, particularmente no Curso de Serviço Social da UFPI cujas marcas revelam o [re]conhecimento do *corpu*s conceitual e de saberes do Serviço Social e de como esses se alinham no processo de formar e de aprender a trabalhar, ao mesmo tempo que, contribuem para o diálogo com a população usuária e com os trabalhadores da Política de Saúde pública, especificamente, do campo da Saúde Mental. Assim como revelou o quanto os discentes de Serviço Social e as assistentes sociais buscaram fazer uma aproximação do *corpus* de conhecimento da profissão, em especial, buscando o entendimento sobre os dilemas específicos de seu tempo histórico, intentaram compreender as múltiplas e mútuas interfaces

com o campo da Saúde, especificamente, ancoradas nas perspectivas e nos desafios inerentes ao campo da Saúde Mental.

Referências

ABESS/CEEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. *Cadernos ABESS*, São Paulo, v. 7, p. 58-76, nov. 1997.

ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. *In*: SILVA, M. L. de O. (Org.) *Serviço Social no Brasil*: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016, p.235-263.

ARAÚJO, L. J.C. *Formação e trabalho **do** e **no** Serviço Social:* interfaces entre o campo do social e o campo da Saúde Mental. 2024. 235 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, 2024.

ARAÚJO, L. J. C; JOAZEIRO, E. M. G. Serviço Social e formação em tempos de crise do capital e de pandemia. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 22, n. 1, p. e41383, 2023. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/41383. Acesso em: 22 jan. 2026.

BATISTONI, M. R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 15, n. 40, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32745 . Acesso em: 10 nov. 2025.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória*: ensaios de psicologia social. 3a ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional. *In*: GUERRA, Y. *et al*. (org.). *Serviço Social e seus fundamentos*: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-47.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: *Serviço Social*: Direitos e competências profissionais. CFESS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V; CÉSAR, M. de J.; MELO, A. I. S. C de. Produção acadêmica e formação profissional: desafios e perspectivas para o Serviço Social. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 21, n. 52, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/75919. Acesso em: 19 jul. 2025.

JOAZEIRO, E. M. G. *Estágio Supervisionado*: Experiência e conhecimento. Santo André, SP: ESETec, 2002.

JOAZEIRO, E. M.G. *Supervisão de estágio*: formação, saberes, temporalidades. Santo André, SP: ESETec, 2008.

JOAZEIRO, E. M. G. *Supervisão Acadêmica e de Campo*: relação entre saberes. Teresina: EDUFPI, 2018.

JOAZEIRO, E. M. G. A formação no campo do "social", desigualdade social e políticas públicas: história, epistemicidade e temporalidades. *In*: *Actas do 5º Congresso da Société Internationale d'Ergologie*. Porto, ISBN 978-989-54655-9-0, 2021, p. 379-383.

JOAZEIRO, E. M. G. Serviço Social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. *In*: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. (org.). *Serviço Social*: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2020.

JOAZEIRO, E. M. G.; ARAÚJO, L. J. C. Memória, história e devir: diálogo entre o patrimônio de saberes do "social" e da saúde mental. In: *Actas do 5º Congresso da Société Internationale d'Ergologie*. Porto, ISBN 978-989-54655-9-0, 2021, p. 270-215.

MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S da; ZAMPANI, R. Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 15, n. 40, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32726 . Acesso em: 11 nov. 2025.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. *In*: NETTO, J. P; CARVALHO, M. do C. B**.** *Cotidiano*: conhecimento crítico. São Paulo, Cortez, 2012.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. *A crítica conservadora à reconceptualização*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo n. 5, 1981.

PASSOS, G. de. O. *A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença*: conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília-DF: 2006.

PEREIRA, S. L. B. A formação em Serviço Social no Piauí no cenário da Ditadura Militar: entre o conservadorismo e a resistência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 16, n. 1, p. 405–419, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/58722. Acesso em: 20 maio. 2025.

PEREIRA, P. A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. *In*: Monnerat, G. L; Almeida, N. L. T.; Souza, R. G. *A intersetorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas (SP): Papel Social, p. 21-40.

PORTES, M. F.; PORTES, L. F. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 15, n. 40, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32748 . Acesso em: 10 nov. 2025.

RICOEUR, P. *Historia y narratividad*. Ediciones Paidós. I. C. E de la Universidad Autónoma de Barcelona. 1999.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.) *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200.

TRÉDÉ, M. Introduction. *In*: *Kairós L'à-propos et l'occasion*: (le mot et la notion, d'Homère à la fin du IVe.Siècle avant J.C). Paris: Éditions Klincksieck: 1992, p. 15−21. (Études et Commentaires, 103).

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. *Resolução nº 013/2007*, de 25 de janeiro de 2007. Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social - Modalidade Bacharelado/UFPI - Campus "Ministro Petrônio Portella". Teresina: UFPI, 2007.

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. *Resolução nº 169* de 20 de outubro de 2012. Aprova Alterações no Projeto

Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Serviço Social/UFPI. Teresina: UFPI, 2012.

VASCONCELOS, E. M. de. *Reforma Psiquiátrica, tempos sombrios e resistência***:** diálogo com o Marxismo e o Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2016.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teóricos- metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In*: GUERRA, Y. *et al.* (org.). *Serviço Social e seus fundamentos*: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-85.

Agradeço à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas Bolsas de Mestrado e Doutorado e pela Bolsa de Doutorado Sanduíche pelo Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que me possibilitou uma experiência enriquecedora no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris, França.

LIBERTAS ON LINE

A fonte oral na pesquisa em Serviço Social e a história oral: a leitura marxiana

Oral sources in Social Work research and oral history: a Marxist reading

Carla Regina Moreira*

Resumo: Esse estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa, o objeto do estudo é a pesquisa exploratória. Os objetivos são: geral – discutir a pesquisa qualitativa e o uso da fonte oral sob aporte do Serviço Social; específicos – verificar como a história oral é abordada pela literatura no campo do Serviço Social e refletir sobre sua interlocução com o Projeto Ético-Político, a partir da base teórica marxiana; expor o encontro com a história oral na pesquisa de doutorado. Foi edificado com os instrumentos técnicos: relato de experiência e revisão de literatura, com trabalhos selecionados na Base de Dados "Google Acadêmico". A análise do material foi feita com o recurso da análise do conteúdo, organizado em categorias temáticas formuladas com desdobramentos da pergunta chave: qual a compreensão dos/as pesquisadores/as na área do Serviço Social em relação à história oral? O estudo revela que a história oral é uma metodologia que se coaduna tanto no cotidiano de trabalho quanto no universo acadêmico. Traz interlocução com o Projeto Ético-Político visto que congrega princípios democráticos, a igualdade, o compromisso com a classe trabalhadora. Contudo, deve ser edificada pelo referencial que possibilita a leitura crítica da realidade social.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa; História oral; Serviço Social; Teoria marxiana.

Abstract: This study falls within the field of qualitative research, and its objective is exploratory research. The objectives are: general – to discuss qualitative research and the use of oral sources within the context of Social Work; specific – to verify how oral history is addressed in the literature within the field of Social Work and to reflect on its dialogue with the Ethical-Political Project, based on Marxist theory; to present the encounter with oral history in doctoral research. The study was constructed using the following technical instruments: experience report and literature review, with works selected from the "Google Scholar" database. The material was analyzed using content analysis, organized into thematic categories formulated from the key question: what is the understanding of researchers in the field of Social Work regarding oral history? The study reveals that oral history is a methodology that is compatible both in daily work and in the academic world. It engages with the Ethical-Political Project since it brings together democratic principles, equality, and commitment to the working class. However, it must be built upon a framework that enables a critical reading of social reality.

Keywords: Qualitative research; Oral history; Social Work; Marxian theory.

* Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul. E-mail: carlamoreiracrm1303@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49634

Recebido em: 31/07/2025
Aprovado em: 16/04/2026

Introdução

Este ensaio toma como objeto a oralidade na pesquisa em Serviço Social tendo como aporte a história oral. A fonte oral é potência no campo da pesquisa qualitativa; bem como, no cotidiano em que se materializa a prática profissional. O estudo se insere no objetivo da pesquisa exploratória, que possibilita aproximação ao tema para melhor compreensão, reflexão, para outros questionamentos e formular novas perguntas (Gil, 2009). O trabalho foi feito com o instrumento técnico de revisão de literatura do tipo narrativa, para verificar como o tema está sendo abordado na literatura e sua interlocução como o Serviço Social a partir da teoria marxiana em que se afirma o Projeto- Ético-Político do/a Assistente Social. A seleção do material foi feita na Base de Dados "Google Acadêmico[1]". Para explanar a experiência com o encontro com a história oral, fruto das apreensões realizadas no percurso da pesquisa de doutorado[2], foi eleito o instrumento técnico denominado de relato de experiência. Esse artigo está organizado em unidades temáticas, no desenvolvimento trabalhamos com o detalhamento dos objetivos apresentados: a) relato de experiência com a história oral - b) breve histórico sobre a história oral, e os desdobramentos – os procedimentos técnicos na pesquisa, a transcrição e análise dos dados sob a apreensão marxiana – c) história oral na pesquisa em Serviço Social, unidade em que apresentamos o percurso realizado para construção da revisão de literatura do tipo narrativa, com a construção de estratégia de busca para localização dos artigos científicos (os quais foram identificados e classificados com título, ano de publicação, fonte e, resumo). Desse material, foram extraídos os excertos (resultados) que possibilitaram a realização da discussão; e na sequência as considerações finais que foram direcionadas para responder os objetivos propostos.

A abordagem do estudo é de natureza qualitativa com recurso à fonte oral. Sob a ótica do Serviço Social, Martinelli (1997) enfatiza que a pesquisa qualitativa traz os seguintes pressupostos: o reconhecimento da singularidade do sujeito que se revela a partir do discurso e da ação; o reconhecimento da experiência social do/a participante da pesquisa (sujeito social) e o reconhecimento da importância de se conhecer o modo de vida desse/a sujeito/a. Ressalta a autora que o uso dessa abordagem possibilita ao/à pesquisador/a conhecer o modo de vida das

[1] A Base de Dados "Google Acadêmico" é de domínio público, permite a localização de produções científicas do Brasil e América Latina que podem compor o instrumento técnico de pesquisa de revisão de literatura. Possui recurso de pesquisa avançada que permite filtros na busca como: especificação de período; vocábulos de inclusão e exclusão; tipo de material (Peçanha, 2025).

[2] Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC (cf. Moreira, 2024).

pessoas, para apreender suas concepções, problemáticas, significados e, experiências de vida; permitindo trabalhar o real em movimento.

Portelli (1997a), ao abordar o tema, a oralidade na pesquisa, considera que essa fonte de coleta revela a ação, o desejo, a intenção, e a percepção daqueles que vivem e compartilham a sua história, para que haja construção de uma pesquisa. É a partir da fonte oral que o/a narrador/a resgata sua memória, a qual se constituiu como um processo de significados, é por ela que os sujeitos podem buscar compreensão no passado; e dar novas formas às suas vidas no presente e no futuro. Contudo, é importante ressaltar que as narrativas podem estar ancoradas pelo modo de produção capitalista, que traz consigo as expressões e valores da vida nessa sociedade, sendo assim, a leitura deve ser realizada com elementos objetivos da realidade vivida pelo/a narrador/a, a partir de sua condição de classe, raça/etnia e gênero.

Para Nacarato (2025), a história oral faz parte do campo das "escritas do eu" que congrega procedimentos técnicos como entrevistas narrativas ou dialógicas, história de vida, depoimento, testemunho, memorial, relatos biográficos; documentos que trazem experiências vividas pelos/as narradores/as. Essa "escrita do eu" está imersa na estrutura da sociedade. Nesse sentido, argumenta Queiroz (1988), o relato oral é uma técnica de coleta de dados que se contrapõe à aridez dos dados quantitativos, que geralmente reduzem a realidade social em números. Nos dados estatísticos não aparecem valores, emoções, sentimentos, contradições. Também não se trata de exaltação à individualização. Para a autora, o relato oral se constituiu como uma encruzilhada, que tem como eixo fundante a vida individual com a estrutura econômica, social, política, cultural e histórica. Portanto, não deve ser compreendida como técnica eminentemente individual, trazida pela esfera da subjetividade.

Na esteira da crítica à centralidade na narrativa, sem a interlocução com o social, que se contrapõe aos ditames das correntes pós-estruturalista e pós-moderna, Mendes e Carvalho (2006, p. 242) trazem as seguintes contribuições:

> A linguagem torna-se, assim, elemento central das pesquisas sociais, tomando o lugar dos grandes problemas dominantes na sociedade moderna. Entretanto, a produção científica neste campo das ciências pressupõe uma crítica às palavras, às relações sociais e ao contexto. (...) A construção teórica baseada na articulação do macro e do micro, do geral e do específico, da sociedade e do indivíduo, do econômico e do cultural se faz mais legítima e necessária. (...) os depoimentos pessoais não podem ter a pretensão de suprimir relações sociais e econômicas construídas historicamente, pois **subjetividade e objetividade constituem-se em uma relação dialética** (grifo nosso).

O estudo que apresentamos tem como ossatura a compreensão da relação dialética entre subjetividade e objetividade, para apreensão dos relatos orais, na pesquisa em Serviço Social. Segue os preceitos éticos na pesquisa em ciências humanas e sociais, enunciados na Resolução

Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016, emitida pelo Ministério da Saúde, que informa que estudos realizados a partir de textos científicos, que compõem revisão de literatura; e ainda que não trazem identificação individual não necessitam da submissão ao CEP/CONEP.

A aproximação e escolha pela história oral: a experiência

Nessa unidade, faço a explanação da trajetória percorrida para escolha do procedimento metodológico - a história oral -, que foi eleita para coleta de dados na pesquisa de doutorado. Para compartilhar com o leitor/a o percurso metodológico percorrido elegemos o procedimento técnico - relato de experiência - que se constituiu como:

> [...] um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 6).

A aproximação com a história oral, também chamada de história viva, se deu por dois turnos, minha participação no NEPI[3], quando dei início na preparação para inserção no doutorado. Contudo, a escolha se guiou pela leitura de textos produzidos sobre o tema.

No processo de construção do pré-projeto da pesquisa, passei a pesquisar o tema e encontrei as obras do Prof. Meihy[4], dentre suas obras, escolhi duas (*Guia Prático da História Oral* e *História Oral: como fazer, como pensar*). Essas referências serviram de alicerce para compreensão da história oral enquanto procedimento técnico na pesquisa. Na minha pesquisa de mestrado[5], o procedimento técnico adotado foi a pesquisa documental, com interlocução com 3 entrevistas semiestruturadas, para dinamização do estudo. Como já tinha trabalhado com entrevistas, minha indagação era compreender o significado da metodologia da história oral, para além da coleta de dados feita por entrevistas.

Para compreender essa diferença, os textos produzidos pelo Prof. Meihy foram fundamentais. Todo o detalhamento que se apresenta pela apreensão da história oral como produção de conhecimentos; estatuto da história oral; fundamentos da história oral; tipos de história oral; gêneros em história oral, serviram para subsidiar o projeto de pesquisa do doutorado.

No NEPI, tive contato com o material produzido pelos/as pesquisadores e pesquisadoras do núcleo e com as obras de Alessandro Portelli (1997 a), que apresenta a história oral como

[3] Integrado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, coordenado pela Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli.
[4] Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO.
[5] Dissertação defendida no Programa da Área Cuidado em Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP (cf. Moreira, 2014).

um experimento de igualdade e a construção do conhecimento junto com sujeitos que vivem a história "a história viva".

Meihy e Holanda (2018) discorrem que história oral se constituiu a partir de um conjunto de procedimentos, que tem como base a realização de entrevistas. Para viabilizar a operacionalidade desse procedimento, os autores indicam (elaboração do projeto; pessoas a serem entrevistadas, o uso de equipamentos tecnológicos, definição dos locais em que serão realizadas essas entrevistas, tempo de duração; transcrição e estabelecimentos de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso do material transcrito; finalidade do uso do material coletado; publicação dos resultados, inclusive para os/as entrevistados/as). Pelo seu caráter democrático, o/a entrevistado/a deve ser envolvido em todo o processo.

Os autores ressaltam que a história oral tem como centralidade o compromisso social, trazendo à tona as vozes das pessoas que vivem a história, que geralmente não estão expressas em documentos oficiais e escritos. O projeto em história oral se coaduna por estabelecer o uso oral (a narrativa) para o escrito (a transcrição) que pode servir de registro ou para finalidade analítica. A trajetória histórica da história oral é marcada pelo uso da tecnologia, que permitiu o registro da fonte oral, para posteriormente converter em fonte escrita. Narrar a história de vida propicia a escuta, que pode remeter a reconstrução da própria história, ao falar é possível perceber a totalidade e assim estabelecer e restabelecer os nexos que a pessoa não havia alcançado, possibilitando novos significados.

Para Portelli (1997a; 1997b), a história oral possibilita o encontro entre o/a pesquisador/a e o/a narrador/a, portanto o caminho a ser trilhado deve ser construído em conjunto, sendo fundamental que o/a narrador/a tenha informações como: quem é o/a pesquisador/a; o que faz; porque teve interesse na realização da pesquisa, para que será a pesquisa. O autor também enfatiza que a entrevista deve ser um experimento de igualdade, entre o entrevistado (sujeito histórico) e o entrevistador (o organizador da pesquisa). É a igualdade que irá permitir o respeito às diferenças.

Foi com base nessas conceituações que apreendi que essa metodologia de coleta de dados traria respostas aos objetivos específicos propostos no projeto da pesquisa do meu doutorado.

Breve histórico: a história oral como fonte do conhecimento - do oral para o escrito

A história oral inaugura um período em que a oralidade passa a ter legitimidade no campo da produção do conhecimento, espaço em que era predominante a escrita oficial, ou seja, a hegemonia do saber escrito. Grupos que não tinham acesso à escrita ficavam à margem da

construção do conhecimento. Essa situação foi vivenciada na sociedade brasileira, no período da colonização[6], quando Gabriel Soares[7] publicou os anais no "novo mundo", sob a ótica do colonizador, que não traduzia a verdadeira história dos povos da terra (população indígena). Nessa era, a validação do conhecimento se constituía por quem detinha do domínio da escrita (Lima, 2000).

A submissão da oralidade à escrita acontece em meados dos anos de 1455, apresentando-se como exercício de poder e dominação. No Império Romano, a administração das terras dominadas, exigia uma dada administração, na qual o registro escrito dava sustentação para domínio. Assim se constituía a escrita – uma forma para solidificar o colonialismo (Meihy; Holanda, 2018).

Observa-se que a proliferação do conhecimento através da escrita acontece na fase embrionária do modo de produção capitalista. Embora haja referência, no texto de base, que na sociedade egípcia a palavra escrita sobrepunha a oral, também pode ser vista, como forma de dominação, que é o estatuto do modo de produção capitalista. O letramento foi instituído como formato de apropriação da cultura e das relações de poder, quem dominava à escrita detinha o poder.

A instauração do modo de produção capitalista que se fundamenta, na sua fase embrionária mercantilista, pela exploração tendo no conhecimento advindo da fonte escrita, uma estratégia para propagar sua dominação.

> As grandes navegações depois do século XVI e os registros de avanços de europeus colonizadores determinaram uma forma de expressão hegemônica, [a] escrita. O poder dos dominadores se estabeleceu por meio da imposição do código grafados usado pelas línguas de preponderância que, por sua vez, trataram de se impor como oficiais submetendo as outras (Meihy; Holanda, 2018, p. 98).

Embora o estabelecimento do colonizador tenha cimentado a supremacia do poder, através do conhecimento pela fonte escrita, essa situação não deixou de ter contradições. O caráter subversivo da oralidade, visto como resistência ao poder hegemônico, manifestou-se por outras expressões narrativas como - paródia, ironia, escárnio (Meihy; Holanda, 2018).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, fase de industrialização do modo de produção capitalista, período em que já havia um proletariado constituído, a história oral passa

[6] Para Fanon, "a colonização não é apenas um sistema político e econômico de dominação, mas também um processo psicológico que aliena o colonizado, criando uma divisão maniqueísta entre o '"ser'" e o '"não ser'". Essa alienação leva à desumanização do colonizado, que é constantemente objetificado e inferiorizado pelo colonizador, resultando em sofrimento psicológico e traumas" (Freixa, 2021).

[7] Gabriel Soares de Sousa participou do período da colonização do Brasil, escritor da obra o Tratado Descritivo do Brasil em 1587 que trazia registros sobre o espaço geográfico, informações dos povos indígenas, pela ótica do colonizador (Costa, 2025).

ter um novo estatuto, vista não como entrevista, mas como fonte para se construir a história. Surge como meio de trazer as experiências de vida de 'pessoas comuns' (pertencentes ao proletariado) ou pessoas que haviam participado da guerra. (Meihy; Holanda, 2018).

Os autores informam que Thompson[8] desenvolveu estudos a partir das vozes da classe proletarizada e subalternizada, visando à transformação social através da luta de classe. A história oral, por seu turno, é trabalhada como procedimento metodológico que se apropria da narrativa dos/as sujeitos/as que vivem a história, ou seja, a experiência social daqueles e daquelas que são silenciados/as. Essa concepção se ancora pelo materialismo histórico da vertente britânica, tendo como expoente Thompson, como nos explica Martinelli (2019). Por outro constructo, tem-se a vertente que se circunscreve pela abordagem denominada de "moderna história oral", que inicialmente recorreu às narrativas de pessoas com destaque na vida pública. O marco cronológico, dessa vertente, incide do contexto Pós Segunda Guerra Mundial, na Universidade de Columbia, localizada na cidade de Nova York, nos Estado Unidos da América (Meihy; Holanda, 2018).

A história oral pode ser vista como revolucionária, traz à fala dos sujeitos e sujeitas que vivem as experiências, podendo ser complementada por registros fotográficos, imagens, mapas, estatísticas. Ela é vista como moderna, em relação à história oficial feita pela escrita, produzindo arquivos com registros que serviam para uso da legitimação do poder. Como destacam os autores:

> Uma das vertentes mais radicais da história oral preza o compromisso de não ser apenas uma alternativa para produzir documentos de casos, devolve-se a história oral um papel revolucionário na formação da opinião pública. (...) pessoas defendem o sentido de subversão documental propiciado pela história oral moderna creditam a ela a condição polêmica de "**outra História**", **"contra-História**" ou ainda **"História vista de baixo**". A história oral ganha destaque entre as possibilidades de se pensar registros e estudos de grupos silenciados de diversas maneiras de dos excluídos dos mecanismos de registros da História (Meihy; Holanda, 2018, p. 107, grifo nosso).

No Brasil, o processo de redemocratização alavancou a aproximação e o desenvolvimento de pesquisas com a história oral, momento em que a ênfase recaí na necessidade de coletar fatos e histórias dos tempos difíceis. Os testemunhos ganharam destaque, daí a nomenclatura de depoimentos. Esse estatuto trouxe à história oral brasileira uma dupla função: política, devido seu compromisso com a democracia; e como exercício do direito ao saber (Meihy; Holanda, 2018).

[8] Edward Palmer Thompson – historiador da vertente marxiana; militante do Partido Comunista britânico; escreveu trabalhos sobre a classe trabalhadora com destaca a obra: A formação da classe operária inglesa (E. P. Thompson, 2024).

Curcino e Hespanhol (2010) pontuam que a história oral foi disseminada no meio acadêmico, na sociedade brasileira na década de 1990, período em que foi criada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), instituição que congrega estudiosos dessa metodologia em todas as regiões do país, com organização de eventos, simpósio, encontros. A história oral é utilizada pelos pesquisadores e pesquisadoras, em estudos que se apropriam das vozes das pessoas que viveram ou foram testemunhas de episódios, para construção do conhecimento. No ano de 1996 foi criada a Associação Internacional de História Oral.

A história oral os procedimentos técnicos

Para abordar essa unidade, recorrermos aos trabalhos escritos por Meihy e seus interlocutores, que trazem explicações referentes aos métodos empregados na pesquisa com o uso da história oral. A entrevista é o instrumento técnico em que se efetiva o estudo e tem dois tipos de finalidades:

a) fim - para arquivo documental (banco de história), não sendo necessária a realização de análise do material, sendo considerado como procedimento instrumental. Tem como objetivo reunir entrevistas, que poderão ser utilizados num projeto futuro;

b) meio - as entrevistas são utilizadas para estudos que irão trazer conhecimentos sobre determinado assunto. Para esse uso, as entrevistas devem ser submetidas ao estatuto analítico, após a realização.

De acordo com a finalidade das entrevistas ocorrem outras classificações:

a) história oral instrumental - utilizada como apoio (arquivo para disponibilidade pública), portanto se as entrevistas tiverem finalidade como fim, seguirão essa linha;

b) história oral plena ou pura - linha que seguirá se a finalidade das entrevistas forem meio, para construção de um estudo. A análise é feita com o uso das narrativas, podendo ocorrer diálogos entre as entrevistas. Nessa abordagem, as análises são comparativas, há interação entre opiniões, a maneira de compreender a realidade, percepções;

c) história oral híbrida - também utilizada quando a finalidade das entrevistas forem meio. Nesse caso, as análises das entrevistas são feitas com uso de outros recursos, geralmente fonte escrita (estudos, dados estatísticos, historiografia, literatura, documentos oficiais).

Em relação ao gênero narrativo, encontramos na história oral as seguintes abordagens:

a) história oral de vida - trata-se de narrativa com aspiração do decurso da vida; versa sobre aspectos continuados da experiência de pessoas; é a narrativa como inspirações de longo percurso das experiências vividas de todas as fases da vida da pessoa. Meihy e Holanda (2018) advertem que pode haver outras denominações para história oral de vida como: “relato de vida”,

"relato biográfico", "notas biográficas", "relatos biográficos". Essas técnicas podem ser reportadas pela dimensão individual sem as mediações com a estrutura social, questão que merece cuidado. Os autores explicam que esse cuidado foi advertido por Heidegger, que ressaltou a necessidade de se apreender à relação do ser no mundo (o ser social). Para o uso desse gênero narrativo, recomendam-se entrevistas livres ou abertas; com essa postura, permite-se entradas em territórios de difícil acesso -– a vida privada, que é o espaço de afetos pessoais e coletivos, visões subjetivas, reações do particular no conjunto de opiniões gerais. Valendo-se de cartas, diários, fotografias, enfim dos chamados documentos do eu. Na história oral de vida, não cabem "ilusões biográficas", trata-se de uma construção de conhecimento a partir da narrativa das pessoas entrevistadas.

Compreendemos que o referencial teórico do Serviço Social, que tem assento na teoria marxiana, ressoa na necessidade de analisar a realidade com a leitura das estruturas da sociedade, que apreendem as dimensões subjetivas do campo individual com interconexão às dimensões sociais (econômica, histórica, social, cultural, gênero, raça e etnia, regional), um par dialético – objetividade e subjetividade.

b) história oral temática - baseia-se na concepção de equiparação entre o uso da fonte oral e o dos documentos escritos. Nesse gênero, a tônica é a técnica e não a subjetividade, e faz a articulação entre a oralidade e outros documentos que trazem elementos sobre o tema em questão. A história oral temática é a narrativa de uma variante do fato, buscando-se a versão de quem presenciou um acontecimento. O entrevistador pode apresentar outras opiniões contrárias, e discuti-las com o narrador; mas com a finalidade de elucidar uma versão que é contestada, nunca para se contrapor ao colaborador/a (narrador/a). Nela, a história pessoal do/a narrador/a que pode revelar aspectos úteis à instrução dos assuntos centrais; admite-se o uso de roteiros e questionários

c) história oral testemunhal - voltada para situações de vivências dramáticas, situações de violências ou violações, muito utilizada para coleta de elementos para suplantar a construção de políticas públicas, visando à reparação. "A história oral testemunhal se faz imperiosa em casos de entrevistas com pessoas ou grupos que foram vítimas de torturas, agressões físicas relevantes, ataques, exclusões, ou seja, marcas que ultrapassam a individualidade" (Meihy; Ribeiro, 2011 p. 86). Em síntese, pode-se compreender que esse gênero narrativo tem aportes na vivência pessoal, mas tem centralidade nos traumas vividos.

d) A tradição oral - a transmissão oral de experiências sociais de grupos tradicionais; nesse gênero narrativo pode-se trabalhar "com a transcendência do tempo e admitir interferência dos mitos e demais valores de explicação não racional" (Meihy; Ribeiro, 2011 p. 91). Os autores

explicam que há dois tipos de tradição oral, uma considerada natural que é comum nas sociedades que preservam as manifestações; e a moderna tradição oral, na qual a transmissão das vivências e experiências podem ocorrer pela música popular. Pode ser utilizada para construção de bancos de histórias, definidas como recurso para elaboração de documentos que explicitam as experiências de grupos e comunidades.

História oral: da transcrição à analise sob a ótica marxiana

A arte da transcrição, como é denominada por alguns pesquisadores e pesquisadoras, é um processo que permite o transitar, revisitar e dialogar com as experiências vividas pelos/as narradores/as. A partir da experiência da pesquisa de doutorado, posso dizer, que quando pesquisamos um objeto que faz parte da nossa trajetória de vida e trabalho, acontece um exercício que ultrapassa a transcrição do relato da entrevista; vivencia-se, na verdade, a construção de uma escrita imbuída de sentimento, emoção, troca de afeto, de se vê no outro. Essa experiência científica, pode ser considerada, no que estou definindo como - pesquisa compartilhada entre duas vivências: a do/a narrador/a e do/a pesquisador/a" -, como dizem Carvalho e Ribeiro (2013), é o encontro das subjetividades entre os envolvidos (pesquisador/a e participante narrador/a).

Talvez essa experiência pode ser vista como destoante do padrão acadêmico científico cartesiano; mas familiar no campo da pesquisa qualitativa em que a neutralidade se afasta.

O objeto é analisado pelas categorias analíticas e empíricas que são captadas no processo de interlocução entre objeto e análise, que irá permitir a apreensão e análise do fenômeno social em suas múltiplas faces da estrutura social. Com base em Netto (2011) e Netto e Braz (2012), na concepção teórica de vertente marxiana as categorias para terem sentido devem ser analisadas a partir da realidade e vinculadas ao movimento dialético; esses autores afirmam que as categorias são ontológicas, edificadas pela apreensão do ser social; transitórias; históricas; objetivas e concretas, pois o ser social tem uma vida material, sua existência é objetiva. Essas categorias permitem a análise do fenômeno com apreensão da vida em sociedade que envolve as esferas da dimensão objetiva e subjetiva.

A história oral na pesquisa em Serviço Social: revisão da literatura

Essa unidade foi edificada com a revisão de literatura do tipo narrativa, que não exige protocolos rígidos, como a revisão sistemática[9]. Assim, a estratégia de busca, a análise e

[9] Procedimento que se insere pela sistematização que seguem critérios determinados para responder a uma pergunta específica. Os estudos científicos que versam sobre essa metodologia orientam o seguimento das publicações Cochrane Handbook [(3)] para fundamentação e o protocolo (Rhoter, 2007).

interpretação do material fica ao crivo do/a pesquisador/a, que se guia pela base teórica com a qual se articula. Esse tipo revisão pode ser utilizado para elaboração de artigos científicos, dissertações, teses; serve para mostrar como o tema está sendo trabalhado na literatura, fomentando o processo de compreensão e análise (Rother, 2007; UNESP, 2015).

Para seguir o percurso da revisão de literatura narrativa, nesse trabalho foram adotados os seguintes critérios: a base de dados para localização dos trabalhos foi a "Google Acadêmico", seleção dos trabalhos a partir dos critérios:

a. exclusão de trabalhos oriundos da literatura cinzenta[10] (trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, documentos oficiais, livros) os quais não são submetidos à avaliação de pares, como ocorrem com os artigos científicos indexados em revistas ou apresentados em congressos e/ ou eventos científicos

b. inclusão de artigos provenientes de revistas científicas ou que foram apresentados em eventos científicos da categoria de serviço social.

A localização dos trabalhos ocorreu em dois momentos temporais. Primeiro, no decurso do ano de 2022 na fase da produção do Exame de Qualificação da pesquisa de doutorado, nesse momento foi feita a busca sem especificação de período. A segunda busca foi feita para construção desse artigo, tendo como objetivo a atualização da revisão, portanto, com especificação do período de 2022 a 20025. Essa busca foi realizada no dia 02/12/2025. A estratégia de busca foi constituída por palavras chaves que se articulam com o objeto do estudo, inclusão de operadores booleanos que permitem o refinamento da busca, ficando a seguinte construção de busca - **notítulo: "Serviço Social"+"pesquisa"+"história oral" social"+"pesquisa"+"história oral" – que com a conversão da ferramenta ficou - pesquisa "história oral" "intitle: serviço intitle:social".** Também foi utilizado o recurso da pesquisa avançada de especificação de período e de busca de fase exata, empregando os termos história oral e Serviço Social. Com base nessa estratégia foram encontrados 41 achados que foram submetidos aos critérios de exclusão e inclusão que foram adotados

Na primeira busca, feita em 2022, foram selecionados 4 trabalhos e nessa última 6, sendo o total de 10 trabalhos para compor a revisão. O descarte, após a leitura preliminar, foi feito com trabalhos que não abordavam a história oral como metodologia ou método da pesquisa na área do Serviço Social. Também foi localizado 1 material em duplicidade. Os trabalhos

[10] "A literatura cinzenta não passa pelo mesmo processo de revisão por pares que uma publicação [...]. A maior parte da literatura cinzenta é considerada menos prestigiosa, confiável e 'oficial' do que a publicação em um periódico revisado por pares" (Dudziak, 2021).

foram identificados com numeração. Abaixo apresentamos o quadro com a classificação dos trabalhos selecionados.

Quadro 1 – Apresenta os trabalhos que versam sobre o tema: história oral na pesquisa em serviço social, Brasil, 2025.

T1-Título: História oral: miúdas considerações na pesquisa em serviço social. Ano 2003. Autora: Latif A. Cassab. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/55299/53871 **Resumo**: Este artigo discute alguns aspectos éticos que envolvem a produção de conhecimento, apoiado em narrativas orais, para a área de pesquisa em Serviço Social.
T2-Título: O enfoque metodológico da história oral na pesquisa em serviço social. Ano publicação 2014. Autor: Reginaldo Guiraldelli[11]. Disponível em: https://www.revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/3000 **Resumo:** discussão acerca da produção de conhecimento pautada em metodologias de pesquisa baseadas na história oral, entendida como um procedimento metodológico de cunho interdisciplinar inserida no campo das Ciências Humanas e Sociais que se caracteriza essencialmente pelo recorte qualitativo na produção científica e enfatiza as fontes e relatos orais de atores sociais que tiveram suas vozes silenciadas em detrimento de um suposto desprezo pelas narrativas que sustentou o saber científico até as últimas décadas.
T3-Título: Contribuições metodológicas da história oral na pesquisa em serviço social. Ano de publicação 2013. Autor: Reginaldo Guiraldelli. https://pt.scribd.com/document/803107762/GUIRALDELLI-R-Contribuicoes-metodologicas-da-historia-oral-para-a-pesquisa-em-Servico-Social **Resumo:** a história oral também é compreendida como um procedimento metodológico interdisciplinar, ou seja, como um caminho para a construção de conhecimento, que abarca tanto uma dimensão teórico-política quanto uma dimensão técnica, tem tido uma expansão significativa, no Brasil, nas últimas décadas. De acordo com Meihy e Holanda (2007, p. 64), a "História oral é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social".
T4-Título: A dimensão da pesquisa no serviço social e nas ciências sociais: O trabalho com história oral e trajetórias. Ano de publicação 2017. Autores: Carina Berta Moljo e Paulo Lourenço Domingues Júnior. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7324043 **Resumo**: tem como objetivo principal debater a importância da pesquisa para o Serviço Social em particular e para as Ciências Sociais de forma geral, tanto para a intervenção concreta nos diversos espaços sociocupacionais nos quais atuamos, quanto para a produção de conhecimento. Partimos do suposto que a dimensão investigativa é uma dimensão fundante da prática social.
T5-Título: Serviço social, resistência, rebeldia: a narrativa na experiência social. Ano de publicação 2022. Autoras: Neusa Cavalcante Lima; Maria Lúcia Martinelli; Cleonice Dias dos Santos Hein. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00258.pdf **Resumo**: aborda a experiência do serviço social com a temática - violência doméstica. A história oral foi o procedimento metodológico adotado por possibilitar a identificação dos elementos da história de vida de quem vive a história e ainda a articulação com a totalidade – a estrutura social.
T6-Título: Metodologia Feminista para pensar gênero e memória no serviço social. Ano publicação 2022. Autoras: Rita de Cássia Santos Freitas; Ana Lole; Carla Cristina Lima de Almeida. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00200.pdf **Resumo:** aborda a relevância das metodologias feministas nas pesquisas e as contribuições dos estudos da memória que revelem ponto de vista, situações invisibilizados ao longo da história.

[11] No currículo lattes certificado pelo autor em 27/05/2026 consta a seguinte grafia do sobrenome "Ghiraldelli"

T7-Título: O Departamento de Serviço Social e a questão socioambiental na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) gênese, desenvolvimento e perspectivas. Ano de publicação 2022. Autoras: Valéria Pereira Bastos; Luiza Helena Nunes Ermel; Denise Pini Rosalem da Fonseca. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5522/552271972004/552271972004.pdf **Resumo:** aborda a trajetória das ações desenvolvidas pelo Departamento, como no PPGSS a respeito da discussão socioambiental em função da trajetória que marca não somente as ações internas do DSS. A história oral se apresenta como procedimento técnico de pesquisa.
T8-Título: O Serviço Social no Vale do Mucuri: Gênese, Consolidação e Expansão da profissão. Ano da publicação 2025. Autor: Jhony Oliveira Zigato Disponível em: https://revistas.ufvjm.edu.br/vozes/article/view/724/555 **Resumo**: o estudo apresenta o percurso histórico da profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG) a partir dos anos 1980. Pesquisa foi realizada com a metodologia da história oral com assistentes sociais da região.
T9-Título: Da hermenêutica do quotidiano à consciência crítica: o serviço social e a perspectiva pedagogia social. Ano de publicação 2025. Autor: Ricardo Jorge Rodrigues Cardoso. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/8490/5886 **Resumo:** o estudo discute o sentido prático do agir profissional e do campo da investigação. Pontua que na Europa o serviço social segue por duas trilhas: a francófona, que versa com a intervenção socioeducativa; e a anglo-saxónica, que tem aproximação com a promoção do reconhecimento dos direitos e da cidadania das pessoas. A intervenção social contribui coma consciência crítica da realidade social vivida, possibilitando o seu caráter pedagógico
T10-Título: A pesquisa em rede" o Movimento de Reconceituação do serviço social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memórias (1960 a 1980). Ano de publicação 2022. Autoras Marilda Vilela Iamamoto e Claúdia Mônica dos Santos. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0911_0001.pdf **Resumo:** o trabalho apresenta a pesquisa que teve como objeto o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no contexto latino-americano, envolvendo os países: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Portugal e Espanha.

Resultados e discussão

O material selecionado foi submetido ao método análise do conteúdo que toma como base a leitura flutuante - que se constitui com as etapas: pré-análise, exploração, tratamento dos dados e interpretação dos trabalhos – a qual possibilita o encontro dos excertos que trarão contribuição para compreensão do objeto e conexão com os objetivos propostos (Bardin, 2009). Formulamos a questão norteadora (qual a compreensão dos/as pesquisadores/as na área do Serviço Social em relação à história oral?), que se desdobrou em temas, que pudessem nos ajudar a compreender a indagação. Através desse procedimento elencamos 4 categorias temáticas para discorrer sobre o objeto desse estudo, sendo elas: a) a concepção da história oral no Serviço Social; b) a relação entre o Projeto- Ético-Político da profissão de assistente social, teoria social marxiana e a interlocução com a história oral; c) a história oral no Serviço Social: o diálogo com o cotidiano e com a pesquisa; d) contribuições da história oral na pesquisa em

Serviço Social. A estruturação foi organizada com diálogo entre as categorias temáticas e os excertos localizados dos trabalhos, e, posteriormente análise com direcionamento do referencial teórico. A seguir:

1. **a) Categoria temática: a concepção da história oral no Serviço Social.**

Os trabalhos expressam que:

> [T4] A história oral é considerada **uma metodologia de trabalho** que surge no meio acadêmico, na metade da década de 1950, dentro das metodologias qualitativas de pesquisa, mas que se afirma no final da década de 1960, tendo como principal objetivo conhecer a realidade a partir das pessoas comuns que quase sempre ficam ignoradas pela história oficial (Moljo; Domingues Júnior, 2017, p. 1353, grifo nosso).

> [T1] A história oral, como **metodologia de pesquisa**, se ocupa em **conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade** – os padrões culturais – estruturas sociais e processos históricos, obtidos através de conversas com pessoas, relatos orais, que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas (Cassab, 2003, n.p., grifo nosso).

> [T3] A história oral como um dos **procedimentos metodológicos de análise crítica e interpretação da realidade** se alicerça na busca de qualidade e profundidade investigativa com os atores sociais envolvidos no processo de construção do conhecimento. (...) A história oral também é compreendida como um **procedimento metodológico interdisciplinar**, ou seja, como um caminho para a construção de conhecimento, que abarca tanto uma dimensão teórico-política quanto uma dimensão técnica, tem tido uma expansão significativa, no Brasil, nas últimas décadas. (...) história oral **como metodologia**, é importante considerar que ela se baseia em narrativas orais dos sujeitos que relatam suas experiências, valores, crendices, fatos, projetos, aspirações e acontecimentos da vida privada e pública. (...) A história oral tem como **eixo o sujeito envolvido na construção do conhecimento**, valorizando substancialmente sua essência, ou seja, sua subjetividade, experiências, visões de mundo e impressões (Guiraldelli, 2013, n.p., grifo nosso).

> [T2] O recurso à **metodologia da história oral como um dos procedimentos possíveis de análise crítica e interpretação da realidade social** se alicerça na busca de qualidade e profundidade investigativa com os sujeitos sociais envolvidos no processo de construção do conhecimento (Guiraldelli, 2014, p. 124, grifo nosso).

> [T5] A História Oral**, metodologia** [...] (que) possibilita identificar elementos, na história de vida de um indivíduo, que se relacionem com a história da sociedade. (...) A história oral é uma metodologia que se apropria da situação particular que se articula com a história da sociedade. [No caso desse estudo a violência doméstica vivida pela entrevistada, é perpetuada pelos ditames da sociedade capitalista patriarcal] (Lima; Martinelli; Hein, 2022, n.p., grifo nosso).

> [T8] (...) podemos situar a História Oral dentro dos **métodos qualitativos de investigação**, a qual afirma dentro do mundo acadêmico em finais dos anos 1960, tendo como horizonte ampliar os conhecimentos da realidade social

> através de estudos em profundidade, tomando como um de seus eixos as experiências vividas pelos sujeitos (Zigato, 2025, p. 5, grifo nosso).

Observa-se que a história oral é descrita, por seus turnos, como metodologia de pesquisa e trabalho; procedimento metodológico na pesquisa; método de investigação de caráter interdisciplinar; metodologia que possibilita a análise crítica da realidade social. O método, também denominado de técnica, direciona o caminho, ou seja, o percurso metodológico na pesquisa. Enquanto a metodologia faz a fundamentação desse fazer – a base teórica e a concepção política. Parafraseando Guerra (2000) que faz a discussão relacionada ao fazer profissional - a instrumentalidade deve ultrapassar as respostas puramente instrumentais – a técnica, o método – o exercício profissional incluindo a pesquisa, deve ser crítico, propositivo, fincado na teoria social de vertente marxiana. Na área da produção de conhecimento do Serviço Social os procedimentos teórico-metodológicos – concepção de predominância no que tange à história oral, de acordo com esta revisão – estão em consonância com a análise crítica da realidade social.

> Os desafios teórico-metodológicos relacionam-se à capacidade de análise e de proposição à apropriação da teoria crítica, aos caminhos metodológicos trilhados na construção do conhecimento e ao distanciamento crítico do objeto de estudo, tanto no debate interno da categoria e da categoria profissional com as demais áreas do saber (Moraes, 2017, p. 395).

2. **b) Categoria temática: história oral e a interlocução com o Projeto Ético-Político da profissão de assistente social e com a teoria social marxiana**.

Os excertos mostram que:

> [T4] A história oral trabalha com a linguagem como principal ferramenta, linguagem que se constrói na história, nos processos históricos. A linguagem é uma atividade constitutiva das relações sociais. Conforme Marx (1982) a linguagem é a expressão e exteriorização da consciência social, portanto, trabalhar com a linguagem é trabalhar com a história viva, com o modo de ser do "ser social" (Moljo; Domingues Júnior, 2017, p. 1355).
>
> [T1] (...) possibilita que indivíduos pertencentes a segmentos sociais, geralmente excluídos, possam ser ouvidos e terem registrado suas próprias visões de mundo e aquela do grupo social a que pertencem (Cassab, 2003, n.p.).
>
> [T3] (...) dentre as principais preocupações metodológicas da história oral está o retorno, o alcance da pesquisa e a forma como os resultados chegarão aos sujeitos partícipes da construção do conhecimento, pois há o compromisso desse procedimento metodológico em estabelecer vínculos com os participantes/sujeitos da pesquisa para que possam garantir um diálogo democrático e frutífero na busca de respostas às diversas situações concretas vivenciadas pela sociedade. (...) metodologias pautadas na história oral têm sido adotadas e centradas em estudos que abordam sujeitos silenciados ao longo da história e, por isso, em sua maioria, enfatizam as mulheres, os negros,

> os homossexuais, os imigrantes, povos indígenas, comunidades tradicionais, dentre outros (Guiraldelli, 2013, n.p.).
>
> [T4] esta metodologia [a história oral] recupera as histórias através do trabalho com fontes orais, realizando entrevistas em profundidade, tendo como objetivo o de conhecer dimensões da vida dos sujeitos, que não podem ser apreendidas a simples vistas, destacando que ao mesmo tempo em que estas histórias são singulares, também trazem em si a sínteses do universal, portanto nos remetem a fatos da história mais ampla (Moljo; Domingues Júnior, 2017 p. 1355).
>
> [T6] "A história hegemônica é construída a partir dos silêncios daqueles que não são os vencedores. Destruir esse silêncio, construir outras ferramentas, narrar essa história é uma forma de redimir aquelas e aqueles que foram silenciados. [o trabalho, a partir das considerações dos autores, informa] "Pollak (1989) e Meihy (2000) sinalizam a importância da história oral e a perspectiva política e democrática presente desde seu surgimento. Acerca dos anos de 1980 e 1990, afirma Meihy, (...) a novidade de uma história oral de pessoas anônimas e a força das transcrições completas de depoimentos representou um avanço diferenciado da prática que prezava 'a busca da verdade' em detrimento do 'registro da experiência' (2000, p. 92). Da mesma forma, Pollak aponta que "ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'Memória oficial' (1989, p. 4) (Freitas; Lole e Almeida, 2022, n.p.).
>
> [T8] [a história oral] não propõe de nenhuma maneira desconectar o sujeito em suas estruturas materiais, das condições reais de existência. Pelo contrário, trata-se de analisar como a estrutura repercute na vida cotidiana do sujeito e como o sujeito produz e reproduz nessa estrutura, mas dimensionando desde o cotidiano, desde a sua própria experiência (Zigato, 2025, p. 5).

Numa aproximação embrionária, já se percebe a relação entre a história oral e o Projeto Ético-Político da Profissão, no que concerne à defesa da democracia. Abordando o princípio democrático, Meihy e Holanda (2018) ressaltam o caráter revolucionário da história oral, pois ela dialoga com narrativas de sujeitos que geralmente são silenciados na sociedade. Sobre esse assunto, Martinelli (2006, p. 11) ao falar sobre o Serviço Social, pontua que essa é a profissão que abre diálogo e escuta com sujeitos que geralmente estão marginalizados pela estrutura econômica e social. Enfatiza: "somos nós, assistentes sociais, os interlocutores [as] desse segmento que praticamente já não mais interessa a quase ninguém". Martinelli (2019) acrescenta: "A história oral: exercício democrático da palavra[12]", assertiva que repousa com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Portelli (1997a) alimenta a questão ao ressaltar que a história oral se constituiu pelo princípio de igualdade.

[12] Título de um artigo produzido pelas pesquisadoras Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli e Profa. Dra. Neusa, que faz parte da coletânea.

Outra aproximação entre a história oral e o Projeto Profissional é a apropriação da teoria social crítica para leitura da realidade, que tem como assento a oralidade. Pesquisadores/as que discutem a temática hidratam essa discussão. Monteiro (2019), ao discorrer sobre a história oral, enfatiza sua interlocução com o materialismo histórico e dialético - base teórica e alicerce do Serviço Social pós-Movimento de Reconceituação –,

> (...) assertiva marxiana faz-nos concordar que o ser humano é singular, individual-particular e, ao mesmo tempo, ente humano-genérico. Logo os depoimentos [narrativas] e cosmovisão expressas pelo nosso [pela nossa] interlocutor [interlocutora], que é um indivíduo social, não são apenas resultados de suas abstrações desde o abstrato. São resultados de uma realidade concreta e objetiva, posta e construída social e historicamente no seu território (p. 69-70).

3. **c) Categoria temática: a história oral no Serviço Social: o diálogo com o cotidiano e com a pesquisa** - dialogando com os excertos:

> [T2] (...) a história oral se torna um arcabouço para a apreensão da realidade, que é de suma importância para o serviço social, tendo em vista que essa profissão e área de conhecimento têm como uma de suas preocupações as experiências e histórias de vida da população demandatária dos serviços prestados pelos profissionais. Assim, se busca no cotidiano de trabalho do [a] assistente social compreender a realidade e a temporalidade em que os sujeitos estão situados. (...) Apropriar-se da história oral como procedimento metodológico na pesquisa em Serviço Social requer enfatizar as fontes orais e as narrativas como elementos norteadores na análise da realidade e das relações sociais (Guiraldelli, 2014, p. 126 e 128).

> [T4] (...) esta metodologia recupera as histórias através do trabalho com fontes orais, realizando entrevistas em profundidade, tendo como objetivo o de conhecer dimensões da vida dos sujeitos, que não podem ser apreendidas a simples vistas, destacando que ao mesmo tempo em que estas histórias são singulares, também trazem em si a sínteses do universal, portanto nos remetem a fatos da história mais ampla. [bem como] serve para o conhecimento da realidade mais direcionado para a pesquisa e a produção de conhecimento tanto para o trabalho concreto de intervenção: história oral e trajetórias sociais (Moljo; Domingues Júnior, 2017, p. 1355).

> [T9] ao narrar e partilhar a sua história de vida, os participantes experimentam um processo de partilha, muitas vezes pela primeira vez. Ao verem a sua história publicada, conseguem analisar a sua vida documentada de forma exterior a eles próprios, colocando-os, inevitavelmente, perante a sua própria vida com a distância [vista externamente] certa para a poderem reprocessar. Este entendimento que cada participante pode ter deste processo, traduz-se nas inúmeras possibilidades que cada sujeito pode dar à sua história, potenciando a sua reinvenção, aumentando a sua consciência crítica perante si e os outros. [A história oral] ela supõe que os sujeitos possam participar, narrando acontecimentos da história da sua vida, contribuindo assim, para o resgate da memória plural (Cardoso, 2025, p. 14).

> [T6] (...) revisitar suas memórias nos possibilitou ouvir histórias contraditórias, mas ricas em conteúdo – e que só são acessíveis ao nos colocarmos como ouvintes dessas histórias. A articulação entre história das mulheres e a metodologia da história oral nos parece óbvia. Pela escuta,

> podemos ouvir aquelas (e aqueles) que normalmente não teriam suas vozes ouvidas (Freitas; Lole; Almeida, 2022, n.p.).

A pesquisa articulada ao fazer profissional possibilita o desenvolvimento da práxis, pois traz compreensão crítica da realidade social apresentada pela população usuária do Serviço Social (Bourguignon, 2007). Seguindo essa trilha, compreendemos que a metodologia da história oral pode se configurar como metodologia para o cotidiano, como é para pesquisa no campo acadêmico.

Observa-se que há uma interlocução entre o cotidiano profissional e a história oral, pois ambos partem da fonte oral para se solidificar. Contudo, há diferenças. No cotidiano, as entrevistas se afirmam como instrumental nas abordagens realizadas pelo/a assistente social. A história oral é uma metodologia de pesquisa, podendo ser usada nas instituições para construção de conhecimentos. De acordo com o excerto do T9 é possível apreender como essa metodologia se articula com concepção pedagógica do fazer profissional.

Para Bourguignon (2007, p. 50-51), a dimensão interventiva da prática profissional a insere num contexto em que a pesquisa se afirma como constituinte e constitutiva.

> Na trajetória histórica da profissão, a atitude investigativa se faz presente, sendo constitutiva e constituinte. Constitutiva porque a prática profissional está fundamentada na relação dinâmica teoria/prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar sua intervenção. Constituinte porque, inegavelmente, os avanços observados na esfera da produção de conhecimento, da prática profissional, no âmbito das políticas públicas e da formação mobilizam a reconstrução crítica da própria natureza profissional.

Martinelli (2006), apropriando-se das contribuições de Walter Benjamim, pontua a necessidade da construção de práticas que tenham como centralidade o ser social.

Ao refletir sobre as contribuições postas por Bourguignon e Martinelli, podemos deslindar que a história oral é uma metodologia constitutiva e constituinte do Serviço Social, seja no cotidiano ou no âmbito acadêmico.

O estudo de Gonçalves e Lisboa (2007), que aborda o trabalho cotidiano do/a assistente social, enfatiza que a pesquisa tem centralidade nas intervenções, pois nem sempre as informações estão disponíveis nos registros institucionais. Ao trazerem questões inerentes do cotidiano, apontam que há situações em que os sujeitos sociais são apartados das suas histórias de vida. Ressaltam:

> As pessoas com as quais trabalhamos, possuem cada qual uma história de vida, são sujeitos humanos com características específicas, cada qual dotado de valores, sonhos e experiências. Para recompor estas experiências concretas, históricas vivas, portanto, é preciso também escutá-las (Gonçalves; Lisboa 2007, p. 84).

É a partir dessas apreensões que as autoras consideram a história oral como aporte para resgatar a trajetória de vida da população atendida pelo Serviço Social, permite o desvendamento das situações que são vividas e são ocultadas pela estrutura da sociedade.

Para Monteiro (2019, p. 63) a construção de uma práxis emancipatória se constrói pela ação permanente do desvendamento dos processos históricos. Nesse sentido, a história oral se apresenta como metodologia que contribui com o desvendamento da realidade vivida; ela traz para o cotidiano e para a pesquisa a "transmissão oral dos conhecimentos armazenados na memória humana", que é a base material na pesquisa e no cotidiano do Serviço Social.

A produção de conhecimento se apresenta como elemento estruturante para o cotidiano de trabalho. Contudo, a natureza em que se insere o Serviço Social, na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista, traz o caráter imediato das respostas que o/a assistente social é chamado/a para intervir, sendo assim, faz-se necessário

> [...] compreender o processo de produção de conhecimento, como elemento de transformação da realidade social pela mediação do trabalho, reconhecendo o conhecimento como uma das expressões da práxis, como uma das objetivações possíveis do trabalho humano frente aos desafios colocados pela relação entre o homem, a natureza e a sociedade (Bourguignon, 2007, p. 49).

4. **d) Categoria temática: contribuições da história oral na pesquisa em Serviço Social.**

Os excertos trazem as seguintes considerações:

> [T3] na produção do conhecimento em serviço social é a centralidade dos sujeitos e suas relações sociais presentes nos diversos espaços da vida humana. (...) uma das contribuições da pesquisa para a área do serviço social é trazer à tona experiências e histórias de vida de sujeitos individuais e coletivos, como forma de se aproximar da realidade e, assim, possibilitar ações críticas, criativas e propositivas que atendam aos interesses efetivos da população (Guiraldelli, 2013, n.p.).

> [T7] A abertura da linha de pesquisa para novas epistemologias, para outras bases documentais e bibliografias e a utilização dos recursos metodológicos da História Oral e de Antropologia Cultural, propiciaram o aparecimento de outras temáticas relativas a populações silenciadas ou sistematicamente violentadas (Bastos; Ermel; Fonseca, 2022, p. 77).

A pesquisa em Serviço Social tem relevância na abordagem qualitativa com recurso do procedimento técnico de fonte oral. Martinelli e Lima (2019, p. 104), que tem como interlocutor Alessandro Portelli, ao discorrerem sobre a metodologia da história oral na pesquisa em Serviço Social, pontuam que promove:

> (...) aproximação aos sujeitos, ao ouvir e registrar suas narrativas, é possível visualizar rostos; revelar histórias vividas, sob ocultamento, silenciadas pelos discursos vinculados à reprodução de uma sociedade de exploração, dominação e discriminação.

E ainda,

> Trabalhar com a história oral abre possibilidades para novas perspectivas, que articulam presente e passado, memória e história, objetividade e subjetividade, verdade do fato e significado social. (...) o conhecimento produzido com a fonte oral traz potencialidades, ao ser superada a visão história como retrospectiva, abrindo novas perspectivas para o conhecimento do presente, a partir de um passado narrado pelo sujeito que o viveu. (...). Não se busca a descrição do fato (...), mas o significado atribuído pelos sujeitos aos eventos e às situações vividas (p. 109).

Santos (2019), ao desenvolver sua pesquisa com o aporte da história oral, junto ao movimento de moradia, informa que a pesquisa com o recurso da fonte oral, feita sob pilares da metodologia da história oral, também pode trazer elementos acerca da vida cotidiana, sendo os sujeitos e sujeitas produtores de histórias, realizações e conhecimento.

Marques (2019), ao realizar pesquisa com os ciganos, considerados para o pesquisador como povos silenciados, a história oral permite o resgaste da história desse povo, pois permite o contato com a realidade vivida, conhecimento da cultura tradicional desenvolvida por esse grupo étnico. Analisando pela ótica dos procedimentos técnicos, esse trabalho pode ser compreendido pelo gênero narrativo tradição oral do tipo natural como descreveram Meihy e Ribeiro (2011). E, na apreensão enquanto procedimento metodológico e em diálogo com o Projeto Ético-Político da Profissão é possível compreender que essas narrativas são explicações históricas e culturais que possibilitam o reconhecimento e a preservação da memória de povos originários é possível compreender (Martinelli, 2019).

Moraes (2017) fomenta a discussão referente à pesquisa no Serviço Social, na qual está condensada a formação e o trabalho cotidiano, ancorado pelas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), editada no ano de 1996, pontua que a pesquisa se constituiu como ingrediente de fortalecimento do debate teórico-metodológico; ético-político; técnico-operativo.

Considerações finais

A revisão de literatura apontou que nos últimos anos houve aumento na produção dessa temática no Serviço Social, que pode ser apurado pelos dados das buscas que foram realizadas. Na primeira busca de meados de ano de 2022, que foi feita sem especificação de período, tínhamos localizado 4 trabalhos. Na última busca, que teve como marco temporal de 2022 a 2025, foram localizados 6 trabalhos.

Observa-se que essa metodologia de pesquisa se constrói a partir da fonte oral e tem intrínseca relação com o Serviço Social, tanto na pesquisa quanto no cotidiano de trabalho, lócus em que se materializa a práxis social. Coaduna-se com o Projeto Ético-Político da

profissão, pois se apresenta por princípio como: democrático, igualitário e compromissado com a classe trabalhadora. Esses princípios são norteadores da profissão do/a assistente social. A leitura analítica das narrativas feita pela apreensão da objetividade e subjetividade – o par dialético – edifica-se pela teoria marxiana, distanciando-se das concepções de exaltação da individualização. O exercício é conectar essas vivências – reportadas pelas narrativas – com os determinantes históricos, estruturais e conjunturais da sociedade capitalista. Na minha pesquisa de doutorado, cujo objeto se aproximava do tema aposentadoria, a inclinação foi compreender o seu significado no modo de produção capitalista, ou seja, verificar sua relação com a concepção de mercadoria que agrega valor ao capital (Moreira, 2024).

Advogamos que a fonte oral, na pesquisa qualitativa, permite o conhecimento da experiência vivida pelos sujeitos e sujeitas para construção do conhecimento científico. As narrativas são eivadas das vivências da vida em sociedade, portanto traz as questões das dimensões: econômica, social, política, cultural. Partimos da consideração que para se debruçar sobre um fenômeno, com o objetivo de realizar aproximações sucessivas, visando seu desvendamento, é necessário a adoção de uma metodologia que articula o método da pesquisa e o referencial teórico, que trará à luz para sua compreensão e análise.

Os procedimentos técnico-operativos enunciados pelos estudiosos da história oral trazem possibilidades na construção do desenho da pesquisa, o método a ser adotado que se incorpora ao referencial que guiará as análises, confirmando-se em procedimentos metodológicos. Fazer pesquisa como o aporte da metodologia da história oral, implica na construção de um projeto que trilhe todo o percurso. A metodologia da história oral possibilita o exercício das dimensões: ético-política; teórico-metodológica; técnico-operativa que sustentam o fazer profissional, nesta área do conhecimento e, transportando-se para pesquisa em Serviço Social.

"História oral: um jeito de construir conhecimento para sociedade a partir das narrativas dos sujeitos e sujeitas que vivem a história" (Carla Moreira).

Referências

BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. Acta Lisboa/Portugal: Edições70, 2009.

BASTOS, V. P.; ERMEL, L. H. N.; FONSECA, D. P. R. O Departamento de Serviço Social e a questão socioambiental na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) gênese, desenvolvimento e perspectivas. *O Social em Questão*, vol. 1, núm. 54, Esp., 2022, Septiembre-Diciembre, pp. 77-110. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5522/552271972004/552271972004.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Revista Katálysis. Florianópolis* v. 10 n. esp. p. 46-54 2007. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rk/a/LbRYxCkMz6jrFxMv7S45PXQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL, Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. *Resolução Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016*. Dispõe sobre O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto n° 5.839, de 11 de julho de 2006.

CARDOSO, R. J. R. Da hermenêutica do quotidiano à consciência crítica: o serviço social e a perspectiva pedagogia social. *Revista Contemporânea*, vol. 5, n°. 6, 2025. ISSN:2447-0961. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/8490/5886. Acesso em: 02 dez. 2025.

CARVALHO, M. L. M.; RIBEIRO, S. L. S. História Oral na Educação: memórias e identidades. *Temas Transversais*. Centro Paula Souza: São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/122913511/Hist%C3%B3ria_Oral_na_Educa%C3%A7%C3%A3o_mem%C3%B3rias_e_identidades. Acesso em: 19 jul. 2019.

CASSAB, L. A. História oral: miúdas considerações na pesquisa em serviço social. *Scribd*, 2003. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/40547667/Historia-Oral-miudas-Consideracoes-Latif-Cassab. Acesso em: 06 abr. 2022.

COSTA, K. R. Gabriel Soares de Sousa. *Brasil Escola*, © 2025. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/biografia/gabriel-soares.htm. Acesso em: 02 dez. 2025.

CURCINO, D. C.; HESPANHOL, R. A. M. História oral, memória e identidade: a formação dos lugares. *XI Semana de Geografia - VI Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia*, 2010, Pres. Prudente - SP. p. 01-09. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326679277_historia_oral_memoria_e_identidde_formação_dos_lugares. Acesso em: 24 fev. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth. O que é literatura cinzenta? *AGUIA Blog*, 16 ago. 2021. Disponível em: https://www.abcd.usp.br/noticias/o-que-e-literatura-cinzenta/. Acesso em: 24 fev. 2024.

E. P. THOMPSON. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.]: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/E._P._Thompson. Acesso em: 26 jul. 2025.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima. Metodologia Feminista para Pensar gênero e memória no serviço social. *XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social* Rio de Janeiro de 14 a 17dez de 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0911_0001.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

FREIXA, Omer. Frantz Fanon: um clássico para entender o colonialismo. *El País*, 03 dez. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/cultura/2021-12-03/frantz-fanon-um-classico-para-entender-o-colonialismo.html. Acesso em: 02 dez. 2025.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Revista Katálysis, Florianópolis* v. 10 n. esp. p. 83-92 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/VzGmzYXDPdxPgthrfPL4tVP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 dez. 2025.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade no trabalho do assistente social*. *In*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS-UNB, 2000.

GUIRADELLI, R. O enfoque Metodológico da História Oral na pesquisa em Serviço Social. *Emancipação, Ponta Grossa*, 13, nº. especial: 121-131, 2014. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao. Acesso em: 06 abr. 2022.

GUIRALDELLI, R. Contribuições metodológicas da história oral na pesquisa em serviço social. *X Encontro Regional Sudeste de História Oral* Educação das Sensibilidades: violência desafios contemporâneos. Campinas 10 a 13 de setembro, UNICAMP:2013. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/803107762/GUIRALDELLI-R-Contribuicoes-metodologicas-da-historia-oral-para-a-pesquisa-em-Servico-Social. Acesso em: 23 jul. 2025.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. A pesquisa em rede "o Movimento de Reconceituação do serviço social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memórias (1960 a 1980)". *XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, Rio de Janeiro, 2022. Anais [...]. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0911_0001.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

LIMA, N. C.; MARTINELLI, M. L.; HEIN, C. D. S. Serviço social, resistência, rebeldia: a narrativa na experiência social. *XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social* Rio de Janeiro, 2022. Anais [..]. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0911_0001.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

LIMA, M.O. *A formação histórica da nacionalidade brasileira*. São Paulo: Ed. Publifolha, 2000.

MARQUES, I. S. Povos ciganos, povos silenciados: desafios e possibilidades do serviço socia*l*. *In*: MARTINELLI, M. L. *et al*. *A história oral na pesquisa em serviço social*: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINELLI, M. L. História oral: o exercício Democrático da Palavra. *In:* MARTINELLI, M. L. *et al. A história oral na pesquisa em serviço social:* da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINELLI, M. L.; LIMA, N. C. Entrevista na história oral: campo de mediação na intervenção e pesquisa. *In:* MARTINELLI, M. L. *et al. A história oral na pesquisa em serviço social:* da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINELLI, M. L. *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social*. Pesquisa Qualitativa: um desafio instigante. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade. São Paulo: Veras Editora: 1999.

MENDES, J. E.; CARVALHO, S. M. G. O memorial como instrumento da metodologia da interpretação em pesquisas sobre vida e trabalho dos professores e professoras. *I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação; V Encontro Cearense Historiadores da Educação*, 20-23 jun. 2006, Guaramiranga (CE). Anais. Guaramiranga (CE): Edições UFC, 2006. p. 241-250. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/41630. Acesso em: 20 jun. 2025.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral:* como fazer e como pensar. 2d [6ª Reimp]. São Paulo: Contexto, 2018.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. *Guia prático de história oral:* para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MOLJO, C. B.; DOMINGUES JR, P. L. A dimensão da investigação em serviços sociais e ciências sociais O trabalho com história oral e trajetórias. *In:* FERNÁNDEZ, A. I. L.; SELLER, E. P.; DIEGO, C. V. (org.). *Comunidades sostenibles*: dilemas y retos desde el trabajo social. 2017, ISBN 978-84-9177-336-8, pp. 1352-1359. Disponível em:https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7324043. Acesso em: 06 abr. 2022.

MORAES, C. A. S. Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas. *Revista Katálysis, Florianópolis*, v. 20, n. 3, p. 390-399, set./dez. 2017 ISSN 1982-0259. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rk/a/9cqrvxrpyXFtmnfgmkjx9wN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05 dez. 2025.

MONTEIRO, A. A. Ontologia marxista e a história oral no desvendamento dos processos históricos do cotidiano profissional. *In:* MARTINELLI, M. L. *et al. A história oral na pesquisa em serviço social:* da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MOREIRA, C. R. *As políticas públicas de saúde no campo das substâncias psicoativas ilícitas e os direitos humanos*. 2014. Dissertação (Mestrado em Cuidado em Saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-05112014-110408/pt-br.html. Acesso em: 24 maio 2024.

MOREIRA, C. R. *Experiências e vivências sobre reserva militar: relatos de militares da Força Aérea Brasileira*. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível online em: https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/42224/1/Carla%20Regina%20Moreira.pdf. Acesso em: 09 fev. 2026.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional* v. 17, n. 48, p. 60-77, OUT./DEZ, 2021. Dossiê Temático Pesquisa em educação: abordagens em Portugal e Brasil. Disponível em: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Acesso em: 04 dez. 2024.

NACARATO, A. M. O memorial de formação: sua centralidade na pesquisa biográfico-narrativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 13, n. 35, p. 403-420, jul. 2025. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2025.v.13.n.35.1207. Acesso em: 20 jun. 2025.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política:* uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Biblioteca Básica do Serviço Social: v 01).

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEÇANHA, M. O que é Google Acadêmico e o que diferencia ele do tradicional? *UNIFAEL*, 24 maio 2025. Disponível em: https://blog.fael.edu.br/como-usar-o-google-academico/. Acesso em: 20 jun. 2025.

PORTELLI, A. Forma e Significado na História Oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. *Proj. História*, São Paulo (14) fev. 1997a. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/341096532/Forma-e-significado-na-Historia-Oral-Alexandro-Portelli-pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*, São Paulo (14) fev. 1997b. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/299621002/O-Que-Faz-a-Historia-Oral-Diferente-alessandro-Portelli. Acesso em: 20 jun. 2025.

QERIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *In*: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de; SIMSON, Olga de Moraes Von. Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. *ACTA Paul Enferm*, 2007;20(2):vi. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05 dez. 2025.

SANTOS, C. D. Sociabilidade, cultura e história oral: organização coletiva no trabalho com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. *In:* MARTINELLI, M. L. *et al. A história oral na pesquisa em serviço social:* da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

THOMPSON, E.P. *In*: *Wikipédia*: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/E._P._Thompson. Acesso em: 26 jul. 2025.

UNESP, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. *Tipos de revisão de literatura.* Faculdade de Ciências Agronômicas. Campus de Botucatu Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Matos, 2015. Disponível em: http://www.fca.unesp.br/#!/biblioteca/normas-tecnicas/tipos-derevisao-de-literatura/. Acesso em: 02 fev. 2019.

ZIGOTO, J. O. O Serviço Social no Vale do Mucuri: Gênese, Consolidação e Expansão da profissão. *Revista Vozes do Vale*–UFVJM–MG –Brasil –Nº 27–Ano XIII–05/2025–UFVJM –QUALIS/CAPES –LATINDEX –ISSN: 2238-6424. Disponível em: https://revistas.ufvjm.edu.br/vozes/article/view/724/555. Acesso em: 02 dez. 2025.

LIBERTAS ON LINE

Pandemia, direitos e Serviço Social: impactos e implicações profissionais e jurídicas

Pandemic, rights and Social Services: professional and legal impacts and implications

Rosária Cal Bastos[*]
Maria das Dores Saraiva de Loreto[**]
Amélia Carla Bastos de Andrade[***]
Juliana Auxiliadora Pereira[****]
Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira[*****]

Resumo: O artigo analisa produções científicas nacionais sobre a atuação do Serviço Social na pandemia de Covid-19, destacando impactos e implicações profissionais e jurídicas sob a perspectiva jurídico-normativa e ético-política. Trata-se de revisão integrativa da literatura, com buscas na SciELO e no Google Acadêmico, entre janeiro de 2020 e outubro de 2021. Identificaram-se dois eixos: debates teóricos sobre o Serviço Social e transformações no exercício profissional. Os resultados apontam desmonte de políticas públicas, precarização do trabalho e ampliação das demandas sociais. No campo jurídico, destacam-se normativas emergenciais que influenciaram a prática profissional, exigindo a reafirmação de princípios legais e éticos na defesa dos direitos sociais. Conclui-se que os assistentes sociais atuaram de forma crítica e comprometida com o projeto ético-político, reafirmando sua função pública diante das expressões agravadas da questão social.

Palavras-chave: Serviço Social; Pandemia; Direitos sociais; Atuação profissional; Implicações jurídicas.

Abstract: The article analyzes national scientific productions on the role of Social Work during the Covid-19 pandemic, highlighting professional and legal impacts and implications from a legal-normative and ethical-political perspective. It consists of an integrative literature review, based on searches in SciELO and Google Scholar between January 2020 and October 2021. Two main axes: were identified: theoretical debates on Social Work, and transformations in professional practice. The results indicate the dismantling of public policies, precarious working conditions, and the increase in social demands. In the legal field, emergency regulations that influenced professional practice stand out, requiring the reaffirmation of legal and ethical principles in the defense of social rights. It is concluded that social workers acted critically and committed to the ethical-political project, reaffirming their public role in the face of the aggravated expressions of the social question.

Keywords: Social Service; pandemic; social law; professional performance; legal implications.

[*] Universidade Federal de Viçosa. E-mail: rosaria.bastos@ufv.br
[**] Universidade Federal de Viçosa. E-mail: mdora@ufv.br
[***] Departamento Municipal de Assistência Social de Coimbra, MG. E-mail: ameliacarla97@yahoo.com.br
[****] Secretaria Municipal de Assistência Social de Viçosa, MG. E-mail: julianap0883@gmail.com
[*****] Faculdade de Viçosa. E-mail: poliana.aroeira@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.50440
Recebido em: 03/10/2025
Aprovado em: 02/02/2026

Introdução

Este estudo tem como objetivo analisar as produções científicas nacionais, que abordam a atuação do Serviço Social no contexto da pandemia de Covid-19, com foco nos impactos e nas implicações profissionais e jurídicas que incidiram sobre o exercício profissional. A análise parte da premissa de que o enfrentamento da pandemia envolve não apenas um problema de saúde pública, mas como expressão do aprofundamento das contradições sociais, políticas e econômicas inerentes ao modo de produção capitalista, cujos efeitos recaem de forma desigual sobre a classe trabalhadora e os grupos historicamente vulnerabilizados (Conselho Federal de Serviço Social, 1999, 2020).

A pandemia da Covid-19, reconhecida como emergência de saúde global pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020 e declarada pandemia em 11 de março do mesmo ano, provocou impactos profundos nas dimensões social, econômica e jurídica, conforme aponta a Organização Pan-Americana da Saúde (2021). No Brasil, esses efeitos agravaram as desigualdades estruturais em um contexto de hegemonia neoliberal, marcado pelo desfinanciamento das políticas sociais e pelo avanço do conservadorismo no período recente, sobretudo durante o governo Bolsonaro, corroborando com as análises de Behring, Cislaghi e Souza (2020). Esse cenário intensificou a precarização das condições de vida e trabalho, restringiu o acesso às políticas públicas e evidenciou os limites do Estado na garantia da proteção social sob a lógica da acumulação capitalista.

Sob a perspectiva jurídica, destaca-se que o direito à saúde (art. 6º e art. 196 da Constituição Federal de 1988), à assistência social (art. 203 e 204), à segurança, à moradia e à alimentação constituem direitos fundamentais de eficácia plena e imediata (Brasil, 1988). Desta forma, o Estado brasileiro assume o dever jurídico de garantir condições mínimas de sobrevivência e dignidade à população, especialmente em situações excepcionais, como a pandemia. Diante dessa realidade, a atuação dos assistentes sociais contribui diretamente para a mediação, promoção e defesa desses direitos.

A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social, atribui a esses profissionais a formulação e execução de políticas sociais voltadas à garantia de direitos, condicionada à análise da realidade social, bem como à atuação junto a grupos em situação de risco e vulnerabilidade (Brasil, 1993). Em períodos de crise sanitária, como o da Covid-19, a atuação desses profissionais adquire ainda maior relevância e requer proteção, uma vez que permanecem na linha de frente, trabalhando na defesa dos direitos sociais e da construção de mediações institucionais, orientados por uma perspectiva ético-política comprometida com a liberdade, a emancipação dos sujeitos e o acesso às políticas públicas, em

consonância com os princípios constitucionais e com a função social do Estado (art. 1º, III, da CF/88).

Os impactos da pandemia, contudo, não se distribuíram de forma homogênea. Grupos, como moradores de periferias, pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, crianças e adolescentes institucionalizados, entre outros, vivenciaram de maneira mais intensa a precarização das condições de vida e o agravamento da violação de direitos. Esses segmentos, historicamente excluídos do acesso pleno às políticas sociais, passaram a demandar respostas imediatas do Estado e dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos Humanos, responsável pela promoção, proteção e defesa dos direitos sociais.

A atuação dos assistentes sociais, entretanto, não se restringe à execução técnica de programas e projetos, como afirma Iamamoto (2011), mas se orienta, conforme estabelece o Projeto Ético-Político do Serviço Social, por uma perspectiva crítica e emancipatória, voltada tanto à mitigação dos efeitos da desigualdade social quanto à problematização de suas determinações estruturais. Inserida nas contradições do capitalismo e tensionada entre funções de controle e de defesa de direitos, a profissão reafirma, segundo Iamamoto (1992), seu compromisso com a ampliação da cidadania e com a promoção do controle social em sua dimensão democrática, entendido como a participação da sociedade civil na formulação, na fiscalização, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas e da atuação do Estado.

Além disso, a proteção jurídica dos próprios profissionais deve ser assegurada. O art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal garante a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (Brasil, 1988). Cabe, portanto, ao Estado e às instituições públicas e privadas oferecer condições adequadas de trabalho aos assistentes sociais, principalmente diante da intensificação dos riscos biológicos, físicos e psíquicos durante a pandemia, uma vez que a violação desses direitos laborais manifesta a lógica de precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo e incide diretamente sobre a capacidade institucional do Serviço Social de responder às demandas sociais e de mediar o acesso dos usuários aos direitos sociais.

Dessa forma, este estudo busca contribuir para o campo jurídico e interdisciplinar ao reconhecer que a atuação do Serviço Social transcende a aplicação burocrática de políticas públicas e se afirma como componente estratégico do sistema de justiça social. A partir da análise crítica da produção científica, pretende-se fomentar uma compreensão ampliada e comprometida com os princípios constitucionais, oferecendo subsídios teóricos, práticos e analíticos para reconhecer a atuação dos assistentes sociais como mediação qualificada na

defesa de direitos, no fortalecimento da cidadania e na resistência aos processos de negação das conquistas sociais historicamente construídas.

Materiais e métodos

Este estudo configura-se como uma revisão integrativa da literatura[1], fundamentada na metodologia proposta por Botelho, Cunha e Macedo (2011), organizada em seis etapas sistemáticas: (i) definição da questão norteadora; (ii) levantamento das publicações em bases previamente selecionadas; (iii) aplicação de critérios de inclusão e exclusão para triagem e composição da amostra; (iv) definição das informações a serem extraídas; (v) análise e interpretação crítica dos dados; e (vi) sistematização dos achados e elaboração da síntese final.

A pesquisa foi norteada pela seguinte questão: O que as produções científicas nacionais revelam sobre a atuação do Serviço Social durante a pandemia da Covid-19, considerando seus impactos no exercício profissional e as implicações jurídico-ético-políticas decorrentes desse processo?

A coleta de dados foi realizada entre agosto e novembro de 2021, com ênfase nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google* Acadêmico. Para assegurar a qualidade científica da amostra, priorizaram-se artigos publicados em periódicos[2] de ampla circulação e reconhecido impacto nacional.

Inicialmente, foram encontrados 62 artigos publicados em revistas brasileiras, a partir da combinação dos descritores "Serviço Social *and* Pandemia", "Serviço Social *and* Covid-19" e "Serviço Social *and* desafios *and* atuação *and* pandemia", no período de 2020 a 2021. Após a leitura dos títulos e resumos e aplicação dos critérios de inclusão, permaneceram 25 artigos selecionados para análise. Os critérios estabelecidos foram: i) trabalhos publicados em língua portuguesa, a fim de privilegiar a produção veiculada no país; e ii) publicações realizadas entre janeiro de 2020 e outubro de 2021, considerando a necessidade de dados mais atualizados sobre o tema.

[1] A revisão integrativa da literatura é um método específico, que permite identificar, resumir e realizar uma análise ampla na literatura acerca de uma temática específica, fornecendo compreensão mais abrangente de um fenômeno particular, ou seja, reúne e analisa resultados de estudos acerca de um tema específico, de modo ordenado, possibilitando, em um só estudo, inúmeras visões, de forma abrangente, do conteúdo investigado (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Além de ser um método que vem sendo utilizado, tanto nas áreas de saúde e educação quanto em outras áreas do saber, como no campo organizacional e social, por estar com base na capacidade de sistematizar o conhecimento científico (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

[2] Principais periódicos: Serviço Social & Sociedade; Temporalis; Revista em Pauta: Teoria social e Realidade Contemporânea; Sociedade em Debate; Revista Serviço Social em Perspectiva; Revista Eletrônica de Políticas Sociais e Sociedade; Revista Serviço Social; e Humanidades em Perspectiva.

O tratamento dos dados consistiu na leitura integral e minuciosa dos textos, com foco na pertinência e consistência frente à problemática investigada. As informações extraídas foram organizadas por afinidade temática, o que possibilitou a elaboração de uma síntese narrativa dos achados. Para garantir maior rigor científico, empregou-se o software IRAMUTEQ[3], com aplicação da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e da Nuvem de Palavras, recursos que permitiram identificar categorias centrais e visualizar os principais impactos enfrentados pelo Serviço Social no contexto pandêmico.

Essa abordagem favoreceu uma leitura crítica e juridicamente embasada sobre a atuação profissional em tempos de crise sanitária, com ênfase na proteção social, na defesa dos direitos fundamentais e na efetivação de políticas públicas.

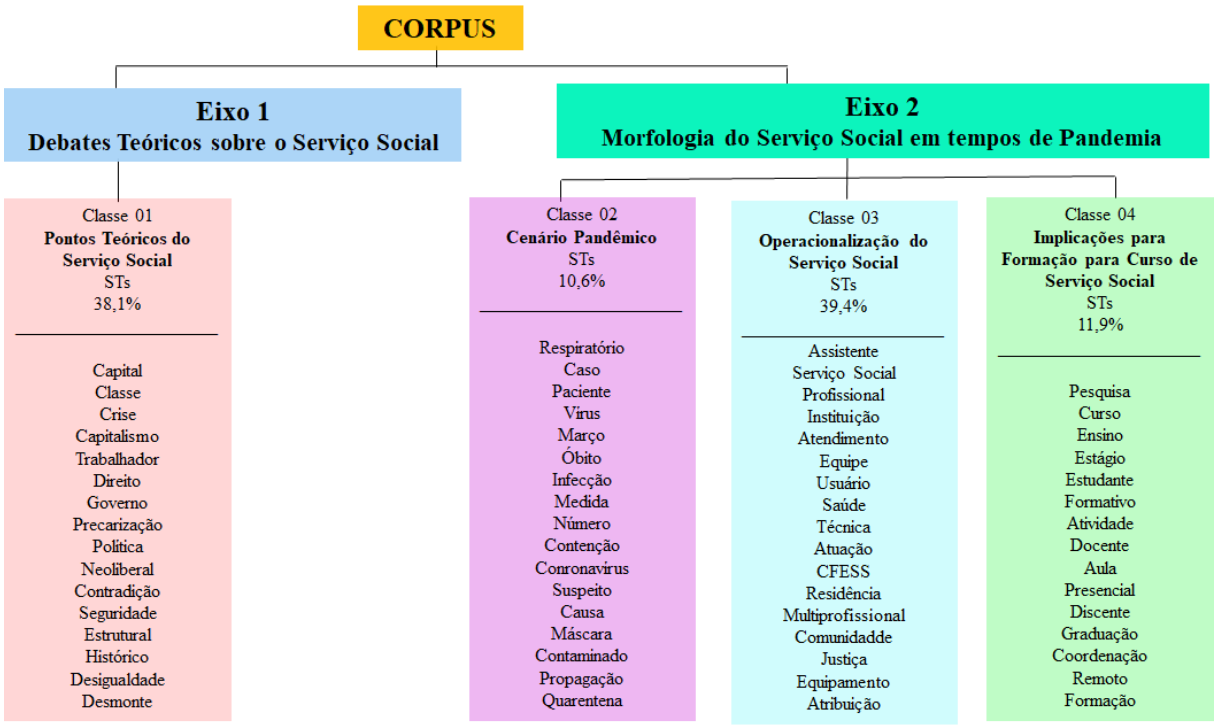
Análise de resultados

Organizou-se inicialmente o *corpus* geral, composto por 25 artigos, que foram transcritos e organizados em planilha do Microsoft Office Excel e, posteriormente, incorporados ao software Iramuteq para análise lexicográfica (Figura 1). Esse *corpus* gerou 122.760 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), das quais 7.980 corresponderam a formas ativas e 651 a formas suplementares. O número médio de palavras por segmentos de texto (STs) foi de 35,04.

O programa dividiu o *corpus* em 3.503 STs, dos quais 3.091 foram aproveitados (88,24%), resultando na Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Conforme mostra a Figura 1, o conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1, com 1.178 STs (38,1%); Classe 2, com 327 STs (10,6%); Classe 3, com 1.218 STs (39,4%) e a Classe 4, com 368 STs (11,9%).

[3] Software de Interface de R *pour les Analyses Multidimensionnelles de Texts et de Questionnaires*, de acesso gratuito que permite distintos tipos de análises de dados textuais, desde uma análise lexicografia básica com frequência de palavras, até a execução de análises multivariadas do tipo Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise de Similitude (ADS), Análise Prototípica e nuvem de palavras (Camargo; Justo, 2013).

Figura 1 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD).



Fonte: Dados da pesquisa (2021), com base nos relatórios do software IRaMuTeQ.

Dessa forma, a análise do *corpus* total, composto por quatro classes distintas, permitiu identificar dois eixos temáticos centrais: Eixo 1 (Debates teóricos sobre o Serviço Social) e Eixo 2 (Morfologia do Serviço Social em tempos de pandemia). O Eixo 1 envolveu à Classe 1, enquanto o Eixo 2 compreendeu as Classes 2, 3 e 4.

Em observância ao rigor metodológico, realizou-se a leitura analítica dos fragmentos textuais representativos de cada classe, com o objetivo de compreender seus conteúdos específicos e atribuir-lhes a adequada denominação temática, conforme descrito a seguir.

No Eixo 1, a Classe 1 recebeu a denominação “Pontos teóricos do Serviço Social”, por contemplar elementos fundamentais da base teórica da profissão. No Eixo 2, a Classe 2 foi intitulada “Cenário pandêmico”, por retratar o contexto emergencial provocado pela Covid-19; a Classe 3 foi denominada “Operacionalização do Serviço Social”, por evidenciar práticas e estratégias de intervenção profissional durante o período; e a Classe 4 recebeu a designação “Implicações para a formação em Serviço Social”, por tratar das repercussões da pandemia na dimensão formativa da profissão.

Com base nos segmentos textuais analisados, recortes representativos dos discursos que compõem o *corpus* foram sistematizados e organizados segundo os eixos temáticos, o que possibilitou articular os aspectos teóricos e práticos, identificados no estudo em conformidade

com os princípios do processo científico e com respaldo na lógica argumentativa da análise jurídica e social.

Eixo 1: Debates teóricos sobre o Serviço Social

No Eixo 1 do dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente, a Classe 1 reuniu um conjunto de palavras que evidenciam pontos relevantes para a discussão teórica. Esses termos refletem as reflexões desenvolvidas por diferentes autores, como Yazbek, Raichelis e Sant'Ana (2020), Wiese (2020), Boschetti e Behring (2021), Carneiro, Carvalho e Araújo (2021), Bezerra e Medeiros (2021), Raichelis e Arregui (2021), Eurico, Gonçalves e Fornazier (2021), Souza *et al.* (2021), Tejadas e Junqueira (2021) e Silva (2021), que direcionaram seus debates para a atuação e os fundamentos do Serviço Social no contexto da pandemia.

Classe 1: Pontos teóricos do Serviço Social

A Classe 1, denominada "Pontos teóricos do Serviço Social", corresponde a 38,1% do texto aproveitado na CHD, totalizando 1.178 STs. As palavras apresentadas na Figura 2 concentram-se nas mais evocadas dentro dessa classe e revelam elementos centrais da base teórica da profissão.

Figura 2 – Palavras mais evocadas na Classe 1 (Pontos teóricos do Serviço Social).



Fonte: Dados da pesquisa (2021), com base nos relatórios do software IRaMuTeQ.

Verifica-se que os termos mais recorrentes na Classe 1 como, capital, crise, capitalismo, neoliberalismo, direitos, governo, sociedade, desigualdade, seguridade, precarização e trabalho, refletem que a produção científica nacional analisada compreende a atuação do Serviço Social na pandemia a partir de uma perspectiva crítica, ancorada nas determinações histórico-

estruturais da sociedade capitalista. Estas categorias constituem referenciais essenciais para compreender o processo histórico de conformação dos direitos sociais no Brasil e para sustentar a análise crítica das políticas públicas à luz da Constituição Federal de 1988. Evidencia ainda, que os estudos não tratam a pandemia como um evento isolado ou simplesmente sanitário, mas como parte de um processo histórico mais amplo, vinculado às desigualdades estruturais e às dinâmicas socioeconômicas que atravessam a realidade brasileira contemporânea. Contradições essas que, conforme Barreto, Torres e Amaral (2021), são explicadas pela orientação estatal de caráter ultraliberal, pela redução sistemática do financiamento das políticas sociais e pelo avanço do conservadorismo político, especialmente no contexto da gestão do governo Bolsonaro, que intensificou os processos de desproteção social e de fragilização dos direitos.

A interpretação apresentada articula-se às análises de Boschetti e Behring (2021), Raichelis e Arregui (2021) e Carneiro, Carvalho e Araújo (2021), os quais, ao analisarem a crise estrutural do capital no contexto da pandemia da Covid-19, destacam os impactos desse cenário na materialização dos direitos sociais e no exercício profissional do Serviço Social, sobretudo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A dinâmica observada reforça o enfraquecimento das políticas públicas diante da lógica neoliberal, a qual se contrapõe ao projeto constitucional de Estado Democrático de Direito, comprometido com a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (art. 3º, incisos III e IV, CF/88).

Carneiro, Carvalho e Araújo (2021) ressaltam que a pandemia intensificou diversas crises ―sanitária, humanitária, social, ambiental, democrática e econômica ― compreendidas como expressões da crise do capitalismo contemporâneo. Os reflexos dessas crises recaem especialmente sobre os trabalhadores em condições precárias ou informais de trabalho, realidade que confronta diretamente os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF/88) e do valor social do trabalho (art. 1º, inciso IV, CF/88), pilares fundamentais do Estado brasileiro.

A recorrência das categorias direitos, seguridade e Estado indica uma leitura crítica dos limites da materialização dos direitos sociais sob a hegemonia neoliberal. Conforme observam Souza e Lima (2021), esses desafios incidem principalmente sobre o tripé da seguridade social ― saúde, assistência social e previdência ― previsto nos artigos 194 a 204 da CF/88, enfatizando a insuficiência das respostas do Estado diante das demandas sociais e estabelecendo as políticas sociais como campo de disputa entre projetos societários. O desmonte dessas políticas, impulsionado por orientações neoliberais, configura não apenas violação aos direitos sociais fundamentais, mas também descumprimento dos compromissos jurídicos assumidos

pelo Brasil em tratados internacionais de direitos humanos, como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

Nesse sentido, os dados analisados revelam que a produção científica problematiza a crescente tendência de transferência da responsabilidade estatal para a sociedade civil e, de forma mais grave, para o núcleo familiar, fenômeno discutido por Souza e Lima (2021) e Souza *et al*. (2021). Esse processo, reforçado pelo contexto de isolamento social, revela a desresponsabilização do Estado na garantia dos direitos sociais, em contrariedade ao disposto no art. 23, inciso II, da CF/88, que atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a responsabilidade pela proteção social dos cidadãos.

Mioto, Campos e Carloto (2015) corroboram essa análise ao destacar que, há mais de três décadas, o Estado tem se omitido de suas obrigações sociais, promovendo uma transferência indevida de suas competências para as famílias. Essa prática afronta o princípio da solidariedade social e o dever jurídico do Estado de assegurar a todos os cidadãos, sem discriminação, condições dignas de existência, nos termos do art. 6º da Constituição Federal.

Diante desse cenário, impõe-se uma reflexão jurídico-política sobre o modelo de Estado que se pretende consolidar no Brasil: um Estado comprometido com os direitos fundamentais e com a proteção social universal, conforme previsto na Constituição de 1988, ou um Estado mínimo, orientado pela lógica de mercado, que fragiliza as estruturas de proteção social e transfere à família uma responsabilidade que é, por força de lei, coletiva e estatal. Os resultados evidenciam também o Serviço Social como prática inserida nas contradições do Estado capitalista, atuando como mediação crítica no acesso à proteção social sob os limites da lógica neoliberal.

Eixo 2: Morfologia do Serviço Social em tempos de pandemia

A análise dos artigos selecionados possibilitou identificar, por meio de um conjunto de palavras recorrentes, aspectos relevantes para compreender a morfologia do Serviço Social no contexto da pandemia. Dessa forma, emergiram as Classes 2, 3 e 4, apresentadas a seguir.

Classe 2: Cenário pandêmico

A Classe 2, intitulada “Cenário pandêmico”, corresponde a 10,6% do texto aproveitado na CHD, totalizando 327 STs. As palavras evidenciadas na Figura 3 concentram-se entre as mais evocadas nessa classe e refletem os elementos centrais do contexto emergencial instaurado pela Covid-19.

Figura 3 – Palavras mais evocadas na Classe 2 (Cenário pandêmico).



Fonte: Dados da pesquisa (2021), com base nos relatórios do software IRaMuTeQ.

A análise da nuvem de palavras da Classe 2 evidencia a palavra “Respiratório”, que assume centralidade ao remeter a uma das questões mais críticas no contexto da pandemia da Covid-19: a saúde pública, em especial no que refere às síndromes respiratórias agudas. As demais palavras destacadas também refletem a conjuntura excepcional vivenciada em escala global em razão do estado de calamidade pública decorrente da crise sanitária, social e institucional.

A emergência da Covid-19 trouxe à tona múltiplas questões sociais e sanitárias que afetaram profundamente o tecido social e jurídico das nações, revelando a insuficiência de políticas públicas eficazes e o despreparo estrutural de muitos Estados para responder de forma célere e coordenada às emergências. Cunha *et al.* (2021) caracterizam o coronavírus como um vírus respiratório emergente de grande impacto à saúde pública, expondo as fragilidades estruturais dos sistemas de saúde e a insuficiência das políticas públicas. Segundo Lima (2020), o primeiro caso ocorreu em novembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, e, em menos de dois meses, o número de casos e óbitos já havia atingido patamares alarmantes (Calil, 2021).

Diante da rápida disseminação e da gravidade do quadro clínico da Covid-19 ─ que em muitos casos evoluía para insuficiência respiratória aguda grave ─, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, estado de pandemia (Raichelis; Arregui, 2021). A alta transmissibilidade do vírus impôs aos Estados nacionais a adoção de medidas

urgentes de proteção à saúde coletiva, em conformidade com o princípio da legalidade administrativa e com o princípio da precaução em matéria de saúde pública.

No ordenamento jurídico brasileiro, notadamente na Constituição Federal de 1988, a saúde configura direito de todos e dever do Estado (art. 196). Cabe, portanto, ao poder público implementar políticas que reduzam o risco de doenças e outros agravos, garantindo acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde (Brasil, 1988).

Nesse contexto, instituíram-se medidas de proteção social, como o auxílio emergencial ─ fundamento no art. 6º da CF/88, que assegura os direitos sociais ─, e políticas sanitárias orientadas à contenção do contágio, entre as quais se destacam: identificação precoce de sintomáticos, isolamento social, distanciamento físico, campanhas de higiene e etiqueta respiratória, uso obrigatório de máscaras e reorganização das equipes multiprofissionais de saúde. No contexto brasileiro, os referidos desafios assumiram contornos ainda mais complexos em razão das desigualdades sociais históricas e do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde.

Lima (2020), Mendes e Ferreira (2020), Pereira, Telles e Lopes (2021), Calil (2021), Raichelis e Arregui (2021), Silva (2021) e Cunha *et al.* (2021) ressaltam os inúmeros desafios enfrentados no Brasil, como a insuficiência de leitos hospitalares, a limitação das testagens em massa, a morosidade no processo de vacinação, o impacto socioeconômico sobre trabalhadores ─ muitos deles obrigados a aderir ao teletrabalho ou a conviver com a perda de renda ─ e a incapacidade estatal de responder com eficiência às múltiplas demandas emergenciais.

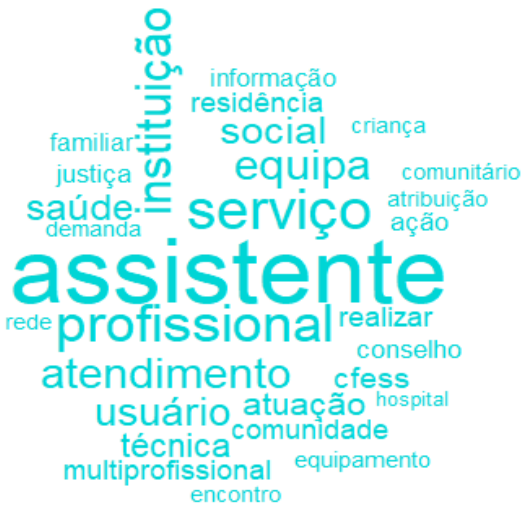
Acrescenta-se a esse quadro a violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF/88) e ao direito à informação (art. 5º, inciso XIV, CF/88), especialmente quando políticas de saúde pública foram conduzidas sob diretrizes negacionistas, com a militarização do Ministério da Saúde e a disseminação de informações falsas sobre medidas de prevenção (Brasil, 1988). Sob a ótica jurídica, tais condutas configuram omissão estatal grave, que, com possíveis implicações em termos de responsabilização por violação de direitos fundamentais e por danos coletivos.

Ao mesmo tempo, o enfrentamento da pandemia de Covid-19 implicou não apenas um impacto sanitário, mas também jurídico e institucional que, segundo Barreto, Torres e Amaral (2021), exigiram do Estado brasileiro ações compatíveis com os princípios constitucionais da eficiência administrativa, e, simultaneamente, evidenciaram os limites de sua atuação na garantia dos direitos fundamentais à vida, à saúde e à proteção social.

Classe 3: Operacionalização do Serviço Social

A Classe 3, intitulada “Operacionalização do Serviço Social”, corresponde a 39,4% do texto aproveitado na CHD, com 1.218 STs. As palavras evidenciadas na Figura 4 concentram-se entre as mais evocadas nessa classe e revelam os elementos centrais da prática profissional durante a pandemia.

Figura 4 – Palavras mais evocadas na Classe 3 (Operacionalização do Serviço Social).



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base nos relatórios do software IRaMuTeQ.

A análise da nuvem de palavras da Classe 3 composta por termos como “assistente”, “profissional”, “serviço”, “atendimento”, “social”, “equipe”, “instituição”, “usuário”, “atuação”, “saúde” e “técnica”, evidencia a centralidade da dimensão técnico-operativa do Serviço Social no contexto da pandemia. Esses termos representam a inserção do assistente social nos processos institucionais de atendimento e sua atuação como a mediação entre as demandas dos usuários e as respostas institucionais ofertadas pelas políticas públicas, com destaque para o campo da saúde. Os resultados indicam, ainda, que essa atuação se deu de forma articulada às equipes interdisciplinares, orientada pelo Projeto Ético-Político da profissão, sob forte pressão institucional e em um contexto marcado pela ampliação das demandas sociais e pela restrição de recursos materiais e humanos. Essa inserção, segundo Iamamoto (2011), revela as contradições da prática profissional no cerne do Estado capitalista, uma vez que o assistente social é chamado a intervir frente às configurações aprofundadas da questão social.

Do ponto de vista jurídico, a atuação profissional encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da universalidade e da equidade no acesso aos serviços públicos (art. 1º, inciso III, art. 6º e art. 196, CF/88). Entretanto, os dados analisados

apontam que esses princípios se materializam de forma restrita, condicionados pelas imposições da racionalidade neoliberal e pela insuficiência das respostas estatais diante da crise sanitária, o que reafirma o assistente social como mediador crítico nos processos de acesso às políticas públicas e como profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais.

Constatou-se, em todos os artigos analisados, que o Serviço Social atuou na linha de frente do enfrentamento à pandemia, integrando equipes de saúde e participando diretamente da proteção social dos segmentos mais vulneráveis, conforme comprovam os relatos a seguir:

> Serviços públicos e atividades essenciais respaldaram a atuação do assistente social na linha de frente da pandemia como profissional da saúde. Foi preciso redefinir suas ações em face do atendimento à população usuária dos serviços públicos e privados (Bezerra; Medeiros, 2021).

> Os profissionais atuantes na linha de frente dos serviços essenciais se depararam então com novos processos de trabalho repletos de desafios no sentido de atender as atuais necessidades de usuários das políticas sociais dentre esses os assistentes sociais (Souza *et al.*, 2021).

> Em tempos de pandemia do coronavírus o assistente social é desafiado em sua ação profissional a reafirmar seus princípios éticos e profissionais na garantia da justiça e diretos sociais de cidadania (Wiese, 2020).

Nesse contexto, destaca-se o papel institucional e jurídico desempenhado pelas entidades representativas da categoria, especialmente o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Conforme previsto na Lei nº 8.662/1993, essas autarquias atuaram na orientação e fiscalização do exercício profissional, bem como na defesa das condições éticas e técnicas de trabalho, diante da intensificação da precarização laboral, da adoção do trabalho remoto e da exposição a riscos físicos e psíquicos, como demonstram os registros a seguir:

> É preponderante ter como referência as normativas da profissão como o código de ética, a lei de regulamentação da profissão, as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) como parâmetros para atuação de assistentes sociais na política públicas e para subsidiar a ação profissional (Wiese, 2020).

> As articulações profissionais no interior dos serviços e fora deles particularmente com o conjunto CFESS e CRESS com a criação de canais de comunicação remotos pelos CRESS para denúncias de violações de direitos foram fundamentais para a mobilização das equipes de assistentes sociais sobre a garantia do acesso a EPI (Soares; Correia; Santos, 2021).

> O profissional do Serviço Social deve guiar sua ação pelos determinantes estipulados pela lei de regulamentação da profissão e as determinações do conjunto do CFESS e CRESS, tendo como norte os avanços da comunidade científica sobre a prevenção e cuidados diante desta doença cujos impactos sociais ainda se delineiam (Pereira; Telles; Lopes, 2021).

Os impactos enfrentados na área do Serviço Social incluíram a adoção do trabalho remoto, o fortalecimento das estratégias de articulação interprofissional e interinstitucional, o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), as condições de trabalho inadequadas, a ampliação das demandas profissionais e os desafios de ordem econômica, social, cultural e política, como confirmam as seguintes análises:

> Os profissionais do Serviço Social devem decidir com autonomia, preferencialmente, de forma coletiva sobre a forma de atendimento mais adequada em cada situação de modo a atender às orientações assim como proteger a saúde do profissional e do usuário (Bezerra; Medeiros, 2021).
>
> O Serviço Social na área da saúde passa pela compreensão dos determinantes sociais econômicos e culturais que interferem no processo saúde doença e na busca de estratégias político institucionais para o enfrentamento dessas questões (Cunha *et al.*, 2021).
>
> A ANVISA se pronunciou informando a necessidade de uso de EPI pelos assistentes sociais em todos os serviços de saúde. [...] Importa ressaltar que houve uma pequena expansão de vínculos profissionais de assistentes sociais em serviços de saúde nesse período da pandemia (Soares; Correia; Santos, 2021).
>
> Os profissionais de Serviço Social integram as equipes especializadas da saúde para atendimentos as populações usuárias que necessitam de demandas da assistência social como os benefícios eventuais, alimentação, aluguel social, proteção a crianças, adolescentes, idosos e mulheres, por conta da violação de direitos e da violência intrafamiliar em razão do isolamento social (Wiese, 2020).
>
> Articulação externa aos serviços com outras equipes de assistentes sociais, criação de grupos de WhatsApp de assistentes sociais e articulação com o conjunto CFESS e CRESS, com o ministério público e com movimentos sociais (Ferreira, 2020).
>
> Algumas das atividades realizadas pelo assistente social foram executadas por meio do teletrabalho (Souza *et al.*, 2021).

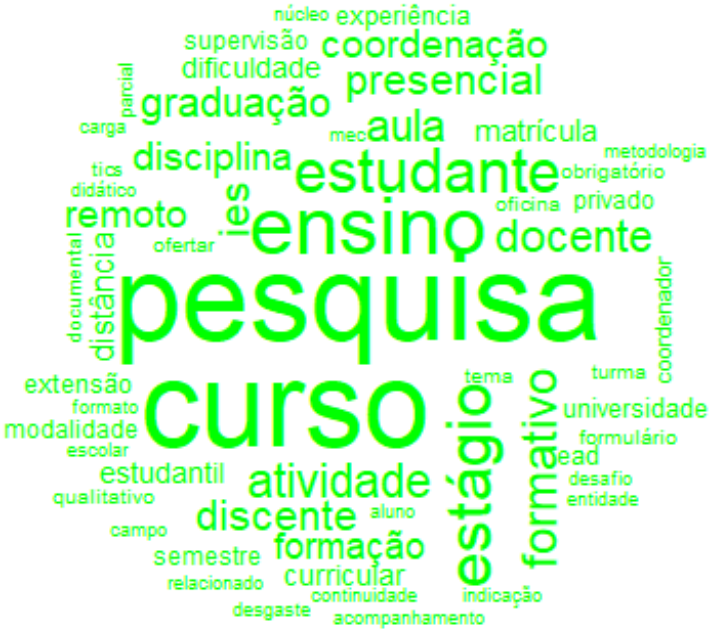
Observa-se que a atuação profissional do assistente social foi fundamental no enfrentamento da pandemia, ao integrar equipes multiprofissionais e responder, sob bases éticas e legais, às demandas ampliadas por proteção social e defesa de direitos. Longe de uma postura passiva, o Serviço Social brasileiro atuou de forma crítica nos espaços institucionais e sociopolíticos, reafirmando os princípios do Projeto Ético-Político da profissão, orientado pela defesa dos direitos humanos, da justiça social e da universalização das políticas públicas. Ademais, as entidades representativas da categoria, como os conselhos e associações profissionais, exerceram papel relevante ao oferecer diretrizes, fomentar reflexões críticas e sustentar o posicionamento da categoria diante das medidas emergenciais e estruturais adotadas pelo Estado no contexto pandêmico.

Nesse sentindo, os resultados da Classe 3 permitem compreender o Serviço Social não como instância garantidora de direitos, mas como prática profissional inserida nas contradições institucionais do Estado, operando como mediação crítica no acesso à proteção social. Essa atuação ratifica a necessidade de situar o exercício profissional na totalidade histórica das relações sociais e nas disputas políticas que transpõem o campo das políticas públicas, especialmente em contextos de crise.

Classe 4: Implicações para a formação em Serviço Social

A Classe 4, intitulada "Implicações para a formação em Serviço Social", corresponde a 11,9% do texto aproveitado na CHD, totalizando 368 STs. As palavras de maior destaque, apresentadas na Figura 5, evidenciam os principais termos associados às repercussões da pandemia no campo formativo da profissão.

Figura 5 – Palavras mais evocadas na Classe 4 (Implicações para a formação em Serviço Social).



Fonte: Dados da pesquisa (2021), com base nos relatórios do software IRaMuTeQ.

Nos extratos analisados, destacam-se termos como "curso", "pesquisa", "ensino", "estágio", "estudante", "coordenação", "presencial", "formativo", "remoto", "atividade", "formação", "discente" e "aula", os quais revelam implicações significativas para a formação profissional em Serviço Social durante a pandemia, como exposto:

> Neste contexto e diante do prosseguimento das aulas online se impôs a necessidade de novas estratégias formativas nas disciplinas de estágio em

> consonância com o projeto pedagógico de curso de Serviço Social (Kern; Silva; Faustini, 2020).
>
> Esse processo torna precário o trabalho dos docentes e, em vez de ampliar a qualidade da pesquisa e ciência no Brasil, reduz o processo de ensino a cumprir cargas horárias e decorar conteúdo (Gisler; Souza, 2020).
>
> Algo que nos chamou a atenção foi que um percentual relevante de coordenações de curso avaliou que após a pandemia muitas atividades remotas passarão a fazer parte do cotidiano institucional em um sistema híbrido presencial e ou a distância (Pereira; Telles; Lopes, 2021).
>
> As interfaces entre ensino, pesquisa, extensão, a produção e circulação do conhecimento, neste tempo de pandemia, se efetivou num terreno virtual sem precedentes o que possibilitou a democratização do conhecimento (Kern; Silva; Faustini, 2020).
>
> Aulas gravadas e contato constante com discentes por WhatsApp e teleconferência [...] o corpo docente foi pressionado a desenvolver as atividades remotas (Pereira; Telles; Lopes, 2021).
>
> As dificuldades encontradas pelos/as discentes foram comunicadas às coordenações de curso que indicaram como maior limite a dificuldade de acesso a equipamentos de informática [...] baixa adesão dos alunos em lidarem com ensino remoto e a falta de concentração nas aulas síncronas (Pereira; Telles; Lopes, 2021).
>
> Dificuldade de estágio no campo das práticas, sendo esse ponto fundamental para o discente no processo de formação pessoal e profissional que necessita estar conectado com a realidade social (Kern; Silva; Faustini, 2020).

Evidencia-se que a formação em Serviço Social, no contexto da pandemia, foi profundamente tensionada pelas determinações estruturais que penetram a educação superior no capitalismo contemporâneo, conforme evidenciado na análise de Barreto, Torres e Amaral (2021). Sob a ótica jurídica, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e com as diretrizes legais da educação superior, reafirma-se a necessidade de garantir o direito à educação de qualidade, assegurando simultaneamente uma formação acadêmica, técnica, ética e crítica, conforme orientam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e as normativas do CFESS. Contudo, no período pandêmico, esse marco normativo confrontou-se com estratégias emergenciais que reforçaram a lógica do ensino remoto, da fragmentação formativa e do esvaziamento do caráter crítico da formação profissional.

A pandemia acentuou desafios estruturais da formação, ao substituir a formação presencial por modalidades remotas revelou não apenas dificuldades operacionais, mas contradições mais profundas entre a racionalidade tecnicista imposta pelas condições institucionais e os fundamentos ético-políticos do Serviço Social, cuja formação pressupõe a apreensão da totalidade social, a vivência do estágio supervisionado e a mediação direta com as expressões da questão social.

Nesse sentido, a pandemia não inaugurou, mas intensificou processos já em curso de precarização da formação profissional, exigindo das coordenações de curso, dos núcleos de estágio e das entidades representativas da categoria uma atuação crítica para garantir a continuidade da formação sem renunciar à qualidade acadêmica (Iamamoto, 2011). Os dados indicam que esses tensionamentos aconteceram de forma desigual sobre os discentes, aprofundando desigualdades de acesso, precarizando condições de aprendizagem e fragilizando a construção da identidade profissional.

Assim, a análise permite compreender que as transformações impostas à formação repercutem diretamente no exercício profissional, reafirmando a indissociabilidade entre formação crítica, condições institucionais e o lugar do Serviço Social nas disputas em torno das políticas públicas. Dessa forma, os termos destacados nos textos expressam as contradições e tensões vivenciadas durante a pandemia, ressaltando os riscos de enfraquecimento da formação profissional em contextos de crise. Esse cenário exige reflexão crítica, respaldo jurídico e compromisso com os fundamentos do Serviço Social, permitindo concluir que a pandemia interferiu de forma articulada tanto na formação profissional quanto na prática cotidiana dos assistentes sociais.

Considerações finais

A análise dos 25 trabalhos selecionados permite concluir que a crise estrutural do capital, intensificada pela pandemia da Covid-19, evidenciou a fragilidade dos sistemas socioeconômicos em escala global, afetando diretamente os direitos sociais e a organização dos serviços públicos. No caso brasileiro, a pandemia não apenas acentuou os efeitos da crise, como revelou a instabilidade e a insuficiência das respostas estatais no campo da proteção social, sobretudo no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, em especial nos artigos 6º e 196, que asseguram o direito à saúde e à seguridade social.

O cenário pandêmico agravou a precarização dos serviços públicos e das relações de trabalho, destacando-se a intensificação do trabalho remoto e a imprevisibilidade das ações governamentais diante da crise sanitária. Esse contexto evidenciou a adoção de orientações políticas marcadas por práticas negacionistas e pela transferência de responsabilidades estatais para a sociedade civil e para o núcleo familiar, em contrariedade aos preceitos constitucionais que atribuem ao Estado o dever de assegurar a proteção social.

Ainda que de forma limitada e fragmentada, a manutenção de serviços essenciais contou com a atuação de profissionais inseridos na linha de frente do enfrentamento à pandemia, entre

eles, os assistentes sociais. Os dados analisados indicam que esses profissionais passaram a atuar em processos de trabalho reconfigurados, sob condições institucionais adversas e com ampliação das demandas sociais, o que reafirma a inserção do Serviço Social em um campo de disputas no Estado capitalista, condicionado pelas orientações neoliberais.

Entre os principais impactos identificados destacam-se: a adoção trabalho remoto e coletivo, o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a precarização das condições de trabalho e a necessidade de reorganização das estratégias interventivas. de reposicionamento profissional diante das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que repercutem diretamente na garantia dos direitos sociais. Esses elementos confirmam que a atuação do profissional não se dá como instância garantidora de direitos, mas como mediação crítica nos processos institucionais de acesso à proteção social, orientada pelos princípios ético-políticos da profissão e condicionada pelas determinações estruturais do contexto histórico.

Assim, a análise dos textos também permitiu compreender que o Serviço Social foi desafiado a redefinir suas respostas profissionais diante das configurações aprofundadas da questão social, reafirmando a centralidade da leitura crítica da realidade, da interpretação das demandas sociais e da incidência ético-política nos espaços institucionais. O estudo contribui, portanto, para ampliar o conhecimento sobre o trabalho profissional no contexto da pandemia, evidenciando a necessidade de análises críticas que situem o Serviço Social na totalidade histórica das relações sociais e nas disputas políticas que transitam o espaço das políticas públicas.

Referências

BARRETTO, E. S.; TORRES, M. A.; AMARAL, M. V. B. *Crises da sociedade contemporânea agravada pela Covid-19*: cenários e perspectivas. Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2021. 200 p.

BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. *Ultraneoliberalismo e bolsonarismo*: impactos sobre o orçamento público e a política social. Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia*:* Navegando Publicações, 2020. p. 103-121.

BEZERRA, A. L. S.; MEDEIROS, M. G. Serviço Social e crise estrutural do capital em tempos de pandemia. *Temporalis*, v. 21, n. 41, p. 53-69, 2021. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10090128. Acesso em: 28 jan. 2025.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 66-83, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?format=html&lang=pt. Acesso em: 21 fev. 2025.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em:

https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 30-47, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 21 jul. 2025.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016. Acesso em: 18 mai. 2025.

CARNEIRO, A. M. F.; CARVALHO, A. M. P.; ARAÚJO, M. S. S. Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional em Serviço Social. *Temporalis*, v. 21, n. 41, p. 173-189, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34520. Acesso em: 18 set. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS nº 383/99, de 19 de março de 1999*. Caracteriza o assistente social como profissional de saúde. Brasília: CFESS, 1999. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *CFESS Manifesta*: os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/yybvsp88. Acesso em: 21 fev. 2021.

CUNHA, T. G. S.; GUIMARÃES, A. S. M.; SANTOS, T. A.; FREIRE, L. B. V. Atuação da equipe multiprofissional em saúde, no cenário da pandemia por Covid-19. *Health Residencies Journal-HRJ*, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2020. Disponível em: https://hrj.emnuvens.com.br/hrj/article/view/37. Acesso em: 7 mar. 2025.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 84-100, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5GqfkcSgwKxcvBjnYBzJmHC/?lang=pt. Acesso em: 21 out. 2024.

FERREIRA, N. Reflexões sobre os impactos da pandemia de Coronavírus na formação de assistentes sociais através das residências multiprofissionais em saúde. *Revista Eletrônica de Serviço Social e Políticas Sociais*, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: https://serpos.net.br/index.php/serpos/article/view/12. Acesso em: 20 nov. 2024.

GISLER, G. V. G.; SOUZA, L. Àquelas que vieram e que virão: ENESSO em meio à pandemia da Covid-19. *Revista Pindorama: O Serviço Social em Destaque*, v. 1, n. 1, p. 113-122, 2020. Disponível em: https://revistapindorama.paginas.ufsc.br/files/2021/02/%C3%80QUELAS-QUE-VIERAM-E-QUE-VIR%C3%83O-ENESSO-em-meio-%C3%A0-pandemia-da-Covid-19.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KERN, F. A.; SILVA, I. A.; FAUSTINI, M. S. A. Integração ensino e pesquisa: repensando percursos formativos do estágio curricular obrigatório em Serviço Social em tempos de pandemia. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 5, SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 3, 2020, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 1-10. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/18709/2/Integrao_Ensino_e_Pesquisa_repensando_percursos_formativos_do_estgio_curricular_obrigatrio_em_servio_social_em.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

LIMA, C. V. A. C. Serviço Social e educação: os desafios da atuação profissional pós pandemia. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 5, p. 13696-13716, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/17530. Acesso em: 30 abr. 2025.

MENDES, S.; FERREIRA, G. G. Resistir: Serviço Social na saúde em tempos de pandemia, o ciclo dos 30 anos. *Cadernos da Pandemia*, v. 4, p. 24-31, 2020. Disponível em: https://isociologia.up.pt/sites/default/files/2021-10/%28Re%29inventar%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20social.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. *Familismo, direito e cidadania*: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Folha informativa sobre COVID-19*. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19. Acesso em: 21 de fev. 2021.

PEREIRA, L. D.; TELLES, A.; LOPES, G. S. Formação em tempos de pandemia: análise das atividades formativas desenvolvidas pelos cursos presenciais de Serviço Social no ano de 2020. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, v. 19, n. 48, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/60307. Acesso em: 8 abr. 2025.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 134-152, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 25 jan. 2025.

SILVA, Q. M. S. Serviço Social essencial: o papel do assistente social na garantia de proteção social diante da pandemia. *Humanidades em Perspectivas*, v. 5, n. 10, p. 6-18, 2021. Disponível em: https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1766. Acesso em: 5 out. 2024.

SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da Covid-19. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 118-133, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS/?lang=pt. Acesso em: 13 mar. 2025.

SOUZA, D. R. S.; LIMA, C. M. A. A contribuição do Serviço Social para o apoio matricial em duas Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) de Fortaleza no período da pandemia da Covid-19: um relato de experiência. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 2, p. 7723-7725, 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27843. Acesso em: 27 jul. 2025.

SOUZA, A. B. V.; ARAÚJO, A. L.; MEIRA, C. D. G.; SOUZA, J. G. M.; LIMA, A. S. A relevância da seguridade Social em tempos de pandemia: uma análise das implicações

sociais para as famílias e para o Serviço Social. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 2, 5006-5020, 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/26021. Acesso em: 26 fev. 2025.

TEJADAS, S. S.; JUNQUEIRA, M. R. Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 101-117, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Jq7JHTH5Ts7LDQZVLRfBTHp/?format=html&lang=pt. Acesso em: 14 jan. 2025.

WIESE, M. L. Serviço Social e a interlocução com a determinação social na saúde em tempos de pandemia. *Sociedade em Debate*, v. 26, n. 3, p. 146-159, 2020. Disponível em: https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2779. Acesso em: 9 jul. 2025.

YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R.; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, n. 138, p. 207-213, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3k9rXGbpd3TSLjKCrBw9tkC/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2025.

LIBERTAS ON LINE

Perfil dos egressos do projeto Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria

Profile of graduates from the Retirement Preparation and Education Program

Anna Cláudia Rodrigues Alves[*]
Estela Saléh da Cunha[**]
Ana Clara Aparecida Moreira Alves[***]
Renata Emanoelly Policarpo de Almeida[****]
Ruth Emanuelle Campos[*****]

Resumo: O presente trabalho traz o perfil socioeconômico dos egressos dos grupos do Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria, projeto vinculado ao Programa extensionista Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, realizados entre os anos de 2015 e 2019. O perfil foi obtido através de avaliações feitas junto a esses trabalhadores no período entre janeiro e julho de 2022, portanto, durante a pandemia de Covid-19, a qual os impactou diretamente na construção e fortalecimento de vínculos sociais para além dos espaços familiares, diante do distanciamento, então, estabelecido. As avaliações evidenciaram como a trajetória de trabalho desses sujeitos, caracterizada por boas condições e acesso a serviços essenciais, lhes proporcionou uma velhice mais digna e com qualidade de vida, e o projeto contribuiu com reflexões relativas à sua vivência mais consciente dessa fase.

Palavras-chave: Trabalho; Envelhecimento; Aposentadoria; Condições de vida.

Abstract: This study presents the socioeconomic profile of graduates from the Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria, a project linked to the Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento, run by the Faculdade de Serviço Social at the Universidade Federal de Juiz de Fora, between 2015 and 2019. The profile was obtained through assessments conducted with these workers between January and July 2022, during the COVID-19 pandemic, which directly impacted their ability to build and strengthen social ties beyond family settings, given the social distancing measures in place. The assessments highlighted how these individuals' work trajectories, characterized by good conditions and access to essential services, provided them with a more dignified and high-quality old age. The project contributed to reflections on their more conscious experience of this phase.

Keywords: Work; Aging; Retirement; Living conditions.

[*] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: annaclaudia.alves@ufjf.br
[**] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: estela.saleh@ufjf.br
[***] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: anaclara.alves@estudante.ufjf.br
[****] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: renataemanoelly40@gmail.com
[*****] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ruthemanuelle16@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49719
Recebido em: 06/08/2025
Aprovado em: 14/01/2026

Introdução

O presente artigo tem por objeto a análise dos dados do perfil e avaliações dos egressos dos grupos socioeducativos do projeto de extensão Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria - PPEA, vinculado ao Programa extensionista Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), realizados entre os anos de 2015 e 2019. Esses grupos foram desenvolvidos em parceria com uma empresa pública[1] da Zona da Mata Mineira junto aos seus trabalhadores, e a avaliação destes estiveram previstas nas propostas do PPEA aprovadas nos editais da Pró-reitoria de Extensão da UFJF de 2019/2021/2022/2023/2024[2].

Os indicadores de avaliação em projetos de extensão envolvem a análise sistemática dos resultados e do impacto de suas ações que, no presente projeto, foram qualitativos, construídos a partir de um estudo de caso, voltado à compreensão da realidade social desses trabalhadores e o impacto da trajetória laboral e do PPEA em seu processo de transição para a aposentadoria.

Segundo Chizzotti (2000, p. 102), o estudo de caso se constitui em um "[...] marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação [...]", aqui, abrangendo a realidade dos egressos do PPEA.

Sendo assim, a motivação desse estudo se deu pela perspectiva de aprofundar o conhecimento da equipe acerca de seu público-alvo e de melhor compreender os aspectos relacionados à aposentadoria abordados ao longo dos grupos de PPEA, uma vez que foram eleitos como sujeitos desse processo investigativo de avaliação e monitoramento os egressos que já se encontravam aposentados à época da avaliação. Trata-se, portanto, do aprofundamento teórico de situações que emergem da prática profissional, não sendo revelados dados que possam identificar esses sujeitos, com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento de alunos de graduação, conforme previsto no artigo 1º, incisos VII e VIII respectivamente, da Resolução 510 do Conselho Nacional de Saúde, os quais tratam dos estudos que dispensam avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

[1] Nossos agradecimentos às autoras Patrícia Teixeira Groppo de Oliveira – responsável pela ação extensionista na empresa parceira do projeto de extensão "PPEA", Camilla Eduarda Santos de Battisti e Maria Eduarda Reis, então, estagiárias da empresa, as quais participaram ativamente de todo o processo de pesquisa e elaboração do presente trabalho.

[2] Edital 12/2019 - Projetos de extensão de demanda espontânea com a concessão de bolsas e solicitação de apoio. Edital 01/2021 – Programas e Projetos de Extensão de Demanda Espontânea, com a concessão de bolsas. Edital 04/2022 – Programas e Projetos de Extensão de Demanda Espontânea, com a concessão de bolsas. Edital 04/2023 – PIBIEX – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão – Demanda Espontânea, com a concessão de bolsas.

Segundo França (2019), o acompanhamento dos participantes de PPEAs é um fator determinante para a avaliação e o redimensionamento desses programas, uma vez que o alcance de seus objetivos está relacionado à adaptação e bem-estar desses trabalhadores após seu desligamento da organização. Dentre as formas de avalição, a autora aponta a realização de entrevistas às chefias sobre o aposentável participante do programa, os gestores de outras áreas, dos aposentáveis e dos que já se aposentaram; esta última desenvolvida pelo presente projeto.

Para tanto, adotamos a entrevista semiestruturada como instrumento dessa avaliação, a qual trouxe questões referentes aos seguintes aspectos: família e vínculos; trabalho após a aposentadoria; tempo livre; saúde; aposentadoria; previdência social e organização financeira; aspectos estes, componentes dos módulos de discussão dos grupos do PPEA realizados no projeto.

Segundo Manzini (2004, p. 21), esse tipo de entrevista

> possui um roteiro de perguntas básicas previamente estabelecidas e que fariam referência aos interesses da pesquisa. Ela difere da estruturada pela sua flexibilidade quanto às atitudes e compreensão do pesquisador, podendo ou não alterar as perguntas no decorrer das respostas dadas.

Ressaltamos que esse processo avaliativo, inicialmente, necessitou sofrer adaptações, por ter ocorrido durante o período da pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, quando as primeiras abordagens foram realizadas no formato virtual. Importante pontuar que com a significativa melhora no cenário da pandemia, a partir do avanço das campanhas de vacinação e redução dos casos graves, houve a flexibilização das restrições de circulação social pelas autoridades de saúde pública, bem como, a liberação do trabalho presencial na extensão pela UFJF. Com esse novo panorama, optamos por oferecer aos trabalhadores a realização do projeto, também, de forma presencial na sede da empresa parceira.

Encerradas as avaliações, compilamos as informações registradas, e assumimos o compromisso ético de garantir a proteção da identidade dos egressos que responderam ao instrumento avaliativo, a partir da não identificação desses, atribuindo letras aleatórias como forma de indicar os trechos transcritos de cada uma das entrevistas; cumprindo, assim, o que determina a Resolução 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, em seu artigo 3º, inciso VII.

Com base nessas informações pudemos verificar que a trajetória de trabalho desses trabalhadores, caracterizada pela estabilidade, acesso a plano de carreira e benefícios como assistência médica e vale-refeição, lhes possibilitou usufruir de um processo de envelhecimento mais protegido que o da maioria da população idosa brasileira, ao relatarem seguir em

condições de prover suas principais necessidades nesta fase, bem como de acessar serviços essenciais.

Essas boas condições puderam ser observadas, também, a partir da percepção de sua saúde, uma vez que a avaliaram, majoritariamente, como sendo boa ou ótima, mesmo reconhecendo a sobrecarga desta em suas despesas, pela utilização de convênios médicos e gastos com medicações.

Outra questão observada foi o impacto da conjuntura sócio-histórica da pandemia na vida desses trabalhadores aposentados, sobretudo, na construção e fortalecimento de vínculos de sociabilidade para além dos espaços familiares, diante do distanciamento, então, estabelecido.

Sobre o processo de aposentadoria, propriamente dito, a maioria dos egressos relatou sentir que tinham informações suficientes sobre o sistema previdenciário no momento de solicitação desta. Essa alta porcentagem sugeriu, à princípio, a relação entre acesso à informação e boas condições de trabalho vivenciadas, e o pressuposto de que a participação desses trabalhadores no PPEA lhes proporcionou um espaço para orientações e recursos informativos sobre o processo de aposentadoria, capaz de favorecer uma transição mais tranquila para essa fase da vida.

Isto pois, um dos principais objetivos dos PPEAs é o de

> [...] contribuir com o planejamento do trabalhador para o processo de aposentadoria, desde seu ingresso até a fase posterior à aposentadoria, por meio de um processo de reflexão, socialização de informações, elaboração e execução de ações que despertem atitudes e comportamentos que possam promover a qualidade de vida do mesmo, a descoberta dos limites e potencialidades e a escolha de alternativas para um novo projeto de vida. Isso requer uma atuação interdisciplinar, conhecimento da realidade no que concerne ao perfil dos trabalhadores e aos recursos institucionais e extrainstitucionais existentes (Miranda, Teixeira, 2020, p. 214).

São esses requisitos que pautaram as ações do nosso projeto e desenvolvimento desse estudo.

O projeto e seus egressos

O projeto de extensão PPEA foi criado em 2015 com o objetivo de assessorar profissionais e gestores interessados em desenvolver Programas de Preparação e Educação para a Aposentadoria - PPEAs em organizações públicas, entidades profissionais e/ou sindicais, prevendo seu acompanhamento durante todo o processo de planejamento, execução e avaliação destes programas.

Segundo Zanelli, 2000 (*apud* Miranda; Teixeira, 2020, p. 206), os PPAs são

> [...] programas de desenvolvimento pessoal que, através de ações educativas, visam a estimular comportamentos e atitudes que ajudem a reinterpretar valores, conceitos e emoções que contribuam para o bem-estar (Zanelli, 2000). Caracterizam-se como multidimensionais, pois abrangem vários aspectos: econômicos, identidade, relacionamento familiar, sexualidade, saúde, trabalho, esporte, lazer, cultura e outros. Adotam como metodologia atividades como palestras, oficinas de vivências etc. Para que obtenham bons resultados necessitam do diagnóstico institucional, de pesquisa junto aos trabalhadores e treinamento dos profissionais a comporem a equipe do programa.

Desde o seu início, o PPEA conta com uma empresa pública parceira, onde já foram realizados seis grupos de preparação e educação para a aposentadoria, com um público total de 81 trabalhadores participantes. Esse público se constitui no foco do presente trabalho, no qual buscamos aprofundar o conhecimento acerca de sua realidade e avaliar o impacto do PPEA e de sua trajetória laboral em seu processo de transição para a aposentadoria.

Para tanto, priorizamos na avaliação os trabalhadores que já se encontravam aposentados, no entendimento de que sua vivência desta fase oportunizaria melhores condições para a identificação de possíveis contribuições do PPEA em suas realidades.

Assim, com base nos dados atualizados pela empresa parceira no ano de 2021, identificamos 46 egressos aposentados, os quais foram convidados a responder à avaliação do projeto. Destes 46, 21 (45%) aceitaram participar, 13 (28%) não puderam ser contatados (devido a número incorreto ou ligação não completada/atendida), 8 (17%) recusaram sem mencionar justificativa, 3 (7%) estavam impossibilitados por questões de saúde e 1 (2%) não tinha disponibilidade de tempo. Destaca-se que os 8 trabalhadores aposentados que não apresentaram justificativas para a recusa de participação, levaram-nos a supor alguns potenciais motivos para tal, como problemas de saúde - momentâneas ou contínuas, questões de ordem cultural, desejo pessoal, ou de ordem socioeconômica, agravadas pelo período pandêmico.

A "Pandemia de Covid-19", por sua vez, trouxe impactos em todo o processo de avaliação do projeto: da localização dos egressos aposentados e efetividade dos contatos para convidá-los às avaliações, a adaptações na realização destas, tendo em vista as medidas de afastamento social recomendadas pelas autoridades de saúde pública.

As bolsistas do projeto e os estagiários da empresa parceira realizaram contato telefônico com os trabalhadores aposentados para o agendamento das avaliações e, também, se dividiram em duplas para aplicação desse instrumento, a fim de garantir a qualidade na captação de informações, implícitas e explícitas. Tais avaliações foram realizadas no período entre janeiro e julho de 2022, em sua maior parte, remotamente, sendo utilizada a plataforma *online*

de comunicação em vídeo, denominada *Google Meet*, com uso da ferramenta de gravação de tela, para fins de registro e posterior transcrição.

Com a significativa melhora no cenário da pandemia, a partir do avanço das campanhas de vacinação e redução dos casos graves, houve a flexibilização das restrições de circulação social pelas autoridades de saúde pública, bem como, a liberação do trabalho presencial na extensão pela UFJF. Com esse novo panorama, optamos por oferecer aos trabalhadores a realização do projeto, também, de forma presencial na sede da empresa parceira.

Assim, durante a aplicação dos formulários de avaliação foram utilizados, como instrumento auxiliar, aplicativos de gravação de áudio, as quais foram autorizadas pelos trabalhadores, para melhor captação de suas falas.

Os elementos avaliados, por sua vez, envolveram as áreas temáticas abordadas nos grupos educativos do PPEA, a saber: família e vínculos; trabalho após a aposentadoria; tempo livre; saúde; aposentadoria; previdência social e organização financeira. Foram incluídas questões objetivas e subjetivas, com a finalidade de se obter informações sobre a experiência de transição do vínculo de trabalho para a aposentadoria entre os entrevistados.

Concluídas as avaliações, passamos à sua sistematização e análise. Nesse momento, observamos que as abordagens realizadas presencialmente forneceram informações mais detalhadas sobre as questões propostas em comparação com as realizadas online. No entanto, essa diferença não comprometeu a integridade das informações levantadas.

Com base nestas, observamos, também, o impacto negativo do contexto pandêmico na vida dos egressos aposentados, como o adiamento de planos e viagens, a menção ao aumento no preço de combustíveis e alimentos, além do comprometimento na construção e fortalecimento de vínculos sociais para além dos espaços familiares, em decorrência das medidas de distanciamento social.

Sobre o perfil desses egressos, cabe apresentar que a aposentadoria dos 21 avaliados ocorreu no período entre janeiro de 2017 a fevereiro de 2022. Destes, 10 (43%) são do sexo masculino e 11 (57%) são do sexo feminino. A respeito da idade, no período da avaliação, tinham entre 55 e 72 anos, sendo a maioria na faixa etária entre 61 até 68 anos. Além disso, no que se refere às funções que desempenhavam na empresa, 6 (30%) dos entrevistados ocuparam cargos de nível superior; 6 (30%) de nível fundamental/médio operacional; 5 (25%) do nível médio administrativo; e 4 (15%) do nível técnico. No que diz respeito ao tempo de trabalho na instituição, este variou entre 12 e 42 anos, sendo: 4 (19%) com menos de 20 anos; 3 (14%) entre 20 e 29 anos; 10 (48%) entre 30 e 39 anos; e 4 (19%) com mais de 40 anos.

Apresentados os dados preliminares de perfil, iremos expor, a partir de uma análise e interpretação qualitativa, as questões que estruturaram e possibilitaram o alcance dos nossos objetivos neste estudo. A fim de organizar o trabalho interpretativo e a construção de sentido, as informações foram agrupadas em torno de algumas categorias analíticas/grupos temáticos, quais sejam: Proteção Social e Condições Socioeconômicas; Saúde; Vínculos familiares e/ou pessoais e Tempo Livre. Destacamos, entretanto, que para além, ou vinculada a essas, uma questão que se compôs como uma categoria de análise importante nessa avaliação são as que envolvem as "relações de gênero", que dialogam com todas as demais categorias, configurando-se como um elemento transversal aos grupos temáticos tratados. Por essa razão, as questões de gênero serão evidenciadas ao longo da exposição dos dados e não em um subitem específico.

Proteção social e condições socioeconômicas

O envelhecimento não é um processo uniforme, mas sim influenciado por diversos fatores sociais, econômicos e institucionais. Essas condições moldam de maneira distinta as experiências vividas na velhice pelos indivíduos. Nesse contexto,

> considerando-se que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social, não se pode universalizar suas características no processo de construção das bases materiais da existência, porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade, principalmente na sociabilidade fundada pelo capital, nas quais as desigualdades, pobrezas, e exclusões sociais lhes são imanente e, reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador (Teixeira, 2008, p. 30).

O trabalho desempenha um papel central na construção do ser social e na organização da vida, de modo que a interrupção do vínculo empregatício através da aposentadoria acarreta implicações significativas na vida dos indivíduos. Isso ocorre por representar “o rompimento de vínculos tradicionais, mudanças de costumes e na vida pessoal e social" (Zanelli, 2000 *apud* Miranda; Teixeira, 2020, p. 202). Os egressos do PPEA descrevem o impacto dessa transição, da ausência de uma rotina de trabalho, bem como sobre a necessidade de "ocupar o tempo" com novas ou outras atividades, através de falas como: “A gente que trabalha todo esse tempo tem uma rotina diária, e essa rotina muda por completo, e a gente vai tentando se adequar a essa nova situação […]” (Homem, MD); “A falta do trabalho existe, mas encontramos trabalho em casa, na família, em outros lugares” (Mulher, RL); “Sinto falta de trabalhar e tenho pensado muito em arrumar alguma função para distrair um pouco” (Mulher, AG).

Assim, como a aposentadoria marca, nesta sociedade, o início da velhice (enquanto marco temporal ou cronológico), e o acesso a bens e serviços está estruturalmente definido pelo lugar social dos sujeitos - trabalhador/capitalista ou ainda, entre os trabalhadores, os melhores ou piores remunerados, os que exercem trabalhos mais ou menos precarizados - para uma parcela significativa da população, a velhice pode ter um percurso bastante desafiador, visto as dificuldades financeiras, limitações de acesso à saúde e a outros serviços essenciais, decorrentes da natureza própria do modo de produção, agravada pela precarização dos sistemas de proteção social.

Os trabalhadores abordados foram empregados públicos, com vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Esses encontravam-se inseridos em um contexto específico, tendo acesso a benefícios decorrentes do vínculo empregatício formal tais como, assistência médica, vale-refeição, entre outros, proporcionando melhores condições socioeconômicas durante a trajetória laboral. Essa condição possibilitou um processo de envelhecimento mais protegido em relação à realidade social da maioria da população idosa brasileira.

Na avaliação foi possível identificar que 19 (91%) egressos consideraram estar financeiramente preparados para a aposentadoria. Essa sensação de segurança financeira pode ser explicada por serem trabalhadores formais, sendo esperado que eles tivessem condições de trabalho mais estáveis e uma maior proteção no que diz respeito ao seu emprego. Ainda assim, embora a maioria dos egressos tenha se sentido financeiramente preparada para a aposentadoria, é importante ressaltar que houve aqueles que mencionaram que a aposentadoria envolveria redução de gastos e planejamento financeiro.

Ao questionarmos os egressos sobre o impacto financeiro em sua qualidade de vida ao se aposentarem, 10 (48%) relataram não observar mudanças significativas, mantendo o padrão de vida anterior, como expresso nas seguintes falas: “Eu pensei [sobre preocupação com a aposentadoria] porque o meu salário ia diminuir muito, mas optei pela aposentadoria e a minha qualidade de vida aumentou muito e é isso que importa e era isso que eu queria” (Mulher, SM); “Não tem impacto, está dentro do meu padrão. Tenho um plano de saúde e casa para morar, não sou uma pessoa altamente consumidora, esbanjadora” (Mulher, MF).

Dos sujeitos abordados, 9 (43%) indicaram que houve algum impacto na qualidade de vida após a aposentadoria, o que é bastante significativo diante das observações anteriormente apontadas e pelos que afirmaram não ter se preocupado com as mudanças trazidas por ela. “Tive um impacto por conta dos tíquetes [benefício de vale alimentação], porque o salário era livre,

não precisava gastar com transporte, alimentação […]" (Mulher, VM). "Precisei me controlar mais, pesquisar mais o preço das coisas. Fiquei mais vigilante com o dinheiro" (Homem, IA).

Esses trabalhadores, em sua maioria, relataram não terem experimentado alterações significativas em suas vidas, em especial, na qualidade de seus acessos a bens e serviços. Acreditamos que isso se deve à segurança proporcionada pelo exercício do trabalho formal, protegido, estável, organizado por um plano de carreira e com disponibilidade de benefícios para alimentação, saúde, previdência complementar e outros. Assim, embora reconheçam mudanças advindas com a aposentadoria e uma redução no nível de consumo, suas necessidades básicas não foram afetadas de forma considerável nesta etapa da vida. Fato que reafirma a importância da luta da classe trabalhadora pela manutenção e ampliação de seus direitos.

Os resultados das avaliações junto aos egressos evidenciam que os trabalhadores que desfrutaram de condições de trabalho favoráveis relataram experiências positivas ao se aposentarem. Essas boas condições de trabalho proporcionaram uma transição tranquila para a aposentadoria e garantiram condições de vida adequadas, o que contrasta com a situação enfrentada por grande parte dos aposentados brasileiros. Entre as falas que elucidam as experiências positivas, destacam-se algumas: "Estou mais leve, o processo tem sido muito tranquilo. Apesar de eu ter me organizado e planejado, no início foi uma grande mudança, mas agora estou bem adaptada e muito feliz" (Mulher, EM); "A aposentadoria está muito boa e eu não me arrependo. Tenho mais tempo para cuidar das minhas coisas, do que eu gosto […]" (Mulher, NS).

Nas avaliações realizadas, não foram identificados relatos de endividamento que afetassem adversamente a situação financeira dos participantes. Apenas 1 (5%) trabalhador mencionou estar com empréstimo em curso, e somente 3 (14%) pessoas relataram despesas relacionadas ao pagamento de casa ou apartamento.

Entre os relatos registrados, verificamos algumas estratégias de complementação de renda. Destacamos o caso de 2 (10%) pessoas que mencionaram a compra de imóveis como uma forma de complementar a renda através do aluguel e de preservar o valor do seu dinheiro, conforme relatado por um dos entrevistados. Vale ressaltar que ambos ocupavam cargos que exigiam ensino superior, portanto, mais bem remunerados.

Ao questionar os egressos sobre seus investimentos financeiros para o futuro, como previdência privada, fundos de investimento e outros, verificamos que 13 (62%) trabalhadores responderam que sim, têm estratégias de investimentos financeiros. Desses, 4 (19%) mencionaram detalhadamente tais investimentos em seus relatos, destacando a previdência complementar como um valor adicional ao benefício de aposentadoria do Instituto Nacional

Seguro Social (INSS). Para esses trabalhadores, a previdência complementar é vista como uma estratégia para assegurar uma renda estável e confortável na aposentadoria.

Além disso, destacamos uma preocupação muito comum observada na fala dos egressos no que diz respeito às perdas financeiras advindas com a aposentadoria: o fim de benefícios como tíquete alimentação/refeição e plano de saúde. Destacamos, neste sentido, os seguintes trechos das avaliações: "Quando eu estava trabalhando na instituição eu tinha um auxílio do tíquete alimentação que era muito bom… e faz muita falta" (Mulher, NS); "Eu senti muita falta do meu tíquete, porque era uma coisa que eu tinha que... nem precisava pensar" (Mulher, AL).

Sendo assim, com a ausência desses mínimos sociais, é possível pensarmos um impacto direto no bem-estar e na estabilidade financeira dos aposentados e suas famílias.

Ao resgatarem os motivos decisórios no processo de aposentadoria, os egressos citaram o cansaço atribuído ao envelhecimento e à idade alcançada. Relataram não acompanhar mais o ritmo ditado no ambiente de trabalho, destacando, também, o fato da inserção no mercado de trabalho ter ocorrido de forma precoce, como pontua um dos egressos: "Eu estava cansado demais, eu comecei a trabalhar muito jovem, era criança praticamente, trabalhei muitos anos sem carteira assinada, 37 anos de contribuição, aí eu já estava cansado, queria parar de trabalhar" (Homem, JB).

Além das motivações mencionadas, os trabalhadores também abordaram as relações familiares. Eles expressaram o sentimento de que era hora de ficarem mais próximos de suas famílias e se dedicarem a elas, especialmente, considerando o tempo prolongado fora de casa por conta do trabalho. Isso fica nítido no trecho, a seguir: "Sentia que não produzia o que eu deveria produzir, isso gerava um incômodo e senti que era o momento de cuidar da família, porque era o dia inteiro fora de casa" (Mulher, MC).

Ainda no que diz respeito à decisão de se aposentar, destacamos entre os egressos, a preocupação em relação às iminentes mudanças nas regras da Política Previdenciária. Essa apreensão os levou a buscar sua aposentadoria o mais rápido possível, aproveitando as regras, então vigentes, que incluíam critérios como faixa etária, tempo de serviço e outros requisitos para o alcance do direito à aposentadoria. Isso fica nítido nos seguintes relatos: "Quando teve a discussão sobre a reforma da previdência, cheguei a fazer uma simulação, porque não queria trabalhar muito tempo a mais e já tinha uma ideia de quando poderia aposentar" (Mulher, EM); "[...] a princípio queria aposentar por tempo de serviço, mas não consideraram. Daí a partir do PPEA decidi aposentar, até pelas mudanças que poderiam acontecer no INSS" (Mulher, VM).

Outro aspecto abordado nas avaliações foi o retorno ao mercado de trabalho após a aposentadoria. Observou-se que, para a maioria da população brasileira, retomar atividades

laborais é uma necessidade imperiosa, pois o benefício previdenciário não é suficiente para garantir condições básicas de subsistência (Peixoto, 2004). No entanto, a proteção social decorrente do vínculo empregatício dos entrevistados assegurou um número reduzido de reingressos ao mercado de trabalho, com apenas 2 (10%) participantes afirmando continuar trabalhando em outras atividades. Além disso, 1 (5%) entrevistado mencionou não exercer atividades laborais, no entanto, foi identificado como membro do Conselho de Administração da empresa da qual se aposentou.

Peixoto (2004) destaca duas principais motivações para o retorno ao mercado de trabalho por parte dos aposentados: a necessidade de manter o padrão de vida, incluindo a solidariedade familiar, e o trabalho como forma de preencher um vazio social. Esses fatores evidenciam a complexidade das decisões de aposentadoria e a importância de políticas públicas que possam oferecer um suporte mais robusto para garantir a segurança financeira e o bem-estar dos aposentados.

Importante registrar que 19 (91%) dos egressos relataram sentir que tinham informações suficientes sobre o sistema previdenciário no momento de solicitação da aposentadoria. Essa alta porcentagem sugere, em primeiro lugar, como já discutido, a relação entre acesso à informação e boas condições de trabalho vivenciadas. Ademais, é possível pensar que a participação desses trabalhadores no PPEA lhes proporcionou um espaço para orientações e recursos informativos sobre o processo de aposentadoria; o que pode ter contribuído para uma transição mais tranquila para essa fase da vida, mesmo considerando os potenciais impactos financeiros.

Destacamos que os impactos na saúde também se mostraram presentes nas falas dos egressos, visto que, com exceção de um trabalhador, todos afirmaram investir em planos de saúde privados, onde 7 (33%) mencionaram que os gastos com esses e com medicamentos representavam a despesa que mais pesava em seu orçamento.

Segundo Teixeira (2008), as ações empresariais na esfera social e econômica têm consequências significativas para a sociedade e o Estado. Ao enfatizar as iniciativas privadas na oferta de "benefícios" sociais essenciais, como saúde e alimentação, há uma tendência de diminuir o papel do Estado como principal provedor desses serviços. Isso enfraquece a capacidade do Estado de atender às necessidades básicas da população e garantir um sistema de proteção social abrangente.

Teixeira (2008) destaca que as estratégias empresariais buscam ganhar o apoio dos trabalhadores para os interesses do capital, o que resulta na dissimulação dos direitos sociais que deveriam ser assegurados pelo Estado. Essa transferência de responsabilidades para o setor

privado contribui para o mascaramento "[...] da luta de classes e as causas estruturais da desigualdade social [...]" (Teixeira, 2008, p. 213). Nesse sentido, a participação das entidades privadas na proteção do bem-estar tem como consequência o enfraquecimento dos direitos sociais e das políticas universais, diminuindo assim a responsabilidade do Estado em garantir um acesso justo e equitativo aos serviços e benefícios.

Podemos observar que a percepção geral entre os participantes da pesquisa corresponde à argumentação apresentada por Teixeira (2008) sobre a mercantilização dos serviços, em que a lógica neoliberal busca fortalecer o setor privado através do comprometimento da qualidade dos serviços público; o que explica o fato de apenas 1 (5%) trabalhador utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Por outro lado, esse fato denota também, apesar da sobrecarga das despesas com saúde relatada pelos egressos em seu orçamento, de que estes usufruem de melhores condições de aposentadoria em comparação com a maioria dos idosos brasileiros, segundo Melo-Silva (2018 *apud* Campelo e Paiva *et al*., 2021), 75,3% dependem exclusivamente dos serviços prestados pelo SUS e 83,1% realizou apenas uma consulta médica nos últimos 12 meses.

Diante dessa realidade, faz-se necessário enfatizarmos o conceito de determinantes da saúde como fatores que atravessam o processo saúde-doença. Trata-se de fatores econômicos e psicossociais que influenciam a saúde e bem-estar dos sujeitos, tais como: renda, educação, condições de trabalho, suporte social, redes de relacionamento e comunidades, e o próprio acesso à saúde, seja através de políticas públicas ou serviços privados. Conforme descreve Souza (2013, p. 47):

> As diferenças de saúde entre grupos humanos não podem ser justificadas por fatores biológicos; pelo contrário, as diferenças de saúde parecem resultar de hábitos e comportamentos construídos socialmente e, principalmente, de fatores que estão fora do controle direto do indivíduo ou do grupo.

Diante do exposto, podemos afirmar, portanto, que o quadro de saúde apontado pelos egressos do PPEA está diretamente relacionado ao fato desses sujeitos advirem de um espaço laboral que os possibilitou condições econômicas favoráveis e estabilidade no decorrer de suas vidas. Uma vez que, "as condições econômicas dos idosos refletem-se na sua saúde e no seu acesso aos serviços de saúde. As pessoas pobres e de baixa renda, entre elas particularmente os idosos, têm piores indicadores de saúde e de capacidade funcional" (Aber; Ginn,1993; Diaz, 2002; Lima-Costa *et al*., 2003, p. 57 *apud* Attias-Dofunt, 2004, p. 101).

Outro ponto observado nesse processo foi a predominância das mulheres em relação a uma percepção de boa saúde. Analisando as respostas nas avaliações do projeto, pudemos constatar que, dentre os 21 trabalhadores, 5 (24%) destes avaliaram a sua saúde como sendo

"ótima", no caso, todas mulheres, 4 (19%) pessoas, como "regular", sendo todos homens e 12 (57%) entrevistados consideraram sua saúde como "boa". Desses 12 trabalhadores, sendo 8 (67%) mulheres e 4 (33%) homens.

Segundo Neri (2007), isso se dá pela maior utilização de serviços de atenção primária pelas mulheres, em relação aos homens. Uma questão abordada pela autora é a influência dos fatores culturais, ao reforçarem os papéis de gênero, que fazem com que muitos homens neguem a posição de "vulnerabilidade" associada à doença. A autora também trata sobre o fato de que os homens tendem a estar mais na posição de receber cuidados. De modo que pode gerar a busca tardia por ajuda profissional, fazendo-o apenas quando os cuidados domésticos já não são mais suficientes.

Em relação à existência de problemas crônicos de saúde, 16 (76%) dos trabalhadores afirmaram tê-los, sendo 8 mulheres e 8 homens. Outros 5 (24%) afirmaram não possuir doenças crônicas, compreendendo 3 mulheres e 2 homens. Ao buscar saber quais são os problemas de saúde crônicos relatados, constatamos que 9 (2 mulheres e 7 homens) citaram diagnóstico de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS); 3 mulheres revelaram problemas na tireoide; outros 3 (2 mulheres e 1 homem) salientaram possuir o colesterol elevado; 3 (1 mulher e 2 homens) possuíam Diabetes Mellitus (DM); e 4 (2 mulheres e 2 homens) relataram problemas osteomusculares. Por fim, 1 mulher indicou o diagnóstico de Glaucoma e outra informou o diagnóstico de Colangite Esclerosante Primária (comprometimento das funções hepáticas).

Das questões mencionadas, as mais recorrentes no Brasil nesta faixa etária, segundo uma pesquisa organizada pela Iniciativa Saúde Amanhã, em parceria com a Fiocruz, publicada no ano de 2023, são HAS e DM. De acordo com essa pesquisa "[...] no caso da hipertensão, cerca de 50% dos homens e 60% das mulheres declararam experimentá-la em 2019" (Noronha, 2023, p. 35).

Dos 16 (76%) egressos, que possuem problema de saúde crônico, todos afirmaram realizar acompanhamento com seu profissional de referência. Dos 21 entrevistados, 13 (62%) afirmaram fazer uso de remédios controlados. Verificamos que, dos trabalhadores que fazem uso de medicamentos controlados, 4 utilizam antidepressivos ou outras medicações ligadas ao tratamento de saúde mental. Destas 4 pessoas, 3 ocupavam cargos de nível superior, sendo 1 homem e 2 mulheres, e 1 homem ocupava um cargo de nível médio operacional. É importante observar que a maior parte das pessoas que relataram sofrimento emocional ocuparam cargos de maior demanda burocrática durante a vida laboral.

De acordo com Robaina (2022), o processo de aposentadoria pode ser desafiador para os trabalhadores, especialmente devido à perda dos vínculos sociais e à sensação de inutilidade.

A dificuldade em se adaptar aos novos ritmos da vida fora do mercado de trabalho e em encontrar sentido nessa nova fase pode contribuir significativamente para o adoecimento emocional e psicológico dos aposentados.

Contudo, esta não é a realidade manifestada pelos egressos do PPEA. Apesar de alguns aposentados terem relatado o uso de remédios para a saúde mental, verificamos que tal fato não se vincula diretamente ao processo de sua aposentadoria, pois o uso destes medicamentos começou a ser feito enquanto ainda eram trabalhadores ativos na empresa pesquisada. Desta forma, as condições de saúde relatadas se relacionam mais às questões de seu processo de trabalho, o que pode ser observado na seguinte fala: "Eu sempre trabalhei na área operacional que é uma área que te estressa muito, tem muita cobrança para todos os lados, é a população cobrando, é político cobrando, diretoria cobrando e lidar com 40 funcionários não é fácil também" (Homem, LC).

Houve trabalhadores que relataram algumas questões vinculadas ao processo de aposentadoria, como perda de alguns vínculos sociais, diminuição da renda ou a perda do tíquete, que geraram um certo grau de sofrimento, mas nenhum aposentado relatou estar passando por um adoecimento mental desencadeado pelo processo de aposentadoria.

> No início a gente se sente como se tivesse caído do ninho, porque é muito tempo trabalhando com muitas pessoas, aquele trabalho contínuo. Há aquele pensamento de estar à toa, sem fazer nada, então me sentia culpada no início. Mas depois entendi que era um novo ciclo, que era uma consequência de ter trabalhado por 40 anos (Mulher, RL).

Em relação ao autocuidado, as respostas dos egressos foram categorizadas da seguinte forma: alimentação saudável; exercícios físicos; exames periódicos; uso de medicações; redução do consumo de bebida alcoólica; uso de tabaco; lazer; sono; busca de informação sobre a saúde; distanciamento social (devido ao contexto de pandemia); espiritualidade.

Identificamos 19 (91%) pessoas que citaram alimentação saudável; 10 (48%) pessoas exercícios físicos; 4 (19%) pessoas associaram o uso de medicações como estratégia de autocuidado; 3 (14%) pessoas citaram a redução do consumo de bebida alcoólica; 2 (10%) pessoas o não tabagismo; 2 (10%) mencionaram o lazer, outras 2 (10%) o sono; 1 (5%) pessoa falou sobre o distanciamento como estratégia de cuidado pelo contexto da pandemia; 1 (5%) alegou buscar informações sobre saúde; 1 (5%) pessoa citou a espiritualidade e 1 (5%) relatou a realização de exames periódicos. Nenhum trabalhador mencionou estar em uma situação de saúde "ruim" ou "péssima".

A análise dessas informações possibilitou uma reflexão acerca das questões que a saúde pública brasileira vem passando. Conforme elabora Bravo (2018), mesmo com a criação do

SUS, que prevê acesso universal, integral e equânime, a política pública de saúde tem sofrido uma forte ofensiva que visa o seu sucateamento, buscando promover os serviços privados de saúde, o que se intensificou a partir da década de 1990, com a influência do neoliberalismo no Brasil. Em razão disso, a saúde pública nacional possui questões centrais, que não foram superadas até os dias atuais, como: a lógica macroeconômica centrada na valorização do capital financeiro em detrimento da política social, a falta da concepção de seguridade social e, principalmente, a mercantilização da saúde.

Não coincidentemente, uma das questões abordadas por boa parte dos entrevistados foram os gastos excessivos com a saúde, o que possibilita um breve "diagnóstico" de como se encontra a questão da saúde pública no Brasil. Apenas 4 (19%) pessoas obtêm os remédios pelo SUS e 11 (52%) adquirem medicação com recursos próprios (incluindo 2 pessoas que utilizam remédios que não são controlados). Como visto, apenas 1 (5%) entrevistado utiliza o SUS como referência e se destaca que 1 das 4 pessoas que usam medicação do SUS, acessam o programa de medicação de alto custo.

Além dos aspectos relativos à saúde, também tiveram destaque na análise das avaliações as relações estabelecidas com a família, o uso do tempo livre na aposentadoria e aspectos relativos aos vínculos estabelecidos pelos entrevistados com grupos para além do núcleo familiar. Essas questões serão abordadas no próximo tópico.

Família, vínculos e tempo livre

A família desempenha um papel fundamental como categoria analítica em estudos que abordam os processos de vida. Nas sociedades, em geral, a família é compreendida, moral e formalmente, como fonte primordial de apoio informal, sobretudo, à população envelhecida. Na atual Constituição brasileira, inclusive, tal instituição se encontra priorizada em seu artigo 230: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, e garantindo-lhes o direito à vida" (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, a família é requerida como principal agente a assumir o cuidado junto a esses membros, o que é reforçado, no Estatuto da Pessoa Idosa (2003), em seu artigo 3°:

> é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar a pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2003).

Diante de tal protagonismo, a família foi abordada ao longo das avaliações com os egressos e será apresentada como tema central das questões e reflexões que se seguem, voltada à compreensão do papel desses trabalhadores em sua composição e dinâmica familiar, bem como à identificação de possíveis mudanças nessa estrutura com o seu processo de aposentadoria.

Sobre essa realidade, Camarano (2004) observou em seus estudos os diferentes formatos e arranjos familiares com a presença de pessoas idosas, destacando as composições que variam entre casais com filhos e famílias unipessoais, ou seja, idosos que vivem sozinhos. Segundo a autora, a autonomia física, mental e financeira dos chefes de família, juntamente com o estado conjugal e a independência dos filhos, manifestada pela saída de casa são fatores determinantes para essas configurações familiares (Camarano, 2004). Ao proceder à análise dos arranjos familiares dos egressos do PPEA, identificamos entre suas composições um padrão semelhante ao encontrado por Camarano (2004), visto que dos 21 entrevistados, 7 (33%) residiam exclusivamente com os cônjuges, 7 (33%) compartilhavam a residência com os parceiros e filhos, 4 (20%) dividiam sua residência com pais e/ou filhos, enteados ou outros parentes, havendo a ampliação das famílias e incidência da co-residência, e 3 (14%) viviam em famílias unipessoais, sendo todas mulheres.

Tal aspecto pode estar relacionado ao fato identificado por Motta (2004) de que as mulheres foram levadas a lidar melhor com o isolamento social e visualizarem seu espaço e privacidade como uma forma de liberdade, autonomia e independência, elementos que lhes são privados no decorrer das suas vidas.

> Opção que agora se coaduna também com as necessárias escolhas das mulheres atuais como emergentes da sua secular subordinação social: as casadas de várias idades que se separaram, geralmente por determinação própria, que desejam sossego e autonomia; as idosas que se redescobriram, aliviadas, quando viúvas; mas também as que declaram que gostariam de morar sós, independentes, mas pelo avançar da idade reconhecem dificuldades, como a de poder ter algum problema súbito de saúde sem assistência imediata; ou ainda as que são cerceadas pelo cuidado imobilizador dos filhos, mas pelo menos guardam o direito de se expressar […] (Motta, 2004, p. 94).

Camarano (2004) acrescenta outra configuração familiar presente em situações de comprometimento ou ausência de autonomia, seja física, mental ou financeira, por parte, não só de idosos, mas também de jovens: a co-residência. Tal configuração se expressa na ampliação das famílias de modo a amparar seus membros envelhecidos ou as gerações mais jovens em situação de vulnerabilidade social ou de saúde. No caso destas últimas, Camarano (2004, p. 146) aponta as seguintes tendências para sua ampliação

> [...] os idosos estão vivendo mais e em melhores condições financeiras e de saúde e os jovens estão adiando a idade em que saem da casa dos pais. O período em que os filhos passam como economicamente dependentes de seus pais tem crescido devido à instabilidade do mercado de trabalho, ao maior tempo despendido na escola e à maior instabilidade das relações afetivas.

Voltando às informações coletadas, verificou-se que dos 21 entrevistados, 4 (19%) relataram o compartilhamento dos cuidados com outros membros familiares, enquanto 1 (5%) fornecia apoio financeiro a outros entes, como sobrinho-neto.

Um aspecto a ser ressaltado é o papel socialmente posto a cada sujeito a partir da sua identidade de gênero. Nesse sentido, é indubitável que, historicamente, a tarefa do cuidado, na maioria dos casos, é atribuída às mulheres, visto que, de acordo com Attias-Donfut (2004, p. 101):

> Cuidar dos outros faz parte do papel tradicional das mulheres. O surgimento da sociedade multigeracional ampliou este papel com o aparecimento de uma sociedade "pivô", que ajuda, ao mesmo tempo, os pais idosos, os filhos e os netos. Os homens intervêm duas vezes menos do que as mulheres e, geralmente, para realizar tarefas diferentes (menos focalizadas nas atividades domésticas e cuidados pessoais).

Tal fenômeno pode ser observado nos dados analisados, haja vista que, dos 21 entrevistados, apenas 7 (33%), sendo todas mulheres, relataram morar somente com seus filhos e/ou mães, e, 4 (20%) mulheres referiram a necessidade de cuidar de suas mães. "Quando me aposentei, resolvi, meio de repente, porque estava com minha mãe doente e, então, durante um período eu fiquei cuidando dela, fiquei com a vida meio dedicada somente a ela sem ter tempo para a minha vida pessoal" (Mulher, MP).

> Praticamente, moro com a minha mãe, mas mudamos para a minha casa no interior, na roça [...] agora eu tenho mais tempo para conviver com eles (familiares), está sendo muito melhor porque agora eu sei a necessidade do cotidiano da minha mãe, o que ela precisa. Ela é saudável, mas é hipertensa, mas é saudável. Então, poder conviver com a minha mãe é uma dádiva de Deus. Muito bom! (Mulher, NS).

Segundo Cicarelli e Van Soest (2018), na idade madura ou na velhice, as mulheres já não têm filhos para cuidar, mas cuidam de netos e, especialmente, de pais ou parentes, que necessitam de cuidados contínuos; o que demonstra que pessoas idosas são não apenas demandantes, mas também provedoras de cuidado no âmbito de suas famílias e comunidades.

Tal realidade se confirmou no último Censo Demográfico do IBGE, em 2022, mediante a verificação de que as pessoas idosas no Brasil dedicavam cerca de 19 horas por semana em trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados, valor superior àquele empregado pelas pessoas não idosas (16,6 horas semanais). Evidentemente, verificou-se também uma desigualdade de gênero considerável nesse sentido, uma vez que as mulheres idosas realizavam

mais trabalho doméstico e de cuidados que os homens da mesma faixa etária, sendo essa desigualdade mais expressiva na faixa dos idosos mais novos, de 60 a 69 anos (IBGE, 2022).

Outro elemento relevante encontrado nas avaliações foi o círculo de convívio dos egressos, particularmente, quando questionados: “Além das pessoas que moram com você, quem mais da sua família você convive bastante e compartilha de seu cotidiano?” Dos 21 trabalhadores, 9 (43%) mencionaram conviver com mães, irmãos e cunhados, enquanto 5 (24%) citaram a presença de filhos, netos e bisnetos. Outros 5 (24%) indicaram não conviver com outros parentes, 1 (5%) relatou convívio com "parentes próximos" e 1 (5%) preferiu não responder. Essa realidade ressoa com os achados de Azevedo e Carvalho (2006), em seu trabalho sobre o lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. Nele, as autoras sugerem que as redes de relações do lazer na fase da aposentadoria tendem a se concentrar no círculo familiar ampliado, o qual inclui filhos adultos, genros, noras e netos, consolidando, desta forma, as interações intergeracionais.

Azevedo e Carvalho (2006, p. 81), observam

> [...] uma redução na expansão da rede social do lazer e aumento de seletividade quanto a novas relações. Há uma retração para novos interesses em lazeres. Em consequência, o lazer extrafamiliar diminui, ocasionando redução das amizades externas, exceto no caso de amigos de longa data.

A respeito deste dado, as respostas dos egressos à questão objetiva de múltipla escolha: “Como está o contato com as pessoas que você se relacionava antes de aposentar?” são bastante ilustrativas: 8 (40%) dos entrevistados selecionaram a opção “manteve-se restrito a relações familiares”, enquanto 8 (40%) indicou que “criou novos vínculos, a partir da inserção em novos grupos”. Além disso, 14 (70%) “mantiveram relações com antigos colegas de trabalho” e 15 (75%) “mantiveram relações com os mesmos amigos que já possuíam fora do ambiente de trabalho”. Desta forma, os dados coletados dos egressos do PPEA evidenciam que as relações sociais após aposentadoria tendem a se concentrar na família ampliada, incluindo irmãos, cunhados, genros e netos, assim como em amizades duradouras.

É importante evidenciar o impacto da pandemia da COVID-19 nos dados sobre as relações familiares e os vínculos externos. Especialmente considerando o período de distanciamento social em que as avaliações foram realizadas. Essa crise sanitária pode ter influenciado profundamente as dinâmicas de convivência familiar, fortalecimento dos vínculos existentes e formação de novas relações sociais. Além disso, é importante reconhecer que as recomendações de distanciamento social pelos órgãos de saúde pública para conter a propagação do vírus SARS-CoV-2, podem ter restringido as atividades de lazer e sociabilidade para o interior do ambiente do convívio familiar.

Quando questionados sobre possíveis mudanças na vida familiar devido à pandemia, 18 (86%) dos 21 trabalhadores responderam afirmativamente, enquanto 3 (14%) relataram não ter experimentado mudanças. Aos egressos que responderam positivamente, foi solicitado que citassem exemplos dessas alterações.

A análise das respostas revelou o adiamento de viagens e visitas a familiares como uma resposta direta ao contexto da pandemia, devido às restrições de mobilidade e preocupações com a segurança durante a crise sanitária. Além disso, para muitos, a utilização de recursos e ferramentas virtuais, como redes sociais, chamadas de vídeo e mensagens instantâneas, se tornaram uma estratégia para manutenção dos contatos, sobretudo, familiares. Outro elemento compartilhado por um contingente menor dos egressos foi o isolamento social, quando relataram passar a maior parte do tempo em casa.

De modo geral, ao serem questionados sobre como está a vida familiar após a aposentadoria, 10 (48%) dos trabalhadores responderam que está “ótima”, enquanto outros 10 (48%) indicaram que está “boa”, e apenas 1 (5%) consideraram “razoável”. Esses resultados corroboram com os apontamentos de Azevedo e Carvalho (2006), de que os aposentados percebem e vivenciam a aposentadoria de forma prazerosa, pois se sentem "liberados" das obrigações profissionais e dos horários, o que lhes permite realizar outras atividades, investir nas relações familiares e ter um estilo de vida mais leve e com autonomia. A fala do entrevistado M.D. ao descrever como está a vida familiar depois da aposentadoria reafirma esse processo:

> É diferente, porque a gente se acostuma de uma forma, com a rotina fora de casa, mas agora a gente fica mais tempo dentro de casa, então muda. Até mesmo com a esposa, que também é aposentada já tem um tempo, então, tem certas situações que a gente que trabalha o dia todo não vê ou passa batido ou só no final de semana. Mas a gente vai tentando e levando, mas no início é conturbado, porque não tem o costume do dia a dia, até mesmo com o meu filho, às vezes, só via ele no final de semana, porque eu saía de manhã e chegava de noite, ele na faculdade ou em outros afazeres e chegava tarde também. Mas agora, eu fico mais próximo deles, essa proximidade atual que a gente vê que no dia a dia para gente é normal, mas para eles não é (Homem, MD).

Partindo do princípio de que o trabalho é fundamental na vida do sujeito, tanto no seu sentido ontológico, quanto pelo tempo de vida que o trabalhador dispõe para tal atividade, Robaina (2019, p. 5-6) constata que:

> [...] o trabalho assume mais que o papel de espaço de labuta, mas também onde se constrói uma rede de relações interpessoais que em muito supera o tempo que o trabalhador pode dedicar-se à convivência familiar, comunitária, militância política. Não raro, o trabalho substitui (e fragiliza) esses vínculos.

A circunstância de que o trabalho substitui e fragiliza os vínculos familiares, de amigos e da comunidade é uma realidade vivenciada pela classe trabalhadora, em especial pelas

trabalhadoras mulheres, visto que são atravessadas pela dupla jornada de trabalho - o trabalho remunerado e o trabalho doméstico. Além disso, conforme salientado por Robaina (2019), tais mulheres lidam com o sentimento de insuficiência, de culpa ao "abandonar" os filhos, de modo que, enxergam a aposentadoria como uma oportunidade de "compensar" os filhos pela ausência imposta pelo trabalho.

Tal cenário pode ser observado, de forma concreta, nas falas de duas entrevistadas, ao serem questionadas sobre a vida familiar - o convívio - pós aposentadoria:

> Eu não sei se está relacionado a aposentadoria, mas hoje está mais leve a minha relação com meu filho. Eu tenho mais disponibilidade de estar com ele, de acompanhar as situações, ele está na adolescência. [...] Acho que até na relação nossa aqui, porque estou um pouco mais descansada, não tem o pouco tempo do trabalho, chega correndo, sai correndo. Então, considero que está melhor, se eu estivesse trabalhando estaria pior (Mulher, EM).

> Deu para ficar mais próxima dos meus filhos. Os filhos moravam em Rio das Ostras. E com a aposentadoria foi possível visitá-los com mais frequência e sem demora e ficar mais com os netos, que atualmente, um possui 10 anos e a outra 7 anos (Mulher, AL).

Considerações finais

As avaliações com os egressos do PPEA nos permitiram compreender melhor os diferentes aspectos da aposentadoria abordados nos grupos socioeducativos do projeto, a partir de sua vivência e realidade.

Em relação às condições socioeconômicas, pudemos verificar que a trajetória exercida por esses trabalhadores em uma empresa pública sólida, que preserva a cultura e o imperativo legal de manutenção dos quadros pelo caráter público da seleção, lhes garantiu não só a estabilidade, mas o acesso a um plano de carreira e benefícios como assistência médica e vale-refeição, oportunizando-os usufruir de um processo de envelhecimento mais protegido que o da maioria da população idosa brasileira.

Prova disso, está no fato de que, mesmo com a perda de parte desses benefícios com a aposentadoria, os egressos avaliados relataram não ter experimentado alterações significativas em suas condições de vida, em especial, na qualidade de seu acesso a bens e serviços. Assim, embora reconheçam uma redução no nível de consumo, suas necessidades básicas não foram afetadas de forma considerável nesta etapa da vida.

Outra situação verificada neste grupo de trabalhadores, contrastante à da maioria dos idosos brasileiros, diz respeito ao seu retorno ao mercado de trabalho após a aposentadoria, em que foram identificados apenas 3 (15%) egressos prosseguindo em atividade remunerada, e sem motivações financeiras diretamente para tal. Em complementação a essa informação, cabe-nos

destacar que não houve relatos de endividamento entre eles, com a afirmação de adoção de estratégias de investimentos financeiros pela maioria, sendo a previdência complementar a mais citada.

Ao resgatarem os motivos decisórios para a aposentadoria, os egressos citaram o cansaço atribuído ao envelhecimento e à idade alcançada, uma vez que se inseriram precocemente no mercado de trabalho.

Os trabalhadores citaram também as relações familiares entre as principais motivações para a aposentadoria, manifestando seu desejo de ficarem mais próximos e se dedicarem às suas famílias, além da preocupação frente às iminentes mudanças nas regras da política previdenciária brasileira.

Sobre esse aspecto, enfatizamos que 19 (91%) dos egressos relataram sentir que tinham informações suficientes sobre o sistema previdenciário no momento de solicitação da aposentadoria. Essa alta porcentagem sugere, à princípio, a relação entre acesso à informação e boas condições de trabalho vivenciadas, e o pressuposto de que a participação desses trabalhadores no PPEA lhes proporcionou um espaço para orientações e recursos informativos sobre o processo de aposentadoria, capaz de favorecer uma transição mais tranquila para essa fase da vida.

Em relação à saúde dos egressos, verificamos que esta abarca boa parte de seus recursos, pela utilização majoritária dos convênios para atendimento de suas demandas, revelando a tendência privacionista das políticas sociais recentes, mediante a filantropização de seus serviços. Tendência esta que impacta diretamente a realidade das famílias, alçando-as a agentes de proteção social junto a seus membros, como acontece com 4 (19%) dos 21 trabalhadores avaliados, que relataram prestar cuidados a outros membros familiares, e com 1 (5%) que afirmou fornecer apoio financeiro a entes próximos.

Ainda sobre as famílias, é importante ressaltarmos seu protagonismo, também, na socialização dos egressos do PPEA, à medida que concentram as redes de relações de lazer destes sujeitos. Esse protagonismo pode ter se intensificado por conta do contexto pandêmico, vigente à época das avaliações, o qual influenciou profundamente as dinâmicas de convivência pelo distanciamento social imposto, com contatos e atividades restritas ao ambiente doméstico.

A intensificação destas relações, por sua vez, não implicou em potenciais crises familiares, pelo contrário. Ao serem indagados sobre como está a vida familiar após a aposentadoria, 10 (48%) dos trabalhadores responderam que estava “ótima”, enquanto outros 10 (48%) indicaram que estava “boa”, e apenas 1 (5%) considerou “razoável”.

A realidade dos egressos do PPEA mostra como uma trajetória de trabalho com boas

condições e acesso a serviços essenciais promove uma velhice mais digna e com qualidade de vida, conforme avaliada pelos idosos do projeto; o que vai ao encontro das considerações de Chaves e Aquino (2021, p. 164-165) em que afirmam que "as condições socioeconômicas, em conjunto com a trajetória de trabalho, com as possibilidades e impossibilidades de ganhos simbólicos, são eixo estruturante da vivência da aposentadoria e dos benefícios angariados nessa fase da vida".

A própria efetivação do PPEA em seu espaço laboral, respeitando as orientações do Estatuto da Pessoa Idosa (2003), expressa esse ganho simbólico, enquanto compromisso institucional assumido pela empresa parceira do projeto junto a esses trabalhadores.

Tais programas se configuram, cada vez mais, em espaços fundamentais para a sedimentação de informações e orientações qualificadas acerca dos processos de envelhecimento e de aposentadoria, voltadas a instrumentalizar os trabalhadores na construção e vivência mais consciente desses processos, frente a um contexto de comprometimento de seus direitos sociais.

Nessa perspectiva socioeducativa, o/a assistente social é chamado a articular as dimensões política e pedagógica, com vistas à compreensão crítica e protagonismo político do trabalhador e da pessoa idosa, atuantes no controle social e defesa dos seus direitos enquanto classe trabalhadora e cidadãos (Miranda e Teixeira, 2020). Perspectiva presente no projeto PPEA, ao pautar suas ações no estímulo à reflexão, à troca de vivências e histórias de vida entre seus participantes, com sua valorização e reconhecimento enquanto sujeitos políticos, capazes de ressignificar os sentidos do trabalho e sua relação com a velhice na construção de novos projetos de vida.

Referências

ATTIAS-DONFUT, C. Sexo e envelhecimento. *In*: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 10-25, 2004.

AZEVEDO, R. P. C.; CARVALHO, A. M. A. O lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 76-82, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 23 de julho de 2025.

BRASIL. *Estatuto da Pessoa Idosa*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view Acesso em: 25 de julho de 25.

BRAVO, M. I. S. A privatização da saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). *In*: *Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social 5*., 2018, Brasília, Brasília, DF:

CFESS, 2018. p.324. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2018CFESS-5EncontroSeguridade.pdf. Acesso em: 24 de julho 2025.

CAMARANO, A. A. Os idosos brasileiros: muito além dos 60? *In*: NORONHA, José Carvalho de, CASTRO, L., GADELHA, P. (Org.). *Doenças crônicas e longevidade:* desafios para o futuro. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz, p. 31-55, 2023.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. e; PASINATO, M. T. Famílias: Espaço de Compartilhamento de Recursos e Vulnerabilidades. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, p. 137-150. 2004.

CAMPELO E PAIVA, S. O.; SOARES, R. C.; BENEDITO, J. C.; COSTA, N. M.; CAVALCANTE, P. F. Desigualdade, envelhecimento e saúde no tempo de contrarreformas: da magnitude à desproteção social no Brasil. *Revista Kairós-Gerontologia*, São Paulo, v. 24, n. esp. 30, p. 65-82, 2021. ISSN 1516-2567. ISSN online 2176-901X. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/54798. Acesso em: 25 de julho de 2025.

CHAVES, M.E.C., AQUINO, E.M.L. Desigualdades de gênero e trabalho após a aposentadoria. *Laborare*. n. 6, p. 152-171, 2021.

CHIZZOTTI, A. *A Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez. 2000.

FRANÇA, L. H. de F. P., LEITE, S. V., SIMÕES, F. P., GARCIA, T., Ataliba, P. *Análise dos* Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) desenvolvidos por instituições públicas brasileiras. *Revista Kairós-Gerontologia,* v. 22, n. 1, p.59-80, 2019.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. *In*: A entrevista semiestruturada na pesquisa. Entretextos. v. 22, n.3, p. 25-45, 2022.

MIRANDA, L. M. B.; TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e preparação para a aposentadoria: as dimensões política e pedagógica da intervenção do Serviço Social. *In*: TEIXEIRA, S. M. (Org.). *Serviço Social e envelhecimento.* Teresina: EDUFPI, 2020.

MOTTA, A.B. Idade e Solidão: a velhice das mulheres. *Revista Feminismos,* Salvador, v.6, n.2, p. 88-96, mai./ago. 2018.

NERI, A. L. Feminização da velhice. *In*: NERI, Anita Liberalesso (org.). *Idosos no Brasil:* vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; SESC SP, p. 47-64, 2007.

NORONHA, J.C.; CASTRO, L.; GADELHA, P. (org.). Doenças crônicas e longevidade: desafios para o futuro. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz. 2023.

PEIXOTO, C. E. *Família e envelhecimento.* Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004.

ROBAINA, C.M.V. Sentidos do trabalho e o impacto de classe e gênero na aposentadoria. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília, DF. *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS, 2019.

SOUZA, D. O.; SILVA, E.V.; SILVA, N. O. Determinantes sociais da saúde: reflexões a partir das raízes da "questão social". *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44–56, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NT7hRkX4XFL3kW6LyPKNPMP. Acesso em: 24 de julho de 2025.

TEIXEIRA, S. M. *et al*. *Serviço social e envelhecimento.* Teresina: EDUFPI, 2020.

TEIXEIRA, S.M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital:* implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

WILLIAMS, B.; IRVINE, L.; McGINNIS, A. R.; McMURDO, M. E. T.; CROMBIE, I. K. When "no" might not quite mean "no": the importance of informed and meaningful non-consent: results from a survey of individuals refusing participation in a health-related research project. *BMC Health Services Research,* London, v. 7, p. 59, 26 abr. 2007. DOI: 10.1186/1472-6963-7-59. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17462081/ Acesso em: 24 de julho de 2025.

LIBERTAS ON LINE

Atuação do assistente social na educação: considerações sobre uma atividade extensionista

The social worker acting in education: considerations on an extension activity

Mauro Rocha Baptista*
Jhonatan Antônio Rocha dos Santos**

Resumo: O artigo toma como base o relato de experiência extensionista para analisar a inserção do/a assistente social no campo educacional. Considerando a trajetória conservadora da profissão, sua transformação crítica e a importância de sua atuação comprometida com o projeto ético-político. A educação é compreendida como campo de disputa e mediação da questão social no capitalismo, tendo no/a assistente social um sujeito coletivo que atua na defesa e efetivação de direitos. A aplicação dessa relação é pensada a partir da extensão como uma atividade proposta para a integração dialógica entre o ambiente acadêmico e a comunidade. Não significa que a atividade de extensão deva substituir a necessária consolidação da presença do profissional formado nas escolas, mas que ela é uma possibilidade potencialmente lucrativa para os estudantes da graduação e para a comunidade escolar. Nesse sentido apresentamos, de forma descritiva, uma atividade extensionista em execução com uma reflexão sobre seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Extensão; Questão Social.

Abstract: This article has as its basis in an experience report extensionist to analyze the insertion of the social worker in the educational field. Considering the conservative trajectory of the profession, its critical transformation and the importance of its acting committed to the ethical-political project. Education is understood as a field of dispute and mediation of the social issues in the capitalism, in which the social worker is a collective subject who acts in the defense and realization of the rights. The application of this relation is thought from the extension as an activity proposed to the dialogical integration between the academic environment and the community. It does not mean that the extension activity should replace the necessary consolidation of the presence of the professional formed in the schools; however, it is a possibility potentially lucrative to the undergraduate students and to the school community. In this sense, we present, in a descriptive way, an ongoing extension activity with a reflection about its development.

Keywords: Social Work; Education; Extension; Social Issues.

* Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: mauro.baptista@uemg.br
** Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: j.roch2007@hotmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49637
Recebido em: 30/07/2025
Aprovado em: 15/04/2026

Introdução

A educação é um dos pilares fundamentais de sustentação da democracia e da cidadania, precisando ser tratada pelo Estado como uma das mais importantes políticas sociais. Uma vez que, a depender dos interesses que subjazem à sua aplicação, também pode refletir um importante aparato para a manutenção do *status quo*. Apesar de toda a sua potencialidade para mudança e melhoria, a educação, ao ser negligenciada em seu impacto social, apresenta uma face reversa de preservação e limitação de avanços, quando estes ameaçam valores dominantes. Neste sentido, a educação mantém uma ambiguidade interna entre a realização de sua potência máxima, ou a aplicação simplesmente técnica da reprodução de conhecimentos aprovados. Em sua potência máxima ela se depara com a questão social, como algo tão fundamental quanto os conteúdos técnicos que precisam ser trabalhados. Para alcançar essa potência máxima a educação precisa ser tratada como uma política social que envolve um trabalho multidisciplinar, para além dos/as professores/as conteudista e dos/as pedagogos/as, com uma inserção real dos/as assistentes sociais nas escolas.

No Brasil, a trajetória da educação tem sido marcada por contradições históricas, permeadas por desigualdades estruturais que refletem os conflitos sociais mais amplos da sociedade capitalista. A compreensão da educação enquanto direito social universal demanda uma análise crítica de seus fundamentos, avanços e limitações, sobretudo quando articulada à atuação de profissionais comprometidos com a efetivação dos direitos humanos, como precisa ser o caso dos/as assistentes sociais. Somente com a inserção destes/as profissionais no ambiente escolar é que poderíamos falar de uma educação assumindo o seu potencial máximo. Mas ainda estamos diante de um cenário em que esta multidisciplinaridade ainda está no campo das intenções legais, ainda distante da realidade do chão da escola. Ainda é necessário lutar para a efetivação dessa política social.

Ao longo da história brasileira, o processo de escolarização revelou-se seletivo e excludente, priorizando as elites e negando o acesso pleno à classe trabalhadora, à população negra, indígena e aos sujeitos em situação de vulnerabilidade. Apesar dos mais recentes marcos legais assegurarem a educação como direito fundamental — seja de forma geral na Constituição Federal de 1988, seja na normatização específica com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 — o sistema educacional ainda apresenta expressivas desigualdades regionais, raciais, sociais e econômicas. Nesse contexto, o Serviço Social surge como área estratégica para a mediação das expressões da questão social que é também internalizada no espaço escolar.

A presença do/a profissional assistente social na escola é o resultado de um longo percurso de lutas da categoria, e tem como importante objetivo o enfrentamento das múltiplas barreiras que dificultam a permanência e o aproveitamento escolar de milhões de estudantes. Para além de práticas assistencialistas ou meramente administrativas, a atuação crítica do/a assistente social na educação busca integrar o trabalho pedagógico às condições objetivas de vida dos sujeitos escolares, contribuindo para a promoção da equidade, da justiça social e da democratização do acesso ao conhecimento.

Este artigo propõe-se a refletir sobre a atuação do profissional assistente social na educação a partir de uma perspectiva crítica, considerando a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, considerando suas origens conservadoras e a sua consolidação como profissão crítica comprometida com o projeto ético-político. A seguir apresentamos como a atuação nas atividades de extensão podem apresentar uma possibilidade de realizar esse projeto de integração. E exemplificamos as potencialidades dessa relação dialógica entre o serviço social e a comunidade educativa com o relato de experiência de um projeto de extensão que se encontra em desenvolvimento em Barbacena na parceria entre a Universidade do Estado de Minas Gerais e a Escola Estadual Adelaide Bias Fortes.

Serviço Social e educação

O Serviço Social, enquanto profissão, surgiu no início do século XX em resposta às novas formas de desigualdade social produzidas pelo avanço do modo de produção capitalista. Esse processo de industrialização acelerado gerou intensas transformações sociais, como o crescimento das cidades, o êxodo rural, o empobrecimento das massas urbanas e a precarização das relações de trabalho. Neste contexto, as chamadas "expressões da questão social" passaram a fazer parte da vida cotidiana das populações empobrecidas, e o Estado e a Igreja passaram a buscar formas de contenção dessa massa desassistida. A "questão social", como define Iamamoto (2007), é a expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação capitalista, manifestando-se nas diversas formas de exclusão e vulnerabilidade social.

De acordo com Marta von Dentz e Silva (2015), o Serviço Social no Brasil foi fundado sob forte influência europeia, especialmente da doutrina cristã, sendo inicialmente uma prática auxiliar, moralizante e voltada à normatização das condutas das classes populares. As primeiras assistentes sociais atuavam sob a lógica da caridade, subordinadas a médicos e juristas, muitas vezes com o objetivo de garantir a ordem social e minimizar os efeitos da pobreza sobre o tecido social urbano-industrial. A Igreja Católica exerceu papel central nesse processo, consolidando

uma atuação moralizadora e disciplinadora, moldada nos valores da fé e da obediência, reforçando estigmas e desigualdades.

A atuação conservadora da profissão estava desvinculada de uma análise crítica da realidade social e se baseava em práticas individuais e assistencialistas, distantes de uma compreensão da totalidade social. Como observa Iamamoto (1998), o Serviço Social dessa fase mantinha-se afastado da crítica às estruturas sociais geradoras da desigualdade, voltando-se para a moralização dos comportamentos e para a adaptação dos indivíduos às normas sociais vigentes. Era uma profissão legitimada por seu vínculo com a ordem e a estabilidade social, sem interrogar os fundamentos econômicos e políticos da pobreza e da exclusão.

A partir da década de 1960, impulsionado pelo contexto latino-americano de efervescência política e teórica, inicia-se o processo de reconceituação do Serviço Social. Esse movimento buscou romper com a matriz conservadora e formular uma nova base teórico-metodológica, fundada na leitura crítica da realidade social. O ápice dessa transformação se consolidou no Brasil na década de 1990, com a elaboração do Projeto Ético-Político Profissional, orientado pela defesa intransigente dos direitos humanos, pela radicalização da democracia e pela atuação crítica e propositiva junto à classe trabalhadora.

Esse novo paradigma do Serviço Social se estrutura em três dimensões interdependentes: teórico-metodológica, que se refere à base de interpretação crítica da realidade; ético-política, que orienta o compromisso da profissão com os valores da justiça social, liberdade e equidade; e técnico-operativa, que materializa as ações profissionais no cotidiano de forma qualificada e estratégica. Assim, o profissional assistente social deixa de ser um agente de reprodução da ordem e se torna um agente de mediação qualificada das expressões da questão social, atuando para a transformação das condições de vida da classe trabalhadora e para a construção de um projeto societário emancipador.

De forma semelhante, a educação se apresenta como um dos instrumentos centrais de formação humana e de construção da cidadania, embora, em sociedades marcadas por intensas desigualdades sociais, como o Brasil, ela também se converta em campo de disputa e reprodução das desigualdades. A lógica capitalista, ao instrumentalizar o processo educativo, impõe à escola a função de formar a força de trabalho sob os moldes das exigências do mercado, subvertendo sua função emancipatória. Segundo Saviani (2008), a política educacional brasileira sempre foi marcada por dois limites estruturais: a resistência das elites dirigentes à manutenção da educação pública e a descontinuidade das políticas educacionais acionadas pelo Estado. Assim, historicamente, o Estado brasileiro se omitiu diante da necessidade de garantir à classe trabalhadora uma educação de qualidade.

Esse desinteresse com a qualidade é manifesto por Almeida (2015) ao destacar que a educação tem sido apropriada como meio de adaptação da força de trabalho às novas exigências do capital. Para o autor, a política educacional brasileira está inserida em um modelo neoliberal que prioriza a produtividade, a eficiência e a lógica do mérito individual, desconsiderando os determinantes estruturais que inviabilizam o acesso e permanência de grande parte da população nas escolas. A falsa universalização da educação pública esconde as profundas desigualdades no interior do sistema, afetando principalmente as populações negras, indígenas e periféricas. Nesse sentido a política de educação brasileira "cumpre uma função econômica de adequação das bases de formação técnica da força de trabalho às novas exigências de superexploração do trabalho" (Almeida, 2015, p. 68), sendo este um reflexo da subordinação da educação à lógica do capital. A preocupação com uma emancipação qualitativa da formação dos sujeitos cede lugar a uma produção quantitativa de funcionários que devem executar suas funções sem questionamento.

Se a lógica neoliberal está clara para Almeida, Saviani (2008) retrocede essa compreensão ao evidenciar que as políticas educacionais brasileiras raramente assumiram o compromisso real com a democratização do ensino, atuando mais como instrumento de legitimação da ordem do que como meio de transformação social. Evidenciando que o direito à educação tem sido sistematicamente negado às classes populares em função da conivência do Estado com os interesses do mercado. A educação brasileira, desde suas origens jesuíticas, sempre teve como fundamento maior a formação de uma coletividade dócil, pronta para aceitar a submissão ao *status quo*. Não apenas como uma lógica neoliberal moderna, mas desde sempre como uma tendência colonial de apenas servir ao colonizador. Nesse sentido os valores do colonizador deveriam ser assumidos como verdadeiros sem nenhuma brecha para discussão. Não apenas o mundo do trabalho deveria ser absorvido como uma regra geral, como toda a existência deveria ser conduzida pelas noções que estavam sendo implementadas pelos educadores sobre os educandos.

Marta von Dentz e Silva (2015) reforçam essa perspectiva ao afirmar que a história da educação no Brasil está atravessada por um "dualismo perverso", que resulta em dois sistemas escolares distintos: um voltado à elite, com acesso ao conhecimento e à formação crítica; e outro voltado às camadas populares, com foco em competências básicas e disciplinantes. Essa cisão estrutural da educação é um dos mecanismos que perpetua a desigualdade social e racial no país. A omissão do Estado frente a garantia da educação como direito social revela a permanência de um projeto excludente, que nega à maioria da população a possibilidade de desenvolvimento pleno de suas capacidades humanas.

Se a educação, quando orientada pelos princípios da justiça social, da igualdade e da emancipação, pode se converter em instrumento estratégico na superação das desigualdades, a presença do/a assistente social nas escolas deve, contribuir para a afirmação da educação como direito social e para o enfrentamento das barreiras históricas e estruturais que impedem seu acesso universal com qualidade. Tal atuação exige articulação com os diversos segmentos da comunidade escolar e compromisso com um projeto societário que reconheça a dignidade de todos os sujeitos como condição inegociável para o exercício pleno da cidadania.

A atuação do Serviço Social na educação não é recente, mas foi somente a partir dos anos 1990 que se consolidou como campo de intervenção reconhecido. A promulgação da Lei 13.935/2019 estabelece, de forma inédita, a obrigatoriedade da presença de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica. De acordo com o CFESS (2023), essa conquista "integra a educação à proteção social e reforça a função pedagógica do/a assistente social", ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de um projeto político comprometido com a justiça social. Além da Lei 13.935, a Lei 14.819/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, amplia a possibilidade de ações integradas e multiprofissionais nas escolas. Contudo, a efetivação dessas leis exige financiamento adequado, formação crítica dos/as profissionais e enfrentamento às resistências institucionais.

A presença do profissional assistente social nas escolas deve ir além da resposta a demandas pontuais ou do atendimento a situações de vulnerabilidade individual. Trata-se de uma intervenção pautada pela totalidade social, que articula os diferentes aspectos que afetam a vida escolar dos sujeitos: trabalho, moradia, saúde, violência, cultura e pertencimento. O CFESS (2023) destaca que "a função pedagógica do/a assistente social contribui para o protagonismo infantojuvenil e de suas famílias", por meio de ações que fortaleçam o acesso e a permanência na escola. A atuação crítica do/a profissional deve combater o uso instrumental da política educacional, reafirmando a centralidade da educação como direito e não como privilégio. Isso exige posicionamento político, produção de conhecimento, defesa da intersetorialidade e valorização da dimensão coletiva do trabalho.

Uma proposta de intervenção na interface entre serviço social e educação

Uma forma em que a relação entre o Serviço Social e a Educação pode se tornar efetiva, independente de outras políticas públicas como aplicação da Lei 13.935/19, é através da prática da extensão, atividade que deve assumir 10% da carga horária da formação discente a partir da Resolução nº 07/2018 CNE/CES. A partir desta resolução fica estabelecido que a extensão visa contemplar elementos que são pressupostos básicos para a formação de todo estudante

universitário: "I- a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social" (Brasil, 2018, Art. 5). Ou seja, a formação acadêmica não pode estar distante da realidade social.

O contato do estudante com a comunidade é fundamental para que sua formação não se torne fruto de uma teoria abstrata, calcada em leituras anacrônicas. É no contato com o contexto social que as bases de formação teórica podem ser adaptas para a realidade contemporânea, inclusive revisando metodologias sempre que a realidade se torne imperativa sobre o referencial pressuposto.

Este primeiro aspecto da legislação se faz tanto mais necessário quanto mais rápido se torna a mudança do contexto social. Teorias apresentadas para o início do século já se demonstram desarticuladas com a prática atual. No contexto educacional é necessário pensar, por exemplo, o impacto da inteligência artificial para as metodologias de pesquisa dos estudantes, algo que não poderá ser encontrado nos manuais, mas que precisa ser acompanhado no contato com a realidade, inclusive com a mediação do assistente social que conseguirá tratar da diversidade de acesso dos estudantes aos meios de pesquisa.

Todo o contato com a comunidade apresenta benefícios significativos na formação do estudante, ao mesmo passo que a presença destes estudantes atuando junto à população pode sanar algumas de suas necessidades mais prementes. Como essa troca dialógica permite o crescimento das duas partes, a resolução ainda aprofunda mais o impacto sobre o discente ao afirmar que a partir da extensão é possível contemplar: "II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular" (Brasil, 2018, Art. 5).

Para além da formação técnica, todo discente deve se formar para a exercer suas funções com a plenitude de cidadania, ao que os redatores da resolução submetem a formação marcada pela vivência dos saberes em uma comunhão interprofissional e interdisciplinar. Não é possível alcançar uma formação integral e cidadã dissociada das outras profissões e disciplinas que formam a vida em comunidade. Nenhum profissional poderá exercer suas atividades em isolamento, muito menos sem ter para onde direcionar suas práticas.

Neste sentido, a prática extensionista do Serviço Social em integração com o ambiente escolar permite a confluência com profissionais de outras áreas e com uma diversidade de formação considerável. O contato com a equipe escolar é por si um contato interdisciplinar e interprofissional, a partir do qual o estudante pode colaborar com seu olhar peculiar sobre a questão social que envolve o entorno do estudante para além de seu comportamento dentro da

escola. O mundo do trabalho, moradia, saúde, violência, cultura e pertencimento, estão constantemente se mesclando e invadindo o ambiente escolar dos educandos, muitas das vezes sem que os profissionais que se restringem a este ambiente como mundo do trabalho percebam. A contribuição dos assistentes sociais neste sentido pode abrir horizontes, não apenas em relação à compreensão das interdependências entre estes mundos para os estudantes, como também para os próprios profissionais.

À medida que o discente compreende sua formação como cidadã, ele tende a se tornar também um propagador de cidadania. A vivência de sua formação em integração com as demais profissões e disciplinas se torna propagadora destes elementos de valorização da prática em seu contexto social. Como agente transformador de si mesmo e da comunidade com quem entra em contato, a resolução reconhece que isso se reverte, até mesmo para a própria instituição superior: "III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais" (Brasil, 2018, Art. 5).

Com este terceiro elemento a resolução pretende fechar um círculo virtuoso em que o discente vai até a comunidade para ampliar sua formação teórica na prática, cria um ambiente de formação cidadã que favorece tanto a si mesmo como a comunidade que o recebe, e retorna para a universidade oxigenando e ampliando seus conhecimentos. O mundo atual não pode tratar o conhecimento como algo que esteja cristalizado, esse constante contato com a comunidade faz com que a realidade seja constantemente revisitada e que a universidade se coloque em um contexto de reconhecimento de seu papel de promotora de discussão, mas não como detentora do conhecimento isolado em uma torre de marfim.

Ao realizar o retorno para a universidade, prenhe de suas novas experiências, o discente contempla o quarto aspecto da resolução: "IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico" (Brasil, 2018, Art. 5). A universidade só pode estar completa se integrar o ensino, com a pesquisa e a extensão.

Durante muito tempo as universidades foram fechadas ao contato com a comunidade externa, produzindo alta pesquisa que deveria ser compreendida por aqueles que pudessem adentrar seus muros, mas que permanecia como um idioma obscuro para os demais membros da sociedade. Hoje a universidade precisa estar aberta, não apenas por um impulso altruísta de aceitar a presença de todos e de divulgar suas práticas livremente, mas porque o seu fechamento pode significar sua decadência. O conhecimento dissociado da prática tem se tornado cada vez

mais ineficaz, quanto mais o mundo se torna veloz em suas mudanças. Por isso o isolamento da universidade é um risco maior para ela própria do que para a sociedade.

A desvalorização da formação oficial em nome de um saber lidar com a sociedade, como os *coach* que se contrapõem aos psicólogos, por exemplo, passa por essa dificuldade atual em reconhecer que o isolamento acadêmico não pode prevalecer. Dessa forma, a extensão se torna uma necessidade urgente em prol da própria universidade e de sua manutenção. O contato das/os assistentes sociais com o mundo da educação básica é bastante eficaz nesse sentido, uma vez que se trata de um grupo heterogêneo que reflete em microcosmo o que será a realidade que os espera em sua atuação posterior. Assim como, por ser um ambiente de efervescência, refresca toda a teoria trabalhada academicamente, representando um vigoroso campo para desenvolvimento de novas pesquisas e novas teorias.

Uma vez que a curricularização da extensão é uma necessidade formativa dos estudantes, e que a colaboração entre estas duas áreas pode ser benéfica para ambas, a proposta que apresentamos em relato de experiência reflete as primeiras considerações acerca de uma experiência de atividade extensionista desenvolvida junto aos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais, na Escola Estadual Adelaide Bias Fortes. O projeto de extensão começou como uma proposta apresentada pelo Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE-SRE/Barbacena) para que se aplicassem determinadas habilidades que desenvolvessem competências socioemocionais nos estudantes da escola.

A proposta apresentada pelo NAE-SRE/Barbacena apresentava a necessidade de se trabalhar com cinco competências: "autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável". Cada competência estava associada a uma série de habilidades que representariam os pontos focais de desenvolvimento que deveriam ser trabalhados pela escola junto ao seu alunado. Uma vez que a equipe da universidade já efetuou outros trabalhos junto com a escola, a busca por uma mediação para que se desenvolvesse um projeto conjunto transcorreu com naturalidade, apesar de, esta ser a primeira proposta em que entraria em parceria o curso de Serviço Social.

Um primeiro questionamento apresentado pela equipe da universidade envolvia as terminologias competências e habilidades, embora elas estejam presentes também no âmbito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda são elementos bastante indigestos na academia, uma vez que representam uma submissão da educação a elementos quantificáveis. Este aspecto foi suavizado permitindo que a equipe trabalhasse de forma mais ampla com estes conceitos, sem se limitar às nomenclaturas propostas originalmente, mas respeitando a proposta básica de discutir com os discentes da educação básica o que forma a sua convivência, nas

dificuldades e facilidades que este contato com o diverso sempre traz. Desta forma a ampliação da discussão puramente educacional para a compreensão de como o sujeito aluno se insere em seus espaços e em suas correlações, tornou-se o foco a partir do qual a equipe deveria trabalhar com os discentes ao longo do ano.

Partindo das competências apresentadas originalmente pelo NAE-SRE/Barbacena, a equipe desenvolveu quatro campos de abordagem: a relação do sujeito aluno com suas dúvidas, inseguranças e questionamentos internos, ao que se criou o título: "você com você mesmo". A relação dele com as outras pessoas que o cercam, em seus conflitos e parcerias, intitulado: "você com os outros". O contato com as coisas e as manifestações culturais, com seus reconhecimentos, seus pertencimentos e suas intolerâncias, designado pela equipe como: "você com o mundo". E uma projeção de futuro que deveria indicar a relação entre causa, as posturas indicadas nos primeiros elementos, e consequências, o que se espera conseguir a partir da postura assumida, finalizando com: "você e seus projetos".

Desta forma a equipe compreendia que seria possível tratar das temáticas das competências sem limitar a um plano apenas técnico e irrefletido de transmissão de valores já configurados de cima para baixo. A intenção ao modificar as perspectivas das competências para uma vinculação da prática individual foi a de superar a limitação tecnicista das competências em nome de uma maior criticidade.

A atividade extensionista é direcionada a alunos do Ensino Fundamental II (sexto ao nono ano), englobando cerca de 840 alunos (a escola tem 6 turmas para cada ano de escolaridade, com uma média de 35 alunos por turma). A faixa etária envolve, majoritariamente, alunos entre 11 e 15 anos, são incomuns os casos de alunos com atraso na formação devido a retenção de um ano para outro, mais comum são os alunos em progressão em algum componente específico, mas que acompanha a turma com sua faixa etária. Por ano há uma média de 9 alunos com direito a professoras de apoio. Cada professora acompanha até 3 alunos em uma turma, cerca de 3 professoras de apoio por ano escolar, ou seja, metade das turmas possuem essa presença em sala, e a outra metade não.

Além dos casos amparados por lei com a professora de apoio, cada turma tem uma média de 20 a 30% de laudos não contemplados, tais como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), muitos destes com limitações consideráveis de disgrafia e dislexia. Sendo uma escola central em uma cidade do interior de Minas Gerais é constituída por uma comunidade heterogênea, formada por alguns alunos oriundos da nucleação escolar, ou seja, pertencentes à vizinhança da escola, mas, majoritariamente, por alunos de bairros periféricos

que veem na possibilidade de participar da escola uma oportunidade de melhoria em sua formação.

O acesso a recursos também é bastante diverso. Possuindo tanto alunos que poderiam se matricular em escolas particulares, mas optaram pela escola pública, quanto famílias que passam por necessidades básicas. Sendo assim a comunidade escolar apresenta um microcosmo no qual a atuação da extensão pode realizar seus objetivos de forma plena.

Construção extensionista de um questionário

A atuação da equipe de Serviço Social a partir das quatro temáticas elaboradas foi dividida em duas etapas. Na primeira, etapa de diagnose, a equipe deveria desenvolver um questionário de reconhecimento da realidade escolar; na segunda, etapa de intervenção, seriam realizados quatro encontros de escuta ativa, um para cada uma dos quatro temas elaborados. Atualmente o projeto se encontra no meio da segunda etapa, tendo desenvolvido dois dos encontros de intervenção. A seguir apresentaremos o desenvolvimento da primeira etapa e nas considerações as primeiras impressões e o seguimento das atividades.

Para que um questionário possa se considerar fruto de uma ação extensionista ele não pode refletir apenas os interesses da universidade, ou mesmo os da comunidade, é necessária uma construção dialógica do instrumento. É necessária a ação diagnóstica da equipe universitária em contato direto com as intenções e objetivos manifestos pela comunidade. Neste caso em específico tratava-se de iniciar o processo pela manifestação de trabalho a partir das competências socioemocionais, mas de forma a desenvolver essas perspectivas iniciais a partir de um padrão que reconheça a realidade e o contexto social dos discentes envolvidos. O primeiro desdobramento desta ação extensionista foi a modificação da nomenclatura e do objeto inicial das competências para as quatro temáticas apresentadas anteriormente. O segundo passo foi a construção conjunta com a equipe de educadores das perguntas que se desejava instigar ao pensamento dos discentes.[1]

Sendo assim, para o contexto de reflexão: “Você com você mesmo”, foram pensadas quatro perguntas norteadoras: “1- Como você sente que está a sua compreensão da realidade desde o início do ano?” Pergunta que deveria abrir o questionário, criando no alunado a necessidade de refletir sobre seu contexto de não estar isolado. Uma das principais dificuldades manifestas pela equipe educacional e pelos resultados de avaliações externas, indica que existe uma dificuldade dos alunos na leitura, não apenas de textos como da realidade que os cerca.

[1] A descrição do trabalho em equipe na construção do projeto foi publicada no capítulo: Baptista *et al*. (2025).

Através da pergunta não é possível medir se o aluno consegue realmente interpretar seu contexto, mas pode fazer com que ele inicie uma reflexão acerca dessa realidade externa. Muitas vezes é mais fácil interagir com a realidade externa se não se questiona que ela exige de nós um posicionamento, uma compreensão do que são suas exigências. As ações passam a ser tão automatizadas que não se promove qualquer reflexão a respeito delas. Como se dos sujeitos fosse apenas esperado que agissem instintivamente, reagindo a cada impulso oferecido sem a mínima reflexão. Sem dúvida isso causa um transtorno significativo para a educação, uma vez que o alunado não se compromete com as respostas às perguntas, ou com a interpretação aos textos. Mas compromete ainda mais na formação de uma cidadania que não se torna responsável com os resultados de suas ações no mundo.

Por isso, essa primeira pergunta foi elaborada como uma tentativa de criar ruptura entre a vida na realidade externa e a compreensão dessa realidade externa em que se vive. Funcionando como um cartão de visitas para o diálogo que se pretende travar com as perguntas seguintes.

A partir do momento em que se instaura um certo distanciamento entre a vida na realidade e a devida compreensão desta, a segunda pergunta pretende aprofundar essa noção de que é necessário refletir sobre a realidade para identificar possíveis problemas. “2- Você consegue identificar quando um problema se apresenta para você?” Desde a reflexão motivada pela equipe educacional, de que existe uma dificuldade formal de identificar os objetos de uma pergunta simples na composição de um questionamento direto, até a reflexão de que existe uma certa ingenuidade em relação à identificação de riscos oferecidos por colegas, ou a assédios de conhecidos e desconhecidos, a identificação de um problema manifestou-se como uma preocupação fundamental para o desenvolvimento do processo. Compreender a realidade exige identificar os problemas à sua volta e saber reagir a eles. Entre um gesto de carinho emitido por um adulto e um assédio com viés pedófilo, a linha pode ser tênue, mas precisa ser traçada. Há que se compreender os problemas que a realidade apresenta, tanto quanto identificar o que se deseja com uma pergunta direta em um teste. Não se pode manter a ingenuidade de deixar a vida levar para onde ela quiser, porque existem agentes externos dispostos a escolher o caminho caso o sujeito se negue a fazer a sua própria escolha.

Nessa forma de composição fica manifesta a força maior obtida pela relação entre os profissionais da educação e os assistentes sociais, não como uma contraposição de interesses, mas como uma complementação dialógica que amplia horizontes. A falta de diagnóstico interpretativo de um problema matemático pode ser sintomático de uma falta de interpretação dos riscos que o mundo oferece.

A terceira questão envolve o desenvolvimento desse processo dialógico: "3- Você consegue se organizar para os estudos?" Tratada a partir de seus anseios iniciais a pergunta reflete a preocupação educacional com os resultados em termos de respostas das atividades para casa e da preparação para as avaliações. Complementada com o olhar do serviço social, ela ganha a preocupação com o que pode motivar as impossibilidades para essa organização. Como a vida para além dos muros da escola facilita ou dificulta uma organização do estudante para os estudos.

A questão social pode escapar a um primeiro olhar puramente educacional dos resultados obtidos. A tendência de professores, inclusive na universidade, em acreditar que a vida dos estudantes inclui seus percalços próprios, não pode se transformar em uma negligência também para os assistentes sociais. Esse outro lado é fundamental para esta área de atuação, por isso a complementação entre as duas apresenta um potencial tão grande. Não há como se exigir do educador que ele se atente para estes outros problemas, uma vez que a sua função e seus encargos cada vez mais impossibilitam uma atuação mais próxima das histórias pessoais dos estudantes, mas a presença do assistente social deve motivar esse contato, ao mesmo passo que pode sensibilizar o docente sobre esse outro contexto.

A primeira temática é finalizada com uma pergunta geral: "4- Você está bem com você mesmo?" Embora para as outras perguntas seja estipulado a confecção de uma possibilidade de respostas direcionadas, o que será trabalhado em outro texto desta equipe, para esta, o objetivo foi deixar aberta para obter as respostas de forma discursiva. Em um questionário aberto, nem sempre os discentes vão se motivar a escrever o que sentem, mas pode-se encontrar alguns casos específicos que sentem a necessidade de dizer algo, e são estes casos que motivam a equipe a deixar o espaço para essa abertura.

Essa pergunta conclui a relação consigo mesmo, identificando que a compreensão da realidade externa, a identificação dos problemas e a organização pessoal, são fundamentais para que o sujeito se encontre bem em sua relação consigo. Ainda que a aplicação do questionário não consiga produzir nos discentes uma reflexão sobre a sua realidade, a sua construção conjunta entre a equipe educacional e a de discentes do serviço social, possibilita a reflexão da própria equipe sobre quais são seus objetivos com a aplicação do projeto. Assim a extensão universitária vai se construindo para além dos resultados mensuráveis na aplicação do questionário, mas se constitui, sobretudo, na própria construção deste.

Um dos primeiros resultados obtidos com a confecção coletiva desta primeira etapa diagnóstica foi a necessidade de desdobramentos anteriores à aplicação do questionário. Desta forma foi pensado que, antes da aplicação de um questionário com alternativas para resposta às

perguntas que estavam sendo produzidas, seria necessário um trabalho formativo com os discentes, conversando sobre cada uma destas perguntas, e motivando uma reflexão anterior à aplicação do questionário. O objetivo não seria o de uniformizar as respostas, mas o de apresentar o contexto geral das perguntas. Ou seja, o de trabalhar a identificação do problema que estaria sendo apresentado com o questionário, o de compreender a realidade que se apresentava com eles, o de organizar os estudos. As primeiras conversas com os discentes deveria refletir o que as perguntas tratariam, para que assim eles estivessem ambientados, ainda que não conhecessem as alternativas para responder.

Outra conclusão tomada ainda nesta etapa é a de que o questionário não deveria ser tratado como um fim em si mesmo. Ainda que as conversas iniciais conduzissem para a aplicação do questionário, ele seria o ponto de partida para rodas de conversa, nas quais o grupo de alunos, cerca de 35 por turma, deveria ser dividido em grupos menores, ao menos com 11 ou 12 alunos em cada, para que se pudesse conversar, sob a mediação dos estudantes de serviço social, sobre as perguntas e seus desdobramentos.

As rodas de conversa seriam o ponto fundamental desse processo. Mas claramente dependiam do trabalho anterior. Apenas motivar rodas de conversa sem a preparação anterior para a discussão do tema seria negar a maior potencialidade da extensão. Ou a conversa se motivaria apenas pelos interesses da universidade, ou pelas intenções da escola. É a produção conjunta do questionário que permite que a presença dos universitários na educação básica não seja apenas uma via de mão única.

A construção dialógica do questionário, e as discussões preparatórias com o alunado são os elementos que efetivam o caráter extensionista das rodas de conversas posteriores. Assim tudo passa a ser entendido como parte de um processo e o processo se torna mais importante que os resultados possíveis.

As outras três partes do questionário seguiram o mesmo processo construtivo, o qual apresentaremos de forma mais sintética. Para a temática “Você com os outros” foram propostas cinco perguntas: “1- Como você sente que é a sua convivência com os colegas, os professores e demais participantes da escola?” Frisando que a vida não pode ser vivida de forma isolada, mas que as interações não são todas iguais. É possível ter boas relações com um grupo e não conseguir conviver bem com o restante de seu entorno. Durante a roda de conversa esta foi uma das questões que mais motivou discussões sobre a diferença entre as relações com colegas e com professores, por exemplo. Não apenas identificando problemas pontuais, mas identificando dificuldades mais amplas na relação com os diferentes.

A segunda pergunta enfatizava essa diversidade com relação à inclusão: "2- Você consegue tratar de forma inclusiva aos diferentes?" Nem sempre a tolerância ao diverso representa uma inclusão verdadeira, esse ponto foi bastante mediado pelas professoras de apoio, que vivenciam a rotina do tratamento de inclusão e de aleamento dos alunos incluídos. A motivação para o debate da inclusão verdadeira ultrapassa a relação direta com os alunos com apoio, mas começa por eles. Entender os preconceitos e as limitações em aceitar o outro como ele é, é uma ação fundamental na busca por uma sociedade mais inclusiva.

Se a compreensão de que o outro é diferente de mim e precisa ser respeitado nestas diferenças já é um ponto complexo para o debate, tanto mais quando o espelho se vira novamente para a minha própria subjetividade. Este é o ponto desejado na terceira pergunta: "3- Você consegue apresentar soluções para os problemas de forma que as outras pessoas compreendam?" Com essa pergunta, motivada pela preocupação educacional de desenvolver respostas compreensíveis para os questionamentos apresentados pelos professores, a equipe de assistentes sociais pode extrapolar para a identificação dos próprios limites de expressão do aluno. Compreender que o outro precisa ser incluído exige que se compreenda em que medida o próprio sujeito se faz compreender pelos outros.

O que implica ainda "4- Você compreende que as suas ações geram efeitos sobre os outros?" A compreensão das consequências de ações executadas, sejam elas compreendidas ou não pelos outros. E "5- Antes de tomar uma decisão você se coloca disponível a ouvir outras pessoas?" A compreensão de que, antes de assumir uma determinada ação, seria importante se colocar disponível a pensar sobre ela.

A terceira temática: "Você com o mundo", apresenta um questionamento de como a identidade que foi trabalhada em relação às suas implicações internas no primeiro conjunto de perguntas, e ao confronto com a diversidade no segundo grupo, está disponível para a interação com uma realidade que não será formada apenas pelos seus próprios gostos. A necessidade de incluir o diverso e de compreender o impacto de suas ações sobre a realidade são abertas agora para o contexto social de uma forma mais ampla. "1- Você se sente disposto a experimentar coisas que não faziam parte de suas experiências anteriores?" Se abrir para coisas novas é fundamental para que a educação possa se realizar de maneira eficaz. Não é possível realizar educação se se está preso a concepções pré-definidas. Mas a sociedade atual tende a se prender a estas concepções, religiosas, políticas, sociais… Por isso é difícil vencer determinadas barreiras, sobretudo em relação a componentes curriculares das áreas de humanidades. Determinados rótulos já estão associados a certas discussões que interditam o verdadeiro debate.

Nesse sentido a segunda pergunta delimita: “2- Você consegue respeitar que existam manifestações culturais diferentes daquelas que você prefere?” Entender que suas preferências não são balizadoras do contexto social seria um importante ganho para a nossa realidade atual, infelizmente ele está longe de se realizar. A escola é um ambiente propício para esse contato com manifestações diversas, embora algumas famílias tentem evitar que isso aconteça.

Por fim, uma nova pergunta aberta se relaciona com a da primeira temática: “3- Você se sente bem na sua relação com o mundo?”, assim como é importante refletir sobre sua relação consigo, seria necessário pensar na relação com as coisas que nos cercam.

A reflexão sobre este contato, nem sempre harmonioso com a diversidade do mundo, encaminha para a quarta e última temática: “Você com seus projetos”. Sua posição no mundo deve abrir para o que se pretende. Na primeira pergunta identificamos a necessidade de pensar em um mundo melhor e como isso depende da ação de cada um: “1- Você tem feito algo para que a sociedade seja mais justa, democrática e inclusiva?” Não basta esperar que o mundo seja um lugar melhor, é preciso ter a consciência de que nós somos o mundo.

O que encaminha para a segunda pergunta: “2- Quando você pensa em soluções para os seus problemas, você se preocupa em pensar nas consequências?” Ciente que o mundo somos nós, e de que nossas ações afetam os outros, é necessário saber se isso se torna uma compreensão de responsabilidade. Não é uma conclusão inevitável, embora seja lógica, a exigência de uma ação responsável no mundo. Ainda uma outra conclusão é necessária. Se a ação responsável, ou irresponsável, não encaminha para o resultado desejado, em que medida isso se torna elemento para uma reflexão: “3- Depois de tomar uma decisão você analisa as consequências e repensa suas ações?”

Todo esse debate encaminha para a derradeira pergunta aberta: “4- Você acredita estar indo pelo caminho certo para realizar seus projetos?” Se as demais perguntas foram refletidas, essa derradeira deveria representar a reflexão de que o projeto de cada um está vinculado à forma como essa pessoa vê a si mesma, si relaciona com os outros e com o mundo e pensa em suas ações. A construção de seus projetos está diretamente relacionada com a construção do mundo em que esse projeto está inserido. A discussão sobre o presente educacional do aluno é potencializada pela discussão sobre a questão social que envolve esse presente e projeta o futuro.

Considerações finais

A trajetória histórica da educação e do Serviço Social no Brasil revela um percurso comum de disputas, contradições e potencialidades transformadoras. A educação, em sua

potencialidade plena, ainda que proclamada como política social de direito universal, continua sendo negada de forma sistemática às parcelas mais vulneráveis da população. Nesse cenário, a atuação do/a profissional assistente social na escola se apresenta como instrumento fundamental para promover o acesso, a permanência e o êxito escolar, para realizar a plena formação, especialmente dos sujeitos historicamente marginalizados. Sua presença no espaço escolar permite o enfrentamento da questão social que afeta diretamente o processo educativo, como a pobreza, o racismo, a violência e a desigualdade de gênero.

O compromisso ético-político da profissão orienta a intervenção crítica, articulada e propositiva junto à comunidade escolar, com vistas à efetivação de uma educação que deve ir além do acesso formal, promovendo um processo de formação humana integral. O/a assistente social, ao articular políticas públicas e promover a intersetorialidade, atua na superação de barreiras estruturais que limitam o direito à educação, colaborando para uma escola que acolha a diversidade, reconheça os sujeitos em sua integralidade e favoreça a aprendizagem em um ambiente democrático. Ao fazê-lo, contribui diretamente para a construção de uma sociedade crítica, emancipada e consciente de seus direitos e responsabilidades.

Portanto, reafirmar a importância do Serviço Social na educação é também afirmar um projeto societário baseado na justiça social, na equidade e na transformação das relações sociais. A consolidação da presença do/a assistente social nas escolas não deve ser vista apenas como expansão do mercado de trabalho, mas como conquista política e estratégica para o fortalecimento da educação pública de qualidade. É necessário, ainda, garantir formação continuada, financiamento adequado e reconhecimento institucional para que essa atuação se realize de forma plena, contribuindo com a construção de uma escola inclusiva e de uma sociedade mais justa e equânime.

O projeto de extensão pensado pela equipe no contexto de construção dessa realidade inclusiva, encontra-se em andamento, tendo realizado as duas primeiras rodas de conversa a equipe se organizou para apresentar esse primeiro relato. Os resultados da aplicação do questionário, a discussão sobre a constituição das alternativas elaboradas para cada questão, as reflexões sobre as rodas de conversa, serão elementos a serem tratados em próximas produções.

O objetivo nesse momento foi o de registrar a potencialidade desse processo de integração entre a universidade, com o aparto do Serviço Social e a comunidade escolar por meio da extensão. Não se tem a pretensão de substituir o que precisa ser adotado como uma política social pelo Estado, mas de valorizar, por meio de um processo que se encontra aberto com a necessidade de práticas extensionistas, a interação que precisa ser efetivada entre o Serviço Social e a Educação.

O relato da experiência extensionista não tem a função de negar a necessidade de profissionais contratados conforme a legislação prescreve, mas de demonstrar como esses profissionais teriam campo de ação permanente no ambiente escolar. A extensão não substitui a necessidade do/a assistente social na escola, até porque sua atuação é bastante limitada ao diagnóstico de contextos dissonantes, sem a possibilidade de uma ação mais incisiva. Mas ela tem a possibilidade de uma ação complementar, algo que permite o aprimoramento das duas partes envolvidas.

A aplicação de projetos como o apresentado não supre a inexistência de assistentes sociais atuando diretamente na educação, ela enfatiza a necessidade desta atuação multidisciplinar. Tais projetos tendem a não se esgotar mesmo com a aplicação da legislação que insere os assistentes atuando na educação, pelo contrário podem se tornar campo fértil para a preparação profissional durante sua etapa de formação. Ao mesmo tempo que pode ampliar as possibilidades da própria atuação dos profissionais efetivos do Estado na área de Serviço Social.

Uma das principais carências observadas durante a aplicação foi justamente a falta de um diálogo específico da área no ambiente de atuação, o que restringia a parte de debate conceitual ao âmbito universitário. A escola ainda está apartada de uma discussão sobre a questão social e a atuação do NAE/SRE ainda é bastante restrita pela falta de profissionais para dar suporte a toda a rede. A aplicação do projeto permite observar o potencial e a demanda da comunidade escolar. Desdobramentos da aplicação do projeto de extensão ainda serão apresentados pela equipe em momento oportuno.

Referências

ALMEIDA, N.L.T. *A política de educação, impactos da contrarreforma do Estado e a desconstrução dos direitos sociais*. *In*: 5º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. CFESS, 2015. p. 62-73.

BAPTISTA, M.R.B.; LEANDRO, D.E.; SANTOS, J.A.R.; ROGERIO, F.M.P.; BARROSO, C.R.; PEREIRA, C.S. Competências socioemocionais: Construção de uma proposta de extensão e intervenção. *In:* SILVA. J.R.S. (org.) *Pesquisas e estudos em educação e ensino*: Saberes e práticas com novos olhares. Curitiba: Editora Bagai, 2025. p. 225-238.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de julho de 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 de julho de 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União:

seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 de julho de 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024*. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14819.htm. Acesso em: 25 de julho de 2025.

BRASIL. CNE/CES. *Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 de julho de 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Diálogos do cotidiano:* reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 4. Brasília, 2023. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/CFESS2023-DialogosCotidiano4.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2025.

DENTZ, M.; SILVA, R.R.D. Dimensões históricas das relações entre educação e serviço social: elementos para uma revisão crítica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

IAMAMOTO, M.V. *O serviço social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche:* capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. *Política educacional brasileira:* limites e perspectivas. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

LIBERTAS ON LINE

Da expropriação colonial à emergência climática: a Lei de Terras e os cercamentos de campos à brasileira

Land occupation in Brazil: the land law and enclosure movements in a Brazilian key

Daniel Antoine Abou Jaoude*

Resumo: Este artigo discute a ocupação fundiária no Brasil a partir de uma perspectiva crítica do capitalismo, com foco nas origens históricas da desigualdade no acesso à terra e seus impactos ambientais atuais. Partindo da análise Marx sobre os cercamentos na Europa, traça-se um paralelo com o processo brasileiro, especialmente com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que institucionalizou a propriedade privada e excluiu grande parte da população do acesso à terra. Argumenta-se que essa estrutura fundiária contribui diretamente para o desmatamento, a degradação do solo e a intensificação das mudanças climáticas. Ao recorrer a autores críticos do capitalismo, destacamos como a concentração fundiária está no centro de alguns dos principais desafios sociais e ecológicos enfrentados pelo país.

Palavras-chave: Ocupação fundiária; Desigualdade social; Lei de Terras; Crise ambiental; Mudanças climáticas

Abstract: This article discusses land occupation in Brazil through a critical perspective on capitalism, focusing on the historical roots of land inequality and its current environmental impacts. Drawing on Marx's analysis of the enclosures in Europe, it parallels the Brazilian context, especially the enactment of the 1850 Land Law, which institutionalized private property and excluded much of the population from land access. The article argues that this land structure directly contributes to deforestation, soil degradation, and the intensification of climate change. Referencing critical authors of capitalism, we emphasizes how land concentration lies at the core of some Brazil's major social and ecological challenges.

Keywords: Land occupation; Social inequality; Land Law; Enviromental Crisis; Climate change.

Introdução

O objetivo deste artigo é lançar luz, a partir da teoria crítica do capitalismo, a um dos maiores problemas ambientais brasileiros que é a degradação do solo, e em especial sua íntima relação coma a crise climática em curso. Para isso, partiremos inicialmente do importante estudo que Marx faz a respeito do cercamentos de campos na Europa e sua influência no

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: danieljaoude@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49673

Recebido em: 13/08/2025
Aprovado em: 21/05/2026

desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Em seguida tentaremos traçar o paralelo deste estudo com o Brasil e o modo como se deu a ocupação histórica do campo por aqui, com destaque para a repercussão atual que este assunto tem para análise dos impactos da emergência climática no país.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada pelo método histórico-dialético e por um procedimento comparativo entre a acumulação primitiva europeia e a formação fundiária brasileira. O corpus empírico é composto por: a obra de Marx, especialmente O Capital; debates parlamentares em torno da Lei de Terras de 1850; legislação imperial; e dados secundários recentes sobre uso da terra, desmatamento e emissões de GEE no Brasil.

A emergência ambiental

Entre as diversas crises que o planeta enfrenta atualmente, as mudanças climáticas emergem como uma das mais críticas, devido à sua intensificação alarmante nos últimos anos. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a temperatura média global já aumentou cerca de 1,2 graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais, principalmente desde o final do século XIX. Mais recentemente, essa crise assumiu proporções de emergência global, com eventos climáticos extremos – como ondas de calor, incêndios florestais, secas e inundações – se tornando mais frequentes e severos, causando danos generalizados e ceifando milhões de vidas. Para ilustrar a gravidade da situação, os dados mais recentes mostram que os últimos oito anos foram os mais quentes já registrados, culminando em 2023, que quebrou recordes de temperatura global, sublinhando a urgência de ações concretas contra as mudanças climáticas.

Contudo, vale ressaltar que a Emergência Climática, apesar de sua aguda gravidade, é apenas uma das muitas crises ecológicas que o planeta enfrenta hoje, e portanto, ao falarmos de mudanças climáticas devemos ter sempre em mente de que ela é apenas uma das muitas facetas do conjunto maior, que é o colapso ambiental em curso. Além da emergência climática, a crise da biodiversidade, evidenciada pela atual extinção massiva de seres vivos, a maior dos últimos 65 milhões de anos, bem como a crise de poluição que atinge toda biosfera, são apenas alguns dos limites naturais que hoje se consideram rompidos pela ação do homem. As consequências da emergência ambiental não atingem a todos da mesma maneira destacando a enorme injustiça ambiental que se apresenta com o problema. Da mesma forma que hoje é cediço que a crise

ambiental é de causa humana, mas é necessário frisar, não é causada por toda humanidade, e sim por aquela fração dela que erigiu a civilização capitalista (Wallerstein, 2004) (ou seja, a sociedade patriarcal euro-cristã, de homens brancos).

Para enquadrar melhor a nossa discussão neste ensaio, é importante salientar que esta crise está acontecendo numa era que é conhecida pelos estudiosos do meio ambiente como Antropoceno: época histórica marcada pela influência destrutiva em escala planetária do ser humano na natureza, e que teria como signos, dentre outros, justamente a hiper poluição da biosfera (inclusive nuclear), as mudanças climáticas e a sexta extinção massiva de seres vivos, já citados. Sobre o antropoceno existem muitas discussões teóricas a respeito de sua real existência como época própria, sua data de início, ou ainda sobre sua verdadeira denominação. Contudo, para o nosso fim, é importante salientar nosso alinhamento às correntes de estudiosos que enxergam no nascimento do sistema moderno capitalista, o ponto inicial da atual crise em que vivemos, e, portanto, denominam com maior propriedade esta época de Capitaloceno (Moore, 2016) em contraposição ao Antropoceno.

Além disso, é importante falarmos, ainda que de passagem, a respeito das múltiplas formas de injustiça que a crise climática traz em seu bojo, conforme discutiu com mais afinco Jaoude (2023) e que está intimamente relacionado com nosso assunto principal deste artigo:

> Do nosso ponto de vista, as desigualdades do sistema capitalista se traduzem em termos socioambientais na forma de três grandes injustiças que dão a marca desta era atual que é chamada de antropoceno (...): primeiro, uma injustiça interespécies, ou seja, o modo destrutivo com o qual a humanidade sobrepujou a natureza e vem causando uma crise irreversível na biodiversidade do planeta; segundo, numa injustiça social, ou intra-espécie humana, que se subdivide nas várias interseccionalidades, de raça, de renda, entre países, etc., mas de modo muito marcante, injustiça de gênero; e por fim, a injustiça intergeracional, onde as gerações futuras do planeta sempre sofrem, de um modo sucessivo, das consequências ambientais nefandas deixas pelas gerações anteriores a elas no planeta, (Jaoude, 2023, p. 73).

Karl Marx e o seu estudo sobre os cercamentos de campos

Karl Marx, no capítulo 24 do livro 1 do Capital, demonstrou a importância decisiva que teve para o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, o fenômeno que ficou conhecido como cercamento de campos. Em linhas gerais, ocorreu um processo violento e deliberado de expulsão da população dos campos, através da expropriação das terras que eram cultivadas para subsistência, para dar lugar a grandes empreendimentos ou para promover a especulação das terras, e com isso, ao mesmo tempo, empurrar as pessoas para os centros urbanos, onde seriam

obrigadas agora a venderem sua força de trabalho em troca de trabalho nos recentes centros industriais urbanos.

É interessante notar, que na mesma época em que Marx descrevia os cercamentos na Europa, um processo semelhante se desenrolava no Brasil, com vistas ao mesmo objetivo de consolidar a acumulação primitiva do capital e criar mão de obra livre e barata. O processo histórico que culmina no fato de hoje o Brasil ser um país de grande latifúndios, onde por exemplo as 2.400 maiores fazendas, que representam apenas 0,04% do total, possuem uma extensão de terra maior do que a soma das áreas das 4,1 milhões de pequenas fazendas, que correspondem a 81,3% do total, (Pina, 2018) tem início ainda na época da colonização, quando o país foi divido primeiro em sesmarias, que eram terra dadas pela coroa portuguesa e que ensejariam a obrigação de serem cultivadas, e depois em terras devolutas da coroa, propriedade estatal, em semelhança ao processo descrito por Marx na Europa. Grande marco deste processo e com repercussão decisiva até os dias atuais, foi a promulgação da chamada lei de terras em 1850, quando o Brasil optou de vez pela adoção do latifúndio.

Embora o conceito marxiano de acumulação primitiva tenha sido elaborado a partir da experiência europeia, sua transposição ao caso brasileiro exige uma lente histórica específica. Aqui o processo principal não decorre da dissolução do feudalismo, mas do violento processo de colonização, com a expropriação terras indígenas e o emprego de mão de obra escravizada, bem como do processo estatalmente dirigido de regularizar, ou melhor, restringir o acesso à terra, para criar uma classe de trabalhadores urbanos livres.

A lei de terras e os cercamentos à brasileira

Ao estabelecer que o acesso à terra no Brasil passaria a ser oficializado apenas com a compra e não mais com a mera posse, como era de praxe até então, a lei de Terras estabeleceu parâmetros fundiários que determinam a realidade rural brasileira até os dias atuais, tais como: concentração de terras, poder e riqueza para os grandes latifundiários, e assim, por tabela, imensa desigualdade social e barreiras insuperáveis para a democratização do acesso à terra e aumentou o poder político dos grandes proprietários rurais, dentre outros. Por estas razões, vale a pena aqui aprofundar um pouco esse momento histórico do país, mas antes vale destacar alguns dos primeiros parágrafos do capítulo 24 do primeiro Livro do Capital de Marx, pois o que ele descreve ali, o modo como as elites abusam do direito para obter privilégios e usurpar os mais pobres, ficará muito claro no caso brasileiro que veremos em seguida:

> Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a

> acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação "primitiva" (...) Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. (...) Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (...) Mas tão logo entra em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da cartilha infantil como o único válido para todas as faixas etárias e graus de desenvolvimento. Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e "trabalho" foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, "este ano". Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos (Marx, 2013, p. 514).

Antes de ser promulgada por Dom Pedro II, a Lei de Terras passou anos sendo discutida na Câmara e Senado brasileiros. Nascida de um anteprojeto de iniciativa do próprio imperador, o texto passou sete anos sendo discutido até sua aprovação final. Já naquele tempo, a composição do legislativo brasileiro era em sua maioria por grandes donos de terras, o que se refletiu de modo dramático nos debates registrados no Congresso (Westin, 2020) da época. Trazendo a violenta marca do pensamento colonizador, muitos dos discursos políticos a favor da lei faziam apologia aberta à violência contra os povos indígenas, algo que se vê até os dias atuais com a infindável discussão do chamado Marco temporal (Fernandes, 2025). Por exemplo, o senador do Costa Ferreira, do Maranhão, afirmou naquela ocasião:

> Existem nas províncias muitas terras, mas algumas não se acham demarcadas nem são beneficiadas porque estão infestadas de gentios [indígenas]. Nas minhas fazendas já tenho tido alguns prejuízos por essa causa em gado, escravos etc. A maior parte dos [pequenos] lavradores da minha província não lavra para o interior porque o gentio não os deixa. Mas um lavrador poderoso, logo que entra, pode beneficiar as terras. Muito lucra, pois, a nação em se venderem as fazendas nacionais a particulares que as cultivem (Westin, 2020).

No Brasil do começo do século XIX, apesar da economia agrária voltada para a exportação, o setor rural era marcado pela insegurança jurídica. A maioria dos fazendeiros não possuía registro legal de propriedade, sendo donos de sesmarias, grandes extensões de terra doadas pela Coroa Portuguesa com a condição de cultivo. Pouco após a Independência, em 1823, a distribuição de novas sesmarias foi suspensa, mas sem novas regras para apropriação da terra, levando à ocupação irregular de terras públicas tanto por pequenos camponeses, grupo

este que pode ser definido como de trabalhadores rurais livres, inclusive ex-escravizados, e que ocupavam a terra sem títulos formais, numa agricultura baseada em subsistência; quanto por grandes latifundiários que exploravam a terra com finalidade econômica.

Sem títulos oficiais, juridicamente válidos, todos eram considerados posseiros, e estavam sujeitos à perda da terra. O caos fundiário se agravava pela falta de demarcação clara entre propriedades, gerando frequentes conflitos, muitas vezes resolvidos com violência, como por exemplo os conflitos violentos na região de Piracicaba (na época vila da constituição) citados pelo senador do império Francisco de Paula Souza que segundo ele deixaram diversas vítimas (Westin, 2020).

Parlamentares da época debatiam o problema, e como esperado, defendendo apenas o direito dos grandes proprietários e atacando de maneira violenta os posseiros mais pobres. Era preciso superar este entrave ao desenvolvimento do capital, por via da expropriação, como bem explicou Marx no seguinte trecho ao circunscrevia assim o "problema":

> Vimos que a expropriação da massa do povo, que é despojada de sua terra, constitui a base do modo de produção capitalista. A essência de uma colônia livre consiste, por outro lado, em que a maior parte do solo continua a ser propriedade do povo e que cada povoador pode transformar uma parte desse solo em sua propriedade privada e em meio individual de produção, sem impedir, com isso, que os colonos posteriores realizem essa mesma operação. Esse é o segredo tanto do florescimento das colônias quanto do câncer que as arruína: sua resistência à radicação do capital. 'Onde a terra é muito barata e todos os homens são livres, onde qualquer um pode à vontade obter para si mesmo um pedaço de terra, não só o trabalho é muito caro no que concerne à participação do trabalhador em seu próprio produto, mas é difícil conseguir trabalho combinado, seja pelo preço que for' (...) (Marx, 2013, p. 544).

E este era exatamente o pensamento da elite brasileira da época. Por exemplo, o senador Vergueiro de Minas Gerais, disse o seguinte a respeito dos pequenos possuidores de terra:

> Se não se puser obstáculo a essas invasões, apenas restarão algumas terras devolutas nas províncias do Pará, de Mato Grosso e de Goiás [as atuais Regiões Norte e Centro-Oeste inteiras]. Para as mais, acabam-se em pouco anos. E será isso útil? Não, é prejudicialíssimo não só aos interesses do Tesouro, mas da civilização, porque essa gente espalha-se pelo meio do sertão e barbariza-se, não reconhece autoridades senão as suas paixões (Westin, 2020).

E neste sentido ainda, vale citar a fala do senador Clemente Pereira, do Pará:

> Sabe-se quantas vezes têm acontecido que homens que apenas levam consigo um bocado de farinha dentro de um saco e uma foice e um machado ao ombro têm se introduzido no interior dos matos virgens das fazendas ou matas devolutas da nação, derrubando e roçando, e se apresentado dizendo que a terra lhes pertence por terem tomado posse, algo que o autor considera um absurdo jurídico (Westin, 2020).

Na prática, o que aconteceu foi o seguinte: a Lei de Terras concedeu uma grande anistia para todos aqueles que estavam irregulares até então, desde que formalizassem a propriedade. E justamente neste ponto é que estava embutida a escolha política de se excluírem os mais pobres, pois a lei exigia o pagamento de uma dupla taxa que totalizava 9 mil réis, cifra altíssima para os padrões da época, que em realidade só poderia ser paga pelos ricos fazendeiros. Dizia assim o artigo 11 da Lei (vernáculo original):

> Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por effeito desta Lei, e sem elles não poderão hypothecar os mesmos terrenos, nem alienal-os por qualquer modo. Esses titulos serão passados pelas Repartições provinciaes que o Governo designar, pagando-se 5$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outrotanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4$ de feitio, sem mais emolumentos ou sello (Brasil, 1850).

De maneira brilhante Marx anteviu este resultado, o de resguardar, ainda que à base de uma imposição vertical por via legislativa e preço exorbitante, a expropriação dos mais pobres, e o direito exclusivo da elite à posse da terra, e assim acabar com o vazio legal que nas suas irônicas palavras era uma espécie de "doença" anticapitalista nas colônias:

> Se se quisesse transformar de um só golpe toda a terra que hoje é propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia a raiz da doença, mas também... a colônia. A proeza está em matar dois coelhos de uma só cajadada. *O governo deve conferir à terra virgem, por decreto, um preço artificial, independente da lei da oferta e da demanda*, que obrigue o imigrante a trabalhar como assalariado por um período maior, antes que este possa ganhar dinheiro suficiente para comprar sua terra e transformar-se num camponês independente. (...)
>
> Naturalmente, o preço da terra imposto pelo Estado tem de ser 'suficiente' (sufficient price), isto é, tão alto "que impeça os trabalhadores de se tornarem camponeses independentes até que outros cheguem para preencher seu lugar no mercado de trabalho assalariado". (...) (Marx, 2013, p. 546-547, grifos nossos).

A "ruptura metabólica" no Brasil

O que vimos até aqui serve para ilustrar bem aquela fase discutida por Marx no trecho acima, a respeito do processo de acumulação primitiva. Ou seja, no caso brasileiro, a Lei de Terra serviu de marco para delinear aquela forma de capital que seria, desde aquela época do império até a atualidade, a maior fonte de riquezas do país, ou seja, os grandes latifúndios. A terra passou a ser vista como um grande capital, e a concentração fundiária na mão dos mais ricos era algo desejável, como bem expressou o senador Vergueiro na ocasião (Westin, 2020), com grifos nossos:

> Suponhamos que é impossível vender terras por esse preço. Quem quer adquirir terras, não podendo estabelecer-se em terras devolutas, há de comprá-las. *E então sobe o valor das propriedades [privadas]. É um benefício aos atuais proprietários. Os donos de extensas sesmarias vêm a ganhar muito com esta lei.*

Começava então a ganhar forma aqui no Brasil aquele processo descrito como "moinho satânico" por Karl Polanyi, processo que transformou doravante aquilo que não era por natureza algo para ser comercializado em mercadoria (Polanyi, 2000, p. 94-95). Além de exemplificar como ocorreu o processo de acumulação primitiva aqui no país, esta Lei de Terras ainda serve bem para ilustrar um segundo ponto discutido por Marx naquele capítulo, o surgimento do proletariado. Antes de remeter novamente a discussão para a realidade social do Brasil, vale citar um trecho onde Marx destaca a universalidade deste processo histórico do capitalismo:

> O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. (...). Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. *Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas*. (...) (Marx, 2013, p. 516, grifos nossos)

Trazendo luz a este processo de surgimento do proletariado, em consequência direta do processo de expropriação ocorrido nos campos, Marx é didático ao explicar que:

> (...) Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; *de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção.* Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado,

> transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como 'primitiva' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 2013, p. 514-515, grifo nosso).

Traçando então o paralelo deste ensinamento com o Brasil, observamos que a na discussão a respeito da Lei de Terras, os parlamentares também tinham claramente essa visão, da necessidade de criar uma massa de trabalhadores que, sem acesso aos meios de subsistência, seria obrigada a vender a sua força de trabalho. Neste ponto, é importante destacar que muitos congressistas brasileiros da época foram ainda influenciados pelas ideias do pensador colonialista inglês Edward Gibbon Wakefield, cujas ideias foram duramente criticadas por Marx no capítulo 25 do livro primeiro do Capital. Neste sentido, merece ser destacada aqui uma fala do Visconde de Abrantes, nos anos anteriores a promulgação da Lei de Terras, que durante uma sessão no congresso em 1848, explicou extensamente o pensamento de Wackefield, e afirmou, o seguinte a respeito do preço das terras, com grifos nossos:

> O sistema de Wackfield, que se intitula o sistema que se sustenta por si mesmo, tem por base a venda das terras incultas por preço elevado (...). Exige ele preço elevado para que qualquer proletário que só tenha a força do seu braço para trabalhar não se faça imediatamente proprietário comprando terras por vil preço. (...) Os trabalhadores ficando inibidos de comprar terras, de necessidade tem de oferecer seu trabalho àqueles que tiverem capitais para as comprar e aproveitar (...). Assim consegue-se tanto quanto é possível que não haja dispersão, que capitalistas, proprietários e trabalhadores possam ajudar-se mutuamente (Brasil, 1848, p. 32-33).

Assim, a Lei de Terras surgiu num momento histórico onde já se vislumbrava o fim da escravidão, no mesmo ano da Lei Eusébio de Queiros, considerada a primeira das leis abolicionistas, e deste modo com a necessidade de uma nova forma de obter mão de obra barata. Trazendo clareza para esta discussão, em artigo já citado, aduz que:

> Os latifundiários entenderam que a escravidão, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao fim e que os seus cafezais corriam o risco de ficar sem mão de obra. A Lei de Terras eliminaria esse risco. Uma vez tornadas ilegais a invasão e a ocupação da zona rural, tanto os ex-escravos quanto os imigrantes pobres europeus ficariam impedidos de ter suas próprias terras, ainda que pequenas, e naturalmente se transformariam em trabalhadores abundantes e baratos para os latifúndios. Da mesma forma, os pequenos posseiros que fossem expulsos de seus antigos lotes, excluídos da anistia por não poderem pagar as taxas previstas na Lei de Terras, também reforçariam o contingente assalariado dos cafezais (Westin, 2020).

É interessante notar que este processo de expulsão dos trabalhadores da terra, privando-os dos meios de subsistência diretos, para que pudessem vender a si mesmos como mercadoria-trabalho, foi também catalisador direto da formação urbana mundo afora e neste sentido, essa

fase do capitalismo marcou um momento de clivagem sempre crescente entre o campo e as cidades. Essa clivagem era o embrião inicial do que iria se desenvolver ao longo dos séculos seguintes como grande clivagem entre sociedades humanas e natureza, culminando no nosso colapso ambiental e climático atual. Autores importantes da teoria crítica do capitalismo como Karl Polanyi, John Bellamy Foster, David Harvey, e Nancy Fraser, são alguns dos muitos autores que vêm chamando atenção para o que se chamou de "ruptura metabólica" no processo de desenvolvimento capitalista. Em uma passagem de grande importância para o movimento ecosocialista atual Marx define essa ruptura, e, de modo particular para nossa discussão neste artigo, é interessante notar que ele sublinha que este processo é uma evolução direta daquele processo de sujeição dos trabalhadores já discutida acima:

> (...) Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. […] Mas ao mesmo tempo que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado […]. Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (Marx, 2013, p. 573).

Concentração fundiária no Brasil, capitalismo e degradação ambiental

A concentração fundiária estabelecida pela Lei de Terras de 1850 permaneceu como uma característica estrutural do Brasil ao longo do século XX, atravessando diferentes períodos históricos. Durante a República Velha (1889-1930), o poder das oligarquias rurais consolidou ainda mais o latifúndio, garantindo ainda maior controle político por meio do coronelismo e controle de votos. A economia, já naquele tempo, era voltada para a exportação agrícola, com grande exploração dos trabalhadores do campo, visto que ainda não existia qualquer tipo de garantia de direitos. Na Era Vargas (1930-1945) e o advento das leis trabalhistas, terminou por favorecer mais os trabalhadores urbanos, e o campo continuou sem grandes mudanças, apesar do crescimento das primeiras mobilizações camponesas. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), a modernização da agricultura ocorreu de forma conservadora, com incentivos estatais à mecanização e à concentração fundiária, expulsando milhares de pequenos agricultores e

agravando o êxodo rural, período de grandes migrações internas. A redemocratização trouxe de volta o debate sobre a reforma agrária, mas foi na fase neoliberal, a partir da década de 1990, que a estrutura agrária brasileira tomou um novo rumo, com a abertura ao capital estrangeiro, a intensificação do agronegócio e a consolidação das grandes empresas do setor, ampliando ainda mais a desigualdade no campo (Assunção; Depieri, 2022).

Neste sentido, vale a pena citar o estudo de Saskia Sassen (2016) em sua obra "Expulsões", quando no segundo capítulo traça um histórico do processo de entrada do capital estrangeiro nos países do sul global, a partir das reformas neoliberais da década de 80:

> As atuais aquisições em larga escala de terras estrangeiras são viabilizadas tanto pelos objetivos explícitos quanto pelas consequências não planejadas dos programas de reestruturação do FMI e do Banco Mundial, implementados em grande parte do Sul Global na década de 1980. A isso, podemos acrescentar as exigências da Organização Mundial do Comércio (OMC) nos anos 1990 e 2000 para a remoção de barreiras de importação e exportação em nome do "livre comércio". Essa combinação de restrições e demandas teve o efeito de disciplinar governos que ainda não estavam totalmente integrados ao regime de livre comércio e fronteiras abertas, promovido principalmente por grandes empresas e pelos governos de países dominantes (Sassen, 2016, p. 103).

Desta forma, a partir desta época, ocorreu no Brasil um processo que é decisivo no atual estágio de degradação ambiental e emissão de poluentes do país. A entrada de grandes empresas de capital aberto no setor agropecuário, ocupando os grandes latifúndios, passam a desenvolver suas atividades econômicas inseridas na ordem capitalista vigente que é a de um capitalismo em crise, conforme veremos, pois já não encontra forma de gerar valor direto e precisa partir para a especulação para gerar renda. A especulação, em especial a especulação de comodities no caso brasileiro, é um mecanismo crucial em que a riqueza do presente é condicionada pela expectativa de uma riqueza futura (Jaoude, 2023).

Esta fase do capitalismo, que os estudiosos do assunto denominaram genericamente de capitalismo tardio, ou maduro (Mandel, 1985), é marcado por algumas características especiais, dentre os quais a crise do modelo fordista keynesiano, o fim do padrão ouro, o início do processo de financeirização dos mercados globais à luz do neoliberalismo, e o início da chamada terceira revolução industrial ou tecnológica (microeletrônica). Estes fatores por sua vez aceleram um processo crítico dentro do sistema, a chamada crise do valor um processo de ruptura que já havia sido antecipado por Marx (2017, p. 263-264) e que foi mais bem estudado no final do século XX por teóricos como Robert Kurz (2007). Em linhas gerais, a crise do valor é um desdobramento da queda tendencial das taxas de lucro, também analisada por Marx[1]. Essa crise

[1] Vale citar, dentre muitos outros trechos: "E, do mesmo modo, não é mais que outro modo de expressar o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho, que se revela precisamente no fato de que,

se caracteriza pela decrescente valorização do capital ao longo do tempo, intensificada pela crescente concorrência entre os capitalistas, o que leva a uma maior racionalização do processo produtivo, ou seja, ao maior emprego de tecnologia na produção. O uso intensivo de tecnologia, especialmente a partir da terceira revolução tecnológica, tornou-se massificado a partir dos anos 1970, resultando em um emprego cada vez menor de mão de obra humana, fator que, por si só, traz enormes implicações sociais[2], juntamente com um intenso processo de superprodução de mercadorias[3].

Desta forma, poderíamos sintetizar assim o processo acima delineado: o crescente emprego de tecnologia surge da necessidade de redução dos custos de produção para disputar a concorrência no mercado. Como resultado, ocorre um barateamento dos produtos e, consequentemente, uma redução no valor. Para compensar essa perda de valor, aumenta-se a produção, o que exige uma maior exploração da natureza[4.] Neste ponto, é importante destacar

graças ao emprego crescente de maquinaria e de capital fixo em geral, o mesmo número de trabalhadores transforma em produtos uma quantidade maior de matérias-primas e materiais auxiliares no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho A esse crescente volume de valor do capital constante – embora ele só represente de forma longínqua o crescimento da massa real dos valores de uso, das quais o capital constante é materialmente constituído – corresponde um crescente barateamento do produto (...) A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. (...) Assim como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção produtivamente consumidos, também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado. E essa proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, que tem, portanto, de diminuir constantemente" (Marx, 2017, p. 263-264).

[2] Aqui é importante citar um trecho do trabalho de Jaoude (2023, p. 48) a respeito das consequências sociais da crise do valor: "Isso trará consequência sociais gravíssimas no longo prazo, que num amplo efeito cascata, vão gerar desde desigualdade, à pobreza e violência extremas, configurando o atual estado de barbárie (Stengers, 2015), além de criar a insatisfação popular e alimentar as condições sociopolíticas que vão tornar possível a volta da extrema-direita ao poder em diversos países do mundo em anos recentes (Eatwell; Goodwin, 2018). É importante notar que esta crise será mais forte nos países da periferia do sistema, visto que seu lugar de dependência torna suas economias menos diversificadas, com o a maior parte dos empregos concentrados apenas em poucos setores, e portanto, muito mais suscetíveis ao processo de desindustrialização e migração de mão-de-obra que a globalização trouxe. (Wallerstein, 2001, p. 33; Hobsbawn, 2003, p. 403)".

[3] Em um ponto de surpreendente congruência com os teóricos da Crítica do Valor, Netto (2005, p. 22) assim resumiu este momento em sua obra "Capitalismo Monopolista e Serviço Social":

"No período 'clássico' do capitalismo monopolista, dois outros elementos típicos da monopolização fazem seu ingresso aberto no cenário social. O primeiro deles diz respeito ao fenômeno da supercapitalização (Mandel, 1969, 3: 229 e ss.): o montante de capital acumulado encontra crescentes dificuldades de valorização; num primeiro momento, ele é utilizado como forma de autofinanciamento dos grupos monopolistas; em seguida, porém, a sua magnitude excede largamente as condições imediatas de valorização, posto que o monopólio restringe, pela sua natureza mesma, o espaço capitalista de inversões. É próprio do capitalismo monopolista o crescimento exponencial desses capitais excedentes, que se tornam tanto mais extraordinários quanto mais se afirma a tendência descendente da taxa média de lucro. As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos, nenhum dos quais apto a dar uma solução à supercapitalização: de um lado, a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central da dinâmica imperialista; de outro, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e, enfim, a 'queima' do excedente em atividades que não criam valor — como veremos, todos esses mecanismos renovam a relação entre a dinâmica da economia e o Estado burguês."

[4] "Por isso, o mercado precisa ser constantemente expandido, de modo que seus nexos e as condições que os regulam assumam cada vez mais a forma de uma lei natural independente dos produtores, tornem-se cada vez mais

que a crise do valor também resultou, a partir da década de 1970, no crescimento irreversível do setor financeiro e especulativo da economia, cujo grande marco foi o fim do acordo de Bretton Woods. Uma das consequências desse processo é que as economias deixaram de ter lastro em riquezas reais, como o ouro, e passaram a ser baseadas principalmente em mecanismos fiduciários, sustentados por créditos.

Esses mecanismos, por sua vez, dependem fortemente das *commodities*, que servem como garantias de riquezas futuras[5]. É nesse contexto que o Brasil se encaixa, ou seja, o lugar que ocupa no atual sistema mundo capitalista (Wallerstein, 2001).

Cada país, dependendo de seu lugar no sistema-mundo, precisará mais de determinados setores para produzir riquezas e financiar a crédito suas economias. Enquanto os Estados Unidos, por exemplo, fazem amplo uso do setor bélico (complexo militar-industrial) para fomentar sua economia real em momentos de crise, os países da periferia ou semi-periferia, como o Brasil, o fazem por meio do fornecimento de insumos do setor primário da economia, como por exemplo a produção de combustíveis fósseis ou a produção agropecuária. Surge assim uma enorme relação de dependência, tanto interna quanto externa, com esses setores (Marini, 2011; Oliveira, 2003) e como é sabido, no Brasil, esse grande setor é o agronegócio, o mais importante para o crescimento da economia nacional (Brasil, 2024). Para nosso argumento, de que é a crise do valor dentro do capitalismo o principal vetor da destruição ambiental brasileira, convém destacar que existem diversos estudos que apontam (Pendrill *et al*., 2022) a produção de *commodities* como a principal causa do desmatamento. E conforme salientamos acima, a produção destas comodities é ao lado da produção de combustíveis fósseis, a principal viga de sustentação do sistema capitalista atual, calcado na especulação e valorização atrelada ao futuro. O agronegócio se torna neste sentido um grande setor especulativo, importantíssimo para gerar riquezas no mercado de futuros. As consequências disso para o meio ambiente serão duras, como veremos.

incontroláveis. A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo (...)" (Marx, 2017, p. 301).

[5] Neste sentido, Kurz (2008) ensina que: "O sistema financeiro e de crédito não é um sector autónomo, mas uma componente integrante da reprodução ampliada do capital total. Aqui surge uma contradição que se agrava com o desenvolvimento progressivo. A expansão do sistema de crédito em si não é nova, já percorreu um processo secular. Isso reflete um mecanismo descrito por Marx como «aumento da composição orgânica do capital». Com o aumento da cientificização da produção, cresce a proporção de capital constante (máquinas, equipamento tecnológico de controlo, comunicações e infraestruturas, etc.) em relação ao capital variável (força de trabalho produtivo de valor). Correspondentemente, crescem os custos prévios para, de algum modo, poder aplicar de forma rentável a força de trabalho, a única fonte de mais-valia. Os custos prévios crescentes exigem, para manter em curso a atual produção de mais-valia, um adiantamento de mais-valia futura na forma de crédito, cada vez mais adiado no futuro".

Tudo que foi discutido até aqui serve para compreender o estado atual da destruição ambiental brasileira abordada no início. O processo histórico que fez o Brasil ao longo de sua história política fazer a opção de se inserir no sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2001) como um grande produtor de *commodities* agrícolas, algo que ocorre desde o início do processo de colonização, e se mantem até hoje, e que hoje torna o país o chamado celeiro do mundo, um dos maiores fornecedores de grãos e carne para o planeta, foi sendo reforçado ao longo dos anos, e teve na fase neoliberal um momento decisivo. Nesta fase o Brasil se tornou um importante ator no chamado de mercado de futuros, onde de forma bem geral, se condiciona a riqueza material do momento presente à garantia de uma riqueza material futura, algo que tem profundos impactos na economia pública, e em especial no endividamento público, visto que é a produção futura (especialmente de comodities, no caso brasileiro), que asseguraria, em tese, o pagamento da imensa dívida pública.

Além disso, com a flexibilização dos mercados, intensifica-se a entrada de capital estrangeiro na exploração das terras brasileiras. Não apenas grandes empresas e multinacionais – que hoje controlam uma parcela significativa da produção agroindustrial brasileira, seja diretamente ou por meio da compra de ações –, mas também, de forma ainda mais preocupante, fundos de investimento e de aposentadoria privados internacionais passam a especular sobre latifúndios no Brasil, obtendo lucros expressivos com sua compra, venda e exploração. O funcionamento desse processo especulativo foi bem identificado por Sartorato (2021) em uma importante investigação jornalística:

> (...) Para que esse sistema funcione, porém, é necessário que os gestores de fundo possam prever com grande precisão as variações de preços em um futuro próximo, e a melhor forma de fazê-lo é ampliar o controle do capital financeiro sobre todas as etapas da produção e distribuição de alimentos, e até sobre a propriedade de terras. *A BlackRock é uma das principais acionistas de empresas como PepsiCo, Kellogg, Toro, Bunge, Monsanto e Syngenta*, além da brasileira JBS, por exemplo. O mesmo modelo é seguido por outras grandes gestoras de fundos, configurando uma teia de monopólios globais que é excelente para os especuladores de mercados futuros, mas potencialmente catastrófica para produtores e consumidores, além das comunidades que vivem nas regiões de expansão da fronteira agrícola e do meio ambiente como um todo.(...) Esse tipo de investimento financeiro é intimamente associado com a expansão da produção agrícola em terras anteriormente não cultivadas na forma de monoculturas, o que significa desmatamento, degradação do solo e perda de biodiversidade.

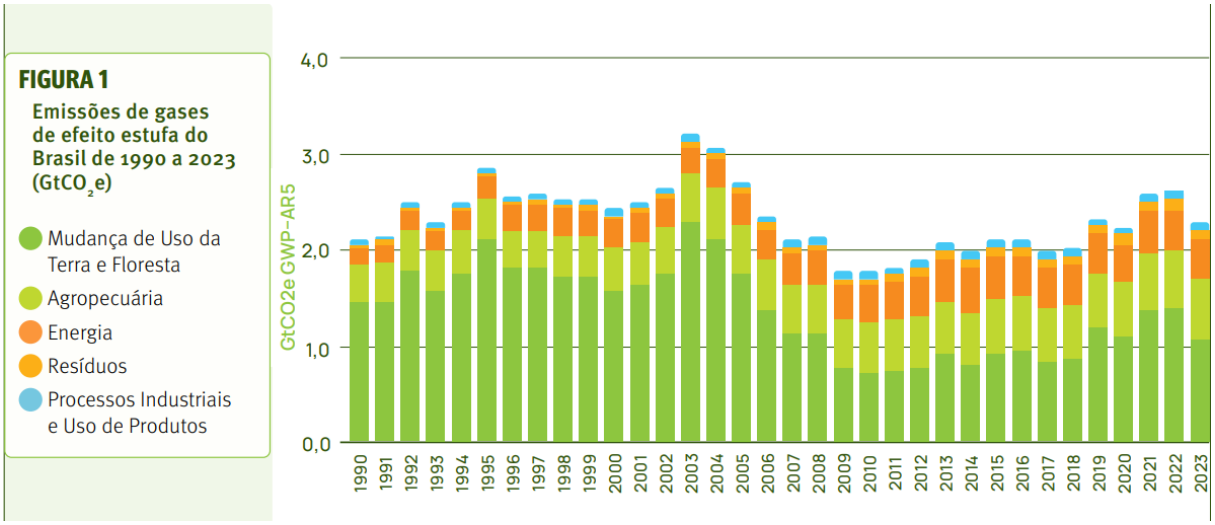
É do interesse desse grande capital que as terras permaneçam cultiváveis e rentáveis no âmbito do capital especulativo, ou seja, como *commodities*, o que implica diretamente na predominância das monoculturas voltadas para exportação. Isso desfavorece a agricultura familiar, que, aliás, é responsável por uma grande parcela da alimentação brasileira. Além disso,

essa priorização do campo para a monocultura de exportação traz consequências desastrosas para o meio ambiente. Sabe-se hoje que a maioria dos grandes incêndios florestais recentes no Brasil – responsáveis por uma enorme emissão de CO_2, conforme veremos – tem origem em práticas criminosas voltadas à expansão da fronteira agrícola, seja para o cultivo de monoculturas destinadas à exportação, seja para a criação de pastagens e a ampliação da pecuária. Grandes empresas se beneficiam diretamente desse processo, como demonstram amplas evidências produzidas por entidades nacionais (Magalhães, 2019) e internacionais. (Mighty Earth, 2024; Tawane, 2020) Este processo de ocupação de terras para especulação do capital internacional, traz em seu bojo profundas injustiças sociais. Sem olvidar da sempre premente questão da reforma agrária envolvida em todo este processo de ocupação latifundiária (Fernandes, 2024), podemos destacar ainda que de passagem os imensos impactos em pequenas comunidades rurais (Global Witness, 2025) e de modo particular nas populações indígenas que sofrem duplamente, não apenas pelas consequências da emergência ambiental que não deram causa (Krenak, 2021), como também pela especulação do grande capital (Bassi *et al*., 2022).

Para nosso objeto de pesquisa, destacamos principalmente os impactos relacionados a emergência climática, e neste sentido devemos notar que a questão de ocupação de terras discutida até aqui, tem duas importantíssimas consequências quando se analisa o lugar do Brasil na Emergência Climática em curso no planeta. Dados do último Inventário de Gases de Efeito Estufa do Brasil mostrou que está intimamente relacionado com a expansão do agronegócio:

> Como vem sendo uma constante nos dados do SEEG, as mudanças do uso da terra responderam pela maior parte das emissões brutas brasileiras: 46% em 2023, contra 53% em 2022. Somando as emissões por desmatamento e outras mudanças de uso da terra para produção agropecuária com as do setor agropecuário, conclui-se que a atividade agropecuária responde por 74% de toda a poluição climática brasileira. Segundo dados recentes do consórcio MapBiomas, 90% da área desmatada na Amazônia brasileira nos últimos 39 anos teve como primeiro uso a pastagem, que ocupava 77% da área desmatada em 2020. A expansão da área de pasto foi de 363% desde 1985 (Tsai *et al*., 2024, p. 7).

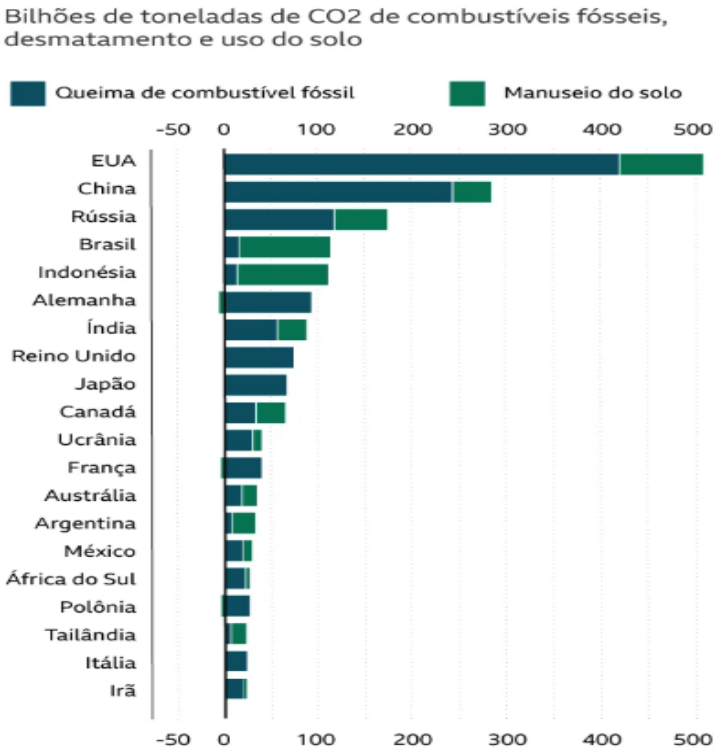
Gráfico 1 – Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa no Brasil (1990 a 2023).



Fonte: Tsai *et al*. (2024).

Indo ao encontro destes dados sobre as emissões atuais de GEE do Brasil, é de grande relevância para nossa discussão sublinhar o gravíssimo fato de que historicamente o Brasil é o quarto país que mais contribuiu para a destruição causada pelas mudanças climáticas (Evans, 2021). Em um estudo publicado em 2019 e atualizado em 2021, o Brasil foi colocado no alto do ranking justamente por conta das emissões oriundas da degradação do solo e do desmatamento, vide imagem abaixo:

Gráfico 2 – Países com maior acúmulo de emissões de1850 a 2021.



Fonte: Passarinho (2021).

Ao observarmos esses dois dados importantes, relativos às principais fontes de emissão de poluentes no Brasil e à posição histórica do país como um dos principais causadores da emergência climática, e se analisarmos estes dados sob uma perspectiva retrospectiva, inserida no contexto do longo processo de ocupação fundiária que neste artigo foi desenvolvida, percebemos como esse processo terminou por favorecer os grandes grupos econômicos do agronegócio nacional, ao mesmo tempo em que aprofundou desigualdades e injustiças socioambientais no campo. Esse fato evidencia o longo alcance, a profundidade e a precisão dos métodos de investigação histórica desenvolvidos por Karl Marx em sua principal obra, na medida em que permite analisar também particularidades do caso brasileiro.

Considerações finais

Adotando uma perspectiva crítica sobre o estudo do capitalismo, buscamos, neste trabalho, traçar um paralelo entre a história da ocupação fundiária no Brasil e o processo de acumulação primitiva, conforme discutido por Marx. Observamos como, em retrospecto, a acumulação primitiva se manifestou no Brasil principalmente por meio da consolidação dos grandes latifúndios, o que inseriu o país em uma posição dependente dentro do sistema capitalista global. Esse quadro foi posteriormente agravado pelo fenômeno conhecido como crise do valor no capitalismo tardio, intensificado pelas reformas neoliberais.

Para desenvolver essa análise, examinamos especialmente a Lei de Terras de 1850 e o contexto político e legislativo que levou à sua aprovação. Além disso, refletimos sobre a continuidade desse processo de expropriação até os dias atuais, enfatizando a crescente ocupação do campo brasileiro por multinacionais e grandes empresas de capital intensivo nacionais, e os profundos impactos sociais que esse processo de expropriação tem em comunidades campesinas tradicionais, e em especial a população indígena.

Observamos, ainda, como o Brasil, ao se inserir de maneira expressiva no sistema capitalista global, se tornou um agente relevante na crise ambiental contemporânea, cuja marca mais evidente são as mudanças climáticas de origem antropogênica. Não por acaso, no país, as principais fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE) advêm justamente das mudanças no uso do solo, especialmente do desmatamento e da conversão de áreas naturais em pastagens e lavouras, voltadas à exportação de *commodities*. Sendo um dos maiores poluidores da história, o Brasil consolidou sua participação nesse sistema por meio de um modelo econômico baseado na exportação de bens primários. Esse modelo se fortaleceu ainda mais no final do século XX, com a adoção de políticas neoliberais que abriram caminho para um intenso fluxo de

investimentos estrangeiros no agronegócio. Como consequência, algumas das maiores corporações do mundo passaram a atuar diretamente no campo brasileiro.

Essas empresas, movidas pela lógica da valorização do capital, utilizam a degradação ambiental não como um efeito colateral, mas como um mecanismo deliberado para maximizar seus lucros. Assim, a destruição dos biomas e a concentração fundiária não são apenas consequências do sistema, mas elementos estruturais de um modelo econômico que perpetua desigualdades e compromete o equilíbrio ambiental do planeta.

Referências

ASSUNÇÃO, Matheus Gringo de; DEPIERI, Marcelo Alvares de Lima. O agronegócio como elemento potencializador das desigualdades no campo no Brasil. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, 19 abr. 2022. Disponível em: https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-agronegocio-como-elemento-potencializador-das-desigualdades-no-campo-no-brasil/. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde histórico em julho com US$ 15,44 bilhões. Brasília, 15 ago. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2024/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-batem-recorde-historico-em-julho-com-us-15-44-bilhoes. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Senado Federal. *Anais do Império: 1848 – Livro 5*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1848. p. 33. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1848/1848%20Livro%205.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

BASSI, Bruno Stankevicius; FUHRMANN, Leonardo; RAMOS, Mariana Franco; MERLINO, Tatiana. Sob discurso da "modernização", programa Titula Brasil esconde conflitos de interesse, grilagem e violência contra povos do campo. *O Joio e o Trigo*, 4 abr. 2022. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2022/04/sob-discurso-da-modernizacao-programa-titula-brasil-esconde-conflitos-de-interesse-grilagem-e-violencia-contra-povos-do-campo/. Acesso em: 7 maio 2026.

EVANS, Simon. Analysis: Which countries are historically responsible for climate change? *Carbon Brief*, 5 out. 2021. Disponível em: https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-are-historically-responsible-for-climate-change/. Acesso em: 27 abr. 2026.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Violência no campo vai aumentar", afirma professor da Unesp. *MST*, 3 jan. 2024. Disponível em: https://mst.org.br/2024/01/03/violencia-no-campo-vai-aumentar-afirma-professor-da-unesp/. Acesso em: 7 maio 2026.

FERNANDES, Leonardo. 'Está sendo reescrita a Constituição', diz Maurício Terena sobre conciliação do marco temporal no STF. *Brasil de Fato*, 17 fev. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/02/17/esta-sendo-reescrita-a-constituica-diz-mauricio-terena-sobre-conciliacao-do-marco-temporal-no-stf/. Acesso em: 27 abr. 2026.

FOSTER, J. B. *Turning the Earth into Money*. Entrevista com John Bellamy Foster, 2022. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6EIGkkLgp7VYxbSqP8n0by. Acesso em: jun. 2022.

GLOBAL WITNESS. Empresas globais de comércio de commodities alimentam conflitos fundiários no Cerrado brasileiro. *Global Witness*. Disponível em: https://globalwitness.org/pt/campaigns/land-and-environmental-defenders/empresas-globais-de-comercio-de-commodities-alimentam-conflitos-fundiarios-no-cerrado-brasileiro/. Acesso em: 27 abr. 2026.

IPCC. *Climate Change 2021:* The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Edited by Valérie Masson-Delmotte, Panmao Zhai, Anna Pirani, *et al*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/. Acesso em: 12 jul. 2025.

JAOUDE, D. A. A. *A queima do futuro*: capitalismo, mudanças climáticas e o direito das futuras gerações ao meio ambiente saudável. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/observatorio/detalhamento/teses-e-dissertacoes/37801350. Acesso em: 9 mar. 2025.

KRENAK, Ailton. "Crise climática é anunciada pelos povos originários desde sempre", diz Ailton Krenak. [Entrevista cedida a] Conectas Direitos Humanos. *Conectas*, São Paulo, 23 set. 2021. Disponível em: https://conectas.org/noticias/crise-climatica-e-anunciada-pelos-povos-originarios-desde-sempre-diz-ailton-krenak/. Acesso em: 21 maio 2026.

KURZ, R. *A queima do futuro*. 2007. Disponível em: http://obeco-online.org/rkurz251.htm. Acesso em: 9 out. 2021.

KURZ, R. *A ruptura estrutural do capital e o papel da crítica categorial*. Entrevista à revista online portuguesa "Shift". Zion Edições, 2008. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kurz/2008/11/30.htm. Acesso em: 6 set. 2024.

KURZ, R. *Entrevista à Carta Capital*. 2008. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kurz/2008/05/entrevista.htm. Acesso em: 6 set. 2024.

KURZ, R. A esquerda e a dialética sujeito-objeto do fetichismo moderno. Entrevista concedida a Patricia Fachin e Márcia Junges. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, mar. 2009. Disponível em: http://ihuonline.unisinos.br/artigo/2444-robert-kurz-2. Acesso em: 6 set. 2024.

KURZ, R. *A teoria de Marx, a crise e a abolição do capitalismo*. 2010. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kurz/2010/05/13.htm. Acesso em: 6 set. 2024.

MAGALHÃES, Ana. Os interesses econômicos por trás da destruição da Amazônia. Repórter Brasil, 24 ago. 2019. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2019/08/os-interesses-economicos-por-tras-da-destruicao-da-amazonia/. Acesso em: 27 abr. 2026.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MICHELI, M. V. O sistema de colonização de Edward Wakefield e o processo de elaboração da Lei de Terras no Brasil. *Sæculum - Revista de História*, João Pessoa, v. 27, n. 46, p. 84–100, jan./jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/59785. Acesso em: 9 jul. 2025.

MIGHTY EARTH. Mighty Earth aponta quase 60.000 hectares de desmatamento recente ligado ao cultivo de soja na Amazônia e no Cerrado. Mighty Earth, 14 mar. 2024. Disponível em: https://mightyearth.org/pt/article/mighty-earth-aponta-quase-60-000-hectares-de-

desmatamento-recente-ligado-ao-cultivo-de-soja-na-amazonia-e-no-cerrado/. Acesso em: 27 abr. 2026.

MOORE, J. W. *Anthropocene or Capitalocene?* Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. *In*: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf. Acesso em: 7 de maio de 2026.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PASSARINHO, Nathalia. Brasil é 4º no mundo em ranking de emissão de gases poluentes desde 1850. *BBC News Brasil*, 27 out. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-59065359. Acesso em: 7 maio 2026.

PENDRILL, F. *et al*. Disentangling the numbers behind agriculture-driven tropical deforestation. *Science*, v. 377, n. 6604, eabm9267, 2022. DOI: 10.1126/science.abm9267.

PINA, Rute. No Brasil, 2 mil latifúndios ocupam área maior que 4 milhões de propriedades rurais. *Brasil de Fato*, 26 jul. 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/no-brasil-2-mil-latifundios-ocupam-area-maior-que-4-milhoes-de-propriedades-rurais/. Acesso em: 27 abr. 2026.

POLANYI, K. *A grande transformação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SA BARRETO, E. *Ecologia marxista para pessoas sem tempo*. São Paulo: Usina Editorial, 2022.

SARTORATO, Diego. BlackRock, o gigante devorando a colheita. *O Joio e o Trigo*, 26 nov. 2021. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2021/11/blackrock-o-gigante-devorando-a-colheita/. Acesso em: 27 abr. 2026.

SASSEN, S. *Expulsões:* brutalidade e complexidade na economia global. Tradução de Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

TSAI, David; POTENZA, Renata; QUINTANA, Gabriel; CARDOSO, Anderson Matheus; ALVES, Priscila; SILVA, Felipe Barcellos e; GRACES, Ingrid; SOUSA, Helen; COLUNA, Iris; OLIVEIRA, Joice; ZIMBRES, Bárbara; SHIMBO, Julia; SILVA, Camila; SILVA-JUNIOR, Celso; SILVA, Wallace; ALENCAR, Ane; ANGELO, Claudio. *SEEG – Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa*: Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil. Rio de Janeiro: Observatório do Clima, 2024. Disponível em: https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/11/SEEG-RELATORIO-ANALITICO-12.pdf. Acesso em: 27 abr. 2026.

TAWANE, Nayá. Com 12 mil focos de incêndio, desmatamento avança no Cerrado durante a pandemia. *Brasil de Fato*, 2 ago. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/08/02/com-12-mil-focos-de-incendio-desmatamento-avanca-no-cerrado-durante-a-pandemia/. Acesso em: 7 maio 2026.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. *World-System Analysis:* An Introduction. Durham, NC: Duke University Press, 2004.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras desprezou camponeses e oficializou apoio do Brasil aos latifúndios. *Senado Notícias*, Brasília, 14 set. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios. Acesso em: 27 abr. 2026.

LIBERTAS ON LINE

O legado da Reforma Urbana e sua incorporação nas agendas de lutas atuais (1980-2023)

The legacy of Urban Reform and its incorporation into current struggle agendas (1980-2023)

Joicy Helena da Costa Pantoja[*]
Joana Valente Santana[**]

Resumo: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou apreender em que medida os legados e/ou princípios da luta pela Reforma Urbana (1980-1990) se mantiveram presentes ou foram incorporados nas demandas, pautas e estratégias dos movimentos e/ou organizações com centralidade na luta por moradia e direito a cidade (1980-2023). A pesquisa é orientada pelo materialismo histórico e dialético de Karl Marx e contou com pesquisa bibliográfica, documental e de campo, por meio da realização de 03 (três) entrevistas com militantes da Central de Movimentos Populares (CMP) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Os resultados evidenciam que houve um processo de incorporação dos legados da luta por Reforma Urbana nas lutas atuais, a partir de um processo de reatualização das demandas e pautas, considerando as limitações na implementação das propostas dos movimentos, uma vez que o Estado se coloca à disposição de atender predominantemente aos interesses da burguesia.

Palavras-chave: Reforma Urbana; Movimentos sociais; Luta por moradia; Brasil.

Abstract: This article presents the results of a study that aimed to apprehend the extent to which the legacies and/or principles of the struggle for Urban Reform (1980-1990) remained present or were incorporated into the demands, agendas, and strategies of movements and/or organizations central to the struggle for housing and the right to the city (1980-2023). The research is guided by Karl Marx's historical and dialectical materialism and included bibliographical research, documentary, and field, through three (3) interviews with activists from the Central de Movimentos Populares (CMP) and the União Nacional por Moradia Popular (UNMP). The results show that there was a process of incorporating the legacies of the struggle for Urban Reform into current struggles, based on a process of updating demands and agendas, considering the limitations in implementing the movements' proposals, since the State makes itself available to predominantly serve the bourgeoisie's interests.

Keywords: Urban Reform; Social movements; Housing struggle; Brazil.

[*] Universidade Federal do Pará. E-mail: joicyhelenacpantoja@gmail.com
[**] Universidade Federal do Pará. E-mail: joanavalentesantana@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.49723
Recebido em: 06/08/2025
Aprovado em: 15/04/2026

Introdução

O déficit e a inadequação habitacional no Brasil se apresentam como expressões imediatas de uma problemática maior, *a questão urbana e habitacional* (Engels, 2015; Maricato, 2015) que é um fenômeno de caráter histórico e internacional, anterior ao modo de produção capitalista, mas que se agrava em proporções ainda maiores, a partir da consolidação capitalismo, atravessando assim a vida da população, em especial daqueles/as que não possuem a propriedade dos meios de produção, nesse caso, os/as trabalhadores/as.

Apesar de existirem investimentos estatais em nosso país para a efetivação do direito à moradia estes são marcados por seu caráter precário, moroso e pontual (Rolnik, 2015). Por isso, na vida cotidiana, os/as trabalhadores/as passam a se organizar dentro dos mais diversos formatos de mobilização e articulação, tais como: associações, partidos, sindicatos, entre outros (Netto; Braz, 2006).

Ressalta-se que os primeiros processos organizativos em torno do debate da moradia e do urbano são datados na década 1960, quando iniciam as discussões em torno de uma possível Reforma Urbana para o Brasil, e que nas décadas seguintes 1970, 1980 e 1990, ganham muita força e trazem diversos avanços no campo dos direitos e das políticas urbanas (Ribeiro, 1997). Contudo, as décadas seguintes são atravessadas por processos de desmobilização, cooptação e criminalização no campo das lutas sociais nas cidades (Maricato, 2015).

Por isso, o presente artigo objetiva apresentar uma síntese que possibilite responder em que medida os legados da luta pela Reforma Urbana, construídos nas décadas de 1980 e 1990, se mantiveram presentes e/ou foram incorporados nas demandas, pautas e estratégias apresentadas por movimentos e/ou organizações de moradia até o período atual (1980-2023).

Evidencia-se que esse trabalho é resultado de uma pesquisa de natureza qualitativa, orientada pelo método do materialismo histórico e dialético de Karl Marx e contou com pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com a realização de 03 (três) entrevistas com militantes que compõem os movimentos e/ou organizações vinculados a luta por Reforma Urbana no Brasil, neste caso: a Central de Movimentos Populares (CMP) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A escolha desses movimentos se justifica pelos seguintes critérios: a) histórico na luta pela Reforma Urbana, b) sua presença nas vanguardas das lutas atuais e c) a centralidade na luta por moradia e direito à cidade.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro de perguntas semiestruturadas e ocorreram individualmente e de maneira presencial com consentimento prévio dos/as entrevistados/as, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para a realização desse procedimento metodológico, a pesquisa foi submetida ao Comitê de

Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-CONEP/ICS/UFPA), sendo aprovada pelo parecer de n.º 7.082.381.

O artigo seguirá a seguinte estruturação: introdução; primeira seção acerca do *boom* da luta por reforma urbana no Brasil no período entre 1980 e 1990; segunda seção acerca da incorporação do legado da luta por Reforma Urbana nas pautas, demandas e estratégias das e as lutas atuais por moradia e direito a cidade no período entre 1980 e 2023; e por fim, as considerações finais.

O *boom da* luta por Reforma Urbana no Brasil (1980-1990)

A luta dos movimentos sociais, que tem como bandeira de luta a moradia e o direito à cidade, é mediada por diversas determinações, sendo uma delas a necessidade de morar enquanto necessidade humana. Entretanto, a partir do modo de produção capitalista, essa necessidade e o seu atendimento é condicionado ao valor de troca da mercadoria (Marx, 2014).

Nessa lógica, a moradia, sendo a resposta a necessidade de abrigo dos seres humanos, passa a ser uma mercadoria, que só pode ser acessada através do dinheiro. Assim, o valor de troca atua como impedimento para que os/as trabalhadores/as, mas não somente eles/as[1], tenham acesso à habitação e possam usufruir de seu valor de uso (Harvey, 2016). O que por sua vez, acentua processos seculares, como a chamada questão da moradia (Engels, 2015).

A habitação, item essencial para o atendimento das necessidades humanas, torna-se mercadoria produzida visando a elevação da renda fundiária[2], que, por sua vez colabora, para a acumulação do capital, mas também para o agravamento da questão da moradia (Ramos, 2008; Engels, 2015).

Gusmão (2018, p. 24) diz que "a manutenção da vida humana é alterada quando o trabalho se transforma em mercadoria, [...] e converte a subsistência à condição de dependência ao salário". Logo, em uma sociedade fundada na exploração do trabalho assalariado, os/as trabalhadores/as não teriam condições materiais para sua reprodução social e atendimento das suas necessidades, incluindo a necessidade morar/habitar.

Engels (2015, p. 71, grifo nosso) coloca que a escassez de moradia em "uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário", é "uma *instituição necessária*" a manutenção da ordem, que só pode ser eliminada "quando a ordem social da qual ela se origina for *revolucionária desde a base*".

[1] Engels (2015) assinala que a questão da moradia no capitalismo atinge predominantemente a classe trabalhadora, contudo atingindo outros setores, por exemplo, a pequena burguesia.
[2] Ramos (2008) diz que a renda fundiária nada mais é do que a mais-valia, ou seja, o produto do trabalho excedente, a sobra acima do lucro do valor das mercadorias.

E nesse contexto, a luta de classes, assim como todas as lutas que se ramificam a partir dela, são importantes, como a luta por moradia e direito à cidade, evidenciadas neste artigo, a partir do processo histórico de *boom* da luta por Reforma Urbana ocorrido nas décadas de 1980 e 1990.

Enfatiza-se que "a questão habitacional, portanto, é uma expressão das contradições inerentes à relação *capital x trabalho*. A cidade é uma expressão da luta de classes" (Pinto, 2004, p. 117). Desse modo, não é possível a interpretação de nenhum processo de resistência e/ou luta de maneira isolada, ou desconsiderando as contradições do capitalismo que vão colaborar para o crescimento do capital, ao mesmo tempo, em que colaboram para o crescimento acelerado da pauperização e miséria na vida dos/as trabalhadores/as. É nesse cenário que se constrói o chão histórico[3] das lutas, tanto na Europa quanto no Brasil e na América Latina.

O caso brasileiro, é constituído por elementos particulares, tendo em vista que o Brasil se constrói forjado na acumulação por espoliação[4] e esse processo acontece em todo território brasileiro em áreas urbanas e rurais, sendo impulsionado pela lei de terras, que favoreceu a oligarquia brasileira (Oliveira, 2021) e tornou a terra uma mercadoria, assim, impedindo a posse da terra para os/as trabalhadores/as, camponeses/as, ex-escravizados/as, entre outros grupos explorados pelo modo de produção.

Com a posse da terra por meio do aval estatal, a burguesia brasileira pode consolidar sua ordem, e esse processo veio acompanhado do desenvolvimento urbano, também financiado pelo Estado. Assim, criaram-se espaços dotados de infraestrutura e serviços urbanos, como: saneamento básico, acesso à água potável, energia elétrica, coleta de lixo, mobilidade urbana, entre outros (Santos, 1993).

Entretanto, tal processo "se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar novas dimensões" (Maricato, 2001, p. 22). Logo trazendo problemáticas como segregação socioespacial, que removeu os pobres das áreas dotadas de infraestrutura e definiu o seu (não) lugar nas cidades brasileiras.

Assim, a população segregada e pauperizada se defronta com a necessidade de organizar e mobilizar e passam a criar formas de resistência a partir da organização e da luta coletiva, que neste contexto se torna uma forma de tensionamento em busca da alteração da relação entre o Estado, o capital e a produção/ocupação do espaço urbano.

[3] Termo utilizado por Montanõ e Duriguetto (2010).
[4] Categoria trabalhada por (Harvey, 2004) em sua obra "O novo imperialismo".

> A classe trabalhadora vive no cotidiano de sua existência a miséria gerada pelo capitalismo dependente, expressa na concentração fundiária, na superexploração, na falta de acesso a direitos humanos e sociais básicos, entre tantos outros aspectos. *É partindo das contradições reais vivenciadas pela classe trabalhadora que se constrói uma plataforma de mudanças e bandeiras de luta* (Guimarães, 2015, p. 722, grifo nosso).

No Brasil, as primeiras lutas dos/as trabalhadores/as em movimentos sociais pelo acesso à moradia e aos serviços de infraestrutura urbana são datadas a partir da década de 1960, período em que ocorrem as primeiras discussões sobre uma possível Reforma Urbana, a partir do Seminário "Habitação e Reforma Urbana", organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) que ocorre em 1963, frente à crise urbana que se estabeleceu com a urbanização acelerada e desigual que chegou ao país no século XX (Burnett, 2009). Nesse seminário, foi apresentada uma proposta de Reforma Urbana para o Brasil (Ribeiro, 1997; Oliveira, 2023), que tinha por objetivo:

> [...] *limitar o direito de propriedade e uso do solo, junto à necessidade de pensar em uma política habitacional estatal redistributiva*, apontando a necessidade de um Fundo Nacional de Habitação para o financiamento da política habitacional. O conceito de reforma urbana foi construído aos poucos, a partir das reivindicações por *reformas sociais da população, que exigiam ao longo das décadas de 1960 e 1970 uma sociedade mais igualitária*. Reformar o urbano era uma forma de impedir que a produção e a ocupação das cidades continuassem gerando especulação imobiliária, concentração de riqueza e injustiças sociais (Oliveira, 2023, p. 120, grifo nosso).

Entretanto, conforme Burnett (2009) tal iniciativa foi negligenciada, a partir da implementação da ditadura militar em 1964, e a discussão sobre a necessidade de se pensar uma política nacional de habitação foi reorientada a atender os interesses imobiliários e no ano seguinte foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH)[5]

Na década de 1970, os movimentos sociais passaram por um período de fortalecimento por conta da unidade entre os movimentos, organizações e entidades contra a ditadura militar e pela redemocratização. Em 1975, a discussão sobre Reforma Urbana foi retomada no âmbito da esfera pública, a partir do debate da Lei do Desenvolvimento Urbano, que culminou no Projeto de Lei n.º 775/1983, que tem como finalidade a melhoria na qualidade de vida nas cidades para todos os cidadãos brasileiros, através do acesso ao solo urbano, a moradia e aos

[5] O BNH foi criado pelo Estado brasileiro, já sob o regime militar, sendo este "um banco público especializado em financiamento habitacional" (Rolnik, 2015, p. 281). Além do banco, foi criado o Sistema Nacional de Habitação (SNH), como "forma de intervir na crise do déficit habitacional" (Andrade, 2012, p. 73). A criação do BNH e do SNH podem ser consideradas as primeiras iniciativas relevantes a política habitacional brasileira naquele contexto. Porém, estavam longe de atender realmente as necessidades mais vulneráveis, pois se tratava, na verdade, uma forma de garantia de operações de crédito imobiliário e o controle sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS e do uso da política social para fins de legitimação do regime golpista e ditatorial que havia se instalado no país (Rolnik, 2015).

equipamentos e serviços de infraestrutura urbana, como também as atividades econômicas (Oliveira, 2023).

Posteriormente, na década de 1980, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) e, ao mesmo tempo, frente aos possíveis avanços e a esperança da redemocratização brasileira, a partir do movimento *diretas já!* é criado e organizado o Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) no ano de 1985 (Ribeiro, 1997).

Destaca-se que com o avanço do movimento, em especial a partir dos anos de 1980, houve um avanço para a elaboração de um projeto de Reforma Urbana, visando a instituição e consolidação de um novo padrão de política pública, que se orientava pelos seguintes princípios:

> a) instituição da gestão democrática da cidade, com a finalidade de ampliar o espaço de exercício da cidadania e aumentar a eficácia/eficiência da ação governamental;
> b) fortalecimento da regulação pública do uso do solo urbano, com a introdução de novos instrumentos (solo criado, imposto progressivo sobre a propriedade, usucapião especial urbano, etc.) de política fundiária que garantam o funcionamento do mercado de terras condizente com os princípios da função social da propriedade imobiliária e da justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização;
> c) inversão de propriedade no tocante a política de investimentos urbanos que favorecem a necessidade coletivas de consumo das camadas populares, submetidas a uma situação de extrema desigualdade social em razão da espoliação urbana (Ribeiro, 1997, p. 262).

Tais princípios tinham como pano de fundo o combate às desigualdades urbanas, mas também a diminuição das consequências da crise econômica, que faz com que se passe a refletir sobre a agenda urbana, que aparentava ser uma tarefa de ordem local e nacional, mas que a partir dos processos econômicos ganhava outros formatos, sendo assim uma tarefa na dimensão global, o que trouxe para aquele momento a necessidade de se pensar a Reforma Urbana atrelada ao processo econômico e em uma escala além da escala local (Ribeiro, 1997).

Evidencia-se que esses princípios norteiam as lutas travadas em torno da Reforma Urbana nos anos seguintes, em especial a organização e disputa em torno do conteúdo da Constituição Federal de 1988 (Maricato, 1997). Pode-se afirmar que o processo de construção e disputa da Constituição serviu como impulso para o fortalecimento dos movimentos e organizações populares na década de 1980, que passaram a discutir suas demandas e elaborar documentos pensando em sua implementação por meios jurídicos.

A exemplo disso, temos o MNRU, que durante o período do debate da Constituição Federal de 1988, por meio de processos coletivos de discussão, elaborou a "Emenda Popular Constitucional da Reforma Urbana" e teve mais de 150 mil assinaturas, com a finalidade de

incorporar à Constituição "as demandas históricas dos movimentos sociais urbanos, em relação à democratização do acesso aos serviços urbanos na cidade e pela socialização dos benefícios da urbanização para o conjunto da população brasileira" (Oliveira, 2023, p. 121).

Para Oliveira (2023, p. 114) é nesse momento que a luta por Reforma Urbana "tem o ápice político", com "o conjunto dos trabalhadores urbanos, mobilizados em torno da luta pela terra, por moradia, saneamento básico, educação, saúde, transporte e liberdade de organização política". O final dos anos de 1980 foi marcado por avanços legais no campo do direito à moradia e direito à cidade. A Constituição incorporou elementos da Emenda Popular em um capítulo sobre política urbana, que foi:

> [...] estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse dos milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios relacionados a essa política (Rolnik, 2015, p. 265).

O referido capítulo é decorrente da organização do Movimento Nacional por Reforma Urbana (MNRU) o qual influenciou no processo que defende o direito à moradia enquanto direito fundamental na constituição (Paz *et al.*, 2018). Após o período de discussão da constituinte, foi necessária a reformulação do MNRU, tendo em vistas as disputas no campo jurídico (Gallio, 2019). Sendo assim, foi criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

Salienta-se que a eleição do Governo Lula da Silva em 2002, trouxe um sentimento de esperança à esquerda brasileira e aos movimentos de luta pela Reforma Urbana, uma vez que poderia significar a efetivação dos direitos urbanos que compõem a Constituição Federal, além de avanços no investimento em políticas urbanas, após um período de 20 anos com baixo investimento nessas políticas (Maricato, 2015).

Para Maricato (2015), o movimento pela Reforma Urbana teve grandes vitórias entre 1980 e 2000, a partir da conquista nas Leis Constitucionais, do Estatuto da Cidade (2001), do Ministério das Cidades (2003), do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2005), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2006), do Conselho Nacional das Cidades (2007) e das Conferências Nacionais das Cidades. Essas conquistas colaboraram para a retomada da, ainda embrionária, política urbana desenvolvida no Brasil. Além da consolidação de espaços com a participação de lideranças sindicais, profissionais, acadêmicas, populares.

Todavia, a citada autora afirma que apesar do seu legado histórico, o movimento de luta pela Reforma Urbana no Brasil parecia ter sido esquecido nas conjunturas mais recentes, com o enfraquecimento das forças que estavam nessa agenda de luta, em especial pela esquerda, que

antes era o campo mais radical na luta pela Reforma Urbana, que por sua vez se tratava da luta pela garantia do direito à cidade (Maricato, 2015).

A seguir apresentam-se, em formato de síntese, os resultados da pesquisa que buscou investigar em que medida os legados da luta pela Reforma Urbana, construídos nas décadas de 1980 e 1990, se mantiveram presentes e/ou foram incorporados nas demandas, pautas e estratégias apresentadas por esses movimentos e/ou organizações até período atual (1980-2023).

A incorporação do legado da luta por Reforma Urbana e as lutas atuais: pautas, demandas e estratégias no período entre 1980 e 2023

A luta por Reforma Urbana é histórica e se trata de um processo que pode ou não refletir nas lutas políticas, nas demandas e até dos princípios carregados os movimentos e/ou organizações políticas que tem como centralidade a luta por moradia e direito à cidade[6] na atualidade, conforme será discutido a seguir.

Conforme sinalizado na introdução, a pesquisa que resulta na apresentação de dados neste artigo, foi realizada por meio de 03 (três) entrevistas com representantes/militantes dos movimentos e/ou organizações políticas que tem como centralidade a luta por moradia e direito à cidade, a saber: a Central de Movimentos Populares (CMP) e a União Nacional de Moradia Popular (UNMP).

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Destaca-se que, no início do processo das entrevistas, os sujeitos entrevistados/as solicitaram que seus nomes verdadeiros fossem divulgados, tendo em vista que a produção do conhecimento se trata de um instrumento de resistência e de publicização da existência desses movimentos e/ou organizações, de suas bandeiras de lutas e demandas e da sua história, que não deve ser apagada. Por isso, foi dispensado o uso de pseudônimos e utilizado o termo "militante", acompanhado do primeiro nome de cada um. Conforme mostrado no Quadro 01.

[6] Parte-se da interpretação de Harvey (2014) acerca das lutas sociais pelo "direito à cidade", na qual o autor afirma que esse direito não se limita ao atendimento das reivindicações urbanas em sua forma imediata – sejam elas individuais ou coletivas, de grupos específicos –, mas diz respeito ao direito de reinventar a cidade de acordo com os desejos e as necessidades humanas dos sujeitos que constroem e ocupam esse espaço, somente possível em uma sociedade livre das relações capitalistas.

Quadro 01 – Relação dos sujeitos entrevistados e movimento e/ou organização que participa.

	SIGLA DO MOVIMENTO E/OU ORGANIZAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA
1	UNMP	Militante Paulo
2	UNMP	Militante Erika
3	CMP	Militante Anderson

Fonte: Elaboração das autoras com base na pesquisa de campo, 2025.

Optou-se pela participação desses movimentos e/ou organizações, considerando que foram responsáveis por organizar e protagonizar as lutas pela Reforma Urbana, sendo "entidades de articulação de vários movimentos populares de abrangência nacional que, unidos na FNRU, pautaram a agenda de lutas da Reforma Urbana" (Andrade, 2012, p. 76).

Evidencia-se que a CMP foi regulamentada em 1993, se consolida por seu caráter de aglutinação das lutas e atualmente é uma organização nacional, presente em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal (DF) que tem como bandeiras de luta: o acesso à moradia e infraestrutura urbana, a participação popular e democrática e a construção de uma sociedade mais justa (CMP, 2025, n.p.).

Já a UNMP, foi gestada a partir da União por Moradia de São Paulo, no ano de 1987, se expandindo somente no ano de 1993 em nível nacional, com a realização do primeiro Encontro Nacional por Moradia Popular. Na atualidade, o movimento está presente em 16 Unidades da Federação (UF) incluindo Distrito Federal, tendo como bandeiras de luta: a autogestão, o direito à moradia e à cidade, a participação popular, o fim dos despejos e da criminalização dos movimentos sociais.

Por outro lado, apesar de terem sua expansão e regulamentação datadas na década de 1990, esses movimentos e/ou organizações já se organizavam na esfera local e estadual desde os debates iniciais acerca da Reforma Urbana brasileira e estiveram na composição do MNRU na década de 1980 (Andrade, 2012).

Assim, no que se refere às demandas, pautas e estratégias do período entre 1980 e 1985, essas giram em torno luta pelo fim do regime militar e em favor da redemocratização brasileira. Considerando que nesse mesmo período, "os movimentos sociais, os partidos de esquerda ou de qualquer forma de expressão política oposta ao regime militar foi violentamente repreendida e censurada" (Gusmão, 2018, p. 61), dificultando o processo organizativo.

Entretanto, ainda que o regime militar tenha sido de muita violência e autoritarismo, nesse período, em especial a partir da década de 1970, são gestadas novas formas de organização, fora dos moldes tradicionais e com um caráter mais popular e próximo da base. O militante Paulo (2025, grifo nosso) diz "[...] *a gente discutia a abertura* [...]. Tudo isso

mobilizava. A gente, jovem nessa época, abraçava essa causa [...] *e por dentro dela* [...] a gente *acabava discutindo essas questões dos problemas da cidade.*"

Para o surgimento dessas organizações na clandestinidade, contou-se com o apoio da Igreja Católica, associações comunitárias, clube de mães, bairros, comunidades, favelas e loteamentos (Gusmão, 2018) para o desenvolvimento do trabalho de base, que, assim como a formação de lideranças e as primeiras ocupações urbanas são as estratégias mais relevantes e utilizadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, sendo até hoje instrumentos predominantes das lutas urbanas.

> [...] *os movimentos têm uma história de luta de base*. Tudo vem da base. Então, a estratégia de comunicação, de…tipo assim, *de movimentar a comunidade*, era o *fortalecimento das lideranças*. [...] são as lideranças que conhecem as famílias, são as lideranças locais que têm conhecimento profundo da comunidade, tanto dos avanços quanto dos atrasos. Então, fortalecer as lideranças dos bairros é justamente a ação genuína de um movimento (Militante Anderson, 2025, grifo nosso).

Salienta-se que esse trabalho de base é importante para que os movimentos consigam se desenvolver de forma autônoma, democrática e crítica, contrariando assim a lógica individualista do capitalismo e da democracia burguesa (Oliveira, 2023). Além disso, foi essa estratégia que possibilitou construção da Emenda Popular da Reforma Urbana, importante ação dos movimentos no que se refere a discussão dos direitos urbanos e a Constituição Federal de 1988.

No que tange as demandas, pautas e estratégias do período entre 1988 e 2003, conforme sinalizado pelos/as entrevistados/as, esse período é caracterizado pela reabertura democrática com a organização dos primeiros processos eleitorais livres, pelo avanço do neoliberalismo no Brasil e pela organização, debate e disputa em torno do conteúdo da Constituição Federal de 1988. A construção da Constituição é permeada pela disputa entre as reivindicações populares (dos movimentos e organizações, dos sindicatos, etc.) e as reivindicações de uma elite conservadora e neoliberal que acabava de se consolidar no Brasil e objetivava uma reforma no Estado.

Desse modo, enquanto os movimentos em 1980 e 1990, buscavam a garantia de direitos sociais e políticas urbanas para todos/as, o neoliberalismo e os seus representantes pleiteavam a reconfiguração do Estado sob a justificativa de contenção dos danos crise econômica de 1970 (Behring; Boschetti, 2006). O militante Anderson (2025) diz que havia "uma atuação muito forte das lideranças pra que com essa mudança da Constituição brasileira [...] não ficasse de fora o direito à cidade".

Apesar da densidade da disputa frente ao neoliberalismo, o período (1988-2003) é marcado pela articulação em torno das lutas populares pela Reforma Urbana e por ganhos importantes, como: a inserção de elementos da Emenda Popular da Reforma Urbana no conteúdo constitucional, que gerou o Capítulo II da CF-88 que trata da política urbana e, posteriormente, a aprovação do Estatuto das Cidades (2001).

O Militante Anderson (2025) afirma que o processo de discussão e construção do Estatuto das Cidades foi um avanço, tendo em vista que o Estatuto "[...] foi construído junto com os movimentos sociais e o partido de esquerda". O militante ainda complementa dizendo:

> [...] eu entendo que no Brasil as comunidades periféricas tiveram muito pouco apoio e amparo na formação das grandes cidades, grandes metrópoles. Então, *se debatia muito o estatuto das cidades pra dar o mínimo de dignidade pras famílias*. E aí, no primeiro governo Lula, isso foi concretizado de uma forma que foi criado o Ministério das Cidades, com a participação popular dos movimentos sociais (Militante Anderson, 2025, grifo nosso).

Logo, observa-se o esforço da participação dos movimentos e/ou organização no campo institucional, partindo da compreensão de que é possível, por meio da participação, mesmo em um campo limitado e antagônico como o Estado (Poulantzas, 1980), pressionar, reivindicar e demandar com a finalidade de garantir mudanças dentro de estruturas que estão e/ou aparentam estar cristalizadas.

O período entre 2003 e 2016 foi marcado por duas gestões de esquerda[7] dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores e por avanços no que se refere a política urbana e habitacional, como: a criação do Ministério das Cidades; a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e de seu conselho gestor; criação de programas de revitalização e/ou urbanização de áreas precárias, programas de provisão habitacional, entre outros avanços.

Entre esses avanços, destacam-se a participação e a criação de espaços de controle social, como as Conferências Nacionais das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades).

> [...] nos dá uma oportunidade de ter acesso a todos os procedimentos técnicos, nos dá oportunidade de debater a criação das leis direto, as audiências públicas e as lideranças de base dos movimentos [...]. Então, essa metodologia de dar participação direta na criação de detalhes normativos e adequação de programas [...]. Então, a participação, ela foi muito fortalecida com as bases devido a esse raciocínio democrático, prático e real, que é trazer as comunidades dos bairros, as lideranças dos bairros para o debate da criação e desenvolvimento (Militante Anderson, 2025).

[7] Gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) com o Governo Lula da Silva em dois mandatos (2003-2010) e o Governo Dilma Roussef (2011-2016) em dois mandatos interrompidos pelo golpe parlamentar e midiático, ocorrido em 2016.

Esses avanços, em especial no campo da participação, são reconhecidos pelos/as entrevistados/as. Contudo, também é salientado por eles um processo de desgaste e rompimento com os governos petistas, considerando o não atendimento das demandas dos movimentos nesses espaços de tomadas de decisões.

> [...] foi rompido, certo? Com a necessidade de ajuste da governabilidade, o que que acontece? Parte desses espaços, e que eles retroagem [...] E aí, a gente fica se perguntando: *pra que servia as conferências?* [...] A gente via que na verdade passava-se dois, três anos, e *os avanços eram pouquíssimos* (Militante Paulo, 2025, grifo nosso).

Burnett (2009, p. 340-341) destaca que o projeto do Ministério das Cidades e a realização das Conferências Nacionais tinha como objetivo construir amplos e dinâmicos espaços democráticos, "buscando aglutinar em torno de si os principais sujeitos da produção do espaço urbano, nacional e local, em atuação no país.". Para o autor, esses espaços se estabeleceram como um campo de negociação, onde o Estado tentava garantir consensos em torno das decisões tomadas, que, em geral, eram direcionadas a atender as demandas da burguesia. Esse quadro gera o sentimento de desesperança, colaborando assim com processos como: a desmobilização e enfraquecimento da participação dentro desses espaços.

O relato do militante Paulo (2025) dialoga com a afirmação de Burnett (2009) que afirmava que a estratégia de governo era moldada pelo "esforço" de adicionar as demandas populares a agenda pública. Entretanto, esse esforço se limitava a pequenas incorporações de propostas estas que, por parte do movimento, eram mais amplas e que tinham como pano de fundo algo muito maior, nesse caso, a Reforma Urbana, em sua orientação inicial, que tinha como horizonte a justiça social e gestão democrática das cidades, em especial, no que se refere às políticas urbanas.

Para a Militante Erika (2025, grifo nosso):

> [...] os espaços realmente davam voz, [...] os conselhos, [...] as conferências. Então, *o movimento o tempo* todo *elaborando, planejando, contribuindo,* com vários governos em diferentes esferas — municipais, estaduais e nacional [...], *mas [...] as políticas que reverberavam a voz popular não eram aplicadas*. [...] *acabava estrangulando porque não tinha orçamento*. [...] *gerava um montão de demanda e depois não conseguia dar conta.* [...] você vai enfraquecendo o movimento com isso.

O relato da entrevistada evidencia a importância dos espaços no que se refere ao acolhimento das demandas dos movimentos, por isso a referência ao ouvir. Contudo, salienta também que se acumulam demandas históricas que não são atendidas na prática, que são montados projetos, planos etc., a partir de sugestões dos movimentos, mas que não são implementados sob a justificativa de não haver orçamento público e das demandas serem

consideradas dispendiosas (Oliveira, 2023), logo, fazendo com que os movimentos não se reconheçam nas poucas propostas implementadas pelo governo.

Para os/as entrevistados/as, é preciso reconhecer o saldo positivo dos governos petistas, mas também é preciso destacar as dificuldades da incorporação das demandas dos movimentos. Um exemplo foi a demanda dos movimentos por programas de provisão habitacional com a construção dos empreendimentos localizados em áreas centrais da cidade e/ou próximas, com infraestrutura urbana e de serviços, a fim de garantir qualidade de vida as famílias e não apenas o acesso à unidade habitacional.

> [...] construía a habitação pra pessoas, de extrema vulnerabilidade, *sem ter acesso à feira, sem ter acesso à creche, sem ter acesso à escola; as vezes com a via principal que não dá condições de tu chegares.* E aí, colocando em xeque vários debates feitos pelo movimento e isso vai à exaustão. [...] *se identifica que aquele processo não contemplava nem o sonho e nem o desejo e nem as vozes do movimento* [...] (Militante Erika, 2025, grifo nosso).

Vale frisar que a lei que regulamenta o Programa Minha, Casa Minha Vida (PMCMV) garante que a concepção da habitação adotada pelo programa é no sentido amplo de moradia, com "a integração das dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural, energética e ambiental do espaço em que a vida do cidadão acontece" (Brasil, 2023, n.p.).

Ainda assim, os depoimentos dos/as entrevistados/as, bem como estudos sobre o PMCMV (Santana, 2011; Paz, 2014; Rolnik, 2015), relevam que os empreendimentos são distantes, sem acesso a serviços como esgotamento sanitário, coleta de lixo, transporte público, serviços de saúde como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), serviços de educação como creches e escolas, serviços assistenciais como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), etc., realidade esta que se reflete em diversos empreendimentos do programa no país inteiro.

Por fim, vale destacar, ainda, sobre o período entre 2003 e 2016, que este é considerado o período com maior espaço e possibilidade para a articulação e condução das lutas por moradia e direito a cidade no Brasil.

> Foi o grande momento, mesmo com algumas limitações, mas o grande momento foi a criação do Ministério das Cidades com o conselho sendo incluído representações dos movimentos sociais a nível nacional. Isso cria um marco histórico para os movimentos (Militante Anderson, 2025).

Maricato (2015) afirma que, apesar de suas limitações e ações contraditórias, os governos petistas foram os que mais avançaram, aprovando Leis como o Estatuto das Cidades, o Marco Normativo do Saneamento, entre outras, criando espaços importantes como o Ministério das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades, criando programas e projetos para reurbanização, provisão habitacional, etc. De modo geral, investindo a partir do fundo público

nas políticas urbanas, mesmo que contraditoriamente, considerando seu alinhamento a atender às demandas da burguesia.

Os/as militantes entrevistados/as também declaram que o novo mandato do Governo Lula (2023 a 2026), pode ser considerado parte desse momento de maior abertura ao acolhimento das demandas e pautas das organizações e/ou movimentos, em especial com a retomada dos espaços participativos.

> Talvez não seja ainda o que a gente sonha. Talvez esse governo III do companheiro Lula ainda não dê 'pros' movimentos sociais o que de fato a gente deseja, mas aí a gente vê que, nesse momento, tem uma abertura maior. Tem, pelo menos, pra debate. [...] A volta do conselho; a secretaria das periferias, que reverbera outras vozes. [...] Então, eu acho que é um ganho desse governo III, dessa secretaria. Claro que não é ainda como a gente deseja, [...] mas 'pro' debate já é um avanço (Militante Erika, 2025).

Por outro lado, ainda que os/as entrevistados/as evidenciem a vitória da retomada do Ministério das Cidades e do ConCidades, estes também indicaram os desafios e problemáticas já vivenciadas nesse período, sendo uma delas as alianças firmadas durante o período eleitoral de 2022 e a nomeação de Jader Filho como Ministro das Cidades, que não tem experiencia dentro das gestões das cidades, além de não estar alinhado aos interesses dos movimentos, o que dificulta o diálogo e preposições no atual Governo Lula.

> O ministro não é um que agrade os movimentos sociais porque, historicamente, ele é um empresário. Ele não tem nem um conhecimento, digamos assim, mais amplo sobre essa área específica que ele assumiu, que é a moradia, que é o direito à cidade. [...] até agora, nós estamos juntos, mas a gente não sabe até onde vai. Porque [...] qualquer possibilidade que a gente enxergue de retrocesso, seja no ministério, seja na própria gestão do companheiro Lula, o movimento tá pronto pra resistir (Militante Erika, 2025).

Nesse sentido, os movimentos apontam que, apesar da reabertura dos espaços de participação, isso não significa efetivação das propostas feitas pelos movimentos e nem o andamento das demandas que já estavam sendo atendidas, como a provisão habitacional pelo PMCMV-Entidades. Burnett (2009), afirma que essa é uma caraterística dos Governos Petistas adotar procedimentos democráticos, mas, ao mesmo tempo, garantir que os cargos de comando sejam ocupados por políticos que estão interessados na manutenção de padrões autoritários e clientelistas.

Outro desafio apontado pelos/as entrevistados/as, diz respeito à ausência de ações de regularização fundiária e de concessão de titulação de terras, que também é reflexo do desafio citado anteriormente, porque, segundo os sujeitos entrevistados/as, o Ministro Jader Filho, trata-se de alguém alinhado aos interesses empresariais não tendo interesse em implementar uma

política de regularização fundiária efetiva. Assim, "ainda é uma luta histórica, [...] 'pra' todo Brasil [...] a regularização fundiária" (Militante Erika, 2025).

> [...] hoje, a secretaria e a superintendência do patrimônio da união ela 'tá' com alguém que tem essa relação com esse setor empresarial e não que tenha uma relação com o setor dos movimentos sociais. Então, pra nós, ainda é um retrocesso [...]. Por fim, eu acho que o fato de a gente não ter uma política mais agressiva da regularização fundiária, faz com que, na verdade, a gente tenha que ceder muitos desses espaços que a gente acha que seriam participativos (Militante Paulo, 2025).

Logo, observa-se que, apesar da retomada dos espaços de participação, os movimentos e/ou organizações seguem sendo atravessados pelas contradições ligadas diretamente as determinações conjunturais e estruturais da ordem burguesa.

O período seguinte, entre 2016 e 2023, foi evidenciado por uma mudança conjuntural muito dura a partir do golpe que consolida o avanço da extrema-direita no Brasil. Destaca-se que a ascensão desses setores vinha sendo ensaiada desde 2013, quando parte das manifestações dos atos de junho de 2013 foram cooptadas pela extrema-direita e por suas bandeiras anti-movimentos e anti-partidos políticos (Iasi, 2014). Cria-se assim, um cenário de grande perda aos setores progressistas e de esquerda e a necessidade de novas formas de organização a partir da conjuntura estabelecida.

Nesse período, durante o Governo Temer (2016-2018) ocorreu um retrocesso em relação ao investimento em políticas sociais, com a implementação da Emenda Constitucional (EC) 95, além da desarticulação, enfraquecimento e até desativação de espaços importantes de participação social, como o ConCidades-BR e as Conferências Nacionais das Cidades, que deixaram de ocorrer após os Governos Petistas, sendo retomadas apenas a partir do Governo Lula III (2023-2026). O militante Anderson (2025) diz: "o governo Temer foi isso. Ele regrediu o Minha Casa, Minha Vida. [...] cortou tanto da habitação quanto da saúde, entre outros".

Destaca-se que o Governo Jair Bolsonaro (2019-2022) é caracterizado como um dos piores para os movimentos e/ou organizações políticas, sociais e/ou populares, assim como para esquerda brasileira, para os segmentos e frações de classes como mulheres, negros e negras, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, entre outros. A militante Erika (2025) complementa "[...] é um retrocesso. Infelizmente a gente tem visto o crescimento dessa extrema direita no Brasil. [...] e a pandemia [...] veio nos mostrar que essa extrema direita tem um projeto de morte 'pra' classe trabalhadora".

O cenário vivenciado no período em questão (2016-2023) foi de intensos retrocessos e da retirada de direitos (Prates, 2019), com baixo investimento em políticas urbanas, como a habitação, ataques a programas de provisão habitacional como o PMCMV, que foi substituído

pelo Programa Casa Verde e Amarela, além da extinção dos conselhos gestores de políticas públicas como o ConCidades e do próprio Ministério das Cidades (Pantoja, 2022).

> Não tem como não ver o retrocesso. Eu acho que também o desmonte do conselho, o Minha Casa Minha Vida - Entidades que praticamente não existiu; o Minha Casa Minha Vida também que a gente…se tu for buscar históricos, não teve uma unidade habitacional entregue pelo Casa Verde Amarela, baixo recurso pra habitação. Então, não tem como não descrever esse momento como um retrocesso total. Pra tudo. Acho que pro Brasil como um todo. Pra luta da moradia, do saneamento e da garantia da vida (Militante Erika, 2025).

A substituição do PMCMV, que culminou na não abertura de editais para a modalidade Entidades, fez com que os movimentos e/ou organizações criassem outras estratégias para financiamentos de unidades habitacionais, tendo em vista a alta demanda e a necessidade de morar tanto dos militantes como das comunidades atendidas pelos movimentos, como relata o entrevistado.

> Não teve Minha Casa Minha Vida. [...] nós conseguimos fazer o Minha Casa Minha Vida financiado pra famílias FGTS-Salário. Casa popular, nessa modalidade. Nós conseguimos desenvolver algumas unidades com muita dificuldade, porque os bancos, principalmente a Caixa, só têm o hábito de liberar financiamento pra empresários que fazem casas de alto padrão [...] (Militante Anderson, 2025).

A estratégia da construção de unidades habitacionais com o financiamento feito pelo FGTS está longe de ser a saída ideal, podendo até gerar endividamento às famílias, por não se tratar de uma modalidade voltada as famílias de baixa renda, mas em um contexto de destruição dos programas de provisão habitacional para famílias de menor poder aquisitivo, contraditoriamente, essa estratégia se apresenta como uma possibilidade de saída pra quem enfrenta os maiores impactos da questão urbana e habitacional.

Logo, apesar das ações limitantes e dificultosas implementadas pela conjuntura de retrocessos do período de 2016 a 2023, os movimentos e/ou organizações se reorganizam e se esforçam a fim de garantir o debate e elaboração de propostas a serem apresentadas para o governo. Cita-se por exemplo, a Conferência Nacional pelo Direito à Cidade, realizada na cidade de São Paulo em 2022, pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, BR Cidades, Habitat para a Humanidade Brasil, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e da Coalizão Negra por Direitos, entre outras entidades (Habitat, 2022).

Conforme o militante Paulo, esse período muito sombrio aos movimentos, pois diferentemente dos governos petistas, foi um momento em que os movimentos conseguiram se organizar sem amarras ao governo. Exercendo assim um dos principiais pilares dos movimentos, que é a sua autonomia no que se refere às demandas e pautas apresentadas no cotidiano das lutas.

> A gente fez em São Paulo, [...] aquela Conferência Nacional pelo Direito à Cidade. Foi uma forma, na verdade, dos movimentos continuarem vivos, se mobilizando. [...] A *gente tá dizendo que [...] nós não queremos o governo [...]. Mas eu acho que a Conferência Nacional pelo Direito à Cidade que aconteceu em São Paulo nos ajudou muito,* [...] *pra que a gente possa discutir de forma autônoma* [...]. Então, quanto mais autonomia o movimento tiver, melhor. E isso fez com que a gente, na verdade, continuasse vivo (Militante Paulo, 2025, grifo nosso).

Contudo, os/as entrevistados/as relatam também a importância do diálogo com o Estado, em especial frente à necessidade de retomada dos conselhos gestores, que foram esvaziados por Michel Temer e extintos por Jair Bolsonaro.

Outro elemento importante desse período conjuntural foi a chegada da pandemia de COVID-19, em 2020. Nesse contexto de múltiplas crises, de agudização de desigualdades e abandono do Estado, foi necessária a reformulação das lutas. As orientações diziam "fique em casa, lave as mãos e os alimentos, e respeite o isolamento social". Entretanto, o questionamento dos movimentos girava em torno de "em que casa ficar?" Se as famílias estavam sendo despejadas, entre outros questionamentos acentuados com a crise pandêmica.

Assim, os movimentos passaram a se organizar em redes de proteção, como a Campanha Nacional Despejo Zero[8], e solidariedade, por meio de campanhas para doações de alimentos, produtos de limpeza destinadas às famílias da classe trabalhadoras, como citado pelos/as entrevistados/as:

> *Com a pandemia a gente viu a negação de direitos*, que era o direito à vida, com a negação da vacina, os deboches do presidente [...] enquanto várias pessoas estavam morrendo. [...] *pros movimentos sociais sobrou — de novo, como sempre — essa trincheira de luta, de garantia de direitos, de garantia de vida*. E aí, enquanto todo o processo de saúde *dizia 'fique em casa'...e a gente pensava: 'e quem não tem casa, fica aonde?'.* [...] pessoas em situação de rua, [...] pessoas que pagavam aluguel e não tinham como se manter no aluguel [...] pessoas que trabalham no mercado informal [...]. Então, [...] *a campanha Despejo Zero veio pra garantir o direito à vida de muita gente.* Fora outras garantias, como *a distribuição de álcool, distribuição de alimento* [...] e dizendo contra o negacionismo*,* [...] *que nós queríamos a vacina* (Militante Erika, 2025, grifo nosso).

A entrevistada Erika salienta que com o fim do período pandêmico, a campanha não se desfez, tendo em vista, que com a contenção do vírus da COVID-19, foram retomadas as ações

[8] A Campanha Nacional Despejo Zero foi lançada em julho de 2020 pelas redes sociais, sendo de caráter nacional e composta por movimentos e organizações presentes na luta por moradia e direito a cidade. O objetivo da campanha era a suspensão dos despejos e remoções forçadas durante a pandemia. Assim, ela foi responsável por auxiliar juridicamente dezenas de famílias pelo Brasil. Além disso, a campanha foi essencial para a determinação do Superior Tribunal Federal (STF) pela Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, que impedia os processos de despejo e remoção forçada durante o período da pandemia. Sendo hoje uma campanha que segue aglutinando forças em torno da luta por moradia e mapeando os conflitos fundiários no Brasil (Campanha Nacional Despejo Zero, 2024).

de despejo e reintegração de posse, muitas vezes dominadas pela violência policial, sendo o reflexo da violência do próprio Estado, que em situação de ausência de consenso, usa da coerção e violência, em prol dos interesses dominantes.

Foi apontado pelos sujeitos que o período da pandemia foi um grande desafio para a articulação dos movimentos. Os sujeitos apontam que, inicialmente, todos os períodos citados foram marcados por dificuldades. Contudo, a pandemia, somada a uma série de desafios[9] que os movimentos e organizações vinham enfrentando a partir do golpe de 2016, tornou a articulação ainda mais dificultosa.

Por isso, os períodos pós-golpe (2016-2018) e do Governo Bolsonaro (2019-2022) foram apontados como os períodos de maiores retrocessos e de maior dificuldade para a condução das lutas, em especial aquelas travadas em espaços institucionais de participação.

> Eu acho que num curto período desse não tem como negar, o retrocesso todo do mandato [...] do Bolsonaro e o desmonte dos conselhos. Eu acho que *tirar espaços*, qualquer espaço que seja, qualquer um, municipal, estadual, nacional [...] é *tirar onde tem a voz popular [...]. Tudo o que atravessa o direito à cidade que não tem a participação popular é um retrocesso*. Eu acho que esse foi um [...] período curto, mas que tem um retrocesso significativo em todas as áreas (Militante Erika, 2025, grifo nosso).

Salienta-se que autores como Gallio (2019), Oliveira (2021) e Oliveira (2023) em seus estudos acerca dos movimentos sociais e das lutas urbanas, apontam os Governos Temer e Bolsonaro como governos marcados por um grande retrocesso nas políticas urbanas, em especial a política habitacional, o que, por sua vez, traz impactos aos movimentos que a muito reivindicam, demandam e propõem ao Estado e que conseguiram alguns avanços no campo do direito, que foram retirados a partir da consolidação de governos de direita e extrema-direita no Brasil.

No que se refere à pergunta "existe uma articulação entre as atuais lutas e a luta por Reforma Urbana das décadas de 1980-1990?", os sujeitos afirmam que sim, que existe uma articulação entre o passado e o presente, que não seria possível chegar até as lutas atuais sem os que vieram e lutaram antes. Mas também, destacam que essa luta continua por dentro das discussões implementadas pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), por suas ramificações estaduais, em estados que contam com Fóruns Estaduais de Reforma Urbana (FERU), além dos próprios movimentos.

> Eu acredito que tem [...]. Porque como a gente tem o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que é um espaço de discussão, [...] que discute a política de

[9] Como, por exemplo: a ausência de diálogo com as gestões estatais, o desmonte das políticas públicas e sociais, o esvaziamento e/ou extinção dos conselhos e outros espaços de controle social citados ao decorrer deste item.

> Reforma Urbana [...] e que não deixa com que a gente [...] acabe esquecendo do passado. Então, *eu acho que tem essa relação*. Pelo menos eu penso assim. [...] *isso [...] acaba com que a gente [...] retome com essa questão da Reforma Urbana, dizendo o seguinte: 'não esqueçam do que foi a gente no passado e como é que a gente chegou, até agora, aqui'*. Então, é importante a gente deixar claro que o Fórum cumpre esse papel (Militante Paulo, 2025, grifo nosso).

O Quadro 02 sintetiza as perguntas e as respostas coletadas a partir das entrevistas e evidencia um processo de repetição de demandas históricas que se relacionam com o uso de instrumentos que garantam a aplicação da função social da propriedade e a regularização fundiária; a garantia programas e projetos de reurbanização e de provisão habitacional em uma lógica que considere antes de tudo, a garantia da qualidade de vida às famílias independente de suas renda familiar; e por fim, a gestão democrática das cidades, com participação efetiva dos movimentos e/ou organizações, assim como da sociedade em espaços de decisão.

Quadro 02 – Síntese de perguntas e respostas das entrevistas.

PERGUNTAS	**SÍNTESE DAS RESPOSTAS**
No **período de abertura democrática (até 1985)**, como era a dinâmica de atuação e mobilização do movimento que você faz parte? Quais as principais demandas, pautas e estratégias nesse período?	*Os movimentos passam a compor atos e protestos em favor da redemocratização brasileira e do acesso a direitos urbanos. No período, o trabalho de base nos bairros e comunidades e a formação e fortalecimento de lideranças eram estratégias de força, com auxílio das CEBs, das associações comunitárias, movimentos sindicais, etc.*
No **período pós-constituição de 1988 até 2003** como era a dinâmica de atuação e mobilização do movimento que você faz parte? Quais as principais demandas, pautas e estratégias nesse período?	*O período é marcado pela articulação das lutas a fim de garantir a incorporação de direitos urbanos na CF 88. Assim, é gestada a Emenda Popular da Reforma Urbana, construída a partir da mobilização popular organizada pelo MNRU, que posteriormente se transforma em FNRU. Além da discussão e construção do Estatuto das Cidades (2001) que foi um avanço, proporcionando a participação dos movimentos. O trabalho de base nos bairros e comunidades e a formação de lideranças eram as estratégias.*
No **período pós-criação do Ministério das Cidades (2003) até 2016** como era a dinâmica de atuação e mobilização do movimento que você faz parte? Quais as principais demandas, pautas e estratégias nesse período?	*O período foi marcado muitos avanços no campo da política urbana, como: a criação do Ministério das Cidades; do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); criação das Conferências das Cidades e do ConCidades; criação de programas de urbanização de áreas precárias e provisão habitacional. Entretanto, ocorre um processo de rompimento entre os movimentos e o governo, uma vez que as "concessões" estatais não atendiam as demandas reais dos movimentos, se limitando a pequenas incorporações de propostas amplas e direcionadas a atender as demandas da burguesia. Gerando desmobilização e enfraquecimento de espaços como Conferências Nacionais e o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades).*
No **período de 2016 até 2023**, como era a dinâmica de atuação e mobilização do movimento que você faz parte? Quais as principais demandas, pautas e estratégias nesse período?	*Esse período foi marcado por uma dura conjuntura a partir do avanço e consolidação da extrema-direita no Brasil, com os Governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Houve um retrocesso em relação ao investimento em políticas sociais e a desativação/extinção de espaços importantes de participação social, como o ConCidades, além da agudização de desigualdades com a Pandemia de COVID-19. Entretanto, apesar das dificuldades, os movimentos e/ou organizações se reorganiza.*

	Cita-se como exemplos dessa reorganização a Conferência Nacional pelo Direito à Cidade, realizada na cidade de São Paulo, em 2022, e a Campanha Despejo Zero e as campanhas de solidariedade por meio de doações de alimentos, produtos de higiene, etc., destinadas às famílias da classe trabalhadoras durante a pandemia.

Fonte: Elaboração das autoras com base na pesquisa de campo, 2025.

Em síntese, a pesquisa *demonstrou que existe um processo de incorporação do legado da luta por Reforma nas atuais agendas de luta dos movimentos e/ou organizações que participaram da pesquisa,* nesse caso, a Central de Movimentos Populares e a União Nacional de Moradia Popular, tendo em vista que as demandas e/ou pautas apresentadas tem caráter histórico impulsionado pelos legados da luta por Reforma Urbana, que segue sendo pano de fundo das propostas apresentadas pelos movimentos até 2023.

Tal processo ocorre considerando que a luta por Reforma Urbana é parte importante da luta para a resolução da questão da moradia. Mas também se dá considerando que o Estado nesses últimos 35 anos tem tido como preocupação a manutenção da ordem burguesa e tem agido não atendendo as reivindicações dos movimentos e/ou incorporando apenas parte das demandas nas ações estatais.

Além disso, evidencia-se a tendência iniciada na década de 1980-1990 de democratizar os debates e aderindo ao uso de meios legislativos e/ou jurídicos e de garantir a participação em espaços decisórios que são estrategias no que se refere a pressionar o Estado, a fim de obter respostas, que foram identificadas em todos os períodos a partir das declarações dos representantes dos movimentos que participaram da pesquisa.

Considerações finais

A questão da moradia, como uma expressão da "questão social" é agravada pela estrutura da sociedade de classes no capitalismo. Como citado anteriormente, a raiz do capitalismo está assentada na expropriação dos territórios, na centralização das propriedades nas mãos de poucos e na exploração do trabalho. Assim, o avanço da ordem burguesa e de seu modo de produção colaboram com o crescimento dos aglomerados nos centros urbanos e com a precarização da vida nas cidades (Engels, 2015).

Assim, os movimentos e/ou organizações que têm como centralidade a luta por moradia e direito à cidade, assim como outros movimentos políticos, passam a formar e politizar militantes, com a finalidade de pressionar o Estado para que se garantam melhores condições para a reprodução material da vida.

Nesse contexto, o Estado atua na organização e mediação entre os interesses da burguesia e dos/as trabalhadores/as, agindo, prioritariamente, para atender a ordem burguesa e manter a acumulação capitalista, mas também sendo um campo contraditório de possibilidades a serem disputadas pelos/as trabalhadores/as por meio do processo de tensionamento da luta de classes.

Esse tensionamento acontece através das lutas, como no caso da luta por Reforma Urbana, que teve seu *boom* nas décadas de 1980 e 1990, mas que se forjava desde décadas anteriores, tendo em vista as necessidades humanas da população de morar e ter acesso à cidade e aos seus serviços e equipamentos. Necessidades que, no presente, seguem ainda no centro da discussão acerca do urbano e das cidades.

As reflexões apresentadas no texto buscaram problematizar se os legados e/ou princípios da luta pela Reforma Urbana, construídos ainda anos de 1980, se mantiveram presentes ou foram incorporados nas demandas, pautas e estratégias dos movimentos e/ou organizações, os quais têm como centralidade a luta por moradia e direito à cidade desde a década de 1990 até o período atual.

Os relatos dos(as) entrevistados(as) demonstram que a luta por Reforma Urbana, forjada ainda na década de 1960, teve e tem influência nas agendas de luta atuais. As demandas e pautas dos movimentos que se atualizam conforme o período histórico também não perdem de vista a justiça social, princípio fundamental do projeto de Reforma Urbana.

A pesquisa identificou que as demandas atuais apresentam similaridades às demandas da década de 1980 e 1990, tendo em vista, que apesar do esforço dos movimentos e/ou organizações, existem demandas históricas que não foram atendidas, uma vez que o Estado segue se alinhando aos interesses burgueses, tanto em gestões conservadoras, quanto nas chamadas gestões progressistas, a exemplo das gestões petistas.

Além disso, observou-se que os participantes da pesquisa são parte de movimentos consolidados nas décadas de 1980 e 1990, que seguem sendo precursores da luta por Reforma Urbana no período mais recente (2023), juntamente com novas organizações por conduzir as lutas por moradia e direito à cidade no Brasil e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

Logo, a luta por Reforma Urbana segue em curso. Para os sujeitos da pesquisa, essa articulação entre a luta por Reforma Urbana das décadas de 1980 e 1990 não se dá apenas a partir da repetição ou presença de demandas históricas. Essa incorporação acontece a partir da continuidade das lutas encabeçadas pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, como também pela herança deixada por aqueles que vieram antes, demonstrando que as lutas urbanas não são

isoladas em uma única pauta, mas sim são a integração entre as diversas demandas necessárias para garantia da qualidade de vida e a justiça social nas cidades.

Desse modo, os dados resultantes da pesquisa demonstram que há muitas limitações, mas também disputas, nas quais os movimentos, dentro do que é possível, criam estratégias de organização e mobilização das bases, de participação em espaços decisórios e de formação de novos sujeitos para as lutas. Demonstrando que, mesmo em meio a processos de sufocamento, enfraquecimento, cooptação e criminalização, os movimentos e/ou organizações seguem no esforço e na resistência, a fim de garantir o atendimento das necessidades humanas e a resolução da questão da moradia.

Referências

ANDRADE, D. L. *A representação política dos movimentos urbanos no conselho das cidades do Pará*. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: https://ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2012/daniela_lopes_de_andrade.pdf. Acesso em: 2 jan. 2024.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política social*: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BURNETT, C. F. L. *Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista:* a fetichização dos planos diretores participativos. 2009. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/756/1/CARLOS%20FREDERICO%20LAGO%20BURNETT.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

CAMPANHA NACIONAL DESPEJO ZERO. *A campanha nacional #DespejoZero*. 2024. Disponível em: https://www.campanhadespejozero.org/despejozero. Acesso em: 1 abr. 2024.

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES. *Quem somos.* 2025. Disponível em: https://cmpbrasil.org/about/. Acesso em: 13 jan. 2025.

ENGELS, F. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

GALLIO, A. K. P. *A luta pelo acesso à moradia das famílias do Jardim Gramado e as medidas judiciais no processo de reintegração de posse*. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4740/2/Andressa_Gallio_2019.pdf. Acesso em: 2 jan. 2024.

GUIMARÃES, M. C. R. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 124, p. 721–745, 2015.

GUSMÃO, I. G. *Trabalho social, autogestão e movimentos de moradia:* resgate e reflexões da experiência dos anos de 1980 na cidade de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21460. Acesso em: 2 jan. 2024.

HABITAT BRASIL. *Conferência pelo direito à cidade*: conferência mobiliza mais de 600 entidades para discutir propostas populares pelo direito à cidade. 2022. Disponível em: https://habitatbrasil.org.br/conferencia-pelo-direito-a-cidade/. Acesso em: 17 jan. 2025.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

IASI, M. L. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. *In*: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (org.). *Movimentos sociais e Serviço Social*: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades de uma trajetória incompleta. *In*: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*: o futuro das cidades brasileiras na crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARICATO, E. *Brasil, cidades*: alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTANÕ, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, J. N. G. *"Quem não pode com a formiga não atiça o formigueiro"*: o Serviço Social e as interfaces da questão social expressas na luta pelo direito à cidade. 2021. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11464785. Acesso em: 22 set. 2023.

OLIVEIRA, N. C. *O processo de instrumentalização da política urbana no contexto de pactuação de classes:* esvaziamento da participação política? 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/30/teses/945015.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

PANTOJA, J. H. C. *Muita gente sem casa, muita casa sem gente*: um estudo acerca dos movimentos de luta por moradia em Belém-PA. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

PAZ, R. D. O. Trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida: concepções, disputas e possibilidades. *In*: *XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS)*, Natal: Anais do XIV ENPESS, 2014.

PAZ, R. D. O.; ARREGUI, C. C.; BLANCO, M. A. A.; RODRIGUES, M. L. P.; TABOADA, K. J. Trabalho social na política habitacional: percursos, lacunas e desafios. *In*: SANTANA, J. V. (org.). *Habitação e Serviço Social*. Campinas: Papel Social, 2018.

PINTO, M. B. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 4-5, p. 93–117, 2004.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRATES, J. C. Trabalho profissional do/a assistente social: estratégias de resistência em tempos de regressão de direitos. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 18, p. 1–7, 2019.

RAMOS, M. H. R. Habitação: um meio de reprodução social. *In*: GOMES, M. de F. C. M.; FERNANDES, L. L.; MAIA, R. S. (org.). *Interlocuções urbanas*: cenários, enredos e atores. Rio de Janeiro: Arco-Íris, 2008.

RIBEIRO, L. C. Q. Reforma urbana na cidade: balanço teórico e desafios. *In*: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*: o futuro das cidades brasileiras na crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTANA, J. V. Trabalho social em projetos de habitação: demandas e respostas sobre a participação comunitária (Belém-Brasil). *Revista Plaza Pública*, v. 6, p. 348–371, 2011.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

UNIÃO NACIONAL DE MORADIA POPULAR. *O que é a UNMP*? 2025. Disponível em: https://unmp.org.br/o-que-e-a-unmp/#organizacao. Acesso em: 20 fev. 2025.

LIBERTAS ON LINE

“Lá é um sistema de cadeia!”: um retrato da violência das Comunidades Terapêuticas

"It's a prison system there!": a portrait of the Therapeutic Communities' violence

Vitória Segato Jadallah[*]
Clara Parente Barreto Oka[**]
Maria Moisés Faria[***]
Elisa de Pennafort Rabelo[****]
Pedro Henrique Antunes da Costa[*****]

Resumo: No estudo, mapeamos denúncias públicas sobre as Comunidades Terapêuticas (CTs) no Brasil, identificando violações de direitos e irregularidades divulgadas pela mídia. A partir da análise documental de 251 reportagens jornalísticas do ano de 2023, foram extraídas três categorias principais: a) "Do portão pra dentro, as coisas mudam. Lá é um sistema de cadeia"; b) "Me tirava como um escravo"; c) "Eles diziam que eu não tinha Deus no coração". As categorias temáticas destacam os três pilares das CTs (trabalho, religiosidade e disciplina), revelando que elas utilizam: trabalho não-pago como exploração e forma de manutenção; religiosidade como imposição compulsória; e disciplina como controle e punição. O estudo evidencia que a violência não é uma exceção nas CTs, mas o seu normal, sendo expressão da lógica asilar-manicomial e em contrariedade aos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Palavras-chave: Comunidades terapêuticas; Violência; Saúde mental, álcool e outras drogas; Reforma Psiquiátrica; Manicômios.

Abstract: In the study, we mapped public complaints about Therapeutic Communities (CTs) in Brazil, identifying rights violations and irregularities reported by the media. Based on the documental analysis of 251 news reports from 2023, three main categories were extracted: a) "From the gate inwards, things change. It's a prison system there"; b) "They treated me like a slave"; c) "They said I had no God in my heart". The thematic categories highlight the three pillars of CTs (work, religiosity and discipline), revealing that they use: unpaid work as exploitation and a form of maintenance; religiosity as a compulsory imposition; and discipline as control and punishment. The study shows that violence is not an exception in TCs, but rather their norm, being an expression of the asylum-mental hospital logic and contrary to the principles of the Brazilian Psychiatric Reform.

Keywords: Therapeutic Communities; Violence; Mental health, alcohol and other drugs; Psychiatric Reform; Asylums.

[*] Universidade de Brasília. E-mail: vitoriasegato@gmail.com
[**] Universidade de Brasília. E-mail: parente.psiunb@gmail.com
[***] Universidade de Brasília. E-mail: mariamoisesf@gmail.com
[****] Universidade de Brasília. E-mail: elisapennafort@gmail.com
[*****] Universidade de Brasília. E-mail: phantunes.costa@gmail.com

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.51164
Recebido em: 17/12/2025
Aprovado em: 15/04/2026

Introdução

Inspirado em experiências de transformação da assistência em saúde mental pelo mundo, e considerando severas lacunas e problemas nacionais, o Movimento da Luta Antimanicomial (MLA) brasileiro reivindica, desde a década de 1970, um novo olhar e uma nova perspectiva de cuidado às pessoas em sofrimento psíquico e/ou com problemas associados ao consumo abusivo ou problemático de drogas. O movimento, baseado na necessidade de superação da lógica asilar-manicomial e, consequentemente, na perspectiva de cuidado em liberdade, tem como uma de suas conquistas a implantação da Reforma Psiquiátrica brasileira (RPB) nos marcos do desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS), pautando uma assistência em saúde mental de base territorial-comunitária, com protagonismo social e a partir da atenção psicossocial (Amarante, 2007).

Segundo Oka e Costa (2022), apesar dos esforços empreendidos, o cenário atual - que se acirra cada vez mais - é o de aprofundamento de retrocessos e contradições. Para os autores, em negação à RPB, a Contrarreforma Psiquiátrica (CP) tem ganhado cada vez mais força nos últimos anos, se materializando no desmonte e desfinanciamento dos serviços substitutivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e na reinstitucionalização da lógica asilar-manicomial psiquiatrizante e médico-centrada, privatista e conservadora. Soma-se ainda, os processos de privatização e mercantilização das políticas sociais como um todo, incluindo a política de saúde, com transferência do fundo público a instituições privadas. Neste ínterim, uma instituição aparece como estratégica e fundamental: as chamadas Comunidades Terapêuticas (CTs) (Costa, 2020).

Em sua gênese e sentido original, as CTs remetem à experiência inglesa dos anos 1940/50, de construção de alternativas ao modelo hospitalocêntrico e asilar-manicomial hegemônico. A intenção era promover uma forma de tratamento mais humanizada, mesmo que sem romper com o manicômio enquanto instituição. O surgimento das CTs no Brasil se deu na década de 1960 em meio ao contexto de desresponsabilização - e do vazio assistencial - do Estado frente às políticas de cuidado. Contudo, seu desenvolvimento em nosso país se deu atrelado à incorporação de preceitos e modelos moralistas, religiosos, e de culpabilização dos indivíduos, provenientes de filosofias e instituições comuns nos Estados Unidos, caracterizando-se enquanto instituições asilares-manicomiais. Não obstante, foram cada vez mais se voltando a pessoas com necessidades assistenciais atreladas ao consumo de substâncias psicoativas, aliando moralismos psiquiátrico e religioso, numa amálgama da dependência e do dependente (o drogado) como doença, desvio e imoralidade/pecado (Costa, 2020).

As CTs ganham relevância e força política na passagem dos anos 1990 para os 2000, sendo institucionalizadas posteriormente, já no final da primeira década dos anos 2000. Sobre uma breve caracterização das CTs no Brasil, a partir de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), Costa (2020, p. 23-24) conclui que:

> A despeito da heterogeneidade, é possível estabelecer como consensual: sua natureza não-pública (com ou sem fins lucrativos), a abstinência como objetivo de tratamento, a necessidade de isolamento do contexto de vida e das drogas via internação, sendo seus pilares de sustentação: a disciplina, o trabalho e a espiritualidade/religiosidade.

Essas instituições passam a caracterizar-se como símbolo de controle, exploração e (re)manicomialização, deturpando o sentido original das Comunidades Terapêuticas de promover o cuidado de forma humanizada, comunitária e desestigmatizante. A consolidação das CTs no Brasil se dá numa quadra histórica de ofensiva neoliberal do capital contra a classe trabalhadora em momento de ascensão conservadora, se aproveitando de brechas e lacunas no próprio campo da saúde mental, como a marginalização dos usuários de álcool e outras drogas, mesmo nos marcos de desenvolvimento da RPB.

Este processo não se finda com a eleição de Lula em 2022 e o início de seu governo, em 2023. Pelo contrário, as CTs são presenteadas com a criação de um Departamento próprio no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Na contramão das evidências científicas sustentadas pelo Conselho Federal de Psicologia [CFP]; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura [MNPCT]; Ministério Público Federal [MPF], 2018; MNPCT; Psicologia e Ladinidades, 2025, e sem diálogo com os movimentos sociais, a criação desse Departamento das e para as CTs é um empecilho para e ataque ao MLA e à RPB. Aliás, é bastante contraditório o apoio estatal a uma instituição que tem sido alvo de diversas denúncias e que, de forma expressiva e contundente, tem sido corolário do desfinanciamento e precarização das políticas sociais, que na política de saúde se expressa nos diversos dispositivos da RAPS, bem como do SUS e outras políticas sociais (Costa, 2020; Oka; Costa, 2022).

Dessa forma, parte-se, neste estudo, de uma compreensão da consolidação das CTs como ação estratégica de manutenção e reprodução social do capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento nas particularidades brasileiras, numa perspectiva privatista, asilar-manicomial e conservadora, moral-religiosa. A própria Contrarreforma Psiquiátrica, que tem as CTs como carro-chefe, deve ser encarada como uma das contrarreformas típicas da ofensiva do capital em seu estágio corrente contra a classe trabalhadora, tal como pode ser visto com as contrarreformas da previdência, trabalhista, dentre outras. Ademais, é também uma

reatualização dos manicômios, mas sem muitas novidades, visto que "resgata e reinstitucionaliza princípios e modos de compreensão e atuação historicamente hegemônicos" (Costa, 2022, p. 18), enquanto depósito daqueles que são considerados não-produtivos. Ao mesmo tempo, trata-se da constituição de um mercado altamente lucrativo, da reatualização da indústria da loucura, ou do complexo industrial-manicomial, pautado na comercialização da suposta doença das pessoas internadas, na (super)exploração de sua força de trabalho, e no financiamento público.

Essas instituições prestam, portanto, um serviço ao sistema, sendo pautadas pela lógica acumulativa, demarcando um perverso e lucrativo nicho de mercado. Inclusive, não são quaisquer "drogados" que são segregados nelas/por elas. Há evidentes determinações sociais, raciais, de classe e de gênero, que ditam as ações das CTs. O seu público majoritário traz similaridades com os dos manicômios, das prisões e das senzalas em nossa formação social, a saber: pessoas negras e das camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora (MNPCT; Psicologia e Ladinidades, 2025). Parafraseando Rachel Gouveia Passos (2018), esses espaços, que nada tem de terapêuticos ou comunitários, na verdade, auxiliam no processo de reprodução das desigualdades e opressões, visando controle de corpos e subjetividades. As estruturas manicomiais se mantêm, por serem mais do que um espaço geográfico ou institucional, remetendo às próprias estruturas societárias e se expressando, portanto, por meio de outras formas de controle com roupagens de cuidado, como: a medicalização e a patologização da vida; tendo seu foco na classe trabalhadora e, nela, a população LGBTQIAP+, populações periféricas e em especial, a população negra.

Violências, exigências irreais, priorização do que se chama de "tratamento moral" e a escassez de alternativas humanizadas transparecem nas pesquisas sobre as CTs. Os resultados apresentam uma gama de práticas que violam não só a Lei 10.216/2001, conhecida como a Lei da RPB (Brasil, 2001), como também violam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948). Dentre tais práticas, destacam-se: internações involuntárias e compulsórias; o uso de laborterapia (podendo ser considerada trabalho análogo à escravidão); violação da liberdade religiosa; uso da força física; internação de adolescentes e de idosos; ausência de equipes multidisciplinares; obediência a regras; ameaças, entre outros (CFP; MNPCT; MPF, 2018; MNPCT; Psicologia e Ladinidades, 2025). Aqui nos deparamos com os três pilares de cuidado propostos pelas CTs: trabalho, disciplina e espiritualidade (IPEA, 2017; Costa, 2020).

Se já existem evidências sobre o que são as CTs e seu caráter violento em nossa realidade, cabe às pesquisas aprofundarem sobre como outros meios as reportam e descrevem,

como, por exemplo, os meios de comunicação. Assim, o presente artigo objetiva apreender o que concretamente as CTs têm sido, seu *modus operandi*, a partir do que tem sido reportado sobre elas na mídia. Alia-se a isso, o objetivo de mapear as denúncias públicas sobre CTs no território nacional e identificar as principais violações de direitos e irregularidades das CTs.

Método

Para atingir os objetivos supracitados, realizou-se um levantamento de notícias, reportagens ou matérias contendo denúncias públicas sobre CTs no Brasil em 2023. O presente estudo trata-se de uma pesquisa documental, de caráter exploratório-descritivo e com abordagem qualitativa-quantitativa.

Utilizou-se como fonte reportagens jornalísticas/notícias publicadas em meio eletrônico durante todo o ano de 2023. As buscas foram realizadas no buscador *Google* por quatro pesquisadoras, durante o mês de junho de 2024. Para composição da amostra, foram consideradas notícias ou reportagens que contivessem, de forma explícita, denúncias ou relatos de violações de direitos ou irregularidades dentro de CTs ou instituições psiquiátricas privadas. No decorrer da coleta, percebeu-se uma variedade de termos para se referir às CTs. Nesse sentido, para contemplar a maior quantidade de reportagens que versam sobre o objeto de estudo, foram utilizados nas buscas sinônimos ou termos comumente utilizados para se referir a essas instituições (ex: "*clínica psiquiátrica*" e "*centro de reabilitação*"). Os descritores utilizados e os critérios de busca são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Detalhamento da busca.

Termos de busca	"Comunidade Terapêutica", "Comunidade Terapêutica Acolhedora", "Clínica/Centro/Casa de Reabilitação", "Clínica/Centro/Casa de Dependência Química", "Clínica/Centro/Casa de Recuperação", "Clínica Clandestina", "Clínica de Tratamento", "Clínica Psiquiátrica".
Critérios de inclusão	Reportagens escritas em português, publicadas no ano de 2023, que apresentam um dos termos de busca no título/subtítulo ou resumo, e que apresentam denúncias ou relatos de casos que aconteceram dentro de instituições no território brasileiro.
Critérios de exclusão	Reportagens pagas; reportagens repetidas (mesma reportagem, de mesmo link, encontrada por diferentes descritores); reportagens que utilizam o termo para se referir a outras instituições de saúde que não são psiquiátricas; reportagens que mencionam a instituição, mas não trazem nenhum relato, denúncia ou caso que aconteceu dentro dela.

Fonte: Elaboração própria.

A partir da busca, foram resgatados um total de 3.064 links de notícias e/ou reportagens, sendo submetidos à análise pelas pesquisadoras por meio do título/manchete ou subtítulo. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, compuseram a amostra final 251 notícias contendo denúncias ou relatos de irregularidades sobre as instituições.

Em se tratando dos critérios de inclusão, utilizamos reportagens na língua portuguesa, publicadas ao longo do ano de 2023, que contivesse um dos termos de busca no título/subtítulo ou resumo, e que apresentassem denúncias ou relatos de casos que aconteceram dentro de instituições no território brasileiro. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram reportagens pagas, repetidas, que utilizassem o termo chave para se referir a outras instituições que não são psiquiátricas e reportagens que mencionam as CTs, mas não trouxeram nenhum relato, denúncia ou fato ocorrido dentro delas.

Foram extraídas das reportagens os seguintes dados: a) título da reportagem; b) nome do veículo de comunicação; c) estado e município onde ocorreram os casos; d) nome da instituição e situação atual de funcionamento (quando disponível); e) se consta vinculação religiosa explícita (no corpo da notícia ou no nome da CT); e f) relatos da denúncia. Todas as informações foram organizadas e sistematizadas em tabelas para manejo e análise posterior pelas pesquisadoras. Cabe mencionar que nem todas as informações estipuladas estavam disponíveis em todas as notícias.

A análise dos dados se deu por análise de conteúdo do tipo temática (Gomes, 2011). Foram realizadas as seguintes etapas: pré-análise; categorização; e interpretação do material. Os achados decorrentes foram organizados em três categorias, seguindo o tripé disciplina-trabalho-espiritualidade no qual se ancoram as instituições (IPEA, 2017). São elas: (a) "Do portão pra dentro, as coisas mudam. Lá é um sistema de cadeia", referente ao pilar da disciplina; (b) "Me tirava como um escravo", quanto ao pilar do trabalho; e (c) "Eles diziam que eu não tinha Deus no coração", sobre o pilar da religiosidade (e violência religiosa). Os nomes das categorias foram extraídos das próprias notícias.

Resultados e discussão

Ao todo, as 251 notícias foram localizadas em 14 estados brasileiros, sendo a maior prevalência de notícias em: Goiás (76), São Paulo (63), Rio de Janeiro (25), Rio Grande do Sul (19) e Minas Gerais (18). Apesar da baixa representação (que decorre de uma provável subnotificação) foram identificadas 11 notícias na região Nordeste, nos estados de Ceará (5), Bahia (3), Rio Grande do Norte (2) e Pernambuco (1). Não foram identificadas notícias na região Norte, mesmo sabendo-se notável a presença de CTs em todo o território brasileiro.

Como acontece com diversos fenômenos, observa-se uma tendência maior de divulgação de casos na região Sudeste, refletindo a desigualdade informacional significativa existente no país, que faz com que acontecimentos nas Regiões Norte e Nordeste sejam ocultados/marginalizados. É importante destacar que as 251 notícias não correspondem à quantidade exata de casos, pois alguns deles foram reportados e denunciados pela imprensa mais de uma vez. Ainda assim, foi possível identificar pelo menos 90 casos diferentes. Além disso, é importante considerar também que a heterogeneidade de nomenclaturas utilizadas para noticiar as denúncias das CTs pode configurar mais um mecanismo de distorção - e apagamento - da problemática, bem como um artifício de proteção utilizado por tais instituições, a fim de tornar mais difícil a sua caracterização como CT. Ao empregar várias formas de se nomear, as reportagens passam a ideia de que algumas instituições são diferentes ou mesmo, melhores do que outras, a depender de suas características. Para além do que é dito de forma explícita, essa parece ser uma estratégia de desresponsabilização de algumas CTs, que buscam ser entendidas como diferentes das demais por serem "clínicas privadas", por exemplo. Assim, nas denúncias de instituições violentas e manicomiais, há a predileção de termos como "clínica clandestina", numa tentativa retórica de excluí-las (em sua nomeação) da totalidade das CTs (que teoricamente não compactuam com tais práticas). O que fica evidente é que independente da nomenclatura e da roupagem utilizada na sua descrição (e na forma como se apresenta), essas instituições são orientadas pela mesma lógica: a lógica asilar-manicomial de segregação e violência, sendo, dessa forma, irreformáveis.

Os resultados da presente pesquisa serão expostos através de relatos e trechos das próprias reportagens, distribuídos nas três categorias de análise supracitadas. Compreende-se que muitas práticas se atravessam, se sobrepõem, e mais, se co-constituem, em movimento dialético e contínuo. Assim, a separação aqui feita serve mais a fins didáticos e de organização da exposição, não se pretendendo fragmentá-las, muito menos esgotá-las.

"Do portão pra dentro, as coisas mudam. Lá é um sistema de cadeia": o pilar da disciplina

No que concerne à disciplina, foram identificadas nas notícias diversas práticas adotadas pelas instituições, como: monitoramento excessivo dos internos (inclusive de seus hábitos e condições de sono, alimentação e higiene pessoal); imposição de regras rígidas de convivência; práticas de tortura; contenções físicas e químicas (medicalização forçada) indiscriminadas; e privação da liberdade e do contato com familiares. Tais dados vão ao encontro da inspeção

nacional de CTs, corroborando-os (CFP; MNPCT; MPF, 2018), e do Relatório nacional de inspeções e fiscalizações (MNPCT; Psicologia e Ladinidades, 2025).

De acordo com Natalino (2018), a proposta central das CTs é suscitar no sujeito uma nova personalidade, de modo que tudo aquilo que o faz ser quem se é, fique do lado de fora dos muros da instituição. Segundo o autor, a ideia é que o tratamento produza indivíduos obedientes, disciplinados, tementes à Deus e, acima de tudo, produtivos - nos marcos de sua condição de "doente" - para a própria CT. A trajetória para alcançar esses objetivos envolve, na prática, uma profunda despersonalização do indivíduo. A partir do momento que é inserido na CT, ele recebe um novo status social: igual entre seus pares, só que num sentido de desumanização e coisificação, em que todos são negados enquanto indivíduos e, no caso, reduzidos à droga, à sua dita doença, pecado ou desvios de personalidades etc. Da mesma forma, ele passa a ter a sua condição e existência subordinada não só à droga, à dita "doença", mas a quem está ali para "salvá-lo".

Essa dita igualdade entre pares fica nítida com o relato de uma das internas em seu primeiro dia dentro do Centro Especializado Esdras, em Cajamar (SP): "uma monitora, que também é uma das internas, te dá banho e eles jogam todas as suas roupas fora. Eles dão as deles, até as íntimas" (Uzêda, 2023, s/p.). Através do relato, observamos como a padronização entre internos, com apagamento das singularidades e a sua consequente negação/despersonalização, operam de maneiras minuciosas, desde as roupas utilizadas até o ato de confiscar documentos pessoais. Há, pois, o confisco da identidade das pessoas internadas; não somente seu documento de identidade, mas de sua identidade como um todo.

Nesse mesmo sentido, a subalternidade das pessoas internadas se apresenta através de inúmeras regras a serem cumpridas, com castigos no caso de descumprimento, de forma que a instituição lança mão de diversas estratégias punitivas para chegar ao seu objetivo: o assujeitamento dos internos. Os relatos a seguir nos apresentam essa realidade: "o que havia era uma imposição de cumprimento de regras, eles eram obrigados a cumprir essas regras se não tinham penalizações" (Ricalde; Queiroz; Braga, 2023, s/p.), "dentro da Kairós, ou você entra no sistema, ou você vai tomar gogó" (Abreu, 2023, s/p.). O "gogó" em questão é um golpe conhecido popularmente como *mata-leão,* denotando as técnicas violentas e coercitivas utilizadas por tais instituições.

Numa inversão ou ressignificação às avessas daquilo que Merhy (2002) caracterizou por tecnologias leves, que seriam as tecnologias relacionais no processo assistencial - como o acolhimento, os vínculos, a autonomia, responsabilização, contratualidade, entre outras -, as CTs nos apresentam as tecnologias duras, não enquanto equipamentos tecnológicos (máquinas,

normas, estruturas organizacionais), mas porque violentam fisicamente. Tem-se as tecnologias super duras, aliás, pois são violentas, insensíveis, dessensibilizadoras e desumanas. A violência é tanta que 31,47% das matérias publicizaram e denunciaram casos de suspeita de homicídio em CTs, número correspondente a 79 notícias.

Assim como observado por Barcelos *et al.* (2021), nas notícias analisadas, foi possível perceber que a disciplina e o castigo - instrumentos centrais para o funcionamento das CTs - são utilizados com fins de normatizar e corrigir os internos, atuando como forma de repressão e produção de indivíduos dóceis e submissos que se conformem ao ideal moral e normativo da instituição. Dessa forma, fica claro que existe homogeneidade nas práticas empregadas para "correção" e docilização, sendo as mais comuns: tortura, agressão (verbal, física e psicológica), contenção física/mecânica e utilização de *cocktails* medicamentosos conhecidos como "danoninho", que cumprem a função de dopar os internos, algumas vezes por horas.

Além disso, as práticas de disciplinarização também se dão no nível psicológico a partir do medo, já que os internos presenciam as agressões aos seus colegas: "Espancaram ele de madeira. Amarraram e bateram nele. O meu quarto era em cima do quartinho que ele tava. Nós escutamos tudo... ele gritando: 'pelo amor de deus, para'" (Menezes; Patriarca, 2023, s/p.). Lançando mão desses artifícios, mantém-se o indivíduo docilizado e obediente através da ameaça do que pode vir a ocorrer caso ele não se comporte. Dessa forma, os funcionários e/ou monitores munem-se de técnicas para o emprego da violência, quando não da tortura como prática orientadora para manutenção da ordem: "Uma das monitoras me deu seis gogós [mata-leão] seguidos, que ela falou que só não podia dar mais porque tinha um tanto específico para não matar" (Fantástico, 2023, s/p.).

Juntamente às condutas supracitadas, a contenção física/mecânica, que por vezes se entrelaça às denúncias de cárcere privado, aparece com grande predominância nas matérias. Esta parece ser utilizada principalmente em dois momentos: na internação e/ou sequestro - que acontecem em plena via pública ou na residência dos internos e são frequentemente chamados de resgates - e no decorrer do dito tratamento -, como mais uma ferramenta disciplinadora, como demonstrado respectivamente nos trechos: "[o]s internos da unidade que estavam a mais tempo iam em uma ambulância até a residência e faziam o que eles chamavam de 'remoção'. Pegavam a força os pacientes que não queriam se deslocar até essa unidade e, se eles fugissem, passavam por um processo de resgate ou recaptura [...]" (Ricalde; Queiroz; Braga, 2023, s/p.); "[m]eu filho contou que tinham idosos amarrados, abandonados [...]" (Ricalde; Queiroz; Braga, 2023, s/p.); e "[n]o primeiro dia, já sofri violência física, que eles chamam de contenção [...]" (Uzêda, 2023, s/p.).

Apesar de ser violenta e agravar o sofrimento, desumanizando o sujeito, a prática da contenção física/mecânica é comum dentro do escopo do dito tratamento, pois se apresenta com roupagem de proteção frente ao sujeito perigoso, que não responde por si. O que temos, na verdade, é o contrário do que se apregoa: a utilização da contenção física/mecânica como arma ideológica a reforçar no imaginário social o louco (ou, neste caso, drogado) violento. Há uma inversão do que é violento, de modo que a suposta violência ou perigo do drogado são respostas na forma de protesto/denúncia da própria violência manicomial, sendo silenciadas e ainda mais violentadas pela contenção e outras práticas comuns nas instituições.

Em consonância com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (2018), a própria "imagem manicomial clássica" é a da "contenção mecânica de [...] mulheres negras" (p. 11) e de homens negros, no caso das CTs. Não é à toa que tais práticas se voltam preferencialmente contra pessoas negras, sendo mais um mecanismo a reiterar ideologicamente a imagem de inimigas internas, pessoas de natureza violenta etc., denotando suas determinações de classe, raciais - e de gênero. Dialogando mais uma vez com Passos (2018), vêm à mente as imagens do navio negreiro ou, melhor dizendo, da sua sofisticação por meio de automóveis negreiros, e das CTs como sofisticação também das senzalas, enquanto instituição de depósito de tais indivíduos (Mendes; Costa, 2022).

Ressaltamos ainda a utilização indiscriminada da contenção química, com a hipermedicalização, como mais uma forma de controle e docilização. Houve um predomínio de denúncias que citavam o uso de medicamentos vencidos e/ou sem prescrição e de forma indiscriminada, relatando também a presença de pessoas em estado de confusão mental: "Muitas vítimas tinham lesões graves, desnutrição e confusão mental compatível com sedação no momento do resgate" (Correio Braziliense, 2023, s/p.). Em algumas, nos deparamos com o chamado "danoninho", utilizado como forma de ameaça e punição, tendo como consequência, em última instância, a morte: "[s]e você não quisesse ir para a igreja, ou quisesse falar com sua família, você tomava danoninho. Se ele achasse que você estava fazendo um motim para ir embora, você tomava danoninho." (Uzêda, 2023, s/p.); "[a] gente não sabia o que era, só davam para tomar" (Mendonça, 2023, s/p.); "[o] laudo do Instituto Médico Legal apontaria que Milena morreu por 'insuficiência respiratória e intoxicação medicamentosa' – foram encontradas oito substâncias diferentes em seu sangue" (Ribeiro, 2023, s/p.).

Nos trechos acima, fica evidente que tanto a contenção física quanto a química servem ao mesmo propósito: o de submeter os internos à ordem moral vigente independente dos meios alçados. Ainda, nota-se uma estratégia de culpabilização do sujeito diante dessas práticas: a

responsabilidade e a necessidade pela contenção são do próprio sujeito, sob a justificativa de que este representa risco para si e para outros.

Foucault (2011), propõe o conceito de dispositivos de controle. De acordo com o teórico, esses dispositivos operam nas esferas sociais e institucionais, com o objetivo de regular e controlar o comportamento das pessoas em uma sociedade. Neles, estão incluídas as normas sociais, sistemas de vigilância, leis e instituições de poder. Todos são identificados nas CTs.

Indo um pouco além, Foucault (2011) argumenta sobre a utilização desses dispositivos como forma de moldar e disciplinar os indivíduos, pautando-se nas normas e valores dominantes de uma sociedade. Ao exercer o poder sobre os sujeitos, ao regular seus corpos e mentes, produzem algo interessante para o controle social: o conformismo com as regras estabelecidas. O foco desses dispositivos é justamente manter a ordem social, de modo a reforçar (e perpetuar) hierarquias. O objetivo, portanto, não é o tratamento dos internos, mas, sim, a proteção para os externos. Grosso modo, quem está sendo tratada é a sociedade e, nela, as suas estruturas e relações de exploração e opressão, bem como quem se beneficia delas. Não à toa, o manicômio é também uma instituição de pacificação: de pacificação da ordem; o problema está com quem está dentro dele, com todo o resto considerado são e normal. Nesse aspecto, chegamos à constatação de que o maior propósito da disciplina nas CTs, enquanto instituições asilares-manicomiais, é, de fato, a tentativa de fabricação de corpos e mentes dóceis - para que possam ser exploradas e violentadas sob o slogan do cuidado e da salvação.

Esse processo, no entanto, não ocorre de maneira unilateral, pacífica, sem resistência por parte dos indivíduos. As próprias denúncias evidenciam isso, com as pessoas violentadas encontrando formas de vocalizar e publicizar a violência que as acomete, mesmo com todos os muros simbólicos e físicos das CTs. Dialogamos neste ponto com Frantz Fanon (2020), que traz uma compreensão dialética da loucura enquanto uma patologia da liberdade, entendendo o adoecimento/sofrimento psíquicos como sintomas da opressão (no seu caso, colonial), que tolhe a liberdade e a emancipação dos indivíduos. A tentativa aqui é evidenciar o caráter dialético da dita dependência das drogas - compreendendo que nem todos os internos das CTs possam ser dependentes - como expressão de vidas alienadas, oprimidas e exploradas, mas também como denúncia dessa condição de vida. Soma-se a isto a própria resistência das pessoas internadas, que também protestam por sua própria liberdade (Fanon, 2020), denunciando o que é normal e o que é patológico: a *normalidade* é a violência das CTs e aquilo que as confronta é tido como violento e *patológico*.

"Me tirava como um escravo": o pilar do trabalho

O segundo pilar de tratamento das CTs, o trabalho, também aparece de forma pronunciada nos relatos, mas não com a devida compreensão. Dialogando com a literatura do campo da saúde mental que versa sobre o tema do trabalho e saúde mental, encontramos em profusão reflexões, como: "[o] homem, termo genérico, se torna sujeito no e pelo trabalho" (Coelho; Motta, 2020, p. 12); "o trabalho exerce um papel crucial na inserção dos indivíduos no mundo, contribuindo para a formação de sua identidade" (Fernandes; Sousa, 2012, p. 6); "o trabalho tem sido um bem simbólico que articula ordem individual e ordem coletiva em laço social" (Jardim, 2011, p. 90).

Nisso, rememoramos Marx e sua apreensão sobre o trabalho como atividade vital à produção do indivíduo como ser social: "[o] sujeito ao trabalhar se constitui e se insere na sociedade. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...]" (Marx, 2010, p. 80). Contudo, o que é frequentemente desconsiderado ou mistificado de suas análises é o caráter alienado - e alienante - das particularidades do trabalho assalariado no modo de produção capitalista. Ao negar essa especificidade concreta, as propostas de cuidado em saúde mental acabam se pautando em noções de saúde como capacidade de trabalhar, isto é, nas quais ser "saudável" é conseguir trabalhar, denotando uma compreensão de saúde naturalizadora da alienação. Ademais, reproduzem concepções de que saúde é estar apto a ser explorado, considerando também o caráter exploratório imanente do trabalho no modo de produção capitalista.

Em seus estudos, Zgiet (2019) expõe a falácia dessas premissas ao destacar como as noções estão profundamente imbricadas à lógica capitalista de produção. Políticas e práticas de saúde mental, segundo a autora, são constitutivas do modo de produção capitalista, expressando-o, conformando-o e sendo-o. Nesse sentido, o problema não reside no ato de trabalhar em si, mas no modo como o trabalho ocorre no capitalismo. Ao ser alienado dos meios de produção e do seu objeto final, o trabalho e seu produto passam a ser estranhos ao sujeito. "[...] seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa […] independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu lhe defronta hostil e estranha." (Marx, 2010, p. 81). O resultado dessa alienação não poderia ser outro além de sofrimento e adoecimento.

No caso brasileiro, considerando nossa gênese capitalista colonial e escravista e sua via de desenvolvimento colonial, temos também que não só o trabalho exploratório e alienado basta, mas é necessário o trabalho não-pago, escravo - sobretudo quando se refere a determinados indivíduos e grupos. Assim, como dispositivo de manutenção e reprodução do

capitalismo nas particularidades brasileiras, as CTs incorporam profundamente essa lógica, colocando o trabalho como dispositivo de "cura", na forma da chamada laborterapia. Trata-se, contudo, de mais uma estratégia de docilização e disciplinarização de corpos, além de um recurso utilizado para se manter e obter lucro em benefício próprio às custas dos internos e suas famílias. Sinais dessa operação compareceram em nossa pesquisa, como demonstram os trechos: "[o]utra acusação contra [...] é de que ele usou mão de obra dos pacientes, dinheiro público e doações para construir a própria casa, além de não oferecer atendimento adequado" (Fernanda *et al*., 2023, s/p.); "[s]egundo um documento da superintendência, os sete resgatados eram 'escravos de ganho': quando as vítimas são obrigadas a realizar serviços fora da casa onde moram e entregar o dinheiro que ganham, ficando apenas com uma pequena parte" (Coelho, 2023, s/p.).

Nota-se que aquilo que cinicamente é considerado como tratamento corresponde a trabalho análogo à escravidão. Assim, não se trata de um trabalho desprovido de sentido, apenas para preencher as rotinas de ócio das pessoas internadas, como era a ergoterapia nos manicômios tradicionais, mas a apropriação da força de trabalho e dos seus indivíduos sem remuneração e direcionada para ganho pessoal dos proprietários e funcionários das CTs, bem como para a manutenção e/ou lucratividade delas. Fica evidente aqui a reatualização da dinâmica da casa grande e da senzala típicas de nossa formação social arcaico-moderna (Mendes; Costa, 2022), com bastante lastro nas denúncias coletadas, como este trecho denuncia: "[a]traídos por promessas de cura baseada na fé, homens com dependência química — a maioria negros e de baixa renda — se tornaram vítimas de trabalho análogo à escravidão. Nenhum deles recebeu tratamento médico ou psicológico. Em vez disso, foram submetidos a trabalhos forçados na instituição e em comércios e canteiros de obras da região" (Piva; Mello, 2023, s/p.).

Nas notícias, também se constatou exemplos que remetem à caracterização costumeira dos manicômios, mesmo em nosso país, como campos de concentração. Por exemplo: "[o]utra ex-paciente – essa pediu para não ser identificada – comparou a organização do espaço e a forma como os funcionários agiam a um "campo de concentração" (Uzêda, 2023, s/p.). No caso, a pessoa, que ficou internada entre o fim de 2021 e o começo de 2022, relatou ter sido submetida a trabalhos forçados, mediados por agressões físicas, controle do banho e pela má qualidade dos alimentos fornecidos. Não à toa, na entrada de campos de concentração nazista lia-se que o trabalho liberta.

Assim, é notável como o trabalho (não-pago, forçado e análogo à escravidão) em CTs torna-se um instrumento de ainda maior violência, subjugação, com indícios de tortura. O

trabalho dentro das CTs não apenas replica, mas amplifica e mistifica a alienação entre trabalhador e trabalho. Indo além, ao empregarem o trabalho escravo como moeda de troca para acessar alimentação e minimamente condições de sobrevivência dentro da instituição, as CTs reproduzem de forma cruel e perversa a lógica escravocrata que nos acompanha historicamente, sendo sofisticações ou novas formas nas/pelas quais o velho se materializa, numa dialética novo-velho.

Soma-se a isto outras fontes de obtenção de verbas e lucratividade, como, por exemplo: financiamento público; imunidades/isenções tributárias, enquanto financiamentos indiretos do Estado; doações; o pagamento das próprias pessoas ou de terceiros para as internações; e a apropriação de bens dos internos, indo desde bens pessoais a direitos, como é o caso de CTs que se apropriam do Bolsa Família dos internos (MNPCT, 2024; MNPCT; Psicologia e Ladinidades, 2025). Dessa forma, as CTs acabam possibilitando negócios bastante lucrativos, configurando-se também como sofisticações ou *novas* formas da *velha* indústria ou comércio da loucura em nosso país, agora por debaixo do guarda-chuva de álcool e outras drogas (Freitas Júnior; Costa, 2024).

Importante ressaltar que esse funcionamento não são as CTs falhando em seu propósito, mas justamente o contrário, são as CTs sendo bem-sucedidas em seus objetivos de se inserir, sustentar e reproduzir a lógica capitalista de manicomialização e controle de determinados indivíduos, considerando as particularidades da formação social brasileira. Uma vez mais, não se trata de uma exceção no histórico das CTs. Pelo contrário, pesquisas apontam justamente o trabalho compulsório, não-pago, em condições degradantes, grosso modo, em condições análogas à escravidão, como uma prática recorrente e constitutiva da dinâmica das CTs, mesmo que se oculte e mistifique sob os véus da chamada laborterapia (Conselho Federal de Psicologia *et al*., 2018).

"Eles diziam que eu não tinha Deus no coração": o pilar da religiosidade (e violência religiosa)

Para compreendermos como o pilar da religiosidade opera nas/pelas CTs, ou melhor, o pilar da violência religiosa, iniciamos com uma longa, mas necessária citação de uma das reportagens: "Jackeline Lopes relembrou que, embora em contrato estivesse escrito que o centro Esdras reservava um espaço para a "espiritualidade" das internas, na prática a única religião aceita era a evangélica, ministrada por pastores da Congregação Cristã [...]", Eles diziam que eu não tinha Deus no coração. Que eu tinha que me adequar à religião deles. Que se eu não me

adequasse, nunca ia ter a salvação para o vício que eu tinha. Mas que vício? Eu tinha depressão'" (Uzêda, 2023, s/p.).

Como referido por Bardi e Garcia (2022), nesse caso, a religiosidade deve ser entendida como conversão religiosa. Afinal, conforme exposto, essas instituições reconhecidamente adotam métodos religiosos compulsórios como se fossem tratamento, geralmente ancorados em religiões cristãs, especialmente evangélicas neopentecostais e católicas (IPEA, 2017). Não à toa, das 251 notícias encontradas, 37 mencionam os proprietários, coordenadores ou gestores das CTs como líderes religiosos, sobretudo pastores. Como exemplo, podemos citar outro trecho de uma notícia já mencionada, em que os internos foram resgatados de uma CT, chamada Alcance Vitória, localizada no Rio de Janeiro: "Eles ainda eram obrigados a frequentar os cultos da igreja. [...] Os sete resgatados trabalhavam sem registro formal e dividiam metade do valor do salário com o pastor [proprietário]. Além disso, ainda eram obrigados a ofertar um dízimo de 10% no valor que teriam direito" (Coelho, 2023, s/p.).

Esse resultado nos permite estimar que a religiosidade, ou, melhor dizendo, a violência religiosa, por meio da institucionalização da compulsoriedade de se professar a fé cristã, se expressa também pelo olhar culpabilizante e na perspectiva moral-punitivista direcionada aos internos (Bardi; Garcia, 2022). Como visto, este também compõe o pilar da disciplina e do trabalho. Tal perspectiva é, na verdade, normalizada em nossa sociedade quando o assunto são drogas, conforme expresso nas próprias políticas sobre drogas - ou antidrogas -, nas quais, segundo Oka e Costa (2022, p. 17), "as drogas são tomadas como males em si, sendo necessária a construção de uma sociedade 'livre das drogas'". Assim, a abstinência, como eixo de articulação entre justiça, psiquiatria e moral religiosa, se torna, nessa lógica, o único horizonte possível nos processos de cuidado em álcool e outras drogas. Tudo isso justifica a centralidade ocupada pelas CTs como dispositivo de suposto cuidado, uma vez que se fundamentam na compreensão da dependência não só como doença, mas como pecado ou fraqueza, e da abstinência como forma exclusiva de salvação (Oka; Costa, 2022).

Considerando esse cenário, cabe questionar se há mais CTs com vinculação religiosa entre as denúncias coletadas, cujo tratamento com métodos religiosos apenas não foi mencionado nas notícias por ser normalizado em nossa sociedade, inclusive entre os próprios internos. Em estudo de Bardi e Garcia (2022), conduzido com egressos de CTs religiosas, os relatos de experiências tidas como positivas vieram associados a uma aceitação dos métodos religiosos implementados, de forma que, para alguns dos usuários, a única alternativa para abandonarem o consumo era recorrer a Deus, uma vez que este era associado à influência do demônio e outras forças do mal.

> Percebeu-se o afastamento da entrevistada da compreensão do fenômeno das drogas na sociedade, um distanciamento da história milenar do uso de drogas e do apoderamento dessas substâncias como mercadorias pelo capitalismo (Bardi; Garcia, p. 1561).

É verdade que abordar a espiritualidade pode ter um papel importante para aqueles que necessitam de cuidado, desde que faça algum sentido para estas pessoas e suas necessidades singulares, e não de maneira compulsória, desrespeitando a liberdade religiosa ou a falta de crença religiosa, muito menos como o tratamento em si - como ocorre nas CTs. Nessas instituições, no entanto, parte-se do pressuposto de que a cura para dependência só é possível se o usuário estiver disposto a aceitar Jesus, ou seja, a assimilar os ensinamentos acessados no interior das CTs, se arrepender dos seus pecados e se converter, não sendo possível qualquer outra forma de expressão religiosa (Bardi; Garcia, 2022). Citamos como exemplo a seguinte situação: "Lopes contou ainda que apanhou de forma violenta por ser do candomblé. 'Eu falei que ia embora, porque meu Exu ia me salvar, e me deram um golpe de gravata. Começaram a me segurar e disseram que eu ia ver quem era Exu. [Disseram] 'aqui é a casa de Deus'" (Uzêda, 2023, s/p.).

Dessa forma, o pilar da religiosidade e a violência religiosa (e não a mera abordagem da espiritualidade), assim como o do trabalho, parecem, na verdade, compor o pilar da disciplina, afinal, o objetivo final das CTs não é cuidar das pessoas que fazem uso de drogas, mas sim, reeducá-las, numa tentativa de produzir novos sujeitos, cuja nova identidade corresponda ao modelo moral preestabelecido por esses serviços: eles devem ser "indivíduos disciplinados, produtivos e tementes a Deus" (Barcelos *et al*., 2021, p. 132). Ao pegar para si o trabalho de administrar essa reinvenção do eu, as CTs deliberadamente tolhem o leque de possibilidades de reconstrução de vínculos com a sociedade, fortalecendo "a dependência ao universo moral e disciplinar fomentado por esses serviços" (Barcelos *et al*., 2021, p. 132). Essa suposta reeducação parece mais doutrinação, que de tão bem-sucedida parece justificar - e até naturalizar - aos próprios usuários qualquer tipo de violência contra eles, contribuindo com seu processo de desumanização enquanto objetos. Em suma, o sujeito muda da droga para Deus, com os internos continuando a serem objetos e objetificados.

Além disso, a relação entre religiosidade e CTs se estende ao campo da política econômica, na qual acompanhamos o aumento e a expansão do financiamento delas pelo Estado, em detrimento dos serviços pautados no cuidado em liberdade. Dados levantados pela Agência Pública no ano de 2019 apresentam que o extinto Ministério da Cidadania financiou 487 CTs, o que corresponde a um valor de R$150,5 milhões de reais. Desse montante, R$41 milhões foram repassados às instituições evangélicas e R$44 milhões para as instituições

católicas, o que nos mostra que mais de 60% das CTs financiadas pelo Ministério em 2019 são de caráter religioso. Ainda de acordo com o referido levantamento, 10.681 vagas foram custeadas com esse valor (Correia, 2020).

Como sugerem Oka e Costa (2022), pautar e defender a RP e o cuidado em liberdade perpassa obrigatoriamente por enfrentamentos, inclusive das contradições presentes dentro do próprio campo da saúde mental. Assim, reconhecer as falhas que acompanham (e constituem) esse percurso se faz fundamental para que avancemos, especialmente compreendendo que, na medida em que se fortalece o financiamento e relevância das CTs, tem-se um enxugamento orçamentário dos demais dispositivos públicos, substitutivos (ao manicômio) e laicos, que são essenciais para o cuidado em saúde mental. Os achados desse estudo nos convocam ao compromisso tal qual nos convidam Costa e Faria (2021): para um novo horizonte, necessário e urgente, à Reforma Psiquiátrica brasileira é preciso "retomar sua radicalidade; voltar às suas raízes e origens, o que implica na retomada de seu caráter revolucionário" (p. 18).

De acordo com Fossi e Guareschi (2015), as CTs "organizam-se e articulam-se como cadeia, igreja e hospital psiquiátrico" (p. 103). Elas "não podem ser caracterizadas unicamente nem como cadeia, nem como igreja, nem como hospital psiquiátrico, mas, justamente, é na articulação do funcionamento destas três instituições que elas encontram sua especificidade" (p. 104). Como vimos, considerando as particularidades de nossa formação social capitalista, mas de gênese e via de desenvolvimento colonial, abruptamente desigual e racista, essa amálgama entre manicômio, prisão e igreja se plasma à outra importante instituição social de nossa história, a *senzala*. Nesse sentido, é urgente interromper o crescimento desses dispositivos, que se mostram, a cada nova denúncia, uma mistura do que há de pior na nossa história: manicômios, prisões, violência religiosa e senzalas (Mendes; Costa, 2022).

Considerações finais

O presente estudo se debruçou sobre reportagens jornalísticas que denunciaram a violência nas/pelas CTs brasileiras, na intenção de revelar a natureza da sua atuação e aquilo que ela expressa. Os dados - que foram analisados a partir do tripé de "cuidado" estabelecido pelas próprias CTs (disciplina, trabalho e espiritualidade) - evidenciam que, em diversos sentidos, as CTs expressam uma faceta manicomial da mais perversa. As categorias encontradas revelam que o *modus operandi* dessas instituições se ancora - não como exceção, mas como regra - no controle social (via punições, agressões diversas, ameaças), na violência religiosa (imposta de forma assediosa, violenta e compulsória) e no trabalho forçado (como espécie de

tratamento moral, disciplinador). Dessa forma, os achados vão ao encontro do que a literatura acadêmica tem demonstrado, acerca do caráter violento das CTs em nosso país.

Ademais, salientamos que o número de notícias e de CTs abordadas é uma subrepresentação do que acontece na realidade, já que uma das funções das instituições manicomiais é justamente ocultar sua condição violenta e as suas violências, ao encapsular os indivíduos e o que fazem com eles em seus muros físicos e simbólicos.

Apesar dos contínuos esforços para a concretização de um modelo de atenção psicossocial no Brasil e da RP brasileira, a existência das CTs configura um perverso retrocesso: estas reproduzem (em novas-velhas roupagens), a segregação, o controle, a violência de determinados grupos e indivíduos, não por acaso majoritariamente pobres e negros, só que se apresentando como cuidado, como tratamento. Analisando os achados, fica evidente que, na contramão do que se deveria conceber como cuidado, o que predomina nas CTs são violações de direitos, tais quais: privação de liberdade, de comunicação, do convívio comunitário. Além disso, fica claro que seus pilares de tratamento (disciplina, trabalho e espiritualidade) são, de fato, concretamente alcançados: por vias da punição, de violências diversas, de irregularidades e de violações de direitos. Assim, a violência das/pelas CTs parece ser o seu normal, invés de uma anomalia ou exceção.

É crucial compreender de que forma e por quais mecanismos essas políticas se conectam ao projeto político de sociedade vigente. E como próximo passo, nos cabe pensar - enquanto legisladores, gestores de políticas públicas, pesquisadores, trabalhadores da saúde mental e militantes - que (outro) projeto de sociedade queremos.

Referências

ABREU, J. Pacientes de comunidades terapêuticas em SP denunciam torturas. *Metrópoles*. 28 nov. 2023. Disponível em https://www.metropoles.com/brasil/pacientes-comunidades-terapeuticas-tortura. Acesso em: 16 dez. 2025.

AMARANTE, P. *Saúde Mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BARCELOS, K. R.; WANDEKOKEN, K, D.; DALBELLO-ARAUJO, M.; QUINTANILHA, B. C. A normatização de condutas realizadas pelas Comunidades Terapêuticas. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 128, p. 130–140, 2021.

BARDI, G.; GARCIA, M. L. T. Comunidades terapêuticas religiosas: entre a salvação pela fé e a negação dos seus princípios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, p. 1557-1566, 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em: 16 dez. 2025.

COELHO, H. 'Escravos de ganho': dependentes químicos entregavam mais da metade do dinheiro que ganhavam a pastor de igreja. *G1 Rio de Janeiro*, 26 out. 2023. Disponível em:

https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/26/escravos-de-ganho-dependentes-quimicos-entregavam-mais-da-metade-do-dinheiro-que-ganhavam-a-pastor-de-igreja.ghtml. Acesso em: 16 dez. 2025.

COELHO, R.; MOTTA, D. A. da. *Psicanálise & Trabalho:* retratos do contemporâneo. Porto Alegre, RS: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA; PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas*. Brasília, DF: CFP, 2018.

CORREIA, M. Entidades cristãs receberam quase 70% da verba federal para comunidades terapêuticas no primeiro ano de governo Bolsonaro. *Agência Pública*, São Paulo, 27 jul. 2020. Disponível em: https://apublica.org/2020/07/entidades-cristas-receberam-quase-70-da-verba-federal-para-comunidades-terapeuticas-no-primeiro-ano-de-governo-bolsonaro/# . Acesso em: 16 dez. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. Homem resgatado de clínica ilegal de pastor disse que local era o "inferno". *Correio Braziliense*, 1 set. 2023. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/09/5121835-clinica-ilegal-de-pastor-homem-resgatado-chama-local-de-inferno.html. Acesso em: 16 dez. 2025.

COSTA, P. H. A. da. Comunidades Terapêuticas nas políticas antidrogas: mercantilização e remanicomialização. *Serviço Social em Debate*, v. 3, n. 2, 2020.

COSTA, P. H. A. da; FARIA, N. C. "E agora, José?" Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica brasileiras na encruzilhada. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 4, p. 1-21, 2021.

COSTA, P. H. A. da. "Museu de Grandes Novidades": A nova-velha política antidrogas no Brasil. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 14, n. 39, p. 01-25, 2022.

FANON, F. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo, SP: UBU Editora, 2020.

FANTÁSTICO. Jovem diz ter sido agredida seis vezes seguidas com golpe conhecido como 'mata-leão' em comunidade terapêutica de SP. *G1 Fantástico*, 27 nov. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/11/27/jovem-diz-ter-sido-agredida-seis-vezes-seguidas-com-golpe-conhecido-como-mata-leao-em-comunidade-terapeutica-de-sp.ghtml. Acesso em: 16 dez. 2025.

FERNANDA, M.; CRUZ, C.; CARDOZO, M.; PAHL, M.; CORRÊA, S. Extratos bancários mostram que presidente de ONG no DF usou dinheiro público e de doações com despesas pessoais. *G1 Distrito Federal*, 18 jul. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/07/18/extratos-bancarios-mostram-que-presidente-de-ong-no-df-usou-dinheiro-publico-e-de-doacoes-com-despesas-pessoais.ghtml. Acesso em: 16 dez. 2025.

FERNANDES, M. A.; SOUSA, L. E. N. de. Sofrimento psíquico e a relação com o trabalho. *Proceedings of the 2nd Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca*, 2012.

FOSSI, L. B.; GUARESCHI, N. M. de F. O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas confessionais na conformação dos sujeitos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 15, n. 1, p. 94-115, 2015.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 29. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FREITAS JUNIOR, L. C.; COSTA, P. H. A. da. Financiamento público das comunidades terapêuticas do Distrito Federal (2019-2022): chancelamento estatal à violência manicomial. *In*: GARCIA JÚNIOR, C. A. S.; CECCON, R. F. (Orgs.). *Narrativas de violência e saúde mental: experiências e territórios.* Porto Alegre: Editora Rede Unida, p. 308-333, 2024.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. de S (org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 6-80.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Perfil das comunidades terapêuticas brasileiras*. Brasília, DF: IPEA, 2017.

JARDIM, S. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 36, p. 84-92, 2011.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MNPCT). *Relatório de missão ao Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo*. Brasília, DF: MNPCT, 2018.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MNPCT). *Relatório de inspeções no Distrito Federal e Entorno. Comunidade Terapêutica Salve a Si – Instituto Eu Sou e Hospital Psiquiátrico São Vicente*. Brasília, DF: MNPCT, 2024.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MNPCT); PSICOLOGIA E LADINIDADES. *As comunidades terapêuticas em evidência:* o que dizem as avaliações e fiscalizações do estado brasileiro? Brasília, DF: MNPCT; Psicologia e Ladinidades, 2025.

MENDES, K. T.; COSTA, P. H. A. da. No meio da pandemia tinha uma pedra? Uma análise das políticas para a população em situação de rua no contexto pandêmico brasileiro. *Encuentros Latinoamericanos*, v. 6, p. 96-117, 2022.

MENDONÇA, J. 'Era prisão': ex-interno afirma ter sofrido maus-tratos em comunidades terapêuticas de SP. *Ponte*, 11 jul. 2023. Disponível em: https://ponte.org/era-prisao-ex-interno-afirma-ter-sofrido-maus-tratos-em-comunidades-terapeuticas-de-sp/. Acesso em: 16 dez. 2025.

MENEZES, C.; PATRIARCA, P. Dono de clínica de reabilitação é preso após morte de interno com sinais de agressão em Embu-Guaçu. *G1 São Paulo*, 19 out. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/19/dono-de-clinica-de-reabilitacao-e-preso-apos-morte-de-interno-com-sinais-de-agressao-em-embu-guacu.ghtml. Acesso em: 16 dez. 2025.

MERHY, E. E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

NATALINO, M. A. C. Isolamento, disciplina e destino social em comunidades terapêuticas. In: SANTOS, M. P. G., organizador. *Comunidades terapêuticas*: temas para reflexão. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. p. 37-60.

OKA, C. P. B.; COSTA, P. H. A. da. Os caminhos da contrarreforma psiquiátrica brasileira: um estudo documental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 14, n. 40, p. 01-29, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights. Acesso em: 16 dez. 2025.

PASSOS, R. G. Holocausto ou navio negreiro?: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, v. 10, n. 3, p. 10–23, 2018.

PIVA, J. D.; MELLO, I. 'Se reclamar, não sai vivo': Escravizados por igrejas denunciam violência. *Uol*, 5 dez. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/12/05/escravizados-por-igrejas-denunciam-violencia-se-reclamar-nao-sai-vivo.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.

RIBEIRO, P. V. Milena morreu dopada e espancada em uma comunidade terapêutica - o tipo de morte que o governo escolheu ignorar. *The Intercept Brasil*, 18 dez. 2023. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/12/18/milena-morreu-dopada-e-espancada-em-uma-comunidade-terapeutica-o-tipo-de-morte-que-o-governo-escolheu-ignorar/. Acesso em: 11 fev. 2025.

RICALDE, D.; QUEIROZ, D.; BRAGA, H. Falsa clínica psiquiátrica é fechada após denúncias de abuso e violação de direitos humanos. *G1 Mato Grosso do Sul*, 13 jul. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/07/13/falsa-clinica-psiquiatrica-e-fechada-apos-denuncias-de-abuso-e-violacao-de-direitos-humanos-em-ms.ghtml. Acesso em: 11 fev. 2025.

UZÊDA, A. Máquina de Loucos: Centro terapêutico prendeu mulheres, torturou, forçou conversão evangélica e pediu apoio a Bolsonaro. *The Intercept Brasil*, 31 out. 2023. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/10/31/centro-terapeutico-prendeu-mulheres-torturou-forcou-conversao-evangelica-pediu-apoio-bolsonaro/. Acesso em: 11 fev. 2025.

ZGIET, J. *Alienação mental e trabalho alienado:* a moral capitalista na reabilitação psicossocial. 2019. 202 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LIBERTAS ON LINE

Política de permanência de uma universidade pública na perspectiva dos beneficiados

Retention policy of a public university from the perspective of the beneficiaries

Diego Souza de Medeiros[*]
Jairo de Carvalho Guimarães[**]

Resumo: O artigo analisa as percepções dos estudantes beneficiados pelos programas de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) durante a pandemia de COVID-19, com foco em sua contribuição para a permanência acadêmica. Utilizamos a pesquisa documental, questionário estruturado e abordagem quantitativa com 84 discentes de 11 cursos do campus de Floriano. Os auxílios mais acessados foram alimentação (31%) e pecuniário para equipamentos (29%), considerados muito importantes por 62% dos participantes. Contudo, apenas 4% os avaliaram como totalmente satisfatórios, apontando limitações quanto à cobertura, valores e adequação. Observamos ausência de ações em cultura, lazer e transporte, além de dificuldades de acesso por divulgação insuficiente. As sugestões destacam restaurante universitário, moradia estudantil e transporte escolar. Concluímos que a política contribuiu para a permanência, mas exige aprimoramento e maior abrangência.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Universidade pública; Beneficiados; COVID-19.

Abstract: The article analyzes the perceptions of students benefiting from the Student Assistance programs at the State University of Piauí (UESPI) during the COVID-19 pandemic, focusing on their contribution to academic retention. We used documentary research, a structured questionnaire, and a quantitative approach with 84 students from 11 courses at the Floriano campus. The most accessed aids were food assistance (31%) and cash for equipment (29%), considered very important by 62% of participants. However, only 4% rated them as completely satisfactory, pointing out limitations regarding coverage, amounts, and suitability. We observed a lack of actions in culture, leisure, and transportation, in addition to access difficulties due to insufficient dissemination. The suggestions highlight a university restaurant, student housing, and school transportation. We conclude that the policy contributed to retention but requires improvement and greater scope.

Keywords: Student assistance; Public university; Beneficiaries; COVID-19.

[*] Universidade Federal do Piauí. E-mail: diegosouza@frn.uespi.br
[**] Universidade Federal do Piauí. E-mail: jairoguimaraes@ufpi.edu.br

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.50669
Recebido em: 27/10/2025
Aprovado em: 15/04/2026

Introdução

A política de Assistência Estudantil tem se consolidado, ao longo das últimas décadas, como um instrumento fundamental para a promoção da igualdade no acesso e na permanência de estudantes em situação de vulnerabilidades no ensino superior. Do ponto de vista das políticas públicas, observamos que esse processo de institucionalização está diretamente ligado a marcos importantes, como a criação, na década de 1980, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que contribuiu significativamente para o fortalecimento do debate em torno das demandas estudantis no âmbito das instituições federais de ensino superior.

Posteriormente, destacamos a instituição do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), oficializado como programa em 2010 e que em 2024 veio a se tornar lei, pelo Governo Federal, como uma resposta estruturada à necessidade de financiamento e orientação das ações voltadas ao apoio estudantil. O PNAES passou a representar uma diretriz central na operacionalização das políticas de assistência, ao estabelecer critérios, prioridades e repasse de recursos às universidades e institutos federais. Todavia, é importante ressaltar que o desenho inicial do programa não contemplava as instituições de ensino superior estaduais, gerando um conflito federativo na distribuição de recursos públicos para a Assistência Estudantil (Brasil, 2010; Brasil, 2024).

Ainda no ano de 2010, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST), as instituições estaduais passaram a ter acesso a recursos federais voltados ao custeio de políticas de apoio aos seus estudantes. O PNAEST surge, assim, como uma ferramenta de ampliação da cobertura e de fortalecimento da dimensão social da política de Assistência Estudantil, ao incluir instituições historicamente à margem das ações de financiamento estudantil (Brasil, 2010).

O debate acerca da permanência no ensino superior continua sendo um tema central no campo das políticas públicas educacionais, sobretudo no que tange à efetividade das ações afirmativas. Embora avanços importantes tenham sido conquistados com a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a reserva de vagas nas instituições públicas de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, o desafio da permanência desses estudantes ainda se impõe com grande proporção.

No caso da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), foi implementada a política de cotas com a destinação de 50% das vagas para esse público historicamente excluído do acesso à educação superior. No entanto, garantir o ingresso é apenas uma etapa inicial. É

imprescindível que o Estado, por meio de políticas de Assistência Estudantil consistentes, assegure as condições necessárias à permanência desses estudantes. Nesse contexto, torna-se urgente alinhar as políticas de apoio à permanência ao compromisso institucional da universidade pública.

É justamente no âmbito das universidades estaduais que este trabalho concentra sua análise, ao instigar o debate sobre a política de Assistência Estudantil em uma instituição pública estadual localizada no Estado do Piauí. O foco da pesquisa recai sobre a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), buscando responder ao questionamento: sob o olhar dos próprios estudantes beneficiados, como se deu a efetividade das ações implementadas durante o período da pandemia de COVID-19? Assim, o objetivo deste artigo é analisar as percepções dos discentes atendidos pelos programas de Assistência Estudantil da UESPI no contexto pandêmico, considerando a contribuição das iniciativas adotadas para a permanência estudantil em um momento de crise sanitária e socioeconômica.

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de uma dissertação de mestrado já concluída. Para a construção da análise, adotamos uma abordagem metodológica mista, com ênfase em técnicas quantitativas, pesquisa documental — a partir da análise de editais dos programas institucionais — e pesquisa de campo, envolvendo estudantes beneficiados pelas políticas de Assistência Estudantil (Cervi, 2017; May, 2004; Vergara, 2009). A coleta de dados empíricos foi realizada por meio de um questionário estruturado com 10 (dez) perguntas objetivas, acompanhado do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) aplicado via *Google Forms* que foi enviado a 120 discentes entre os meses de setembro e outubro do ano de 2022 e foi obtido o retorno de 70%, 84 (oitenta e quatro) estudantes de 11 (onze) cursos de graduação do *campus* da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) em Floriano, prezando pelo anonimato e a garantia da espontaneidade nas respostas dos estudantes contemplados com auxílios durante o período da pandemia de COVID-19, conforme orienta a Resolução n° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS (Brasil, 2012) e a e Resolução CNS n° 510/16 (Brasil, 2016).

Para o tratamento dos dados, foi realizado um cruzamento entre as informações coletadas junto aos discentes e os dados documentais institucionais, com base em estatísticas descritivas simples, apresentadas por meio de quadros, de forma a evidenciar as percepções dos respondentes acerca da efetividade das ações de Assistência Estudantil.

Cabe destacar que, por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (UFPI), tendo obtido parecer favorável número 5.637.814 para sua execução e divulgação dos resultados.

Ao longo do artigo, discutiremos a política de Assistência Estudantil e a percepção dos beneficiados na UESPI durante a pandemia da COVID-19, abordando a permanência estudantil em meio ao cenário de crise sanitária. Serão apresentadas as ofertas de bolsas no período, analisando como os estudantes contemplados no *campus* de Floriano percebem a assistência como instrumento de permanência na universidade.

A permanência estudantil durante a COVID-19

O ano de 2020 ficou marcado na história como o ano em que a população conheceu o Novo Coronavírus, sendo um dos mais difíceis de ser combatido pela humanidade. No dia 11 de março desse mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou tratar-se de uma pandemia que, naquele momento, tinha atingido cerca de 114 países e colocou o mundo em calamidade pública. Segundo informações coletadas no site oficial da OMS, no dia 02 de março de 2022, o Brasil tinha registrado 28.787.620 casos confirmados e 649.333 mortes pelo Novo Coronavírus. Todo o nosso cotidiano sofreu adaptações e simples atitudes, como sair de casa para trabalhar, fazer compras ou ir à escola como costumeiramente, foram paralisadas por determinações governamentais, com exceção dos serviços essenciais.

O impacto da pandemia atingiu todos os setores da vida cotidiana, impondo restrições severas à mobilidade, à convivência social e ao funcionamento das atividades econômicas e institucionais, com exceção dos serviços classificados como essenciais. Entre os campos mais afetados, a educação se destacou pela necessidade de reconfigurar seus processos pedagógicos, administrativos e relacionais em um curto espaço de tempo. O contexto pandêmico exigiu da sociedade global uma reorganização das formas de sociabilidade e de produção do conhecimento e, no caso brasileiro, ensejou a adoção do ensino remoto emergencial como alternativa à suspensão das atividades presenciais no ensino superior público. Essa medida foi normatizada pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC), que autorizou, em caráter excepcional, a substituição temporária das aulas presenciais por meios digitais durante o período crítico da pandemia (Brasil, 2020).

A experiência do ensino remoto representou um desafio inédito tanto para docentes quanto para discentes, demandando a reconstrução de práticas pedagógicas, rotinas institucionais e competências tecnológicas. O contexto de crise evidenciou a necessidade urgente de planejamento, adaptação e autonomia por parte dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Aos estudantes, impôs-se a condição de protagonistas de sua aprendizagem em uma modalidade mediada por tecnologias digitais, cuja efetividade dependia, entre outros

fatores, do acesso adequado a dispositivos e à conectividade, elementos que, por sua vez, refletiam e ampliavam desigualdades sociais preexistentes no país.

Efetivamente, a pandemia de COVID-19 agravou de forma significativa as vulnerabilidades socioeconômicas da população brasileira, acentuando o desemprego e a precarização das condições de vida. A redução generalizada da renda, sobretudo entre os grupos etários economicamente ativos, evidenciou a incapacidade estrutural do mercado de trabalho em absorver a força laboral em um contexto de crise sanitária. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), revelam que, no quarto trimestre de 2020, indivíduos entre 18 e 39 anos representavam 64,7% do contingente de desocupados no país, o que demonstra o impacto desproporcional da crise sobre a juventude brasileira.

A instabilidade ou ausência de renda propriamente dita, constituiu um dos principais obstáculos ao acesso e à permanência no ensino remoto, uma vez que as condições mínimas para acompanhar atividades acadêmicas *on-line*, como dispor de um dispositivo tecnológico e de conexão à internet dependiam diretamente de recursos financeiros. Nesse cenário, a contradição entre as exigências da educação digital e a realidade econômica da maioria dos estudantes tornou-se evidente: enquanto o ensino remoto se consolidava como alternativa institucional inevitável, grande parte dos discentes encontravam-se em situação de vulnerabilidade, sem meios materiais adequados para participar digitalmente do processo educativo. Segundo dados do IBGE (2019), um em cada quatro brasileiros sobrevivia com menos de R$ 436,00 por mês, configurando um quadro de profunda desigualdade social que foi potencializado pela pandemia.

Em relação à infraestrutura digital, a PNAD (IBGE, 2019) apontou que, embora mais de 80% dos domicílios brasileiros tivessem algum tipo de acesso à internet, cerca de 40 milhões de pessoas permaneciam excluídas da rede. Entre os estudantes da rede pública, o telefone celular era apontado como principal meio de acesso, enquanto apenas 43% desses dispunham de computador com conexão adequada. Essa mesma pesquisa, apontou que no Piauí, o percentual de domicílios com acesso à internet era de apenas 67,3%, índice inferior à média nacional. Tais indicadores destacaram a persistência da exclusão digital, que se converteu em um dos principais fatores limitantes para o êxito do ensino remoto, ao mesmo tempo em que explicitou as desigualdades regionais e de classe que estruturam o sistema educacional brasileiro.

Nesse contexto, o desafio de assegurar condições mínimas de acesso à educação superior tornou-se uma pauta urgente para os gestores públicos e as instituições de ensino.

Estudantes de baixa renda, majoritariamente atingidos pela desocupação e pela precariedade econômica enfrentaram barreiras maiores para continuar seus estudos em comparação com aqueles oriundos de estratos sociais com maior poder aquisitivo.

Diante dessa realidade, as políticas de Assistência Estudantil no ensino superior surgiram como instrumentos essenciais de mitigação das desigualdades e de promoção da permanência acadêmica. Durante a pandemia, tais políticas assumiram papel ainda mais estratégico, configurando-se como medidas compensatórias imprescindíveis à garantia do direito à educação. Em um país caracterizado por intensas disparidades socioeconômicas, a atuação estatal por meio de programas de apoio estudantil tornou-se fundamental para reduzir os efeitos da exclusão e da vulnerabilidade agravadas pela crise sanitária. Assim, a Assistência Estudantil reafirmava-se como uma política pública de caráter redistributivo e estruturante, cuja consolidação e continuidade são imprescindíveis no enfrentamento das desigualdades no ensino superior brasileiro (Oliveira *et al*., 2020).

A Assistência Estudantil tem se consolidado como um instrumento fundamental para a efetivação do direito à educação e para a permanência de estudantes oriundos de grupos historicamente minoritários e em situação de vulnerabilidades. Ao reconhecer que a democratização do acesso ao ensino superior não se limita à entrada na universidade, essa política pública deve criar condições objetivas e reais para que os discentes possam se manter e concluir sua trajetória acadêmica. Assim, deve ultrapassar e superar a dimensão meramente financeira como única preocupação, incorporando nesse novo tempo aspectos sociais, culturais, pedagógicos e psicológicos que contribuem para a redução das desigualdades e para a promoção da equidade no ambiente universitário. Nesse sentido, a Assistência Estudantil deve ser compreendida como parte integrante das políticas educacionais voltadas à inclusão, assumindo um papel estratégico na consolidação de uma universidade pública mais justa e socialmente comprometida (Lemes, 2020). Ao discutirem sobre a temática permanência e sua relação com a Assistência Estudantil, Oliveira e Oliveira (2015) destacam que:

> A permanência escolar relacionada aos programas e ações de assistência estudantil pode ser compreendida como a promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, bem como o seu acesso aos recursos infraestruturais e pedagógicos disponíveis na instituição de ensino (Oliveira; Oliveira, 2015, p. 200).

A partir dessa percepção, entendemos que a permanência estudantil vai além da simples manutenção do aluno(a) na universidade. Ela envolve a criação de condições efetivas para que os discentes possam participar de forma ativa e produtiva da vida acadêmica, usufruindo das oportunidades formativas oferecidas pela instituição. Assim, os programas de assistência

assumem um papel decisivo e devem articular dimensões que garantam a permanência e o êxito acadêmico.

Por outro lado, é importante destacar que a Assistência Estudantil, assim como diversas políticas públicas no Brasil, ainda se estrutura predominantemente sob uma lógica compensatória. Em vez de atuar sobre as causas estruturais da desigualdade na gênese, tende a concentrar esforços em amenizar seus efeitos imediatos, o que revela suas limitações na configuração das ações estatais voltadas à proteção social. Essa característica reflete um modelo de política pública que, embora necessário em contextos de vulnerabilidade, como no caso da COVID-19, permanece presa a um viés assistencialista, com pouca integração e que peca em não possuir estratégias de transformação social mais amplas (Draibe, 1993).

De acordo com Mocelin (2019):

> [...] a assistência estudantil já nasce focalizada e residual, destinada aos estudantes pertencentes à classe trabalhadora e, por essa condição, enfrentando, nas suas condições objetivas de vida, dificuldades para a permanência no ensino superior – características herdadas do processo de institucionalização da assistência social como um direito na sociedade. [...] baseia-se na lógica dos mínimos sociais, onde o Estado a enxerga como via necessária para dar respostas aos interesses do grande capital. [...] com isso, está posta a contradição inerente à política de assistência estudantil, que, assim como todas as outras, tem seu fim último beneficiar o capital, mas também possibilitar a proteção social dos/as estudantes (Mocelin, 2019, p. 151-152).

Dito isso, no contexto da pandemia de COVID-19, essa lógica compensatória e focalizada tornou-se ainda mais evidente. A emergência sanitária expôs a fragilidade estrutural das políticas públicas voltadas à educação e revelou a dependência dos estudantes em relação a auxílios temporários para garantir condições mínimas de permanência. Na próxima sessão, apresentamos as iniciativas desenvolvidas pela Universidade Estadual do Piauí com vistas à permanência durante a pandemia.

A política de assistência estudantil da UESPI durante a COVID-19

As ações de Assistência Estudantil desenvolvidas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), até o ano de 2019, eram orientadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil para Universidades Estaduais (PNAEST). Esse programa tinha como finalidade destinar recursos federais às universidades estaduais que adotassem o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como forma de ingresso, buscando ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa medida se justificava pelo fato de que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) contempla exclusivamente as

instituições federais de ensino, o que tornava o PNAEST uma alternativa importante para estender o alcance das políticas de permanência às universidades estaduais.

O PNAEST se fundamenta nos seguintes objetivos:

> I – Fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual;
> II – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior;
> III – Reduzir as taxas de retenção e evasão;
> IV – Aumentar as taxas de sucesso acadêmico dos estudantes;
> V – Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010, p. 1).

A interpretação dos objetivos do PNAEST evidencia que o programa busca responder a demandas estruturais relacionadas à permanência e ao desempenho dos estudantes nas universidades estaduais. Suas diretrizes apontam para uma tentativa de equilibrar desigualdades sociais que impactam o acesso e a conclusão do ensino superior, especialmente em estados com menores índices de investimento público. No entanto, observamos que, apesar de sua formulação coerente, a efetividade do programa depende diretamente da continuidade dos repasses federais e da capacidade administrativa das instituições estaduais em implementar ações integradas.

A Universidade Estadual do Piauí (UESPI), instituição de ensino superior fundada em 1986, desempenha um papel fundamental na formação acadêmica de milhares de estudantes piauienses e de outros estados. A UESPI está presente em diversas regiões do Piauí, com *Campi* em Teresina, Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Picos, Oeiras, Floriano, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Bom Jesus e Corrente, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação, ensino a distância e especializações em diversas áreas do conhecimento. Sendo a permanência discente um grande desafio para as universidades, a política de Assistência Estudantil torna-se uma ferramenta valiosa para os estudantes que precisam de suporte para estudar o ensino superior.

No período compreendido entre março de 2020 e março de 2022, a UESPI, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX), sob a coordenação do Departamento de Assuntos Estudantis e Comunitários (DAEC), desenvolveu uma série de iniciativas institucionais voltadas à mitigação dos impactos da pandemia de COVID-19 sobre a permanência estudantil. No âmbito da graduação presencial, foram lançados nove editais de programas de Assistência Estudantil em nível institucional (macro), abrangendo diferentes modalidades de apoio aos discentes conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Assistência estudantil da UESPI durante a COVID-19.

Benefício	Valor/ Equipamento	Oferta Inicial	Número de Beneficiados
Edital 09/20 - Auxílio Moradia em caráter emergencial	200,00	155	18
Edital 17/20 - Auxílio Inclusão Digital Empréstimo de equipamento	Tablet	1.000	141
Edital 20/20 – Auxílio Inclusão Digital Ajuda Pecuniária	700,00	1.000	780
Edital 03/2021 - Programa Bolsa Trabalho	400,00	145	321
Edital 04/2021 - Programa Auxílio Moradia	200,00	155	161
Edital 27/2021 – Programa Auxílio Alimentação Estudantil	200,00	2.431	1.371
Edital 34/2021 – Programa Auxílio Alimentação Estudantil	200,00	690	627
Edital 02/2022 – Programa Bolsa Trabalho	400,00	172	321
Edital 03/2022 – Programa Auxílio Moradia	200,00	172	171
Total		5.920	3.911

Fonte: Dados da Pesquisa Documental, 2022.

Ao todo, esses editais disponibilizaram inicialmente 5.920 (cinco mil, novecentos e vinte) vagas em programas de Assistência Estudantil, das quais 3.911 (três mil, novecentos e onze) foram efetivamente ocupadas por estudantes beneficiados em toda a universidade. A análise das ações de Assistência Estudantil desenvolvidas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no período crítico da pandemia de COVID-19 (março de 2020 a março de 2022) evidencia esforços institucionais relevantes, mas também limitações estruturais e operacionais que comprometem o alcance e a efetividade das políticas voltadas à permanência estudantil.

Durante esse intervalo, a UESPI lançou nove editais institucionais, contemplando cinco programas principais de assistência: Auxílio Moradia, Auxílio Inclusão Digital (em duas modalidades: empréstimo de equipamentos e auxílio pecuniário para compra), Bolsa Trabalho e Auxílio Alimentação. Destes, apenas dois editais foram criados especificamente para responder às dificuldades impostas pela adoção emergencial do ensino remoto — os auxílios de inclusão digital. Os demais programas, embora nomeados em alguns casos como "emergenciais", já existiam anteriormente e foram apenas reeditados, sem grandes alterações.

A análise documental demonstrou que os programas da UESPI estão, em geral, alinhados às diretrizes estabelecidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2018), especialmente nas áreas temáticas de

permanência (moradia e alimentação) e desempenho (bolsa trabalho e inclusão digital). No entanto, identificamos lacunas importantes: não houve oferta de programas relacionados a cultura, lazer, esporte ou juventude, áreas também consideradas estratégicas nas diretrizes nacionais de Assistência Estudantil.

Em termos quantitativos, a instituição ofertou um total de 5.920 vagas em auxílios estudantis no período analisado. Considerando o número total de estudantes matriculados em 2021 (12.970 discentes), o alcance dessas ações é limitado: mesmo no ano com maior número de auxílios ofertados (2.480 vagas), a cobertura representou apenas cerca de 19% do corpo discente, o que demonstra um impacto restrito frente à demanda potencial. Esse dado reforça o argumento de que, embora a UESPI tenha mantido suas ações durante a pandemia, os recursos disponibilizados foram insuficientes para atender de forma abrangente os estudantes em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Lima e Davel (2020), a Assistência Estudantil no Brasil ainda apresenta caráter pontual, desestruturado e reativo, características observadas também no contexto da UESPI. As ações empreendidas durante a pandemia concentraram-se em garantir condições mínimas de acesso ao ensino remoto e de subsistência básica, sem, no entanto, configurar uma política de caráter estruturante e com alcance ampliado.

Outro ponto crítico levantado pela pesquisa diz respeito à baixa efetivação das bolsas ofertadas. Mesmo com recursos aprovados e editais abertos, muitos auxílios não foram efetivamente preenchidos. A análise dos resultados dos editais revelou um número elevado de inscrições indeferidas, o que levanta questões importantes sobre os obstáculos enfrentados pelos estudantes para acessar os benefícios. Dentre os fatores supostos, destacamos: pouca divulgação institucional (restrita ao *site* oficial da universidade), falta de familiaridade com os procedimentos exigidos nos editais, dificuldades técnicas (como acesso limitado à internet ou a equipamentos eletrônicos), e até mesmo falhas de comunicação que poderiam ser superadas com ações educativas e de orientação prévias ao processo de inscrição.

A literatura sustenta que a permanência no ensino superior depende de uma política educacional articulada e proativa. Autores como Imperatori (2017) e Vasconcelos (2010), defendem que a Assistência Estudantil deve garantir as condições necessárias não apenas para o ingresso, mas também para o bom desempenho acadêmico dos estudantes em vulnerabilidade social. A análise aqui apresentada indica que, embora haja intenção institucional de atender a esse público, há desafios estruturais e operacionais importantes a serem enfrentados.

No que se refere às normativas adotadas pela UESPI para orientar os critérios de seleção dos candidatos à Assistência Estudantil, observamos que, em todos os editais analisados, a

instituição concentra de forma ampla e genérica apenas na condição de vulnerabilidade social. Podem concorrer aos benefícios discentes oriundos de famílias com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, ou com renda familiar total de até três salários-mínimos, conforme o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Embora essa iniciativa possua um propósito inclusivo, a adoção exclusiva do critério econômico tem propensão a reproduzir mecanismos de exclusão dentro da própria política pública. Ao reduzir a complexidade das desigualdades estudantis à dimensão da renda, a universidade evidencia a fragilidade de sua política de Assistência Estudantil, que, apesar de se alinhar formalmente aos parâmetros nacionais, carece de um desenho institucional capaz de contemplar as novas demandas de uma população estudantil cada vez mais diversa e pluralizada. Assim, questões sociais, culturais, de raça, gênero e outras formas subjetivas que também condicionam a permanência no ensino superior acabam sendo negligenciadas em nome de uma visão restrita e economicista da vulnerabilidade.

No estudo de Silva e Razzolini Filho (2024), ao examinarem os fluxos de informações que subsidiam a gestores da política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Paraná (UFPR) destacam que informações muito complexas, falhas de comunicação e a falta de integração de sistemas criam barreiras para os estudantes e afeta a efetividade da política pública.

Nesse sentido, entre as recomendações apontadas pela pesquisa, destacamos a necessidade da UESPI:

- Aperfeiçoar os canais de comunicação institucional, aproximando a gestão dos estudantes por meio de ferramentas mais acessíveis, como redes sociais;
- Ampliar a divulgação dos editais, com linguagem clara e estratégias de orientação aos discentes (palestras, cartilhas informativas, vídeos tutoriais);
- Revisar os critérios e exigências documentais, de modo a facilitar o acesso sem comprometer a transparência e a legalidade;
- Ampliar o volume de recursos financeiros destinados à Assistência Estudantil, aumentando a quantidade de vagas ofertadas;
- Descentralizar a gestão, promovendo maior autonomia e diálogo com os *campi* do interior, como o de Floriano, de onde foram extraídos os dados da pesquisa empírica.

Por fim, como análise reafirmamos a importância estratégica das políticas de Assistência Estudantil como condição fundamental para a democratização do ensino superior público, especialmente em contextos de crise. A experiência da UESPI durante a pandemia oferece elementos relevantes para refletir sobre os limites e possibilidades da política educacional em tempos de emergência, ao mesmo tempo que aponta caminhos para a sua

reestruturação em um cenário pós-pandêmico. Para tanto, é importante observarmos a percepção dos beneficiados com essas ações que serão apresentadas no capítulo seguinte.

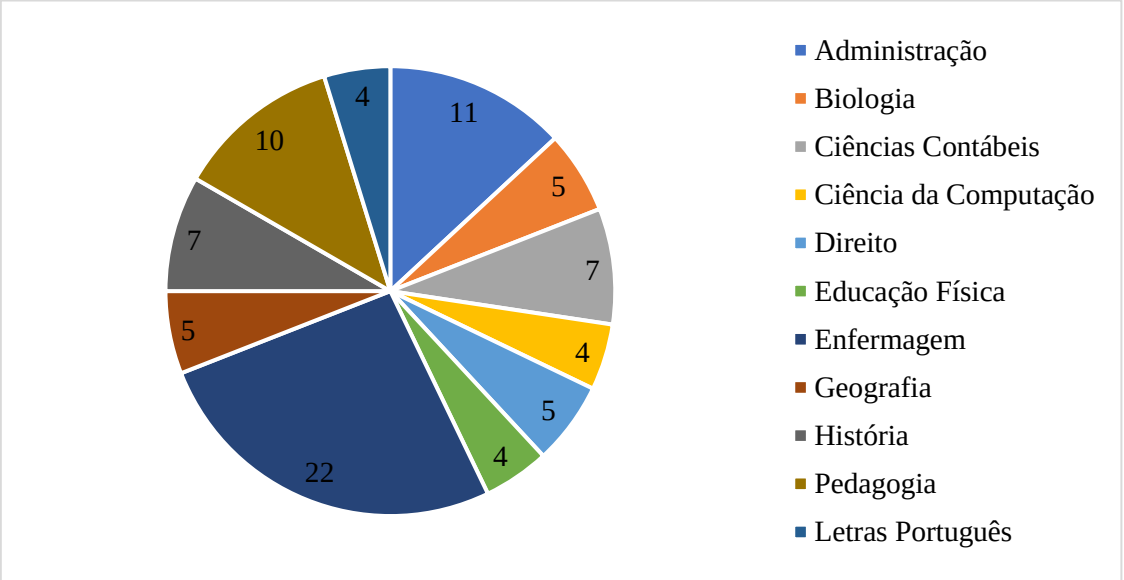
A política de assistência estudantil da UESPI na perspectiva dos beneficiados durante a COVID-19

O *campus* de Floriano possui grande representatividade no município em que está localizado, no sul piauiense, a aproximadamente 240 km da capital, Teresina, destacando-se como uma importante referência da educação superior na região. Implantado no contexto do processo de expansão e interiorização da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), entre os anos de 1991 e 1993, teve sua estrutura oficialmente consolidada em 2005, quando o prédio universitário passou a ser denominado Drª Josefina Demes.

Atualmente, o *campus* oferta os cursos de Bacharelado em Administração, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Direito e Enfermagem, bem como as Licenciaturas em Ciências Biológicas, Educação Física, Letras – Língua Portuguesa, Pedagogia, Geografia e História. No ano de 2022, o referido centro contava com aproximadamente 742 estudantes matriculados, distribuídos entre os turnos matutino, vespertino e noturno.

Compreender a percepção dos discentes acerca dos benefícios ofertados pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) durante a pandemia possibilita refletir sobre a relevância da política de Assistência Estudantil em um contexto particularmente desafiador. Nesta seção, apresentamos os achados obtidos a partir das respostas de 84 estudantes de 11 cursos de graduação *campus* de Floriano, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Participantes da pesquisa de campo.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2022.

Todos os 84 alunos(as) que responderam à pesquisa foram beneficiados com programas de assistência ao estudante no período do ensino remoto. Participaram da pesquisa alunos e alunas de todos os 11 cursos do *campus*, com destaque para o curso de Enfermagem, que teve o maior número de discentes que responderam essa pesquisa (22), seguido dos cursos de Administração (11) e Pedagogia (10).

Para auxiliar a análise da percepção dos beneficiados, foram elaborados quadros correspondentes às questões do questionário, de modo a favorecer uma interpretação mais precisa dos dados. Iniciamos a discussão trazendo aspectos sobre os benefícios ofertados, sua importância para permanência e o grau de satisfação dos alunos(as), conforme aponta o Quadro 2.

Quadro 2 – Benefícios ofertados, importância e grau de satisfação dos beneficiados.

Questionamento	**Categoria/Item**	**Percentual (%)**
Benefício estudantil recebido	Auxílio alimentação	31
	Auxílio pecuniário para compra de equipamento	29
	Auxílio moradia	15
	Bolsa trabalho	12
	Empréstimo de equipamento	7
	Chip com internet	6
Importância dos benefícios para a permanência	Muito importante	62
	Parcialmente importante	31
	Pouca importância	5
	Indiferente	2
Satisfação com valor/equipamento recebido	Satisfatório	46
	Pouco satisfatório	36
	Nada satisfatório	11
	Totalmente satisfatório	4
	Indiferente	3

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2022.

A partir dos dados, observamos no Quadro 2 que o auxílio alimentação (31%) e o auxílio pecuniário para aquisição de equipamentos (29%) foram os programas mais acessados pelos discentes do *campus* de Floriano, refletindo a prioridade em suprir necessidades básicas e viabilizar o ensino remoto. A maioria dos participantes (62%) considerou os benefícios muito

importantes para sua permanência durante a pandemia, o que confirma a relevância da política de Assistência Estudantil nesse contexto.

Entretanto, quando avaliados quanto ao valor ou à adequação do equipamento recebido, apenas 4% declararam-se totalmente satisfeitos, enquanto 36% classificaram como pouco satisfatório e 11% como nada satisfatório. Essa discrepância entre a percepção da importância dos auxílios e a satisfação com seu montante ou qualidade indica limitações na cobertura e no atendimento pleno das necessidades estudantis, evidenciando desafios estruturais da política de assistência em situações emergenciais.

Conforme apontam Kroth e Barth (2021), a política de Assistência Estudantil deve adotar mecanismos capazes de atender plenamente os estudantes em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes condições de permanência no ensino superior. Nessa mesma direção, Moraes, Almeida e Almeida (2022) destacam que, durante a pandemia de COVID-19, as ações de assistência enfrentaram desafios ainda mais intensos em razão do agravamento das dificuldades sociais. Esse contexto evidencia que as iniciativas da UESPI não foram capazes de satisfazer integralmente as expectativas de parte expressiva dos beneficiários, revelando possíveis fragilidades tanto na diversidade dos programas quanto na suficiência dos valores ou dos equipamentos ofertados. Dando continuidade à análise, no Quadro 3 apresentamos a descrição das experiências relatadas pelos estudantes beneficiados, considerando como teria sido sua trajetória acadêmica caso não tivessem recebido o auxílio, a forma de utilização dos recursos, bem como os impactos percebidos e as expectativas atendidas ou não pela política de Assistência Estudantil da UESPI.

Quadro 3 – Experiência, principais gastos, impacto e expectativa dos beneficiados.

Questionamento	**Categoria/Item**	**Percentual (%)**
Experiência sem benefício	Muito difícil	58
	Um pouco difícil	31
	Fácil ou muito fácil	6
	Indiferente	5
Despesas	Acesso à internet	35
	Equipamento tecnológico	31
	Despesas domésticas	20
	Material de disciplinas	9
	Outros	8
Impactos positivos da AE	Impactou parcialmente	59

	Impactou muito	29
	Impactou pouco	11
	Indiferente	1
Expectativas atendidas	Atendeu parcialmente	43
	Atendeu	35
	Não atendeu	18
	Superou expectativas	2
	Indiferente	2

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2022.

Evidenciamos que a Assistência Estudantil da UESPI se mostrou essencial para a permanência dos estudantes durante o ensino remoto, com a maioria indicando que, sem os auxílios, a experiência teria sido muito difícil (58%) ou um pouco difícil (31%). Esses dados, corroboram com o pensamento de Garcia, Evangelista e Maciel (2022), que destacam a importância de políticas emergenciais para minimizar desigualdades e prevenir evasão em momentos de crise.

Os auxílios tiveram maior impacto no acesso à internet (35%) e na aquisição de equipamentos tecnológicos (31%), demonstrando que a infraestrutura digital foi determinante para viabilizar o ensino remoto, conforme Cunha *et al*., (2022), os quais enfatizam a necessidade de recursos tecnológicos e um ambiente familiar adequado para o sucesso acadêmico.

Em relação aos efeitos positivos percebidos, a maioria dos estudantes relatou impacto parcial (59%) ou muito positivo (29%), evidenciando que a política contribuiu para a continuidade das atividades acadêmicas, em consonância com Lima (2021), que ressalta que políticas públicas devem promover condições equitativas de ensino e permanência para estudantes vulneráveis. Uchôa Júnior, Maia e Araújo (2025) destacam que o PNAES apesar de ser a principal política pública de amparo estudantil, sendo, portanto, essencial, têm enfrentado limitações acentuadas pelas condições socioeconômicas e cortes orçamentários agravados pela pandemia da COVID-19 mesmo que seja um importante aliado contra a evasão.

No entanto, ao questionar se as ações atenderam às expectativas, 43% consideraram que foram atendidos apenas parcialmente e 18% que não foram atendidos, sugerindo lacunas na abrangência e efetividade da política. Esse resultado está em linha com Soares e Amaral (2022), que defendem a necessidade de gestão que considere os aspectos econômicos, culturais e sociais dos estudantes para uma assistência mais plena. Em resumo, a política de Assistência Estudantil

foi decisiva para enfrentar as desigualdades e manter a continuidade acadêmica durante a pandemia, embora ainda haja espaço para aprimoramento na adequação dos programas e na efetividade dos auxílios.

No Quadro 4 são apontadas questões sobre as possíveis sugestões de novos benefícios sob o olhar dos usuários, assuntos relacionados com a aprendizagem e, por fim, apresentamos um *ranking* dos benefícios mais importantes.

Quadro 4 – Sugestões, aprendizagem durante a pandemia e ranking dos benefícios.

Questionamento	**Categoria/Item**	**Percentual (%)**
Sugestões de novos programas	Restaurante universitário	39
	Moradia estudantil	18
	Transporte escolar	15
	Bolsa escolar	12
	Acompanhamento psicológico	11
	Creche	5
Aprendizagem antes e durante COVID-19	Não houve alteração	45
	Piorou	42
	Melhorou	13
Ranking de importância dos benefícios	Auxílio alimentação	1º
	Bolsa trabalho	2º
	Auxílio moradia	3º
	Auxílio em dinheiro para compra de equipamento	4º
	Empréstimo de equipamento	5º
	Chip com internet	6º

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2022.

As sugestões dos estudantes indicam demandas por novos programas de Assistência Estudantil, com destaque para restaurante universitário (39%), moradia estudantil (18%) e transporte escolar (15%). Esse desejo reflete a necessidade de ampliação dos auxílios, em consonância com as diretrizes do PNAES e do FONAPRACE (Brasil, 2010; FONAPRACE,

2018), que preveem intervenções em áreas como alimentação, moradia, transporte, saúde, inclusão digital, cultura e apoio pedagógico.

Nesse viés, Serra *et. al* (2024), ao analisarem em que medida as ações das políticas de Assistência Estudantil influenciam no modo como as instituições da rede federal de ensino organizam suas ações, perceberam que programas ligados a investimentos em moradia, transporte, inclusão digital, cultura e creche foram os que tiveram maior impacto positivo na performance das universidades.

Quanto à percepção sobre a aprendizagem, 45% dos discentes relataram que não houve alteração no processo, enquanto 42% consideraram que piorou e 13% afirmaram que melhorou. Esse resultado evidencia os desafios impostos pelo ensino remoto, incluindo diferentes níveis de habilidade tecnológica e características específicas dos cursos. Em relação à importância dos benefícios ofertados, o auxílio alimentação foi apontado como o mais relevante, seguido da bolsa trabalho, auxílio moradia, auxílio em dinheiro para compra de equipamento, empréstimo de equipamento e chip com internet. Imperatori (2017) ressalta que os programas de Assistência Estudantil devem atender às necessidades básicas, mas também devem promover o desempenho acadêmico e garantir acesso a tecnologias, cultura, lazer e atendimento à saúde física e mental.

Ainda sobre a aprendizagem, o estudo de Gomes e Schlickmann (2024), aponta que programas de apoio pedagógico aos estudantes é uma estratégia relevante e que contribui para a permanência estudantil ao apoiar o aluno(a) no processo de aprendizagem além de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico como foi verificado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Esses dados demonstram que, embora os programas oferecidos tenham sido fundamentais durante a pandemia, ainda existem lacunas na cobertura e eficácia de alguns benefícios, como chips de internet e empréstimo de equipamentos, indicando a necessidade de aperfeiçoamento contínuo da política de Assistência Estudantil da UESPI.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo compreender as percepções dos estudantes beneficiados pelos programas de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) durante o período da pandemia de COVID-19, analisando em que medida essas ações contribuíram para a permanência acadêmica em um contexto de crise sanitária e social. Os resultados mostram que, apesar dos esforços institucionais em manter programas como Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia, Bolsa Trabalho e Auxílio Inclusão Digital, o alcance dessas políticas foi

limitado diante da grande demanda estudantil, contemplando apenas cerca de 19% do corpo discente.

De forma geral, os estudantes reconheceram a importância dos benefícios para garantir a continuidade dos estudos, principalmente no acesso a equipamentos e à internet, que foram fundamentais para o ensino remoto. Ainda assim, surgiram críticas sobre o valor dos auxílios, a falta de programas voltados a outras dimensões da vida universitária como cultura, lazer e transporte, além das dificuldades de acesso relacionadas à pouca divulgação e a complexidade dos processos seletivos.

A pesquisa contribui para o debate sobre o papel da Assistência Estudantil nas universidades estaduais, evidenciando avanços, mas também aponta limites importantes na sua capacidade de enfrentar as desigualdades que afetam a permanência no ensino superior. Entre as principais lacunas do estudo, destacamos a restrição da análise a uma única instituição, o recorte temporal concentrado na pandemia e a ausência de uma abordagem comparativa que permita avaliar a política em diferentes contextos. Essas limitações apontam caminhos para novos estudos que possam ampliar o olhar sobre a Assistência Estudantil, explorando seus impactos a longo prazo, as experiências subjetivas dos estudantes e as diferenças na implementação das políticas de outras universidades. Pesquisas futuras também podem investigar como fatores como gênero, raça e território influenciam as condições de permanência no ensino superior.

Embora a Assistência Estudantil na UESPI tenha representado um importante instrumento de mitigação das desigualdades, consideramos que é necessário fortalecer sua estrutura institucional, diversificar os programas e garantir recursos mais estáveis. Somente assim será possível consolidar uma política de permanência efetivamente inclusiva, capaz de assegurar igualdade de oportunidades e o direito a educação superior pública de qualidade.

Em resumo, o estudo confirma a relevância estratégica da Assistência Estudantil como instrumento de democratização educacional, destacando tanto os avanços alcançados quanto os desafios a serem superados, fornecendo informações relevantes para o aprimoramento da política no cenário pós-pandêmico da Universidade Estadual do Piauí.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul., 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 09/08/2025.

BRASIL Ministério da Educação (MEC). *Portaria nº 343, de17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 15/10/2025.

BRASIL. Conselho Nacional em Saúde (CNS)**.** *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Brasília, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view. Acesso em: 30/09/2025.

BRASIL. Conselho Nacional em Saúde (CNS). *Resolução nº 510, de abril de 2016*. Estabelece normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, DF: Brasília, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view. Acesso em: 30/09/2025.

BRASIL Ministério da Educação. *Lei nº 14.914/2024*. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm. Acesso em: 09/08/2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD:* estatísticas sociais/educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html. Acesso em: 10/10/2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD:* Acesso à internet no ano 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 10/10/2025..

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD:* distribuição de pessoas desocupadas por idade, 4º trimestre de 2020. Acesso à internet no ano 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques. Acesso em: 15/10/2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Portaria normativa nº 25 de 28 de dezembro de 2010*. Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais (PNAEST). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820. Acesso em: 09/08/2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD*: dados da população do Estado do Piauí. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html. Acesso em: 20/09/2025.

CERVI, Emerson Urizze. *Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política*. 1. ed. v.1 – Curitiba: CPOP-UFPR, 2017.

CUNHA, Maria Soares.; TEIXEIRA, Danyelle Lima.; PIMENTEL, Álamo.; AQUINO, Francisco José Alves. Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da COVID-19, para Permanência Discente. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino Tecnológico*. Manaus, v. 8, n. 1, p. 1-18, jan./dez., 2022. DOI: https://doi.org/10.31417/educitec.v8.1877.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo - Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 86–101, 1993. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i17p86-101.

GARCIA, Débora Rogéria Neres de Sousa.; EVANGELISTA, Joelma Inês.; MACIEL, Carina Elisabeth. A política de Assistência Estudantil na educação superior do IFMS: estratégias e ações no contexto da pandemia da covid-19. *Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura*. Dossiê "Educação e Debates Interculturais em tempos de Pandemia: por elas". Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 1-18, mar., 2022. DOI: https://doi.org/10.29327/222332.6.10-3.

GOMES, Luiza Souza Ioppi; SCHLICKMANN, Raphael. Política de apoio pedagógico no ensino superior: um estudo de caso. *Avaliação*. Campinas, v. 29, p. 1-21, fev., e024003, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id275628.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**.** *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras*. Brasília: Andifes, 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 2, n. 129, p. 285-303, maio/ago., 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109.

KROTH, Darlan Christiano; BARTH, Enise. Do acesso ao êxito acadêmico: a importância da política de Assistência Estudantil no Ensino Superior. *Desenvolvimento em Questão*. Unijuí, v. 20, n. 58, p. 1-21, jan./dez., 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12102.

LEMES, Yara Morais Oliveira. *Assistência Estudantil:* Direito Social à permanência na Universidade Federal de Goiás*.* Monografia. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 61 p. 2020. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1352?mode=simple. Acesso em: 05/06/2025.

LIMA, Jackeline Soares. A Assistência Estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia da COVID-19. *Cadernos Cajuína*. Nordeste, v. 6, n. 3, p. 228-242, mar., 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.497.

LIMA, Wandilson Alisson Silva.; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. Implementação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas IFES: a perspectiva da efetividade e suas virtudes. *Revista Gestão e Planejamento*. Salvador, v. 21, n. 1, p. 39-53, jan./dez., 2020. DOI: 10.21714/2178-8030gep.v.21.6212.

MAY, Tim. *Pesquisa social:* questões, métodos e processos. Tradução Carlos Alberto Silveira Neto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. *O social em Questão*. Rio de Janeiro, v.1, n. 45, p. 239-260, set./dez., 2019. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=705&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D60&sid=60. Acesso em: 20/10/2025.

MORAES, Adriano Santos.; ALMEIDA, Jéssica Silva.; ALMEIDA, Maria da Conceição Silva. A gestão da política de Assistência Estudantil do instituto Federal Baiano durante a Pandemia da COVID-19. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v.8, n.2, p. 9482-9506, fev., 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n2-071.

OLIVEIRA, Gleice Emerick; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, v. 9, n. 3, p. 198-215, jan., 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.14244/198271991299.

OLIVEIRA, Mariana.; SOARES, Swamy.; DEUS, Ruy.; NETO, Mello. Desigualdade e juventude: reflexões acerca de critérios adotados pelo plano nacional de assistência

estudantil no Brasil. *Revista Lusófona de Educação*. n.1, v. 49, p. 115-134, 2020. DOI: 10.24140/issn.1645-7250.rle49.08.

SERRA, Fernanda Neves Tavares; NARA, Elpidio Oscar Benitez; BORTOLUZZI, Sandro César; COSTA, Sergio Eduardo Gouvea da; BENITEZ, Guilherme Brittes. Os investimentos das universidades federais brasileiras contribuem para a performance? Evidências nos destinos dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). *Avaliação*. Campinas, v. 29, 9. 1-24, nov., e024033, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id287925.

SILVA, Rafael Felix da; RAZZOLINI FILHO, Edelvino. Fluxos informacionais das políticas de assistência estudantil: uma análise na Universidade Federal do Paraná. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Campinas, v. 22, p. 1-25, mar., e024007, 2024. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v22i00.8675029.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo. A Assistência Estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 48, n. 1, p. 1-17, jan., 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238181.

UCHÔA JÚNIOR, Antônio Mauro de Souza; MAIA, Ana Cristina Nogueira; ARAÚJO, Jair Andrade de. Avaliação da política de permanência dos discentes nos cursos de Ciências Agrárias no Brasil. Ensaio: *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 127, p. 1-25, abr./jun., 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40362025003305106.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino Em-Revista*. Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez., 2010. DOI: https://doi.org/10.14393/ER.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBERTAS ON LINE

História e memória da Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro e latino-americano: entrevista com Leila Lima Santos

History and memory of the Critical Renewal of Brazilian and Latin American Social Work: an interview with Leila Lima Santos

Leila Lima Santos[*]
Carina Berta Moljo[**]
Daniela Leonel de Paula Mendes[***]

Resumo: Apresentamos a entrevista realizada com Leila Lima Santos em 2023, no âmbito de pesquisas acadêmicas sobre a Renovação crítica do Serviço Social ocorrida no período de 1964 a 1985. Destaca-se o Projeto da Escola de Belo Horizonte, as articulações latino-americanas, as conexões da experiência mineira com a experiência nacional e as influências teóricas e políticas que sustentaram a construção do posicionamento crítico nos marcos iniciais da renovação profissional no Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social Crítico; Leila Lima Santos; Brasil; América Latina.

Abstract: We present an interview conducted with Leila Lima Santos in 2023, as part of academic research on the critical renewal of Social Work that occurred between 1964 and 1985. The interview highlights the Belo Horizonte School Project, Latin American connections, the connections between the Minas Gerais experience and the national experience and and the theoretical and political influences that underpinned the construction of a critical stance in the initial stages of professional renewal in Brazil.

Keywords: Critical Social Work; Leila Lima Santos; Brazil; Latin America

Introdução

A entrevista, publicada com pequenas modificações e revisões na revista Libertas, resulta de pesquisas integradas à pesquisa em rede internacional "Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais - América Latina e Europa (1960-2020)". Trata-se das seguintes pesquisas: "Serviço Social crítico no Brasil, antecedentes, história e memória"

[*] United Nations High Commissioner for Refugees. E-mail: liminha57@hotmail.com
[**] Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carinamoljo@uol.com.br
[***] Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: danielaleoneljf@yahoo.com.br

Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0

DOI: 10.34019/1980-8518.2026.v26.53221
Recebido em: 02/06/2026
Aprovado em: 16/06/2026

(CNPq)[1]; "Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social no Brasil e em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos" (Fapemig)[2]; "A virada crítica da formação profissional em Serviço Social no Brasil: o protagonismo da ABESS e os marcos históricos, teóricos e políticos" (PPGSS/UFJF)[3].

A professora Leila Lima Santos nasceu no estado de Goiás, mas ainda na infância se mudou para Minas Gerais, é uma das mais importantes referências do Serviço Social latino-americano, sendo uma das "responsáveis" pelo conhecido "Método Belo Horizonte" (1972-1975), diretora do CELATS (Centro Latinoamericano de Trabajo Social), assim como uma das incentivadoras da Renovação Crítica da profissão no nosso continente.

Na entrevista que nos foi concedida em 03/10/2023, Leila Lima reconstrói o período histórico analisado[4], trazendo importantes informações, memórias e histórias que nos auxiliam na reconstrução do passado recente, que ainda tem muito a ser desvendado. A leitura desta entrevista ajuda o leitor a conhecer o Serviço Social na história[5].

Entrevista com Leila Lima Santos

Entrevistadoras: Professora Leila, para começar, fala para nós o ano e local de nascimento e o ano e local onde a senhora se formou.

Leila: Eu sou absolutamente provinciana. Nasci no estado de Goiás, em 1943, vim bem pequenina para Minas, quer dizer, "sou das Minas Gerais". Estudei até o final do curso secundário em Uberlândia, que é a minha terra; de lá, vim para Belo Horizonte para fazer Serviço Social, cujo curso ainda funcionava na rua Antônio Aleixo, anterior a sede da Praça da Liberdade. Entrei na escola em 1962 e saí em 1965, quer dizer, quando houve o golpe militar em 1964 era ainda estudante. Então, a escola, fiz aí. Já como estudante, fui assistente da diretora, na época, professora Maria da Conceição Machado, conhecida como Yá Machado, diretora do curso de Serviço Social da Universidade Católica e diretora em Minas Gerais da LBA (Legião Brasileira de Assistência), quem me convidou para ser sua monitora da cadeira justamente de Teoria de Serviço Social. A experiência como monitora me deu elementos para entender que talvez eu tivesse certa tendência para a vida acadêmica. Acho que uma pessoa que escolhe fazer

[1] Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFJF (Parecer n° 6.056.692 de 12/5/2023).
[2] Ambas as pesquisas foram realizadas sob coordenação da Professora Carina Berta Moljo.
[3] Tese de Doutorado de Daniela Leonel de Paula Mendes, sob orientação da Professora Carina Berta Moljo, que pode ser acessada em sua íntegra no repositório da UFJF.
[4] A Renovação crítica do Serviço Social (1964-1985).
[5] A entrevista foi revisada e validada intelectualmente pela Leila, assim, ela é coautora do texto.

Serviço Social, por mais que ela não tenha consciência, no início, obviamente revela desde esse momento uma especial sensibilidade de serviço, de alguma outra forma, ainda que não explícita. E realmente ao ser monitora fui consciente disto. Fiz também um curto período de prática no BNH (Banco Nacional de Habitação), trabalhando com as comunidades habitacionais, beneficiadas pelo PNH (Plano Nacional de Habitação). Pouco depois e graças a uma bolsa do governo francês, fui para a França fazer uma maestria, naquela época DES (Diploma de Estudos Superiores). Permaneci três anos no ISST (Institut Des Sciences Sociales du Travail), no curso de Sociologia do Trabalho. Ao regressar a Belo Horizonte em 1969, recomecei imediatamente a trabalhar na Escola de Serviço Social da PUC e pouco depois assumi, digamos assim, responsabilidades maiores: professora, supervisora. A partir do ano de 1972 estive como Diretora da escola durante quatro anos, de 1972 a 1975. Foi mais ou menos isto.

Entrevistadoras: A senhora teve um protagonismo na elaboração do conhecido método BH, né? A gente queria que a senhora falasse para a gente, como que a senhora lembra dessa experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, mas principalmente no sentido de resgatar o que possibilitou esse novo projeto de formação. Quais foram as experiências teóricas e políticas, naquele momento, que deram o chão para vocês fazerem esse novo projeto?

Leila: Olha, isso aí já abordei em algumas entrevistas anteriores e escrevi também sobre estas origens. Acho que o principal que a gente tinha na época era um forte e audaz espírito de busca que ninguém continha, já que nós estávamos absolutamente motivados com novas perspectivas de mudança, queríamos inovar e essa busca por fazer algo diferente implicava, obviamente, não somente, não apenas não recuperar uma visão estabelecida, vigente. Queríamos a toda força cortar, fazer rupturas sérias com o que, na época, se chamava o Serviço Social tradicional. Quer dizer, qual era o chão que nos impulsionava? O que nos impulsionava, do ponto de vista, profissional, era construir algo distinto, algo novo, e, obviamente, isso aí vinha muito dimensionado pela experiência de toda a nossa equipe. Por um lado, a minha, inspirada no vivido em outros cantos e a das colegas mineiras com as quais nos identificávamos; havia também entre todas nós uma espécie de alinhamento com o que ocorria no mundo e sobretudo na América Latina. No meu caso, vivi e participei do processo de questionamento e ruptura com a tradicional e rígida institucionalidade da Universidade em maio de 1968 na França. Esta experiência foi muito forte, impactante e apontava claramente a uma nova formação teórica de absoluta ruptura também com o que era a formação universitária dos

estudantes franceses e europeus. Tudo tinha um lastro de ruptura muito grande, de coisas novas, e isto convergia com nossas iniciais preocupações com nossa própria formação teórica naquela época. Então, chegando ao Brasil reassumi o trabalho na escola no final da década de 1960 e início dos 1970, com tudo o que implicou o impacto da Revolução Cubana e de movimentos sociais, religiosos impulsados por uma igreja avançada, de primeira linha com iniciativas como o MEB (Movimento de Educação de Base). Esse era nosso chão...Vindo de uma família católica cristã, tive uma formação religiosa desde pequena; fui Benjamin na ação católica, na minha juventude participei ativamente da JEC (Juventude Estudantil Católica), da JUC (Juventude Universitária Católica), que, como vocês sabem, era o patamar para uma formação e ação política de maior compromisso político através da AP (Ação Popular) na época, certo? Então, qual era o chão que pisávamos? Era de muito movimento, um chão de muito dinamismo, que trazíamos, uns, do outro lado do mundo, mas que encontrava também no continente latino-americano uma conjuntura absolutamente propícia, convergente, dinâmica e muito politizada. Nossas convicções eram alimentadas pela Revolução Cubana, por uma progressista Igreja Católica na qual eu participava muito inspirada na teoria da consciência histórica do Padre Henrique Vaz e em Paulo Freire. Ademais, minha família nuclear em BH era muito próxima a Dom Serafim, Bispo e Reitor da Universidade Católica, quem inclusive, batizou meu segundo filho. Eu então estava muito ligada à igreja mais aberta e renovadora e Dom Serafim foi um Bispo e Reitor progressista, receptivo, que incentivava e estimulava visões e ações novas no interior da sua diocese e da Universidade Católica. Então, nós embarcamos nesse mundo de uma igreja aberta, de um concílio ecumênico, de um Papa João XXIII, de uma Comunidade Eclesiástica de Base, do Movimento de Educação de Base, alimentados pela teoria freiriana. Como estudante, estagiária, monitora, professora, como diretora, os elementos sempre presentes em cada momento eram estes, de muita ebulição, de muita motivação e compromisso com a ruptura com o estabelecido e com a busca de algo novo. Na América Latina, concomitantemente, estava em voga o chamado Movimento de Reconceitualização, sobretudo no Chile e Argentina. Alguns dos integrantes do corpo docente da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, (as irmãs Quiroga, Ana Maria e Consuelo, Marilda Villela, Roberto Rodriguez e outros) participamos dos seminários organizados e coordenados pelo PTS/ISI (Projeto de Trabalho Social/Instituto de Solidariedade Internacional) que foram, digamos assim, referentes emblemáticos, que ‘abandeiraram’ e impulsaram nossa inscrição absoluta e convicta neste movimento de Reconceitualização; os seminários de Porto Alegre, Caracas, Uruguai, Ambato, são, creio, considerados os mais emblemáticos nessa história. E aí sempre estávamos como participantes ativas. Enfim, íamos alimentando-nos também de tudo isto, certo? Então, o que

nos moveu e nos impulsionou? Um pouco a experiência pessoal neste contexto mundial, inspirada nas vivências do maio de 68 em Paris, o forte impacto da Revolução Cubana no grupo progressista latino-americano, momentos também de emergência e de uma espécie de adesão a uma posição de identidade com os movimentos mais democráticos na América Latina e sem dúvida, o forte impacto do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no continente, como falei anteriormente. Então, nosso piso, nosso chão eram esses. Tínhamos poucas coisas claras e essa certamente era a principal: não estávamos na escola para repetir velhos esquemas de educação, assumimos com muita motivação a direção da escola para fazer uma nova gestão, com um projeto de formação teórico-prático diferenciado, buscando realmente romper com uma formação profissional que tínhamos vivido em carne própria, que conhecíamos bem, porque éramos alunas e professoras dessa escola. Achávamos que aquele não era o caminho, buscávamos novos andares, novas pistas e em adesão, em alinhamento, em consonância e coerente digamos assim, com o que passava no mundo e especialmente no nosso continente. Queríamos transformar, queríamos "revolucionar" e colocar em marcha um projeto, uma arquitetura de formação profissional acorde a tudo isto. Essa era nossa motivação básica.

Entrevistadoras: Sim. Claramente, houve uma articulação da experiência de Belo Horizonte com esse cenário latino-americano, muito ligado ao que a senhora disse que é o Movimento de Reconceituação e o próprio CELATS. A senhora gostaria de falar alguma outra coisa em relação à influência latino-americana, assim, se ela foi mais incisiva, ou em que momento ela foi mais incisiva para a construção da experiência de Belo Horizonte?

Leila: Importante relembrar que esses seminários latino-americanos já mencionados eram facilitados, promovidos e totalmente financiados, pela fundação Konrad Adenauer (FKA) do partido da Democracia Cristã alemã. Acho que a Konrad Adenauer tinha claro qual era a natureza da inserção do Serviço Social na estrutura e dinâmica das classes sociais em nossos países. E os alemães por esta razão nos buscavam, apoiavam e propiciavam de forma regular nossa ativa participação em seminários dessa natureza por todo o continente. Na minha compreensão, a fundação Konrad Adenauer entendeu, desde o princípio, que o Serviço Social era uma profissão cujo exercício tinha como base uma especial articulação, vínculo e inserção direta junto à classe trabalhadora. Então, nessa medida, desde a época do PTS/ISI, e com maior razão a partir do período do CELATS, os alemães tiveram marcada estratégia de financiamento, de valorização, de promoção, de acercamento e apoio junto à classe trabalhadora e que o Serviço Social como profissão era também, a juízo deles, muito próxima dos trabalhadores,

com vínculos claros com a quotidianidade da classe assalariada. Então, isto ajuda a entender o significativo apoio que os democratas cristãos alemães nos brindaram e que foi fundamental na vida dos organismos que impulsionaram uma nova visão da profissão -fundamentalmente ALAETS (Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social) e o CELATS, seu organismo acadêmico, funcionando de forma estável, com caráter de Organismo Internacional através de um convenio com o ministério de relações exteriores do Peru. O Diretor do CELATS e os Coordenadores Acadêmicos tinham estatuto de funcionários internacionais com visto respectivo como residentes em Lima. Os alemães propiciaram através do PTS/ISI a realização desses seminários latino-americanos que reunia por uma ou duas semanas um grupo de destacados e qualificados profissionais que liderava essa nova forma de pensar o Serviço Social latino-americano e posteriormente destinaram recursos financeiros para a manutenção de toda a estrutura e funcionamento do CELATS (incluída a compra de um imóvel para sediar o funcionamento do Centro Acâdemico de Alaets em um importante bairro limenho, atualmente com incerta e complexa situação jurídica) com programação ampla e diversificada, em forma permanente por um longo período. A primeira diretora do PTS/ISI foi Ruth Madueno, assistente social peruana, originária da Universidade de São Marcos em Lima, uma das mais politizadas da América Latina. Ruth era, certamente, uma destacada profissional com formação diferenciada e distanciada do Serviço Social tradicional. Ruth foi substituída por Consuelo Quiroga, que havia sido vice-diretora da ESS/UCMG de Belo Horizonte nos anos 1970 e responsável pela transição do PTS/ ISI-CELATS. O CELATS foi inicialmente estruturado com três coordenadores acadêmicos dos quais um era o Diretor. Este primeiro "triunvirato" foi composto por Juan Mojica como Diretor, Boris Lima e Leila Lima como coordenadores acadêmicos[6]. Em acordo entre ALAETSS/ Fundação Konrad Adenauer, o CELATS contava também com a presença, em Lima, de um assessor alemão, que regularmente se reunia uma vez por semana com os coordenadores acadêmicos. A programação do CELATS contava, ademais, com um grupo de importantes investigadores sociais permanentes ou por períodos determinados: Alejandrino Maguina, Manuel Manrique Castro, Roberto Rodriguez, Walter Tesch, Carlos Urrutia Bologna, Jorge Parodi, Jorge Valenzuela, Marilda Villela, Raul de Carvalho, Myrian Gamboa, entre muitos outros. Ademais deste setor de Investigação e Pesquisa, o CELATS se estruturou com programas de Capacitação-Formação e Comunicação-Difusão a nível continental. Tínhamos, então, consciência de que se bem o projeto dos alemães não era o nosso e o nosso não era o deles, houve sim, uma convergência, uma simbiose de

[6] Outros destacados colegas da América Latina também integraram a coordenação do CELATS, como Norberto Alayon (Argentina), Cecília Tobon (Colômbia) e Margarita Rosas (Peru), entre outros.

interesses compatíveis em determinado momento da história do Serviço Social com projetos vinculados a área social através do Serviço Social - PTS/ISI e CELATS em Lima - e sindical de trabalhadores assalariados na América Latina com a CLAT (Central Latino-Americana de Trabalhadores), com sede em Caracas. Perguntávamo-nos uma e outra vez sobre as razões de tudo isso e buscávamos entender os interesses "embutidos" neste projeto profissional, durante o período daqueles anos de guerra fria e de disputas das duas potências USA x URSS pela hegemonia mundial. Alemanha buscava novo lugar no mundo, queria "blanquearse" de seu passado nazista, com o holocausto e ampliar sua, até então, escassa presença na América Latina, com forte presença americana através da Aliança para o Progresso. Alemanha buscava assim uma via distinta do capitalismo americano e do comunismo soviético, através da chamada terceira via, convergente com os princípios norteadores da Democracia Crista alemã e, portanto, da FKA e dos projetos do PTS/ISI no continente. Entendo que o grande apoio ao Serviço Social, à ALAETS e ao CELATS certamente se inscreve no quadro político mundial daquele momento. No interior do CELATS em nosso trabalho diário, os vínculos com os alemães se deram sempre em um âmbito de respeito as nossas motivações e concepções sobre o Serviço Social e nosso pensamento teórico-metodológico e fundamentalmente à extensa e intensa programação da ALAETS e do CELATS. Tivemos neste sentido uma perspectiva realista e pragmática, acorde aos parâmetros profissionais com um balanço altamente positivo frente aos logros e avanços alcançados nesta relação com a fundação Konrad Adenauer. Definíamos com absoluta autonomia e independência nossa linha de trabalho e programação no campo da pesquisa, formação e difusão de nosso mandato fundacional. Reafirmo que apesar de algumas previsíveis tensões nesta relação tivemos apoio e total autonomia para definir em forma independente nosso projeto com propostas inovadoras, tanto no âmbito da investigação como da formação profissional e de difusão de seus resultados a nível latino-americano.

Entrevistadoras: Leila, é muito interessante quando a senhora diz que participou do maio francês e, assim, quando a gente lê a questão do método BH (a professora Rosângela Batistoni denomina agora como "Projeto da Escola de Belo Horizonte", já não chama mais de método BH), fica muito clara a influência do maio francês, dos intelectuais franceses na experiência de Belo Horizonte. Quando a senhora estudou lá, quais professores, autores, pessoas do movimento articulado ao maio francês influenciaram claramente sua experiência, enquanto professora e de Belo Horizonte?

Leila: Olha, do ponto de vista, digamos assim, do pensamento europeu, acho que a influência mais forte que eu pessoalmente tive e que certamente reverberou na nossa experiência na escola foi, sem dúvida alguma, a de Louis Althusser, de quem tive a honra de ser aluna. E como sabemos, Althusser tinha uma forte aproximação com o marxismo. De fato, a formação daqueles anos na França estava permeada por uma estreita relação entre estruturalismo e marxismo. Líamos Lévi-Strauss e Jacques Lacan no curso de sociologia. Então e, sem dúvida, Rosângela tem toda razão quando menciona a grande influência dos seminários do Althusser em minha formação. Além do estruturalismo com maior acercamento com o marxismo, através do Althusser, transitamos também por Gramsci, Lacan, Michel Foucault, Hegel, Lenin. E tudo isto atravessado pela minha limitada formação teórica e filosófica e pelo impacto que causou em nossa geração o movimento político do maio 1968. Estes foram de todas as maneiras os acercamentos teóricos que marcaram muito minha formação. Havia também muito ecletismo.... Fui aluna do Jacques Lambert, que apesar da força que tinha naquela época se enquadrava mais como um pensador modernista da sociologia política e das análises institucionais sobre desenvolvimento, desigualdades e democracia na América Latina. De fato, Lambert nunca se afiliou ao marxismo. Uma indicação disto foi que não se inscreveu nas lutas políticas dos estudantes do maio de 68. A leitura do seu conhecido livro "Os dois Brasis" lançado justamente na época do governo do Juscelino Kubitschek, abordava a problemática da marginalidade, desemprego, analfabetismo, temas orientados a uma visão mais desenvolvimentista. Havia muito interesse naqueles anos, na França, por Brasília, com todas as reverberações relacionadas com a mudança da capital do Rio para Brasília. Isto chamava muita atenção dos franceses e me perguntavam por que estudava sociologia do trabalho e não sociologia urbana...Eu estava igualmente muito impactada com o que acontecia na França, que, digamos assim, mostrou nas ruas, de forma tão radical, um movimento de ruptura total e absoluta com a velha institucionalidade da formação universitária questionada no seu formato, em sua estrutura, organização e funcionamento. As mobilizações dos estudantes no Quartier Latin nos pareciam extraordinárias, pela sua força e capacidade convocatória para mobilizações gigantescas, arrancando os "pavês" deste famoso bairro em Paris; e nos chamava muito a atenção a "relativa" repressão policial; e pelo fato de que concomitantemente às famosas passeatas do Boulevard Sain Michel e Saint German, os estamentos do SRSS (polícia francesa), ambulâncias se estacionavam nas ruas principais destes dois boulevards para atender qualquer atropelo físico aos estudantes...era algo meio surrealista para nós, estudantes brasileiros, acostumados aos ferozes níveis de repressão estudantil naqueles anos no Brasil. Como estudante, vivi de perto, em Paris, os impactos do modelo da universidade até então vigente.

No ISST (Instituto de Ciências Sociais do Trabalho), onde estudei e mencionei anteriormente, vinculado a escola de Direito e Economia da Universidade da Sorbonne, recebíamos ainda aquele tipo de formação por meio de destacadas conferências que foram justamente muito questionadas pelo movimento de 1968. Eu, pessoalmente, participei de aulas de mais de 100, 200, 300 estudantes, com professores de toga, com transmissão por televisão, tudo muito rígido e tradicional. Quer dizer, todo esse ritualismo das cátedras magistrais, toda essa estrutura tão pesada da formação universitária francesa foi absolutamente questionado nas ruas, o que provocou, como se sabe, uma ruptura e uma nova arquitetura da formação universitária, sobretudo na Sorbonne do Quartier Latin (onde eu residia e estudava) e em Nanterre. Vivíamos então com meu marido e meu primeiro filho recém-nascido num miniestúdio frente à universidade na rue da Sorbonne, ou seja, maio de 1968 tocava de forma direta a porta de meu diário viver. Então, e para mim, todo o influxo teórico, metodológico, filosófico, antropológico, sociológico francês era mais que bem-vindo. Estávamos muito imbuídos disso naqueles dias que paralisaram Paris, afetando parte da Europa (grupos estudantis radicalizados seguiam a um legendário líder alemão, Cohen Bendit...). Quando voltei ao Brasil, final de 1969, o movimento de repressão da ditadura militar era extremamente duro, vocês devem se lembrar ou recordar por relatos e leituras; período terrivelmente obscuro, bem retratado no filme "Ainda estamos aqui"... Então, era tudo muito contraditório: em Paris nas ruas com os estudantes, vivendo com emoção o maio de 1968, apoiando o movimento que buscava a quebra da estrutura e da rigidez da universidade francesa e ao regressar a Belo Horizonte me deparando com um regime de ditadura militar repressivo, muito duro, com vários mortos, muitos torturados e desaparecidos...tudo muito, muito pesado...

Então, como é que poderíamos fazer florescer um projeto profissional com todas os condicionamentos e limitações do momento político que vivíamos no país? Isso aí explica, em parte, porque essa experiência da Escola de Serviço Social de BH foi, de certa forma - isso aí também já está analisado por muitos de vocês - uma experiência singular naquele momento, muito articulada na América Latina, mas um tanto solitária dentro do Brasil; a experiência da ESS da PUC de Minas Gerais estava no holofote do Movimento de Reconceitualizacao e, ao mesmo tempo, quase "escondida" no Brasil. Acho que nosso novo projeto de formação profissional, de fato, foi naqueles anos mais bem acolhido e compreendido fora do Brasil.

Entrevistadoras: Professora Leila, na construção desse Projeto da escola de Belo Horizonte, nesses anos, teve alguma articulação com a ABESS, em algum momento?

Leila: Total e absoluta. Olha, eu acho que uma das coisas que tínhamos claro e que é uma fortaleza do projeto da escola, que vem sendo "destrinchado" por vocês e um dos elementos que talvez eu reforçaria seria justamente esse. Eu quase que diria que tivemos essa certa habilidade e acerto, numa conjuntura repressiva, tão fechada, entender que apesar de tudo, nós não podíamos ter uma ótica isolada da escola, dos grêmios profissionais e, sobretudo, da associação das escolas no Brasil. Tivemos uma ativa participação na ABESS sobretudo no centro oeste, no período da escola... A memória é às vezes muito traiçoeira e não me permite precisar bem alguns detalhes destes períodos. Fui também, da direção da ALAETS, porque como diretora do CELATS participava do Conselho Diretivo da ALAETS. Bom, acho então que tivemos certa lucidez para entender que a formação profissional não era isolada, nem da realidade das instituições onde nossos estudantes faziam seus estágios, mas menos ainda da categoria profissional em exercício da profissão. Cultivamos estas relações e contatos, através das mencionadas equipes de prática, integradas organicamente ao nosso projeto de formação: professores, supervisores e alunos. Construímos com acerto uma aliança e uma frente, articuladas entre a formação acadêmica, a organização profissional, a gremial e o processo de ensino, através da ABESS, que, já naquela época, tinha força relevante, expressão e capacidade convocatória. Então, foi esse tabuleiro onde não há possibilidade de mover uma ficha sem ter presente todas as demais. Isto nós estivemos sempre muito presentes. Outra dimensão que eu ressaltaria no nosso projeto, tanto da escola, quanto no CELATS e, na verdade, acho que em outras dimensões do meu trabalho, foi uma espécie de...eu diria... de sorte, porque, finalmente, nessas experiências há sempre elementos absolutamente objetivos, materiais, tangíveis e outros ponderáveis que também dependem de uma dinâmica que às vezes nos escapa. Então, nisso aí, por exemplo, acho que tivemos boa dose de olfato para conformar equipes que vinham já, digamos assim, como produto e fruto de uma consciência de um trabalho coletivo, crítico e diferenciado: não somente coletivo enquanto de todos, mas coletivo enquanto também de todos, o melhor e mais representativo. Então, contamos com os melhores investigadores, os melhores capacitadores, os melhores professores e supervisores. Fizemos também numa outra dimensão do nosso trabalho na escola, um forte vínculo com as ciências sociais. Através do ciclo básico em ciências sociais da universidade católica, convocávamos e contratávamos rapidamente os melhores sociólogos, economistas, antropólogos, filósofos para serem professores na escola de Serviço Social. E esse estar acompanhados dos melhores professionais esteve também presente no trabalho do CELATS. Certamente, pela pesquisa que estão fazendo, vocês são conscientes de que o CELATS tão pouco trabalhou isolado, mas sim vinculado com os melhores acadêmicos e pesquisadores em ciências sociais do Peru, do Brasil e da América Latina naquele período.

Na leitura de nossos trabalhos certamente puderam identificar a presença do Lúcio Kowarick, um dos grandes pesquisadores sobre temas vinculados a políticas públicas e seus impactos nas populações mais vulneráveis. Kowarick aceitou um convite do CELATS para ditar no Equador durante 10 dias um seminário sobre Políticas Sociais com colegas de todo o continente. Buscávamos compreender melhor o significado destas políticas e seu impacto no trabalho do Serviço Social. Ademais, convocamos Carlos Vivas, argentino, também estudioso de temas vinculados às políticas sociais. Queríamos entender melhor os vínculos dessas políticas com a ação social dos assistentes sociais. Conseguimos uma aproximação grande com estes destacados especialistas para alimentar o projeto em formação dos futuros estudantes do primeiro mestrado de caráter latino-americano organizado e dirigido pelo CELATS, o MLATS (Maestria Latino-americana em Trabajo Social), vinculado à UNAH (Universidad Nacional Autonoma de Honduras), com ênfase na temática de políticas sociais. O MLATS contou com apoio do então reitor da UNAH, doutor Jorge Arturo Reyna, e do professor Guillermo Camacho, conhecidos ambos pelo compromisso com a qualidade e democratização do ensino superior no país. E esta Maestria teve diretores emblemáticos como Boris Lima e Diego Palma. E professores da estatura intelectual de José Paulo Netto. Este projeto contou também com apoio da CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais) e do CSUCA (Conselho Superior Universitário Centro-Americano), que buscavam a integração e o fortalecimento da educação superior pública na região. Ambos os organismos contavam com excelentes professores e investigadores destacados na América Latina que apoiaram o MLATS. Então, por isto estou sempre ressaltando essa presença de equipes de alta qualidade acadêmica e investigativa ao longo do nosso trabalho aqui e acolá.

Entrevistadoras: Professora, nós vamos voltar em BH, mas pensando na virada crítica da formação profissional do Serviço Social brasileiro como um todo. A experiência de Belo Horizonte foi uma experiência pioneira, mas que ficou localizada, ela não é considerada como uma virada nacional da formação profissional. Especialmente, ao longo da década de 1970, tiveram convenções da ABESS que foram muito importantes, como a convenção de Piracicaba, em 1975, a de Belo Horizonte, em 1977 e a de Natal, em 1979, quando foi aprovado o currículo, né? Então, gostaríamos de ouvir da senhora a relação da sua trajetória, da trajetória dos professores da escola, do método BH, nas convenções; se houve uma influência da história do método BH para ajudar a virar a formação profissional nacional, nesse processo da profissão como um todo; como e se teve essa articulação, na processualidade mesmo, ali, nas assembleias, em falas, intenções, em construções.

Leila: Sim, estas Convenções da ABESS tiveram naqueles anos um papel muito importante na definição das condições básicas requeridas para uma nova formação professional acorde aos elementos teórico-metodológicos com os quais estávamos identificados e que eram convergentes com o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no continente. Algumas destas Convenções tiveram um impacto decisivo na formulação do curriculum convergente com novas perspectivas alinhadas com um pensamento mais crítico e diferenciado. Ademais destas três Convenções mencionadas por vocês, participei da XVIII Convenção da ABESS em São Luís do Maranhão em 1973, em pleno período de efervescência do método BH, que pretendia um alinhamento a esta busca de uma formação crítica e de qualidade crescente. Anos depois recebi da professora Josefa Batista o testemunho do impacto que a apresentação do Método BH causou naquele momento no grupo de professores de Serviço Social de São Luís. Participei também ativamente da XIX da Convenção de 1975 em Piracicaba. Olha, eu acho que, como todos os processos, obviamente, este também tinha suas tensões e dificuldades. Sem dúvida nós estávamos muito convencidos do nosso processo e, de certa forma, liderávamos esse movimento de repensar a formação e o exercício da profissão em articulação com a Reconceitualização. Então, nós éramos, por um lado, respeitados, escutados nessas convenções, acho que fundamentalmente isso, sim, mas havia, obviamente, uma contra visão mais conservadora, ligada, digamos, às matrizes mais tradicionais de entender a profissão, de impulsioná-la. Inevitavelmente nesses encontros sempre havia representantes destas duas visões. Então, em uma dessas convenções, há registros que certamente vocês já conhecem através de textos. De fato, em Piracicaba houve um enfrentamento expressivo daqueles tempos de tensão. Analisando hoje com mais serenidade, acho que houve certa irreverência da minha parte. Isso porque quando se é muito jovem, pode haver certa altivez quase sempre movida por motivações e forte compromisso; que também é criativa, impulsora, conduzida com firmeza pelas convicções que as animam... mas, às vezes pode ser também irreverente com certa dificuldade para ouvir e entender melhor o pensamento, as expressões e posições de nossos oponentes. Eu era então bastante mais jovem que a professora Nadir Kfouri, que era muito respeitada e identificada, por nossa equipe, talvez de forma até ligeira, como uma convicta representante do pensamento conservador da profissão. O fato é que quando fiz a intervenção sobre a experiência da escola de BH esta professora criticou severamente nosso projeto e me convidou, publicamente na assembleia da ABESS, a abandonar a carreira de Serviço Social e a experiência da escola com seu método BH porque, segundo ela, o que eu estava expondo, como Diretora, era exatamente uma negação dos princípios fundacionais básicos do Serviço

Social, de sua filosofia e metodologia de trabalho, afastando-me do que eram os referentes teóricos, metodológicos, do "legítimo", "autêntico" e "verdadeiro" Serviço Social. A partir daí, acho que com certa irreverência, rebati energicamente, defendendo nosso projeto e posição. Houve, então, um momento de impasse, porque era, afinal, uma convenção da ABESS onde eu tinha também certa liderança. Ao mesmo tempo, a professora Nadir Kfouri era uma profissional muito reconhecida. Refletindo sobre isto e reconhecendo a respeitável trajetória desta importante figura do Serviço Social no Brasil, penso que houvera merecido, naquele momento, um trato mais respeitoso de parte dessa jovem impetuosa, totalmente convencida e comprometida com o projeto de formação que estava dirigindo em BH. Compartilho com vocês detalhes desta anedota para ilustrar o período de tensões e polarização que já vivíamos naqueles anos. Anos mais tarde e na qualidade de Diretora do CELATS, residindo em Lima, vim ao Brasil para assinar um convênio com a PUC de São Paulo em apoio à criação da pós-graduação, dos projetos de pesquisas da universidade na época. Vocês conhecem bem a importância da PUC de São Paulo na história do Serviço Social no Brasil. A Reitora era justamente a professora Nadir Kfouri e com ela iria assinar o mencionado convênio. Então, quando nos encontramos no salão da reitoria, lhe disse que queria em primeiro lugar pedir perdão pela minha altivez e pela forma altaneira como conduzi nossa discussão e debate na convenção da ABESS. Ela, obviamente, uma mulher de grande elegância e sabedoria, me acolheu calidamente com um abraço e assinamos de bom grado o convênio do CELATS-PUC. Infelizmente, não voltei a vê-la... Esta convenção de Piracicaba, em 1975, ficou bem registrada em minha memória, como um dos momentos de embate mais duros entre visões distintas sobre nossa profissão. As outras duas convenções foram igualmente muito importantes sim, mas eu acho que onde a nossa escola entrou com uma linha de frente bastante forte e incisiva, foi em Piracicaba. Mas, como relatei, isso aí se transformou em um capítulo superado e que, felizmente, foi recuperado em uma instância também de produção, de impulso, de apoio, ao que era - e continua sendo - a luminosa história da Escola de Serviço Social da PUC de São Paulo. Figuras como as pesquisadoras e professoras Carmelita Yazbek, Rachel Raichelis, Marilda Villela, José Paulo Netto e tantos outros destacados colegas falam por si mesmas.

Entrevistadoras: Interessante. A professora Nadir, posteriormente, foi considerada pelas colegas, professoras, como uma força muito grande dentro do Serviço Social crítico. Há registros de que ela ajudou, ela abriu caminhos, especialmente na Convenção de 1979. Então, talvez, esse posicionamento que a senhora fala, assim, de ter revisto o que aconteceu lá, talvez ela também tenha feito, porque depois foi mudando.

Leila: Certo. A professora Nadir Kfouri era uma dama, um respeitável ícone do Serviço Social, sem dúvida alguma e, profissional séria e comprometida com seu trabalho. Certamente, não merecia este trato de minha parte, então uma jovem entusiasta, profissional mineira em seus trinta e poucos anos...Ainda nos dias de hoje lamento aquele incidente...

Entrevistadoras: Então, em 1975 teve esse embate, né? Em 1977 houve a Convenção de belo horizonte, a senhora estava?

Leila: Não participei diretamente da Convenção de Belo Horizonte em 1977, pois já estava no CELATS e, para ser franca, não me lembro, sinceramente, dos temas básicos discutidos nesta ocasião.... recorrentes traições da memória....

Entrevistadoras: É curioso porque, em 1975, já houve uma indicação de mudança do currículo, em 1977 isso estava muito claro, mas não foi possível em 1977. Essa Convenção de 1977, ela fica muito em aberto, tanto em termos de intenção quanto de produção. Então, a gente queria entender um pouquinho porque ali não foi aprovado o novo currículo.

Leila: Eu também não me lembro bem, como disse. E não poderia afirmar categoricamente para vocês se o CELATS teve ou não uma participação direta nesta Convenção... Basta lembrar que foi realizada depois da crise da ESS de BH em 1975. Ademais, era um período muito dinâmico do CELATS, provavelmente, estava muito envolvida com outras iniciativas e responsabilidades como Diretora nesta ocasião. Eu não saberia dizer. E, se bem eu vinha com muita frequência ao Brasil, sempre tratando de apoiar as múltiplas iniciativas, não participava de muitas delas...cobríamos toda a América Latina.

Entrevistadoras: E aí, em 1979 foi aprovado o currículo, que foi na Convenção de Natal, a XXI Convenção. Em 1982 ele foi regulamentado pelo Conselho Federal de Educação. E a gente está trabalhando com uma hipótese, professora, de que essa Convenção de Natal foi um grande marco na formação profissional crítica do Serviço Social, pela decisão política hegemônica da aprovação do novo currículo. O que a senhora acha disso? Acha que faz sentido?

Leila: Olha, também não creio que poderia dar uma resposta muito satisfatória. De todas as maneiras, a aprovação do currículo básico mínimo para todo o país foi fruto de um processo construído coletivamente por aquelas escolas, cuja direção e professores se alinhavam a uma posição crítica renovadora preponderante no interior da ABESS. E não há dúvida que a

associação tinha uma grande capacidade convocatória, liderando naqueles anos a luta por um novo projeto de formação. A ABESS era dinâmica, propiciava debates e embates que fazem parte da nova inserção do Serviço Social na história do país. O que eu percebo de uma forma mais global, é que a força do Serviço Social no Brasil hoje é particularmente chamativa ... Estava pensando sobre o "*parangon"* das histórias, da história grande - com h maiúsculo - em consonância com nossa história, na construção deste novo Serviço Social, que logrou sobreviver graças a um qualificado corpo de docentes e a essa cobertura universitária que tínhamos naqueles anos de repressão no país; de fato, algumas universidades católicas como a de São Paulo, do Rio, de Belo Horizonte, cujos reitores e diretivos nos apoiavam e nos deixavam uma importante margem de ação, com todo o significado do âmbito acadêmico, que em geral é mais aberto e protegido....sem ignorar suas contradições. Ao mesmo tempo, é impressionante ver como o Serviço Social brasileiro foi crescendo, como foi se agigantando, como foi se empoderando e, hoje, eu diria, em uma palavra, que o Serviço Social brasileiro é potente, por diversas razões: quando se observa o que é o universo dos assistentes sociais no Brasil, com volume e uma dimensão importantíssima, resultado de tantas lutas de nossa categoria professional. O que se avançou na regulamentação, nas novas bases da formação profissional, do currículo básico, do Código de Ética do Serviço Social do Brasil, na regulamentação do exercício profissional. Todas elas conquistas relevantes e eu diria quase únicas. Isso aí ainda não é comum nem generalizado em muitos países, até onde estou informada, certo?! E se sabe que o Serviço Social no Brasil é hoje referência latino-americana e internacional. Nossa experiência nos anos 1970 foi reverberante, criou muitas contracorrentes, mas certamente contribuiu também a construir uma nova mirada sobre nossa profissão. E, ao longo destas últimas décadas, e graças fundamentalmente a novos e qualificados parâmetros de análises, de investigação, de intervenção com consciência ética e política ao redor do que hoje se conhece como projeto ético-político, sem dúvida catapultou o Serviço Social do Brasil, na América Latina e em outros países. O Serviço Social no Brasil, hoje, goza de importante dimensão, tanto na formação profissional, quanto na organização gremial e no marco legislativo-jurídico que protege o exercício da profissão. Isso é superlativo, não tem outra palavra: é muito potente. O Serviço Social brasileiro é hoje, sem dúvida, um referente graças a esse avance que foi e segue sendo muito batalhado, graças às conquistas, às lutas e resistência dos que estão formando novas gerações, impulsando, pesquisando, produzindo investigações de qualidade, projetando essa nova presença e interlocução de nossa profissão. São avances muito importantes que gostaria de ressaltar.

Entrevistadoras: Professora Leila, o Serviço Social crítico e a hegemonia do pensamento marxiano, de formação na teoria do Marx, é muito forte no Brasil, se expressa na nossa legislação, etc., diferente de outros países da América Latina, se a gente pensar, por exemplo, o caso da Argentina ou do Chile, com a influência do Serviço Social terapêutico, etc. Então, para a senhora, por que no Brasil, apesar da ditadura, apesar de tudo, o Serviço Social crítico, diferente de outros países da América Latina, foi possível, e ainda é potente?

Leila: Olha, eu acho que é uma certa, digamos, convergência de muitas coisas. Existe muita fecundidade nas escolas e nos cursos de pós-graduação, em matéria da compreensão da natureza da nossa profissão, de seu posicionamento no mundo acadêmico e investigativo, de sua inserção no âmbito das políticas públicas. Está impulsionando novas investigações coerentes com novos desafios do momento atual, certo? Então, vocês me corrijam, mas eu entendo que hoje há mais de 30 cursos de pós-graduação, sei que há muitíssimas iniciativas de formação, a nível de mestrados e doutorados, aqui e em outras partes, além de várias pesquisas em diferentes universidades, como a de Juiz de Fora. Vocês já são também referências aqui e alhures. E, como disse, o Serviço Social brasileiro abriu um "*scope"* muito importante a nível latino-americano e mundial. O livro "*A história pelo avesso"* sobre a Reconceitualizacao do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais, coordenado por Marilda Villela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos é, sem dúvida alguma, o melhor exemplo deste grande avanço e um marco na aproximação do Serviço Social no continente e em vários países da Europa.

Entrevistadoras: Trinta e seis programas de pós-graduação.

Leila: Olha! Isso aí é uma coisa muito importante, porque, finalmente, significa um potencial muito grande para pensar, repensar, recuperar e projetar nossa profissão a um nível crescente de qualidade e interlocução junto as ciências sociais e responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas acordes as demandas das maiorias no país. Entendo, também que, ao mesmo tempo, houve certa massificação da formação universitária do Serviço Social no Brasil, sobretudo com os chamados cursos à distância. Nem sempre a democratização do ensino pode garantir a qualidade requerida. Outro âmbito com grande potencial no Brasil, é a capacidade convocatória que os órgãos organizativos da nossa profissão têm. É realmente impressionante o que se vê neste campo. No roteiro vocês tinham colocado o Congresso da Virada e nós ainda não falamos nisso, mas lembrei agora. O Congresso da Virada, há mais de 40 anos, teve uma grande capacidade de convocação...o Brasil é grande, com mais de duzentos

e vinte milhões de habitantes e, se bem nossa população profissional é relativamente pequenina frente à população brasileira - 200 mil professionais -, ela é enorme como quadro profissional, com uma força gigante! E não somente é grande em termos quantitativos, ela é dinâmica, é muito vivaz, vivificante, ela é também ousada, criativa e, sobretudo, é resistente e muito audaz rente as lutas com as quais se identifica, certo? Acho que a categoria profissional brasileira, na minha forma de entender, se caracteriza basicamente por isso, ousada em suas lutas e resistente em seus questionamentos e propostas. A capacidade de luta, resiliência, resistência de nossa categoria é mesmo grande, ela é enorme. Confesso que fico muito emocionada quando vejo e constato isto. Em seus últimos seminários, podem inscrever-se mais de 4.000 profissionais! Que potência de grupo!!!

Entrevistadoras: A Marilda tem um papel fundamental, porque antes havia uma visão quase mágica, de que o III CBAS aconteceu com as pessoas que se reuniram e pronto, viraram a mesa; e a Marilda o tempo inteiro vai mostrando como foi fundamental o trabalho do CELATS, em conjunto com as greves, com os sindicatos de assistentes sociais etc., para articular a possibilidade dessa virada, aí o seu papel, Leila, fundamental em todo esse processo da construção.

Leila: Olha como são as coincidências e incidências dos processos. Na minha cabeça, eu acho que todos os processos sociais, econômicos e fundamentalmente os políticos têm, todos, digamos assim, certa dinâmica inicial, acorde aos propósitos de sua respectiva base fundacional. No começo se pode projetar, programar, organizar, impulsar determinado processo, que pouco a pouco adquire certa dinâmica própria, vai tomando um determinado caminho, andamento e, de repente, não há mais e unicamente o pensado e programado anteriormente. E ainda que a base fundacional permanece, o processo assume, pouco a pouco e progressivamente uma dinâmica e perfil distinto, próprio. Esta dinâmica própria é as vezes tão importante que realmente muda nesses processos, e o que aconteceu com o da virada foi mais ou menos isto no meu entender. Luiza Erundina, outra grande referência no quadro patrimonial do Serviço Social no Brasil, foi membro do Conselho Diretivo do CELATS, uma profissional vinculada à classe trabalhadora, ao sindicalismo. E fizemos o possível para que ela integrasse o Conselho Diretivo, decisivo na formulação da programação geral do CELATS. Este conselho era formado pela diretoria da ALAETS e por profissionais de destaque na profissão e no mundo acadêmico. Assim, chegou Erundina ao CELATS e teve um papel fundamental no Congresso da Virada. Olha, isto é um exemplo claro da dinâmica dos processos, certo? Nesse momento, Seno Cornely

tinha igualmente ativa participação nos congressos e seminários latino-americanos e no Brasil, como presidente da ALAETS. Seno Cornely nem sempre representava nossa linha de pensamento, era mais ligado ao que, na época, se chamava planificação ou planejamento, numa linha, digamos assim, com enfoque mais desenvolvimentista e nem sempre com claro alinhamento com as tendências mais progressistas...e menos ainda com as matrizes simpatizantes do marxismo. E nós, sem um conhecimento real das categorias marxistas, tínhamos esse acercamento, uma espécie de alinhamento quase natural a essa matriz, mais por convicção que propriamente por conhecimento e formação. Lembremo-nos que, naquela época, estavam iniciando-se os cursos de formação de pós-graduação, Maestria e Doutorado do Serviço Social no Brasil. Como presidente da ALAETS, Seno Cornely gozava de uma projeção enorme, era dinâmico, então, tratamos de canalizar ao máximo seus aportes, juntamente com os de Luiza Erundina, já que ambos representavam duas vertentes, duas forças, com processos, convicções e histórias diferentes. Então, estávamos no chamado Congresso da Virada, com Seno Cornely, e Luiza Erundina. E os três vinculados ao CELATS, preparando o congresso. Fizemos todo um trabalho de coordenação para apoiar este evento. Eu vim de Lima a São Paulo várias vezes para apoiar a organização e o programa do congresso, apoio que incluiu também aspectos financeiros. E neste congresso, Luiza Erundina teve um papel de liderança decisivo. Seria muito oportuno poder rastrear toda a documentação existente deste evento, registro fotográfico ou de vídeo. E a liderança de Luiza Erundina no Congresso da Virada é de uma importância singular que até hoje, quando penso, me emociona. Ela levantou literalmente o congresso, dando-lhe um giro radical para criar a famosa assembleia paralela. Em matéria de movimentos sociais, de lutas sindicais, de mobilização de massas, Luiza Erundina exerceu uma liderança única, com forca extraordinária. Sua capacidade como líder e seu carisma merece também destaque nas conquistas logradas como prefeita de São Paulo. Então, e regressando à sua pergunta, por que isso? Acho que o trabalho prévio do conselho diretivo e da diretoria do CELATS, no âmbito político, e de apoio a virada da mesa neste Congresso teve importante impacto. Vocês sabem bem como foi, quando os representantes do "*establishment"* foram substituídos por uma assembleia de trabalhadores, onde estava, inclusive, o atual presidente Lula, então destacado sindicalista no ABC de São Paulo. Erundina teve, a meu ver, um papel de liderança no quadro profissional, armando uma nova arquitetura deste Congresso com sua indiscutível liderança para que o coletivo lograsse esta grande e simbólica Virada. Fato histórico da maior importância e com uma decisiva participação destes líderes nesta virada histórica.

Entrevistadoras: Na sua fala fica bem claro o protagonismo político da vanguarda da profissão na construção do Serviço Social crítico e dentro das instituições. Sobre a ABESS, então, está evidente que ela esteve envolvida nessa construção. Queríamos fazer uma pergunta bem objetiva, para corroborar o que a senhora já mencionou anteriormente: a senhora considera que o método BH influenciou a virada crítica da ABESS e da formação profissional do Serviço Social no Brasil?

Leila: Olha, eu não sei se o método BH (esforço de corpo diretivo com participação de boa parte da equipe e em forma decisiva da professora Ana Maria Quiroga), como arcabouço teórico-metodológico, com suas virtudes e falhas teve um influxo direto na virada da ABESS e da formação profissional em âmbito geral. Salientamos isto quando falamos por exemplo da XVIII Convenção da ABESS em São Luís em 1973, certo? Digamos assim, que o método BH nos ajudou a todos a analisar um pouco mais, a adotar certas categorias e sobretudo a buscar novas referências teóricas guiadas por um entendimento do profissional do Serviço Social no que diz respeito a sua natureza e suas relações institucionais. Então, não sei se o método BH tenha tido "per se" este impacto, mas o que sim acho que posso afirmar é que nos impulsou a dar certos saltos na busca da formação de um novo profissional de Serviço Social. O método BH que se alimentou de pinceladas da matriz marxista, nos ajudou certamente a dar novos saltos, já que não queríamos repetir aqui nada de caso ou de comunidade, queríamos implementar uma formação realmente voltada para a relação do serviço social e os interesses e benefícios da classe trabalhadora. E, neste sentido, não foi por acaso que o método BH foi implementado, naquele momento, na zona mineira, no vale do rio doce e em contagem, que teve também uma greve no cinturão industrial de Belo Horizonte, muito importante na época, elementos mencionados por Rosangela. Agora, a parte metodológica, digamos assim, mais aparatosa, mais técnica, a das famosas aproximações sucessivas, da relação dialética, da teoria e da práxis - a revisão do marco teórico em função do diagnóstico e da leitura da realidade etc. poderia se considerar como algo mecânico, formal e reducionista, certo? Então, eu não vou dizer que o método BH teve, como tal, como arcabouço, tal impacto, mas sim, creio que teve uma influência indiscutível no novo projeto de formação da escola, que era algo mais totalizante e com outras dimensões. A experiência foi altamente formadora e não só para os estudantes, para nós também. Então, em síntese, o método BH como arcabouço e como tal, acho que influenciou pouco, teve um impacto relativo, mas sim o impacto real foi relacionado ao projeto global da Escola de Serviço Social, que ia muito além do método BH. É importante vocês saberem que, antes ou durante o período da formulação do método BH, nós fizemos um ciclo

de estudos e seminários sobre o marxismo na escola. Isso aí, na época, não se podia anunciar, mas nós fizemos, inclusive, com um professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, Fausto Brito, que, naquele momento era muito destacado e a quem manifestamos nosso reconhecimento. Naquela época, a Faculdade de Economia que funcionava em pleno centro de Belo Horizonte era considerada a melhor Faculdade de Economia do Brasil. Estendemos esta homenagem a todo um grupo de professores, como Otavio Dulci, Jorge Pozada e muitos outros[7]. Fizemos, então, seminários internos na escola, fechados, para a direção e professores interessados, ali muito na surdina... Os tempos eram aqueles, não podíamos anunciar um seminário sobre marxismo. Isso aí para dizer que, realmente, por mais que a nossa matriz não fosse marxista, ela nos inspirava, disto aí não tenho dúvida nenhuma, basta rever a bibliografia que líamos na época[8]. Nos apegávamos a tudo que tinha que ver com, digamos assim, uma crítica ao imperialismo norte-americano, um esforço para entender o que era realmente nossa realidade e tudo que se identificasse com transformação, com câmbios, com mudanças. Importante dizer também que, apesar destes ciclos de alguns seminários ou sessões, não estudamos naquela época seriamente o marxismo. De nosso grupo da escola naquela época acho que Marilda foi a única pessoa que, a posteriori, realmente se debruçou seriamente sobre o marxismo e escreveu obras importantes para compreender a natureza de nossa profissão a partir desta matriz. Alguns fizemos aproximações, diria apenas básicas. Outros nem isto[9]...O método BH teve muita reverberância, sabe por quê? Vocês talvez conheçam um trabalho que fiz junto com o meu companheiro de vida, Roberto Rodriguez, "Metodologismo: estallido de una época", que trata de analisar este fenômeno e que foi publicado pelo CELATS numa revista "Accion Critica". Uma visão mais analítica e crítica. E, claro, também é sempre oportuno recordar que o problema do arcabouço metodológico vigente naqueles anos não era particularidade exclusiva da Escola de Serviço Social de BH. Muitas escolas em outros países e que tratavam de entender a natureza da nossa profissão, seu vínculo com as contradições sociais, apelaram também para vários modelos de métodos de intervenção[10]. Por isso, nosso

[7] Trata-se do debate com a sociologia crítica e a economia política, por meio da articulação com professores eméritos da UFMG.

[8] Além dos influxos franceses, nos influenciaram um grupo de brasileiros como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Darcy Ribeiro, Hélio Jaguaribe, Vania Bambirra, Fernando Henrique Cardoso com a teoria da dependência, e os chilenos Enzo Faletto e Martha Henecker.

[9] Em meu período como Diretora do CELATS, recordaria também a figura do professor José Paulo Netto, então refugiado e que colaborou com nossas pesquisas e recorrentes discussões sobre a profissão naqueles efervescentes anos.

[10] Argentina, Chile (Universidade Católica de Valparaiso), Colômbia, (Universidade Nacional da Colômbia, Universidade de Caldas), Venezuela (Universidade Central da Venezuela) com o MIR - método de intervenção na realidade - com ativa participação dos professores Boris Lima y Lady Fonseca, *insignes* professores da

artigo se chamou "Metodologismo: estallido de una época". Em outras palavras, o Metodologismo não foi uma invenção exclusiva da Escola de Serviço Social de BH, mas de todas as demais escolas inscritas nessa busca para lograr uma formação diferente, com inspiração na matriz marxista. Teoria e práxis, método dialético, aproximações sucessivas etc., era a linguagem recorrente em cada um destes diferentes métodos de intervenção profissional. Cada país criou a sua forma de entender o novo acercamento à realidade, acercamento esse que priorizava a comunidade, a vigência daquele tipo de concepção humanizadora que tínhamos todos, de compromisso com os grupos mais vulneráveis, mais afetados em seus direitos. Não se falava em direitos como tal, mas nos pobres, oprimidos, nas vítimas da pobreza, das desigualdades sociais, das contradições do sistema capitalista. Essa era a nossa linguagem, própria de todos os que nos alinhamos ao Movimento de Reconceitualização latino-americano.

Entrevistadoras: A senhora pode falar um pouco como que se deu o desfecho da experiência do projeto em BH, considerando que ele já surge em um período super duro da ditadura. A decisão política e teórica de vocês ali enfrentou um momento adverso, surgiu no adverso e continuou nele, né? A que a senhora atribui esse desfecho tão precoce?

Leila: Essa é uma resposta difícil e diria que até dolorosa. Fui entrevistada há algum tempo pela professora Rosângela Batistoni, ex-aluna da escola de BH, hoje uma destacada profissional, para um artigo que fez no livro "A História pelo Avesso" e comecei a me emocionar e lhe disse: "Rosângela, sem querer estou tremendo só de refletir sobre isso". É dessas coisas que te causam sempre emoção, por mais anos que passem. É também uma espécie de confluência e de convergência de muitas coisas. Primeiro, o contexto social, político, de violência, de repressão que vivíamos, com a vigência do ato institucional, da lei 477, do ato institucional número 5, que era muito repressivo, de ataque às universidades, às escolas superiores; esse era o panorama. Outro elemento era o surgimento, a ebulição dos movimentos políticos partidários, inclusive, mais do que isso, do início da formação dos grupos mais radicais que depois optaram pela via armada no Brasil - isso aí não é novidade para vocês. Em nossa escola havia estudantes de diferentes vertentes e linhas políticas. E eles sabiam que podiam contar conosco; o projeto da escola era um projeto inclusivo, com eles, era um projeto a partir deles, para eles, um projeto de unificação da escola como uma totalidade. Então, eles, de uma forma absolutamente legítima, tensionaram o momento e foram exigindo e, em curtas palavras,

Universidade Central da Venezuela.

foram estirando as possibilidades de uma pressão política cada vez maior, porque certamente isso também respondia a uma afiliação progressiva deles a esta alternativa. Intuíamos, mais ou menos, que assim era. Ao mesmo tempo, tínhamos claro que não iríamos de maneira alguma acionar medida alguma contra os estudantes. E, buscando que a escola se posicionasse mais e mais e se radicalizasse, entraram em greve. Nós éramos jovens, tínhamos trinta e poucos anos e os estudantes dispostos a romper as amarras políticas, familiares, pessoais, sociais e todas as necessárias. Todos nós vivemos esses processos. Então, chegou o momento em que, pela greve, e a partir do AI -5, da lei 477, as autoridades chegaram na universidade e pediram a lista dos estudantes em greve. Isso nos sobrepassava, pois era totalmente incompatível, inconsequente, incoerente com nossos propósitos, absolutamente impensável. Nosso projeto tinha uma conotação coletivo-participativa e uma base quase que "sobre protetora". Apostávamos num projeto conjunto, comum, da totalidade, de professores e alunos. Então, diante do impasse, a escola em greve, nós permanecemos ali, certo tempo discutindo, refletindo, atônitos sobre o que acontecia, buscando visualizar os possíveis cenários alternativos. Até que chegou em forma direta a pressão militar. Isto marcou realmente o limite. Nesse momento, assumi grande responsabilidade e decidimos sair do processo e isto foi e, ainda é, muito doloroso para mim, e ao não visualizar saídas, desistimos. Disse aos professores que saia do processo apesar do temor do que poderia passar com os estudantes. E tratei de transmitir-lhes que já não podíamos mais, que não cederíamos e que não compactuaríamos com nada que não fosse acorde ao projeto fundacional da formação profissional. Então, houve consenso e todos os professores em massa decidiram também se demitir. E veio a *debacle*. Talvez tenha sido um ato de certa ingenuidade política, já que tínhamos ainda a esperança de recuperar o processo. Para vocês terem ideia, na minha casa, e longe do âmbito universitário, continuamos uma assembleia permanente de professores com reuniões diárias por um mês. Não acreditávamos que estávamos perdendo a batalha, mas é claro, a contraposição, a corrente conservadora estava atenta e retomou a tradicional formação do Serviço Social, porque em sua perspectiva a nossa era uma versão equivocada. Isto é mais ou menos uma representação, dolorosa, do que passou. Então, quer dizer, ao renunciar buscamos ser consequentes com nossos valores éticos, mas houve, também, uma boa dose de ingenuidade política, ao não ter podido administrar e gestionar tão forte tensão. Acho que nos faltou visão política e certa habilidade para compreender a totalidade do momento; enfim, foi o que passou, não foi um ato individual isolado meu, nem de minha única responsabilidade. Estávamos todos nesta jogada, mas sinceramente penso também que puxei forte este cordão, e em poucas palavras, tratamos de ser consequentes com nossos valores, com nosso projeto e fomos todos arrastados pela *voragine* política e de forte repressão daqueles

anos. Algo assim como um caminho interceptado e a consequência foi o desmantelamento de uma promissora, talvez utópica e singular experiência, cujo final doeu muito, doeu muito e dói até hoje, sim, dói até hoje...Pouco tempo depois do fim da experiência de BH, o CELATS me convocou e foi possível retomar então uma estratégia muito convergente e alinhada com o que pretendíamos fazer na escola. Então, entre todos os diretivos do CELATS e ALAETS, projetamos uma ampla e diversificada programação a nível continental que, digamos assim, com erros e com acertos, como todas as experiências, teve impacto positivo. Acho que o balanço do trabalho do CELATS, vocês hoje podem dimensionar também, deixou bons frutos. Acho que isso aí também foi um pouco...o das dinâmicas de cada processo. Eu não tinha, inicialmente, uma clara ideia desse novo desafio, e vivi um curto período de transição entre estes dois projetos. Comecei a trabalhar em Lima, inicialmente, por um ano como Coordenadora Acadêmica do CELATS em 1976 e, posteriormente, como Diretora, sucedendo a Juan Mojica. A experiência da escola explodiu no segundo semestre de 1975, quer dizer, as coisas aconteceram assim de forma meio sincronizada, foram coincidências históricas, de necessidades, de demandas, de oportunidades e de muita convergente efervescência. Os processos também são assim, muitas vezes ocorrem fatores imponderáveis, não esperados, que são absolutamente emergentes, imprevistos, impensáveis. Isso aconteceu e acho que o trabalho posterior como diretora do CELATS por vários anos foi profícuo e certamente uma experiência que marcou minha trajetória de trabalho.

Entrevistadoras: Nos estudos que os intelectuais brasileiros têm feito sobre o Movimento de Reconceituação, tem ficado cada vez mais evidente a influência da experiência de Belo Horizonte no Serviço Social crítico brasileiro. Essa experiência ficou localizada e datada na história, mas o que era fundamental e essencial ali não terminou, foi com a senhora para o CELATS, foi com os outros professores nas suas produções e atuações profissionais.

Leila: Sim, sem dúvida. Lembrando que Marilda Villela foi trabalhar no CELATS como investigadora, como pesquisadora junto com Raul de Carvalho. Da investigação surgiu o livro "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica" que, sem dúvida alguma, é um divisor de águas na compreensão do Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho.

Entrevistadoras: Então, a experiência de BH, ela não terminou ali, pelo contrário. Ela é considerada a primeira no âmbito da formação profissional crítica no Brasil. Tudo aquilo aconteceu como era possível acontecer no processo histórico, não é mesmo?

Leila: Claro, de certa forma foi assim... Devo dizer que, tanto na experiência da Escola em Belo Horizonte como na do CELATS em Lima, estávamos acima de tudo naqueles anos muito motivados pelos bons propósitos das mudanças sociais e éramos conduzidos, basicamente, pela coragem de nossas convicções e absolutamente convencidos de nossos propósitos. Tenho orgulho do realizado naqueles anos, não tanto pelos possíveis resultados que possamos ter tido, mas sobretudo pela atitude de luta, tenacidade e resistência com que enfrentamos nossos desafios naqueles obscuros anos.

Entrevistadoras: Foi muito generoso de sua parte repetir tudo isso e participar dessa entrevista. Obrigada!

Referências bibliográficas

MENDES. D. L. P. *A virada crítica da formação profissional em Serviço Social no Brasil*: o protagonismo da ABESS e os marcos históricos, teóricos e políticos. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/19728. Acesso em: 4 jun. 2026.

Esta edição marca os 25 anos da Libertas e, para comemorar, traz uma seção especial que revisita parte de sua história, apresenta um balanço de seu percurso recente e destaca os desafios e as perspectivas para o futuro. Além da seção comemorativa, o presente número reúne uma ampla variedade de artigos de tema livre e uma instigante entrevista com Leila Lima Santos.